



ANUÁRIO

MULTICIDADES

Finanças dos Municípios do Brasil

ANO 17 / 2022

Realização:



Elaboração:



Apoio:



Apresentação

A pandemia da Covid-19, que levou à morte mais de 600 mil brasileiros, impôs às prefeitas e prefeitos enormes desafios. O impacto nos municípios brasileiros, especialmente nos médios e grandes, que possuem infraestrutura de saúde mais complexa, deu-se de imediato.

No que se refere à gestão fiscal dos municípios, foi possível chegar ao fim de 2020 com as contas equilibradas, como mostram as análises desta edição de **Multi Cidades**. Os auxílios financeiros e a expansão das receitas de capital contribuíram para que a receita total dos municípios fechasse o ano com aumento real de 6%. Cabe lembrar que os municípios vinham apresentando melhorias em seus indicadores de suficiência financeira e de equilíbrio fiscal já em 2019.

No primeiro semestre de 2021, a economia demonstrou alguma recuperação, o que favoreceu momentaneamente as contas públicas. No entanto, o segundo semestre trouxe uma série de incertezas, com a crise hídrica e a alta no preço da energia elétrica, somadas às elevações do preço do petróleo, da inflação e das taxas de juros. Tudo isso aponta para um 2022 com baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), cujas previsões estão em torno de 1,5%.

Durante esta pandemia, a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) trabalhou ainda mais intensamente na busca por alternativas aos desafios dos municípios. Liderou a instituição do Consórcio Conectar, para aquisição de insumos médicos e vacinas, reunindo mais de duas mil cidades. Além disso, mantém atuação em temas relevantes como os da Reforma Tributária e a PEC 13/2021, que propõe uma solução extraordinária para recuperar cerca de R\$ 15 bilhões para a educação até 2023.

Esses e outros assuntos estão nesta edição de **Multi Cidades**, publicação que a FNP tem o orgulho de produzir anualmente desde 2009.

Boa leitura!

Edvaldo Nogueira

Prefeito de Aracaju/SE

Presidente da Frente Nacional de Prefeitos

Expediente

MULTI CIDADES

Realização: Frente Nacional de Prefeitos (FNP)

Elaboração: Aequus Consultoria

EXPEDIENTE:

FNP

- **Presidente:** Edvaldo Nogueira – Prefeito de Aracaju/SE
- **1º Vice-presidente:** Eduardo Paes – Prefeito do Rio de Janeiro/RJ
- **2º Vice-presidente:** Ricardo Nunes – Prefeito de São Paulo/SP
- **Secretário-geral:** Miguel Coelho - Prefeito de Petrolina/PE
- **1º Secretário Nacional:** Cícero Lucena - Prefeito de João Pessoa/PB
- **2º Secretário Nacional:** Ulisses Maia - Prefeito de Maringá/PR
- **Vice-presidente de Relações Institucionais:**
Cynthia Ribeiro - Prefeita de Palmas/TO
- **Vice-presidente de PPPs e Concessões:** Bruno Reis - Prefeito de Salvador/BA
- **Vice-presidente de Relações com o Congresso Nacional:**
Duarte Nogueira - Prefeito de Ribeirão Preto/SP
- **Vice-presidente de Cidades Inteligentes:** Rafael Greca - Prefeito de Curitiba/PR
- **Vice-presidente de Relações Internacionais:**
Jairo Jorge - Prefeito de Canoas/RS
- **Vice-presidente de Saúde:** Dário Saadi - Prefeito de Campinas/SP
- **Vice-presidente de Educação:** José Sarto - Prefeito de Fortaleza/CE
- **Vice-presidente de Empreendedorismo:** Rogério Lins - Prefeito de Osasco/SP
- **Vice-presidente de Direitos Humanos:** Margarida Salomão -
Prefeita de Juiz de Fora/MG
- **Vice-presidente de Mobilidade Urbana:** Felício Ramuth
- Prefeito de São José dos Campos/SP
- **Vice-presidente de Mudanças Climáticas:** João Campos - Prefeito de Recife/PE
- **Vice-presidente de Relações com o Judiciário:** Hildon Chaves -
Prefeito de Porto Velho/RO

- **Vice-presidente de Finanças Públicas:** Paulo Serra -
Prefeito de Santo André/SP
- **Vice-presidente Nacional do g100:** Raquel Lyra - Prefeita de Caruaru/PE
- **Vice-presidente de Relacionamento com Estados:**
Ibaneis Rocha - Governador do Distrito Federal

EQUIPE:

- **Secretário-executivo da FNP:** Gilberto Perre
- **Assessoria Técnica:** Theo Santini
- **Coordenadora de Comunicação:** Paula Aguiar

AEQUUS

- **Diretoria da Aequus Consultoria:** Alberto Borges e Tânia Villela
- **Administrativo:** Marta Luiza Cursino Villela
- **Equipe técnica:** Arthur Mendonça Emery Cade e Victor Batista Trindade
- **Colaboração:** José Alberto Oliveira Macedo, Juliano César Gomes, Kleber Pacheco de Castro, Ligia Schiavon Duarte, Luiz Eduardo de Souza Dalfior e Luís Fernando Novais
- **Programação de sistema:** Felipe Emiliano Barbosa Surlo, Walter Guitolini Matos e Wanderson Morellato
- **Revisão:** Andréia Pegoretti
- **Capa:** Pedro Vieira/FNP
- **Projeto gráfico:** Comunicação Impressa/Link Editoração
- **Editoração:** Link Editoração
- **Impressão:** Qualidade Gráfica e Editora.



Venâncio Shopping - Setor Comercial Sul,
Quadra 8, Bloco B50, sala 827, Asa sul,
Brasília/DF, CEP 70.333-900

secretaria@fnp.org.br • Fone 61 3044-9800
www.fnp.org.br
e-mail: secretaria@fnp.org.br

Multi Cidades – Finanças dos Municípios do Brasil/ Publicação
da Frente Nacional de Prefeitos. V17 (2022). Vitória, ES: Aequus
Consultoria, 2022

CDU: 336.1

Rua Dr. Eurico de Aguiar, nº 888 - salas 505
e 506 - Vitória - ES - CEP 29056-200
Telefones: 27 3235-7841 - 3235-7546
aequus@aequus.com.br
www.aequus.com.br



4 Notas Metodológicas

6 Panorama

Auxílios federais extraordinários e operações de crédito impulsionaram as receitas municipais em 2020.....	6
I – Receitas	6
II – Despesas	13
III – Equilíbrio fiscal	15
IV – Disponibilidade de caixa	17
V – Primeiro semestre de 2021	18
VI – Receita disponível e arrecadação direta por esfera de governo	19
VII – Receita per capita	22

36 Receita

ICMS Municipal - Arrecadação proporcional do ICMS é cada vez maior em municípios menores	36
IPVA Municipal - IPVA sobe 0,9% em 2020, apesar da pandemia	48
FPM - Pandemia reduz o FPM em 7,3%, mas compensação recompõe perdas	58
ISS - Nos últimos 15 anos, ISS praticamente triplica, enquanto FPM e ICMS nem sequer dobram	72
IPTU - Cidades de porte médio foram as mais afetadas pela retração do IPTU em 2020	84
ITBI - ITBI supera resultado histórico e registra alta de 10,3% em 2020	98
Taxas - Municípios perdem R\$ 941 milhões em taxas em 2020	106
Cosip - Trajetória de crescimento da receita da Cosip é interrompida em 2020, mas tende a se recuperar em 2021	114

122 Despesa

Pessoal - Congelamento da despesa com pessoal pela LC 173 seguiu o gasto em 2020 e 2021	122
Custeio - Pandemia pressiona custeio das médias e grandes cidades	134
Investimentos - Operações de crédito impulsionam investimentos em 2020	142
Juros e amortizações da dívida - Lei Complementar 173 derruba serviços da dívida em 2020	156

164 Despesa por função

Educação - Aplicação no ensino é desafio para 2021	164
Saúde - Despesas com saúde continuam crescendo em 2021	178
Assistência Social - Em 2021, 50 milhões de brasileiros vivem com menos de R\$ 178 mensais	190
Legislativos Municipais - Despesas dos legislativos são pouco afetadas pela Covid-19	202

Índices de preços para atualização de valores

Todos os dados apresentados nesta edição, à exceção do que estiver expressamente mencionado, foram atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foram utilizados índices médios anuais, corrigindo-se os valores para preços de 2020.

Multiplicadores utilizados em cada ano para a atualização dos valores para 2020

2015	2016	2017	2018	2019	2020
1,2485	1,1481	1,1099	1,0706	1,0321	1,0000

Fonte de dados e estimativas

Para as informações fiscais, a principal fonte utilizada foram os balanços anuais do banco de dados “Finanças do Brasil – Dados Contábeis dos Municípios”, referentes aos exercícios de 2000 a 2020 do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na ausência dos balanços anuais, as informações foram completadas com os números de outros relatórios publicados pelas prefeituras em seus portais de transparência ou por outros órgãos governamentais de controle.

Entretanto, algumas lacunas permaneceram quando não foi possível encontrar tais estatísticas em fontes oficiais. Além disso, foram excluídos os dados de alguns municípios que apresentavam inconsistências.

Para que essas omissões não afetassem os totais e subtotais e para tornar a série histórica compatível, foram adotadas estimativas para os valores

acumulados dos municípios agrupados por região, para o somatório das faixas populacionais e para o montante do Brasil. A metodologia das estimativas supõe que o município sem informação tenha tido o mesmo comportamento da média

das cidades que apresentaram dados nos anos considerados e que pertencem à mesma faixa populacional e ao mesmo Estado da federação daquele que não possui o dado.

Número de municípios que apresentaram dados de 2015 a 2020¹

	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Número de municípios com dados de receita	5.113	4.994	5.200	4.765	4.997	5.125
Participação no total	91,8%	89,7%	93,4%	85,6%	89,7%	92,0%
Número de municípios com dados de despesa	5.338	4.971	5.342	5.235	5.380	5.328
Participação no total	95,9%	89,3%	95,9%	94,0%	96,6%	95,7%
Total de municípios do Brasil²	5.568	5.568	5.568	5.568	5.568	5.568

Nota: ¹ excluídos municípios com dados inconsistentes. ² exceto Brasília e Fernando de Noronha

Outras fontes constantes na publicação são o IBGE, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Ministério da Saúde, o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), a Receita Federal do Brasil (RFB), o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde (Siops) e o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação (Siope).

Tabelas e municípios selecionados

A publicação apresenta tabelas com dados sobre a evolução dos principais itens da receita e da despesa desde 2016 até 2020, com a taxa de variação entre 2020 e 2019 e indicadores de participação na receita total, na receita corrente, na receita tributária ou na despesa total.

Para a montagem dessas tabelas, foram selecionados 106 municípios. A escolha incorpora os maiores municípios brasileiros, sendo ao menos dois de cada Estado, dos quais um é a capital. Dessa forma, todas as unidades da federação estão representadas. Os estados

que possuem uma quantidade maior de municípios com população acima de 200 mil habitantes tiveram mais cidades contempladas na amostra.

As tabelas de evolução contêm os seguintes totais, incluindo as devidas estimativas conforme a metodologia explicada acima:

- das regiões – inclui todos os municípios da região;
- das cidades selecionadas – inclui as 106 cidades selecionadas;
- dos municípios com até 20 mil habitantes;
- das capitais;
- dos municípios – são todos os 5.568 municípios. Não inclui Brasília nem Fernando de Noronha.

Deduções da receita

Os valores da receita total e da receita corrente de cada município são apresentados já abatidas as cifras do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), bem como de todas as demais deduções da receita

que possam eventualmente constar nas informações contábeis dos municípios.

Os valores recebidos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e da quota-parte municipal no Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (QPM-ICMS) estão publicados integralmente, sem os descontos do Fundeb. Os demais subitens das receitas também não anotaram dedução alguma.

Receitas e despesas intraorçamentárias

Com o intuito de expor dados mais próximos da realidade, **Multi Cidades** – Finanças dos Municípios do Brasil desconsiderou os valores registrados nas operações intraorçamentárias. Na prática, essa medida visa a não inserir os repasses das prefeituras às suas administrações indiretas, evitando, desse modo, uma superestimação das receitas e despesas públicas. Como essas operações são lançadas como despesa para a prefeitura e, subsequentemente, como receita para as autarquias, quando se empregam dados consolidados se faz necessário expurgar tanto as receitas intraorçamentárias como as despesas entre órgãos.

Existe ainda a probabilidade de alguns municípios terem apresentado, em alguns anos, balanços com as receitas e despesas intraorçamentárias incluídas, mas não discriminadas nas devidas contas. Nesse caso, podem ocorrer variações muito acentuadas de um ano para outro nos dados aqui publicados. É possível também que diferenças muito abruptas nos números de alguns municípios sejam fruto de outros tipos de alterações nos registros contábeis

que por vezes ocorrem apenas num determinado ano.

ISS, IPTU, ITBI e taxas

A partir do exercício de 2018, entrou em vigor uma nova forma de codificação das receitas para estados e municípios. O modelo – estabelecido pela Portaria Interministerial da Secretaria do Tesouro Nacional (STN, órgão pertencente ao Ministério da Fazenda) e da Secretaria de Orçamento Federal (vinculada do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) nº 5, de 25 de agosto de 2015 – foi adotado com objetivo de unificar a estrutura lógica de codificação entre todos os entes federados.

Com esse novo plano de contas, os resultados da arrecadação tributária própria de 2018 a 2020 incluem as quantias referentes à dívida ativa, juros e multas de cada tributo. Como não se pôde separar essas cifras para que a série histórica detalhada nesta publicação tivesse continuidade, foi necessário somar a dívida ativa, juros e multas nos exercícios de 2015 a 2017, anos para os quais havia informações disponíveis no banco de dados da STN. Dessa forma, a partir de 2015 a série dos dados dos tributos municipais em **Multi Cidades** diferencia-se das traçadas nos anos anteriores por incluir a dívida ativa, juros e multas.

Despesa com pessoal

O conceito de despesa com pessoal utilizado por **Multi Cidades** engloba toda a despesa corrente empenhada com pessoal e encargos sociais, exceto as sentenças judiciais, as de exercícios anteriores e as operações entre órgãos, e inclui os gastos com aposentadorias, reformas, pensões e salários-família registrados em outras despesas correntes.

Despesa com investimentos

Multi Cidades considera como despesa com investimentos toda a despesa empenhada de capital, excluídas as amortizações da dívida e as operações entre órgãos. Inclui, portanto, as inversões financeiras.

Despesa com juros e amortizações da dívida

Os gastos com juros e amortizações da dívida somam toda a despesa corrente empenhada com juros e encargos da dívida e a despesa de capital com amortizações da dívida.

Despesa com custeio

A despesa com custeio utilizada por **Multi Cidades** abrange toda a despesa corrente empenhada, excluídos juros e encargos da dívida, operações entre órgãos e a despesa com pessoal calculada conforme exposto acima.

Sinais convencionais utilizados

Na apresentação das tabelas, quando necessário, utilizaram-se os seguintes sinais convencionais:

- a. 0 ou 0,0 dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo;
- b. -0 ou -0,0 dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo;
- c. – dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
- d. .. não se aplica dado numérico;
- e. ... dado numérico não disponível.

Auxílios federais extraordinários e operações de crédito impulsionaram as receitas municipais em 2020

- ▶ A receita corrente municipal subiu 5,3% em 2020. Sem os auxílios federais, haveria queda de 0,9%.
- ▶ As operações de crédito bateram recorde e sustentaram os investimentos das cidades mais populosas.
- ▶ Municípios fecham 2020 em melhor situação de equilíbrio fiscal.
- ▶ Os investimentos municipais tiveram forte alta de 33,7% em ano eleitoral.
- ▶ A despesa com saúde (15,6%) e assistência social (14,4%) registraram os maiores aumentos, enquanto que a da educação recuou 5,3%, devido à suspensão das aulas presenciais.
- ▶ Atividade econômica no primeiro semestre de 2021 garante bom desempenho das receitas municipais.

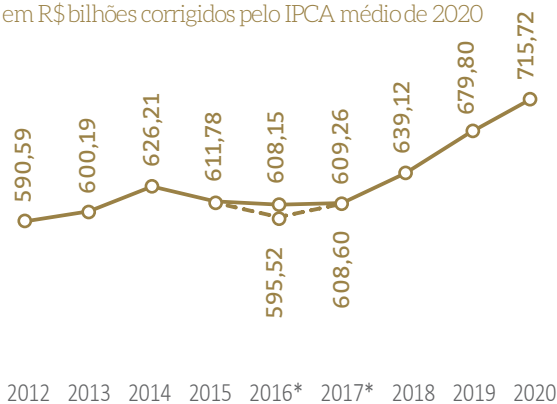
I – Receitas

Em 2020, ano marcado pela pandemia da Covid-19, a receita total do conjunto dos municípios brasileiros cresceu 6%, no comparativo com 2019, ao atingir R\$ 746,79 bilhões, em valores corrigidos pela inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Esse resultado satisfatório, em um ano economicamente muito adverso, é atribuído ao avanço das recentes correntes, que foi puxado pelos auxílios emergenciais, e à expansão das receitas de capital, que foram impulsionadas pelas operações de crédito. Representando 96% da receita total, as receitas correntes agregadas, que somaram R\$ 715,72 bilhões, tiveram alta de 5,3% no ano. As de capital, mais voláteis, compuseram 4% dos recursos,

chegando ao volume absoluto de R\$ 31,33 bilhões e à elevação de 23,6%.

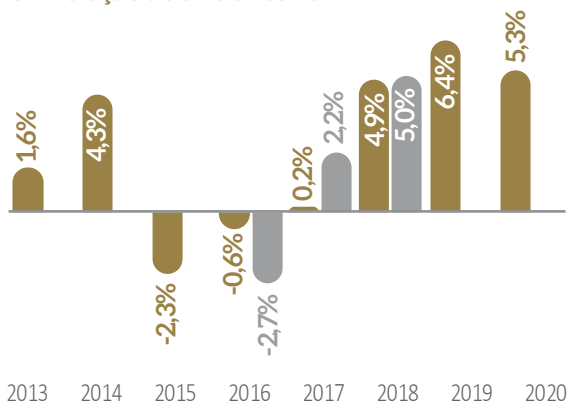
Evolução da receita corrente

em R\$ bilhões corrigidos pelo IPCA médio de 2020



*excluídos os recursos da repatriação

Taxa de crescimento real da receita corrente em relação ao ano anterior

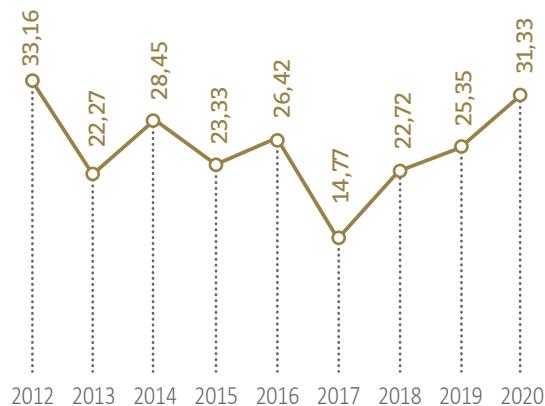


● Receita corrente sem os recursos da repatriação

Observando-se primeiro as receitas de capital, nota-se que houve expansão em seus dois principais componentes: as transferências de capital, recebidas pelos entes locais por meio de repasse feitos por outros níveis de governo, e as operações de créditos, que são contratadas com instituições financeiras. As transferências de capital dispararam 32,8% entre 2019 e 2020, passando de R\$ 10,40 bilhões para R\$ 13,81 bilhões, sendo R\$ 9,40 bilhões provenientes da União e R\$ 4,14 bilhões, dos estados. Quanto às receitas de operações de

Evolução da receita de capital

em R\$ bilhões corrigidos pelo IPCA médio de 2020

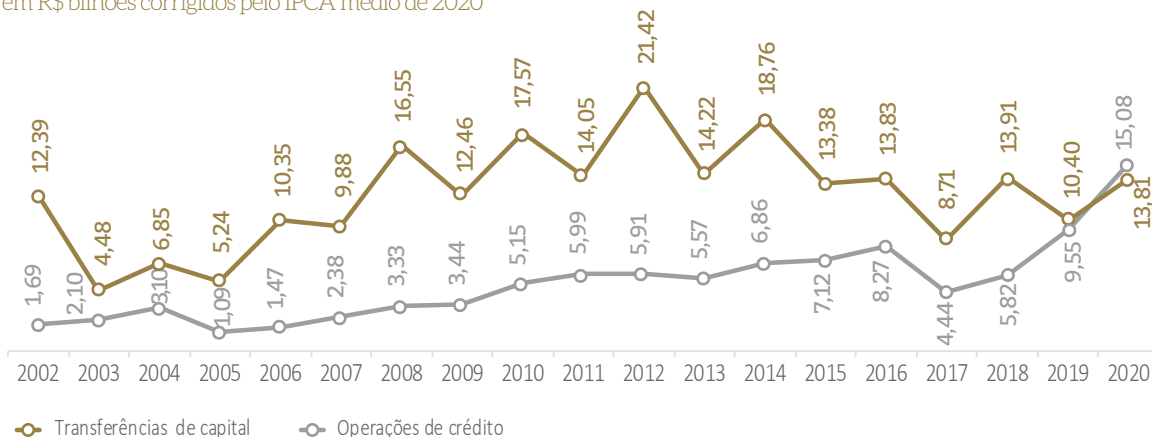


crédito, o incremento ficou em 57,9%, elevando o montante para R\$ 15,08 bilhões, o mais alto já registrado após três anos de seguidas altas substanciais.

De fato, o financiamento dos investimentos em âmbito local via operações de crédito vem crescendo nos últimos anos, como mostra o gráfico a seguir. Essa fonte de recurso foi responsável por 23% de todo o investimento efetuado pelo conjunto dos municípios. Entre as capitais, excluídos os dados de São Paulo, a fatia foi ainda maior, de 49%, na média.

Evolução das receitas de transferências de capitais e de operações de crédito

em R\$ bilhões corrigidos pelo IPCA médio de 2020



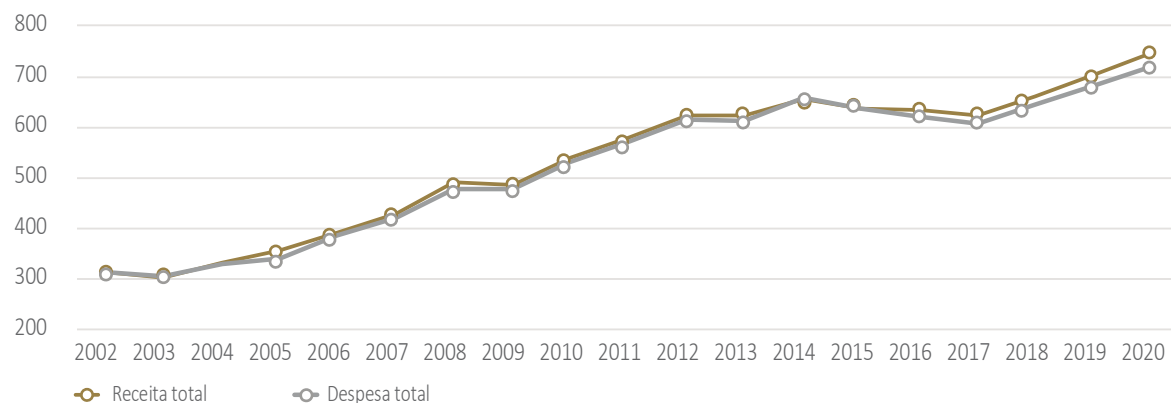
Panorama

Na análise da receita corrente, seus itens mais significativos sentiram os efeitos da pandemia em 2020. As duas principais transferências constitucionais de recursos aos municípios diminuíram: o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) encolheu 7,3%¹ e as transferências estaduais do ICMS recuaram 1,1%. O mesmo ocorreu com a receita dos dois principais tributos municipais: o ISS acusou queda de 2,9% e o IPTU, de 2,5%. A receita com taxas, por sua vez, baixou 7,2%. Entre

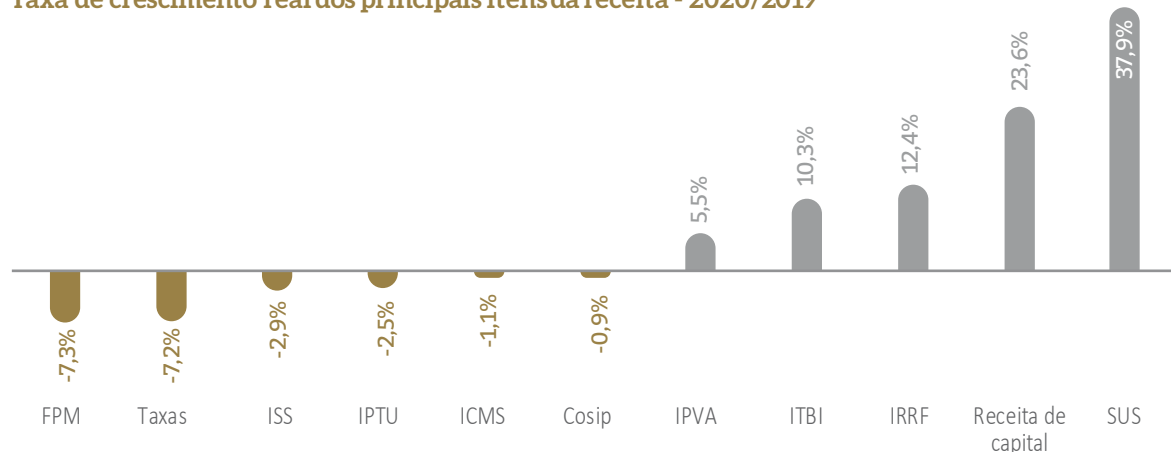
as receitas próprias municipais, a arrecadação do ITBI demonstrou ótimo desempenho, com ganho de 10,3%, impulsionado pelos juros mais baixos no crédito imobiliário. A expansão do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) foi ainda mais forte, de 12,4%. As transferências da União referentes ao SUS também assinalaram variação positiva, de 37,9%, devido aos recursos extraordinários encaminhamento pela União aos municípios para o enfrentamento à crise sanitária.

Evolução da receita e da despesa totais

em R\$ bilhões corrigidos pelo IPCA médio de 2020



Taxa de crescimento real dos principais itens da receita - 2020/2019



¹ Sem considerar o auxílio financeiro que a União concedeu para compensar as quedas do Fundo através da Medida Provisória nº 938, de 2 de abril de 2020, convertida na Lei 14.041, de 18 de agosto.

No cômputo final, a receita corrente municipal em 2020 marcou acréscimo de 5,3% sobre a do ano anterior. A ampliação foi estimulada pelos recebimentos dos auxílios financeiros destinados pela União para combater a pandemia e suas consequências. Sem essas verbas, os municípios teriam fechado o ano

com contração de 0,9%. Entretanto, as regras para o repasse dos auxílios e o impacto diferenciado da pandemia no território nacional resultaram em comportamentos distintos da receita corrente conforme o tamanho ou a localização geográfica do município, como será visto mais adiante.

Principais itens da receita dos municípios brasileiros - 2019-2020

valores corrigidos pelo IPCA médio de 2020

Itens da receita	2019	2020	Variação 2020/2019	Variação 2020/2019 em R\$ bilhões	Partic. na rec. total 2020
	em R\$ bilhões				
Receitas correntes	679,80	715,72	5,3%	35,92	95,8%
ICMS	126,66	125,33	-1,1%	-1,33	16,8%
IPVA	23,27	24,55	5,5%	1,28	3,3%
FPM	116,68	108,13	-7,3%	-8,55	14,5%
Transferência SUS	67,87	93,59	37,9%	25,73	12,5%
Receita tributária*	169,08	168,34	-0,4%	-0,73	22,5%
ISS	73,88	71,77	-2,9%	-2,11	9,6%
IPTU	51,52	50,23	-2,5%	-1,29	6,7%
ITBI	12,94	14,27	10,3%	1,33	1,9%
IRRF	18,11	20,36	12,4%	2,25	2,7%
Taxas	12,62	11,71	-7,2%	-0,91	1,6%
Cosip	10,49	10,39	-0,9%	-0,09	1,4%
Outras receitas correntes	165,77	185,38	11,8%	19,62	24,8%
Receitas de capital	25,35	31,33	23,6%	5,97	4,2%
Transferências da União	7,22	9,40	30,2%	2,18	1,3%
Transferências dos estados	3,09	4,14	34,0%	1,05	0,6%
Operações de crédito	9,55	15,08	57,9%	5,53	2,0%
Outras de receitas de capital	5,50	2,71	-50,7%	-2,79	0,4%
RECEITA TOTAL	704,53	746,79	6,0%	42,26	100,0%

Nota: o somatório da receita corrente com a de capital não é exatamente igual à receita total porque as estimativas são aplicadas em cada um desses itens, separadamente.* A receita tributária nesta tabela é a soma dos tributos e taxas municipais, exceto as contribuições de melhorias. Inclui a receita da dívida ativa.

As medidas de enfrentamento da Covid-19 e seus efeitos

- A exemplo das expectativas pessimistas para a economia mundial, era esperado que a pandemia impactasse fortemente a atividade econômica do país, com graves consequências sobre o nível de emprego, a renda e as receitas públicas das três esferas de governo. Edição da Pesquisa Focus, do Banco Central, realizada no final do primeiro semestre de 2020 projetava uma queda de 7% do PIB para o ano. Nesse cenário, um conjunto de medidas de cunho econômico e social foi adotado a fim de mitigar os efeitos da pandemia.

O primeiro passo foi a aprovação pelo Congresso Nacional do Decreto Legislativo nº 06/2020, reconhecendo a ocorrência de estado de calamidade pública em todo o território nacional entre 20 de março e 31 de dezembro de 2020. Com base nesse instrumento, o Governo Federal pôde dispor de créditos extraordinários que possibilitaram a realização de despesas não contabilizadas nos limites impostos pela Emenda Constitucional nº 95 de 2016, a que estabeleceu o Teto dos Gastos.

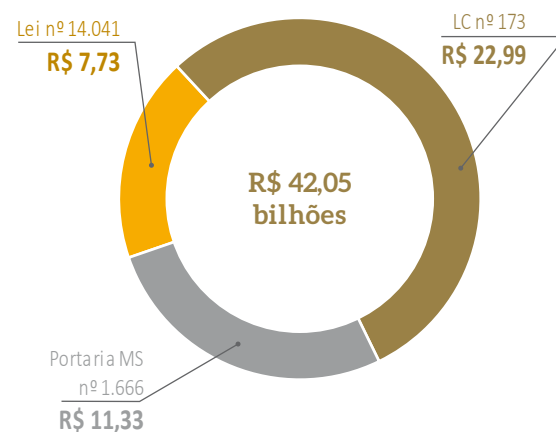
Visando a garantir uma proteção social de caráter emergencial às camadas mais vulneráveis da população, foi instituído o “Auxílio Emergencial”. Com 68 milhões de pessoas beneficiadas na primeira distribuição em abril, o suporte financeiro foi fundamental para proteção das pessoas mais vulneráveis e sustentou a demanda agregada da economia brasileira em 2020 com a injeção de R\$ 295,14 bilhões na renda da população, o equivalente a 4% do PIB nacional. Entrou em operação, ainda, o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, que, associado à redução das taxas de juros e ao aumento da oferta de crédito às empresas, contribuiu para que a retração da atividade econômica fosse menor do que a esperada. De fato, o PIB do país encolheu 4,1% no primeiro ano da pandemia, ainda

que o mercado de trabalho fosse profundamente afetado com a perda 8,1 milhões de ocupações.

A fim de resguardar as finanças dos entes subnacionais, foram criados três blocos de recursos. Um dos auxílios, da ordem R\$ 7,73 bilhões, ganhou forma por meio da Medida Provisória (MP) nº 938, que depois se converteu na Lei nº 14.041, de 18 de agosto de 2020. Outro, de R\$ 22,99 bilhões, foi instituído através da Lei Complementar (LC) nº 173, de 27 de maio do mesmo ano. Uma terceira ajuda surgiu por intermédio da Portaria nº 1.666, do Ministério da Saúde, de 1º de julho de 2020, que disponibilizou R\$ 11,33 bilhões. Esses três grandes e principais aportes direcionaram, juntos, R\$ 42,05 bilhões para os municípios brasileiros. Veja a breve descrição sobre cada um deles no Anexo da página 25.

Principais auxílios federais distribuídos aos municípios em 2020

em R\$ bilhões corrigidos pelo IPCA médio de 2020



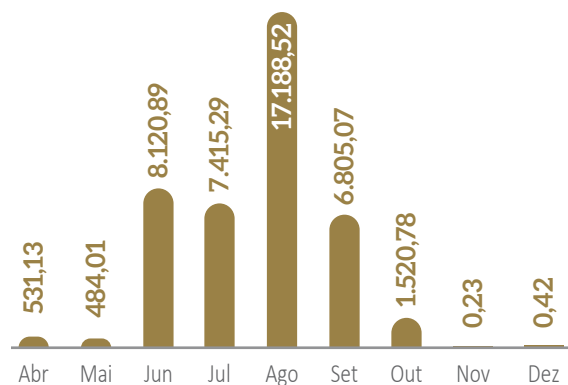
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Contudo, a distribuição dessas verbas ocorreu com atraso em relação ao início dos impactos da pandemia sobre as finanças municipais. Nos meses de abril e maio de 2020, as prefeituras contaram apenas com a compensação pelas

perdas do FPM, o que aliviou as contas das pequenas cidades, que recebem uma maior fatia do Fundo. Somente a partir de junho, com a chegada da primeira das quatro parcelas do montante previsto na LC 173, é que as grandes cidades, pouco dependentes do FPM e pressionadas por uma demanda maior no sistema de saúde, passaram a contar efetivamente com recursos para o enfrentamento da crise sanitária.

Distribuição mensal dos auxílios federais aos municípios - 2020

em R\$ milhões em valores correntes

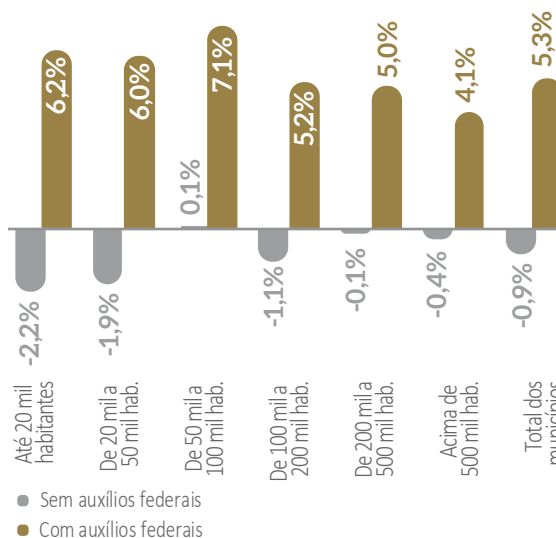


Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Apesar de os apoios financeiros federais terem revertido, na média, o que seria uma queda de 0,9% para um crescimento de 5,3% da receita corrente, seus efeitos foram diferenciados quando se consideram o porte populacional e a localização geográfica dos municípios.

O gráfico abaixo mostra o comportamento da receita corrente municipal por faixa populacional, com e sem os auxílios federais. Percebe-se, por exemplo, que as cidades com até 20 mil habitantes e as de 20 mil a 50 mil moradores teriam sofrido as maiores reduções, de -2,2% e -1,9%, respectivamente². Com os valores das verbas auxiliares, esses grupos tiveram um avanço da receita corrente de 6,2% e 6%, nessa ordem. Assim, a alavancagem na receita corrente foi de 8,4 pontos percentuais (2,2% + 6,2%) no primeiro grupo e de 7,9 p.p. (1,9% + 6%) no segundo, os maiores entre todas as faixas populacionais.

Taxa de crescimento real da receita corrente dos municípios, com e sem os auxílios federais, por porte populacional - 2020/2019

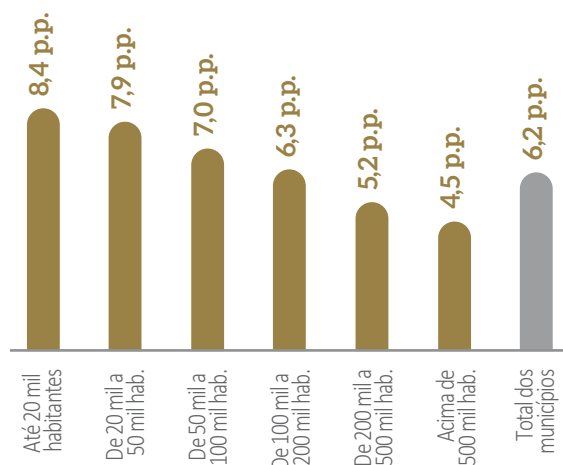


² O recuo mais expressivo da receita corrente nos pequenos municípios, sem considerar os apoios federais, deve-se ao fato de o FPM, principal fonte de receita dessas cidades, ter caído 7,1%. Além do arrefecimento da atividade econômica, seu encolhimento foi influenciado pela postergação do recolhimento de impostos adotada pela Receita Federal para aliviar o caixa das empresas, notadamente por meio do adiamento do pagamento dos optantes do Simples Nacional, por 180 dias, e do IRPJ e do IPI, impostos que alimentam de recursos do Fundo.

Panorama

Alavancagem na receita corrente devido aos auxílios emergenciais, por porte populacional - 2020

em pontos percentuais



A tabela abaixo apresenta a influência exercida por cada um dos auxílios federais na receita corrente, segundo o porte populacional do município.

Nota-se que as cifras distribuídas pela LC 173, de R\$ 22,99 bilhões, foram, sem dúvida, as mais importantes tanto por terem sido as de maior monta, como pelo fato de terem sido rateadas proporcionalmente ao tamanho populacional dos municípios. Assim, o efeito de alavancagem da receita causado pela LC 173 foi o mais forte

em todos os grupos de municípios e não houve diferenciação de impacto significativo entre eles, ou seja, foi o apoio que mais ajudou os municípios independentemente do perfil populacional destes.

Os R\$ 7,73 bilhões, repassados pela Lei 14.041 com o objetivo de compensar as perdas nominais do FPM em relação ao mesmo mês do ano anterior, beneficiaram sobretudo os pequenos municípios, aqueles com até 20 mil habitantes, cujo orçamento é intensamente dependente desse Fundo. Quanto maior o município, menor foi a alavancagem da receita provocada por esse apoio financeiro, chegando a ser ínfima para as cidades com mais 500 mil moradores.

Também os R\$ 11,33 bilhões transferidos pela Portaria 1.666 contribuíram mais com as cidades menos populosas em detrimento daquelas com maior número de habitantes. Em razão dos seus critérios de distribuição, um município com até 20 mil habitantes recebeu, em termos per capita, 2,5 mais do que outro que tem acima de 500 mil residentes. Assim, no impulso da receita, esses recursos foram mais importantes para o primeiro do que para o segundo, porém, a diferença do impacto nas finanças entre menores e maiores não foi tão forte quanto aquela causada pela compensação do FPM, via Lei 14.041.

Participação de cada um dos auxílios financeiros federais na alavancagem da receita corrente dos municípios - 2020

Auxílios federais	Até 20 mil hab.	De 20 mil a 50 mil hab.	De 50 mil a 100 mil hab.	De 100 mil a 200 mil hab.	De 200 mil a 500 mil hab.	Acima de 500 mil hab.	Total dos municípios
LC 173	38,8%	46,6%	52,8%	55,7%	67,9%	69,3%	54,7%
Lei 14.041	31,1%	21,7%	17,9%	15,5%	13,1%	8,2%	18,4%
Port. 1666	30,0%	31,6%	29,4%	28,8%	18,9%	22,5%	26,9%

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional no Siconfi.

Em síntese, para as cidades com até 20 mil habitantes, os três auxílios financeiros federais foram igualmente fundamentais. Entretanto, à medida que cresce o porte populacional, os recursos da LC 173 passam a ser a parte que mais pesa na alta de suas receitas, até o ponto no qual, para os 48 municípios com mais de meio milhão de habitantes, essa fonte chega a explicar 70% da alavancagem, contra pouco mais de 20% para os montantes advindos da Portaria 1.666 e menos de 10% para a compensação do FPM.

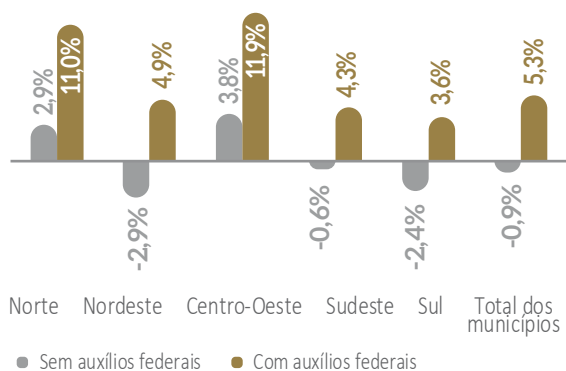
Do ponto de vista geográfico, é possível verificar uma clara diferenciação do comportamento das receitas municipais entre as regiões do país. As maiores alavancagens foram registradas no Centro-Oeste (8,2 p.p.) e no Norte (8,1 p.p.), justamente as duas áreas que teriam obtido aumento na receita corrente mesmo sem os recursos federais auxiliares. Segundo o Índice de Atividade Econômica Regional (ÍBCR), do Banco Central do Brasil, essas foram as regiões que apresentaram melhor desempenho econômico em 2020, com crescimento de 0,6% no Centro-Oeste e de 0,9% no Norte na comparação com 2019.

No Nordeste, também ocorreu uma elevada taxa de alavancagem, de 7,8 p.p. Os municípios da região teriam amargado baixa de 2,9% na receita corrente, mas os apoios a reverteram para uma subida de 4,9%.

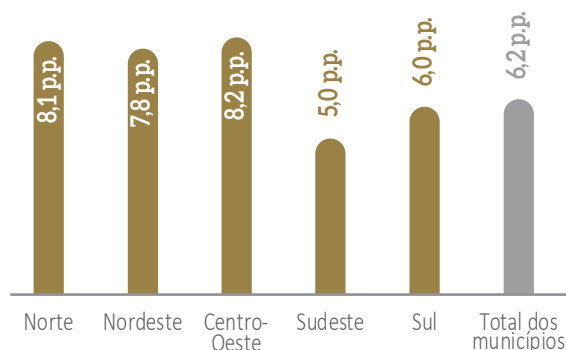
No Sul e Sudeste, por sua vez, os critérios de distribuição dos auxílios federais resultaram em taxas de alavancagem significativamente inferiores, de 6 p.p. e 5 p.p., respectivamente. No Sul, os apoios financeiros da União mudaram uma situação que seria de encolhimento de 2,4% da receita para um aumento de 3,6%. No Sudeste, essa influência dos aportes também foi percebida: a estimativa de contração de 0,6% deu lugar a um ganho de 4,3%. Esse efeito menos favorável para tais territórios é atribuído ao fato de os

auxílios pesarem menos nos orçamentos desses municípios, uma vez que suas receitas já são mais robustas que a das demais áreas. Além disso, essas três regiões sentiram mais severamente as sequelas da pandemia em suas finanças: em 2020, a economia nordestina encolheu 2%; a do Sul, 2,1%; e a do Sudeste, 1,2%, segundo IBCR.

Taxa de crescimento real da receita corrente dos municípios, com e sem os auxílios federais, por região - 2020/2019



Alavancagem na receita corrente devido aos auxílios emergenciais, por região - 2020 em pontos percentuais



II – Despesas

Com alta de 5,2% em 2020, o conjunto das despesas municipais somou R\$ 719,13 bilhões, valor 3,7% menor do que os das receitas auferidas no mesmo ano.

Panorama

Divididas em quatro grandes categorias, as despesas com pessoal tiveram elevação de 3,5%, apesar das restrições impostas pela LC 173, que limitou o aumento do gasto com a folha de pagamento do funcionalismo a partir de junho. Os custeios cresceram 4,7%, muito em virtude da expansão da oferta de serviços públicos nos grandes centros urbanos relacionados à saúde e à assistência social. Os desembolsos com os serviços da dívida, que incluem juros e amortizações, encolheram 28,8% devido à suspensão do pagamento das dívidas e de débitos previdenciários municipais perante a União. Finalmente, os investimentos subiram 33,7%, sendo em grande parte financiados por receitas de operações de crédito em ano de eleições municipais.

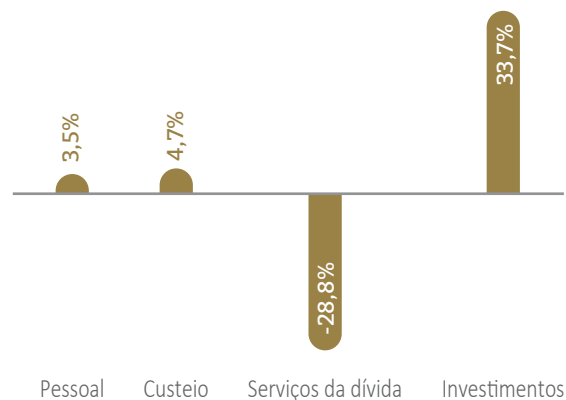
Sob a ótica funcional, os balanços orçamentários anuais espelham com nitidez o impacto da pandemia nas contas municipais. As características da crise pandêmica e as políticas adotadas para mitigar seus efeitos sociais na parcela mais vulnerável da população acarretaram em reforço dos aportes para as áreas de saúde e assistência social – de 15,6% e 14,4%, respectivamente.

Na educação, a redução de 28,8% no dispêndio refletiu a suspensão temporária das aulas presenciais e a adoção do ensino remoto. Tal mudança ocasionou a revisão ou corte de diversas despesas ligadas ao custeio das escolas, como limpeza, transporte escolar, água, luz, telefone, alimentação dos alunos e segurança, entre outras, bem como os contratos temporários de professores.

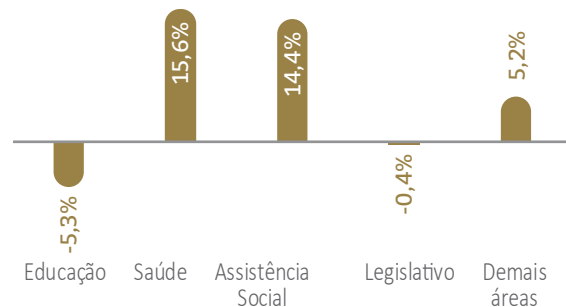
Ressalta-se que esse fato trouxe uma grande dificuldade para os gestores municipais alcançarem a aplicação mínima de 25% de toda a receita bruta proveniente das arrecadações de impostos próprios e de transferências com origem tributária, aumentando acentuadamente o número de prefeitos e prefeitas que não conseguiram atender ao

preceito constitucional. Em 2021, esse problema se agravou em virtude da continuidade das aulas remotas durante a maior parte do ano letivo e do congelamento dos salários pela LC 173, conjugados à melhoria na receita corrente e à falta de perspectiva de realização de grandes investimentos na educação, num ano de primeiro mandato das administrações municipais (veja mais na página 164). Por essa razão, a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) apoia a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 13/2021, em tramitação no Congresso Nacional, que procura dar uma solução temporária para uma questão excepcional decorrente do enfrentamento à pandemia da Covid-19.

Taxa de crescimento real dos principais itens da despesa por categoria econômica - 2020/2019

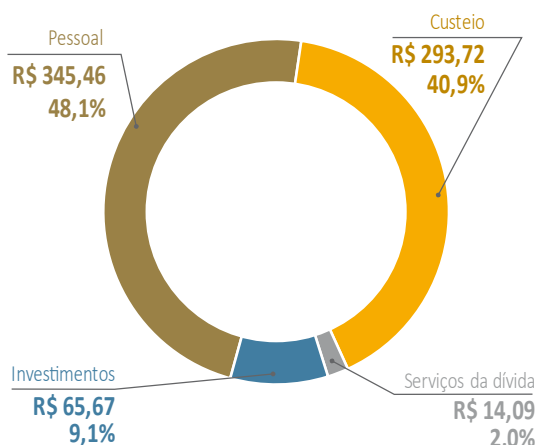


Taxa de crescimento real das principais despesas por função - 2020/2019



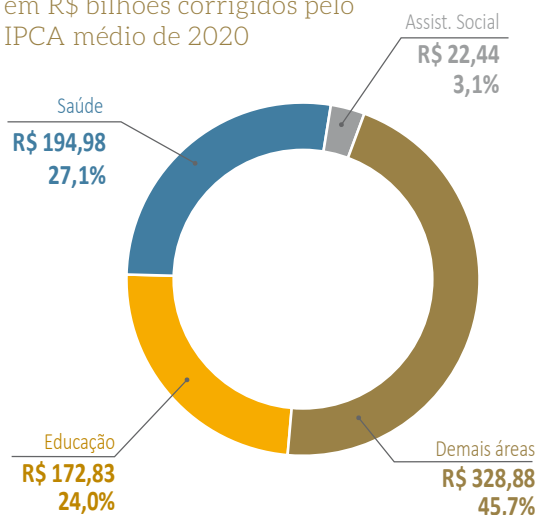
Composição da despesa total por categoria econômica - 2020

em R\$ bilhões corrigidos pelo IPCA médio de 2020



Composição da despesa total por função - 2020

em R\$ bilhões corrigidos pelo IPCA médio de 2020



III – Equilíbrio fiscal

O anuário **Multi Cidades** adota um indicador de equilíbrio fiscal obtido por meio do confronto entre as despesas correntes e a receita corrente, sendo somadas às despesas correntes as amortizações das dívidas³. Quanto mais próximo ou superior a 100% estiver essa relação, pior a situação de equilíbrio fiscal do ente.

$$\text{Indicador de equilíbrio fiscal} = \frac{\text{despesa corrente} + \text{amortizações da dívida}}{\text{receita corrente}}$$

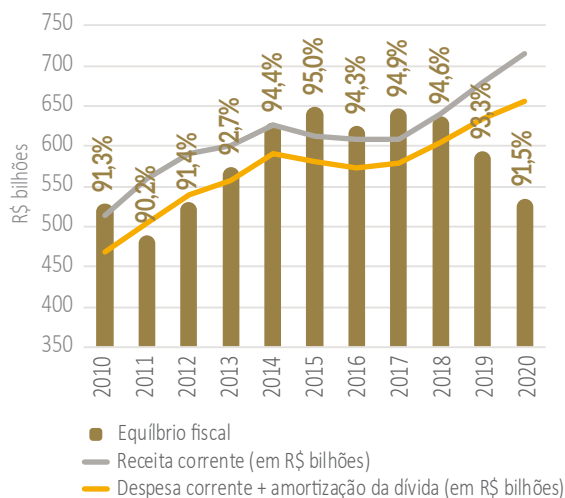
Conforme já mencionado nos tópicos anteriores, as receitas correntes cresceram 5,3% para atingir o valor de R\$ 715,72 bilhões. Já as despesas correntes, nelas somados os desembolsos de capital com as amortizações das dívidas, ampliaram-se 3,3% para atingir R\$ 655,03 bilhões.

Assim, o nível de comprometimento das receitas correntes com tais despesas correntes em 2020, de 91,5%, voltou a apresentar uma significativa diminuição. Em 2019, o indicador havia sido de 93,3%, depois de se situar durante cinco anos próximo a 95%. O resultado mostra que, em 2020, o equilíbrio fiscal dos municípios foi muito semelhante àquele prevalecente no início da década, antes da piora das contas públicas em virtude da forte crise econômica que atingiu o país em meados da década.

³ Tal metodologia foi adotada por esta publicação em razão de as amortizações da dívida, mesmo sendo despesas de capital, serem desembolsos obrigatórios e executados regularmente pelos governos. O pagamento dos juros já é computado nas despesas correntes.

Panorama

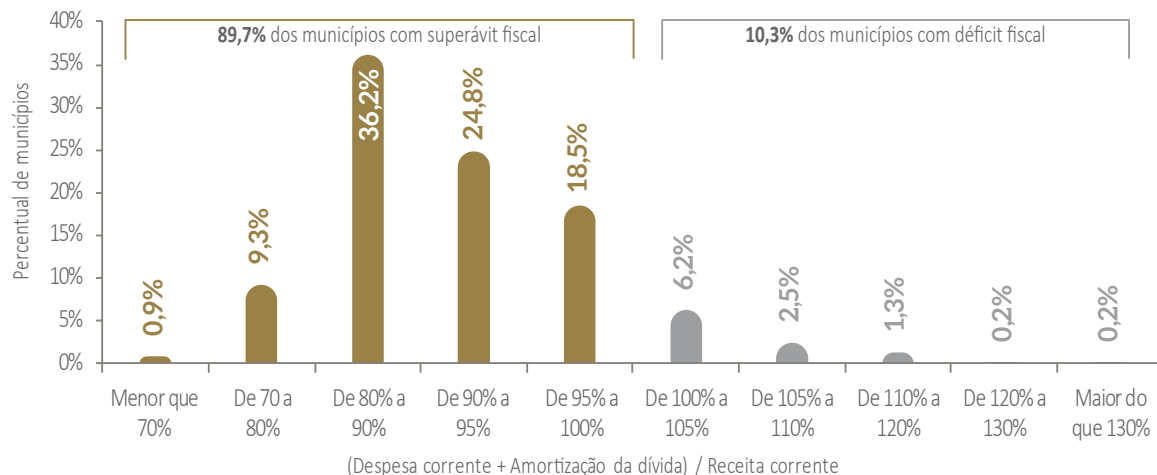
Evolução do indicador de equilíbrio fiscal, da receita corrente e da despesa corrente com amortização da dívida*



* Excluídos os desembolsos das operações de refinanciamento da dívida dos municípios do Rio de Janeiro (2010 e 2011) e de Belo Horizonte (2013).

A melhora da situação de fiscal dos entes locais também pode ser observada pela queda da proporção de municípios que apresentaram déficit em suas contas correntes. Em 2020, 10,3% dos municípios tiveram as despesas correntes (sempre incluindo as amortizações das dívidas) superiores às receitas correntes, sendo que o déficit foi maior do que 5% em apenas 4,1% das cidades brasileiras. Em 2019, a proporção de municípios deficitários era de 16,7% e, no biênio 2017-2018, de um em cada quatro. Nota-se ainda que, em 2020, das 89,7% das cidades brasileiras que assinalaram superávit, em 46,4% delas essa taxa ultrapassou os 10%.

Proporção de municípios de acordo com o indicador de equilíbrio fiscal - 2020



IV – Disponibilidade de caixa

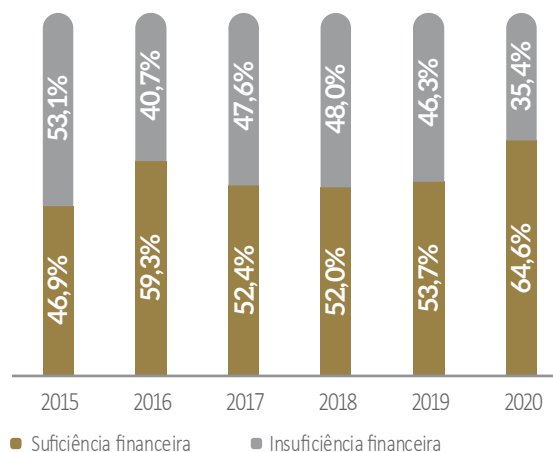
O indicador de suficiência financeira é obtido por meio do confronto entre a disponibilidade de caixa e os restos a pagar, considerando exclusivamente os recursos não vinculados, ao final do exercício. O indicador demonstra se o ente, ao fim desse período, possui recursos desvinculados suficientes para fazer frente aos restos a pagar e outras obrigações financeiras. Se positivo, o ente obteve suficiência financeira, ou seja, teve mais dinheiro em caixa do que contas a pagar. Caso contrário, quando os restos a pagar superam a disponibilidade de caixa, diz-se que ocorreu uma insuficiência de caixa.

$$\text{Indicador de suficiência financeira} = \frac{\text{disponibilidade de caixa}}{\text{receita corrente}}$$

Sendo: disponibilidade de caixa = depósitos bancários - restos a pagar

Os municípios fecharam o ano de 2020 com uma situação mais confortável de endividamento de curto prazo. Os Relatórios de Gestão Fiscal (RGFs) apontam que, de uma amostra de 4.953 cidades, quase dois terços (64,6%) encerraram o exercício com suficiência financeira (caixa positivo com recursos não vinculados), contra 53,7% em 2019. Assim, a fatia dos municípios que havia se deparado com um resultado negativo (insuficiência financeira) recuou de 46,3%, em 2019, para 35,4%, em 2020.

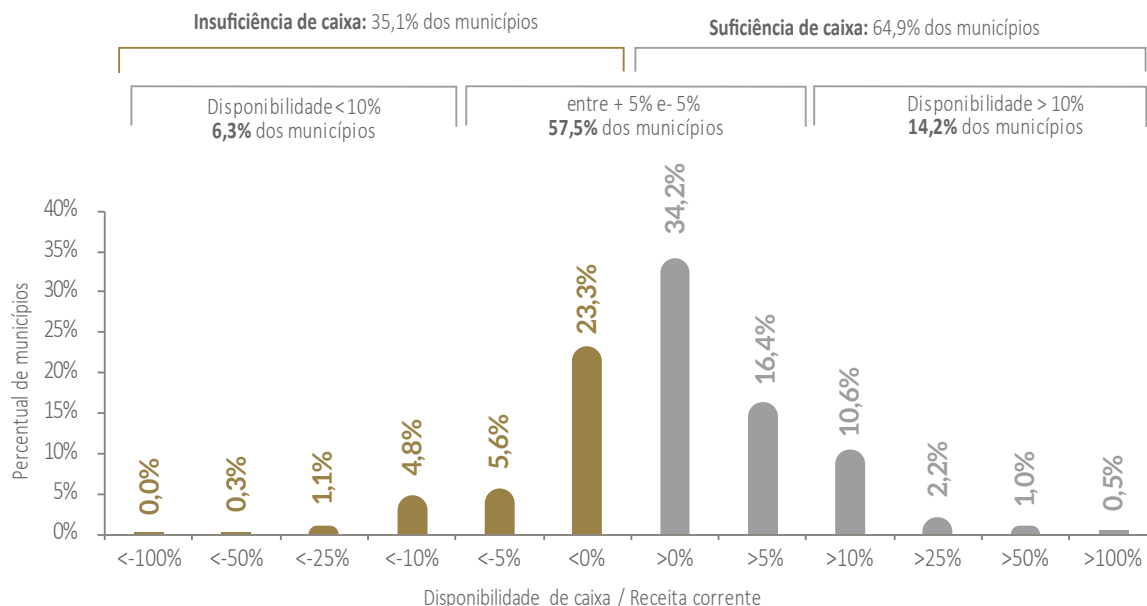
Composição dos municípios conforme a (in)suficiência financeira



O encerramento das contas em melhor situação foi motivado, em grande parte, pelas regras estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101/2000). Em seu artigo 42, ela veda ao prefeito contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro de seu mandato ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para esse efeito. Essa regra legal foi importante para incentivar as administrações municipais a fecharem as contas no “azul” em final de mandato, como foi o caso de 2020.

Não se pode deixar de mencionar a contribuição dada pelos auxílios financeiros para a constituição do cenário positivo de 2020, pois, como já explicado anteriormente, sem esses recursos os municípios teriam fechado o ano com queda de 0,9% na receita corrente. Considere-se, no entanto, que parte dos recursos do apoio estava vinculada às despesas com saúde e assistência social, não contando, portanto, como disponibilidade de recursos livres, mesmo que não tivesse sido gasta. Do total dos R\$ 42,05 bilhões dos auxílios, R\$ 14,33 bilhões, ou 34%, estavam vinculados.

Proporção de municípios de acordo com o indicador de suficiência financeira - 2020



Fonte: Relatórios de Gestão Fiscal (RGFs) disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional no Siconfi.

V – Primeiro semestre de 2021

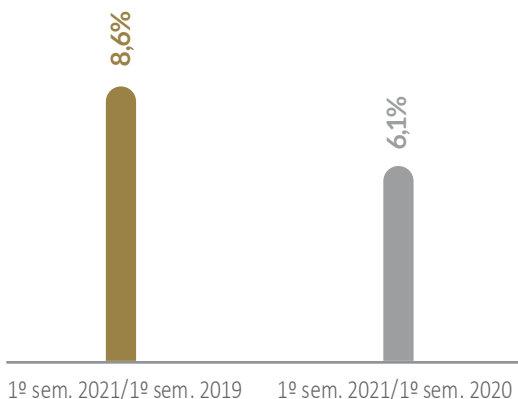
Mesmo com o encerramento de diversos benefícios governamentais às empresas, governos e pessoas, a atividade econômica mostrou maior resiliência do que o esperado nos primeiros seis meses de 2021, com o PIB crescendo 6,4% em relação ao mesmo semestre de 2020.

Nesse contexto, a Receita Corrente Líquida (RCL) fechou o primeiro semestre de 2021 com alta de 6,1% sobre o mesmo período do ano passado, em valores corrigidos pelo IPCA. Traçando comparação com 2019, a fim de eliminar os efeitos da Covid-19 da análise, o aumento foi de 8,6%. Entre as principais fontes de receita municipal, vale citar o notável desempenho das transferências estaduais de ICMS, que saltaram 18,9% e 14,1%, respectivamente, nos mesmos intervalos avaliados.

Entretanto, na passagem do primeiro para o segundo trimestre, a economia deu sinais de perda

de dinamismo, com o PIB retraindo-se 0,1%, descontada a sazonalidade. Apesar da retomada das atividades econômicas no Brasil e no mundo, permitida pelo avanço da vacinação, diversos acontecimentos adicionaram incertezas para o ano de 2022: as perspectivas de crise hídrica no país, com aumento no preço da energia elétrica, a alta do preço do petróleo no mercado mundial, a subida da inflação, a elevação das taxas de juros, a condução errática que tem sido dada à situação fiscal da União e fatores externos como uma possível desaceleração da China, principal parceiro comercial do Brasil. Como consequências de tais fatos, as expectativas do mercado captadas pelo Banco Central do Brasil e as projeções do FMI sinalizam para um crescimento de apenas 1,5% para o PIB de 2022. Nesse sentido, as receitas municipais podem ainda ter um bom desempenho nos últimos seis meses de 2021, porém é provável que haja uma situação mais sombria no próximo ano.

Taxa de crescimento real da RCL



As despesas⁴, por sua vez, contraíram-se 2,5% no primeiro semestre de 2021 diante de igual período de 2020. O gasto com o funcionalismo recuou 2,6% em razão das vedações a reajustes salariais e contratações impostas pela LC 173. No mesmo período, as despesas com custeio passaram por um ligeiro acréscimo de 1,2%, ao passo que os investimentos protagonizaram um tombo considerável de 36,5%, fato comum em primeiro ano de mandato. Por sua vez, os desembolsos com os serviços da dívida experimentaram incremento de 16,2% devido à retomada dos pagamentos que haviam sido suspensos até dezembro de 2020 pela LC 173.

Sob os efeitos da continuidade da suspensão das aulas presenciais nas escolas, os gastos com educação continuaram em declínio (-8,2%) no primeiro semestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior. Por outro lado, as quantias direcionadas para a saúde e assistência social permaneceram em ascensão nesses seis meses, a taxas de 4,3% e 2%, respectivamente.

⁴ Despesa liquidada.

Ao contrário das perspectivas para as receitas, as despesas devem sofrer forte pressão de aumento em 2022. A principal delas deve vir com o fim das restrições impostas pela LC 173, que congelou por quase dois anos os reajustes salariais e impediu uma série de despesas com os servidores. Em 2022, o funcionalismo público deverá reivindicar reposições salariais. Além disso, a volta das aulas presenciais trará aumento dos gastos com a educação, enquanto que, na saúde e na assistência social, a demanda permanecerá aquecida, exigindo maiores desembolsos. O cenário para 2022, portanto, é preocupante para a economia e desafiador para as finanças municipais.

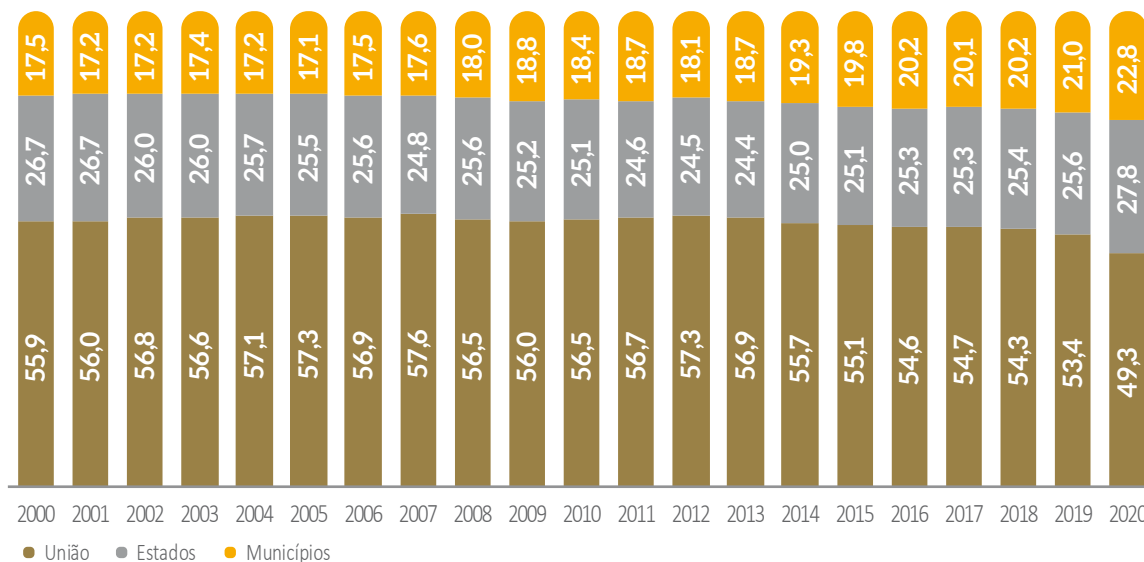
Uma avaliação detalhada do comportamento dos principais itens da receita e da despesa municipal está disponível em cada uma das seções de **Multi Cidades**.

VI – Receita disponível e arrecadação direta por esfera de governo

Sendo 2020 um ano atípico em decorrência da pandemia da Covid-19, quando medidas extraordinárias de repasses de recursos foram necessárias, a repartição da receita disponível entre as três esferas de governo sofreu alterações que não deverão ter continuidade no próximo ano.

Como é possível verificar no gráfico da página seguinte, a participação da União experimentou uma redução incomum de 4,1 pontos percentuais (p.p.) na sua participação na receita disponível, ao passo que a dos estados subiu 2,2 p.p. e a dos municípios cresceu 1,8 p.p. A expansão geral na participação dos municípios de 21% para 22,8% se deu, sobretudo, pela via dos auxílios financeiros advindos da União, recursos que não estão presentes nos orçamentos municipais de 2021.

Receita disponível por esfera de governo em % da carga tributária



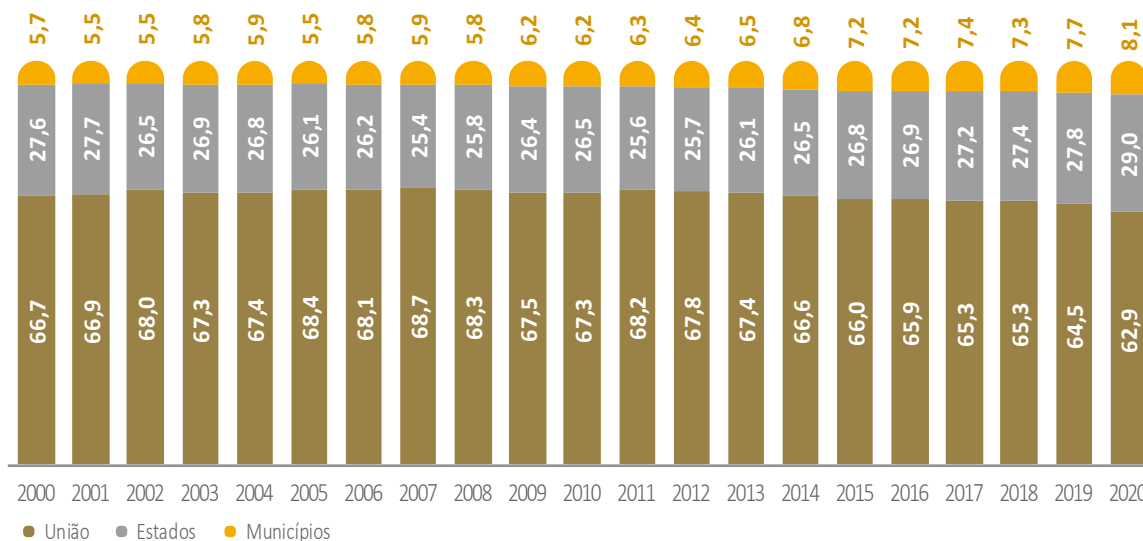
Elaboração: Kleber Pacheco de Castro. Fonte primária: STN, ANP, Aneel e IBGE.

Entende-se por receita disponível os recursos que cada ente governamental pode utilizar depois de realizada toda a arrecadação direta das três esferas e de repassadas todas as transferências obrigatórias (constitucionais e legais) de um ente para outro. Simplificadamente, trata-se do montante de recursos que cada nível de governo efetivamente possui para dar conta de suas atribuições.

Quando se observa a participação de cada nível de governo na arrecadação direta, ou seja, as entradas diretas de recursos antes de serem redistribuídos através das diversas transferências intergovernamentais, nota-se um crescimento da esfera municipal mais intenso que a ampliação desse ente na repartição da receita disponível. Entre 2000 e 2019, sem abranger o ano da pandemia, portanto, enquanto que a parcela dos municípios no recolhimento direto subiu 35,1%, sua participação na receita disponível cresceu 20,5%. Tal fato deixa evidente o esforço fiscal empreendido pelos municípios nos últimos 20 anos, o que fragiliza os discursos que sugerem o descaso com a arrecadação por parte dos entes locais.

Arrecadação direta por esfera de governo

em % da carga tributária



Elaboração: Kleber Pacheco de Castro. Fonte primária: STN, ANP, Aneel e IBGE.

É inegável o avanço da esfera municipal na repartição da receita disponível do setor público. No entanto, é preciso considerar que esse progresso não correspondeu à contribuição que os municípios trouxeram para a evolução da arrecadação direta nas duas últimas décadas e, muito menos, ao aumento das responsabilidades na execução de diversas políticas públicas a eles atribuídas. Por isso, a desconcentração de recursos em direção às municipalidades é considerada tímida.

Como apontam os números levantados por esta publicação, a participação dos municípios no financiamento da saúde no país progrediu, enquanto que a da União vem retrocedendo desde 2002. Além disso, os governos locais aplicam sistematicamente na saúde valores superiores ao mínimo de 15% da receita vinculada desde que foi editada a norma pela EC 29/2000 (veja mais

sobre saúde na página 178). Na rede municipal de educação, o número de alunos na educação infantil avança ininterruptamente desde 2010, acumulando alta de 32,5%, consequência da obrigatoriedade da matrícula de crianças a partir dos 4 anos de idade⁵ (veja mais sobre educação na página 164). Na segurança, função típica dos governos estaduais, crescem os investimentos nas Guardas Municipais e nos sistemas de videomonitoramento. No transporte, é cada vez maior a participação do poder público local no cofinanciamento do sistema, especialmente nas grandes cidades. Na iluminação pública, desde o fim de 2014 as prefeituras deveriam assumir os ativos que estavam sob a posse das concessionárias de energia elétrica. Atualmente, quase a totalidade das administrações municipais já era responsável pela manutenção e expansão da

⁵ Tal obrigatoriedade está consubstanciada na EC nº 59/2009, na Lei Federal nº 12.796/2013 e no Plano Nacional de Educação (PNE).

rede em seus territórios. Na assistência social, amplia-se a atuação dos entes subnacionais, uma vez que, desde a crise econômica iniciada em 2015, o desemprego tem se mantido em níveis elevados, resultando em graves questões sociais, sobretudo nas regiões metropolitanas e nas cidades de porte médio (veja mais sobre assistência social na página 190). Também na área do meio ambiente, a esfera municipal tem se defrontado com custos crescentes e urgentes para a gestão dos resíduos sólidos, conforme estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), que exige o fim dos lixões e, no seu lugar, a implantação de aterros e de sistemas de coleta e reciclagem.

Outro ponto do debate a respeito da desconcentração da receita disponível para os entes locais trata da forma como os recursos estão sendo distribuídos entre os municípios, discussão que tem ganhado mais visibilidade e é abordada ao longo desta publicação. A realidade de cidades de porte populacional médio e grande impõe-lhes crescentes desafios na execução das políticas públicas que não têm sido correspondidos pelos aportes necessários. A população continua afluindo para essas cidades, assim como os problemas decorrentes da concentração espacial, o que lhes confere condições muito distintas da grande maioria de municípios menos populosos. Questões de segurança, habitação, transporte, saúde, educação, iluminação e resíduos sólidos tomam para elas outra dimensão a ponto de nem as economias de escala serem capazes de compensar as perdas, exigindo que se encontrem soluções diferenciadas.

No entanto, de forma contraditória e paradoxal, uma parcela da desconcentração dos recursos a favor dos municípios, que adveio do aumento

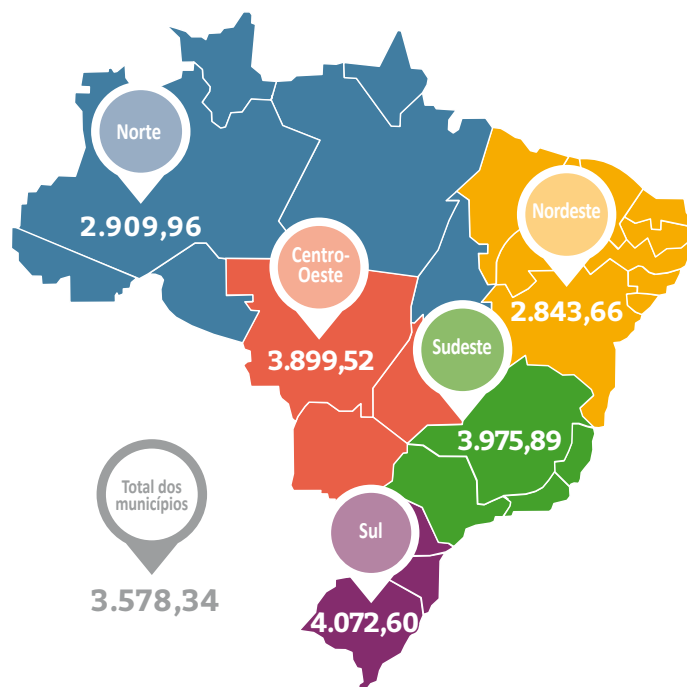
do FPM, favorece ainda mais as cidades menos populosas, onde há um fluxo contínuo de saída de seus habitantes, como muito provavelmente será confirmado com a realização do Censo Populacional em 2022 (veja mais sobre o FPM na página 58). As transferências da quota-parte municipal no ICMS também têm seguido a tendência da desconcentração, como já exposto (veja página 36). Assim, afora os ganhos originados do bom desempenho do setor de serviços, que, conjugados com as melhorias na gestão do ISS, beneficiaram as maiores cidades, as principais transferências constitucionais estão sendo canalizadas para as localidades que já possuem elevados valores de receita per capita e não exibem de forma contundente os graves problemas urbanos da atualidade. Para se dizer o mínimo, há, portanto, uma alocação ineficiente dos recursos entre os municípios que tem prejudicado a grande maioria da população residente nas médias e grandes cidades.

Assim, continua sendo imprescindível dotar os municípios de meios de financiamento estáveis e proporcionais às suas responsabilidades. Mas é necessário também que a alocação dos recursos entre os entes locais, que vem a um longo tempo acumulando uma série de distorções, seja realizada de forma inteligente, mais articulada e eficiente, levando-se em conta as distintas realidades do tecido urbano do país.

VII – Receita per capita

A receita total per capita do conjunto dos municípios foi de R\$ 3.578,41 em 2020. Entre as regiões, o Norte e Nordeste registraram, como de costume, valores abaixo da média. As demais continuam acima do patamar mediano, como mostra o gráfico na página seguinte.

Receita total per capita por região - 2020
em R\$ corrigidos pelo IPCA médio de 2020



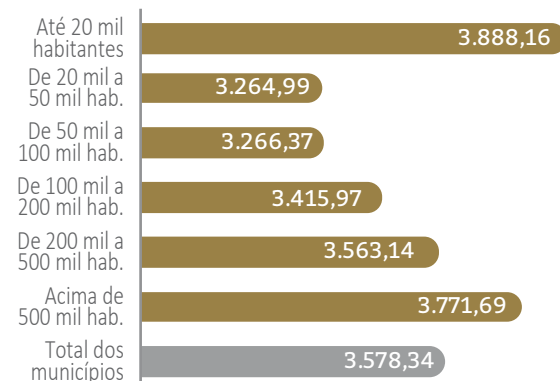
Entre as faixas populacionais, observa-se que as arrecadações mais elevadas ocorrem nos extremos, ou seja, no grupo com população até 20 mil habitantes (R\$ 3.888,16) e nas 48 cidades com mais de 500 mil habitantes (R\$ 3.771,69). Nota-se também que os municípios de 20 mil até 100 mil residentes possuem uma receita total per capita bem inferior às demais faixas.

Isso acontece devido à estrutura do sistema de tributação e de repartição de receitas entre os níveis de governo. Das fontes de recursos mais significativas para os tesouros municipais, o FPM privilegia os municípios com até 20 mil habitantes, mais especialmente aqueles com populações até 10.188 moradores, por pertencerem à primeira faixa de distribuição do Fundo, que inicia com o coeficiente 0,6, enquanto nas faixas superiores o acréscimo é de apenas 0,2 ponto em cada uma (veja a tabela dos coeficientes do FPM na página 62).

O ISS, por sua vez, concentra-se em municípios mais populosos e com forte dinamismo econômico. A arrecadação com a quota-parte do ICMS se comporta similarmente à do ISS, mas com uma peculiaridade: como os estados podem definir livremente os critérios para

a distribuição de uma parcela de suas receitas de ICMS, é comum que essas administrações adotem indicadores que acabam por beneficiar as cidades de pequeno porte populacional, tais como o tamanho do território, medidas de preservação ambiental e valor da produção agrícola, ou até estabeleçam percentuais a serem divididos igualmente. Com relação ao IPTU e ao ITBI, o recolhimento acontece de forma mais intensa nos municípios que possuem grandes populações e dinamismo econômico por terem maior base contributiva e por apresentarem imóveis de valor venal mais elevado. Dentro desse arranjo, portanto, os municípios na faixa de 20 mil a 100 mil habitantes são os que acabam por deter as menores receitas per capita, uma vez que nenhuma das principais fontes de recursos os privilegia.

Receita total per capita por faixa populacional - 2020
em R\$ corrigidos pelo IPCA médio de 2020



Outra ponderação importante a ser feita é que, embora os municípios com menos de 20 mil habitantes e as 48 cidades com mais de meio milhão de residentes possuam as maiores receitas per capita, as obrigações e as dificuldades atribuídas a eles são distintas. Isso fica evidente ao constatar que um grande centro urbano recebe diariamente residentes de municípios vizinhos que buscam trabalho, serviços, mercadorias e negócios e acabam pressionados a prover estrutura física não apenas aos seus moradores, mas também a toda essa população flutuante.

Porém, nenhuma realidade é mais dramática que a vivenciada pelos municípios do g100, grupo reunido pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP). São cidades com mais de 80 mil habitantes que aliam duas grandes adversidades: baixa receita per capita e alta vulnerabilidade socioeconômica de parte significativa de sua população.

Suas receitas são baixas porque, por serem mais populosas e com uma economia menos desenvolvida, tornaram-se cidades desfavorecidas pelo sistema de partilha de recursos entre os municípios, como já explicado anteriormente nos casos do FPM e do ICMS, e ainda são detentoras de uma base tributável restrita em função do nível de renda inferior de sua população e das características de sua economia. Muitas cidades do g100 são cidades satélites das regiões metropolitanas ou polos regionais do interior com baixo dinamismo econômico.

Nesses mesmos municípios, a população reúne os piores indicadores nas áreas da saúde, educação, renda, criminalidade, saneamento básico e, portanto, a demanda por serviços públicos é elevada, como já demonstrado nos estudos sobre o g100 editados pela FNP⁶.

Em 2020, 23,8 milhões de brasileiros, ou 11,3% da população, viviam em municípios do g100. Os gestores dessas cidades enfrentam os mais graves problemas socioeconômicos e de infraestrutura contando com uma receita corrente per capita média de R\$ 2.073,92, que equivale a 60% da média do conjunto dos municípios, de R\$ 3.429,46 por morador.

Diante dessa realidade, a reforma do modelo de partilha é urgente e deve alicerçar-se em quatro pontos: 1) repensar todos os repasses em conjunto, uma vez que eles devem conformar um sistema, dedicando especial atenção à redistribuição da parcela municipal do ICMS e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), por serem as duas maiores; 2) contemplar um prazo de transição longo para não inviabilizar as finanças dos governos locais; 3) ter como meta uma distribuição mais equânime da receita entre as cidades, respeitadas suas particularidades, para que os serviços públicos municipais sejam mais homogêneos em todo o território nacional; e 4) repensar a distribuição constitucional das atribuições dos municípios, conforme porte populacional.

⁶ O estudo mais atualizado do g100 é uma Nota Técnica que pode ser consultada em: <https://multimedia.fnp.org.br/biblioteca/documentos/item/899-g100-2020>
Para acessar as publicações anteriores, entre em <http://aequus.com.br/publicacoes/outras-publicacoes/>

ANEXO

Sobre os apoios financeiros

Medida Provisória nº 938, de 02/04/2020, e Lei nº 14.041, de 18/08/2020 – O primeiro auxílio financeiro disponibilizado foi o da MP 938, depois convertida na Lei 14.041, cujo objetivo consistiu em compensar estados e municípios pelas retrações no Fundo de Participação dos Estados (FPE) e no Fundo de Participação dos Municípios (FPM), conforme essas perdas se processaram, mês a mês, em comparação com o mesmo mês de 2019. Para os municípios estipulou-se a importância máxima de R\$ 8,26 bilhões, sendo que, de fato, foram repassados R\$ 7,74 bilhões, pois esse foi o volume da perda referente aos repasses de março a novembro, período definido pela Lei. Assim, houve uma sobra de pouco mais de R\$ 500 milhões em relação ao previsto.

Lei Complementar nº 173, de 27/05/2020 – Por sua vez, a LC 173 deu origem ao Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, com a injeção direta de R\$ 60 bilhões nos tesouros dos entes subnacionais, dos quais R\$ 23 bilhões foram direcionados aos municípios. Desses recursos, R\$ 3 bilhões foram repassados para os municípios segundo o critério populacional, para serem utilizados exclusivamente em ações de saúde e assistência social. O restante, R\$ 20 bilhões, que poderia ter aplicação livre de vinculações, foi dividido inicialmente na proporção estabelecida para cada Estado segundo o Anexo I da LC e, em seguida, pelo tamanho populacional de cada município.

Portaria do Ministério da Saúde nº 1.666, de 1º de julho de 2020 – O apoio financeiro entregue aos municípios por meio da Portaria 1.666 foi de uso exclusivo nas ações de saúde para o

enfrentamento à pandemia e disponibilizou R\$ 13,8 bilhões para os entes subnacionais, sendo direcionados R\$ 11,33 bilhões para os municípios. Os recursos foram repassados em agosto com base em pesos aplicados a critérios de população, valores dos procedimentos em saúde de média e alta complexidade e cifras transferidas aos municípios relativas ao Piso de Atenção Básica (PAB), com dados referentes ao exercício de 2019. Vale notar que a distribuição teve baixíssima eficiência alocativa, já que atribuiu pesos que não refletiam a estrutura de atendimento médico-hospitalar disponível nos municípios. Dessa forma, enquanto um município com até 20 mil habitantes recebeu, em média, R\$ 1,1 milhão por leito, ou R\$ 88,01 per capita, os mesmos indicadores para uma cidade com mais de 500 mil moradores foram de R\$ 64,8 mil e R\$ 35,46. Ou seja, considerando o número de leitos, uma pequena cidade conseguiu 17,1 vezes mais que uma grande e, com relação à população, obteve 2,5 vezes mais.⁷

Lei Aldir Blanc (Lei nº 14.017), de 29/06/2020 – A medida transferiu R\$ 1,5 bilhão em parcela única aos estados e a mesma quantia aos municípios. Os entes federados apenas repassaram os recursos para o setor cultural, sendo que os valores não utilizados deveriam ser devolvidos ao tesouro nacional. Nesse sentido, os montantes da Lei Aldir Blanc, apesar de constarem na RCL, apenas transitaram pelos orçamentos municipais e, por isso, não devem entrar no âmbito do auxílio financeiro do Governo Federal para compensar as perdas de receitas. As transferências tiveram início em setembro, conforme os municípios foram se inscrevendo para receberem esse repasse.

⁷ Avaliação elaborada por Kleber Pacheco de Castro com base na Portaria 1.666/2020 do Ministério da Saúde, IBGE (estimativas populacionais) e Conasems (Plano de Contingência Covid).

Receita total | 2016-2020

UF	População 2020	Região e município	2016	2017	2018	2019	2020	Varição 2020/2019	Receita total per capita 2020
			em R\$ mil corrigidos pelo IPCA médio de 2020						em %
	18.672.591	Norte	42.488.224,9	41.136.371,1	45.078.850,8	48.551.516,3	54.336.560,0	11,9	2.909,96
AC	413.418	Rio Branco	915.243,5	861.543,5	977.870,4	975.138,7	999.245,6	2,5	2.417,03
AC	89.072	Cruzeiro do Sul	164.228,7	...	171.737,2	192.290,0	203.445,2	5,8	2.284,05
AP	512.902	Macapá	850.258,6	822.287,9	866.479,2	849.939,5	980.106,3	15,3	1.910,90
AP	123.096	Santana	...	166.489,9	...	175.413,1	219.419,4	25,1	1.782,51
AM	2.219.580	Manaus	5.014.874,7	4.576.850,5	5.104.367,9	5.799.622,6	6.222.203,9	7,3	2.803,32
AM	115.363	Parintins	...	189.424,0	225.029,9	217.420,1	271.846,6	25,0	2.356,44
PA	1.499.641	Belém	3.105.335,9	2.995.901,3	3.037.407,2	3.302.571,5
PA	535.547	Ananindeua	701.804,2	705.138,3	743.124,0	751.675,1	962.437,9	28,0	1.797,11
PA	306.480	Santarém	607.508,7	614.684,8	648.507,0	688.129,6	748.723,6	8,8	2.442,98
PA	283.542	Marabá	826.184,7	832.058,8	928.328,0	1.005.297,4	1.112.215,5	10,6	3.922,58
RO	539.354	Porto Velho	1.360.943,0	1.352.727,9	1.444.714,9	1.494.669,1	1.620.244,9	8,4	3.004,05
RO	130.009	Ji-Paraná	258.247,6	262.876,7	267.427,8	288.690,0	344.380,6	19,3	2.648,90
RR	419.652	Boa Vista	1.126.642,2	1.206.179,3	1.327.895,5	...	1.626.000,9	..	3.874,64
RR	30.782	Rorainópolis	61.188,3	60.235,1	69.673,7
TO	306.296	Palmas	1.135.760,9	1.111.557,0	1.178.340,2	1.234.025,1	1.378.396,0	11,7	4.500,21
TO	183.381	Araguaína	439.471,1	428.179,3	471.961,1	483.369,8	625.123,3	29,3	3.408,88
	57.371.142	Nordeste	140.661.204,9	136.179.167,0	146.206.061,3	153.776.479,3	163.144.016,6	6,1	2.843,66
AL	1.025.360	Maceió	2.193.747,9	2.216.205,7	2.116.657,0	2.410.754,3	2.924.183,4	21,3	2.851,86
AL	233.047	Arapiraca	612.159,0	598.353,4	580.819,8	619.616,2	653.095,0	5,4	2.802,42
BA	2.886.698	Salvador	6.383.601,6	6.272.270,4	6.570.017,7	6.950.065,6	7.344.079,5	5,7	2.544,11
BA	619.609	Feira de Santana	1.116.451,9	1.133.291,7	1.448.516,2	1.253.409,9	1.347.843,4	7,5	2.175,31
BA	341.128	Vitória da Conquista	695.296,5	665.993,8	688.879,6	754.986,6	841.205,4	11,4	2.465,95
BA	304.302	Camaçari	1.158.877,6	1.127.897,7	1.207.176,8	1.324.990,6	1.547.547,5	16,8	5.085,56
CE	2.686.612	Fortaleza	6.763.958,1	6.691.944,2	7.011.968,1	7.911.145,3	7.761.817,5	-1,9	2.889,07
CE	365.212	Caucaia	649.870,8	643.153,1	...	758.075,5	1.057.992,0	39,6	2.896,93
CE	276.264	Juazeiro do Norte	565.332,9	684.402,3	557.110,2	589.496,7	589.391,4	0,0	2.133,44
MA	1.108.975	São Luís	2.954.513,7	2.810.856,9	2.930.174,6	3.218.128,7	3.578.496,5	11,2	3.226,85
MA	259.337	Imperatriz	653.028,2	620.417,7	716.063,5	868.928,6	804.523,9	-7,4	3.102,23
PB	817.511	João Pessoa	2.167.791,7	2.065.923,3	2.137.055,8	2.253.458,1	2.503.352,2	11,1	3.062,16
PB	411.807	Campina Grande	973.299,1	861.605,3	885.665,8	974.166,6	1.122.053,3	15,2	2.724,71
PE	1.653.461	Recife	4.715.263,4	4.840.011,2	4.975.857,3	5.159.170,3	5.332.190,1	3,4	3.224,87
PE	706.867	Jaboatão dos Guararapes	1.274.889,0	1.299.551,3	1.305.612,8	1.482.415,9	1.398.140,4	-5,7	1.977,94
PE	393.115	Olinda	640.105,0	617.112,2	648.648,2	661.473,5	704.964,7	6,6	1.793,28
PE	365.278	Caruaru	686.842,8	668.626,6	748.652,5	807.850,9	846.437,5	4,8	2.317,24
PE	354.317	Petrolina	669.264,6	656.273,9	732.618,8	822.934,8	869.409,0	5,6	2.453,76
PE	334.376	Paulista	456.450,8	466.775,5	490.727,9	504.628,2	622.947,6	23,4	1.863,02
PI	868.075	Teresina	3.047.993,4	2.731.314,7	2.951.248,7	3.132.103,2	3.124.642,1	-0,2	3.599,51
PI	153.482	Parnaíba	353.416,7	339.403,5	...	370.446,4	414.236,3	11,8	2.698,92
RN	890.480	Natal	2.141.001,9	2.108.577,8	2.221.817,2	...	2.507.536,5	..	2.815,94
RN	300.618	Mossoró	587.846,5	577.088,9	651.507,5	676.737,8	776.857,2	14,8	2.584,20
SE	664.908	Aracaju	1.803.200,0	1.761.480,8	1.832.925,3	1.972.313,3	2.136.484,6	8,3	3.213,20
SE	185.706	Nossa Senhora do Socorro	285.824,1	284.571,4	...	352.561,3	381.677,6	8,3	2.055,28
	13.449.154	Centro-Oeste¹	41.915.448,1	41.260.279,5	43.609.232,3	46.290.842,7	52.445.249,0	13,3	3.899,52
GO	1.536.097	Goiânia	4.634.828,0	4.533.238,5	4.672.513,4	5.250.179,1	5.818.312,0	10,8	3.787,72
GO	590.146	Aparecida de Goiânia	1.129.491,0	1.102.115,5	1.171.612,1	1.316.712,5	1.451.458,7	10,2	2.459,49
GO	391.772	Anápolis	1.095.958,7	1.059.996,5	1.128.384,2	1.055.284,1	1.351.830,0	28,1	3.450,55
MT	618.124	Cuiabá	2.196.051,7	2.129.134,4	2.292.086,8	2.369.699,8	2.643.670,4	11,6	4.276,93
MT	287.526	Várzea Grande	577.230,7	574.925,4	597.585,9	718.130,7	849.086,2	18,2	2.953,08
MS	906.092	Campo Grande	3.156.332,8	3.384.458,6	3.479.135,2	3.704.048,5	4.081.470,3	10,2	4.504,48
MS	225.495	Dourados	819.373,0	800.238,8	825.713,8	885.322,2	944.200,5	6,7	4.187,23
	89.012.240	Sudeste	304.881.219,5	300.919.388,4	315.388.468,2	338.893.531,3	353.903.027,1	4,4	3.975,89
ES	365.855	Vitória	1.705.354,8	1.653.371,8	1.734.931,1	1.921.303,0	2.059.138,2	7,2	5.628,29
ES	527.240	Serra	1.221.643,8	1.181.312,9	1.311.417,8	1.567.043,4	1.544.764,2	-1,4	2.929,91
ES	501.325	Vila Velha	991.261,2	943.922,4	1.012.029,9	1.059.599,3	1.201.753,1	13,4	2.397,15
ES	383.917	Cariacica	641.070,4	623.765,3	692.496,8	766.899,5	865.374,0	12,8	2.254,07
MG	2.521.564	Belo Horizonte	11.015.941,3	10.063.423,0	10.388.573,0	11.249.979,5	11.908.325,3	5,9	4.722,59
MG	699.097	Uberlândia	2.137.384,0	2.134.225,7	2.237.851,2	2.416.551,6	2.929.500,5	21,2	4.190,41
MG	668.949	Contagem	1.720.108,8	1.655.141,9	1.721.168,4	1.968.424,5	2.252.196,8	14,4	3.366,77

UF	População 2020	Região e município	2016	2017	2018	2019	2020	Varição 2020/2019	Receita total per capita 2020
			em R\$ mil corrigidos pelo IPCA médio de 2020					em %	em R\$
MG	573.285	Juiz de Fora	1.616.314,9	1.592.955,8	1.576.903,4	1.674.215,7	1.961.756,2	17,2	3.421,96
MG	444.784	Betim	1.803.025,5	1.723.643,4	1.644.444,5	1.812.632,0	2.103.979,4	16,1	4.730,34
MG	413.487	Montes Claros	663.448,8	686.215,9	803.216,9	946.358,5	1.152.231,7	21,8	2.786,62
MG	338.197	Ribeirão das Neves	425.051,2	...	447.445,7	470.204,9	551.701,3	17,3	1.631,30
MG	337.092	Uberaba	1.144.218,6	1.127.810,6	1.137.071,6	1.284.948,2	1.546.187,6	20,3	4.586,84
MG	281.046	Governador Valadares	834.309,5	841.741,9	802.898,5	891.387,7	1.014.556,8	13,8	3.609,93
RJ	6.747.815	Rio de Janeiro	28.378.935,2	23.785.036,7	24.783.389,1	24.622.117,4	24.577.043,9	-0,2	3.642,22
RJ	1.091.737	São Gonçalo	1.140.126,1	1.119.127,5	1.219.335,1	1.353.344,8	1.515.319,1	12,0	1.387,99
RJ	924.624	Duque de Caxias	2.248.430,0	2.228.552,7	2.554.450,6	2.631.762,5	2.836.336,3	7,8	3.067,56
RJ	823.302	Nova Iguaçu	1.335.878,0	1.403.960,3	1.509.604,7	1.713.495,9	1.900.936,3	10,9	2.308,92
RJ	515.317	Niterói	2.460.451,6	2.780.729,7	3.526.815,0	3.635.954,8	3.489.440,8	-4,0	6.771,45
RJ	513.118	Belford Roxo	659.828,8	629.064,8	701.319,8	751.212,9	819.834,4	9,1	1.597,75
RJ	511.168	Campos dos Goytacazes	2.421.669,3	1.764.879,8	2.056.822,9	1.859.127,4	1.620.902,7	-12,8	3.170,98
RJ	472.906	São João de Meriti	599.998,7	572.449,1	657.834,4	673.970,1	732.311,8	8,7	1.548,54
RJ	306.678	Petrópolis	963.101,9	976.918,0	1.093.116,0	1.122.537,8	1.209.625,2	7,8	3.944,28
RJ	273.988	Volta Redonda	944.547,7	906.423,4	1.042.098,8	..	3.803,45
SP	12.325.232	São Paulo	52.392.899,3	55.399.544,0	56.077.352,4	62.208.788,7	63.722.562,5	2,4	5.170,09
SP	1.392.121	Guarulhos	4.205.259,3	4.314.709,2	4.488.572,4	4.447.079,1	4.261.460,0	-4,2	3.061,13
SP	1.213.792	Campinas	4.701.374,3	4.637.979,6	5.028.434,5	5.742.025,5	5.905.702,4	2,9	4.865,50
SP	844.483	São Bernardo do Campo	4.125.653,3	3.890.662,0	4.347.391,7	4.417.070,4	4.363.769,4	-1,2	5.167,39
SP	729.737	São José dos Campos	3.102.279,8	2.793.467,2	2.584.455,5	2.873.019,3	3.013.041,8	4,9	4.128,94
SP	721.368	Santo André	2.519.869,2	2.485.060,0	2.633.381,2	2.800.890,6	2.638.303,6	-5,8	3.657,36
SP	711.825	Ribeirão Preto	2.532.667,6	2.731.972,6	2.695.134,5	2.801.270,6	2.949.437,4	5,3	4.143,49
SP	699.944	Osasco	2.244.155,9	2.264.004,5	2.352.284,4	2.724.580,8	2.855.078,6	4,8	4.079,01
SP	687.357	Sorocaba	2.786.759,3	2.815.295,4	2.876.912,0	2.939.369,7	2.957.377,4	0,6	4.302,53
SP	477.552	Mauá	1.009.801,8	998.145,4	1.043.819,8	1.090.654,3	1.185.463,3	8,7	2.482,38
SP	464.983	São José do Rio Preto	1.611.163,6	1.651.250,0	1.780.303,3	1.884.853,8	1.996.643,7	5,9	4.294,01
SP	450.785	Mogi das Cruzes	1.429.888,9	1.454.275,2	1.495.114,7	1.549.183,7	1.598.921,0	3,2	3.546,97
SP	433.656	Santos	2.502.815,8	2.505.529,8	2.708.973,6	3.013.570,8	2.960.582,0	-1,8	6.827,03
SP	426.757	Diadema	...	1.216.186,7	1.155.173,5	1.183.610,0	1.230.567,1	4,0	2.883,53
SP	423.006	Jundiaí	1.955.568,7	2.016.305,2	2.139.475,4	2.358.713,1	2.284.188,2	-3,2	5.399,90
SP	407.252	Piracicaba	1.591.905,6	1.643.517,9	1.658.634,4	1.756.929,9	1.780.043,1	1,3	4.370,86
SP	403.183	Carapicuíba	585.226,4	491.460,5	546.513,7
SP	379.297	Bauru	1.195.390,2	1.191.523,3	1.165.139,8	1.247.282,7	1.196.285,0	-4,1	3.153,95
30.192.315	Sul	104.450.995,2	104.408.943,4	110.987.066,3	117.013.801,7	122.961.155,1	5,1	4.072,60	
PR	1.948.626	Curitiba	8.331.930,0	8.131.302,1	8.393.930,4	8.869.882,0	8.473.230,0	-4,5	4.348,31
PR	575.377	Londrina	1.828.788,8	1.824.956,1	1.768.627,1	2.034.387,4	2.256.218,5	10,9	3.921,29
PR	430.157	Maringá	1.418.403,6	1.406.362,4	1.706.605,4	1.675.819,3	1.813.215,4	8,2	4.215,24
PR	355.336	Ponta Grossa	762.795,4	831.065,9	767.383,3	897.156,7	959.145,6	6,9	2.699,26
PR	332.333	Cascavel	901.075,8	955.552,2	987.400,4	1.063.731,6	1.191.224,0	12,0	3.584,43
PR	329.058	São José dos Pinhais	1.076.094,1	1.062.360,2	1.030.527,4	1.097.810,0	1.117.437,5	1,8	3.395,87
PR	258.248	Foz do Iguaçu	982.556,1	1.007.738,8	1.125.652,4	...	1.176.921,5	..	4.557,33
RS	1.488.252	Porto Alegre	6.466.225,8	6.423.864,6	6.459.210,8	6.593.653,3	7.190.160,9	9,0	4.831,28
RS	517.451	Caxias do Sul	1.905.092,0	1.800.601,3	1.871.289,6	1.915.417,0	1.986.709,0	3,7	3.839,41
RS	348.208	Canoas	1.574.710,7	1.548.070,6	1.590.508,0	1.676.774,4	1.751.762,4	4,5	5.030,79
RS	343.132	Pelotas	979.792,1	985.892,0	991.264,3	1.015.359,2	1.117.908,2	10,1	3.257,95
RS	283.677	Santa Maria	626.021,8	637.425,5	689.051,3	709.740,2	746.106,2	5,1	2.630,13
RS	283.620	Gravataí	740.264,6	749.142,4	817.474,1	857.081,3	898.931,5	4,9	3.169,49
RS	256.302	Viamão	487.793,5	443.545,5	471.700,9	505.448,0
SC	508.826	Florianópolis	1.824.436,1	1.792.111,8	1.890.841,2	2.078.997,8	2.134.730,0	2,7	4.195,40
SC	597.658	Joinville	2.143.878,4	2.153.461,0	2.220.853,1	2.557.978,7	2.574.335,2	0,6	4.307,37
SC	361.855	Blumenau	1.473.745,3	1.467.106,4	1.580.959,9	1.673.665,7	1.730.850,8	3,4	4.783,27
	83.116.849	Cidades selecionadas	266.387.908,5	261.191.196,1	272.338.878,8	291.932.689,5	305.303.921,9	4,6	3.673,19
	31.794.649	Até 20 mil habitantes	105.571.944,5	101.714.991,4	110.074.259,6	114.692.889,5	123.622.739,8	7,8	3.888,16
	47.479.406	Capitais	165.783.065,5	161.721.117,9	166.856.760,2	179.311.988,8	186.417.955,8	4,0	3.926,29
	208.697.442	Total dos municípios	634.397.092,6	623.904.149,4	661.269.679,0	704.526.171,4	746.790.007,8	6,0	3.578,34

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ' não inclui Brasília.

Receita total | RANKING 2020

Posição	UF	Município	Receita total	População 2020	Ranking pop. 2020
			em R\$		
1°	SP	São Paulo	63.722.562.523,06	12.325.232	1°
2°	RJ	Rio de Janeiro	24.577.043.851,61	6.747.815	2°
3°	MG	Belo Horizonte	11.908.325.290,51	2.521.564	5°
4°	PR	Curitiba	8.473.229.983,79	1.948.626	7°
5°	CE	Fortaleza	7.761.817.495,37	2.686.612	4°
6°	BA	Salvador	7.344.079.469,24	2.886.698	3°
7°	RS	Porto Alegre	7.190.160.889,82	1.488.252	11°
8°	AM	Manaus	6.222.203.856,40	2.219.580	6°
9°	SP	Campinas	5.905.702.404,37	1.213.792	13°
10°	GO	Goiânia	5.818.312.043,24	1.536.097	9°
11°	PE	Recife	5.332.190.088,84	1.653.461	8°
12°	SP	São Bernardo do Campo	4.363.769.356,61	844.483	21°
13°	SP	Guarulhos	4.261.459.990,39	1.392.121	12°
14°	MS	Campo Grande	4.081.470.284,31	906.092	18°
15°	MA	São Luís	3.578.496.519,16	1.108.975	14°
16°	RJ	Niterói	3.489.440.837,62	515.317	43°
17°	SP	Barueri	3.226.248.352,97	276.982	102°
18°	PI	Teresina	3.124.642.128,29	868.075	20°
19°	SP	São José dos Campos	3.013.041.783,68	729.737	24°
20°	SP	Santos	2.960.581.983,75	433.656	54°
21°	SP	Sorocaba	2.957.377.427,20	687.357	30°
22°	SP	Ribeirão Preto	2.949.437.391,30	711.825	26°
23°	MG	Uberlândia	2.929.500.492,80	699.097	29°
24°	AL	Maceió	2.924.183.369,29	1.025.360	16°
25°	SP	Osasco	2.855.078.622,94	699.944	28°
26°	RJ	Duque de Caxias	2.836.336.322,50	924.624	17°
27°	MT	Cuiabá	2.643.670.378,17	618.124	34°
28°	SP	Santo André	2.638.303.559,53	721.368	25°
29°	SC	Joinville	2.574.335.180,02	597.658	35°
30°	RN	Natal	2.507.536.450,05	890.480	19°
31°	PB	João Pessoa	2.503.352.190,07	817.511	23°
32°	RJ	Maricá	2.463.175.688,13	164.504	180°
33°	RJ	Macaé	2.440.741.524,27	261.501	108°
34°	SP	Jundiaí	2.284.188.239,98	423.006	57°
35°	PR	Londrina	2.256.218.537,02	575.377	37°
36°	MG	Contagem	2.252.196.813,65	668.949	31°
37°	SE	Aracaju	2.136.484.559,49	664.908	32°
38°	SC	Florianópolis	2.134.729.994,80	508.826	47°
39°	MG	Betim	2.103.979.442,76	444.784	53°
40°	ES	Vitória	2.059.138.187,37	365.855	70°
41°	PA	Parauapebas	2.039.056.713,63	213.576	143°
42°	SP	São José do Rio Preto	1.996.643.669,15	464.983	51°
43°	RS	Caxias do Sul	1.986.709.031,53	517.451	42°
44°	MG	Juiz de Fora	1.961.756.247,24	573.285	38°
45°	RJ	Nova Iguaçu	1.900.936.297,67	823.302	22°
46°	PR	Maringá	1.813.215.406,63	430.157	55°
47°	SP	Piracicaba	1.780.043.134,66	407.252	62°
48°	RS	Canoas	1.751.762.398,47	348.208	77°
49°	SC	Itajaí	1.732.279.286,19	223.112	137°
50°	SC	Blumenau	1.730.850.849,32	361.855	73°
51°	SP	Praia Grande	1.669.224.023,81	330.845	84°
52°	SP	Guarujá	1.646.751.242,41	322.750	86°

Posição	UF	Município	Receita total	População 2020	Ranking pop. 2020
			em R\$		
53°	RR	Boa Vista	1.626.000.946,17	419.652	58°
54°	RJ	Campos dos Goytacazes	1.620.902.708,72	511.168	46°
55°	RO	Porto Velho	1.620.244.855,69	539.354	39°
56°	SP	Mogi das Cruzes	1.598.920.991,52	450.785	52°
57°	BA	Camaçari	1.547.547.495,08	304.302	92°
58°	MG	Uberaba	1.546.187.598,62	337.092	81°
59°	ES	Serra	1.544.764.212,64	527.240	41°
60°	SP	São Caetano do Sul	1.544.259.497,75	161.957	183°
61°	RJ	São Gonçalo	1.515.319.122,03	1.091.737	15°
62°	GO	Aparecida de Goiânia	1.451.458.727,07	590.146	36°
63°	PE	Jaboatão dos Guararapes	1.398.140.359,69	706.867	27°
64°	TO	Palmas	1.378.395.973,31	306.296	91°
65°	GO	Anápolis	1.351.829.964,20	391.772	65°
66°	BA	Feira de Santana	1.347.843.395,11	619.609	33°
67°	SP	Paulínia	1.347.499.218,87	112.003	287°
68°	SP	Taubaté	1.269.062.222,74	317.915	87°
69°	SP	Diadema	1.230.567.071,14	426.757	56°
70°	RJ	Petrópolis	1.209.625.209,13	306.678	89°
71°	ES	Vila Velha	1.201.753.113,99	501.325	48°
72°	SP	Indaiatuba	1.197.424.236,95	256.223	112°
73°	SP	Bauru	1.196.284.986,98	379.297	67°
74°	PR	Cascavel	1.191.223.971,04	332.333	83°
75°	SP	Mauá	1.185.463.330,28	477.552	49°
76°	PR	Foz do Iguaçu	1.176.921.506,83	258.248	110°
77°	MG	Montes Claros	1.152.231.703,05	413.487	59°
78°	MT	Rondonópolis	1.143.004.095,12	236.042	128°
79°	SP	Santana de Parnaíba	1.122.115.899,56	142.301	207°
80°	PB	Campina Grande	1.122.053.255,04	411.807	61°
81°	RS	Pelotas	1.117.908.174,72	343.132	78°
82°	PR	São José dos Pinhais	1.117.437.485,71	329.058	85°
83°	PA	Marabá	1.112.215.526,15	283.542	100°
84°	SP	Limeira	1.110.231.511,42	308.482	88°
85°	SP	São Vicente	1.097.514.900,37	368.355	69°
86°	RJ	Angra dos Reis	1.079.320.044,01	207.044	151°
87°	CE	Caucaia	1.057.991.959,51	365.212	72°
88°	PR	Araucária	1.047.922.186,11	146.214	202°
89°	RJ	Volta Redonda	1.042.098.792,00	273.988	105°
90°	GO	Rio Verde	1.038.838.004,87	241.518	122°
91°	PA	Canaã dos Carajás	1.015.278.543,54	38.103	900°
92°	MG	Governador Valadares	1.014.556.836,92	281.046	101°
93°	SP	Jacareí	1.009.096.422,89	235.416	129°
94°	SP	Cubatão	1.002.295.442,56	131.626	230°
95°	SP	Cotia	1.000.193.951,84	253.608	114°
96°	AC	Rio Branco	999.245.622,22	413.418	60°
97°	SC	Balneário Camboriú	984.664.740,45	145.796	204°
98°	AP	Macapá	980.106.315,13	512.902	45°
99°	SP	Marília	977.889.604,20	240.590	124°
100°	RS	Novo Hamburgo	963.681.816,05	247.032	116°

	Total dos 100 maiores	317.419.505.354,07	78.687.028	..
	Total dos demais	429.370.502.488,07	130.010.414	..
	Total dos municípios	746.790.007.842,14	208.697.442	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Receita total per capita | RANKING 2020

Posição	UF	Município	Receita total per capita	Receita total	População 2020	Ranking pop. 2020	Posição	UF	Município	Receita total per capita	Receita total	População 2020	Ranking pop. 2020
			em R\$							em R\$			
1°	PA	Canaã dos Carajás	26.645,63	1.015.278.543,54	38.103	900°	53°	GO	Anhanguera	11.206,14	12.999.118,97	1.160	5560°
2°	ES	Presidente Kennedy	20.847,93	243.045.138,84	11.658	2787°	54°	MG	Olaria	11.126,16	19.136.998,50	1.720	5503°
3°	SP	Ilhabela	20.318,09	723.141.309,82	35.591	958°	55°	RN	Guamaré	11.107,22	177.304.600,51	15.963	2196°
4°	MG	Conceição do Mato Dentro	18.362,87	321.405.241,88	17.503	2033°	56°	RS	São José do Inhacorá	11.080,89	22.782.301,37	2.056	5426°
5°	MG	Araporã	17.716,94	122.796.135,18	6.931	3739°	57°	SP	Flora Rica	11.070,42	15.830.705,35	1.430	5547°
6°	RS	Engenho Velho	17.203,87	16.894.203,32	982	5565°	58°	MG	Cachoeira Dourada	11.022,14	29.825.911,23	2.706	5209°
7°	AM	Japurá	16.648,18	37.475.053,10	2.251	5369°	59°	GO	Aparecida do Rio Doce	10.971,16	27.142.647,33	2.474	5297°
8°	SP	Borá	15.420,79	12.922.623,55	838	5567°	60°	RS	Montauri	10.850,50	15.635.576,00	1.441	5546°
9°	RS	União da Serra	15.123,42	16.907.978,04	1.118	5563°	61°	SC	Tigrinhos	10.818,84	17.515.697,02	1.619	5520°
10°	RJ	Maricá	14.973,35	2.463.175.688,13	164.504	180°	62°	MS	Figueirão	10.782,65	32.984.122,37	3.059	5068°
11°	PR	Altamira do Paraná	14.936,84	25.123.761,35	1.682	5508°	63°	RS	Santo Antônio do Planalto	10.732,37	21.668.653,54	2.019	5433°
12°	MG	Grupiara	14.866,58	20.619.940,44	1.387	5550°	64°	RS	Carlos Gomes	10.658,75	14.399.976,64	1.351	5551°
13°	MG	Belo Vale	14.156,47	109.273.758,36	7.719	3527°	65°	PR	Alto Paraíso	10.657,70	28.615.921,16	2.685	5218°
14°	PA	Jacareacanga	14.098,60	107.008.406,69	7.590	3572°	66°	SC	Marema	10.654,76	18.645.835,94	1.750	5495°
15°	GO	Alto Horizonte	14.017,81	92.587.623,03	6.605	3827°	67°	GO	Pilar de Goiás	10.590,07	23.234.606,16	2.194	5390°
16°	MG	Jeceaba	13.885,81	67.373.962,88	4.852	4377°	68°	MG	Água Comprida	10.576,88	21.069.150,06	1.992	5439°
17°	BA	São Francisco do Conde	13.783,79	554.728.654,79	40.245	854°	69°	PR	Entre Rios do Oeste	10.543,10	48.456.084,05	4.596	4479°
18°	PR	Itaipulândia	13.560,82	154.389.988,19	11.385	2842°	70°	PR	Brasilândia do Sul	10.530,87	27.222.295,11	2.585	5254°
19°	RS	Barra do Rio Azul	13.469,46	22.291.958,34	1.655	5512°	71°	GO	Davinópolis	10.438,09	21.857.364,55	2.094	5412°
20°	RS	Pinhal da Serra	13.469,36	25.834.226,44	1.918	5464°	72°	PR	Esperança Nova	10.388,04	17.296.083,55	1.665	5511°
21°	GO	Campos Verdes	13.206,45	24.167.804,75	1.830	5479°	73°	SP	Turmalina	10.349,07	17.552.023,20	1.696	5507°
22°	MT	Araguaína	13.139,49	12.429.954,47	946	5566°	74°	MS	Paraíso das Águas	10.297,69	58.223.138,78	5.654	4099°
23°	SP	Nova Castilho	12.995,47	16.608.212,55	1.278	5557°	75°	RS	Vila Lângaro	10.232,80	21.284.220,29	2.080	5417°
24°	SP	Uru	12.666,26	14.604.196,70	1.153	5562°	76°	RS	Alto Alegre	10.228,49	16.498.552,55	1.613	5522°
25°	PR	Jardim Olinda	12.436,07	16.415.615,66	1.320	5555°	77°	MT	Santa Rita do Trivelato	10.206,06	35.782.461,55	3.506	4898°
26°	SC	Santiago do Sul	12.275,97	15.160.817,18	1.235	5559°	78°	MT	Itaúba	10.142,51	37.567.842,55	3.704	4823°
27°	RS	Capão Bonito do Sul	12.234,81	20.077.327,39	1.641	5514°	79°	RJ	Armação dos Búzios	10.125,33	349.091.118,80	34.477	1004°
28°	MG	Cedro do Abaeté	12.203,65	14.119.626,21	1.157	5561°	80°	SC	Maceira	10.115,14	17.863.345,68	1.766	5491°
29°	SC	Piratuba	12.115,73	45.373.411,35	3.745	4810°	81°	RS	Vista Alegre do Prata	10.073,52	15.684.467,35	1.557	5529°
30°	RS	Pedras Altas	12.058,08	23.561.497,75	1.954	5450°	82°	MG	Doresópolis	10.023,07	15.365.368,11	1.533	5535°
31°	SP	Paulínia	12.030,92	1.347.499.218,87	112.003	287°	83°	RN	Bodó	9.988,99	21.945.811,62	2.197	5388°
32°	SC	Lajeado Grande	12.009,08	17.028.873,43	1.418	5548°	84°	SP	Monções	9.933,86	22.520.065,47	2.267	5360°
33°	RS	Ponte Preta	12.007,82	18.299.916,04	1.524	5536°	85°	RS	Nicolau Vergueiro	9.932,01	16.626.186,10	1.674	5510°
34°	PA	Vitória do Xingu	11.961,12	182.753.887,24	15.279	2283°	86°	SC	Ermo	9.924,22	20.453.807,24	2.061	5422°
35°	GO	São João da Paraúna	11.858,43	15.949.585,39	1.345	5552°	87°	PR	Pato Bragado	9.912,88	56.344.782,16	5.684	4087°
36°	MS	Selvíria	11.738,79	76.795.155,87	6.542	3847°	88°	SC	Alto Bela Vista	9.885,20	19.038.904,13	1.926	5461°
37°	RS	Porto Vera Cruz	11.703,89	15.308.687,21	1.308	5556°	89°	MS	Água Clara	9.876,09	155.805.154,16	15.776	2214°
38°	RO	Pimenteiros do Oeste	11.683,17	25.095.450,34	2.148	5398°	90°	RS	Coqueiro Baixo	9.835,19	14.703.616,00	1.495	5539°
39°	SP	Barueri	11.647,86	3.226.248.352,97	276.982	102°	91°	RS	Genil	9.830,64	15.984.617,94	1.626	5518°
40°	RN	São Bento do Norte	11.636,94	31.617.567,99	2.717	5206°	92°	PI	Miguel Leão	9.764,52	12.127.537,86	1.242	5558°
41°	RS	André da Rocha	11.626,73	15.614.693,83	1.343	5553°	93°	ES	Itapemirim	9.762,98	338.345.902,33	34.656	993°
42°	SP	Pontes Gestal	11.591,50	29.871.290,62	2.577	5258°	94°	RS	Aratiba	9.753,09	60.361.873,82	6.189	3940°
43°	MS	Jateí	11.550,69	46.445.332,41	4.021	4700°	95°	PR	São Pedro do Paraná	9.748,92	22.315.267,74	2.289	5353°
44°	RS	Lagoa dos Três Cantos	11.536,78	18.539.601,68	1.607	5524°	96°	SP	Santana da Ponte Pensa	9.740,30	14.289.015,22	1.467	5543°
45°	RJ	São João da Barra	11.493,74	418.636.364,65	36.423	938°	97°	RN	Tibau	9.733,84	40.298.077,68	4.140	4649°
46°	RS	Nova Boa Vista	11.450,82	20.073.281,18	1.753	5494°	98°	RS	Mato Queimado	9.722,37	15.837.734,95	1.629	5517°
47°	SC	Flor do Serfão	11.380,98	17.970.561,00	1.579	5528°	99°	MG	Extrema	9.720,77	359.192.217,67	36.951	928°
48°	SC	Jardinópolis	11.332,79	17.520.489,63	1.546	5534°	100°	SC	Abdon Batista	9.696,12	24.705.716,22	2.548	5269°
49°	MG	Itatuaçu	11.299,13	127.137.830,79	11.252	2877°							
50°	SC	Paial	11.247,54	16.578.876,80	1.474	5542°							
51°	MG	Biquinhas	11.235,75	28.066.894,13	2.498	5287°							
52°	SC	Presidente Castello Branco	11.229,06	17.371.351,42	1.547	5533°							
									Total dos 100 maiores	13.080,69	14.514.648.399,99	1.109.624	..
									Total dos demais	3.527,54	732.275.359.442,15	207.587.818	..
									Total dos municípios	3.578,34	746.790.007.842,14	208.697.442	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Receita corrente | 2016-2020

UF	População 2020	Região e município	2016	2017	2018	2019	2020	Varição 2020/2019	Receita corrente per capita 2020
			em R\$ mil corrigidos pelo IPCA médio de 2020					em %	em R\$
	18.672.591	Norte	40.251.855,7	40.135.732,3	42.932.391,9	46.047.679,0	51.113.576,1	11,0	2.737,36
AC	413.418	Rio Branco	853.494,5	810.162,3	902.489,1	936.033,9	954.640,2	2,0	2.309,14
AC	89.072	Cruzeiro do Sul	150.875,0	...	156.292,2	162.698,3	186.326,1	14,5	2.091,86
AP	512.902	Macapá	819.058,7	800.673,4	846.538,3	830.252,7	955.353,4	15,1	1.862,64
AP	123.096	Santana	...	165.988,2	...	161.475,2	215.787,8	33,6	1.753,00
AM	2.219.580	Manaus	4.357.480,7	4.537.731,7	4.887.678,8	5.090.858,0	5.447.466,2	7,0	2.454,28
AM	115.363	Parintins	...	188.836,5	211.554,0	208.013,6	253.028,3	21,6	2.193,32
PA	1.499.641	Belém	2.875.786,1	2.859.321,8	2.885.678,0	3.120.522,3
PA	535.547	Ananindeua	667.737,5	674.631,6	688.291,0	720.825,7	913.480,7	26,7	1.705,70
PA	306.480	Santarém	600.801,1	604.549,1	645.167,8	680.599,2	733.327,6	7,7	2.392,74
PA	283.542	Marabá	803.739,5	822.970,3	883.430,9	969.677,2	1.058.938,1	9,2	3.734,68
RO	539.354	Porto Velho	1.359.965,7	1.347.602,2	1.430.536,0	1.486.058,8	1.566.397,7	5,4	2.904,21
RO	130.009	Ji-Paraná	241.731,7	249.247,9	257.605,1	273.725,9	331.194,3	21,0	2.547,47
RR	419.652	Boa Vista	996.245,2	1.097.179,1	1.160.674,7	...	1.424.729,8	...	3.395,03
RR	30.782	Rorainópolis	53.450,0	51.631,2	60.531,3
TO	306.296	Palmas	1.090.321,6	1.077.955,4	1.154.234,9	1.205.588,0	1.293.318,2	7,3	4.222,45
TO	183.381	Araguaína	415.499,6	411.414,7	450.958,5	474.850,9	536.934,3	13,1	2.927,97
	57.371.142	Nordeste	136.558.793,0	133.743.323,0	141.911.695,6	149.316.146,0	156.619.435,5	4,9	2.729,93
AL	1.025.360	Maceió	2.181.135,6	2.211.400,4	2.112.353,9	2.394.692,9	2.813.444,8	17,5	2.743,86
AL	233.047	Arapiraca	575.319,6	592.418,6	568.525,7	608.207,1	628.539,7	3,3	2.697,05
BA	2.886.698	Salvador	6.270.353,3	6.179.532,7	6.256.994,1	6.479.627,2	6.711.008,2	3,6	2.324,80
BA	619.609	Feira de Santana	1.083.057,5	1.104.758,2	1.430.104,8	1.195.419,0	1.277.704,7	6,9	2.062,11
BA	341.128	Vitória da Conquista	665.721,8	649.728,0	679.261,7	730.317,7	785.371,4	7,5	2.302,28
BA	304.302	Camaçari	1.134.446,2	1.106.012,5	1.180.125,0	1.258.222,5	1.261.269,0	0,2	4.144,79
CE	2.686.612	Fortaleza	6.390.330,0	6.457.396,5	6.755.459,5	7.357.785,5	7.336.003,9	-0,3	2.730,58
CE	365.212	Caucaia	649.870,8	642.635,2	...	717.979,8	864.782,5	20,4	2.367,89
CE	276.264	Juazeiro do Norte	557.730,6	672.053,1	551.038,9	578.579,2	579.432,4	0,1	2.097,39
MA	1.108.975	São Luís	2.885.013,7	2.802.246,6	2.912.148,0	3.162.670,7	3.344.354,1	5,7	3.015,72
MA	259.337	Imperatriz	646.359,4	615.670,6	711.110,2	861.432,4	799.738,2	-7,2	3.083,78
PB	817.511	João Pessoa	2.129.986,1	2.026.610,8	2.107.860,8	2.234.034,9	2.357.873,5	5,5	2.884,21
PB	411.807	Campina Grande	947.135,1	841.185,7	871.228,2	958.717,8	1.057.733,1	10,3	2.568,52
PE	1.653.461	Recife	4.538.083,0	4.706.036,3	4.711.831,5	4.895.034,8	5.003.171,4	2,2	3.025,88
PE	706.867	Jaboatão dos Guararapes	1.249.488,7	1.288.405,7	1.270.185,6	1.395.546,5	1.370.808,7	-1,8	1.939,27
PE	393.115	Olinda	613.068,2	607.271,7	637.900,1	655.465,7	677.946,9	3,4	1.724,55
PE	365.278	Caruaru	667.207,3	657.283,4	699.227,5	747.323,0	786.965,3	5,3	2.154,43
PE	354.317	Petrolina	653.842,0	644.105,7	697.356,5	776.166,6	819.229,3	5,5	2.312,14
PE	334.376	Paulista	435.097,7	445.179,1	481.137,7	498.797,9	616.435,1	23,6	1.843,54
PI	868.075	Teresina	2.670.642,6	2.643.953,6	2.813.324,0	2.947.812,1	3.036.945,5	3,0	3.498,48
PI	153.482	Parnaíba	345.294,3	327.596,4	...	363.011,6	402.858,3	11,0	2.624,79
RN	890.480	Natal	2.108.799,6	2.097.049,1	2.215.487,4	...	2.506.646,1	...	2.814,94
RN	300.618	Mossoró	577.256,8	575.413,7	643.725,2	661.490,9	713.999,5	7,9	2.375,11
SE	664.908	Aracaju	1.769.667,5	1.757.138,3	1.796.856,3	1.906.290,6	1.984.974,0	4,1	2.985,34
SE	185.706	Nossa Senhora do Socorro	278.396,6	281.974,7	...	350.767,4	378.918,5	8,0	2.040,42
	13.449.154	Centro-Oeste¹	40.441.612,0	40.316.944,9	42.164.517,5	44.855.952,2	50.199.235,9	11,9	3.732,52
GO	1.536.097	Goiânia	4.562.145,7	4.501.817,8	4.616.927,4	5.032.428,8	5.639.935,4	12,1	3.671,60
GO	590.146	Aparecida de Goiânia	1.031.923,9	1.051.614,4	1.111.304,9	1.223.664,3	1.360.874,6	11,2	2.306,00
GO	391.772	Anápolis	1.038.080,9	1.044.867,0	1.085.771,3	1.024.391,1	1.252.612,5	22,3	3.197,30
MT	618.124	Cuiabá	2.137.759,4	2.080.983,8	2.160.514,0	2.328.716,0	2.562.585,6	10,0	4.145,75
MT	287.526	Várzea Grande	560.715,4	556.074,3	579.282,5	663.141,8	769.894,3	16,1	2.677,65
MS	906.092	Campo Grande	3.134.246,9	3.331.311,7	3.394.394,4	3.562.934,1	3.983.134,3	11,8	4.395,95
MS	225.495	Dourados	792.951,3	785.789,4	809.765,2	879.567,9	933.088,9	6,1	4.137,96
	89.012.240	Sudeste	291.048.783,6	294.044.557,9	305.571.415,1	327.363.488,1	341.571.170,2	4,3	3.837,35
ES	365.855	Vitória	1.681.399,9	1.643.086,8	1.681.150,4	1.861.902,8	1.916.189,1	2,9	5.237,56
ES	527.240	Serra	1.197.257,8	1.171.389,2	1.252.513,2	1.406.573,3	1.422.129,7	1,1	2.697,31
ES	501.325	Vila Velha	960.720,3	933.800,5	987.516,4	1.045.135,0	1.181.186,9	13,0	2.356,13
ES	383.917	Cariacica	619.486,9	611.748,3	643.057,3	701.959,1	784.596,1	11,8	2.043,66
MG	2.521.564	Belo Horizonte	10.335.339,9	9.773.650,5	10.007.678,5	10.784.020,4	11.565.599,9	7,2	4.586,68
MG	699.097	Uberlândia	2.012.950,6	2.081.827,9	2.126.254,8	2.287.771,0	2.791.244,2	22,0	3.992,64
MG	668.949	Contagem	1.604.034,4	1.620.747,8	1.693.551,1	1.846.797,6	2.061.518,1	11,6	3.081,73

UF	População 2020	Região e município	2016	2017	2018	2019	2020	Varição 2020/2019	Receita corrente per capita 2020
			em R\$ mil corrigidos pelo IPCA médio de 2020						em %
MG	573.285	Juiz de Fora	1.559.776,2	1.519.961,0	1.557.836,2	1.618.448,9	1.848.625,8	14,2	3.224,62
MG	444.784	Betim	1.714.602,1	1.720.115,7	1.638.824,2	1.810.676,5	2.101.739,0	16,1	4.725,30
MG	413.487	Montes Claros	651.855,9	681.466,4	798.920,9	940.297,5	1.143.244,5	21,6	2.764,89
MG	338.197	Ribeirão das Neves	410.764,2	...	402.431,9	440.256,6	518.824,7	17,8	1.534,09
MG	337.092	Uberaba	1.070.382,4	1.094.875,5	1.106.863,9	1.248.673,0	1.453.281,9	16,4	4.311,23
MG	281.046	Governador Valadares	804.385,6	825.264,3	794.736,3	881.875,7	990.332,5	12,3	3.523,74
RJ	6.747.815	Rio de Janeiro	24.382.969,7	22.441.405,5	23.513.072,7	24.312.369,8	24.269.362,9	-0,2	3.596,63
RJ	1.091.737	São Gonçalo	1.109.261,0	1.101.297,5	1.206.404,5	1.301.058,7	1.491.512,8	14,6	1.366,18
RJ	924.624	Duque de Caxias	2.237.129,8	2.226.622,6	2.546.860,2	2.629.425,8	2.821.420,8	7,3	3.051,42
RJ	823.302	Nova Iguaçu	1.310.621,8	1.399.970,7	1.471.832,5	1.656.324,6	1.771.535,3	7,0	2.151,74
RJ	515.317	Niterói	2.209.728,5	2.648.710,1	3.441.569,5	3.589.773,9	3.416.384,7	-4,8	6.629,68
RJ	513.118	Belford Roxo	651.992,0	622.511,9	700.126,8	738.486,0	807.900,8	9,4	1.574,49
RJ	511.168	Campos dos Goytacazes	1.765.312,4	1.760.363,7	2.042.288,7	1.855.500,4	1.619.076,7	-12,7	3.167,41
RJ	472.906	São João de Meriti	597.966,6	571.774,1	654.281,2	670.980,8	718.112,7	7,0	1.518,51
RJ	306.678	Petrópolis	957.095,0	963.678,5	1.084.100,0	1.116.377,9	1.196.131,4	7,1	3.900,28
RJ	273.988	Volta Redonda	923.492,7	903.994,7	1.032.128,6	...	3.767,06
SP	12.325.232	São Paulo	50.831.145,0	54.191.916,0	54.038.656,6	58.067.939,3	60.974.839,2	5,0	4.947,16
SP	1.392.121	Guarulhos	4.159.733,9	4.280.804,1	4.430.186,1	4.332.704,3	4.160.504,0	-4,0	2.988,61
SP	1.213.792	Campinas	4.613.221,8	4.449.198,0	4.897.663,2	5.560.510,6	5.739.085,8	3,2	4.728,23
SP	844.483	São Bernardo do Campo	3.722.270,2	3.624.725,7	3.724.775,2	3.917.754,6	3.880.028,6	-1,0	4.594,56
SP	729.737	São José dos Campos	2.833.660,2	2.754.435,6	2.553.527,1	2.703.991,1	2.980.483,0	10,2	4.084,32
SP	721.368	Santo André	2.450.003,1	2.464.209,9	2.556.572,3	2.730.784,9	2.523.757,8	-7,6	3.498,57
SP	711.825	Ribeirão Preto	2.468.335,4	2.664.177,8	2.654.085,9	2.699.745,6	2.784.611,8	3,1	3.911,93
SP	699.944	Osasco	2.203.372,0	2.254.114,7	2.330.639,7	2.687.877,4	2.689.370,4	0,1	3.842,27
SP	687.357	Sorocaba	2.695.991,8	2.756.580,6	2.823.820,3	2.873.618,1	2.877.301,6	0,1	4.186,04
SP	477.552	Mauá	989.954,6	983.054,4	1.025.082,5	1.088.321,0	1.153.784,0	6,0	2.416,04
SP	464.983	São José do Rio Preto	1.519.833,9	1.562.179,4	1.661.236,1	1.733.934,0	1.828.884,7	5,5	3.933,23
SP	450.785	Mogi das Cruzes	1.294.344,3	1.370.098,4	1.443.067,0	1.525.482,3	1.557.195,5	2,1	3.454,41
SP	433.656	Santos	2.419.829,3	2.450.629,8	2.612.589,3	2.846.185,3	2.778.511,2	-2,4	6.407,18
SP	426.757	Diadema	...	1.206.086,5	1.148.245,1	1.179.063,8	1.214.025,4	3,0	2.844,77
SP	423.006	Jundiaí	1.944.017,2	2.002.591,0	2.118.636,3	2.236.502,9	2.199.930,6	-1,6	5.200,71
SP	407.252	Piracicaba	1.577.921,9	1.604.628,6	1.622.546,8	1.731.790,4	1.759.099,3	1,6	4.319,44
SP	403.183	Carapicuíba	499.452,1	475.972,6	510.326,3
SP	379.297	Bauru	1.151.526,9	1.148.736,5	1.135.700,0	1.228.035,1	1.180.615,1	-3,9	3.112,64
30.192.315	Sul	99.851.279,1	101.022.312,8	106.542.501,9	112.221.219,5	116.216.248,9	3,6	3.849,20	
PR	1.948.626	Curitiba	8.132.724,7	8.007.300,1	8.187.346,5	8.643.141,9	8.220.350,3	-4,9	4.218,54
PR	575.377	Londrina	1.780.554,0	1.800.214,3	1.752.190,8	1.995.926,1	2.190.246,9	9,7	3.806,63
PR	430.157	Maringá	1.372.197,6	1.394.107,3	1.485.082,2	1.584.332,8	1.674.570,7	5,7	3.892,93
PR	355.336	Ponta Grossa	741.405,2	789.029,8	749.249,6	838.071,4	927.160,8	10,6	2.609,25
PR	332.333	Cascavel	846.440,4	905.877,6	932.692,0	965.423,2	1.090.077,5	12,9	3.280,08
PR	329.058	São José dos Pinhais	1.057.447,3	1.025.769,0	1.015.743,5	1.079.463,3	1.067.296,7	-1,1	3.243,49
PR	258.248	Foz do Iguaçu	951.282,4	991.035,5	1.095.445,2	...	1.118.860,6	...	4.332,50
RS	1.488.252	Porto Alegre	6.227.497,4	6.197.595,0	6.367.835,1	6.493.146,5	7.017.919,5	8,1	4.715,55
RS	517.451	Caxias do Sul	1.862.613,2	1.772.451,0	1.830.957,1	1.875.035,7	1.907.975,2	1,8	3.687,26
RS	348.208	Canoas	1.438.717,9	1.512.830,1	1.561.101,6	1.568.154,6	1.683.652,4	7,4	4.835,19
RS	343.132	Pelotas	920.911,7	939.421,1	950.813,2	980.236,3	1.090.187,6	11,2	3.177,17
RS	283.677	Santa Maria	615.187,7	629.271,1	663.872,8	678.127,9	708.144,9	4,4	2.496,31
RS	283.620	Gravataí	723.097,0	745.449,3	807.647,8	816.737,1	829.839,8	1,6	2.925,89
RS	256.302	Viamão	484.506,2	438.683,7	466.620,4	502.601,4
SC	508.826	Florianópolis	1.742.887,1	1.730.023,6	1.842.711,5	1.954.800,5	1.988.115,0	1,7	3.907,26
SC	597.658	Joinville	2.108.475,8	2.102.148,6	2.200.624,3	2.523.064,8	2.389.979,3	-5,3	3.998,91
SC	361.855	Blumenau	1.395.601,2	1.398.789,2	1.469.110,1	1.587.359,0	1.614.628,2	1,7	4.462,09
	83.116.849	Cidades selecionadas	252.614.475,2	254.475.058,0	263.013.965,8	278.904.231,7	291.706.247,9	4,6	3.509,59
	31.794.649	Até 20 mil habitantes	100.897.326,9	98.619.359,8	104.669.463,5	110.436.413,3	117.305.504,2	6,2	3.689,47
	47.479.406	Capitais	156.464.479,5	157.311.081,1	160.760.432,6	170.436.143,5	178.397.767,7	4,7	3.757,37
	208.697.442	Total dos municípios	608.152.323,3	609.262.870,9	639.122.522,0	679.804.484,8	715.719.666,7	5,3	3.429,46

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ' não inclui Brasília.

Receita corrente | RANKING 2020

Posição	UF	Município	Receita corrente	População 2020	Ranking pop. 2020
			em R\$		
1º	SP	São Paulo	60.974.839.189,29	12.325.232	1º
2º	RJ	Rio de Janeiro	24.269.362.884,54	6.747.815	2º
3º	MG	Belo Horizonte	11.565.599.886,07	2.521.564	5º
4º	PR	Curitiba	8.220.350.272,36	1.948.626	7º
5º	CE	Fortaleza	7.336.003.875,18	2.686.612	4º
6º	RS	Porto Alegre	7.017.919.501,54	1.488.252	11º
7º	BA	Salvador	6.711.008.211,92	2.886.698	3º
8º	SP	Campinas	5.739.085.791,03	1.213.792	13º
9º	GO	Goiânia	5.639.935.421,14	1.536.097	9º
10º	AM	Manaus	5.447.466.160,07	2.219.580	6º
11º	PE	Recife	5.003.171.382,29	1.653.461	8º
12º	SP	Guarulhos	4.160.503.990,76	1.392.121	12º
13º	MS	Campo Grande	3.983.134.286,31	906.092	18º
14º	SP	São Bernardo do Campo	3.880.028.568,00	844.483	21º
15º	RJ	Niterói	3.416.384.704,20	515.317	43º
16º	MA	São Luís	3.344.354.131,54	1.108.975	14º
17º	SP	Barueri	3.223.886.020,85	276.982	102º
18º	PI	Teresina	3.036.945.504,12	868.075	20º
19º	SP	São José dos Campos	2.980.482.960,27	729.737	24º
20º	SP	Sorocaba	2.877.301.553,92	687.357	30º
21º	RJ	Duque de Caxias	2.821.420.759,80	924.624	17º
22º	AL	Maceió	2.813.444.848,18	1.025.360	16º
23º	MG	Uberlândia	2.791.244.179,65	699.097	29º
24º	SP	Ribeirão Preto	2.784.611.783,06	711.825	26º
25º	SP	Santos	2.778.511.211,80	433.656	54º
26º	SP	Osasco	2.689.370.435,28	699.944	28º
27º	MT	Cuiabá	2.562.585.551,79	618.124	34º
28º	SP	Santo André	2.523.757.782,01	721.368	25º
29º	RN	Natal	2.506.646.065,81	890.480	19º
30º	RJ	Maricá	2.456.856.263,55	164.504	180º
31º	RJ	Macaé	2.440.741.524,27	261.501	108º
32º	SC	Joinville	2.389.979.302,08	597.658	35º
33º	PB	João Pessoa	2.357.873.527,46	817.511	23º
34º	SP	Jundiaí	2.199.930.617,83	423.006	57º
35º	PR	Londrina	2.190.246.912,18	575.377	37º
36º	MG	Betim	2.101.738.996,08	444.784	53º
37º	MG	Contagem	2.061.518.100,27	668.949	31º
38º	SC	Florianópolis	1.988.115.037,15	508.826	47º
39º	SE	Araçaju	1.984.974.020,30	664.908	32º
40º	PA	Parauapebas	1.952.103.558,67	213.576	143º
41º	ES	Vitória	1.916.189.114,13	365.855	70º
42º	RS	Caxias do Sul	1.907.975.229,91	517.451	42º
43º	MG	Juiz de Fora	1.848.625.803,41	573.285	38º
44º	SP	São José do Rio Preto	1.828.884.660,78	464.983	51º
45º	RJ	Nova Iguaçu	1.771.535.315,54	823.302	22º
46º	SP	Piracicaba	1.759.099.286,14	407.252	62º
47º	SC	Itajaí	1.692.335.467,94	223.112	137º
48º	RS	Canoas	1.683.652.407,79	348.208	77º
49º	PR	Maringá	1.674.570.661,55	430.157	55º
50º	RJ	Campos dos Goytacazes	1.619.076.683,20	511.168	46º
51º	SC	Blumenau	1.614.628.160,35	361.855	73º
52º	SP	Praia Grande	1.594.499.297,80	330.845	84º

Posição	UF	Município	Receita corrente	População 2020	Ranking pop. 2020
			em R\$		
53º	RO	Porto Velho	1.566.397.727,87	539.354	39º
54º	SP	Mogi das Cruzes	1.557.195.451,81	450.785	52º
55º	SP	Guarujá	1.532.936.400,04	322.750	86º
56º	SP	São Caetano do Sul	1.501.733.475,35	161.957	183º
57º	RJ	São Gonçalo	1.491.512.816,99	1.091.737	15º
58º	MG	Uberaba	1.453.281.933,24	337.092	81º
59º	RR	Boa Vista	1.424.729.820,64	419.652	58º
60º	ES	Serra	1.422.129.651,00	527.240	41º
61º	PE	Jaboatão dos Guararapes	1.370.808.720,31	706.867	27º
62º	GO	Aparecida de Goiânia	1.360.874.640,21	590.146	36º
63º	SP	Paulínia	1.345.709.417,17	112.003	287º
64º	TO	Palmas	1.293.318.207,15	306.296	91º
65º	BA	Feira de Santana	1.277.704.664,57	619.609	33º
66º	BA	Camaçari	1.261.268.988,32	304.302	92º
67º	GO	Anápolis	1.252.612.491,07	391.772	65º
68º	SP	Diadema	1.214.025.382,69	426.757	56º
69º	RJ	Petrópolis	1.196.131.443,00	306.678	89º
70º	SP	Indaiatuba	1.193.558.128,45	256.223	112º
71º	ES	Vila Velha	1.181.186.878,54	501.325	48º
72º	SP	Bauru	1.180.615.125,06	379.297	67º
73º	SP	Taubaté	1.173.941.097,39	317.915	87º
74º	SP	Mauá	1.153.784.006,28	477.552	49º
75º	MG	Montes Claros	1.143.244.483,84	413.487	59º
76º	SP	Santana de Parnaíba	1.121.198.718,95	142.301	207º
77º	PR	Foz do Iguaçu	1.118.860.550,99	258.248	110º
78º	RS	Pelotas	1.090.187.602,48	343.132	78º
79º	PR	Cascavel	1.090.077.463,20	332.333	83º
80º	RJ	Angra dos Reis	1.071.770.107,49	207.044	151º
81º	PR	São José dos Pinhais	1.067.296.738,22	329.058	85º
82º	PA	Marabá	1.058.938.051,08	283.542	100º
83º	PB	Campina Grande	1.057.733.098,25	411.807	61º
84º	MT	Rondonópolis	1.052.383.965,46	236.042	128º
85º	SP	São Vicente	1.044.129.054,63	368.355	69º
86º	SP	Limeira	1.040.063.052,55	308.482	88º
87º	RJ	Volta Redonda	1.032.128.612,53	273.988	105º
88º	GO	Rio Verde	1.018.484.966,31	241.518	122º
89º	PA	Canaã dos Carajás	1.014.278.543,54	38.103	900º
90º	PR	Araucária	995.234.088,72	146.214	202º
91º	MG	Governador Valadares	990.332.499,22	281.046	101º
92º	SP	Cubatão	990.158.389,05	131.626	230º
93º	SP	Jacareí	959.898.576,81	235.416	129º
94º	AP	Macapá	955.353.382,48	512.902	45º
95º	AC	Rio Branco	954.640.152,05	413.418	60º
96º	SP	Cotia	952.343.875,70	253.608	114º
97º	RS	Novo Hamburgo	939.348.126,39	247.032	116º
98º	MS	Dourados	933.088.908,43	225.495	135º
99º	PR	Ponta Grossa	927.160.765,72	355.336	75º
100º	SP	Marília	916.412.317,90	240.590	124º

	Total dos 100 maiores	304.074.709.420,30	78.756.851	..
	Total dos demais	411.644.957.307,42	129.940.591	..
	Total dos municípios	715.719.666.727,72	208.697.442	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Receita corrente per capita | RANKING 2020

Posição	UF	Município	Receita corrente per capita	Receita corrente	População 2020	Ranking pop. 2020	Posição	UF	Município	Receita corrente per capita	Receita corrente	População 2020	Ranking pop. 2020
			em R\$							em R\$			
1º	PA	Canaã dos Carajás	26.619,39	1.014.278.543,54	38.103	900º	53º	SP	Turmalina	10.349,07	17.552.023,20	1.696	5507º
2º	ES	Presidente Kennedy	20.846,44	243.027.763,84	11.658	2787º	54º	MG	Água Comprida	10.338,85	20.594.980,27	1.992	5439º
3º	SP	Ilhabela	20.262,12	721.149.224,11	35.591	958º	55º	SP	Flora Rica	10.218,57	14.612.557,62	1.430	5547º
4º	MG	Conceição do Mato Dentro	18.261,49	319.630.868,94	17.503	2033º	56º	RS	Nova Boa Vista	10.204,50	17.888.485,69	1.753	5494º
5º	MG	Araporá	17.681,45	122.550.135,18	6.931	3739º	57º	SC	Flor do Sertão	10.201,18	16.107.660,70	1.579	5528º
6º	RS	Engenho Velho	16.383,10	16.088.205,36	982	5565º	58º	SC	Piratuba	10.195,97	38.183.904,53	3.745	4810º
7º	AM	Japurá	15.045,61	33.867.678,27	2.251	5369º	59º	SC	Paial	10.192,54	15.023.809,25	1.474	5542º
8º	RJ	Maricá	14.934,93	2.456.856.263,55	164.504	180º	60º	PR	Esperança Nova	10.164,21	16.923.403,55	1.665	5511º
9º	SP	Borá	14.782,01	12.387.323,55	838	5567º	61º	MT	Santa Rita do Trivelato	10.110,92	35.448.887,92	3.506	4898º
10º	MG	Belo Vale	14.103,98	108.868.633,36	7.719	3527º	62º	PR	Entre Rios do Oeste	10.015,87	46.032.922,25	4.596	4479º
11º	GO	Alto Horizonte	13.992,07	92.417.623,03	6.605	3827º	63º	RJ	Armação dos Búzios	10.013,57	345.237.975,99	34.477	1004º
12º	MG	Jeceaba	13.878,78	67.339.855,88	4.852	4377º	64º	GO	Davinópolis	10.011,51	20.964.111,41	2.094	5412º
13º	MG	Grupiara	13.831,51	19.184.299,93	1.387	5550º	65º	RS	Montauri	9.980,99	14.382.600,82	1.441	5546º
14º	PA	Jacareacanga	13.767,58	104.495.958,58	7.590	3572º	66º	SC	Jardinópolis	9.933,79	15.357.637,27	1.546	5534º
15º	BA	São Francisco do Conde	13.733,08	552.687.782,46	40.245	854º	67º	SC	Marema	9.898,42	17.322.242,94	1.750	5495º
16º	PR	Itaipulândia	13.373,33	152.255.326,17	11.385	2842º	68º	MG	Doresópolis	9.796,77	15.018.453,03	1.533	5535º
17º	RS	Pinhala da Serra	13.249,65	25.412.821,44	1.918	5464º	69º	ES	Itapemirim	9.762,28	338.321.577,33	34.656	993º
18º	RS	União da Serra	12.552,09	14.033.231,37	1.118	5563º	70º	PR	Pato Bragado	9.747,36	55.404.022,50	5.684	4087º
19º	PR	Altamira do Paraná	12.505,56	21.034.354,12	1.682	5508º	71º	MS	Água Clara	9.747,26	153.772.723,09	15.776	2214º
20º	MT	Araguainha	12.480,31	11.806.370,81	946	5566º	72º	RN	Bodó	9.727,30	21.370.881,22	2.197	5388º
21º	SP	Uru	12.258,63	14.134.196,70	1.153	5562º	73º	MS	Figueirão	9.720,77	29.735.837,24	3.059	5068º
22º	SP	Paulínia	12.014,94	1.345.709.417,17	112.003	287º	74º	RS	Vista Alegre do Prata	9.715,80	15.127.497,35	1.557	5529º
23º	PA	Vitória do Xingu	11.960,99	182.752.004,06	15.279	2283º	75º	MG	Extrema	9.675,60	357.523.106,54	36.951	928º
24º	RS	Capão Bonito do Sul	11.953,90	19.616.356,16	1.641	5514º	76º	RN	Tibau	9.635,92	39.892.720,68	4.140	4649º
25º	SP	Nova Castilho	11.933,04	15.250.426,59	1.278	5557º	77º	SC	Tigrinhos	9.551,98	15.464.659,02	1.619	5520º
26º	PR	Jardim Olinda	11.804,10	15.581.408,19	1.320	5555º	78º	PI	Miguel Leão	9.498,18	11.796.737,86	1.242	5558º
27º	SC	Santiago do Sul	11.725,81	14.481.378,54	1.235	5559º	79º	SC	Macieira	9.482,32	16.745.779,53	1.766	5491º
28º	MS	Selvíria	11.688,36	76.465.261,72	6.542	3847º	80º	RS	Boa Vista do Cadeado	9.429,37	23.271.674,34	2.468	5301º
29º	SP	Barueri	11.639,33	3.223.886.020,85	276.982	102º	81º	RS	Carlos Gomes	9.365,89	12.653.322,83	1.351	5551º
30º	RN	São Bento do Norte	11.609,56	31.543.187,99	2.717	5206º	82º	SP	Monções	9.358,10	21.214.809,09	2.267	5360º
31º	SP	Pantes Gestal	11.580,06	29.841.826,31	2.577	5258º	83º	RS	Mato Queimado	9.356,91	15.242.407,60	1.629	5517º
32º	RJ	São João da Barra	11.463,30	417.527.647,88	36.423	938º	84º	PR	Alto Paraíso	9.342,55	25.084.736,33	2.685	5218º
33º	RS	Pedras Altas	11.448,51	22.370.383,65	1.954	5450º	85º	RJ	Macaé	9.333,58	2.440.741.524,27	261.501	108º
34º	RS	André da Rocha	11.439,17	15.362.805,21	1.343	5553º	86º	PR	Santa Helena	9.296,83	248.848.136,74	26.767	1325º
35º	MS	Jateí	11.398,55	45.833.559,78	4.021	4700º	87º	SC	Capão Alto	9.277,28	23.156.079,57	2.496	5288º
36º	MG	Itaiaçu	11.255,49	126.646.784,79	11.252	2877º	88º	PR	São Pedro do Paraná	9.275,72	21.232.118,72	2.289	5353º
37º	GO	São João da Paraúna	11.226,73	15.099.953,29	1.345	5552º	89º	MS	Taquarussu	9.275,37	33.280.021,16	3.588	4867º
38º	GO	Campos Verdes	11.174,60	20.449.524,82	1.830	5479º	90º	SP	São Caetano do Sul	9.272,42	1.501.733.475,35	161.957	183º
39º	GO	Anhanguera	11.026,61	12.790.862,97	1.160	5560º	91º	RS	Nicolau Vergueiro	9.268,87	15.516.083,96	1.674	5510º
40º	RN	Guamaré	10.989,46	175.424.756,51	15.963	2196º	92º	MG	Queluzito	9.260,05	17.992.271,65	1.943	5456º
41º	RS	Lagoa dos Três Cantos	10.951,50	17.599.067,05	1.607	5524º	93º	RN	Severiano Melo	9.222,17	19.255.899,88	2.088	5415º
42º	GO	Aparecida do Rio Doce	10.886,43	26.933.027,07	2.474	5297º	94º	RS	Ponte Preta	9.181,37	13.992.410,41	1.524	5536º
43º	RS	Porto Vera Cruz	10.884,22	14.236.561,71	1.308	5556º	95º	RS	Santo Antônio do Planalto	9.145,95	18.465.663,51	2.019	5433º
44º	MG	Cedro do Abaeté	10.883,58	12.592.306,99	1.157	5561º	96º	RS	Guabiju	9.141,28	13.620.505,40	1.490	5541º
45º	MG	Cachoeira Dourada	10.830,26	29.306.687,42	2.706	5209º	97º	PA	Parauapebas	9.140,09	1.952.103.558,67	213.576	143º
46º	RO	Pimenteiras do Oeste	10.816,54	23.233.935,50	2.148	5398º	98º	RS	Alto Alegre	9.110,67	14.695.504,08	1.613	5522º
47º	MG	Biquinhas	10.731,95	26.808.419,13	2.498	5287º	99º	MS	Paraíso das Águas	9.105,53	51.482.690,89	5.654	4099º
48º	SC	Presidente Castello Branco	10.576,40	16.361.686,86	1.547	5533º	100º	RS	Vila Lângaro	9.089,66	18.906.483,66	2.080	5417º
49º	RS	Barra do Rio Azul	10.534,94	17.435.324,11	1.655	5512º							
50º	SC	Lajeado Grande	10.528,18	14.928.961,11	1.418	5548º							
51º	GO	Pilar de Goiás	10.498,00	23.032.606,16	2.194	5390º							
52º	RS	São José do Inhacorá	10.447,78	21.480.627,07	2.056	5426º							
									Total dos 100 maiores	11.575,67	20.398.385.813,76	1.762.177	..
									Total dos demais	3.360,09	695.321.280.913,96	206.935.265	..
									Total dos municípios	3.429,46	715.719.666.727,72	208.697.442	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Despesa total | 2016-2020

UF	População 2020	Região e município	2016	2017	2018	2019	2020	Varição 2020/2019	Despesa total per capita 2020
			em R\$ mil corrigidos pelo IPCA médio de 2020					em %	em R\$
	18.672.591	Norte	40.666.636,6	40.756.801,2	44.259.047,6	47.445.664,6	53.089.550,2	11,9	2.843,18
AC	413.418	Rio Branco	835.825,6	790.004,6	891.640,8	841.502,3	874.885,3	4,0	2.116,22
AC	89.072	Cruzeiro do Sul	164.239,9	146.128,8	177.102,5	194.611,7	205.142,4	5,4	2.303,11
AP	512.902	Macapá	796.151,9	786.686,4	837.296,2	873.952,7	1.199.286,9	37,2	2.338,24
AP	123.096	Santana	...	181.422,2	159.629,9	221.331,7	222.189,6	0,4	1.805,01
AM	2.219.580	Manaus	4.813.068,2	4.681.112,0	4.935.967,2	5.632.818,0	6.286.835,8	11,6	2.832,44
AM	115.363	Parintins	...	200.219,2	227.056,9	216.314,5	271.782,9	25,6	2.355,89
PA	1.499.641	Belém	2.989.600,7	2.882.860,9	2.973.274,5	3.170.288,1
PA	535.547	Ananindeua	...	662.479,5	711.452,6	727.503,3	863.827,0	18,7	1.612,98
PA	306.480	Santarém	644.172,1	637.662,7	666.597,3	659.469,1	736.453,6	11,7	2.402,94
PA	283.542	Marabá	718.784,5	761.102,2	877.075,9	892.201,7	855.449,6	-4,1	3.017,01
RO	539.354	Porto Velho	1.311.058,0	1.292.837,1	1.394.124,2	1.463.819,0	1.511.779,1	3,3	2.802,94
RO	130.009	Ji-Paraná	244.197,1	243.118,4	239.112,1	251.532,1	261.101,9	3,8	2.008,34
RR	419.652	Boa Vista	1.065.176,3	1.133.795,7	1.248.342,5	1.303.260,9	1.402.975,0	7,7	3.343,19
RR	30.782	Rorainópolis	63.249,4	...	96.423,4	103.598,8	103.898,6	0,3	3.375,30
TO	306.296	Palmas	1.003.286,2	1.017.713,3	1.044.883,9	1.057.873,9	1.205.975,1	14,0	3.937,29
TO	183.381	Araguaína	399.505,9	411.147,8	452.039,7	465.650,3	560.134,8	20,3	3.054,49
	57.371.142	Nordeste	137.166.849,3	135.790.457,3	145.997.072,8	152.969.342,3	161.578.376,8	5,6	2.816,37
AL	1.025.360	Maceió	2.295.562,2	2.329.456,3	2.467.000,3	2.499.712,8	2.469.568,7	-1,2	2.408,49
AL	233.047	Arapiraca	688.129,8	579.130,0	633.802,0	634.870,6	693.019,8	9,2	2.973,73
BA	2.886.698	Salvador	6.188.304,8	5.993.629,6	6.475.131,9	6.874.915,4	7.311.120,3	6,3	2.532,69
BA	619.609	Feira de Santana	1.125.417,4	1.140.705,5	1.203.702,2	1.242.107,7	1.338.860,9	7,8	2.160,82
BA	341.128	Vitória da Conquista	695.789,9	673.169,1	690.328,4	781.303,3	794.635,2	1,7	2.329,43
BA	304.302	Camaçari	1.083.879,8	1.027.248,2	1.180.131,9	1.284.479,0	1.497.992,6	16,6	4.922,72
CE	2.686.612	Fortaleza	6.557.889,6	6.779.246,0	6.905.471,9	8.004.324,0	8.518.702,1	6,4	3.170,80
CE	365.212	Caucaia	609.441,9	590.404,7	716.084,4	749.362,0	966.211,1	28,9	2.645,62
CE	276.264	Juazeiro do Norte	513.107,1	558.916,9	566.864,2	589.022,6	645.677,0	9,6	2.337,17
MA	1.108.975	São Luís	2.910.297,0	2.730.258,7	2.902.836,6	3.153.174,4	3.457.668,0	9,7	3.117,90
MA	259.337	Imperatriz	654.654,5	628.131,7	760.074,4	823.139,7	909.362,5	10,5	3.506,49
PB	817.511	João Pessoa	1.962.021,5	2.055.224,6	2.040.943,6	2.185.729,7	2.165.819,7	-0,9	2.649,29
PB	411.807	Campina Grande	941.689,3	947.042,2	935.345,3	970.923,7	1.111.847,4	14,5	2.699,92
PE	1.653.461	Recife	4.541.197,0	4.604.806,7	4.838.539,6	5.188.665,2	5.261.582,8	1,4	3.182,16
PE	706.867	Jaboatão dos Guararapes	1.210.358,2	1.177.470,9	1.297.714,7	1.338.363,2	1.313.798,0	-1,8	1.858,62
PE	393.115	Olinda	633.218,7	602.534,8	660.991,8	683.524,9	649.383,4	-5,0	1.651,89
PE	365.278	Caruaru	649.452,1	661.241,3	765.782,8	841.093,8	813.236,4	-3,3	2.226,35
PE	354.317	Petrolina	663.586,5	626.020,7	718.801,3	808.881,9	804.413,7	-0,6	2.270,32
PE	334.376	Paulista	475.031,8	456.605,7	476.826,9	492.073,9	561.096,6	14,0	1.678,04
PI	868.075	Teresina	2.887.557,4	2.845.705,9	2.912.087,3	3.156.255,4	3.350.768,1	6,2	3.860,00
PI	153.482	Parnaíba	327.114,8	346.302,9	357.504,5	380.064,1	408.109,5	7,4	2.659,01
RN	890.480	Natal	2.230.473,1	2.620.482,4	2.539.255,1	-3,1	2.851,56
RN	300.618	Mossoró	632.429,0	578.197,5	671.416,2	655.360,1	795.849,2	21,4	2.647,38
SE	664.908	Aracaju	1.741.955,9	1.576.723,7	1.714.170,5	1.730.652,7	1.869.018,2	8,0	2.810,94
SE	185.706	Nossa Senhora do Socorro	287.688,2	286.408,5	...	351.200,8
	13.449.154	Centro-Oeste¹	40.082.249,8	39.383.937,6	42.333.829,4	45.231.122,9	49.031.919,3	8,4	3.645,73
GO	1.536.097	Goiânia	4.642.048,5	4.434.489,9	4.504.376,2	5.076.325,2	5.351.678,9	5,4	3.483,95
GO	590.146	Aparecida de Goiânia	1.048.425,1	980.530,9	1.054.301,1	1.260.123,5	1.275.190,0	1,2	2.160,80
GO	391.772	Anápolis	1.148.705,6	1.078.078,6	1.128.518,6	1.232.899,3	1.319.820,0	7,1	3.368,85
MT	618.124	Cuiabá	2.119.295,7	2.134.453,0	2.319.272,0	2.372.963,2	2.633.814,6	11,0	4.260,98
MT	287.526	Várzea Grande	533.346,6	576.167,8	608.978,9	698.372,6	794.682,7	13,8	2.763,86
MS	906.092	Campo Grande	3.227.859,2	3.373.051,3	3.552.584,1	3.855.332,1	3.892.306,5	1,0	4.295,71
MS	225.495	Dourados	755.936,2	761.710,4	764.586,9	835.886,9	796.619,5	-4,7	3.532,76
	89.012.240	Sudeste	305.177.445,5	295.401.313,1	309.374.779,8	327.411.477,8	341.917.806,7	4,4	3.841,24
ES	365.855	Vitória	1.551.565,0	1.588.957,0	1.690.211,0	1.741.004,4	1.868.225,9	7,3	5.106,47
ES	527.240	Serra	1.217.527,5	1.177.060,5	1.264.740,6	1.424.285,2	1.498.142,1	5,2	2.841,48
ES	501.325	Vila Velha	953.918,6	858.373,8	964.012,2	1.009.309,2	1.066.395,6	5,7	2.127,15
ES	383.917	Cariacica	605.550,9	574.427,0	624.645,6	719.001,3	770.908,3	7,2	2.008,01
MG	2.521.564	Belo Horizonte	9.678.015,0	10.348.037,9	10.234.766,0	11.118.483,9	11.507.652,2	3,5	4.563,70
MG	699.097	Uberlândia	2.151.192,2	2.124.767,4	2.190.454,7	2.365.806,9	2.649.458,8	12,0	3.789,83
MG	668.949	Contagem	1.606.841,2	1.679.665,7	1.736.686,2	1.930.263,7	2.125.007,3	10,1	3.176,64

UF	População 2020	Região e município	2016	2017	2018	2019	2020	Varição 2020/2019	Despesa total per capita 2020
			em R\$ mil corrigidos pelo IPCA médio de 2020					em %	em R\$
MG	573.285	Juiz de Fora	1.633.033,5	1.648.035,1	1.676.496,9	1.618.434,0	1.709.858,4	5,6	2.982,56
MG	444.784	Betim	1.640.080,5	1.476.308,3	1.599.072,0	1.652.128,5	1.823.590,7	10,4	4.099,95
MG	413.487	Montes Claros	709.996,4	598.293,2	821.813,3	901.247,0	1.048.631,6	16,4	2.536,07
MG	338.197	Ribeirão das Neves	415.179,4	420.981,4	470.522,5	443.072,2	504.197,6	13,8	1.490,84
MG	337.092	Uberaba	1.057.372,8	1.048.048,8	1.105.908,8	1.122.766,8	1.307.879,9	16,5	3.879,89
MG	281.046	Governador Valadares	834.338,7	817.377,7	870.046,3	935.045,4	979.256,2	4,7	3.484,33
RJ	6.747.815	Rio de Janeiro	29.045.878,7	25.041.536,1	24.811.059,1	25.892.829,0	25.210.871,6	-2,6	3.736,15
RJ	1.091.737	São Gonçalo	...	1.091.206,6	1.222.278,1	1.305.725,5	1.461.481,6	11,9	1.338,68
RJ	924.624	Duque de Caxias	2.789.020,6	2.637.443,5	2.542.528,1	2.672.278,8	2.857.176,0	6,9	3.090,09
RJ	823.302	Nova Iguaçu	1.568.734,0	1.467.934,4	1.496.055,5	1.640.576,8	1.798.649,5	9,6	2.184,68
RJ	515.317	Niterói	2.544.578,3	2.603.174,7	2.869.108,0	3.070.855,5	3.612.808,4	17,6	7.010,85
RJ	513.118	Belford Roxo	748.685,2	667.008,2	746.583,5	717.491,2	832.457,3	16,0	1.622,35
RJ	511.168	Campos dos Goytacazes	3.324.894,5	1.817.185,6	2.034.111,3	1.946.505,6	1.713.112,6	-12,0	3.351,37
RJ	472.906	São João de Meriti	648.227,1	670.012,0	...	801.219,6	797.336,1	-0,5	1.686,04
RJ	306.678	Petrópolis	993.569,4	983.747,2	1.109.820,0	1.128.459,9	1.176.146,5	4,2	3.835,12
RJ	273.988	Volta Redonda	892.301,4	917.316,3	1.018.630,8	1.001.844,3	1.075.673,8	7,4	3.925,99
SP	12.325.232	São Paulo	54.581.744,1	54.971.796,9	55.892.744,6	58.761.503,1	61.799.258,3	5,2	5.014,04
SP	1.392.121	Guarulhos	4.019.250,8	4.395.156,8	4.436.207,7	4.429.580,7	4.057.623,1	-8,4	2.914,71
SP	1.213.792	Campinas	4.966.863,8	5.026.619,3	5.023.245,8	5.464.541,9	5.407.559,6	-1,0	4.455,10
SP	844.483	São Bernardo do Campo	4.159.749,0	3.736.946,0	4.211.509,0	4.341.014,5	4.541.804,3	4,6	5.378,21
SP	729.737	São José dos Campos	2.941.262,8	2.566.122,3	2.883.567,2	3.124.117,6	3.088.698,0	-1,1	4.232,62
SP	721.368	Santo André	2.584.156,7	2.393.022,7	2.571.071,6	2.690.702,1	2.802.580,4	4,2	3.885,09
SP	711.825	Ribeirão Preto	2.743.767,0	2.572.454,5	2.743.431,3	2.777.280,2	2.843.178,6	2,4	3.994,21
SP	699.944	Osasco	2.247.059,8	2.162.708,3	2.349.366,2	2.592.648,4	2.792.975,7	7,7	3.990,28
SP	687.357	Sorocaba	2.640.425,6	2.448.241,0	2.651.044,4	2.837.198,6	2.765.521,7	-2,5	4.023,41
SP	477.552	Mauá	1.175.708,7	1.012.418,5	1.059.874,6	1.063.553,5	1.179.416,9	10,9	2.469,71
SP	464.983	São José do Rio Preto	1.620.107,5	1.573.276,1	1.714.806,6	1.905.782,3	1.901.451,0	-0,2	4.089,29
SP	450.785	Mogi das Cruzes	1.470.701,2	1.432.817,4	1.476.196,7	1.562.200,1	1.567.714,6	0,4	3.477,74
SP	433.656	Santos	2.511.096,7	2.438.987,2	2.538.089,6	2.857.463,8	2.898.964,7	1,5	6.684,94
SP	426.757	Diadema	1.308.081,2	1.298.857,6	1.284.676,2	1.351.228,8	1.278.061,4	-5,4	2.994,82
SP	423.006	Jundiaí	2.042.125,9	1.928.322,1	2.049.620,6	2.249.035,5	2.259.031,0	0,4	5.340,42
SP	407.252	Piracicaba	1.643.948,9	1.660.800,2	1.657.490,6	1.746.680,6	1.677.256,5	-4,0	4.118,47
SP	403.183	Carapicuíba	595.539,9	...	542.300,4	...	649.229,2	...	1.610,26
SP	379.297	Bauru	1.119.150,3	1.138.741,1	1.183.788,8	1.266.335,0	1.210.626,9	-4,4	3.191,77
30.192.315	Sul	97.548.555,6	97.221.347,9	104.020.432,3	110.294.974,4	113.515.254,5	2,9	3.759,74	
PR	1.948.626	Curitiba	7.524.563,6	7.862.696,5	7.956.579,5	8.246.989,7	8.331.299,5	1,0	4.275,47
PR	575.377	Londrina	1.891.827,8	1.878.325,5	2.002.102,0	2.189.034,8	2.208.899,2	0,9	3.839,05
PR	430.157	Maringá	1.359.084,1	1.338.036,9	1.616.701,7	1.556.717,8	1.663.341,9	6,8	3.866,83
PR	355.336	Ponta Grossa	780.106,5	835.097,1	882.163,1	908.277,8	980.309,6	7,9	2.758,82
PR	332.333	Cascavel	880.756,7	831.780,1	922.050,4	1.026.463,7	1.075.345,6	4,8	3.235,75
PR	329.058	São José dos Pinhais	1.005.886,2	955.712,9	918.828,0	1.002.856,7	1.005.677,4	0,3	3.056,23
PR	258.248	Foz do Iguaçu	761.150,2	932.343,8	1.050.674,1	1.135.598,3	1.129.168,8	-0,6	4.372,42
RS	1.488.252	Porto Alegre	6.427.492,2	6.236.113,7	6.086.992,3	6.007.593,3	6.492.364,3	8,1	4.362,41
RS	517.451	Caxias do Sul	1.839.053,0	1.742.188,9	1.849.910,0	1.879.789,7	1.950.729,5	3,8	3.769,88
RS	348.208	Canoas	1.636.144,6	1.483.735,1	1.505.540,7	1.664.223,0	1.697.171,0	2,0	4.874,02
RS	343.132	Pelotas	909.132,7	965.623,3	958.579,2	1.045.308,3	1.035.330,1	-1,0	3.017,29
RS	283.677	Santa Maria	598.891,7	609.062,6	622.582,1	645.069,1	682.725,1	5,8	2.406,70
RS	283.620	Gravatá	722.752,1	737.739,2	791.311,0	836.365,2	900.722,6	7,7	3.175,81
RS	256.302	Viamão	391.417,3	416.242,1	458.640,3	491.447,7	476.671,2	-3,0	1.859,80
SC	508.826	Florianópolis	1.965.991,4	1.874.553,1	1.996.079,5	2.194.483,3	2.041.735,9	-7,0	4.012,64
SC	597.658	Joinville	1.808.178,2	1.894.585,4	1.932.776,3	2.036.202,0	2.189.804,3	7,5	3.663,98
SC	361.855	Blumenau	1.470.508,7	1.495.089,3	1.608.443,1	1.608.484,0	1.607.172,4	-0,1	4.441,48
	83.116.849	Cidades selecionadas	266.312.005,8	258.799.079,5	268.567.009,9	284.673.913,5	295.993.210,7	4,0	3.561,17
	31.794.649	Até 20 mil habitantes	100.690.967,8	99.576.856,9	107.657.766,6	111.359.914,5	118.842.754,0	6,7	3.737,82
	47.479.406	Capitais	164.893.878,9	161.429.001,4	164.918.318,8	175.024.934,1	182.078.415,9	4,0	3.834,89
	208.697.442	Total dos municípios	620.641.736,8	608.553.857,1	645.985.161,9	683.352.582,1	719.132.907,5	5,2	3.445,82

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ' não inclui Brasília.

Arrecadação proporcional do ICMS é cada vez maior em municípios menores

Desde 2011, municípios com menos de 20 mil habitantes recebem mais ICMS por habitante que os mais populosos. Fenômeno levanta preocupações para o financiamento das cidades de médio e grande porte, que historicamente são mais dependentes do ICMS.

Desempenho em 2020

A conjuntura econômica foi fortemente impactada pela eclosão da pandemia da Covid-19 em março de 2020, trazendo como consequência, já no segundo trimestre do ano, a queda de 0,2% no Produto Interno Bruto e de 18% na arrecadação estadual de ICMS em relação ao mesmo período de 2019. Também sobre a trajetória do PIB, a pesquisa Focus, do Banco Central, feita no final do primeiro semestre aventava, naquele contexto, o risco de recuo ainda mais intenso, da ordem 7% no ano.

No entanto, dois quadros possibilitaram a retomada econômica acima do esperado e a minimização dos efeitos no segundo semestre de 2020, contrariando as estimativas iniciais. São eles: a redução dos casos confirmados e dos óbitos no terceiro trimestre de 2020 e a atuação conjunta das políticas fiscal – que operou transferências compensatórias aos estados e municípios – e monetária, que cortou as taxas de juros e expandiu a oferta de crédito às empresas.

Diante da realidade dramática do emprego e das incertezas sobre a evolução da pandemia, foram implantadas medidas para mitigar os danos também no âmbito social. Nessa frente, o Governo Federal instituiu o Programa Emergencial

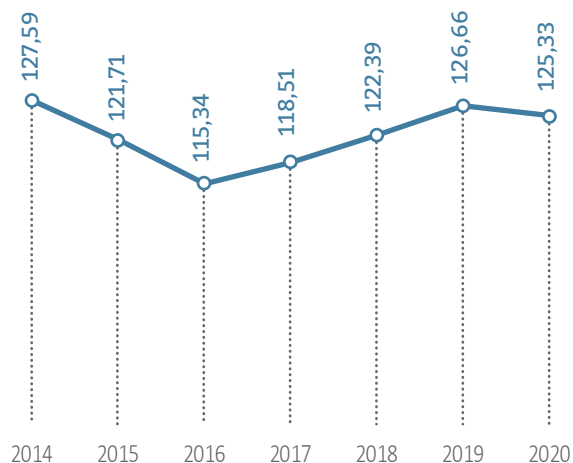
de Manutenção do Emprego e da Renda (Medida Provisória nº 936, de 2020), que permitiu a manutenção de postos de trabalho no setor formal, e o Auxílio Emergencial, benefício fixado em R\$ 600 de abril a agosto e em R\$ 300 entre setembro e dezembro de 2020. Veja mais sobre o Auxílio Emergencial na página 195.

Assim, mesmo com a perda de 8,1 milhões de ocupações no mercado de trabalho, as medidas direcionadas aos entes subnacionais, às empresas e às pessoas mais vulneráveis propiciaram que a contração da atividade econômica em 2020 fosse inferior à projetada. O encolhimento do PIB, no cômputo final, ficou em 4,1%.

Mas foi a composição da recuperação do PIB no segundo semestre de 2020 em relação ao primeiro que amorteceu a queda na arrecadação de ICMS. Descontada a inflação medida pelo IPCA, o retrocesso no recolhimento ficou em 1,1%. Nesse período, excluída a sazonalidade, o valor adicionado na indústria de transformação e no comércio subiu, respectivamente, 13,8% e 9%, diante de uma ampliação de 4,3% na média do PIB. Nesse cenário, o recebimento da quota-parte municipal do tributo chegou a R\$ 125,3 bilhões, com perda real de R\$ 1,3 bilhão no confronto com 2019.

Evolução do ICMS municipal

em R\$ bilhões corrigidos pelo IPCA médio de 2020

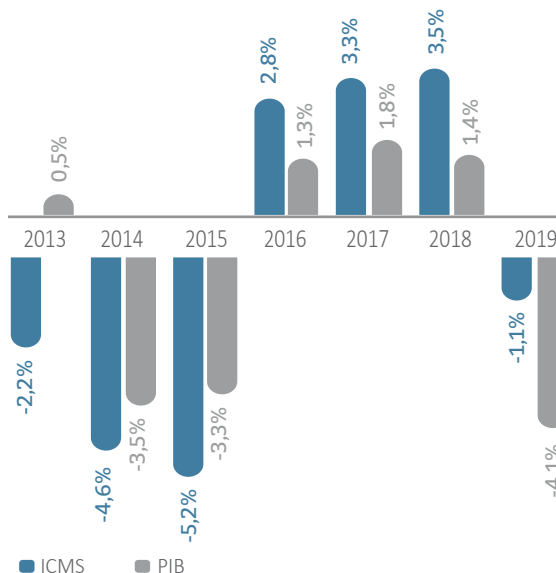


Após a recessão do biênio 2015-2016, que derrubou a arrecadação do imposto, nos anos seguintes as transferências da quota-parte do ICMS apresentaram variações superiores, ou reduções menores, na comparação com o PIB (veja o gráfico o lado). O repasse do tributo em 2020 sofreu uma baixa mais branda do que a da atividade econômica, sobretudo em razão do impacto do Auxílio Emergencial, que injetou o equivalente a 4% do PIB na economia, totalizando R\$ 295,14 bilhões¹. O impulso à demanda e ao consumo gerado pelo benefício emergencial evitou um declínio mais severo do ICMS ao viabilizar a recuperação mais rápida de setores importantes para seu recolhimento, tais como a indústria e o comércio.

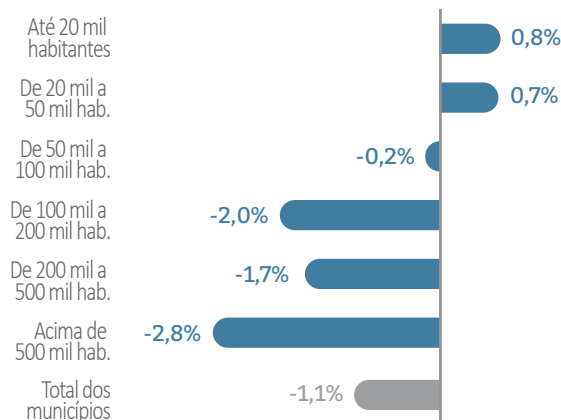
Nota-se que os municípios de maior porte populacional foram os que mais sentiram o retrocesso nas transferências de ICMS em 2020. Nas capitais e entre as 106 cidades selecionadas por **Multi Cidades**, que inclui as capitais e pelo menos mais um entre os maiores municípios de

cada Estado, a retração foi de 3,7% e 2,3%, respectivamente. Enquanto isso, os repasses ficaram praticamente estáveis (-0,2%) para os municípios entre 50 mil e 100 mil habitantes.

Taxa de crescimento real do ICMS municipal em relação ao ano anterior



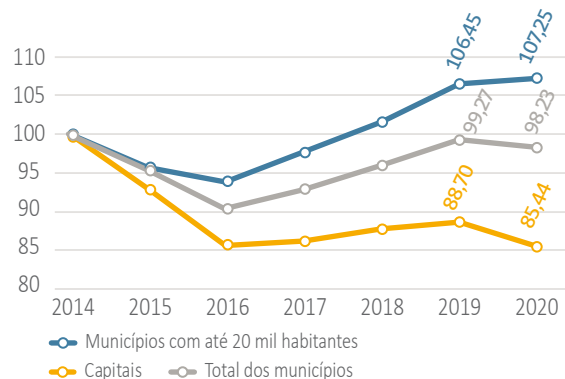
Taxa de crescimento real do ICMS municipal por porte populacional - 2020/2019



¹ Dados do Ministério da Cidadania, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (Sagi), obtidos em <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/?g=2>

Evolução do ICMS municipal

Índice ano base 2014 = 100



Tomando-se a evolução dos repasses da quota-parte do ICMS pelo índice de base 100 a partir de 2014 (veja o gráfico acima), verifica-se que na fase recente acentuou-se a tendência de resultados mais pujantes nos municípios de menor porte populacional (linha azul) quando comparados à performance das capitais (linha amarela) e até do total dos municípios (linha cinza). Nesse período de seis anos, enquanto as cidades com até 20 mil habitantes tiveram ganho de 7,3% na quota-parte do ICMS, as capitais e o conjunto dos municípios perderam, respectivamente, 14,6% e 1,8%.

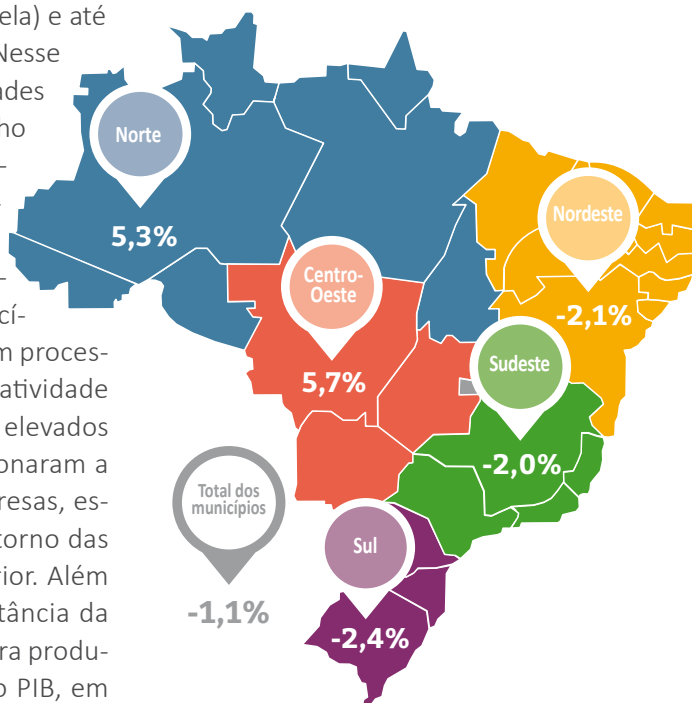
O dinamismo dos encaminhamentos da quota-parte do ICMS dos municípios menos populosos se insere em um processo mais longo de desconcentração da atividade econômica no Brasil, no qual os custos elevados dos grandes centros urbanos impulsionaram a transferência das operações das empresas, especialmente as industriais, para o entorno das capitais e para os municípios do interior. Além desse movimento, a perda de importância da indústria de transformação na estrutura produtiva do país, que encolheu de 13% do PIB, em 2010, para 9,8%, em 2020, penalizou os territórios mais industrializados.

ICMS regional

As diferenças de desempenho em 2020 das transferências da quota-parte do ICMS, em termos regionais, espelharam os impactos da pandemia no território nacional. A pandemia afetou drasticamente o trânsito de mercadorias entre regiões e as cadeias de suprimentos no país, com reverberação, especialmente, nos setores de serviços e de bens manufaturados.

Os efeitos mais adversos ocorreram nas áreas industrializadas. A Região Sudeste, a mais fabril do país, amargou perda de 2%, ou de R\$ 1,3 bilhão, nas transferências da quota-parte do ICMS em 2020. A cidade de São Paulo concentrou 40,1% dessa redução (queda de R\$ 518 milhões, ou de 6,5%).

Taxa de crescimento real do ICMS municipal por região - 2020/2019



A Região Sul, que possui uma estrutura produtiva também diversificada na indústria, com a presença de vários segmentos importantes – automobilístico, máquinas e equipamentos, alimentos, têxtil e vestuário – sofreu encolhimento de 2,4% nos repasses de ICMS, o que significou a supressão de R\$ 565 milhões dos cofres das prefeituras.

No Nordeste, o Auxílio Emergencial conseguiu frear uma contração mais expressiva do ICMS, mas não foi suficiente para sanar outras sequelas da pandemia. Entre elas está o desaquecimento do turismo, que se refletiu em um consumo menor em alguns estados. De 2019 para 2020, o volume de vendas no comércio varejista caiu 5,7% no Ceará, 4,3% na Bahia, 3,7% no Sergipe e 3,2% no Rio Grande do Norte, segundo o IBGE. O resultado foi uma diminuição de 2,1% nos repasses de ICMS da região, com perda de R\$ 424 milhões para os seus municípios.

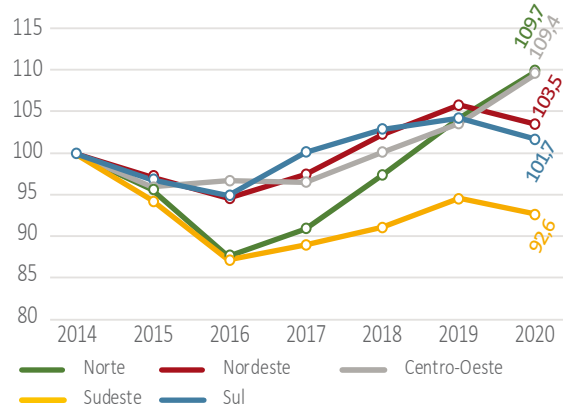
Já o Norte e o Centro-Oeste foram beneficiados pelo avanço dos preços das commodities agrícolas e minerais em 2020, que reagiram ao quadro de recuperação econômica dos países desenvolvidos e grandes consumidores como a China. Com isso, o comércio dessas regiões cresceu de forma expressiva, consolidando uma base de tributação de ICMS mais robusta. No Centro-Oeste, apenas Goiás assinalou baixa no volume de vendas no comércio varejista, de 2,3%. No Norte, Tocantins registrou recuo de apenas 0,1%. Nesse contexto, a quota-parte do ICMS dessas regiões, que já vinha em uma trajetória ascendente desde 2017, continuou subindo em 2020, com variações percentuais, descontada a inflação medida pelo IPCA, de 5,3% no Norte e de 5,7% no Centro-Oeste.

Na análise de um intervalo maior, os últimos sete anos, observa-se que houve ganhos nas

transferências de ICMS em todas as regiões, exceto no Sudeste, onde os valores se encontravam, em 2020, 7,4% abaixo dos níveis de 2014. Norte (9,7%) e Centro-Oeste (9,5%) alcançaram os melhores resultados. No Nordeste, o aumento em relação a 2014 foi de 3,5% e, no Sul, os repasses de 2020 quase que retornaram ao mesmo patamar de 2014, pois a variação foi de apenas 1,7%.

Evolução do ICMS municipal por região

Índice ano base 2014 = 100



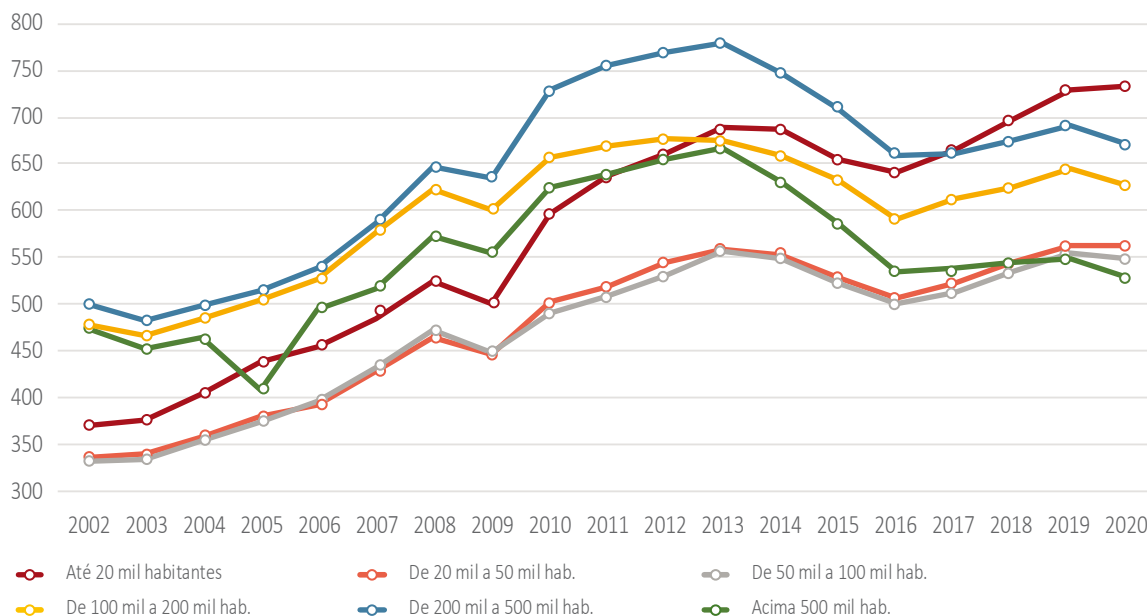
ICMS per capita

Em 2002, os municípios com até 20 mil habitantes recebiam, em média, a preços de 2020, R\$ 370,50 per capita de transferência de ICMS, enquanto aqueles com mais de 500 mil residentes contabilizavam R\$ 475,49, ou seja, um valor 28% superior. Passados quase 20 anos, a relação se inverteu: as cidades de maior porte populacional recebem exatamente 28% a menos por habitante. Como mostrado na evolução desses valores no gráfico da página seguinte, a inversão entre esses dois grupos ocorreu em 2011 e, a partir de 2017, o conjunto das cidades com menos de 20 mil habitantes já se beneficiava com quantias per capita acima das de todas as demais faixas. Em 2020, essa cifra foi de R\$ 732,16, ao passo que a média dos municípios do país foi de R\$ 600,52 por pessoa.

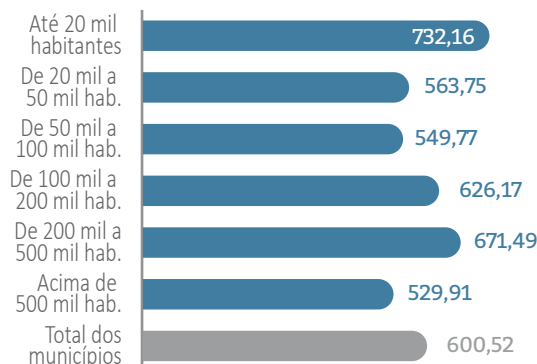
Esse é um fenômeno a ser observado com atenção, pois indica uma tendência de alteração nas condições de financiamento dos entes locais. De acordo com o que foi planejado na concepção do atual sistema de repartição de receitas entre os municípios,

as cidades de tamanho populacional médio e grande deveriam ser relativamente mais beneficiadas pela distribuição do ICMS, uma vez que as de menor porte possuem vantagens na repartição do FPM (sobre a repartição do FPM, veja página 61).

Evolução do ICMS per capita por faixa populacional em R\$ corrigidos pelo IPCA médio de 2020



ICMS municipal per capita por faixa populacional - 2020 em R\$ corrigido pelo IPCA médio de 2020



Diversos fatores têm concorrido para tal mudança. Um deles é o próprio crescimento populacional mais fraco observado nos municípios com até 20 mil habitantes. Nesse estrato, a expansão do número de habitantes foi de 9,2% entre 2002 e 2020, enquanto na faixa daqueles com mais de 500 mil moradores, a elevação ficou em 20,4% e, no grupo com população entre 200 mil e 500 mil habitantes, em 27,9%.

Outra causa, já mencionada anteriormente, é a desconcentração industrial das capitais para o seu entorno e para municípios do interior, somada à perda de peso da indústria de transformação na

composição do PIB nacional. Como o principal critério para a repartição do ICMS é o valor adicionado gerado pelas atividades produtivas, a localização geográfica destas define em grande parte a distribuição da transferência.

Deve ser considerada ainda a presença de grandes empresas ou atividades de setores que movimentam e demandam alto volume de capital, tais como as indústrias petrolíferas, as de extração mineral, as automobilísticas, as de geração de energia elétrica e as ligadas ao agronegócio em municípios de menor porte, o que eleva abruptamente suas receitas de ICMS e concorre para aumentar o valor

da média per capita do grupo. Ao se observar o ranking do ICMS per capita na página 47, percebe-se que, das 100 primeiras posições, 82 são ocupadas por municípios com menos de 20 mil habitantes. Entre estes, há cidades que possuem economia fundamentada no petróleo, como Guamaré-RN e São Francisco do Conde-BA; e na extração de minério, como São Gonçalo do Rio Abaixo-MG (sem dados em 2020, mas na quarta posição em 2019) e Canaã dos Carajás-PA. Também despontam localidades que abrigam em seus territórios complexo automobilístico, como Porto Real-RJ; e usina hidrelétrica, a exemplo de Pinhal da Serra-RS.

Como funciona a distribuição do ICMS aos municípios

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) é um tributo de competência estadual. Uma parcela da arrecadação fica nos estados nos quais os bens e serviços são produzidos e a outra é destinada aos estados onde esses bens são vendidos. Existem algumas exceções destacadas em lei, como o imposto incidente sobre petróleo, combustível e energia elétrica, que fica para o Estado de destino.

O inciso VI do artigo 158 da Constituição Federal (CF) e legislação estadual definem as regras de distribuição do ICMS. Os governos estaduais repassam 25% de toda a sua arrecadação do ICMS aos respectivos municípios. Segundo a Constituição, três quartos (75%), no mínimo, das transferências estaduais do tributo devem ser repartidos entre os municípios conforme o valor adicionado de cada um. A forma de distribuir a parcela restante (um quarto do total) às prefeituras é definida por legislação específica de cada Estado.

A nova distribuição do ICMS a partir de 2023

Na redefinição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020, e introduziu um dispositivo importante que modifica o parágrafo único do artigo 158 da CF, aquele que define a distribuição dos 25% do ICMS estadual para os municípios.

A nova Emenda estipulou que ao menos 65% da distribuição deverá ser feita de acordo com o Valor Adicionado Fiscal – extinguindo o percentual até então vigente, de 75% – e até 35% serão encaminhados segundo os critérios determinados pelos estados, pondo fim ao índice anterior, de 25%. Desses 35%, no mínimo 10% precisam ser repassados aos municípios segundo indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade na rede de ensino do município, levando-se em conta o nível socioeconômico dos alunos. Os estados têm até o exercício de 2022 para aprovarem as leis que formatarão os novos critérios educacionais para a distribuição do ICMS a partir de 2023.

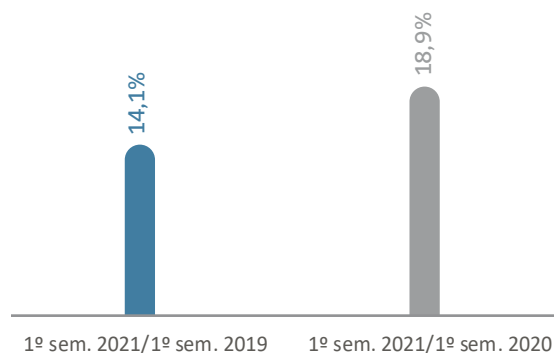
Primeiro semestre de 2021

A despeito do encerramento de diversos benefícios governamentais, da aceleração da inflação e do recrudescimento da pandemia, que ensejou medidas mais restritivas de mobilidade social no final do primeiro trimestre, a atividade econômica mostrou maior resiliência do que o esperado nos primeiros seis meses de 2021.

O PIB do primeiro semestre de 2021 confirmou o cenário consideravelmente melhor e apresentou crescimento de 6,4% em relação ao mesmo semestre de 2020. Os setores que mais influenciam a evolução do ICMS, a indústria de transformação e o comércio, obtiveram as altas mais expressivas, de, respectivamente, 15% e 11,6% nesse período.

Esse cenário se mostrou favorável à arrecadação de ICMS. A quota-parte municipal anotou incremento de 18,9% diante do mesmo período de 2020. Parte desse adicional, vale lembrar, deveu-se também à baixa base de comparação, uma vez que o início da pandemia aconteceu no primeiro semestre de 2020. Apesar dessa ponderação, o fato de o recolhimento ter sido 14,1% maior quando confrontado ao primeiro semestre de 2019, período sem nenhum fato atípico relevante, confirma o bom desempenho do ICMS nos primeiros seis meses de 2021.

Taxa de crescimento real do ICMS municipal



Com efeito, notou-se um relativo descolamento entre a dinâmica sanitária e o comportamento da economia em 2021. De um lado, a adesão da população ao distanciamento social foi menor, dada a necessidade de sair do isolamento para recompor a renda, facilitada pela maior segurança oferecida pelo avanço da vacinação. E de outro, a maior adaptação das empresas e consumidores às limitações da pandemia, com o uso intensivo de tecnologia no e-commerce e de sistemas híbridos de trabalho, foi mais um componente que impulsionou a recuperação da economia em 2021.

Outro fator importante que colaborou fortemente para o acréscimo na receita do ICMS foi a alta dos preços dos combustíveis e da energia elétrica. A elevação do preço internacional do petróleo, que significou disparada acumulada de 32% de janeiro a agosto no mercado interno, somada à desvalorização cambial e à crise hídrica, cujo efeito foi a aplicação de bandeiras tarifárias majoradas, estimulou a captação do tributo no primeiro semestre de 2020.

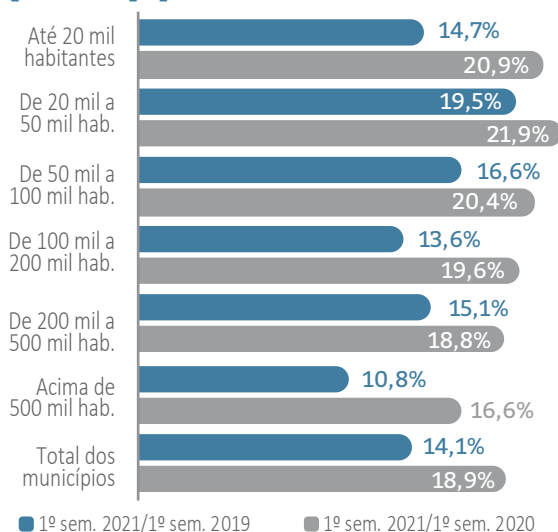
Nesse contexto, municípios de todas as faixas populacionais experimentaram substanciais incrementos nos repasses da quota-parte do ICMS. Naqueles com população até 100 mil residentes, houve expansão acima de 20% na comparação do acumulado no primeiro semestre de 2021 com o de 2020. Nas grandes cidades com populações superiores a 500 mil habitantes, esse crescimento foi de 16,6%, inferior à média, mas ainda assim bastante significativo.

No segundo semestre de 2021, alguns fatores jogam contra o aumento da arrecadação, e outros atuam a favor.

Apesar do ótimo desempenho no primeiro semestre, o PIB já aponta desaceleração. Esse decréscimo, ainda que mínimo, de 0,1% (descontada a sazonalidade), indica o arrefecimento econômico. Do lado da oferta, o tombo foi

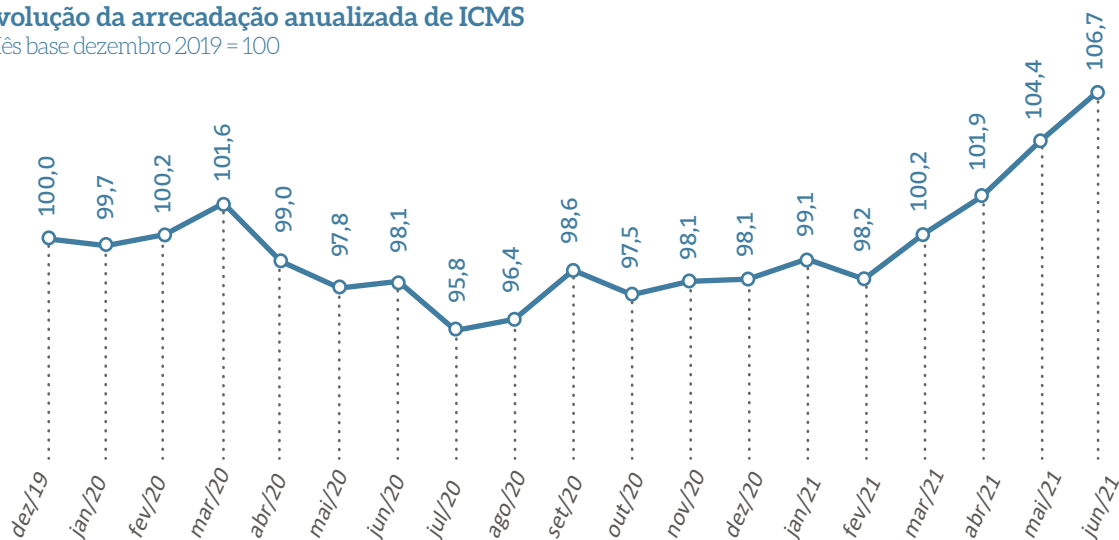
intenso na indústria de transformação (-2,2%) no segundo trimestre, e os indicadores de julho (produção física) sinalizaram para a continuidade da retração, num contexto de forte escassez de algumas matérias-primas e alta dos preços de insumos, fatores que poderão mitigar a recuperação da arrecadação de ICMS até o final de 2021.

Taxa de crescimento real do ICMS por faixa populacional



Evolução da arrecadação anualizada de ICMS

Mês base dezembro 2019 = 100



Por outro lado, a composição setorial do ICMS com peso relevante no recolhimento advindo da produção e comercialização de combustíveis e de energia elétrica pode ser um elemento que sustente variações de dois dígitos para o total das transferências da quota-parte do tributo em 2021, compensando parte da desaceleração da economia no segundo semestre. Há perspectiva de que, até o final do ano, os preços do petróleo permaneçam elevados e de que a incerteza sobre os desdobramentos da crise hídrica não se dissipe no curto prazo, o que deve manter as bandeiras máximas das tarifas, fatores positivos à arrecadação do imposto.

Um bom resumo do movimento da quota-parte está no gráfico abaixo. Os valores acumulados dos últimos 12 meses foram convertidos em índices de base 100 a partir de dezembro de 2019. O índice mostra a queda a partir de abril de 2020 sob os efeitos da pandemia e a recuperação a partir de março de 2021, tendo atingido o mais alto nível em junho (106,7), refletindo o bom desempenho do primeiro semestre de 2021.

ICMS municipal | 2016-2020

UF	População 2020	Região e município	2016	2017	2018	2019	2020	Varição 2020/2019	Participação na receita corrente 2020	ICMS municipal per capita 2020
			em R\$ mil corrigidos pelo IPCA médio de 2020						em %	
	18.672.591	Norte	7.202.527,9	7.473.028,1	8.002.120,4	8.571.257,4	9.023.726,5	5,3	17,7	483,26
AC	413.418	Rio Branco	129.299,5	152.086,7	173.106,7	169.811,0	154.603,7	-9,0	16,2	373,96
AC	89.072	Cruzeiro do Sul	27.605,8	...	36.958,8	36.255,1	33.008,3	-9,0	17,7	370,58
AP	512.902	Macapá	105.800,1	109.994,7	114.849,8	125.385,8	99.576,4	-20,6	10,4	194,14
AP	123.096	Santana	...	37.573,6	...	23.154,1	30.530,7	31,9	14,1	248,02
AM	2.219.580	Manaus	1.266.709,8	1.415.363,9	1.531.797,9	1.637.933,6	1.678.096,4	2,5	30,8	756,04
AM	115.363	Parintins	...	30.705,8	33.231,8	35.534,4	36.405,7	2,5	14,4	315,58
PA	1.499.641	Belém	519.264,9	482.189,2	467.615,0	481.611,4
PA	535.547	Ananindeua	123.280,2	99.299,3	90.558,7	94.866,8	102.640,3	8,2	11,2	191,65
PA	306.480	Santarém	69.136,1	64.429,8	60.365,4	64.291,6	70.474,7	9,6	9,6	229,95
PA	283.542	Marabá	159.869,8	172.186,1	179.802,2	197.896,6	208.474,2	5,3	19,7	735,25
RO	539.354	Porto Velho	249.292,7	300.776,9	332.757,9	327.296,5	310.632,1	-5,1	19,8	575,93
RO	130.009	Ji-Paraná	51.276,3	47.344,7	51.976,5	58.694,4	58.030,7	-1,1	17,5	446,36
RR	419.652	Boa Vista	145.119,8	138.734,3	179.321,5	...	199.984,3	...	14,0	476,55
RR	30.782	Rorainópolis	5.408,7	5.638,1	6.526,3
TO	306.296	Palmas	116.140,0	107.844,7	112.639,3	112.883,6	117.223,8	3,8	9,1	382,71
TO	183.381	Araguaína	56.216,7	55.059,8	58.029,0	58.610,6	62.688,5	7,0	11,7	341,85
	57.371.142	Nordeste	19.254.350,2	19.839.982,7	20.816.595,3	21.531.009,2	21.076.203,6	-2,1	13,5	367,37
AL	1.025.360	Maceió	283.301,0	271.511,2	249.928,5	333.544,7	303.724,8	-8,9	10,8	296,21
AL	233.047	Arapiraca	61.213,2	57.778,8	45.322,1	58.450,7	44.213,5	-24,4	7,0	189,72
BA	2.886.698	Salvador	779.433,6	772.155,2	828.773,6	819.686,7	737.145,1	-10,1	11,0	255,36
BA	619.609	Feira de Santana	239.069,8	239.514,3	266.020,0	273.319,1	247.179,9	-9,6	19,3	398,93
BA	341.128	Vitória da Conquista	91.196,8	95.403,5	106.694,1	111.320,7	105.762,4	-5,0	13,5	310,04
BA	304.302	Camaçari	468.935,3	455.385,4	495.465,8	532.487,7	507.118,9	-4,8	40,2	1.666,50
CE	2.686.612	Fortaleza	1.010.505,1	1.041.641,6	1.072.387,9	1.102.048,6	1.051.107,3	-4,6	14,3	391,24
CE	365.212	Caucaia	90.307,3	94.585,7	...	106.795,4	98.392,5	-7,9	11,4	269,41
CE	276.264	Juazeiro do Norte	57.178,1	58.471,2	58.474,0	58.949,8	55.718,5	-5,5	9,6	201,69
MA	1.108.975	São Luís	514.533,5	527.927,1	575.570,9	641.458,5	633.184,7	-1,3	18,9	570,96
MA	259.337	Imperatriz	127.768,5	134.446,4	175.081,4	148.915,7	150.226,7	0,9	18,8	579,27
PB	817.511	João Pessoa	370.344,8	378.444,9	385.065,3	395.749,2	363.089,5	-8,3	15,4	444,14
PB	411.807	Campina Grande	201.237,2	207.848,8	209.437,6	207.605,5	205.793,6	-0,9	19,5	499,73
PE	1.653.461	Recife	926.793,1	894.546,7	839.612,6	838.442,8	797.696,8	-4,9	15,9	482,44
PE	706.867	Jaboatão dos Guararapes	409.861,0	408.392,1	371.236,1	379.088,9	351.427,5	-7,3	25,6	497,16
PE	393.115	Olinda	142.893,3	139.847,4	140.585,2	143.127,0	136.606,7	-4,6	20,2	347,50
PE	365.278	Caruaru	113.622,1	116.087,9	118.577,5	124.849,6	121.338,4	-2,8	15,4	332,18
PE	354.317	Petrolina	93.078,5	99.207,7	101.873,9	108.359,3	106.646,6	-1,6	13,0	300,99
PE	334.376	Paulista	75.013,9	84.005,2	85.824,4	89.244,9	86.429,6	-3,2	14,0	258,48
PI	868.075	Teresina	482.211,8	515.197,5	541.190,2	510.514,8	457.543,2	-10,4	15,1	527,08
PI	153.482	Parnaíba	34.480,3	39.600,1	...	45.037,5	44.899,1	-0,3	11,1	292,54
RN	890.480	Natal	347.770,5	344.339,0	323.124,0	...	308.378,5	...	12,3	346,31
RN	300.618	Mossoró	123.135,2	124.440,0	124.809,8	127.175,7	125.218,4	-1,5	17,5	416,54
SE	664.908	Aracaju	218.021,2	220.752,9	265.734,3	258.299,3	245.819,6	-4,8	12,4	369,70
SE	185.706	Nossa Senhora do Socorro	49.287,5	53.085,3	...	52.292,2	49.346,2	-5,6	13,0	265,72
	13.449.154	Centro-Oeste¹	8.676.381,1	8.654.651,2	8.981.380,2	9.295.779,1	9.823.376,4	5,7	19,6	730,41
GO	1.536.097	Goiânia	644.264,1	655.067,3	629.781,0	639.625,6	648.295,6	1,4	11,5	422,04
GO	590.146	Aparecida de Goiânia	212.413,3	216.776,2	197.219,4	195.540,8	206.754,3	5,7	15,2	350,34
GO	391.772	Anápolis	252.014,6	264.853,2	270.535,1	226.450,9	268.064,9	18,4	21,4	684,24
MT	618.124	Cuiabá	348.743,5	355.205,5	361.889,9	354.852,0	380.949,8	7,4	14,9	616,30
MT	287.526	Várzea Grande	107.459,4	104.413,7	108.085,6	119.338,2	129.753,5	8,7	16,9	451,28
MS	906.092	Campo Grande	444.793,9	457.621,3	479.156,8	479.292,4	443.443,7	-7,5	11,1	489,40
MS	225.495	Dourados	146.101,9	135.359,0	143.295,4	142.937,7	124.799,5	-12,7	13,4	553,45
	89.012.240	Sudeste	59.022.056,4	60.203.388,2	61.622.821,3	63.990.690,8	62.699.916,1	-2,0	18,4	704,40
ES	365.855	Vitória	331.361,2	311.557,9	344.148,6	393.477,1	453.722,7	15,3	23,7	1.240,17
ES	527.240	Serra	333.362,6	339.416,2	382.055,5	425.236,2	418.621,5	-1,6	29,4	793,99
ES	501.325	Vila Velha	137.807,0	142.693,2	170.149,6	191.047,2	179.457,4	-6,1	15,2	357,97
ES	383.917	Cariacica	130.641,2	139.824,1	150.979,3	171.753,0	177.566,3	3,4	22,6	462,51
MG	2.521.564	Belo Horizonte	1.065.954,7	1.120.800,4	1.014.732,3	1.019.341,6	1.050.453,0	3,1	9,1	416,59
MG	699.097	Uberlândia	480.137,8	556.032,5	595.480,3	639.632,1	983.174,0	42,6	35,2	1.406,35
MG	668.949	Contagem	473.685,3	486.063,3	444.996,9	499.603,9	519.117,0	3,9	25,2	776,02

UF	População 2020	Região e município	2016	2017	2018	2019	2020	Variação 2020/2019	Participação na receita corrente 2020	ICMS municipal per capita 2020
			em R\$ mil corrigidos pelo IPCA médio de 2020					em %		em R\$
MG	573.285	Juiz de Fora	215.160,3	219.682,2	221.836,0	222.574,8	207.092,3	-7,0	11,2	361,24
MG	444.784	Betim	825.272,9	852.006,7	738.226,0	757.230,8	808.892,2	6,8	38,5	1.818,62
MG	413.487	Montes Claros	124.241,7	134.494,1	121.461,7	132.062,5	133.857,0	1,4	11,7	323,73
MG	338.197	Ribeirão das Neves	67.135,6	...	72.945,8	67.927,4	80.105,8	17,9	15,4	236,86
MG	337.092	Uberaba	224.223,7	245.617,1	250.753,9	271.092,6	294.620,4	8,7	20,3	874,01
MG	281.046	Governador Valadares	73.573,4	83.036,9	77.487,1	80.268,7	81.177,1	1,1	8,2	288,84
RJ	6.747.815	Rio de Janeiro	2.591.734,0	2.503.316,3	2.758.065,8	2.475.193,5	2.472.550,1	-0,1	10,2	366,42
RJ	1.091.737	São Gonçalo	195.419,1	197.637,1	217.543,6	203.473,1	196.786,6	-3,3	13,2	180,25
RJ	924.624	Duque de Caxias	772.158,9	811.573,5	952.080,1	899.023,9	903.003,8	0,4	32,0	976,62
RJ	823.302	Nova Iguaçu	181.923,7	178.323,4	204.021,1	195.328,2	186.966,9	-4,3	10,6	227,09
RJ	515.317	Niterói	307.323,8	393.213,7	471.024,6	492.113,2	552.134,0	12,2	16,2	1.071,45
RJ	513.118	Belford Roxo	131.084,6	140.971,2	163.184,9	145.363,3	127.604,1	-12,2	15,8	248,68
RJ	511.168	Campos dos Goytacazes	246.882,9	318.103,3	354.245,1	318.256,8	318.713,7	0,1	19,7	623,50
RJ	472.906	São João de Meriti	91.470,5	89.056,1	98.492,3	96.008,3	88.536,9	-7,8	12,3	187,22
RJ	306.678	Petrópolis	173.219,2	211.621,7	273.090,7	277.173,6	271.309,5	-2,1	22,7	884,67
RJ	273.988	Volta Redonda	217.548,0	204.626,3	220.586,0	...	21,4	805,09
SP	12.325.232	São Paulo	7.700.675,7	7.724.765,1	7.718.925,9	7.986.635,9	7.468.082,3	-6,5	12,2	605,92
SP	1.392.121	Guarulhos	1.271.503,1	1.273.851,1	1.288.343,2	1.342.943,4	1.286.052,1	-4,2	30,9	923,81
SP	1.213.792	Campinas	965.077,4	956.862,7	985.823,5	1.036.496,3	955.284,2	-7,8	16,6	787,02
SP	844.483	São Bernardo do Campo	1.089.717,0	984.957,3	897.237,9	906.156,0	873.369,5	-3,6	22,5	1.034,21
SP	729.737	São José dos Campos	901.712,9	934.399,3	969.507,4	1.002.786,5	950.128,8	-5,3	31,9	1.302,02
SP	721.368	Santo André	415.116,6	409.680,8	425.973,6	457.261,6	437.090,0	-4,4	17,3	605,92
SP	711.825	Ribeirão Preto	503.189,6	520.746,6	538.991,3	550.057,7	507.873,1	-7,7	18,2	713,48
SP	699.944	Osasco	408.550,9	405.114,0	408.886,0	435.657,3	424.327,1	-2,6	15,8	606,23
SP	687.357	Sorocaba	545.409,9	565.654,3	568.460,8	585.174,4	550.296,6	-6,0	19,1	800,60
SP	477.552	Mauá	307.997,1	326.079,3	344.874,0	367.057,9	359.707,3	-2,0	31,2	753,23
SP	464.983	São José do Rio Preto	250.878,6	256.240,3	255.041,6	263.714,8	255.373,1	-3,2	14,0	549,21
SP	450.785	Mogi das Cruzes	264.514,4	263.951,6	268.254,4	282.445,7	266.231,7	-5,7	17,1	590,60
SP	433.656	Santos	343.750,1	321.291,6	325.660,3	333.383,7	347.941,1	4,4	12,5	802,34
SP	426.757	Diadema	...	327.073,4	313.835,2	319.837,0	305.041,7	-4,6	25,1	714,79
SP	423.006	Jundiaí	730.039,7	712.881,7	710.585,1	744.219,9	690.769,0	-7,2	31,4	1.633,00
SP	407.252	Piracicaba	417.805,7	417.746,7	412.873,4	447.656,6	443.336,4	-1,0	25,2	1.088,60
SP	403.183	Carapicuíba	96.751,7	98.880,6	103.198,6
SP	379.297	Bauru	199.050,5	202.275,5	209.042,8	219.756,5	209.210,1	-4,8	17,7	551,57
30.192.315	Sul	21.181.133,6	22.341.230,7	22.962.436,7	23.268.655,3	22.702.799,8	-2,4	19,5	751,94	
PR	1.948.626	Curitiba	950.952,8	936.479,1	851.065,7	824.398,0	759.238,7	-7,9	9,2	389,63
PR	575.377	Londrina	201.920,2	220.327,5	172.211,3	207.487,3	191.871,4	-7,5	8,8	333,47
PR	430.157	Maringá	179.536,8	189.671,5	185.333,1	180.663,8	183.055,6	1,3	10,9	425,56
PR	355.336	Ponta Grossa	165.655,1	182.510,8	153.160,8	194.009,9	181.700,6	-6,3	19,6	511,35
PR	332.333	Cascavel	144.032,6	158.990,7	159.695,6	155.301,8	146.096,6	-5,9	13,4	439,61
PR	329.058	São José dos Pinhais	444.012,0	413.654,0	373.956,1	378.292,0	362.310,4	-4,2	33,9	1.101,05
PR	258.248	Foz do Iguaçu	148.604,2	178.026,2	192.636,3	...	176.339,1	...	15,8	682,83
RS	1.488.252	Porto Alegre	854.887,8	816.774,4	797.509,3	741.581,7	699.104,8	-5,7	10,0	469,75
RS	517.451	Caxias do Sul	454.941,1	417.223,4	395.398,9	389.781,9	388.895,2	-0,2	20,4	751,56
RS	348.208	Canoas	495.458,8	588.711,6	653.250,9	618.190,0	610.204,0	-1,3	36,2	1.752,41
RS	343.132	Pelotas	114.642,8	110.795,8	120.783,3	122.012,9	119.344,0	-2,2	10,9	347,81
RS	283.677	Santa Maria	100.296,5	102.235,1	107.790,7	106.657,3	104.756,3	-1,8	14,8	369,28
RS	283.620	Gravataí	238.700,2	230.863,4	216.103,1	207.477,0	195.626,6	-5,7	23,6	689,75
RS	256.302	Viamão	85.944,2	89.409,2	92.601,1	91.500,7
SC	508.826	Florianópolis	150.898,1	161.875,1	166.088,6	177.210,9	172.154,7	-2,9	8,7	338,34
SC	597.658	Joinville	476.627,0	500.498,3	495.543,8	519.361,7	505.317,5	-2,7	21,1	845,50
SC	361.855	Blumenau	261.516,0	269.725,9	277.336,8	297.179,3	275.801,1	-7,2	17,1	762,19
	83.116.849	Cidades selecionadas	44.173.021,9	44.836.588,3	45.702.773,6	46.601.594,4	45.535.648,2	-2,3	15,6	547,85
	31.794.649	Até 20 mil habitantes	20.355.417,0	21.194.031,6	22.051.433,7	23.105.151,2	23.278.688,5	0,8	19,8	732,16
	47.479.406	Capitais	22.548.807,0	22.716.968,7	23.114.839,0	23.374.693,2	22.515.778,6	-3,7	12,6	474,22
	208.697.442	Total dos municípios	115.336.449,2	118.512.281,0	122.385.354,0	126.657.391,9	125.326.022,4	-1,1	17,5	600,52

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: Não inclui Brasília.

ICMS municipal | RANKING 2020

Posição	UF	Município	ICMS municipal	População 2020	Ranking pop. 2020
			em R\$		
1°	SP	São Paulo	7.468.082.304,22	12.325.232	1°
2°	RJ	Rio de Janeiro	2.472.550.129,27	6.747.815	2°
3°	AM	Manaus	1.678.096.388,87	2.219.580	6°
4°	SP	Guarulhos	1.286.052.146,40	1.392.121	12°
5°	CE	Fortaleza	1.051.107.340,18	2.686.612	4°
6°	MG	Belo Horizonte	1.050.453.020,00	2.521.564	5°
7°	SP	Paulínia	1.010.906.514,55	112.003	287°
8°	MG	Uberlândia	983.174.031,20	699.097	29°
9°	SP	Campinas	955.284.198,44	1.213.792	13°
10°	SP	São José dos Campos	950.128.796,54	729.737	24°
11°	RJ	Duque de Caxias	903.003.761,00	924.624	17°
12°	SP	São Bernardo do Campo	873.369.458,84	844.483	21°
13°	MG	Betim	808.892.154,91	444.784	53°
14°	PE	Recife	797.696.809,33	1.653.461	8°
15°	PR	Curitiba	759.238.739,48	1.948.626	7°
16°	BA	Salvador	737.145.065,52	2.886.698	3°
17°	SP	Barueri	724.149.517,01	276.982	102°
18°	RS	Porto Alegre	699.104.784,66	1.488.252	11°
19°	SP	Jundiaí	690.769.025,56	423.006	57°
20°	GO	Goiânia	648.295.585,54	1.536.097	9°
21°	MA	São Luís	633.184.734,08	1.108.975	14°
22°	RS	Canoas	610.204.036,91	348.208	77°
23°	RJ	Niterói	552.134.041,57	515.317	43°
24°	SP	Sorocaba	550.296.596,58	687.357	30°
25°	PR	Araucária	547.413.908,00	146.214	202°
26°	MG	Contagem	519.117.029,15	668.949	31°
27°	SP	Ribeirão Preto	507.873.052,97	711.825	26°
28°	BA	Camaçari	507.118.928,30	304.302	92°
29°	SC	Joinville	505.317.453,18	597.658	35°
30°	SC	Itajaí	492.603.548,82	223.112	137°
31°	PA	Parauapebas	488.758.609,20	213.576	143°
32°	PE	Ipojuca	477.782.113,67	97.669	329°
33°	BA	São Francisco do Conde	466.333.163,90	40.245	854°
34°	PI	Teresina	457.543.243,18	868.075	20°
35°	ES	Vitória	453.722.661,02	365.855	70°
36°	MS	Campo Grande	443.443.691,27	906.092	18°
37°	SP	Piracicaba	443.336.364,99	407.252	62°
38°	SP	Santo André	437.089.965,74	721.368	25°
39°	SP	Osasco	424.327.149,38	699.944	28°
40°	ES	Serra	418.621.474,36	527.240	41°
41°	RS	Caxias do Sul	388.895.198,56	517.451	42°
42°	MT	Cuiabá	380.949.754,47	618.124	34°
43°	PR	João Pessoa	363.089.531,32	817.511	23°
44°	PR	São José dos Pinhais	362.310.354,68	329.058	85°
45°	SP	Mauá	359.707.297,87	477.552	49°
46°	SP	São Caetano do Sul	356.355.420,19	161.957	183°
47°	SP	Cubatão	355.509.653,00	131.626	230°
48°	RJ	Maricá	352.546.356,74	164.504	180°
49°	PE	Jaboatão dos Guararapes	351.427.520,83	706.867	27°
50°	SP	Santos	347.941.069,86	433.656	54°
51°	PE	Cabo de Santo Agostinho	328.675.702,31	208.944	149°
52°	RJ	Campos dos Goytacazes	318.713.696,27	511.168	46°

Posição	UF	Município	ICMS municipal	População 2020	Ranking pop. 2020
			em R\$		
53°	RO	Porto Velho	310.632.051,70	539.354	39°
54°	RN	Natal	308.378.526,25	890.480	19°
55°	SP	Embu	308.149.812,29	276.535	103°
56°	SP	Diadema	305.041.702,12	426.757	56°
57°	AL	Maceió	303.724.832,60	1.025.360	16°
58°	RJ	Macaé	300.740.734,36	261.501	108°
59°	SP	Itapevi	297.185.341,71	240.961	123°
60°	MG	Uberaba	294.620.382,42	337.092	81°
61°	PE	Goiana	277.893.066,32	80.055	409°
62°	SC	Blumenau	275.801.123,85	361.855	73°
63°	SP	Jacareí	273.515.162,52	235.416	129°
64°	RJ	Petrópolis	271.309.470,54	306.678	89°
65°	SP	Sumaré	271.133.154,65	286.211	97°
66°	GO	Anápolis	268.064.949,60	391.772	65°
67°	MT	Rondonópolis	267.660.773,50	236.042	128°
68°	SP	Mogi das Cruzes	266.231.683,33	450.785	52°
69°	SP	Limeira	264.170.431,08	308.482	88°
70°	SP	Louveira	263.561.271,57	49.993	677°
71°	SP	Taubaté	261.826.984,39	317.915	87°
72°	RJ	Angra dos Reis	261.660.864,97	207.044	151°
73°	SP	Indaiatuba	260.542.679,65	256.223	112°
74°	SP	Cotia	259.363.215,16	253.608	114°
75°	SP	São José do Rio Preto	255.373.101,53	464.983	51°
76°	BA	Feira de Santana	247.179.910,18	619.609	33°
77°	SE	Aracaju	245.819.640,07	664.908	32°
78°	SP	Hortolândia	238.722.729,70	234.259	130°
79°	MG	Extrema	238.402.937,21	36.951	928°
80°	GO	Rio Verde	228.947.841,55	241.518	122°
81°	MG	Pouso Alegre	223.509.074,32	152.549	196°
82°	RJ	Volta Redonda	220.586.008,00	273.988	105°
83°	SP	Suzano	220.020.177,26	300.559	94°
84°	MS	Três Lagoas	218.409.134,27	123.281	254°
85°	SP	Jaguariúna	217.364.798,45	58.722	574°
86°	CE	Maracanaú	211.555.643,66	229.458	134°
87°	SP	Bauru	209.210.076,63	379.297	67°
88°	PA	Marabá	208.474.207,66	283.542	100°
89°	SP	Santana de Parnaíba	208.448.558,94	142.301	207°
90°	SP	Rio Claro	208.297.071,28	208.008	150°
91°	MG	Juiz de Fora	207.092.290,87	573.285	38°
92°	GO	Aparecida de Goiânia	206.754.338,31	590.146	36°
93°	PB	Campina Grande	205.793.645,41	411.807	61°
94°	SP	Cajamar	203.363.703,89	77.934	421°
95°	SP	Vinhedo	203.262.432,62	80.111	408°
96°	MS	Corumbá	202.387.757,70	112.058	286°
97°	SP	Caraguatatuba	201.027.053,38	123.389	253°
98°	RR	Boa Vista	199.984.303,41	419.652	58°
99°	RJ	Resende	198.478.899,67	132.312	228°
100°	RJ	São Gonçalo	196.786.625,12	1.091.737	15°

		Total dos 100 maiores	52.546.303.269,56	74.078.700	
		Total dos demais	72.779.719.149,20	134.618.742	
		Total dos municípios	125.326.022.418,76	208.697.442	

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

ICMS municipal per capita | RANKING 2020

Posição	UF	Município	ICMS municipal per capita	ICMS municipal	População 2020	Ranking pop. 2020
				em R\$		
1º	BA	São Francisco do Conde	11.587,36	466.333.163,90	40.245	854º
2º	SP	Paulínia	9.025,71	1.010.906.514,55	112.003	287º
3º	RN	Guamaré	8.317,92	132.778.976,22	15.963	2196º
4º	RS	Pinhal da Serra	6.520,54	12.506.390,23	1.918	5464º
5º	MG	Extrema	6.451,87	238.402.937,21	36.951	928º
6º	MS	Selvíria	5.979,06	39.114.979,77	6.542	3847º
7º	RO	Pimenteiras do Oeste	5.816,60	12.494.049,43	2.148	5398º
8º	MG	Jeceaba	5.748,14	27.889.964,58	4.852	4377º
9º	PR	Saudade do Iguaçu	5.647,66	31.282.402,46	5.539	4141º
10º	PA	Jacareacanga	5.626,18	42.702.670,80	7.590	3572º
11º	MS	Jateí	5.459,48	21.952.572,50	4.021	4700º
12º	RS	Aratiba	5.354,78	33.140.720,27	6.189	3940º
13º	SP	Louveira	5.271,96	263.561.271,57	49.993	677º
14º	GO	Alto Horizonte	5.255,96	34.715.629,59	6.605	3827º
15º	MG	Araporá	5.191,06	35.979.208,65	6.931	3739º
16º	GO	Davinópolis	5.114,09	10.708.894,30	2.094	5412º
17º	AM	Japurá	5.102,50	11.485.736,54	2.251	5369º
18º	SC	Piratuba	4.961,20	18.579.680,12	3.745	4810º
19º	PE	Ipojuca	4.891,85	477.782.113,67	97.669	329º
20º	RS	Muitos Capões	4.807,92	15.255.534,35	3.173	5018º
21º	SP	Sandovalina	4.550,86	19.814.449,85	4.354	4580º
22º	RS	Triunfo	4.512,61	134.728.404,55	29.856	1180º
23º	RJ	Porto Real	4.510,58	90.094.285,29	19.974	1789º
24º	PA	Canaã dos Carajás	4.320,63	164.628.883,16	38.103	900º
25º	PR	Alto Paraíso	4.294,87	11.531.729,23	2.685	5218º
26º	MT	Santa Rita do Trivelato	4.256,81	14.924.374,33	3.506	4898º
27º	MS	Taquarussu	4.233,84	15.191.008,70	3.588	4867º
28º	RS	Alpestre	4.185,36	25.392.598,28	6.067	3976º
29º	RS	Westfalia	4.148,87	12.575.228,74	3.031	5079º
30º	MS	Alcinópolis	4.101,58	22.218.273,50	5.417	4187º
31º	RS	Boa Vista do Cadeado	4.100,73	10.120.603,17	2.468	5301º
32º	SC	Marema	4.090,60	7.158.552,24	1.750	5495º
33º	RS	Capão Bonito do Sul	4.052,69	6.650.470,47	1.641	5514º
34º	SP	Queiroz	4.046,98	14.002.537,06	3.460	4916º
35º	SC	Itá	3.994,34	24.481.306,66	6.129	3958º
36º	MT	Campos de Júlio	3.956,93	27.975.522,52	7.070	3694º
37º	PA	Vitória do Xingu	3.949,97	60.351.653,86	15.279	2283º
38º	MG	Cachoeira Dourada	3.888,21	10.521.508,09	2.706	5209º
39º	MS	Paraíso das Águas	3.875,63	21.912.816,48	5.654	4099º
40º	SC	Vargem Bonita	3.858,94	17.176.151,32	4.451	4543º
41º	SP	Borá	3.853,21	3.228.987,93	838	5567º
42º	GO	Perolândia	3.813,02	11.984.320,32	3.143	5035º
43º	RS	Pedras Altas	3.800,20	7.425.583,15	1.954	5450º
44º	RJ	Itaiciá	3.771,23	120.920.874,79	32.064	1097º
45º	PR	Araucária	3.743,92	547.413.908,00	146.214	202º
46º	SP	Jaguariúna	3.701,59	217.364.798,45	58.722	574º
47º	GO	Chapadão do Céu	3.668,54	38.468.360,54	10.486	3027º
48º	RS	União da Serra	3.666,34	4.098.964,26	1.118	5563º
49º	GO	São João da Paraúna	3.652,80	4.913.016,17	1.345	5552º
50º	SC	Lajeado Grande	3.632,22	5.150.492,59	1.418	5548º
51º	RN	Bodó	3.617,06	7.946.686,27	2.197	5388º
52º	SC	Presidente Castello Branco	3.616,93	5.595.387,28	1.547	5533º

Posição	UF	Município	ICMS municipal per capita	ICMS municipal	População 2020	Ranking pop. 2020
				em R\$		
53º	SP	Colômbia	3.584,13	22.278.921,19	6.216	3932º
54º	RJ	Macuco	3.548,44	19.952.905,07	5.623	4111º
55º	SP	Taciba	3.531,51	22.350.910,98	6.329	3905º
56º	MG	Santa Vitória	3.529,87	70.145.555,57	19.872	1800º
57º	GO	Ouvidor	3.528,26	23.928.633,67	6.782	3778º
58º	PE	Goiana	3.471,28	277.893.066,32	80.055	409º
59º	RS	Tupandi	3.464,68	17.112.068,67	4.939	4339º
60º	MG	Catas Altas	3.437,62	18.635.333,60	5.421	4185º
61º	SP	Uru	3.423,20	3.946.951,51	1.153	5562º
62º	SC	Jardinópolis	3.347,97	5.175.960,86	1.546	5534º
63º	RS	Almirante Tamandaré do Sul	3.347,15	6.523.592,56	1.949	5455º
64º	BA	São Desidério	3.332,00	114.174.272,82	34.266	1013º
65º	MA	Santo Antônio dos Lopes	3.299,28	47.912.159,33	14.522	2376º
66º	GO	Pilar de Goiás	3.284,55	7.206.310,03	2.194	5390º
67º	RN	São Bento do Norte	3.284,46	8.923.888,40	2.717	5206º
68º	RS	André da Rocha	3.282,97	4.409.026,85	1.343	5553º
69º	SC	Arvoredo	3.276,13	7.318.875,87	2.234	5377º
70º	MT	Novo Santo Antônio	3.258,62	8.814.576,75	2.705	5211º
71º	SC	Santiago do Sul	3.258,58	4.024.347,62	1.235	5559º
72º	BA	Formosa do Rio Preto	3.245,68	83.923.525,39	25.857	1381º
73º	RS	Capão do Cipó	3.238,13	11.977.847,43	3.699	4824º
74º	SP	Narandiba	3.216,71	15.774.759,75	4.904	4356º
75º	MT	Santa Cruz do Xingu	3.196,04	8.415.167,89	2.633	5235º
76º	SP	Pontes Gestal	3.193,04	8.228.473,13	2.577	5258º
77º	SP	Cordeirópolis	3.133,73	77.798.020,81	24.826	1445º
78º	RS	Nova Candelária	3.121,69	8.391.112,89	2.688	5216º
79º	PR	Serranópolis do Iguaçu	3.118,31	13.960.671,49	4.477	4528º
80º	SC	Xavantina	3.117,75	12.168.593,55	3.903	4742º
81º	RS	Camargo	3.113,86	8.538.216,04	2.742	5191º
82º	RS	Coxilha	3.108,24	8.525.903,92	2.743	5189º
83º	BA	Jaborandi	3.104,82	25.698.632,46	8.277	3408º
84º	MS	Figueirão	3.096,39	9.471.843,64	3.059	5068º
85º	AM	Presidente Figueiredo	3.095,58	115.133.942,58	37.193	924º
86º	SC	Paial	3.095,29	4.562.462,51	1.474	5542º
87º	RN	Parazinho	3.090,73	16.294.338,19	5.272	4242º
88º	BA	Madre de Deus	3.089,19	66.207.453,40	21.432	1663º
89º	PR	Maripá	3.087,95	17.236.953,92	5.582	4128º
90º	GO	São Simão	3.078,70	64.606.421,41	20.985	1697º
91º	PR	Ortigueira	3.069,68	67.410.137,78	21.960	1611º
92º	GO	Aporé	3.047,11	12.895.366,71	4.232	4622º
93º	RS	Capitão	3.044,53	8.412.039,22	2.763	5182º
94º	SP	Rosana	3.033,38	49.386.397,33	16.281	2159º
95º	RJ	Santa Maria Madalena	3.025,64	31.442.438,23	10.392	3047º
96º	RS	Maçambará	3.022,78	13.789.940,19	4.562	4493º
97º	SP	Nova Castilho	3.009,39	3.846.003,15	1.278	5557º
98º	SP	Nova Independência	3.007,72	12.190.309,09	4.053	4679º
99º	SP	Sebastianópolis do Sul	3.000,22	10.662.797,48	3.554	4879º
100º	RS	Poço das Antas	2.998,95	6.300.785,24	2.101	5410º
		Total dos 100 maiores	4.693,55	6.107.513.060,45	1.301.257	
		Total dos demais	574,83	119.218.509.358,31	207.396.185	
		Total dos municípios	600,52	125.326.022.418,76	208.697.442	

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

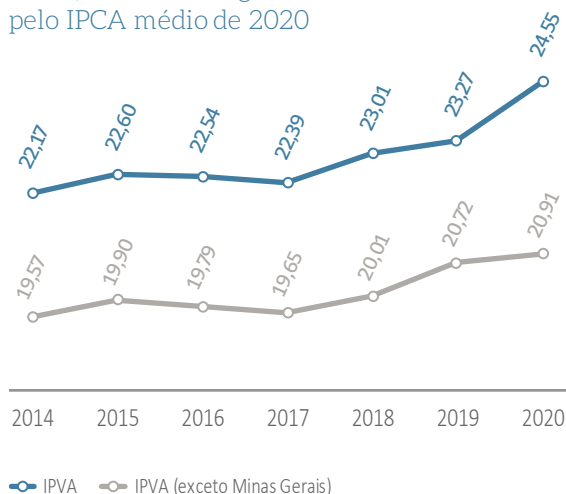
IPVA sobe 0,9% em 2020, apesar da pandemia

Beneficiado por ser menos flexível às flutuações econômicas, o IPVA avançou com os ótimos desempenhos de São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

Desempenho em 2020

Em um ano em que a economia brasileira sentiu a queda de 4,1% no Produto Interno Bruto (PIB), as receitas municipais com o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) tiveram desempenho positivo de 0,9%. Isso se refletiu em uma arrecadação adicional de R\$ 188,85 milhões em relação ao exercício de 2019, em valores corrigidos pelo IPCA médio de 2020.

Evolução da arrecadação do IPVA em R\$ bilhões corrigidos pelo IPCA médio de 2020

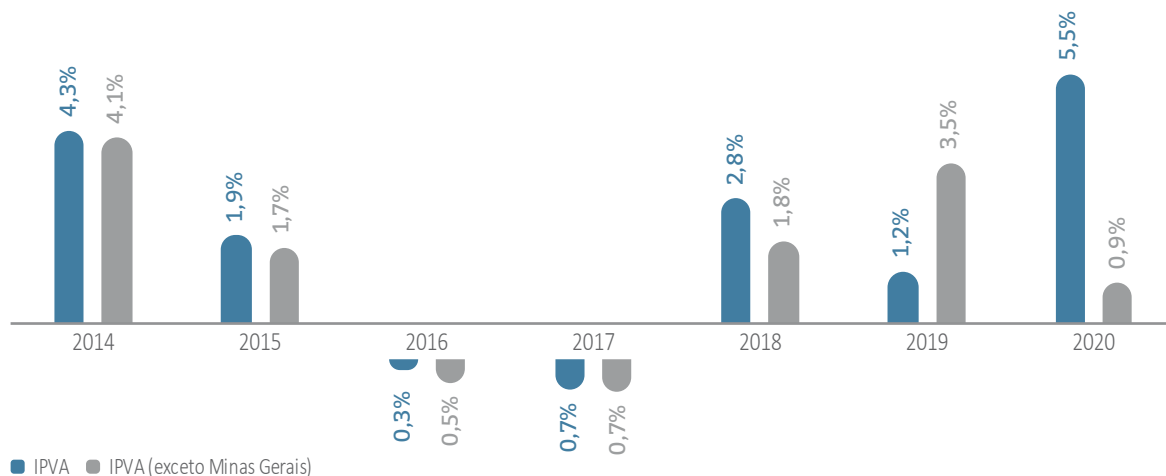


Esses dados contemplam todos os municípios do Brasil, exceto os de Minas Gerais¹. A exclusão das cidades mineiras se faz necessária devido a uma excepcionalidade. Em 2019, o Palácio da Liberdade fechou acordo com seus municípios visando a resolver um contencioso iniciado anos antes. Devido à situação fiscal do Estado, este passou a não encaminhar parte das transferências constitucionais, como o ICMS e o IPVA, para seus municípios. Esse débito começou a ser pago no primeiro bimestre de 2020 e, com isso, houve contabilização de recursos de anos anteriores no exercício de 2020.

O volume da captação de IPVA nos municípios mineiros saiu de R\$ 2,55 bilhões em 2019 para R\$ 3,64 bilhões em 2020. Um incremento de R\$ 1,09 bilhão, ou crescimento de 42,7%, em apenas um ano. Caso considerássemos esses valores na totalização nacional, a distorção causada seria relevante, mostrando um aumento de 5,5%, alta que não existiu na realidade dos municípios brasileiros.

¹ Optou-se por excluir os dados referentes aos municípios mineiros em virtude da impossibilidade, por meio de relatórios oficiais, de se eliminar o valor referente ao acordo celebrado com o Governo do Estado da receita corrente do IPVA de competência do exercício de 2020.

Taxa de crescimento real do IPVA em relação ao ano anterior



Levando em conta, portanto, somente os demais 25 estados da federação, o acréscimo de 0,9% em 2020 foi possível devido ao desempenho dos municípios dos estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, que adicionaram R\$ 115,2 milhões, R\$ 58,8 milhões e R\$ 47,7 milhões, respectivamente, à receita do ano anterior. O resultado puxado por esses três estados foi minimizado pelas dificuldades encontradas no Rio de Janeiro, Mato Grosso e Rio Grande do Norte, onde se observou um encolhimento das receitas de R\$ 112,4 milhões, R\$ 44,8 milhões e R\$ 24,9 milhões, nessa ordem. No total, os municípios desses 25 estados registraram uma receita com o IPVA de R\$ 21,89 bilhões em 2020, no mesmo patamar do que os R\$ 21,66 bilhões de 2019.

Individualmente, cabe destacar o comportamento do imposto em Manaus, onde a arrecadação de R\$ 190,5 milhões em 2020 superou aquela verificada no ano anterior em R\$ 14,83 milhões, o que equivale a um ganho de 8,4%. Em Campo Grande, o avanço em relação a 2019 foi de R\$ 9,52 milhões, propiciando a subida para R\$

159 milhões. Entre as capitais, exceto Belo Horizonte, o IPVA recuou 1,2% em 2020 em relação ao resultado do ano antecedente. O recolhimento alcançou R\$ 6,81 bilhões, o que configurou uma perda de R\$ 83,9 milhões no período, influenciada, principalmente, pelo município do Rio de Janeiro, onde o tributo teve uma baixa de R\$ 64,5 milhões em 2020.

Excetuando as capitais, o maior impulso se deu em Anápolis-GO: de R\$ 45,12 milhões em 2019 para R\$ 57,51 milhões em 2020. Anápolis faz parte de um grupo de 106 municípios selecionados por **Multi Cidades**. Nesse conjunto, que reúne as cidades mais populosas de cada Estado, houve retração de 0,5% nas receitas de IPVA, com a arrecadação total atingindo R\$ 11,15 bilhões. Dessa forma, a perda registrada no comparativo com 2019 chega a R\$ 55,1 milhões. O resultado também foi impactado pelos dados da capital fluminense. Excepcionalmente nessa análise, foram considerados apenas 97 municípios do grupo, em virtude da exclusão de nove cidades mineiras para evitar as distorções já citadas anteriormente.

Em um cenário de retração econômica, os indivíduos decidem consumir menos por projetar um nível de renda menor no curto prazo. Desse modo, a receita de impostos ancorados no consumo, como ICMS e ISS, e a daqueles provenientes do lucro e da renda, como o IR, tendem a encolher de forma mais imediata na comparação com os pagamentos tributários que têm como base a propriedade. Isso porque, mesmo durante uma crise, a posse de um veículo, fato gerador do IPVA, ou de um imóvel, do IPTU, continuam existindo. Nesse caso, a menos que a inadimplência dispare drasticamente, é de se esperar uma estabilidade na arrecadação mesmo em períodos difíceis. Foi o que ocorreu, em 2020, com o recolhimento do IPVA na maioria das localidades brasileiras.

Conjunturas como a vivida durante a pandemia do coronavírus atrapalham a arrecadação dos impostos sobre propriedade no longo prazo, uma vez que, com níveis de renda mais baixos, a parcela da sociedade mais afetada adia ou cancela seus planos de aquisições de automóveis e casas e, com isso, as projeções de expansão do IPVA e do IPTU são afetadas. Segundo dados do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), em 2020 a frota brasileira de automóveis apresentou a taxa de crescimento mais fraca no século, com ampliação de 3% em relação ao ano anterior, como pode ser visto no último gráfico desta seção.

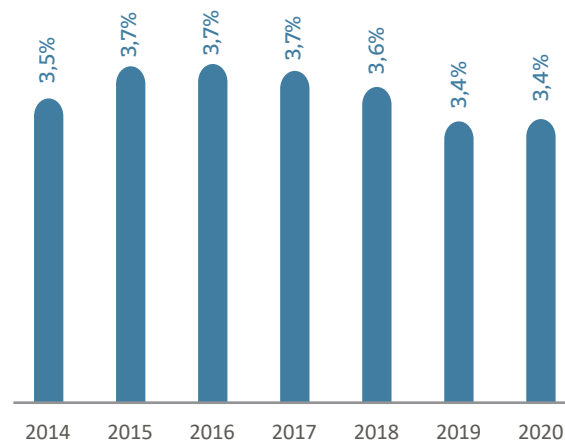
O IPVA é um imposto de competência dos estados; 50% de seu recolhimento pertence aos municípios. Seu fato gerador é a propriedade de veículos automotores. No que diz respeito à alíquota de cobrança, não há valor nacional fixado. Assim, cada Estado tem suas próprias taxas, que podem variar conforme a especificação do veículo, do ano e da potência do motor. O valor recebido por cada cidade é proporcional ao número de veículos emplacados em seu território. A municipalidade não tem, portanto, qualquer gerência

sobre a legislação, arrecadação e transferência desses recursos.

Participação na receita corrente

Pelo segundo ano consecutivo, o IPVA contribuiu com 3,4% na formação da receita corrente dos municípios brasileiros. Esse é o mais baixo patamar desde 2008. Nos anos de 2009, 2015, 2016 e 2017, o tributo conquistou os maiores níveis de representatividade nas receitas municipais registrados por **Multi Cidades**, variando entre 3,7% e 3,8% das entradas correntes. Nota-se que, em comum, esses exercícios compartilham momentos delicados da vida econômica nacional, com retração do PIB e queda na renda das pessoas.

Participação do IPVA na receita corrente

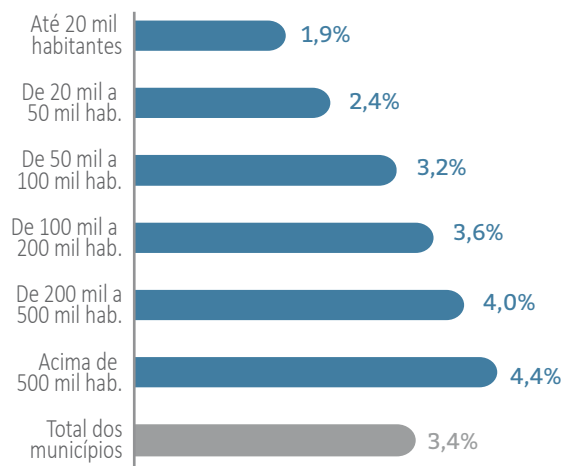


Em 2020, esse fenômeno só não voltou a ocorrer devido aos auxílios financeiros destinados aos municípios para enfrentamento da Covid-19. Os principais suportes injetaram R\$ 42,05 bilhões aos cofres municipais, diluindo a relevância das demais fontes de recursos do orçamento. Sem os valores desses auxílios, o IPVA teria sido responsável por 3,6% da receita das cidades, em linha com os percentuais observados em anos de retração econômica.

O IPVA é mais significativo no Sul e no Sudeste, equivalendo em média a 4% e 4,2%, respectivamente, da receita corrente de seus municípios. No Norte e no Nordeste, o indicador se apresenta num patamar inferior, da ordem de 1,9%. O Centro-Oeste demonstra uma taxa média similar à nacional, ficando em 3,2%.

Quanto menor o porte populacional do município, mais diminuta também é a representatividade do IPVA na sua receita corrente. Isso acontece devido ao forte aporte de recursos que chegam via FPM a essas localidades. À medida que há maior número de habitantes, os recursos do fundo ficam menos relevantes e outras fontes de receita ganham espaço no orçamento. Nos municípios com até 20 mil habitantes, o IPVA contribui com 1,9% da receita corrente em 2020. Já nas cidades que possuem mais de 500 mil residentes, chega a 4,4%.

Participação do IPVA na receita corrente por faixa populacional - 2020



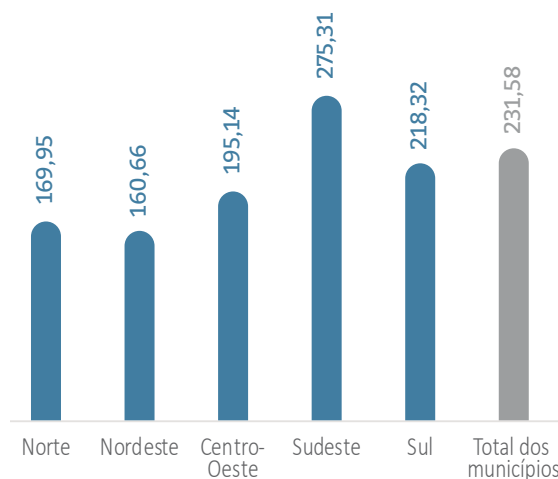
IPVA municipal e a frota de veículos

Em 2020, a receita com o IPVA municipal foi de R\$ 231,58, em média, por veículo registrado. Enquanto nos estados do Sudeste e Sul esse valor é mais elevado, no Norte e Nordeste a arrecadação

é inferior à média nacional, com R\$ 169,95 e R\$ 160,66, respectivamente. Os quantitativos do Centro-Oeste ocupam posição intermediária, de R\$ 195,14. A discrepância do indicador explicita as diferenças econômicas entre as regiões do país.

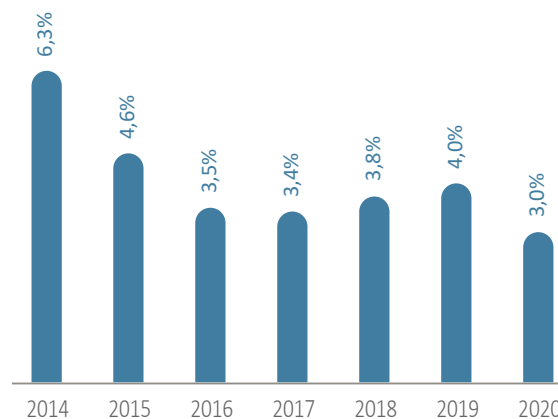
IPVA por veículo por região - 2020

em R\$ corrigidos pelo IPCA médio de 2020



Em 2020, o Brasil possuía 107,9 milhões de veículos emplacados, segundo dados do Denatran. Desse total, 53,7% eram automóveis; 26,5%, motocicletas ou motonetas; e os 19,7% restantes, veículos como ônibus, caminhonetes e caminhões.

Taxa de crescimento da frota de veículos em relação ao ano anterior



A frota está predominante concentrada em seis estados. São Paulo lidera o ranking, com 28,5% da quantidade de automóveis do Brasil. Na sequência constam Minas Gerais (11,2%), Paraná (7,5%), Rio Grande do Sul (6,9%), Rio de Janeiro (6,6%) e Santa Catarina (5,2%).

A disparidade na quantidade de veículos entre as regiões do país fica mais evidente quando se confronta o tamanho da frota com o da população de cada território. No Norte e no Nordeste, a relação entre moradores e veículos foi aproximadamente de 3,0 em 2020. No Sul, ficou em 1,4, no Centro-Oeste, em 1,6, e no Sudeste, em 1,7.

Na avaliação por estados, Santa Catarina possui um automóvel para cada 1,3 habitante. Na sequência, aparece o Paraná, com 1,4, enquanto São Paulo, Mato Grosso e Rio Grande do Sul dividem a terceira posição com o indicador de 1,5 habitante por veículo. Os estados que possuem relativamente menos veículos estão localizados nas regiões Norte e Nordeste: Pernambuco (3 moradores para cada emplacamento), Bahia (3,3), Alagoas (3,6), Maranhão (3,8), Pará (3,9), Amapá (4) e Amazonas (4,3). Além do menor dinamismo econômico, a baixa densidade de veículos nos três últimos estados citados tem relação com o fato de estes possuírem cidades com pouco ou nenhum acesso rodoviário. Nos municípios de Afuá-PA e de Chaves-PA, por exemplo, localizados na Ilha de Marajó, o principal meio de transporte intermunicipal são as embarcações.

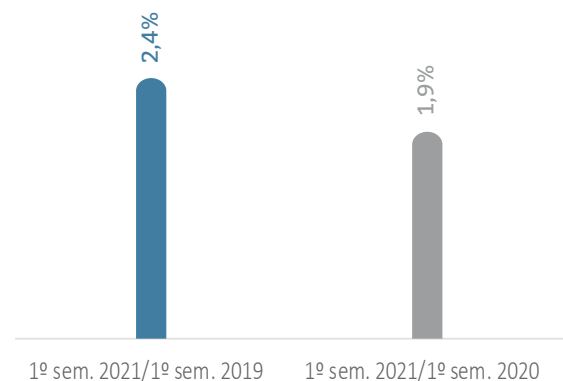
Desempenho 2021

Depois de demonstrarem em 2020 resiliência contra os efeitos da pandemia e de superarem ligeiramente os valores de 2019, as receitas municipais

com o IPVA registraram alta de 1,9% no primeiro semestre de 2021 no comparativo com o mesmo período do exercício antecedente, em cifras corrigidas pelo IPCA. Como cerca de três quartos do IPVA são recolhidos pelos estados e repassados aos municípios no primeiro semestre, 2021 deve fechar com um desempenho positivo próximo a 2%. Apesar de mais intensa do que a de 2020, a elevação se encontra em um patamar aquém da taxa média anual de 3% observada desde 2010.

O aumento dos preços dos veículos novos² e usados, num cenário do avanço vacinação e numa melhor condição sanitária a partir do segundo semestre de 2021, seguramente vai impulsionar a arrecadação do tributo para 2022. Segundo dados do IBGE referentes ao IPCA, a valorização dos veículos novos foi de 9,76% entre setembro de 2020 e agosto de 2021. Esse mesmo levantamento aponta para expansão de 12,48% no preço de mercado dos carros em uso. Ou seja, a base de cálculo à qual se aplica a alíquota do imposto apresentou forte aumento, o que impactará a definição do IPVA em 2022.

Taxa de crescimento real da arrecadação do IPVA



² A alta do dólar e do aço e a quebra na produção industrial e de outros materiais básicos, ocorrida durante a pandemia, afetaram a oferta e contribuíram para a elevação dos preços dos carros novos e, indiretamente, dos carros usados.



Smart Cities

CIDADES DO AMANHÃ

 **Revolução em modernização de cidades** 



Infraestrutura tecnológica:

Redes de Fibra óptica
Data Center



CFTV:

Câmeras Inteligentes
Análise de padrões
Reconhecimento facial



Conectividade:

Wifi Público
Prédios conectados
Redes sem fio



Mobilidade:

Semáforos Inteligentes
Controle de tráfego
Radares e sensores



Governança inteligente:

Central de Operações
Transparência

IPVA municipal | 2016-2020

UF	População 2020	Região e município	2016	2017	2018	2019	2020	Variação 2020/2019	Participação na receita corrente 2020	IPVA municipal por veículo 2020	IPVA municipal per capita 2020
			em R\$ mil corrigidos pelo IPCA médio de 2020					em %		em R\$	
	18.672.591	Norte	829.902,0	867.462,1	884.434,6	945.466,1	983.199,5	4,0	1,9	169,95	52,65
AC	413.418	Rio Branco	24.505,6	25.225,7	25.805,0	26.232,4	26.101,9	-0,5	2,7	134,37	63,14
AC	89.072	Cruzeiro do Sul	2.922,6	...	3.161,8	3.450,4	3.683,6	6,8	2,0	105,66	41,36
AP	512.902	Macapá	28.380,8	33.133,3	30.300,8	33.269,7	29.848,3	-10,3	3,1	178,07	58,19
AP	123.096	Santana	...	4.704,6	...	6.771,1	4.445,0	-34,4	2,1	149,14	36,11
AM	2.219.580	Manaus	161.610,3	165.626,1	163.996,5	175.664,9	190.492,9	8,4	3,5	242,65	85,82
AM	115.363	Parintins	...	875,2	840,9	887,3	829,2	-6,6	0,3	42,31	7,19
PA	1.499.641	Belém	101.410,7	101.401,0	103.398,9	110.469,3
PA	535.547	Ananindeua	24.575,6	24.486,3	25.897,8	27.182,9	27.649,1	1,7	3,0	179,56	51,63
PA	306.480	Santarém	13.536,8	14.231,5	15.285,6	15.810,3	16.985,2	7,4	2,3	150,19	55,42
PA	283.542	Marabá	18.085,5	18.697,5	19.582,0	20.139,5	21.003,4	4,3	2,0	165,20	74,07
RO	539.354	Porto Velho	52.273,9	52.683,5	53.669,8	56.929,3	57.291,7	0,6	3,7	192,98	106,22
RO	130.009	Ji-Paraná	13.934,7	14.613,6	15.227,3	15.836,0	16.198,8	2,3	4,9	162,46	124,60
RR	419.652	Boa Vista	25.246,4	29.274,3	28.022,3	...	32.365,3	..	2,3	155,66	77,12
RR	30.782	Rorainópolis	98,5	440,7	147,1
TO	306.296	Palmas	42.242,7	44.711,1	45.261,8	49.026,2	51.876,7	5,8	4,0	254,27	169,37
TO	183.381	Araguaína	24.221,5	25.568,2	26.588,2	29.150,4	31.766,9	9,0	5,9	252,25	173,23
	57.371.142	Nordeste	2.576.729,9	2.688.449,7	2.771.890,8	3.012.291,7	3.026.849,0	0,5	1,9	160,66	52,76
AL	1.025.360	Maceió	101.192,1	90.160,5	75.124,6	99.440,5	99.553,2	0,1	3,5	273,41	97,09
AL	233.047	Arapiraca	17.751,1	16.319,3	13.771,3	18.707,8	15.630,2	-16,5	2,5	132,53	67,07
BA	2.886.698	Salvador	220.464,2	220.652,5	228.590,7	239.753,3	242.242,3	1,0	3,6	251,22	83,92
BA	619.609	Feira de Santana	46.047,8	47.776,2	50.637,8	54.657,3	55.020,2	0,7	4,3	181,57	88,80
BA	341.128	Vitória da Conquista	24.015,0	25.719,1	27.297,5	29.411,9	29.330,2	-0,3	3,7	190,15	85,98
BA	304.302	Camacari	19.703,8	18.725,8	18.787,3	19.961,2	19.312,8	-3,2	1,5	193,46	63,47
CE	2.686.612	Fortaleza	237.650,3	267.293,7	274.235,9	296.431,8	302.725,3	2,1	4,1	261,68	112,68
CE	365.212	Caucaia	11.251,9	12.704,3	...	14.159,6	14.570,5	2,9	1,7	141,22	39,90
CE	276.264	Juazeiro do Norte	14.365,5	17.212,6	17.941,6	19.122,3	18.666,4	-2,4	3,2	144,46	67,57
MA	1.108.975	São Luís	95.030,8	96.358,2	93.900,1	100.016,8	94.360,7	-5,7	2,8	219,43	85,09
MA	259.337	Imperatriz	21.329,2	23.351,2	23.000,4	25.458,1	24.855,0	-2,4	3,1	150,54	95,84
PB	817.511	João Pessoa	61.118,7	79.507,4	84.852,5	90.300,9	93.679,9	3,7	4,0	225,16	114,59
PB	411.807	Campina Grande	29.556,0	29.728,4	31.388,0	33.166,1	33.942,7	2,3	3,2	173,35	82,42
PE	1.653.461	Recife	241.247,7	216.880,0	235.162,7	242.457,8	237.078,0	-2,2	4,7	335,53	143,38
PE	706.867	Jaboatão dos Guararapes	44.103,5	43.664,8	48.154,7	49.865,4	50.005,0	0,3	3,6	234,98	70,74
PE	393.115	Olinda	30.905,5	30.643,2	33.741,7	34.502,2	33.648,2	-2,5	5,0	228,94	85,59
PE	365.278	Caruaru	28.632,3	29.074,3	30.614,3	33.054,5	33.957,1	2,7	4,3	187,04	92,96
PE	354.317	Petrolina	24.308,3	25.627,8	29.730,5	30.858,1	31.540,3	2,2	3,8	203,02	89,02
PE	334.376	Paulista	19.079,0	19.026,0	21.686,1	22.748,2	23.297,2	2,4	3,8	217,34	69,67
PI	868.075	Teresina	86.312,4	89.963,2	91.487,7	96.628,5	98.968,3	2,4	3,3	188,52	114,01
PI	153.482	Parnaíba	9.120,7	9.533,3	...	10.442,7	11.524,0	10,4	2,9	121,83	75,08
RN	890.480	Natal	74.555,4	87.375,4	82.529,5	...	87.116,9	..	3,5	203,94	97,83
RN	300.618	Mossoró	20.503,9	24.830,3	23.308,9	29.014,4	26.999,4	-6,9	3,8	152,31	89,81
SE	664.908	Aracaju	72.506,0	74.080,9	76.489,6	76.704,8	76.316,6	-0,5	3,8	237,49	114,78
SE	185.706	Nossa Senhora do Socorro	4.357,2	4.364,0	...	5.546,4	5.735,8	3,4	1,5	108,76	30,89
	13.449.154	Centro-Oeste¹	1.417.573,3	1.434.321,3	1.508.920,8	1.610.722,4	1.606.586,8	-0,3	3,2	195,14	119,46
GO	1.536.097	Goiânia	309.002,5	288.594,2	299.262,5	316.314,8	309.557,1	-2,1	5,5	251,60	201,52
GO	590.146	Aparecida de Goiânia	47.453,5	45.479,8	48.256,5	51.968,8	52.384,9	0,8	3,8	166,17	88,77
GO	391.772	Anápolis	55.373,1	51.525,4	53.245,8	45.165,5	45.507,7	27,3	4,6	199,51	146,79
MT	618.124	Cuiabá	97.385,1	99.962,4	104.657,3	113.142,7	94.818,7	-16,2	3,7	211,32	153,40
MT	287.526	Várzea Grande	25.425,8	25.977,3	27.028,5	29.654,2	25.209,8	-15,0	3,3	137,67	87,68
MS	906.092	Campo Grande	129.784,3	137.044,3	141.127,9	149.464,6	158.984,4	6,4	4,0	252,90	175,46
MS	225.495	Dourados	27.008,4	33.670,6	35.443,7	38.176,1	40.551,0	6,2	4,3	242,25	179,83
	89.012.240	Sudeste	13.555.373,9	13.291.736,7	13.475.969,9	13.214.745,9	14.315.593,9	8,3	4,2	275,31	160,83
ES	365.855	Vitória	47.759,5	46.364,1	47.670,0	47.670,0	52.681,0	-1,0	2,7	257,01	142,50
ES	527.240	Serra	30.498,9	29.762,7	31.670,6	34.028,1	35.557,0	4,5	2,5	160,30	67,44
ES	501.325	Vila Velha	39.456,0	38.950,1	41.206,5	44.229,4	45.572,0	3,0	3,9	191,25	90,90
ES	383.917	Cariacica	19.311,9	18.858,9	19.573,4	21.655,3	22.397,4	3,4	2,9	129,16	58,34
MG	2.521.564	Belo Horizonte	650.877,5	658.225,2	724.405,4	618.992,3	954.128,1	54,1	8,2	419,50	378,39
MG	699.097	Uberlândia	135.838,9	133.874,2	147.872,4	125.143,8	173.031,4	38,3	6,2	356,42	247,51
MG	668.949	Contagem	99.880,4	96.897,7	104.025,1	87.284,1	114.265,4	30,9	5,5	338,60	170,81

UF	População 2020	Região e município	2016	2017	2018	2019	2020	Variação 2020/2019	Participação na receita corrente 2020	IPVA municipal por veículo 2020	IPVA municipal per capita 2020
			em R\$ mil corrigidos pelo IPCA médio de 2020						em %		em R\$
MG	573.285	Juiz de Fora	87.713,7	88.066,0	96.657,0	83.169,6	114.847,6	38,1	6,2	403,61	200,33
MG	444.784	Betim	56.256,7	52.109,7	54.542,2	46.367,4	61.560,4	32,8	2,9	301,83	138,41
MG	413.487	Montes Claros	51.110,7	49.958,3	53.613,4	47.599,4	59.742,2	25,5	5,2	266,65	144,48
MG	338.197	Ribeirão das Neves	20.315,6	...	21.223,4	18.354,3	22.798,1	24,2	4,4	196,69	67,41
MG	337.092	Uberaba	60.515,2	58.515,1	66.448,4	54.821,0	75.146,4	37,1	5,2	318,14	222,93
MG	281.046	Governador Valadares	34.262,3	33.379,5	35.453,1	30.881,1	41.470,9	34,3	4,2	283,48	147,56
RJ	6.747.815	Rio de Janeiro	932.319,0	908.119,4	837.683,0	809.771,2	745.277,3	-8,0	3,1	252,62	110,45
RJ	1.091.737	São Gonçalo	61.875,7	60.952,8	59.213,6	54.967,6	49.332,4	-10,3	3,3	148,58	45,19
RJ	924.624	Duque de Caxias	56.992,7	55.709,9	53.751,2	50.078,9	46.431,1	-7,3	1,6	157,42	50,22
RJ	823.302	Nova Iguaçu	47.426,3	48.819,1	46.864,8	44.852,8	41.366,4	-7,8	2,3	150,47	50,24
RJ	515.317	Niterói	103.493,5	100.637,2	97.010,6	94.800,2	87.690,5	-7,5	2,6	318,02	170,17
RJ	513.118	Belford Roxo	18.742,4	19.359,4	18.231,0	17.274,9	14.957,7	-13,4	1,9	124,22	29,15
RJ	511.168	Campos dos Goytacazes	34.170,5	40.065,1	38.309,3	37.190,4	33.833,3	-9,0	2,1	147,77	66,19
RJ	472.906	São João de Meriti	25.378,7	25.404,7	24.429,6	23.364,2	21.847,1	-6,5	3,0	136,41	46,20
RJ	306.678	Petrópolis	38.913,4	39.360,7	39.041,2	40.162,1	38.320,6	-4,6	3,2	224,02	124,95
RJ	273.988	Volta Redonda	31.446,5	30.524,3	30.526,6	...	3,0	211,17	111,42
SP	12.325.232	São Paulo	2.819.154,2	2.695.046,4	2.678.347,0	2.736.863,3	2.735.016,1	-0,1	4,5	312,17	221,90
SP	1.392.121	Guarulhos	203.705,1	202.048,6	199.230,7	203.932,2	210.302,7	3,1	5,1	290,53	151,07
SP	1.213.792	Campinas	322.580,2	311.451,0	308.545,6	314.897,6	315.475,9	0,2	5,5	342,07	259,91
SP	844.483	São Bernardo do Campo	204.958,9	193.365,3	191.128,1	191.719,8	187.760,5	-2,1	4,8	307,05	222,34
SP	729.737	São José dos Campos	144.082,8	141.784,2	142.120,7	143.986,5	145.622,2	1,1	4,9	320,08	199,55
SP	721.368	Santo André	156.573,0	150.181,4	147.583,8	149.693,6	149.746,8	0,0	5,9	273,63	207,59
SP	711.825	Ribeirão Preto	186.943,5	184.491,2	185.597,0	192.048,0	193.916,4	1,0	7,0	352,15	272,42
SP	699.944	Osasco	130.168,5	126.342,0	121.714,5	121.972,6	123.699,4	1,4	4,6	277,31	176,73
SP	687.357	Sorocaba	157.781,1	154.796,7	152.965,5	154.418,1	155.255,2	0,5	5,4	314,79	225,87
SP	477.552	Mauá	50.490,2	49.199,0	48.362,2	54.370,6	56.131,6	3,2	4,9	233,69	117,54
SP	464.983	São José do Rio Preto	123.650,9	122.126,6	124.500,5	127.084,0	129.108,2	1,6	7,1	318,31	277,66
SP	450.785	Mogi das Cruzes	83.383,4	79.994,3	80.141,6	83.313,3	84.966,2	2,0	5,5	328,50	188,48
SP	433.656	Santos	111.241,4	102.560,2	104.112,0	102.929,6	101.006,4	-1,9	3,6	362,73	232,92
SP	426.757	Diadema	...	49.658,1	48.592,8	49.691,6	50.190,3	1,0	4,1	226,53	117,61
SP	423.006	Jundiaí	115.178,9	115.169,2	117.055,6	121.325,7	123.882,4	2,1	5,6	366,88	292,86
SP	407.252	Piracicaba	94.149,3	93.524,9	94.283,5	97.331,5	99.559,4	2,3	5,7	306,93	244,47
SP	403.183	Carapicuíba	48.695,0	48.042,5	47.501,6
SP	379.297	Bauru	89.645,4	88.054,7	88.426,7	89.913,1	90.549,8	0,7	7,7	310,53	238,73
30.192.315	Sul		4.160.094,3	4.107.266,9	4.364.611,4	4.488.893,0	4.618.739,2	2,9	4,0	218,32	152,98
PR	1.948.626	Curitiba	514.845,9	504.311,4	497.490,8	506.498,7	510.376,6	0,8	6,2	314,49	261,92
PR	575.377	Londrina	112.794,8	112.377,4	89.672,8	114.599,4	114.972,5	0,3	5,2	278,55	199,82
PR	430.157	Maringá	102.996,4	101.697,8	101.876,8	103.919,7	105.160,9	1,2	6,3	314,71	244,47
PR	355.336	Ponta Grossa	57.649,4	57.761,8	46.501,6	61.156,3	62.429,0	2,1	6,7	275,59	175,69
PR	332.333	Cascavel	66.102,0	66.329,1	67.609,9	70.594,5	73.202,9	3,7	6,7	285,74	220,27
PR	329.058	São José dos Pinhais	54.290,0	54.334,2	54.008,2	56.657,6	57.948,9	2,3	5,4	265,94	176,11
PR	258.248	Foz do Iguaçu	40.818,3	41.112,6	41.761,1	...	45.211,5	...	4,0	224,60	175,07
RS	1.488.252	Porto Alegre	260.622,7	250.501,9	286.357,5	273.613,4	268.007,8	-2,0	3,8	300,62	180,08
RS	517.451	Caxias do Sul	83.989,4	76.286,2	90.540,5	86.122,3	86.795,6	0,8	4,5	256,72	167,74
RS	348.208	Canoas	44.071,2	41.798,4	47.477,9	47.445,6	49.382,2	4,1	2,9	225,17	141,82
RS	343.132	Pelotas	42.276,5	43.067,4	46.447,7	46.094,4	47.109,2	2,2	4,3	207,74	137,29
RS	283.677	Santa Maria	40.204,9	39.635,0	45.831,6	44.818,5	46.677,1	4,1	6,6	269,29	164,54
RS	283.620	Gravataí	28.759,7	27.481,7	30.775,4	30.588,2	30.862,7	0,9	3,7	180,34	108,82
RS	256.302	Viamão	21.777,0	20.587,1	23.774,3	23.451,5
SC	508.826	Florianópolis	83.640,5	85.128,9	90.765,3	95.509,4	97.705,4	2,3	4,9	263,85	192,02
SC	597.658	Joinville	71.917,4	73.083,7	78.092,2	82.471,9	86.750,8	5,2	3,6	197,34	145,15
SC	361.855	Blumenau	48.659,5	48.954,4	52.642,4	55.102,2	56.634,8	2,8	3,5	198,29	156,51
	83.116.849	Cidades selecionadas	12.238.102,6	12.047.925,8	12.170.735,9	12.324.738,6	12.769.872,7	3,6	4,4	273,32	153,64
	31.794.649	Até 20 mil habitantes	1.832.748,5	1.832.914,2	1.958.782,7	1.970.015,4	2.170.586,4	10,2	1,9	166,34	68,27
	47.479.406	Capitais	7.471.139,2	7.347.625,0	7.400.595,2	7.509.496,3	7.760.708,4	3,3	4,4	287,07	163,45
	208.697.442	Total dos municípios	22.539.673,4	22.389.236,6	23.005.827,4	23.272.119,0	24.550.968,5	5,5	3,4	231,58	117,64

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Departamento Nacional de Trânsito. Nota: *não inclui Brasília.

IPVA municipal | RANKING 2020

Posição	UF	Município	IPVA municipal	Número de veículos 2020	Ranking nº de veículos 2020
			em R\$		
1º	SP	São Paulo	2.735.016.093,56	8.761.213	1º
2º	MG	Belo Horizonte	954.128.138,74	2.274.465	3º
3º	RJ	Rio de Janeiro	745.277.284,66	2.950.213	2º
4º	PR	Curitiba	510.376.564,19	1.622.891	4º
5º	SP	Campinas	315.475.938,35	922.266	8º
6º	GO	Goiânia	309.557.123,98	1.230.339	5º
7º	CE	Fortaleza	302.725.274,27	1.156.849	6º
8º	RS	Porto Alegre	268.007.810,27	891.520	9º
9º	BA	Salvador	242.242.290,15	964.263	7º
10º	PE	Recife	237.077.963,26	706.574	12º
11º	SP	Guarulhos	210.302.698,59	723.860	11º
12º	SP	Ribeirão Preto	193.916.356,58	550.661	15º
13º	AM	Manaus	190.492.883,68	785.047	10º
14º	SP	São Bernardo do Campo	187.760.524,23	611.490	14º
15º	MG	Uberlândia	173.031.407,01	485.472	20º
16º	MS	Campo Grande	158.984.440,28	628.638	13º
17º	SP	Sorocaba	155.255.181,20	493.210	18º
18º	SP	Santo André	149.746.841,25	547.258	16º
19º	SP	São José dos Campos	145.622.248,22	454.956	21º
20º	SP	São José do Rio Preto	129.108.205,37	405.608	29º
21º	SP	Jundiaí	123.882.394,23	337.668	33º
22º	SP	Osasco	123.699.426,87	446.071	23º
23º	PR	Londrina	114.972.492,21	412.755	28º
24º	MG	Juiz de Fora	114.847.552,23	284.548	46º
25º	MG	Contagem	114.265.373,66	337.462	34º
26º	PR	Maringá	105.160.905,66	334.156	35º
27º	SP	Santos	101.006.392,92	278.459	47º
28º	SP	Piracicaba	99.559.447,13	324.373	37º
29º	AL	Maceió	99.553.160,81	364.114	31º
30º	PI	Teresina	98.968.299,20	524.976	17º
31º	SC	Florianópolis	97.705.432,02	370.302	30º
32º	MT	Cuiabá	94.818.670,58	448.698	22º
33º	MA	São Luís	94.360.709,57	430.029	25º
34º	PB	João Pessoa	93.679.918,94	416.052	27º
35º	SP	Bauru	90.549.810,44	291.598	43º
36º	RJ	Niterói	87.690.452,95	275.740	48º
37º	RN	Natal	87.116.851,96	427.161	26º
38º	RS	Caxias do Sul	86.795.571,61	338.096	32º
39º	SC	Joinville	86.750.809,69	439.611	24º
40º	SP	Mogi das Cruzes	84.966.151,13	258.647	51º
41º	SP	Barueri	83.495.272,16	187.911	81º
42º	SE	Aracaju	76.316.604,24	321.348	38º
43º	MG	Uberaba	75.146.385,56	236.202	55º
44º	PR	Cascavel	73.202.939,65	256.187	52º
45º	SP	Franca	71.814.991,56	275.260	49º
46º	SP	Indaítuba	69.635.441,49	201.643	72º
47º	SP	Limeira	66.425.806,65	228.677	57º
48º	SP	São Caetano do Sul	64.173.007,96	146.260	117º
49º	SP	Americana	62.482.945,72	187.605	82º
50º	PR	Ponta Grossa	62.429.033,47	226.527	59º
51º	MG	Betim	61.560.402,37	203.958	70º
52º	SP	Taubaté	59.786.094,08	223.968	61º

Posição	UF	Município	IPVA municipal	Número de veículos 2020	Ranking nº de veículos 2020
			em R\$		
53º	MG	Montes Claros	59.742.235,79	224.048	60º
54º	PR	São José dos Pinhais	57.948.921,81	217.902	65º
55º	GO	Anápolis	57.507.707,80	288.242	44º
56º	RO	Porto Velho	57.291.665,87	296.875	41º
57º	SC	Blumenau	56.634.840,37	285.618	45º
58º	SP	São Carlos	56.248.498,00	192.867	76º
59º	SP	Mauá	56.131.582,99	240.194	53º
60º	SP	Presidente Prudente	55.215.789,36	178.751	86º
61º	BA	Feira de Santana	55.020.208,92	303.018	40º
62º	GO	Aparecida de Goiânia	52.384.944,38	315.249	39º
63º	ES	Vitória	52.134.144,08	202.845	71º
64º	TO	Palmas	51.876.725,01	204.024	69º
65º	SP	Cotia	51.523.848,37	152.558	108º
66º	SP	Marília	51.266.365,78	176.718	92º
67º	SP	Diadema	50.190.304,46	221.565	63º
68º	PE	Jaboatão dos Guararapes	50.004.999,42	212.808	66º
69º	SP	Santana de Parnaíba	49.822.465,30	88.021	193º
70º	RS	Canoas	49.382.150,26	219.309	64º
71º	RJ	São Gonçalo	49.332.420,58	332.024	36º
72º	MG	Ipatinga	48.846.603,82	158.171	102º
73º	SP	Praia Grande	48.433.474,45	154.762	104º
74º	SP	Sumaré	48.295.987,42	182.275	84º
75º	RS	Pelotas	47.109.248,46	226.769	58º
76º	SP	Araçatuba	46.969.893,69	177.307	90º
77º	RS	Santa Maria	46.677.109,32	173.336	94º
78º	RJ	Duque de Caxias	46.431.137,20	294.949	42º
79º	SP	Rio Claro	45.608.451,52	177.989	87º
80º	ES	Vila Velha	45.571.984,00	238.290	54º
81º	MG	Divinópolis	45.441.293,10	147.602	113º
82º	PR	Foz do Iguaçu	45.211.491,30	201.300	73º
83º	MG	Patos de Minas	42.847.066,07	116.891	145º
84º	MG	Poços de Caldas	41.743.187,35	115.645	148º
85º	MG	Sete Lagoas	41.475.123,91	136.633	123º
86º	MG	Governador Valadares	41.470.888,46	146.294	116º
87º	RJ	Nova Iguaçu	41.366.376,09	274.920	50º
88º	RS	Novo Hamburgo	41.316.194,63	177.798	88º
89º	MG	Pouso Alegre	41.236.138,21	94.117	177º
90º	SP	Valinhos	40.807.070,75	104.096	164º
91º	SP	Suzano	40.555.530,65	150.053	109º
92º	MS	Dourados	40.550.950,53	167.396	98º
93º	GO	Rio Verde	40.143.602,85	152.885	107º
94º	SP	Itu	39.002.233,95	130.326	129º
95º	SP	Jacareí	38.651.692,93	145.823	118º
96º	RJ	Petrópolis	38.320.644,60	171.056	96º
97º	SC	Chapecó	38.309.494,88	191.496	78º
98º	SP	Taboão da Serra	37.858.582,68	138.402	121º
99º	RS	Passo Fundo	37.605.863,67	141.798	120º
100º	SC	Itajaí	37.501.583,12	188.247	80º

	Total dos 100 maiores	13.395.942.734,72	46.432.117	..
	Total dos demais	11.155.025.720,82	59.580.660	..
	Total dos municípios	24.550.968.455,54	106.012.777	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Departamento Nacional de Trânsito.

IPVA municipal por veículo | RANKING 2020

Posição	UF	Município	IPVA municipal por veículo	IPVA municipal	Número de veículos 2020	Ranking nº de veículos 2020	Posição	UF	Município	IPVA municipal por veículo	IPVA municipal	Número de veículos 2020	Ranking nº de veículos 2020
			em R\$							em R\$			
1°	RJ	Porto Real	788,14	6.550.225,91	8.311	1650°	53°	SP	Boituva	332,04	16.075.028,08	48.413	369°
2°	AM	Barreirinha	772,81	530.920,82	687	5326°	54°	MG	Cruzeiro da Fortaleza	331,07	664.133,53	2.006	4035°
3°	PA	Afuá	701,33	9.117,27	13	5568°	55°	MG	Pirajuba	329,44	922.770,71	2.801	3427°
4°	MG	Carmésia	615,45	1.595.247,74	2.592	3563°	56°	MG	Irai de Minas	329,38	1.499.340,24	4.552	2557°
5°	MG	Nova Lima	585,69	30.211.207,01	51.582	341°	57°	MG	Alfenas	329,15	16.411.562,49	49.861	357°
6°	SP	Santana de Parnaíba	566,03	49.822.465,30	88.021	193°	58°	SP	Mogi das Cruzes	328,50	84.966.151,13	258.647	51°
7°	MG	Ingai	564,56	491.727,51	871	5165°	59°	SP	Arujá	328,45	19.182.869,44	58.405	298°
8°	SP	Tejupá	492,79	746.582,81	1.515	4520°	60°	RJ	Itaíiaia	327,87	2.657.729,46	8.106	1686°
9°	SP	Barueri	444,33	83.495.272,16	187.911	81°	61°	MG	Araújos	324,76	1.570.547,47	4.836	2453°
10°	SP	São Caetano do Sul	438,76	64.173.007,96	146.260	117°	62°	MG	Guaxupé	324,32	11.417.942,79	35.206	480°
11°	MG	Pouso Alegre	438,14	41.236.138,21	94.117	177°	63°	MG	Lagoa Santa	323,75	11.360.660,68	35.091	481°
12°	RN	Encanto	435,69	779.456,47	1.789	4243°	64°	PE	Igaraci	323,61	854.977,17	2.642	3533°
13°	MG	Belo Horizonte	419,50	954.128.138,74	2.274.465	3°	65°	MG	Itaúna	323,52	20.343.558,54	62.882	276°
14°	SP	Mira Estrela	411,12	795.099,25	1.934	4096°	66°	MG	Congonhas	322,03	9.804.911,71	30.447	551°
15°	MG	Juiz de Fora	403,61	114.847.552,23	284.548	46°	67°	RN	Areia Branca	321,74	3.033.005,97	9.427	1480°
16°	MG	Simão Pereira	395,65	863.713,58	2.183	3888°	68°	MG	Barbacena	321,41	22.670.932,27	70.536	246°
17°	SP	Valinhos	392,01	40.807.070,75	104.096	164°	69°	MG	Manhuaçu	321,40	14.239.196,07	44.304	405°
18°	MT	Nova Nazaré	390,56	238.631,70	611	5383°	70°	SP	Guaira	320,75	9.932.399,27	30.966	541°
19°	SP	Holambra	387,90	4.151.300,39	10.702	1362°	71°	GO	Castelândia	320,59	503.325,29	1.570	4455°
20°	PB	Cajazeirinhas	385,75	265.007,18	687	5326°	72°	SP	São José dos Campos	320,08	145.622.248,22	454.956	21°
21°	MG	São Gotardo	379,72	9.601.318,82	25.285	661°	73°	MG	Itajubá	319,06	16.083.821,31	50.410	352°
22°	SP	Vinhedo	378,60	24.447.662,06	64.574	269°	74°	SP	São José do Rio Preto	318,31	129.108.205,37	405.608	29°
23°	MG	Casa Grande	376,11	411.463,27	1.094	4971°	75°	MG	Uberaba	318,14	75.146.385,56	236.202	55°
24°	SP	Paulínia	375,78	30.766.163,00	81.873	204°	76°	RJ	Niterói	318,02	87.690.452,95	275.740	48°
25°	GO	Edealina	368,52	804.116,39	2.182	3889°	77°	MG	São José da Barra	317,59	1.153.807,07	3.633	2948°
26°	SP	Jundiá	366,88	123.882.394,23	337.668	33°	78°	SP	Iracemópolis	316,83	5.314.127,78	16.773	944°
27°	MG	Patos de Minas	366,56	42.847.066,07	116.891	145°	79°	MG	João Monlevade	316,14	15.032.320,03	47.549	376°
28°	SP	Águas de São Pedro	365,06	1.001.721,13	2.744	3460°	80°	SP	Dumont	315,88	1.725.649,75	5.463	2269°
29°	MG	Matias Barbosa	364,55	3.061.886,72	8.399	1636°	81°	SP	Borá	315,01	173.254,68	550	5428°
30°	SP	Santos	362,73	101.006.392,92	278.459	47°	82°	SP	Sorocaba	314,79	155.255.181,20	493.210	18°
31°	MG	Poços de Caldas	360,96	41.743.187,35	115.645	148°	83°	PR	Maringá	314,71	105.160.905,66	334.156	35°
32°	MG	Itapagipe	359,70	2.981.522,25	8.289	1657°	84°	PR	Curitiba	314,49	510.376.564,19	1.622.891	4°
33°	GO	Gouvelândia	358,15	663.644,63	1.853	4179°	85°	MG	São Lourenço	313,37	8.604.111,20	27.457	604°
34°	MG	Uberlândia	356,42	173.031.407,01	485.472	20°	86°	SP	Pradópolis	313,26	3.356.000,09	10.713	1361°
35°	MG	Tiros	354,27	1.694.467,50	4.783	2469°	87°	SP	Praia Grande	312,95	48.433.474,45	154.762	104°
36°	SP	Ribeirão Preto	352,15	193.916.356,58	550.661	15°	88°	SP	São Paulo	312,17	2.735.016.093,56	8.761.213	1°
37°	MG	Araxá	350,01	25.064.248,84	71.611	240°	89°	MG	Laranjal	312,15	1.089.101,84	3.489	3026°
38°	MG	Varginha	349,03	29.550.961,52	84.667	199°	90°	SP	Sebastianópolis do Sul	311,58	1.023.530,01	3.285	3145°
39°	MG	Ijaci	346,46	1.217.100,55	3.513	3017°	91°	CE	Eusébio	311,10	8.898.407,06	28.603	583°
40°	MG	Santa Juliana	346,03	2.810.474,87	8.122	1684°	92°	SP	Vargem Grande Paulista	310,79	10.230.635,63	32.918	520°
41°	SP	Indaiatuba	345,34	69.635.441,49	201.643	72°	93°	MG	Conselheiro Lafaiete	310,68	24.169.360,85	77.795	217°
42°	MG	Fama	345,25	264.116,90	765	5257°	94°	SP	Bauru	310,53	90.549.810,44	291.598	43°
43°	SP	Itupeva	343,13	14.383.302,00	41.918	417°	95°	MG	Machado	310,31	7.301.902,43	23.531	706°
44°	SP	Campinas	342,07	315.475.938,35	922.266	8°	96°	MG	Guarda-Mor	310,07	1.041.843,30	3.360	3096°
45°	MG	Contagem	338,60	114.265.373,66	337.462	34°	97°	SC	Balneário Camboriú	310,03	30.925.890,86	99.751	168°
46°	SP	Cotia	337,73	51.523.848,37	152.558	108°	98°	MG	Capitólio	309,41	2.243.858,19	7.252	1855°
47°	PE	Recife	335,53	237.077.963,26	706.574	12°	99°	SP	Presidente Prudente	308,90	55.215.789,36	178.751	86°
48°	MS	Paraíso das Águas	334,53	709.529,74	2.121	3931°	100°	MG	Patrocínio	308,84	19.702.991,57	63.796	273°
49°	MG	Pedrinópolis	333,53	568.338,31	1.704	4314°							
50°	MG	Sarzedo	333,29	5.676.332,92	17.031	933°							
51°	MG	Extrema	333,06	8.102.013,50	24.326	688°							
52°	SP	Americana	333,06	62.482.945,72	187.605	82°							
									Total dos 100 maiores	337,79	7.630.163.349,84	22.588.766	..
									Total dos demais	202,83	16.920.805.105,70	83.424.011	..
									Total dos municípios	231,58	24.550.968.455,54	106.012.777	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran).

Pandemia reduz o FPM em 7,3%, mas compensação recompõe perdas

- ▶ Com a compensação estabelecida pela Lei nº 14.041/2020, o FPM fecha o exercício de 2020 com leve recuo de 0,7% em relação a 2019.
- ▶ No primeiro semestre de 2021, o Fundo recupera-se crescendo 22,4% quando comparado ao mesmo período de 2020.
- ▶ Emenda Constitucional nº 112 concede acréscimo de 1% na formação do FPM.

O impacto da pandemia em 2020

Nos primeiros meses da pandemia da Covid-19, diante da perspectiva de queda nas receitas públicas, prefeitos e parlamentares expressaram grande preocupação com a situação fiscal dos municípios, justamente no momento quando se previa forte aumento na demanda pelos serviços de saúde.

Sendo o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) a principal transferência constitucional da União para a maioria das cidades brasileiras, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 938, em 2 de abril de 2020, com o objetivo de compensar as retrações que ocorressem nos repasses de março a junho. Isso também foi feito para os estados, via Fundo de Participação dos Estados (FPE).

A compensação projetada ficou limitada ao teto de R\$ 16 bilhões, sendo que, desse total, caberia a importância máxima de R\$ 8,26 bilhões aos municípios e de R\$ 7,74 bilhões aos estados, a serem enviados em quatro parcelas, em abril, maio, junho e julho. O apoio financeiro compensatório restringiu-se às variações nominais negativas anotadas no período de março a junho, e

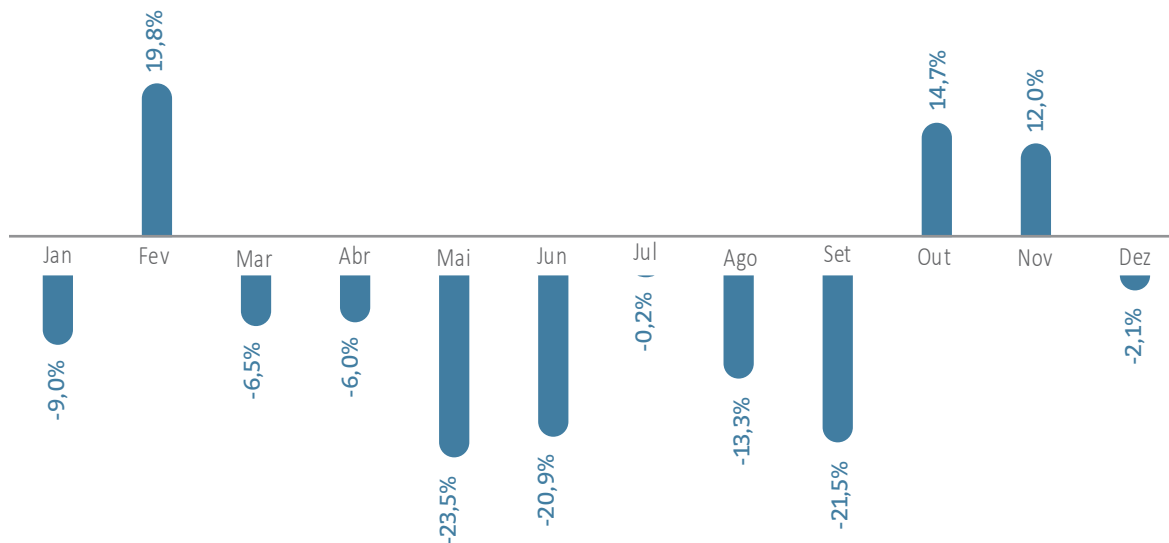
os valores direcionados acabaram não atingindo o teto estipulado. Assim, depois do repasse da quarta parcela em julho, constatou-se uma sobra de R\$ 6,14 bilhões em relação aos R\$ 16 bilhões inicialmente previstos para estados e municípios.

Além disso, verificou-se que os efeitos negativos da crise sanitária sobre a economia e a arrecadação iriam se prolongar, o que fez com que prefeitos, governadores e entidades como a Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf) e o Fórum Nacional dos Secretários Municipais de Fazenda se mobilizassem para reivindicar a prorrogação da medida, a fim de se utilizar os valores que restaram. Como resultado, a MP 938 foi consolidada na Lei nº 14.041, de 18 de agosto de 2020, que alongou o prazo do suporte financeiro até novembro de 2020.

De fato, as baixas nos repasses mensais do FPM em 2020 tiveram início em março e continuaram até setembro, tendo sido mais profundas em maio, junho, agosto e setembro (veja gráfico na página seguinte), sempre comparadas ao mesmo mês do ano anterior. Ao fim de 2020, o FPM total caiu 7,3% em termos reais¹.

¹ Variação calculada com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e corrigida pelo IPCA médio de 2020.

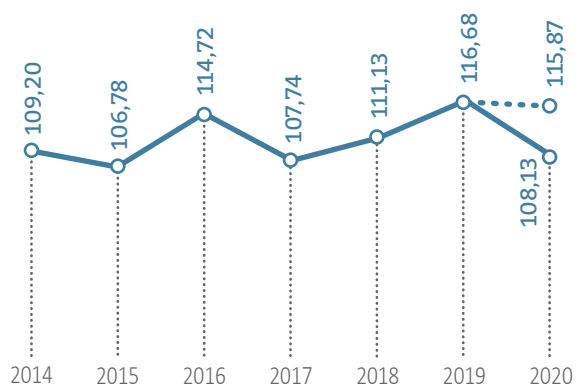
Taxa de crescimento nominal do FPM em relação ao mesmo mês do ano anterior 2020/2019



Nota: não inclui os auxílios financeiros estabelecidos pela Lei nº 14.041/2020.

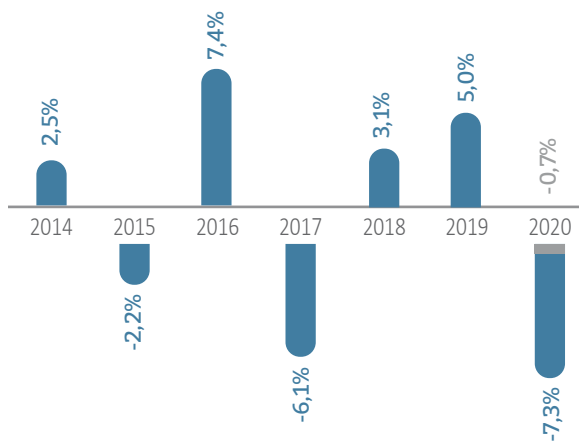
Transferências do FPM

em R\$ bilhões corrigidos pelo IPCA médio de 2020



○ Variação do FPM quando incluídos os valores da compensação estabelecida pela Lei nº 14.041/2020.

Taxa de crescimento real do FPM em relação ao ano anterior



■ Variação do FPM quando incluídos os valores da compensação dada pela Lei nº 14.041/2020.

O encolhimento do Fundo em 2020 ocorreu em razão do arrefecimento da atividade econômica, que provocou baixa de 8,4% na arrecadação líquida do Imposto de Renda (IR) e de 0,9%² na captação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Ambos são tributos cuja parcela de 24,5% atualmente compõem o FPM.

Sobre o desempenho do IR, destacam-se as fortes quedas reais do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), de -8,9%, devido à diminuição da massa salarial e do recolhimento sobre rendimentos de capital, e a variação de -10,3% na receita anual do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ). Já as contrações do FPM nos meses de abril a junho têm relação não apenas com o impacto direto da pandemia sobre a arrecadação, mas também com a medida da Receita Federal que postergou o recolhimento do IR, IPI, CSLL, Cofins e PIS/Pasep, apurados no âmbito do Simples Nacional, por 180 dias, a fim de aliviar o caixa das empresas.

Assim, sem considerar o auxílio financeiro concedido para compensar as diminuições no Fundo por meio da Lei nº 14.041, o FPM totalizou R\$ 108,13 bilhões, uma redução de cerca de R\$ 6,7 bilhões para as prefeituras. Sendo o FPM tanto mais importante nos orçamentos quanto menor o porte populacional dos municípios, o decréscimo desse repasse em 2020 teria sido também tanto mais prejudicial quanto menor o número de habitantes das cidades.

Com a extensão do apoio financeiro até novembro (pagamento em dezembro), foi possível distribuir aos municípios e aos estados quase que a totalidade do valor previsto. Os estados receberam R\$ 7,36 bilhões e os municípios, R\$ 7,74 bilhões. No cômputo final, ao encerrar-se o exercício de 2020, incluídas as compensações, o FPM ficou relativamente estável, com redução de apenas 0,7% no comparativo a 2019, atingindo o valor de R\$ 115,87 bilhões.

² De acordo com os Demonstrativos Mensais da Base de Cálculo (FPM, FPE, IPI-Exp), no site do Tesouro Nacional, atualizados pelo IPCA. https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/demonstrativos-mensais-da-base-de-calculo-fpm-fpe-e-ipi-exp/2020/12?ano_selecionado=2020

Como é formado o FPM

De 1993 a 2006, o Fundo foi formado por 22,5% da arrecadação líquida do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A partir de 2007, com a Emenda Constitucional nº 55/2007, acrescentou-se 1% do recolhimento do IR e do IPI, sendo esse percentual repassado integralmente em dezembro.

A Emenda Constitucional nº 84/2014 criou mais um adicional de 1% para o FPM, também entregue em cota única no mês de julho de cada ano. O aumento foi gradual:

0,5% em 2015 e 1% a partir da arrecadação de janeiro de 2016.

Em 2021, a EC 112 de 27 de outubro acrescentou mais 1% a ser distribuído integralmente em setembro de cada ano. O benefício também será fracionado, sendo um aumento de 0,25% em 2022 e 2023, 0,5% em 2024 e 1% a partir de 2025.

Assim, a partir de 2025, o FPM passará a ser composto por 25,5% do recolhimento anual do IR e do IPI, incluídas as três cotas de 1%, sendo uma transferida em julho, outra em setembro e a última em dezembro.

▶ 2007 a 2014

23,5% da arrecadação do IR e do IPI, sendo 1% distribuído em dezembro.

▶ 2015

+0,5% da arrecadação de janeiro a junho de 2015, distribuído em julho.

▶ 2016

+0,5% da arrecadação de julho a dezembro de 2015 e +1% da arrecadação de janeiro a junho de 2016, distribuídos em julho.

▶ 2017

24,5% da arrecadação do IR e do IPI, sendo 1% distribuído em julho e 1%, em dezembro.

▶ 2022 e 2023

24,75% da arrecadação do IR e do IPI, sendo 1% distribuído em julho, 0,25% em setembro e 1%, em dezembro.

▶ 2024

25% da arrecadação do IR e do IPI, sendo 1% distribuído em julho, 0,5% em setembro e 1%, em dezembro.

▶ 2025

25,5% da arrecadação do IR e do IPI, sendo 1% distribuído em julho, 1% em setembro e 1%, em dezembro.

Distribuição do FPM

Divisões do FPM e seus respectivos critérios de distribuição		
Divisões do FPM		Critérios de distribuição
FPM-Interior	86,4% do FPM total. É distribuído a todos os municípios do país, exceto as capitais.	Coefficientes definidos por faixa populacional no Decreto-Lei nº 1.881/81. Desde 1990, a participação de cada município é obtida dividindo-se seu coeficiente pelo somatório dos coeficientes dos municípios do Estado.
FPM-Reserva	3,6% do FPM total. É destinado aos municípios do interior com população superior a 142.632 habitantes, exceto as capitais.	De acordo com coeficientes que consideram a população e o inverso da renda per capita do respectivo Estado. Em 2021, participaram desse fundo 181 municípios brasileiros.
FPM-Capital	10% do FPM total. É distribuído às capitais estaduais.	Coefficientes que consideram a população e o inverso da renda per capita do Estado. A participação da capital é obtida dividindo-se seu coeficiente pelo somatório dos coeficientes de todas as capitais.

Fonte: Lei nº 5.172/1966 e Decreto-Lei nº 1.881/1981.

Para a transferência do FPM-Interior, cujo critério é o número de habitantes, foram definidas 18 faixas populacionais. Cada uma delas é associada a um coeficiente de participação individual, divulgado anualmente pelo Tribunal de Contas da União (TCU), com base nas informações sobre estimativas populacionais calculadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Veja a tabela “Coeficientes para distribuição do FPM-Interior”.

Há, no entanto, uma outra regra no fatiamento do FPM-Interior que acaba por diferenciar o montante recebido por municípios que possuem o mesmo coeficiente, mas que estão situados em estados diferentes. Desde 1990, conforme determinação da Lei Complementar nº 62/1989, o TCU congelou, por meio da Resolução nº 242/1990, a participação dos estados na distribuição do FPM-Interior. Veja o percentual destinado a cada Estado na tabela “Participação no FPM-Interior, número de municípios e população por Estado”.

Coeficientes para a distribuição do FPM-Interior	
Faixas populacionais	Coeficiente
Até 10.188 habitantes	0,6
De 10.189 a 13.584	0,8
De 13.585 a 16.980	1,0
De 16.981 a 23.772	1,2
De 23.773 a 30.564	1,4
De 30.565 a 37.356	1,6
De 37.357 a 44.148	1,8
De 44.149 a 50.940	2,0
De 50.941 a 61.128	2,2
De 61.129 a 71.316	2,4
De 71.317 a 81.504	2,6
De 81.505 a 91.692	2,8
De 91.693 a 101.880	3,0
De 101.881 a 115.464	3,2
De 115.465 a 129.048	3,4
De 129.049 a 142.632	3,6
De 142.633 a 156.216	3,8
Acima de 156.216 habitantes	4,0

Participação no FPM-Interior, número de municípios e população por Estado			
Unidades da Federação	Participação no total a distribuir em %	Número de municípios 2020 ¹	População 2020
Acre	0,2630	21	481.052
Alagoas	2,0883	101	2.326.183
Amapá	0,1392	15	348.871
Amazonas	1,2452	61	1.984.409
Bahia	9,2695	416	12.047.979
Ceará	4,5864	183	6.500.491
Espírito Santo	1,7595	77	3.698.197
Goiás	3,7318	245	5.577.443
Maranhão	3,9715	216	6.038.093
Mato Grosso	1,8949	140	2.908.096
Mato Grosso do Sul	1,5004	78	1.903.302

CONTINUAÇÃO...

Unidades da Federação	Participação no total a distribuir em %	Número de municípios 2020 ¹	População 2020
Minas Gerais	14,1846	852	18.771.102
Pará	3,2948	143	7.225.001
Paraíba	3,1942	222	3.221.766
Paraná	7,2857	398	9.568.214
Pernambuco	4,7952	183	7.961.474
Piauí	2,4015	223	2.413.405
Rio de Janeiro	2,7379	91	10.618.374
Rio Grande do Norte	2,4324	166	2.641.894
Rio Grande do Sul	7,3011	496	9.934.721
Rondônia	0,7464	51	1.257.106
Roraima	0,0851	14	211.529
Santa Catarina	4,1997	294	6.743.676
São Paulo	14,2620	644	33.964.101
Sergipe	1,3342	74	1.653.914
Tocantins	1,2955	138	1.283.952
Total	100,0000	5.542	161.284.345

Fonte: Lei Complementar 62, de 28/12/1989, c/c Resolução-TCU 242/1990. Decisão Normativa nº 179/2019 - Tribunal de Contas da União. Nota: ¹ exceto as capitais.

Peso no orçamento e FPM per capita

Na média, o FPM representou 15,1% da receita corrente dos municípios em 2020. No entanto, o Fundo é o mais importante recurso para as cidades com menor porte populacional. Naquelas com até 20 mil habitantes, por exemplo, respondeu por 34,4% de toda a receita corrente no exercício de 2020. Veja a participação do FPM na receita de cada município na tabela da página 68.

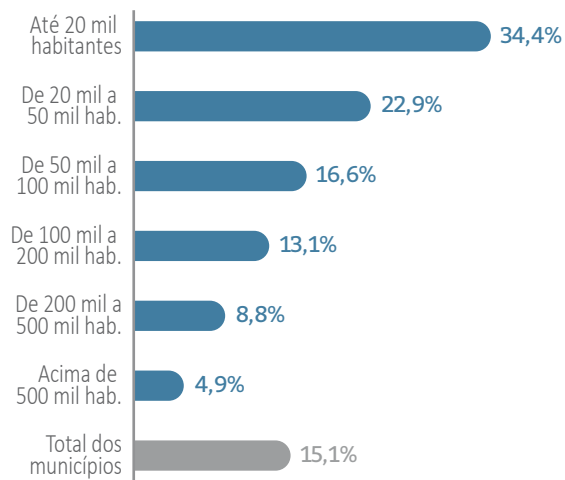
A grande relevância do FPM para os locais com menos habitantes se deve basicamente a dois

fatores fundamentais. Primeiro, a forma como foi concebida a tabela que define os coeficientes de participação favorece os menos populosos, uma vez que os intervalos entre as faixas populacionais crescem proporcionalmente mais que os hiatos entre os coeficientes. Veja a tabela dos coeficientes do FPM-Interior na página anterior.

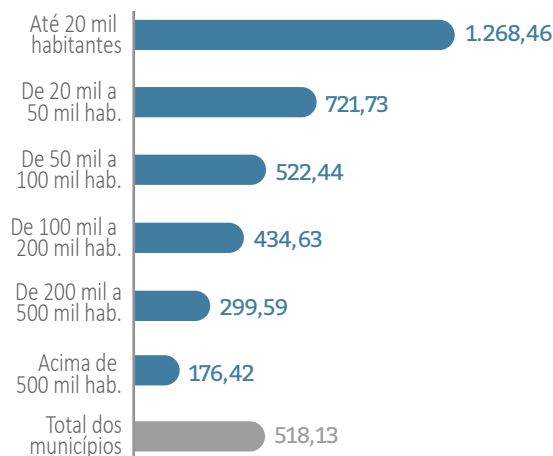
Em segundo lugar, a restrita base de arrecadação dos tributos próprios nos municípios menores confere maior peso em seus orçamentos às transferências que essas cidades recebem da União quanto e dos estados.

Pelos motivos expostos, é mais elevado o valor da receita de FPM per capita para as menores cidades. O gráfico a seguir mostra a redução dos montantes do Fundo por habitante à medida que cresce o tamanho populacional. Municípios com até 20 mil habitantes chegam a receber sete vezes mais por morador do que as cidades com mais de 500 mil residentes.

Participação do FPM na receita corrente por faixa populacional - 2020



FPM per capita por faixa populacional - 2020 em R\$ corrigidos pelo IPCA médio de 2020



Desempenho das capitais

Das 26 capitais estaduais, apenas Recife-PE teve variação no FPM diferente das demais em 2020 no comparativo com a 2019. Enquanto cada uma das 25 capitais registrou recuo de 6,8%, Recife anotou uma retração ainda maior, de 17,1%.

A capital pernambucana perdeu espaço na distribuição do FPM-Capitais em 2020, passando de 5,39% para 4,82% do total transferido por este Fundo, devido ao fator “inverso da renda per capita do Estado”, um dos critérios utilizados para o cálculo dessa modalidade do FPM. O aumento da renda per capita de Pernambuco em 2017, base para a definição dos coeficientes das capitais aplicados em 2020, foi suficiente para a migração de Recife para outra faixa na tabela dos fatores da renda per capita, reduzindo assim sua participação. No entanto, em 2021 o fator renda da capital retornou para a mesma faixa de 2019, e sua parcela no FPM-Capitais voltou a ser de 5,39%. Cabe lembrar que, em 2020, houve a recomposição para as perdas do FPM relativas aos meses de março a novembro para todas as cidades, conforme apontado anteriormente.

Para o repasse do FPM-Capitais de 2021, além da recuperação do coeficiente de Recife, observam-se queda na participação de Vitória-ES, de 2,06% para 1,71%, e ganho na de Rio Branco-AC, de 3,10% para 3,42%. Ambos os movimentos também se deram em razão de alterações no fator inverso da renda per capita.

Com relação ao fator população, que também é aplicado para a definição dos coeficientes do FPM-Capitais, não houve modificações em 2019, 2020 ou 2021.

Coeficiente, participação no FPM-Capitais e população das capitais								
Capital	UF	Coeficiente			Participação no total - em %			População 2020
		2019	2020	2021	2019	2020	2021	
Aracaju	SE	3,60	3,60	3,60	3,08%	3,10%	3,08%	664.908
Belém	PA	5,40	5,40	5,40	4,62%	4,65%	4,62%	1.499.641
Belo Horizonte	MG	6,00	6,00	6,00	5,13%	5,16%	5,13%	2.521.564
Boa Vista	RR	5,00	5,00	5,00	4,28%	4,30%	4,28%	419.652
Brasília	DF	2,00	2,00	2,00	1,71%	1,72%	1,71%	3.055.149
Campo Grande	MS	1,80	1,80	1,80	1,54%	1,55%	1,54%	906.092
Cuiabá	MT	1,60	1,60	1,60	1,37%	1,38%	1,37%	618.124
Curitiba	PR	3,60	3,60	3,60	3,08%	3,10%	3,08%	1.948.626
Florianópolis	SC	1,60	1,60	1,60	1,37%	1,38%	1,37%	508.826
Fortaleza	CE	10,00	10,00	10,00	8,55%	8,60%	8,55%	2.686.612
Goiânia	GO	4,20	4,20	4,20	3,59%	3,61%	3,59%	1.536.097
João Pessoa	PB	4,00	4,00	4,00	3,42%	3,44%	3,42%	817.511
Macapá	AP	3,20	3,20	3,20	2,74%	2,75%	2,74%	512.902
Maceió	AL	5,00	5,00	5,00	4,28%	4,30%	4,28%	1.025.360
Manaus	AM	6,30	6,30	6,30	5,39%	5,42%	5,39%	2.219.580
Natal	RN	3,60	3,60	3,60	3,08%	3,10%	3,08%	890.480
Palmas	TO	2,80	2,80	2,80	2,39%	2,41%	2,39%	306.296
Porto Alegre	RS	3,15	3,15	3,15	2,69%	2,71%	2,69%	1.488.252
Porto Velho	RO	2,80	2,80	2,80	2,39%	2,41%	2,39%	494.013
Recife	PE	6,30	5,60	6,30	5,39%	4,817%	5,39%	1.656.562
Rio Branco	AC	3,60	3,60	4,00	3,08%	3,10%	3,42%	413.418
Rio de Janeiro	RJ	4,00	4,00	4,00	3,42%	3,44%	3,42%	6.747.815
Salvador	BA	9,00	9,00	9,00	7,70%	7,74%	7,70%	2.886.698
São Luís	MA	6,25	6,25	6,25	5,34%	5,38%	5,34%	1.108.975
São Paulo	SP	3,50	3,50	3,50	2,99%	3,01%	2,99%	12.325.232
Teresina	PI	6,25	6,25	6,25	5,34%	5,38%	5,34%	868.075
Vitória	ES	2,40	2,40	2,00	2,05%	2,06%	1,71%	365.855
Total		116,95	116,25	116,95	100,00%	100,00%	100,00%	50.492.315

Fonte: elaborado com base nas Decisões Normativas nº 173/2019, nº 179/2020 e nº 190/2021 - Tribunal de Contas da União.

O congelamento de coeficientes pela LC 165/2019

Em 3 de janeiro de 2019, a Lei Complementar nº 165, que altera a LC nº 91/1997, foi sancionada pela Presidência da República com o objetivo de manter

os coeficientes de participação no FPM de 2018 para todos os municípios que registrassem queda nas estimativas populacionais anuais do IBGE a partir de 2019, até que ocorra novo Censo Demográfico.

A realização do Censo de 2020, que havia

sido cancelada devido à pandemia da Covid-19, foi transferida para 2021 e depois para 2022³. É pouco provável que os resultados do levantamento demográfico de 2022 sejam aplicados no cálculo dos coeficientes de 2023. Assim, é possível que sejam utilizados somente para a distribuição do FPM de 2024, continuando a vigorar o congelamento até lá.

Em 2019, 132 cidades de 17 estados tiveram seus índices congelados. Em 2020, foram mais 119 municípios em 16 estados. E em 2021, 122 municípios, distribuídos em 15 estados, estão nessa mesma condição.

A medida de manutenção dos coeficientes já foi tomada outras vezes e é consequência, sobretudo, do próprio sistema de definição dos índices por faixas populacionais. Nesse modelo, podem ocorrer modificações abruptas quando o município muda de uma faixa para outra devido a pequenas atualizações na sua população.

Por mais sofisticadas que sejam as estimativas populacionais do IBGE, de tempos em tempos elas precisam ser confirmadas pelos censos demográficos, que são realizados a cada dez anos, e por pesquisas de amostragens feitas nos intervalos entre os censos. O problema é que, em 2015, devido às restrições orçamentárias do Governo Federal, a pesquisa por amostragem não se concretizou, o que acentuou o questionamento judicial de vários municípios com relação às estimativas.

No entanto, a raiz do problema são os “degraus” na distribuição dos valores do FPM causados pelo sistema de definição de coeficientes por faixas populacionais, que provoca alterações abruptas na distribuição e estimula os municípios que estão na iminência de mudarem de faixa a

buscarem a via judicial para contestarem a estimativa populacional e, com isso, concretizar uma subida de patamar ou evitar uma descida. Uma solução para o problema seria a substituição do sistema de “degraus” das faixas populacionais por um modelo tipo “acrive”, no qual pequenas alterações no número de residentes não gerariam grandes impactos sobre os coeficientes individuais.

Como essa questão ainda não foi devidamente equacionada, prefeitos e congressistas têm optado por criar diversas exceções e mudanças pontuais nas regras de divisão do Fundo, o que resulta num somatório de distorções na transferência da principal fonte de receita para a maioria dos municípios brasileiros.

Primeiro semestre de 2021

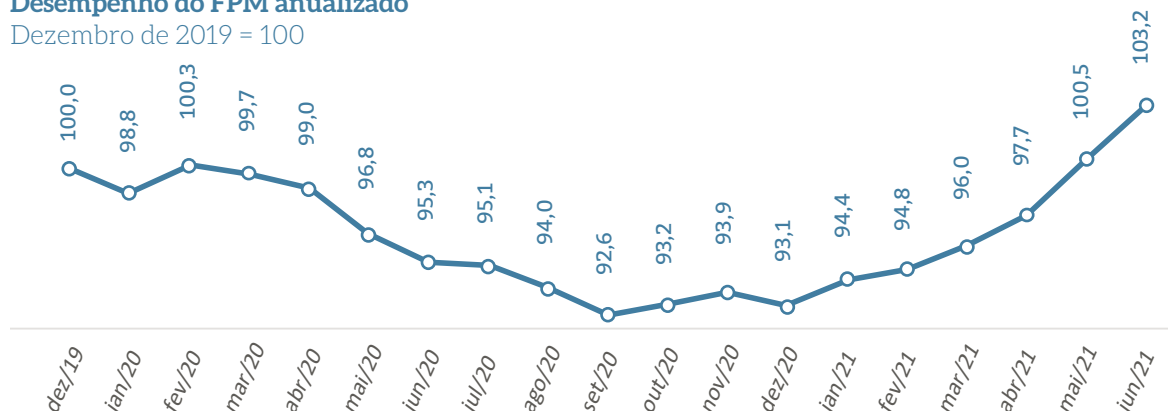
As receitas municipais com as transferências do FPM saltaram 22,4% no primeiro semestre de 2021 comparado ao mesmo período do ano anterior, sem incluir os valores das compensações da Lei 14.041/2020. O resultado do semestre é bastante expressivo, tendo em conta que, no ano de 2020, o FPM apontou um recuo médio de 7,3% em relação a 2019. Se compararmos os primeiros seis meses de 2021 com aqueles de dois anos atrás, com o intuito de eliminar os efeitos da Covid-19 da análise, observa-se um incremento de 10,9% na receita de FPM.

Verificando a evolução das transferências do FPM acumuladas nos últimos 12 meses, constata-se que, depois de atingir o mais baixo patamar em setembro de 2020, quando chegaram a representar a 92,6% dos níveis prevalentes em dezembro de 2019, a tendência de queda foi revertida. Em maio de 2021, elas voltaram aos patamares registrados em fevereiro de 2020, último mês antes da adoção, no Brasil, de medidas restritivas para mitigar os efeitos da Covid-19.

³ O IBGE tem até o dia 31 de agosto de cada ano para divulgar as estimativas ou a contagem populacional dos estados e municípios que são utilizadas para o cálculo dos coeficientes do FPM pelo TCU, de acordo com o artigo 102, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992 - Lei Orgânica do TCU.

Desempenho do FPM anualizado

Dezembro de 2019 = 100



Taxa de crescimento real do FPM em relação ao ano anterior



Outro aspecto de grande relevância em 2021 foi a promulgação, em 27 de outubro, da Emenda Constitucional nº 112, que concede mais 1% da receita líquida do IR e do IPI para a formação do FPM. O acréscimo será gradual, sendo aplicado 0,25% no biênio 2022-2023, 0,5% em 2024 e 1% a partir de 2025.

Apesar de apontar na direção da desconcentração de recurso em favor dos municípios, a medida beneficia, quase que exclusivamente, os menores, devido ao arranjo de partilha do Fundo. Em 2020, por exemplo, enquanto os municípios com até 10 mil habitantes receberam, em média, R\$ 1.636,40 por habitante, as 106 cidades selecionadas por **Multi Cidades**, foram contempladas com R\$ 203,37.

Dessa forma, as cidades médias e grandes têm sido marginalizadas no processo de desconcentração de receitas. Relevante considerar que são essas cidades as centralizadoras de toda sorte de problemas sociais e urbanos do país e onde há a maior carência de recursos para investimentos e para serviços de mais ampla escala. Assim, é preciso estabelecer nova configuração de rateio para a transferência de montantes extraordinários aos municípios, a fim de que este não seja feito, exclusivamente, ao abrigo dos critérios do FPM, e para que não haja uma distorção ainda maior das bases do federalismo fiscal brasileiro, encaminhando quantias cada vez maiores para onde a população não está.

Ao mesmo tempo, é necessário se repensar o atual ordenamento da divisão de recursos da União e dos estados para os municípios, que foi estruturado na ampla reforma tributária de meados dos anos 1960. As transformações socioeconômicas, os fluxos migratórios e o intenso processo de urbanização que ocorreram no Brasil nos últimos 50 anos, além das próprias alterações e remendos que o sistema tributário sofreu durante esse período, certamente exigem uma adequação aos novos tempos.

UF	População 2020	Região e município	2016	2017	2018	2019	2020	Variação 2020/2019	Participação na receita corrente 2020	FPM per capita 2020
			em R\$ mil corrigido pelo IPCA médio de 2020							
	18.672.591	Norte	10.073.161,7	9.459.892,8	9.889.764,1	10.312.075,2	9.571.882,5	-7,2	18,7	512,62
AC	413.418	Rio Branco	350.596,5	296.701,6	345.323,0	359.777,9	335.439,0	-6,8	35,1	811,38
AC	89.072	Cruzeiro do Sul	30.721,2	27.913,6	28.791,3	29.985,3	27.567,1	-8,1	14,8	309,49
AP	512.902	Macapá	311.641,3	296.701,6	306.953,8	319.802,6	298.168,0	-6,8	31,2	581,34
AP	123.096	Santana	27.300,8	25.326,9	27.421,5	28.791,0	26.364,9	-8,4	12,2	214,18
AM	2.219.580	Manaus	525.894,7	500.683,9	604.315,2	629.611,4	587.018,2	-6,8	10,8	264,47
AM	115.363	Parintins	44.718,6	41.626,4	42.286,1	44.274,8	40.763,8	-7,9	16,1	353,35
PA	1.499.641	Belém	525.894,7	500.683,9	517.984,5	539.666,9	503.158,5	-6,8	..	335,52
PA	535.547	Ananindeua	92.275,2	86.493,0	88.905,1	92.153,0	84.906,9	-7,9	9,3	158,54
PA	306.480	Santarém	92.275,2	86.493,0	88.905,1	92.153,0	84.906,9	-7,9	11,6	277,04
PA	283.542	Marabá	92.275,2	86.493,0	88.905,1	92.153,0	84.906,9	-7,9	8,0	299,45
RO	539.354	Porto Velho	272.686,2	259.613,9	268.584,6	279.827,3	260.897,0	-6,8	16,7	483,72
RO	130.009	Ji-Paraná	43.031,2	40.282,9	41.416,3	43.345,7	40.043,5	-7,6	12,1	308,01
RR	419.652	Boa Vista	486.939,6	463.596,2	479.615,3	499.691,6	465.887,5	-6,8	32,7	1.110,18
RR	30.782	Rorainópolis	10.024,8	9.257,9	9.549,0	9.399,3	8.576,9	-8,7	..	278,63
TO	306.296	Palmas	311.641,3	296.701,6	306.953,8	279.827,3	260.897,0	-6,8	20,2	851,78
TO	183.381	Araguaína	85.947,8	80.820,8	83.309,0	82.555,4	76.268,8	-7,6	14,2	415,90
	57.371.142	Nordeste	40.827.038,3	38.315.645,9	39.352.637,6	41.252.454,0	38.161.449,1	-7,5	24,4	665,17
AL	1.025.360	Maceió	608.674,5	579.495,2	479.615,3	499.691,6	465.887,5	-6,8	16,6	454,36
AL	233.047	Arapiraca	124.388,2	116.757,8	109.939,4	114.722,0	106.113,8	-7,5	16,9	455,33
BA	2.886.698	Salvador	973.879,1	927.192,4	863.307,5	899.444,9	838.597,4	-6,8	12,5	290,50
BA	619.609	Feira de Santana	112.479,5	105.744,2	104.579,4	109.123,3	100.928,1	-7,5	7,9	162,89
BA	341.128	Vitória da Conquista	112.479,5	105.744,2	104.579,4	109.123,3	100.928,1	-7,5	12,9	295,87
BA	304.302	Camaçari	112.479,5	105.744,2	104.579,4	109.123,3	100.928,1	-7,5	8,0	331,67
CE	2.686.612	Fortaleza	973.879,1	927.192,4	959.230,6	999.383,2	931.774,9	-6,8	12,7	346,82
CE	365.212	Caucaia	112.321,1	105.273,8	108.467,6	112.967,5	104.343,1	-7,6	12,1	285,71
CE	276.264	Juazeiro do Norte	112.321,1	105.273,8	108.467,6	112.967,5	104.343,1	-7,6	18,0	377,69
MA	1.108.975	São Luís	608.674,5	579.495,2	599.519,1	624.614,5	582.359,3	-6,8	17,4	525,13
MA	259.337	Imperatriz	111.618,9	104.753,4	107.724,6	112.053,1	103.550,0	-7,6	12,9	399,29
PB	817.511	João Pessoa	486.939,6	370.876,9	383.692,2	399.753,3	372.710,0	-6,8	15,8	455,91
PB	411.807	Campina Grande	120.224,6	102.660,5	105.690,1	110.260,4	101.978,9	-7,5	9,6	247,64
PE	1.653.461	Recife	613.543,8	584.131,2	604.315,2	629.611,4	521.794,0	-17,1	10,4	315,58
PE	706.867	Jaboatão dos Guararapes	108.638,9	101.865,0	104.850,9	109.359,7	97.061,9	-11,2	7,1	137,31
PE	393.115	Olinda	108.638,9	101.865,0	104.850,9	109.359,7	97.061,9	-11,2	14,3	246,90
PE	365.278	Caruaru	108.638,9	101.865,0	104.850,9	109.359,7	97.061,9	-11,2	12,3	265,72
PE	354.317	Petrolina	108.638,9	101.865,0	104.850,9	109.359,7	97.061,9	-11,2	11,8	273,94
PE	334.376	Paulista	108.638,9	101.865,0	104.850,9	109.359,7	97.061,9	-11,2	15,7	290,28
PI	868.075	Teresina	608.674,5	579.495,2	599.519,1	624.614,5	582.359,3	-6,8	19,2	670,86
PI	153.482	Parnaíba	106.174,9	99.875,0	102.874,7	107.006,9	98.911,9	-7,6	24,6	644,45
RN	890.480	Natal	350.596,5	333.789,3	345.323,0	359.777,9	335.439,0	-6,8	13,4	376,69
RN	300.618	Mossoró	105.296,9	99.005,4	101.768,7	106.059,5	98.021,9	-7,6	13,7	326,07
SE	664.908	Aracaju	311.641,3	296.701,6	345.323,0	359.777,9	335.439,0	-6,8	16,9	504,49
SE	185.706	Nossa Senhora do Socorro	98.697,0	92.794,3	99.718,0	104.060,9	96.254,1	-7,5	25,4	518,31
	13.449.154	Centro-Oeste¹	8.013.974,4	7.515.696,9	7.753.762,5	8.167.522,5	7.588.679,5	-7,1	15,1	564,25
GO	1.536.097	Goiânia	350.596,5	333.789,3	345.323,0	419.740,9	391.345,5	-6,8	6,9	254,77
GO	590.146	Aparecida de Goiânia	87.219,4	81.753,1	83.945,9	87.663,1	80.887,1	-7,7	5,9	137,06
GO	391.772	Anápolis	87.219,4	81.753,1	83.945,9	87.663,1	80.887,1	-7,7	6,5	206,46
MT	618.124	Cuiabá	175.298,2	166.894,6	172.661,5	159.901,3	149.084,0	-6,8	5,8	241,19
MT	287.526	Várzea Grande	72.979,2	68.455,1	70.507,0	70.919,9	65.136,2	-8,2	8,5	226,54
MS	906.092	Campo Grande	194.775,8	166.894,6	172.661,5	179.889,0	167.719,5	-6,8	4,2	185,10
MS	225.495	Dourados	88.944,8	80.988,4	83.074,6	86.606,8	79.897,7	-7,7	8,6	354,32
	89.012.240	Sudeste	35.796.140,8	33.641.489,3	34.730.741,9	36.616.466,0	33.949.537,9	-7,3	9,9	381,40
ES	365.855	Vitória	175.298,2	166.894,6	191.846,1	239.852,0	223.626,0	-6,8	11,7	611,24
ES	527.240	Serra	83.046,3	77.727,3	82.025,0	90.115,3	83.285,1	-7,6	5,9	157,96
ES	501.325	Vila Velha	83.046,3	77.727,3	82.025,0	90.115,3	83.285,1	-7,6	7,1	166,13
ES	383.917	Cariacica	83.046,3	77.727,3	82.025,0	90.115,3	83.285,1	-7,6	10,6	216,94
MG	2.521.564	Belo Horizonte	584.327,5	556.315,4	575.538,3	599.629,9	559.065,0	-6,8	4,8	221,71
MG	699.097	Uberlândia	92.757,7	87.101,7	89.602,7	93.541,4	86.508,2	-7,5	3,1	123,74
MG	668.949	Contagem	92.757,7	87.101,7	89.602,7	93.541,4	86.508,2	-7,5	4,2	129,32

UF	População 2020	Região e município	2016	2017	2018	2019	2020	Varição 2020/2019	Participação na receita corrente 2020	FPM per capita 2020
			em R\$ mil corrigido pelo IPCA médio de 2020					em %		em R\$
MG	573.285	Juiz de Fora	92.757,7	87.101,7	89.602,7	93.541,4	86.508,2	-7,5	4,7	150,90
MG	444.784	Betim	92.757,7	87.101,7	89.602,7	93.541,4	86.508,2	-7,5	4,1	194,49
MG	413.487	Montes Claros	92.757,7	87.101,7	89.602,7	93.541,4	86.508,2	-7,5	7,6	209,22
MG	338.197	Ribeirão das Neves	92.757,7	87.101,7	89.602,7	93.541,4	86.508,2	-7,5	16,7	255,79
MG	337.092	Uberaba	92.757,7	87.101,7	89.602,7	93.541,4	86.508,2	-7,5	6,0	256,63
MG	281.046	Governador Valadares	92.757,7	87.101,7	89.602,7	93.541,4	86.508,2	-7,5	8,7	307,81
RJ	6.747.815	Rio de Janeiro	340.857,7	324.517,3	335.730,7	399.753,3	372.710,0	-6,8	1,5	55,23
RJ	1.091.737	São Gonçalo	71.347,7	67.051,3	69.136,4	73.873,4	68.114,8	-7,8	4,6	62,39
RJ	924.624	Duque de Caxias	71.347,7	67.051,3	69.136,4	73.873,4	68.114,8	-7,8	2,4	73,67
RJ	823.302	Nova Iguaçu	71.347,7	67.051,3	69.136,4	73.873,4	68.114,8	-7,8	3,8	82,73
RJ	515.317	Niterói	71.347,7	67.051,3	69.136,4	73.873,4	68.114,8	-7,8	2,0	132,18
RJ	513.118	Belford Roxo	71.347,7	67.051,3	69.136,4	73.873,4	68.114,8	-7,8	8,4	132,75
RJ	511.168	Campos dos Goytacazes	71.347,7	67.051,3	69.136,4	73.873,4	68.114,8	-7,8	4,2	133,25
RJ	472.906	São João de Meriti	71.347,7	67.051,3	69.136,4	73.873,4	68.114,8	-7,8	9,5	144,03
RJ	306.678	Petrópolis	71.347,7	67.051,3	69.136,4	73.873,4	68.114,8	-7,8	5,7	222,11
RJ	273.988	Volta Redonda	71.347,7	67.051,3	69.136,4	73.873,4	68.114,8	-7,8	6,6	248,60
SP	12.325.232	São Paulo	340.857,7	324.517,3	335.730,7	349.784,1	326.121,2	-6,8	0,5	26,46
SP	1.392.121	Guarulhos	82.307,2	77.156,4	79.295,6	82.733,8	76.415,3	-7,6	1,8	54,89
SP	1.213.792	Campinas	82.307,2	77.156,4	79.295,6	82.733,8	76.415,3	-7,6	1,3	62,96
SP	844.483	São Bernardo do Campo	78.511,8	73.580,6	75.613,2	78.929,5	72.907,6	-7,6	1,9	86,33
SP	729.737	São José dos Campos	78.511,8	73.580,6	75.613,2	78.929,5	72.907,6	-7,6	2,4	99,91
SP	721.368	Santo André	78.511,8	73.580,6	75.613,2	78.929,5	72.907,6	-7,6	2,9	101,07
SP	711.825	Ribeirão Preto	78.511,8	73.580,6	75.613,2	78.929,5	72.907,6	-7,6	2,6	102,42
SP	699.944	Osasco	78.511,8	73.580,6	75.613,2	78.929,5	72.907,6	-7,6	2,7	104,16
SP	687.357	Sorocaba	78.511,8	73.580,6	75.613,2	78.929,5	72.907,6	-7,6	2,5	106,07
SP	477.552	Mauá	78.511,8	73.580,6	75.613,2	78.929,5	72.907,6	-7,6	6,3	152,67
SP	464.983	São José do Rio Preto	78.511,8	73.580,6	75.613,2	78.929,5	72.907,6	-7,6	4,0	156,80
SP	450.785	Mogi das Cruzes	78.511,8	73.580,6	75.613,2	78.929,5	72.907,6	-7,6	4,7	161,73
SP	433.656	Santos	78.511,8	73.580,6	75.613,2	78.929,5	72.907,6	-7,6	2,6	168,12
SP	426.757	Diadema	78.511,8	73.580,6	75.613,2	78.929,5	72.907,6	-7,6	6,0	170,84
SP	423.006	Jundiaí	78.511,8	73.580,6	75.613,2	78.929,5	72.907,6	-7,6	3,3	172,36
SP	407.252	Piracicaba	78.511,8	73.580,6	75.613,2	78.929,5	72.907,6	-7,6	4,1	179,02
SP	403.183	Carapicuíba	78.511,8	73.580,6	75.613,2	78.929,5	72.907,6	-7,6	..	180,83
SP	379.297	Bauru	78.511,8	73.580,6	75.613,2	78.929,5	72.907,6	-7,6	6,2	192,22
30.192.315	Sul	20.012.647,9	18.807.030,3	19.399.955,4	20.329.470,0	18.860.932,5	-7,2	16,2	624,69	
PR	1.948.626	Curitiba	350.596,5	333.789,3	345.323,0	359.777,9	335.439,0	-6,8	4,1	172,14
PR	575.377	Londrina	89.479,7	83.966,0	86.446,0	90.274,3	83.444,5	-7,6	3,8	145,03
PR	430.157	Maringá	89.479,7	83.966,0	86.446,0	90.274,3	83.444,5	-7,6	5,0	193,99
PR	355.336	Ponta Grossa	89.479,7	83.966,0	86.446,0	90.274,3	83.444,5	-7,6	9,0	234,83
PR	332.333	Cascavel	89.479,7	83.966,0	86.446,0	90.274,3	83.444,5	-7,6	7,7	251,09
PR	329.058	São José dos Pinhais	89.479,7	83.966,0	86.446,0	90.274,3	83.444,5	-7,6	7,8	253,59
PR	258.248	Foz do Iguaçu	89.479,7	83.966,0	86.446,0	90.274,3	83.444,5	-7,6	7,5	323,12
RS	1.488.252	Porto Alegre	306.771,9	292.065,6	302.157,6	314.805,7	293.509,1	-6,8	4,2	197,22
RS	517.451	Caxias do Sul	80.360,3	75.480,4	77.774,5	78.806,0	72.810,2	-7,6	3,8	140,71
RS	348.208	Canoas	80.360,3	75.480,4	77.774,5	78.806,0	72.810,2	-7,6	4,3	209,10
RS	343.132	Pelotas	80.360,3	75.480,4	77.774,5	78.806,0	72.810,2	-7,6	6,7	212,19
RS	283.677	Santa Maria	80.360,3	75.480,4	77.774,5	78.806,0	72.810,2	-7,6	10,3	256,67
RS	283.620	Gravataí	80.360,3	75.480,4	77.774,5	78.806,0	72.810,2	-7,6	8,8	256,72
RS	256.302	Viamão	80.360,3	75.480,4	77.774,5	78.806,0	72.810,2	-7,6	..	284,08
SC	508.826	Florianópolis	155.820,7	148.350,8	153.476,9	159.901,3	149.084,0	-6,8	7,5	293,00
SC	597.658	Joinville	73.661,7	69.017,6	71.015,4	74.050,7	68.300,7	-7,8	2,9	114,28
SC	361.855	Blumenau	73.661,7	69.017,6	71.015,4	74.050,7	68.300,7	-7,8	4,2	188,75
	83.116.849	Cidades selecionadas	18.065.590,6	16.943.883,0	17.448.897,2	18.285.369,3	16.903.781,6	-7,6	5,8	203,37
	31.794.649	Até 20 mil habitantes	42.921.736,3	40.271.868,2	41.487.133,3	43.546.565,8	40.330.197,1	-7,4	34,4	1.268,46
	47.479.406	Capitais	11.296.997,8	10.607.080,6	10.940.024,4	11.487.909,6	10.645.528,5	-7,3	6,0	224,21
	208.697.442	Total dos municípios	114.722.963,2	107.739.755,2	111.126.861,5	116.677.987,8	108.132.481,4	-7,3	15,1	518,13

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: 1 não inclui Brasília.

Posição	UF	Município	FPM	População 2020	Ranking pop. 2020
			em R\$		
1º	CE	Fortaleza	931.774.919,53	2.686.612	4º
2º	BA	Salvador	838.597.427,61	2.886.698	3º
3º	AM	Manaus	587.018.199,45	2.219.580	6º
4º	MA	São Luís	582.359.324,86	1.108.975	14º
4º	PI	Teresina	582.359.324,86	868.075	20º
6º	MG	Belo Horizonte	559.064.951,85	2.521.564	5º
7º	PE	Recife	521.793.955,13	1.653.461	8º
8º	PA	Belém	503.158.456,73	1.499.641	10º
9º	RR	Boa Vista	465.887.459,94	419.652	58º
9º	AL	Maceió	465.887.459,94	1.025.360	16º
11º	GO	Goiânia	391.345.466,35	1.536.097	9º
12º	PB	João Pessoa	372.709.968,01	817.511	23º
12º	RJ	Rio de Janeiro	372.709.968,01	6.747.815	2º
14º	SE	Aracaju	335.438.971,29	664.908	32º
14º	PR	Curitiba	335.438.971,29	1.948.626	7º
14º	RN	Natal	335.438.971,29	890.480	19º
14º	AC	Rio Branco	335.438.971,29	413.418	60º
18º	SP	São Paulo	326.121.222,05	12.325.232	1º
19º	AP	Macapá	298.167.974,46	512.902	45º
20º	RS	Porto Alegre	293.509.099,85	1.488.252	11º
21º	RO	Porto Velho	260.896.977,76	539.354	39º
22º	TO	Palmas	260.896.977,59	306.296	91º
23º	ES	Vitória	223.625.980,89	365.855	70º
24º	MS	Campo Grande	167.719.485,80	906.092	18º
25º	MT	Cuiabá	149.083.987,39	618.124	34º
25º	SC	Florianópolis	149.083.987,39	508.826	47º
27º	AL	Arapiraca	106.113.750,53	233.047	131º
28º	CE	Caucaia	104.343.082,04	365.212	72º
28º	CE	Juazeiro do Norte	104.343.082,04	276.264	104º
28º	CE	Maracanaú	104.343.082,04	229.458	134º
28º	CE	Sobral	104.343.082,04	210.711	147º
32º	MA	Caxias	103.550.015,88	165.525	179º
32º	MA	Imperatriz	103.550.015,88	259.337	109º
32º	MA	Paço do Lumiar	103.550.015,88	123.747	249º
32º	MA	São José de Ribamar	103.550.015,88	179.028	166º
32º	MA	Timon	103.550.015,88	170.222	175º
37º	PB	Campina Grande	101.978.896,44	411.807	61º
38º	BA	Barreiras	100.928.090,46	156.975	188º
38º	BA	Camaçari	100.928.090,46	304.302	92º
38º	BA	Feira de Santana	100.928.090,46	619.609	33º
38º	BA	Ilhéus	100.928.090,46	159.923	184º
38º	BA	Itabuna	100.928.090,46	213.685	142º
38º	BA	Jequié	100.928.090,46	156.126	191º
38º	BA	Juazeiro	100.928.090,46	218.162	139º
38º	BA	Lauro de Freitas	100.928.090,46	201.635	154º
38º	BA	Teixeira de Freitas	100.928.090,46	162.438	182º
38º	BA	Vitória da Conquista	100.928.090,46	341.128	79º
48º	PI	Parnaíba	98.911.870,66	153.482	194º
49º	RN	Mossoró	98.021.887,84	300.618	93º
49º	RN	Parnamirim	98.021.887,84	267.036	106º
51º	BA	Alagoinhas	97.685.607,96	152.327	197º
51º	BA	Porto Seguro	97.685.607,96	150.658	200º

Posição	UF	Município	FPM	População 2020	Ranking pop. 2020
			em R\$		
53º	PE	Cabo de Santo Agostinho	97.061.853,84	208.944	149º
53º	PE	Camaragibe	97.061.853,84	158.899	186º
53º	PE	Caruaru	97.061.853,84	365.278	71º
53º	PE	Jaboatão dos Guararapes	97.061.853,84	706.867	27º
53º	PE	Olinda	97.061.853,84	393.115	64º
53º	PE	Paulista	97.061.853,84	334.376	82º
53º	PE	Petrolina	97.061.853,84	354.317	76º
60º	SE	Nossa Senhora do Socorro	96.254.057,98	185.706	159º
61º	MG	Betim	86.508.227,44	444.784	53º
61º	MG	Contagem	86.508.227,44	668.949	31º
61º	MG	Divinópolis	86.508.227,44	240.408	125º
61º	MG	Governador Valadares	86.508.227,44	281.046	101º
61º	MG	Ibirité	86.508.227,44	182.153	164º
61º	MG	Ipatinga	86.508.227,44	265.409	107º
61º	MG	Juiz de Fora	86.508.227,44	573.285	38º
61º	MG	Montes Claros	86.508.227,44	413.487	59º
61º	MG	Poços de Caldas	86.508.227,44	168.641	177º
61º	MG	Ribeirão das Neves	86.508.227,44	338.197	80º
61º	MG	Santa Luzia	86.508.227,44	220.444	138º
61º	MG	Sete Lagoas	86.508.227,44	241.835	121º
61º	MG	Uberaba	86.508.227,44	337.092	81º
61º	MG	Uberlândia	86.508.227,44	699.097	29º
75º	PA	Abaetetuba	84.906.944,94	159.080	185º
75º	PA	Ananindeua	84.906.944,94	535.547	40º
75º	PA	Castanhal	84.906.944,94	203.251	153º
75º	PA	Marabá	84.906.944,94	283.542	100º
75º	PA	Parauapebas	84.906.944,94	213.576	143º
75º	PA	Santarém	84.906.944,94	306.480	90º
81º	PR	Cascavel	83.444.520,61	332.333	83º
81º	PR	Colombo	83.444.520,61	246.540	117º
81º	PR	Foz do Iguaçu	83.444.520,61	258.248	110º
81º	PR	Guarapuava	83.444.520,61	182.644	163º
81º	PR	Londrina	83.444.520,61	575.377	37º
81º	PR	Maringá	83.444.520,61	430.157	55º
81º	PR	Ponta Grossa	83.444.520,61	355.336	75º
81º	PR	São José dos Pinhais	83.444.520,61	329.058	85º
89º	MG	Patos de Minas	83.385.430,79	153.585	193º
89º	MG	Pouso Alegre	83.385.430,79	152.549	196º
91º	ES	Cachoeiro de Itapemirim	83.285.084,70	210.589	148º
91º	ES	Cariacica	83.285.084,70	383.917	66º
91º	ES	Linhares	83.285.084,70	176.688	169º
91º	ES	Serra	83.285.084,70	527.240	41º
91º	ES	Vila Velha	83.285.084,70	501.325	48º
96º	GO	Águas Lindas de Goiás	80.887.075,18	217.698	140º
96º	GO	Anápolis	80.887.075,18	391.772	65º
96º	GO	Aparecida de Goiânia	80.887.075,18	590.146	36º
96º	GO	Luziânia	80.887.075,18	211.508	145º
96º	GO	Rio Verde	80.887.075,18	241.518	122º

		Total dos 100 maiores	17.439.782.996,40	69.613.901	..
		Total dos demais	90.692.698.426,85	139.083.541	..
		Total dos municípios	108.132.481.423,25	208.697.442	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

FPM per capita | RANKING 2020

Posição	UF	Município	FPM per capita	FPM	População 2020	Ranking pop. 2020	Posição	UF	Município	FPM per capita	FPM	População 2020	Ranking pop. 2020
			em R\$							em R\$			
1º	MG	Serra da Saudade	12.072,67	9.368.390,34	776	5568º	53º	RS	Gentil	5.237,58	8.516.304,91	1.626	5518º
2º	SP	Borá	10.538,87	8.831.569,86	838	5567º	54º	RS	Mato Queimado	5.227,93	8.516.304,91	1.629	5517º
3º	RS	Engenho Velho	8.672,41	8.516.304,91	982	5565º	55º	RS	Santa Cecília do Sul	5.211,94	8.516.304,91	1.634	5515º
4º	MG	Cedro do Abaeté	8.097,14	9.368.390,34	1.157	5561º	56º	SP	Turmalina	5.207,29	8.831.569,86	1.696	5507º
5º	MT	Araguainha	7.785,62	7.365.194,74	946	5566º	57º	RS	Capão Bonito do Sul	5.189,70	8.516.304,91	1.641	5514º
6º	SP	Uru	7.659,64	8.831.569,86	1.153	5562º	58º	MG	Pedro Teixeira	5.187,37	9.368.390,34	1.806	5484º
7º	RS	União da Serra	7.617,45	8.516.304,91	1.118	5563º	59º	RS	Barra do Rio Azul	5.145,80	8.516.304,91	1.655	5512º
8º	PR	Jardim Olinda	7.432,42	9.810.795,30	1.320	5555º	60º	TO	Chapada de Areia	5.128,49	7.231.167,54	1.410	5549º
9º	GO	Anhangüera	7.349,33	8.525.217,54	1.160	5560º	61º	PB	São José do Brejo do Cruz	5.126,32	9.283.761,40	1.811	5482º
10º	SP	Nova Castilho	6.910,46	8.831.569,86	1.278	5557º	62º	SP	Fernão	5.113,82	8.831.569,86	1.727	5500º
11º	MG	Grupiara	6.754,43	9.368.390,34	1.387	5550º	63º	RS	Nicolau Vergueiro	5.087,40	8.516.304,91	1.674	5510º
12º	RS	Porto Vera Cruz	6.510,94	8.516.304,91	1.308	5556º	64º	SP	Trabiju	5.081,46	8.831.569,86	1.738	5496º
13º	TO	Oliveira de Fátima	6.467,95	7.231.167,54	1.118	5563º	65º	SC	Jardinópolis	5.071,07	7.839.880,26	1.546	5534º
14º	MG	Senador José Bento	6.412,31	9.368.390,34	1.461	5544º	66º	SC	Presidente Castello Branco	5.067,80	7.839.880,26	1.547	5533º
15º	GO	Cachoeira de Goiás	6.352,62	8.525.217,54	1.342	5554º	67º	MG	Seritinga	5.053,07	9.368.390,34	1.854	5475º
16º	SC	Santiago do Sul	6.348,08	7.839.880,26	1.235	5559º	68º	MG	Tapiraí	5.004,48	9.368.390,34	1.872	5472º
17º	RS	André da Rocha	6.341,25	8.516.304,91	1.343	5553º	69º	RS	Canudos do Vale	4.994,90	8.516.304,91	1.705	5506º
18º	GO	São João da Paraúna	6.338,45	8.525.217,54	1.345	5552º	70º	SP	Arco-Íris	4.981,14	8.831.569,86	1.773	5490º
19º	PR	Nova Aliança do Ivaí	6.325,46	9.810.795,30	1.551	5531º	71º	RS	Novo Xingu	4.974,48	8.516.304,91	1.712	5505º
20º	RS	Carlos Gomes	6.303,70	8.516.304,91	1.351	5551º	72º	SC	Flor do Serfão	4.965,09	7.839.880,26	1.579	5528º
21º	MG	São Sebastião do Rio Preto	6.279,08	9.368.390,34	1.492	5540º	73º	RS	Linha Nova	4.954,22	8.516.304,91	1.719	5504º
22º	PI	Miguel Leão	6.204,29	7.705.725,54	1.242	5558º	74º	RS	Santa Tereza	4.934,13	8.516.304,91	1.726	5501º
23º	SP	Flora Rica	6.175,92	8.831.569,86	1.430	5547º	75º	SP	Dirce Reis	4.909,16	8.831.569,86	1.799	5485º
24º	PR	Santa Inês	6.154,83	9.810.795,30	1.594	5526º	76º	GO	Gurairinos	4.908,01	8.525.217,54	1.737	5497º
25º	MG	Paiva	6.151,27	9.368.390,34	1.523	5537º	77º	RS	Florianópolis	4.902,88	8.516.304,91	1.737	5497º
26º	MG	Doresópolis	6.111,15	9.368.390,34	1.533	5535º	78º	MG	Douradoquara	4.899,79	9.368.390,34	1.912	5465º
27º	SP	Santana da Ponte Preta	6.020,16	8.831.569,86	1.467	5543º	79º	RS	Nova Boa Vista	4.858,13	8.516.304,91	1.753	5494º
28º	RS	Montauri	5.910,00	8.516.304,91	1.441	5546º	80º	SP	Aspásia	4.857,85	8.831.569,86	1.818	5481º
29º	MG	Antônio Prado de Minas	5.903,21	9.368.390,34	1.587	5527º	81º	SC	Tigrinhos	4.842,42	7.839.880,26	1.619	5520º
30º	PR	Esperança Nova	5.892,37	9.810.795,30	1.665	5511º	82º	MG	Queluzito	4.821,61	9.368.390,34	1.943	5456º
31º	RS	Tupancí do Sul	5.837,08	8.516.304,91	1.459	5545º	83º	SP	Paulistânia	4.815,47	8.831.569,86	1.834	5478º
32º	PR	Altamira do Paraná	5.832,82	9.810.795,30	1.682	5508º	84º	PB	Coxíola	4.797,81	9.283.761,40	1.935	5459º
33º	MG	Passabém	5.736,92	9.368.390,34	1.633	5516º	85º	MG	Serranos	4.789,57	9.368.390,34	1.956	5449º
34º	RS	Guabiju	5.715,64	8.516.304,91	1.490	5541º	86º	SP	Vitória Brasil	4.784,16	8.831.560,53	1.846	5477º
35º	RS	Coqueiro Baixo	5.696,53	8.516.304,91	1.495	5539º	87º	SP	Nova Canaã Paulista	4.768,67	8.831.569,86	1.852	5476º
36º	SP	Santa Salete	5.690,44	8.831.569,86	1.552	5530º	88º	MT	Ponte Branca	4.751,74	7.365.194,74	1.550	5532º
37º	GO	Moiporá	5.679,69	8.525.217,54	1.501	5538º	89º	PR	Ariranha do Ivaí	4.748,69	9.810.795,30	2.066	5420º
38º	RS	Ponte Preta	5.588,13	8.516.304,91	1.524	5536º	90º	SC	Barra Bonita	4.748,56	7.839.880,26	1.651	5513º
39º	SC	Lajeado Grande	5.528,83	7.839.880,26	1.418	5548º	91º	RS	Vespasiano Correa	4.744,46	8.516.304,91	1.795	5488º
40º	RS	Vista Alegre do Prata	5.469,69	8.516.304,91	1.557	5529º	92º	PR	Santo Antônio do Paraíso	4.744,10	9.810.795,30	2.068	5419º
41º	PR	Miraselva	5.462,58	9.810.795,30	1.796	5487º	93º	SP	União Paulista	4.735,43	8.831.569,86	1.865	5473º
42º	MG	Olaria	5.446,74	9.368.390,34	1.720	5503º	94º	RS	Cruzaltense	4.733,91	8.516.304,91	1.799	5485º
43º	RN	Viçosa	5.386,39	9.291.517,50	1.725	5502º	95º	PB	Riacho de Santo Antônio	4.703,02	9.283.761,40	1.974	5445º
44º	MG	Santo Antônio do Rio Abaixo	5.322,95	9.368.390,34	1.760	5492º	96º	MG	Água Comprida	4.703,01	9.368.390,34	1.992	5439º
45º	SC	Paial	5.318,78	7.839.880,26	1.474	5542º	97º	PB	Quixabá	4.681,67	9.283.761,40	1.983	5442º
46º	RS	Lagoa dos Três Cantos	5.299,51	8.516.304,91	1.607	5524º	98º	MG	Senador Cortes	4.677,18	9.368.390,34	2.003	5437º
47º	RS	Pouso Novo	5.283,07	8.516.304,91	1.612	5523º	99º	GO	Água Limpa	4.658,59	8.525.217,54	1.830	5479º
48º	PB	Parari	5.280,87	9.283.761,40	1.758	5493º	99º	GO	Campos Verdes	4.658,59	8.525.217,54	1.830	5479º
49º	RS	Alto Alegre	5.279,79	8.516.304,91	1.613	5522º							
50º	RS	Coronel Pilar	5.276,52	8.516.304,91	1.614	5521º							
51º	GO	Lagoa Santa	5.259,23	8.525.217,65	1.621	5519º							
52º	MG	Consolação	5.251,34	9.368.390,34	1.784	5489º							
									Total dos 100 maiores	5.493,45	877.661.677,18	159.765	..
									Total dos demais	514,32	107.254.819.746,08	208.537.677	..
									Total dos municípios	518,13	108.132.481.423,25	208.697.442	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nos últimos 15 anos, ISS praticamente triplica, enquanto FPM e ICMS nem sequer dobram

- ▶ Em 2020, pandemia interrompeu o histórico de crescimento do ISS, mas o desempenho é heterogêneo entre as regiões.
- ▶ Ao final do primeiro semestre de 2021, a arrecadação do ISS encontrava-se no nível pré-pandemia.
- ▶ Avançam os trabalhos para a implementação da tributação no destino para os serviços da LC 157/16.
- ▶ Reforma tributária por um IVA amplo ou dual prejudicará todos os municípios com a perda do imposto que mais cresce e comprometerá a governança de sua receita própria.

Desempenho em 2020

O ISS demonstrava tendência de alta após a crise econômica de 2015-2016, com crescimento real de 2,9% em 2017, de 5,7% em 2018 e de 7,7% em 2019. Com a crise sanitária e econômica causada pela pandemia da Covid-19, a arrecadação do imposto sofreu queda de 2,9% em 2020, variação que considera a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio anual de 2020, para atingir R\$ 71,77 bilhões, ou R\$ 2,11 bilhões a menos que em 2019.

A pandemia afetou fortemente os serviços, a principal atividade econômica do Brasil, com

baixa de 4,5% no Produto Interno Bruto (PIB) do setor, a maior de sua série histórica iniciada em 1996. O recuo, inclusive, foi mais forte do que o resultado da indústria, que teve retração de 3,5% no mesmo indicador. A agropecuária, por sua vez, anotou crescimento de 2%. O PIB total assinalou tombo, em 2020, de 4,1%.

Observando-se o desempenho do segmento dos serviços por trimestre, verifica-se que o retrocesso mais acentuado ocorreu no segundo trimestre (-10,2%), o que se refletiu na arrecadação municipal de ISS no mesmo período, registrando uma significativa contração de 16,9%.

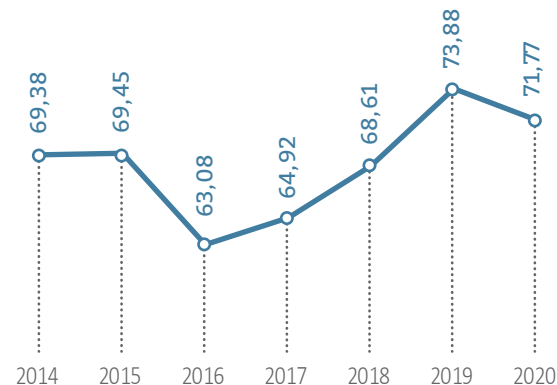
Taxa de crescimento do PIB do setor de serviços e da receita de ISS por trimestre e anual em relação ao mesmo período do ano anterior - 2020/2019

	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	2020/2019
PIB do setor de serviços	-0,7%	-10,2%	-4,8%	-2,2%	-4,5%
Arrecadação do ISS	6,3%	-16,9%	0,0%	-2,3%	-2,9%

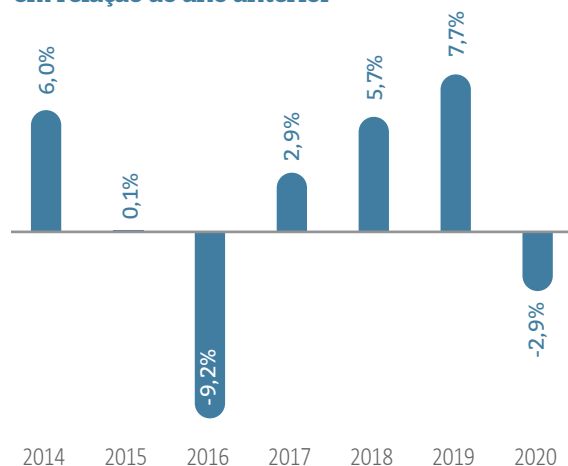
Fonte: Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREOs) disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional no Siconfi e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Evolução da arrecadação do ISS

em R\$ bilhões corrigidos pelo IPCA médio de 2020



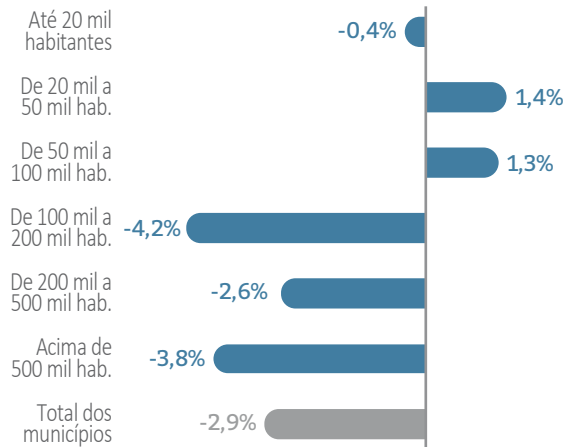
Taxa de crescimento real do ISS em relação ao ano anterior



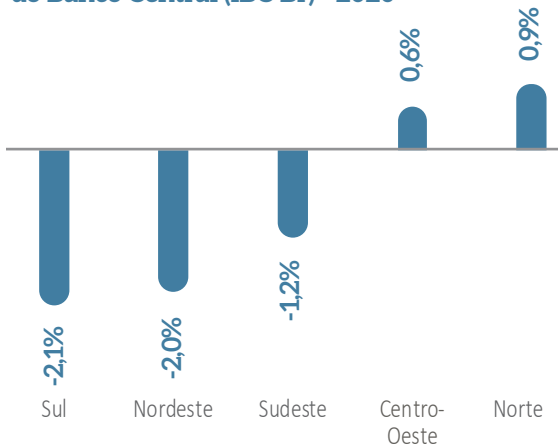
As grandes cidades foram as que mais sentiram os efeitos da pandemia no recolhimento do ISS em 2020. Nos municípios com mais de 500 mil habitantes, a perda média foi de 3,8%. Nas capitais e entre as 106 cidades selecionadas por **Multi Cidades**, o avanço médio ficou em 2,7% e 3,6%, respectivamente. Já os municípios com menos de 100 mil habitantes apresentaram alta média de 0,9%. Nota-se que um desempenho ruim desse imposto é muito mais prejudicial para a gestão fiscal das médias e grandes cidades, onde o tributo responde por uma fatia considerável do orçamento.

Do ponto de vista geográfico, é possível verificar uma clara diferenciação do comportamento do ISS entre as regiões do país. Enquanto o recolhimento cresceu no Norte (3,1%) e no Centro-Oeste (1,8%), o Nordeste apontou o declínio mais acentuado, de 4,6%. O Sul e o Sudeste também fecharam o ano em decréscimos, de 3,9% e 3%, respectivamente. Essa heterogeneidade espelha os impactos econômicos diferenciados da pandemia no território nacional. Segundo o Índice de Atividade Econômica Regional (ÍBCR), do Banco Central do Brasil, as economias das regiões Norte e Centro-Oeste registraram crescimento de 0,9% e 0,6%, respectivamente, em 2020, ao passo que houve queda nas do Sul (-2,1%), Nordeste (-2%) e Sudeste (-1,2%), na comparação com 2019.

Taxa de crescimento real do ISS por faixa populacional



Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) - 2020

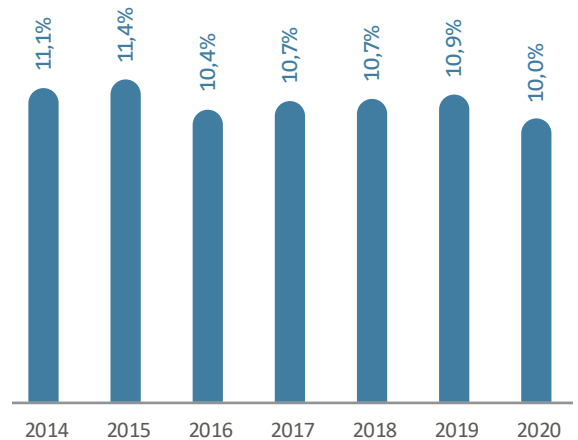


Fonte: Banco Central do Brasil - BCB Depec

Participação do ISS na receita corrente

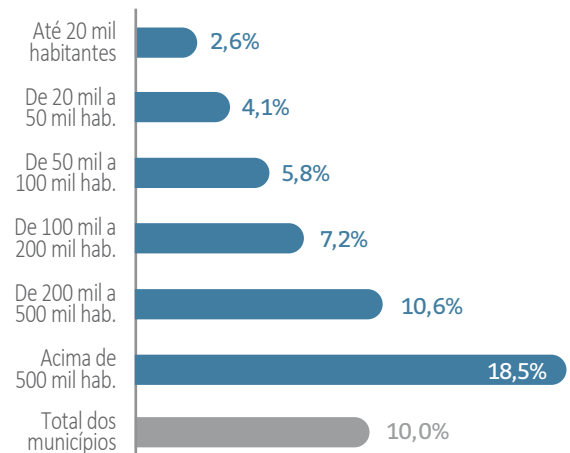
A participação média do ISS na receita corrente foi de 10% em 2020, 0,9 ponto percentual abaixo do constatado no exercício anterior, o nível mais baixo nos últimos dez anos. O tributo tem um peso mais significativo nas receitas correntes dos municípios das regiões Sudeste (13,7%) e Sul (7,6%). A presença é menor no Centro-Oeste (6,8%), Norte (6,4%) e Nordeste (5,9%).

Participação do ISS na receita corrente



Ao mesmo tempo, a importância do imposto no orçamento é tanto maior quanto mais populoso for o município. Naqueles com menos de 20 mil habitantes, o tributo representa apenas 2,6% de sua receita corrente. Essa parcela sobe gradualmente para alcançar 10,6% no grupo com população entre 200 mil e 500 mil moradores e salta para 18,5% naqueles com mais de 500 mil. Portanto, quanto maior o município, mais significativo tende a ser o ISS para a sua autonomia como ente federativo (veja o gráfico abaixo).

Participação do ISS na receita corrente por faixa populacional - 2020



ISS per capita

A arrecadação do ISS por habitante acusou perda de 3,6% em 2020 contra o ano anterior, para se situar em R\$ 343,88. No Sudeste, a única região com o valor acima da média nacional, o indicador foi de R\$ 527,46 per capita. Na sequência constam o Sul (R\$ 291,94), o Centro-Oeste (R\$ 254,78), o Norte (R\$ 176,31) e, finalmente, o Nordeste (R\$ 161,83 por habitante).

ISS per capita por região - 2020

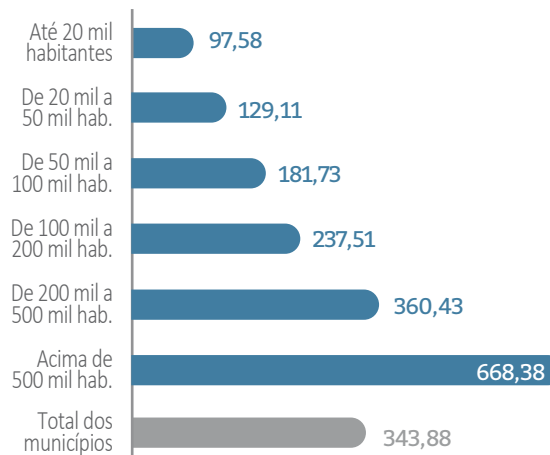
em R\$ corrigidos pelo IPCA médio de 2020



Quando se consideram os municípios por faixa populacional, o ISS per capita é tanto maior quanto mais alta a faixa. O menor valor médio é o das cidades com menos de 20 mil habitantes, de R\$ 97,58, enquanto que naquelas com mais de 500 mil essa cifra chega a ser de R\$ 668,38 por morador.

ISS per capita por faixa populacional

em R\$ corrigidos pelo IPCA médio de 2020

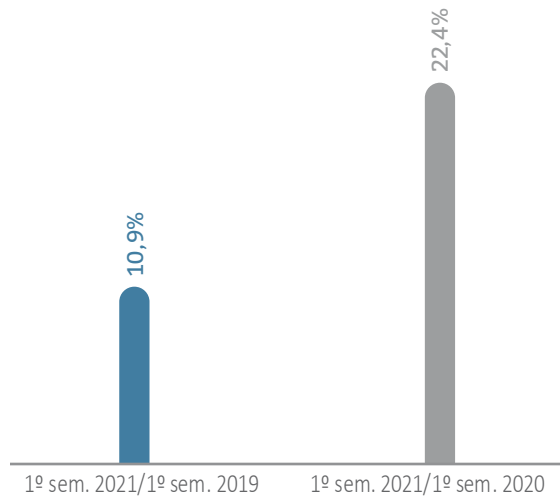


Primeiro semestre de 2021

Conforme observado, a arrecadação de ISS fechou o ano de 2020 com diminuição real de 2,9%. No gráfico da página seguinte, que expõe os dados anualizados tendo como base o mês de dezembro de 2019 como índice igual a 100, é possível ver claramente que a redução no recolhimento ocorre a partir de abril e se estende até junho, quando atinge seu nível mais baixo. A partir de então, o montante coletado assume comportamento estável, condição que perdura até fevereiro de 2021. Os sinais de crescimento surgem em março e se prolongam até junho, quando o nível de captação alcança o mesmo patamar pré-pandemia, com tendência ascendente.

Assim, o volume de ISS do conjunto dos municípios fechou o primeiro semestre de 2021 com alta de 11,3%, quando comparado com igual período do ano anterior. Em relação ao primeiro semestre de 2019, período sem os efeitos da pandemia, a taxa de aumento foi de 5,2%.

Taxa de crescimento real do ISS

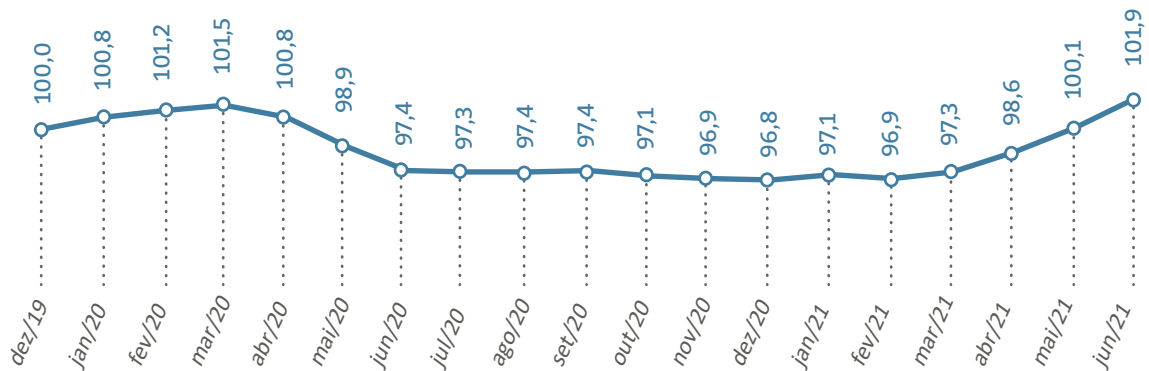


Estágio atual da implementação da tributação no destino para os serviços de que trata a LC 157/2016

Sobre os serviços de planos de saúde, administração de consórcios, de cartões de crédito e débito, de fundos de investimentos e leasing, a Lei Complementar nº 157, de 29 de dezembro de 2016, previu sua incidência no destino (local do tomador do serviço), mas ainda está pendente o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.835 no Supremo Tribunal Federal (STF). Mesmo com a publicação da LC nº 175, de 23 de setembro de 2020, que procurou cobrir as falhas da LC 157, essa tributação no destino ainda não foi implementada.

Evolução da arrecadação anualizada de ISS

Mês base dezembro 2019 = 100



O impasse referente à adoção efetiva dessa nova configuração tem por pilar dois motivos. O primeiro deles baseia-se no fato de que algumas definições de tomador trazidas pela LC 175, particularmente a dos serviços de planos de saúde em geral, estão também sendo contestadas judicialmente, tendo as entidades representantes do setor peticionado no mesmo processo da ADI. A segunda razão sustenta-se na constatação de que ainda não foi devidamente especificado e implantado um sistema que não se preocupe somente em distribuir melhor os recursos, mas

que também mantenha, e até aprimore, o controle sobre essas atividades. Se ausente, esse monitoramento poderá levar, no médio e longo prazo, à queda de arrecadação nesses serviços. Tratativas da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf) e de outras instituições buscam levar a cabo o desenvolvimento desse sistema.

A LC 175 também previu uma transição gradativa da cobrança do ISS da origem para o destino para que os municípios que sofrerão perdas de receita possam ajustar seus orçamentos à nova

realidade. Contudo, a primeira fase dessa transição (estimando 33,5% do tributo sendo arrecadados na origem e 66,5%, no destino, em 2021) ainda não foi instituída, em virtude da pendência judicial e de sistema. A referida lei complementar projeta que, em 2022, serão cobrados 15% na origem e 85% no destino. A partir de 2023, 100% do ISS deverão ficar com o município onde está o consumidor final do serviço. Caso haja convalidação das citadas leis complementares pelo STF, a Corte terá de decidir sobre como será a transição, considerando a parte da regra de transição que ficou para trás.

O Comitê Gestor das Obrigações Acessórias do ISSQN (CGOA), instaurado por meio da LC 175 para padronizar, em nível nacional, as obrigações acessórias relativas aos serviços mencionados, é composto por dez membros. Representantes das capitais são indicados pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP), enquanto integrantes das cidades do interior são selecionados pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM). A representação deve ser feita para cada uma das regiões do país, sendo um membro de município capital ou do Distrito Federal, por região, e outro de município não capital, por região.

Quanto à implementação da nota fiscal de serviços eletrônica nacional (NFSe nacional) – projeto desenvolvido pela Abrasf, pela Receita Federal do Brasil e por outras instituições e empresas do setor privado com vistas a unificar essa obrigação acessória para todos os serviços tributáveis pelo ISS, facilitando a vida do contribuinte do ISS e economizando recursos das prefeituras –, as conversas com a Receita Federal prosseguem para que seja entregue o quanto antes o seu tripé principal: ambiente de dados nacional, emissor de nota versões *desktop* e *mobile* e módulo de apuração nacional. Os dois primeiros já estão prontos, mas é necessário o terceiro, em fase de desenvolvimento, porque dele faz parte a guia

nacional de recolhimento, que propiciará o pagamento unificado. Deverá ser publicado, em breve, um cronograma de implantação desse tripé.

As resoluções do CGOA

Nº 1 – A Resolução CGOA nº 1 aprovou o Regimento Interno do CGOA, que basicamente regulamentou sua finalidade, sua composição, suas competências, sua coordenação executiva e jurídica, suas deliberações e a composição do Grupo Técnico do Comitê Gestor das Obrigações Acessórias do ISSQN (GTCGOA), bem como a possibilidade de instituição de grupos técnicos de apoio, para objetivos específicos.

Nº 2 – A Resolução CGOA nº 2 criou o Grupo Técnico de Assuntos Tributários (GTAT) para oferecer apoio ao CGOA no estudo, análise e planejamento das obrigações acessórias a serem criadas pelo Comitê.

Nº 3 – A Resolução CGOA nº 3 criou o Grupo Técnico do Comitê Gestor das Obrigações Acessórias do ISSQN (GTCGOA), a quem compete examinar assuntos a ele atribuídos pelo CGOA, tais como estudos voltados para a viabilização do Sistema Eletrônico de Padrão Unificado; alternativas para implantação e manutenção de sistemas; operacionalização e desempenho dos sistemas desenvolvidos e implantados; e prestação de informações necessárias ao CGOA para a organização, formação e atualização de dados. Os trabalhos continuam no intuito de implementar as alterações das LCs 157 e 175, ainda que não haja definição sobre o andamento da lide no STF.

Reforma tributária: antes, o risco de um IVA amplo; agora, o risco de um IVA dual

Com a mudança das presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal em fevereiro de 2021, houve um rearranjo das peças no jogo de xadrez da reforma tributária.

A PEC 45 (que previa a junção de cinco tributos, PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS), amplamente apoiada pelo presidente anterior da Câmara, Rodrigo Maia, perdeu força, e seu relator, deputado Aguinaldo Ribeiro, teve apenas a possibilidade de apresentar seu relatório na Comissão Mista Temporária de Reforma Tributária (composta por 25 deputados e 25 senadores), sem qualquer votação da matéria.

Os novos presidentes das Casas (deputado Arthur Lira e senador Rodrigo Pacheco), buscando um acordo, sinalizaram por um fatiamento da reforma. Assim, deu-se na Câmara a tramitação do regramento do PIS e Cofins (sua substituição pela Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS – Projeto de Lei nº 3.887/2020). Já ao Senado coube a reforma do Imposto de Renda (Projeto de Lei nº 2.337/2021), posteriormente enviada pelo Governo Federal e aprovada na Câmara.

O Senado, não totalmente alinhado, procura avançar numa reforma ampla da tributação do consumo. Esse esforço não está vinculado à linha da PEC 45, mas está atrelado à da PEC 110, de relatoria do senador Roberto Rocha. Esta última prevê, em vez da junção dos cinco supramencionados tributos, o chamado IVA amplo, um IVA dual. Tal proposição consiste na instituição de um IVA federal (ou CBS) para a União, além da junção do ICMS e do ISS entre estados e municípios, dividindo sua arrecadação e governança.

A Frente Nacional de Prefeitos (FNP), representando os municípios com população acima de 80 mil habitantes, nos quais residem 61% da população brasileira e onde são produzidos 74% do PIB do país, mostra-se publicamente contrária às propostas de IVA amplo e de IVA dual. A entidade veiculou manifestação nesta linha, em

25 de agosto de 2021¹, logo após seu presidente, prefeito Edvaldo Nogueira, de Aracaju-SE, ter defendido a proposta “Simplifica Já” em audiência pública no Senado Federal².

O “Simplifica Já” é um modelo que nasceu no início de 2020, quando os municípios perceberam que as PECs 45 e 110 trariam graves prejuízos para a sua autonomia financeira, concentrando mais poder e governança nas mãos da União e dos estados. A proposição foi consubstanciada na Emenda Substitutiva Global nº 144 à PEC 110, e, recentemente, nova versão foi protocolada (Emenda Substitutiva Global nº 146 à PEC 110), decorrente de seu aprimoramento após um ano de diálogo com todos os setores da sociedade. Em pouco mais de um ano, angariou o apoio de mais de 120 entidades, públicas e privadas, representando mais de dois terços do PIB nacional. O projeto defende não só a manutenção do ISS na competência municipal, mas também sua modernização, simplificação e melhor distribuição de sua arrecadação entre todos os municípios, além da reforma do ICMS, do PIS e do Cofins e da contribuição social sobre a folha de salários.

Os estudos indicam que os municípios perderiam, com a criação de um IVA amplo ou dual, mais de R\$ 206 bilhões em 15 anos, levando-se em conta o potencial de crescimento do ISS no mesmo período. Para se ter uma ideia da capacidade de expansão da receita do ISS, um bom indicador é a participação dos serviços no PIB nacional. Apesar da queda em 2020, essa presença tem subido e ajudado no fortalecimento do desempenho do ISS nas duas últimas décadas. O crescimento do setor no acumulado entre 2000 e 2020 foi da ordem de 52,1%, o que correspondeu a uma

¹ <https://fnp.org.br/noticias/item/2651-manifestacao-sobre-a-instituicao-do-iva-dual-na-reforma-tributaria?highlight=WyJyZWZvcmlhliwidHJpYnVOXHUwM GUxcmlhliwicmYmb3JtYSB0cmliidXRhcmllhlo=>

² https://www.youtube.com/watch?v=BZPf_MGAVEc

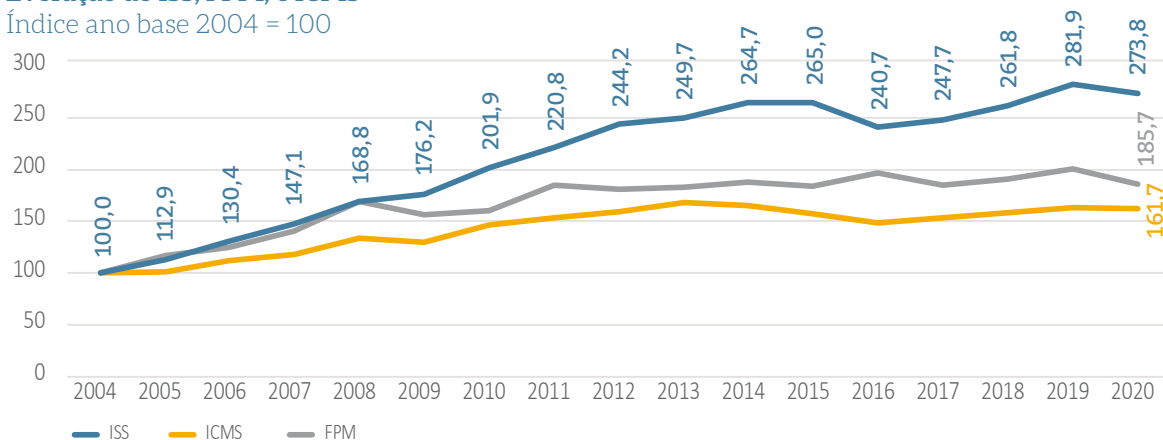
taxa média anual de avanço de 2,1%, enquanto essas taxas na indústria foram, respectivamente, de 22,5% e de 1% a.a.

Comparando a performance do ISS com a das principais transferências constitucionais recebidas

pelos municípios, o gráfico a seguir aponta que, no período de 2004 a 2020, enquanto o recolhimento do tributo municipal teve aumento real de 173,8%, as receitas do ICMS e o FPM subiram, respectivamente, 61,7% e 85,7%

Evolução do ISS, FPM, e ICMS

Índice ano base 2004 = 100



Ademais, o atual debate e as propostas de reforma tributária têm sido insuficientes, por terem focado apenas a questão das competências tributárias, sem levar em consideração as implicações federativas mais amplas das propostas em curso. O federalismo fiscal brasileiro, apesar de suas imperfeições, foi constituído para se tornar um sistema com partes interdependentes e complementares, organizadas de modo a possuir um sentido. O sistema tributário nacional, cujas base foram instituídas em 1965, estabeleceu as competências tributárias de cada ente governamental e criou um inteligente sistema de transferências intergovernamentais com o objetivo de complementar os recursos dos entes federados a fim de que eles pudessem cumprir com suas atribuições. Assim, os estados recebem transferências constitucionais da União, e os municípios são contemplados com pagamentos tanto da União quanto dos estados.

O federalismo fiscal, que envolve, portanto, a arrecadação direta, as atribuições ou responsabilidades de cada ente e o sistema de transferências, passou por diversas alterações desde que foi criado. Ao mesmo tempo, a realidade do país e da economia, o deslocamento da população, as características da rede de cidades e as responsabilidades assumidas pelos municípios também sofreram fortes mudanças que não foram acompanhadas por uma adequação eficaz do sistema tributário e do pacto federativo. Assim, o atual sistema fiscal federativo encontra-se eivado de distorções que causam sérios problemas de alocação ineficiente de recursos entre os níveis de governo e entre os municípios, prejudicando a nação. Tal questão tem sido negligenciada nas propostas de reforma tributária em curso que pretendem remodelar apenas as competências tributárias entre os entes federados.

UF	População 2020	Região e município	2016	2017	2018	2019	2020	Varição 2020/2019	Part. rec. tributária 2020	Part. rec. corr. 2020	ISS per capita 2020
			em R\$ mil corrigidos pelo IPCA médio de 2020						em %		em R\$
	18.672.591	Norte	2.886.948,8	2.947.849,6	3.148.132,2	3.191.824,6	3.292.082,5	3,1	50,8	6,4	176,31
AC	413.418	Rio Branco	79.394,8	83.793,7	98.403,2	84.017,6	78.715,1	-6,3	50,9	8,2	190,40
AC	89.072	Cruzeiro do Sul	6.323,0	...	6.332,8	6.698,0	6.630,2	-1,0	50,2	3,6	74,44
AP	512.902	Macapá	62.045,2	66.001,9	71.583,5	71.101,3	74.972,2	5,4	56,3	7,8	146,17
AP	123.096	Santana	...	8.932,4	...	13.381,6	14.445,3	7,9	73,0	6,7	117,35
AM	2.219.580	Manaus	624.544,2	612.600,3	698.258,7	745.722,1	754.646,1	1,2	54,8	13,9	339,99
AM	115.363	Parintins	...	3.519,1	3.847,4	3.943,0	4.527,8	14,8	38,7	1,8	39,25
PA	1.499.641	Belém	385.356,6	401.350,5	433.311,7	432.704,1
PA	535.547	Ananindeua	38.449,4	43.022,4	46.119,4	58.844,7	64.594,1	9,8	58,0	7,1	120,61
PA	306.480	Santarém	30.650,9	28.390,4	37.835,4	46.391,3	47.126,6	1,6	54,7	6,4	153,77
PA	283.542	Marabá	70.516,1	79.127,6	86.756,9	93.845,3	101.486,8	8,1	64,2	9,6	357,93
RO	539.354	Porto Velho	169.678,8	160.278,9	164.311,7	143.126,0	137.013,2	-4,3	46,4	8,7	254,03
RO	130.009	Ji-Paraná	23.409,3	24.206,9	25.701,0	26.783,3	29.741,1	11,0	47,8	9,0	228,76
RR	419.652	Boa Vista	3.185,1	68.226,4	72.200,8	...	89.130,8	..	45,1	6,3	212,39
RR	30.782	Rorainópolis	...	2.260,0	3.488,4
TO	306.296	Palmas	105.332,8	113.184,8	110.503,8	134.287,7	126.110,4	-6,1	40,0	9,8	411,73
TO	183.381	Araguaína	23.078,6	28.628,8	26.896,4	28.018,7	34.483,4	23,1	32,8	6,4	188,04
	57.371.142	Nordeste	8.550.938,4	8.629.434,0	9.341.062,6	9.729.748,4	9.284.178,4	-4,6	44,3	5,9	161,83
AL	1.025.360	Maceió	225.767,6	235.417,5	260.110,3	273.496,1	269.466,5	-1,5	41,6	9,6	262,80
AL	233.047	Arapiraca	21.486,1	22.901,4	26.527,9	26.588,6	29.104,7	9,5	41,3	4,6	124,89
BA	2.886.698	Salvador	1.092.026,8	1.087.571,7	1.119.260,3	1.192.560,6	1.160.299,3	-2,7	42,0	17,3	401,95
BA	619.609	Feira de Santana	128.198,8	129.335,1	137.436,0	138.368,9	134.669,0	-2,7	47,9	10,5	217,35
BA	341.128	Vitória da Conquista	59.051,8	61.269,8	69.446,4	71.048,3	64.847,0	-8,7	48,5	8,3	190,10
BA	304.302	Camaçari	137.003,3	129.504,7	129.153,4	137.624,0	131.198,1	-4,7	34,2	10,4	431,14
CE	2.686.612	Fortaleza	794.827,0	845.807,4	900.544,2	933.056,5	853.221,0	-8,6	44,0	11,6	317,58
CE	365.212	Caucaia	35.314,6	39.119,0	...	38.984,5	43.282,9	11,0	44,6	5,0	118,51
CE	276.264	Juazeiro do Norte	27.983,0	29.022,1	36.815,8	38.619,6	39.384,2	2,0	47,5	6,8	142,56
MA	1.108.975	São Luís	518.143,5	513.777,2	543.950,5	569.753,7	587.166,6	3,1	68,1	17,6	529,47
MA	259.337	Imperatriz	43.134,1	52.084,7	59.279,4	58.319,9	50.657,0	-13,1	56,5	6,3	195,33
PB	817.511	João Pessoa	223.077,5	230.314,4	256.824,9	273.078,0	246.031,4	-9,9	42,8	10,4	300,95
PB	411.807	Campina Grande	53.731,0	54.794,6	53.568,2	62.332,4	64.773,6	3,9	40,2	6,1	157,29
PE	1.653.461	Recife	879.170,2	866.278,5	911.589,8	935.545,2	821.116,8	-12,2	41,6	16,4	496,60
PE	706.867	Jaboatão dos Guararapes	104.666,0	98.543,7	103.034,2	109.304,9	104.194,3	-4,7	34,5	7,6	147,40
PE	393.115	Olinda	65.922,2	66.192,1	79.046,7	79.749,0	64.797,8	-18,7	43,6	9,6	164,83
PE	365.278	Caruaru	55.940,0	53.016,3	63.982,2	70.592,7	64.554,0	-8,6	42,1	8,2	176,73
PE	354.317	Petrolina	51.802,8	52.314,9	61.182,2	71.426,7	63.341,7	-11,3	45,8	7,7	178,77
PE	334.376	Paulista	30.561,8	27.927,8	27.081,4	26.706,6	26.674,6	-0,1	25,5	4,3	79,77
PI	868.075	Teresina	239.695,2	245.974,3	259.798,1	301.089,4	255.309,3	-15,2	44,8	8,4	294,11
PI	153.482	Parnaíba	14.851,1	16.115,4	...	18.411,6	18.788,8	2,0	45,8	4,7	122,42
RN	890.480	Natal	314.831,3	344.343,6	383.815,7	...	360.241,7	..	44,7	14,4	404,55
RN	300.618	Mossoró	53.153,9	58.864,5	68.599,8	77.409,0	72.118,2	-6,8	51,4	10,1	239,90
SE	664.908	Aracaju	280.045,3	279.502,7	282.883,4	298.086,8	285.543,8	-4,2	42,7	14,4	429,45
SE	185.706	Nossa Senhora do Socorro	19.111,1	14.061,7	...	18.904,8	16.431,6	-13,1	28,7	4,3	88,48
	13.449.154	Centro-Oeste¹	2.939.792,7	3.039.404,7	3.184.784,9	3.365.528,2	3.426.626,8	1,8	35,0	6,8	254,78
GO	1.536.097	Goiânia	644.733,4	626.764,1	683.292,3	725.667,4	715.516,2	-1,4	36,8	12,7	465,80
GO	590.146	Aparecida de Goiânia	77.422,4	70.908,1	85.787,8	88.284,5	84.112,0	-4,7	26,0	6,2	142,53
GO	391.772	Anápolis	64.531,3	69.239,3	76.091,1	83.076,7	83.604,4	0,6	28,3	6,7	213,40
MT	618.124	Cuiabá	302.464,6	325.480,6	333.579,1	351.997,2	341.073,0	-3,1	45,1	13,3	551,79
MT	287.526	Várzea Grande	38.035,4	38.763,1	44.344,7	48.831,3	54.545,6	11,7	38,0	7,1	189,71
MS	906.092	Campo Grande	330.010,3	356.684,5	356.067,7	352.430,5	358.860,6	1,8	30,1	9,0	396,05
MS	225.495	Dourados	63.553,3	63.183,2	65.205,5	70.981,1	81.094,4	14,2	32,3	8,7	359,63
	89.012.240	Sudeste	40.837.330,6	42.030.169,0	44.457.232,6	48.419.653,4	46.950.173,2	-3,0	43,5	13,7	527,46
ES	365.855	Vitória	438.700,3	457.967,3	461.431,4	472.438,9	467.902,7	-1,0	63,5	24,4	1.278,93
ES	527.240	Serra	167.318,9	156.668,5	164.854,6	200.938,8	186.147,2	-7,4	51,5	13,1	353,06
ES	501.325	Vila Velha	147.788,9	128.506,2	137.582,5	141.186,5	163.881,3	16,1	40,6	13,9	326,90
ES	383.917	Cariacica	68.177,7	66.561,6	68.599,8	75.290,0	83.047,2	10,3	61,9	10,6	216,32
MG	2.521.564	Belo Horizonte	1.406.337,1	1.443.257,7	1.503.586,6	1.635.724,2	1.536.944,0	-6,0	36,1	13,3	609,52
MG	699.097	Uberlândia	255.837,5	269.493,6	258.209,4	279.539,4	283.277,0	1,3	49,5	10,1	405,20
MG	668.949	Contagem	144.577,5	150.178,7	160.117,4	163.322,2	164.901,7	1,0	23,6	8,0	246,51

UF	População 2020	Região e município	2016	2017	2018	2019	2020	Varição 2020/2019	Part. rec. tributária 2020	Part. rec. corr. 2020	ISS per capita 2020
			em R\$ mil corrigidos pelo IPCA médio de 2020						em %		em R\$
MG	573.285	Juiz de Fora	170.457,7	176.584,7	178.714,5	199.886,7	168.998,5	-15,5	31,2	9,1	294,79
MG	444.784	Betim	79.492,3	90.274,3	97.345,4	95.639,6	92.820,6	-2,9	34,6	4,4	208,69
MG	413.487	Montes Claros	62.451,2	70.194,3	75.883,0	74.189,3	81.161,9	9,4	47,5	7,1	196,29
MG	338.197	Ribeirão das Neves	21.686,2	...	18.423,4	18.722,9	21.469,6	14,7	27,9	4,1	63,48
MG	337.092	Uberaba	89.577,3	87.103,2	90.223,8	96.435,7	96.709,4	0,3	38,7	6,7	286,89
MG	281.046	Governador Valadares	53.075,7	53.012,5	54.088,2	55.562,8	63.124,9	13,6	31,7	6,4	224,61
RJ	6.747.815	Rio de Janeiro	6.692.645,8	6.056.191,0	6.183.484,2	6.466.320,8	5.890.653,8	-8,9	47,8	24,3	872,97
RJ	1.091.737	São Gonçalo	75.280,1	71.877,4	92.443,4	114.257,9	80.292,0	-29,7	24,2	5,4	73,55
RJ	924.624	Duque de Caxias	283.169,5	261.048,3	276.444,6	284.886,8	250.581,1	-12,0	46,4	8,9	271,01
RJ	823.302	Nova Iguaçu	119.060,6	117.955,2	113.606,5	121.245,1	120.649,6	-0,5	39,3	6,8	146,54
RJ	515.317	Niterói	306.691,3	306.571,8	297.720,9	315.531,3	276.753,6	-12,3	28,9	8,1	537,06
RJ	513.118	Belford Roxo	31.271,9	27.301,3	30.188,9	29.050,1	34.511,4	18,8	36,0	4,3	67,26
RJ	511.168	Campos dos Goytacazes	105.191,3	84.817,3	90.260,1	90.364,9	81.553,8	-9,8	35,0	5,0	159,54
RJ	472.906	São João de Meriti	...	39.675,6	39.847,8	49.454,7	40.703,1	-17,7	37,1	5,7	86,07
RJ	306.678	Petrópolis	97.843,4	86.334,0	95.680,2	98.367,9	91.184,1	-7,3	31,7	7,6	297,33
RJ	273.988	Volta Redonda	82.671,4	104.114,6	92.945,7	..	42,9	9,0	339,23
SP	12.325.232	São Paulo	14.244.348,4	15.738.006,9	16.170.342,9	17.713.068,1	17.884.122,0	1,0	50,4	29,3	1.451,02
SP	1.392.121	Guarulhos	470.079,8	483.239,6	580.227,4	579.274,6	492.500,5	-15,0	36,7	11,8	353,78
SP	1.213.792	Campinas	871.200,2	838.450,2	1.031.870,7	1.301.261,4	1.180.946,7	-9,2	42,8	20,6	972,94
SP	844.483	São Bernardo do Campo	481.536,7	487.223,5	513.974,4	536.240,4	491.386,6	-8,4	35,6	12,7	581,88
SP	729.737	São José dos Campos	304.303,0	323.778,1	326.648,1	370.301,0	348.533,1	-5,9	39,9	11,7	477,61
SP	721.368	Santo André	344.318,3	361.063,0	463.474,5	518.041,0	455.354,4	-12,1	42,7	18,0	631,24
SP	711.825	Ribeirão Preto	279.893,3	308.944,4	302.373,4	331.483,7	305.135,0	-7,9	31,2	11,0	428,67
SP	699.944	Osasco	507.256,7	525.945,2	685.985,7	963.519,8	875.516,5	-9,1	61,7	32,6	1.250,84
SP	687.357	Sorocaba	341.977,7	374.533,9	398.403,4	432.885,3	414.720,6	-4,2	44,5	14,4	603,36
SP	477.552	Mauá	147.529,0	85.292,7	92.192,8	103.198,1	102.557,7	-0,6	36,4	8,9	214,76
SP	464.983	São José do Rio Preto	205.289,1	210.600,6	222.446,9	239.736,1	218.756,9	-8,8	39,7	12,0	470,46
SP	450.785	Mogi das Cruzes	120.181,7	121.128,7	152.854,3	162.733,7	153.546,8	-5,6	32,1	9,9	340,62
SP	433.656	Santos	509.858,2	541.852,9	655.932,1	733.319,6	744.905,2	1,6	48,0	26,8	1.717,73
SP	426.757	Diadema	...	94.766,3	96.932,3	103.700,1	95.647,9	-7,8	25,8	7,9	224,13
SP	423.006	Jundiaí	287.919,4	301.339,7	306.528,1	315.225,3	285.904,2	-9,3	37,7	13,0	675,89
SP	407.252	Piracicaba	173.892,2	171.494,4	180.888,0	193.578,9	185.920,7	-4,0	38,6	10,6	456,52
SP	403.183	Carapicuíba	46.405,3	42.428,1	48.354,7
SP	379.297	Bauru	111.656,5	110.619,3	121.282,4	129.691,3	131.526,2	1,4	35,1	11,1	346,76
30.192.315	Sul	7.869.426,7	8.273.952,3	8.479.618,5	9.174.713,9	8.814.313,4	-3,9	33,1	7,6	291,94	
PR	1.948.626	Curitiba	1.354.903,4	1.264.322,7	1.297.772,1	1.395.021,3	1.298.738,8	-6,9	40,8	15,8	666,49
PR	575.377	Londrina	220.965,8	228.886,3	223.556,9	262.861,5	240.163,6	-8,6	27,0	11,0	417,40
PR	430.157	Maringá	172.351,4	195.889,6	187.579,6	226.887,7	229.116,3	1,0	38,5	13,7	532,63
PR	355.336	Ponta Grossa	77.479,1	175.491,7	95.061,8	104.724,1	110.728,1	5,7	35,0	11,9	311,62
PR	332.333	Cascavel	115.993,0	120.161,8	114.010,4	124.912,5	118.203,5	-5,4	36,0	10,8	355,68
PR	329.058	São José dos Pinhais	143.294,7	139.886,3	140.848,8	154.645,1	144.334,5	-6,7	43,6	13,5	438,63
PR	258.248	Foz do Iguaçu	90.530,9	108.153,3	116.149,1	...	86.324,2	..	31,7	7,7	334,27
RS	1.488.252	Porto Alegre	997.848,2	1.025.897,2	1.065.173,5	1.096.620,8	1.004.342,1	-8,4	39,0	14,3	674,85
RS	517.451	Caxias do Sul	164.524,1	167.010,1	171.854,2	202.682,4	186.726,2	-7,9	35,1	9,8	360,86
RS	348.208	Canoas	80.000,6	86.335,8	99.891,2	95.792,4	87.632,2	-8,5	29,3	5,2	251,67
RS	343.132	Pelotas	63.971,3	65.644,2	69.144,9	71.902,3	66.705,6	-7,2	27,0	6,1	194,40
RS	283.677	Santa Maria	69.799,3	74.213,4	74.050,4	80.023,5	74.523,3	-6,9	34,6	10,5	262,70
RS	283.620	Gravataí	50.453,1	52.148,6	55.430,3	57.425,7	56.893,1	-0,9	31,0	6,9	200,60
RS	256.302	Viamão	16.675,9	14.748,1	17.216,4	18.798,7
SC	508.826	Florianópolis	289.014,6	294.504,9	343.142,8	355.392,4	324.227,4	-8,8	30,1	16,3	637,21
SC	597.658	Joinville	205.698,6	221.708,7	248.962,9	262.508,9	255.857,6	-2,5	39,5	10,7	428,10
SC	361.855	Blumenau	135.954,0	152.131,6	156.399,8	173.305,0	171.886,6	-0,8	36,9	10,6	475,02
	83.116.849	Cidades selecionadas	43.349.605,9	44.671.261,1	46.870.245,7	50.677.651,3	48.858.894,8	-3,6	44,5	16,7	587,83
	31.794.649	Até 20 mil habitantes	2.601.955,1	2.816.438,6	2.979.336,9	3.114.667,5	3.102.619,8	-0,4	36,0	2,6	97,58
	47.479.406	Capitais	32.698.128,1	33.743.500,8	34.965.223,2	37.411.014,3	36.395.830,3	-2,7	46,8	20,4	766,56
	208.697.442	Total dos municípios	63.084.437,3	64.920.809,7	68.610.830,7	73.881.468,5	71.767.374,2	-2,9	41,8	10,0	343,88

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília. ²a partir de 2015, os dados de ISS contabilizam suas multas, juros e receitas com a dívida ativa.

Posição	UF	Município	ISS	População 2020	Ranking pop. 2020
			em R\$		
1º	SP	São Paulo	17.884.122.026,75	12.325.232	1º
2º	RJ	Rio de Janeiro	5.890.653.763,32	6.747.815	2º
3º	MG	Belo Horizonte	1.536.944.012,79	2.521.564	5º
4º	SP	Barueri	1.435.242.854,97	276.982	102º
5º	PR	Curitiba	1.298.738.797,13	1.948.626	7º
6º	SP	Campinas	1.180.946.711,32	1.213.792	13º
7º	BA	Salvador	1.160.299.333,98	2.886.698	3º
8º	RS	Porto Alegre	1.004.342.075,29	1.488.252	11º
9º	SP	Osasco	875.516.511,39	699.944	28º
10º	CE	Fortaleza	853.220.951,11	2.686.612	4º
11º	PE	Recife	821.116.754,46	1.653.461	8º
12º	AM	Manaus	754.646.059,08	2.219.580	6º
13º	SP	Santos	744.905.182,95	433.656	54º
14º	GO	Goiânia	715.516.175,20	1.536.097	9º
15º	MA	São Luís	587.166.619,86	1.108.975	14º
16º	RJ	Macaé	586.442.856,60	261.501	108º
17º	SP	Guarulhos	492.500.519,24	1.392.121	12º
18º	SP	São Bernardo do Campo	491.386.551,43	844.483	21º
19º	ES	Vitória	467.902.667,18	365.855	70º
20º	SP	Santo André	455.354.380,46	721.368	25º
21º	SP	Sorocaba	414.720.645,63	687.357	30º
22º	RN	Natal	360.241.664,57	890.480	19º
23º	MS	Campo Grande	358.860.646,06	906.092	18º
24º	SP	São José dos Campos	348.533.124,55	729.737	24º
25º	MT	Cuiabá	341.073.040,75	618.124	34º
26º	SC	Florianópolis	324.227.357,50	508.826	47º
27º	SP	Santana de Parnaíba	310.423.799,16	142.301	207º
28º	SP	Ribeirão Preto	305.134.975,60	711.825	26º
29º	SP	Jundiaí	285.904.223,98	423.006	57º
30º	SE	Aracaju	285.543.783,06	664.908	32º
31º	MG	Uberlândia	283.277.019,53	699.097	29º
32º	RJ	Niterói	276.753.625,00	515.317	43º
33º	AL	Maceió	269.466.536,77	1.025.360	16º
34º	SC	Joinville	255.857.626,60	597.658	35º
35º	PI	Teresina	255.309.293,40	868.075	20º
36º	RJ	Duque de Caxias	250.581.128,90	924.624	17º
37º	PB	João Pessoa	246.031.422,98	817.511	23º
38º	PR	Londrina	240.163.558,98	575.377	37º
39º	PR	Maringá	229.116.279,25	430.157	55º
40º	SP	São José do Rio Preto	218.756.946,38	464.983	51º
41º	SP	São Caetano do Sul	212.988.813,49	161.957	183º
42º	RS	Caxias do Sul	186.726.152,39	517.451	42º
43º	ES	Serra	186.147.156,29	527.240	41º
44º	SP	Piracicaba	185.920.700,10	407.252	62º
45º	PR	Paranaguá	172.775.252,01	156.174	190º
46º	SC	Blumenau	171.886.587,02	361.855	73º
47º	MG	Juiz de Fora	168.998.461,28	573.285	38º
48º	MG	Contagem	164.901.658,19	668.949	31º
49º	ES	Vila Velha	163.881.321,45	501.325	48º
50º	SP	Guarujá	163.260.098,82	322.750	86º
51º	MG	Nova Lima	160.403.057,83	96.157	333º
52º	PA	Parauapebas	155.903.968,65	213.576	143º

Posição	UF	Município	ISS	População 2020	Ranking pop. 2020
			em R\$		
53º	SC	Itajaí	154.593.169,00	223.112	137º
54º	SP	Mogi das Cruzes	153.546.773,30	450.785	52º
55º	RJ	Itaguaí	152.650.088,99	134.819	221º
56º	PE	Ipojuca	152.370.705,12	97.669	329º
57º	PR	São José dos Pinhais	144.334.497,92	329.058	85º
58º	RO	Porto Velho	137.013.162,42	539.354	39º
59º	BA	Feira de Santana	134.669.017,30	619.609	33º
60º	SP	Bauru	131.526.195,81	379.297	67º
61º	SP	Hortolândia	131.252.459,63	234.259	130º
62º	BA	Camaçari	131.198.126,54	304.302	92º
63º	TO	Palmas	126.110.446,23	306.296	91º
64º	SP	São Carlos	123.977.347,85	254.484	113º
65º	RJ	Nova Iguaçu	120.649.587,40	823.302	22º
66º	SP	Cotia	119.614.674,73	253.608	114º
67º	PA	Barcarena	118.348.729,71	127.027	242º
68º	PR	Cascavel	118.203.455,40	332.333	83º
69º	SP	Paulínia	116.240.466,00	112.003	287º
70º	PR	Ponta Grossa	110.728.087,83	355.336	75º
71º	RS	Rio Grande	106.910.430,41	211.965	144º
72º	SP	Taubaté	104.357.625,30	317.915	87º
73º	PE	Jaboatão dos Guararapes	104.194.296,00	706.867	27º
74º	SP	Cubatão	103.704.023,79	131.626	230º
75º	SP	Limeira	102.725.641,12	308.482	88º
76º	SP	Mauá	102.557.718,10	477.552	49º
77º	SP	Indaiatuba	102.183.570,56	256.223	112º
78º	MT	Rondonópolis	102.104.552,89	236.042	128º
79º	PA	Marabá	101.486.835,27	283.542	100º
80º	MG	Uberaba	96.709.419,99	337.092	81º
81º	SP	Diadema	95.647.874,86	426.757	56º
82º	SP	Americana	94.877.108,31	242.018	120º
83º	RJ	Volta Redonda	92.945.677,75	273.988	105º
84º	MG	Betim	92.820.560,60	444.784	53º
85º	RJ	Petrópolis	91.184.108,55	306.678	89º
86º	RR	Boa Vista	89.130.755,55	419.652	58º
87º	SP	Cajamar	88.545.237,92	77.934	421º
88º	RS	Canoas	87.632.186,63	348.208	77º
89º	RJ	São João da Barra	87.561.558,04	36.423	938º
90º	BA	Lauro de Freitas	87.307.454,14	201.635	154º
91º	SP	Franca	86.709.720,46	355.901	74º
92º	PR	Foz do Iguaçu	86.324.169,40	258.248	110º
93º	RJ	Angra dos Reis	85.396.175,86	207.044	151º
94º	GO	Aparecida de Goiânia	84.111.952,44	590.146	36º
95º	GO	Anápolis	83.604.363,20	391.772	65º
96º	ES	Cariacica	83.047.192,54	383.917	66º
97º	SC	Chapécó	81.707.636,32	224.013	136º
98º	RJ	Campos dos Goytacazes	81.553.809,87	511.168	46º
99º	MG	Montes Claros	81.161.919,14	413.487	59º
100º	MS	Dourados	81.094.389,62	225.495	135º

		Total dos 100 maiores	52.337.059.686,49	76.524.627	..
		Total dos demais	19.430.314.517,33	132.172.815	..
		Total dos municípios	71.767.374.203,82	208.697.442	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
¹os dados de ISS contabilizam suas multas, juros e receitas com a dívida ativa.

ISS¹ per capita | RANKING 2020

Posição	UF	Município	ISS per capita	ISS	População 2020	Ranking pop. 2020	Posição	UF	Município	ISS per capita	ISS	População 2020	Ranking pop. 2020
			em R\$							em R\$			
1º	SP	Barueri	5.181,72	1.435.242.854,97	276.982	102º	53º	GO	Pilar de Goiás	887,59	1.947.374,19	2.194	5390º
2º	RN	São Bento do Norte	3.374,14	9.167.550,02	2.717	5206º	54º	MG	Itaiaçu	884,64	9.953.916,78	11.252	2877º
3º	MG	Jeceaba	3.370,36	16.352.976,94	4.852	4377º	55º	SC	Capão Alto	876,61	2.188.012,39	2.496	5288º
4º	GO	Alto Horizonte	3.003,65	19.839.128,00	6.605	3827º	56º	MG	Ouro Preto	874,36	65.190.601,31	74.558	441º
5º	RJ	São João da Barra	2.404,02	87.561.558,04	36.423	938º	57º	RJ	Rio de Janeiro	872,97	5.890.653.763,32	6.747.815	2º
6º	RJ	Macaé	2.242,60	586.442.856,60	261.501	108º	58º	BA	São Francisco do Conde	844,52	33.987.811,99	40.245	854º
7º	PI	São Gonçalo do Gurguéia	2.208,67	6.751.908,00	3.057	5070º	59º	RS	Gramado	841,78	30.771.144,90	36.555	936º
8º	SP	Santana de Parnaíba	2.181,46	310.423.799,16	142.301	207º	60º	SP	Silveiras	841,71	5.335.606,96	6.339	3903º
9º	SP	Gavião Peixoto	2.180,25	10.497.887,30	4.815	4396º	61º	SC	São Francisco do Sul	837,60	45.017.570,62	53.746	626º
10º	PA	Canaã dos Carajás	1.969,67	75.050.511,62	38.103	900º	62º	BA	Mata de São João	830,40	39.133.197,66	47.126	708º
11º	MG	Brumadinho	1.723,11	70.072.044,36	40.666	842º	63º	CE	Eusébio	804,27	43.701.446,22	54.337	619º
12º	SP	Santos	1.717,73	744.905.182,95	433.656	54º	64º	SP	Canas	800,60	4.166.334,49	5.204	4264º
13º	MG	Nova Lima	1.668,14	160.403.057,83	96.157	333º	65º	SP	Cubatão	787,87	103.704.023,79	131.626	230º
14º	MG	Alvorada de Minas	1.583,95	5.710.132,65	3.605	4855º	66º	RS	Campo Bom	776,50	53.934.323,37	69.458	476º
15º	PE	Ipojuca	1.560,07	152.370.705,12	97.669	329º	67º	RS	Minas do Leão	773,71	6.269.345,81	8.103	3446º
16º	PI	Lagoa do Barro do Piauí	1.541,85	7.178.830,64	4.656	4460º	68º	RS	Eldorado do Sul	767,97	32.179.389,89	41.902	808º
17º	CE	São Gonçalo do Amarante	1.537,17	75.120.064,23	48.869	685º	69º	BA	Itagibá	746,71	10.791.408,93	14.452	2383º
18º	AC	Marechal Thaumaturgo	1.485,94	28.677.098,72	19.299	1845º	70º	SP	Águas de Santa Bárbara	739,50	4.517.626,85	6.109	3967º
19º	PR	Ortigueira	1.481,28	32.528.877,96	21.960	1611º	71º	SP	Guararema	738,18	22.245.882,55	30.136	1172º
20º	MG	Rio Doce	1.478,68	3.874.134,21	2.620	5240º	72º	MG	Presidente Juscelino	730,59	2.634.502,90	3.606	4854º
21º	SE	Barra dos Coqueiros	1.463,20	45.256.665,00	30.930	1143º	73º	PA	Parauapebas	729,97	155.903.968,65	213.576	143º
22º	SP	São Paulo	1.451,02	17.884.122.026,75	12.325.232	1º	74º	SP	Paulistânia	723,75	1.327.350,49	1.834	5478º
23º	MG	Conceição do Mato Dentro	1.332,70	23.326.233,11	17.503	2033º	75º	PE	Sertânia	719,83	25.949.913,51	36.050	945º
24º	SP	São Caetano do Sul	1.315,09	212.988.813,49	161.957	183º	76º	MS	Selvíria	718,01	4.697.232,38	6.542	3847º
25º	PA	Vitória do Xingu	1.307,41	19.975.880,96	15.279	2283º	77º	MG	Serra do Salitre	715,18	8.344.710,19	11.668	2784º
26º	MG	Confins	1.279,43	8.700.117,35	6.800	3769º	78º	MA	Capinzal do Norte	705,53	7.714.924,13	10.935	2944º
27º	ES	Vitória	1.278,93	467.902.667,18	365.855	70º	79º	SC	Itajaí	692,89	154.593.169,00	223.112	137º
28º	MA	Santo Antônio dos Lopes	1.260,31	18.302.176,36	14.522	2376º	80º	SP	São Sebastião	686,71	62.029.099,54	90.328	362º
29º	SP	Osasco	1.250,84	875.516.511,39	699.944	28º	81º	SP	Jundiá	675,89	285.904.223,98	423.006	57º
30º	MA	Godofredo Viana	1.152,11	13.782.653,74	11.963	2742º	82º	RS	Porto Alegre	674,85	1.004.342.075,29	1.488.252	11º
31º	SP	Cajamar	1.136,16	88.545.237,92	77.934	421º	83º	SE	Carmópolis	673,70	11.410.394,86	16.937	2097º
32º	RS	Candiota	1.134,65	10.945.933,21	9.647	3165º	84º	RJ	Itaiaia	672,70	21.569.551,63	32.064	1097º
33º	RJ	Itaguaí	1.132,26	152.650.088,99	134.819	221º	85º	SP	Corumbatai	670,53	2.725.041,84	4.064	4675º
34º	SC	Itapoá	1.114,20	23.595.403,78	21.177	1685º	86º	PR	Curitiba	666,49	1.298.738.797,13	1.948.626	7º
35º	PR	Paranaguá	1.106,30	172.775.252,01	156.174	190º	87º	ES	Aracruz	665,76	68.640.634,84	103.101	314º
36º	GO	Barro Alto	1.104,18	12.596.446,99	11.408	2836º	88º	SP	Araçariçuama	664,03	15.179.773,40	22.860	1551º
37º	RS	Triunfo	1.088,75	32.505.625,20	29.856	1180º	89º	GO	Rio Quente	643,92	2.969.749,18	4.612	4473º
38º	SP	Queluz	1.076,23	14.643.236,97	13.606	2502º	90º	SP	Tarabai	637,43	4.806.184,50	7.540	3585º
39º	MG	Pratânia	1.057,19	3.838.662,08	3.631	4847º	91º	BA	Candeias	637,21	55.729.219,94	87.548	371º
40º	GO	Cumari	1.055,12	2.993.370,54	2.837	5151º	92º	SC	Florianópolis	637,21	324.227.357,50	508.826	47º
41º	MT	Aripuanã	1.042,51	23.679.505,07	22.714	1561º	93º	MS	Paraíso das Águas	631,77	3.572.031,50	5.654	4099º
42º	SP	Paulínia	1.037,83	116.240.466,00	112.003	287º	94º	SP	Santo André	631,24	455.354.380,46	721.368	25º
43º	GO	Ouvidor	1.007,81	6.834.943,85	6.782	3778º	95º	MG	Belo Horizonte	609,52	1.536.944.012,79	2.521.564	5º
44º	RN	Serra do Mel	991,22	11.976.952,32	12.083	2729º	96º	SP	Sorocaba	603,36	414.720.645,63	687.357	30º
45º	SP	Campinas	972,94	1.180.946.711,32	1.213.792	13º	97º	SP	Louveira	597,26	29.859.066,07	49.993	677º
46º	MG	Itabirito	971,99	50.976.959,51	52.446	646º	98º	SP	Macatuba	591,57	10.183.306,05	17.214	2060º
47º	RN	Guamaré	959,24	15.312.371,28	15.963	2196º	99º	SP	São Bernardo do Campo	581,88	491.386.551,43	844.483	21º
48º	PA	Barcarena	931,68	118.348.729,71	127.027	242º	100º	SP	Suzanópolis	578,03	2.320.195,25	4.014	4703º
49º	SC	Três Barras	931,00	18.029.758,65	19.366	1839º							
50º	MG	Barão de Cocais	929,04	30.533.725,32	32.866	1069º							
51º	SC	Abdon Batista	928,58	2.366.009,14	2.548	5269º							
52º	MG	Indianópolis	905,50	6.294.101,98	6.951	3733º							
									Total dos 100 maiores	1.103,90	38.374.141.242,57	34.762.425	..
									Total dos demais	191,99	33.393.232.961,25	173.935.017	..
									Total dos municípios	343,88	71.767.374.203,82	208.697.442	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
¹os dados de ISS contabilizam suas multas, juros e receitas com a dívida ativa.

Cidades de porte médio foram as mais afetadas pela retração do IPTU em 2020

Imposto sofre primeira queda desde 2002, mas desempenho no primeiro semestre de 2021 indica tendência de alta no ano.

Desempenho em 2020

Pela primeira vez desde 2002, quando teve início a série de dados compilada por **Multi Cidades**, a arrecadação anual do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) dos municípios sofreu recuo. Com queda de 2,5%, o recolhimento do tributo em 2020 totalizou R\$ 50,23 bilhões, ou seja, uma perda de R\$ 1,29 bilhão na comparação com o exercício anterior, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio do período.

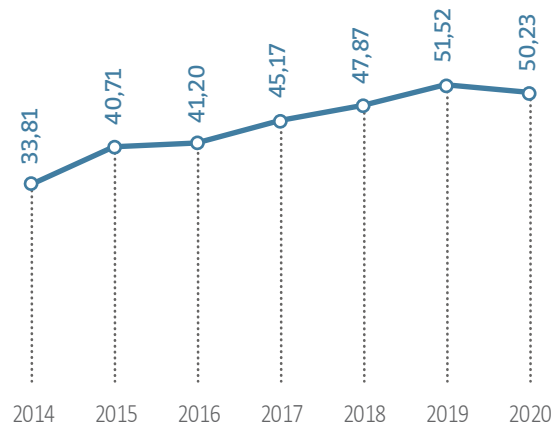
Um dos fatores que contribuíram para esse revés foi o aumento da inadimplência. Além de ter causado a morte de mais de 606 mil pessoas até o final de outubro de 2021, a pandemia da Covid-19 exerceu forte impacto na atividade econômica. Diante da queda do nível de rendimento da população e da pressão do desemprego, muitas famílias deixaram de pagar o IPTU em 2020. A inadimplência também pode ser constatada nos indicadores dos débitos inscritos em dívida ativa do imposto. Tais pendências, que estavam sendo pagas parceladamente, sofreram retração. Vale observar que a arrecadação do IPTU apresentada por **Multi Cidades** inclui, além da

receita referente ao exercício, o recebimento da dívida ativa.

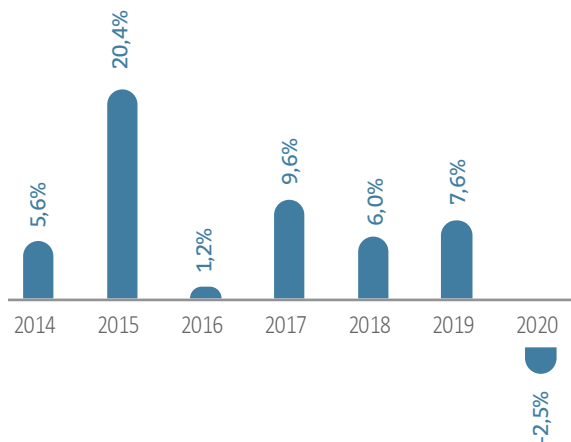
Diante da pandemia, as administrações municipais implementaram benefícios fiscais que também impactaram o recolhimento do tributo. Foram adotados programas que contemplavam, entre outros aspectos, o aumento do desconto para pagamento em cota única, a ampliação das isenções e a suspensão/postergação para os anos seguintes de pagamentos de parcelas da dívida ativa devidas no exercício de 2020.

Evolução da arrecadação do IPTU

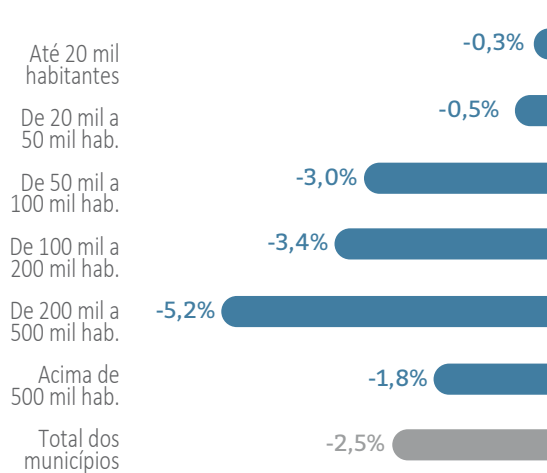
em R\$ bilhões corrigidos pelo IPCA médio de 2020



Taxa de crescimento real do IPTU em relação ao ano anterior



Taxa de crescimento real do IPTU por faixa populacional - 2020/2019

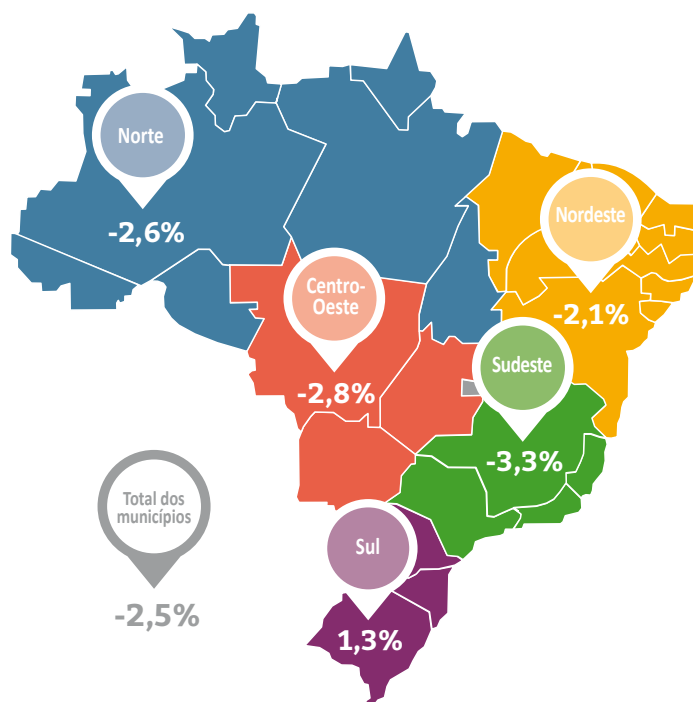


A baixa na arrecadação do IPTU foi sentida com mais intensidade nas cidades de médio e grande porte populacional, com taxas mais acentuadas naqueles cuja população vai de 200 mil a 500 mil habitantes (-5,2%). Nos municípios com os menores portes populacionais o desempenho foi quase que estável, com declínio de 0,3% naqueles com

até 20 mil habitantes e de 0,5% nos que têm entre 20 mil e 50 mil residentes.

A exceção do Sul, todas as demais regiões do país registraram decréscimos nesse indicador. Puxados pelo bom desempenho registrado em Porto Alegre-RS (10,5%), Ponta Grossa-PR (10,1%), Londrina-PR (4,3%) e Florianópolis-SC (3,4%), os municípios do Sul assinalaram alta de 1,3% na média. As demais regiões amargaram quedas, sendo a mais intensa observada no Sudeste, de 3,3%, que concentra quase dois terços da arrecadação do tributo no país. No Centro-Oeste, Norte e no Nordeste, as taxas foram de -2,8%, -2,6 e -2,1%, respectivamente.

Taxa de crescimento real do IPTU por região - 2020/2019



Concentração do IPTU e importância orçamentária

Como a base de cálculo do IPTU é o valor da propriedade imobiliária urbana, seu recolhimento se concentra nos grandes centros urbanos. Em 2020, os 48 municípios com mais 500 mil habitantes responderam por 59% da receita total do tributo, sendo que esse grupo reúne 31% da população brasileira. Na outra ponta, estão os municípios com até 20 mil residentes, que recolheram apenas 3% do IPTU do país e possuem 15,2% do total de habitantes. Na análise regional, o Sudeste concentrou 68,5% da captação, seguido pelo Sul, com 15,4%.

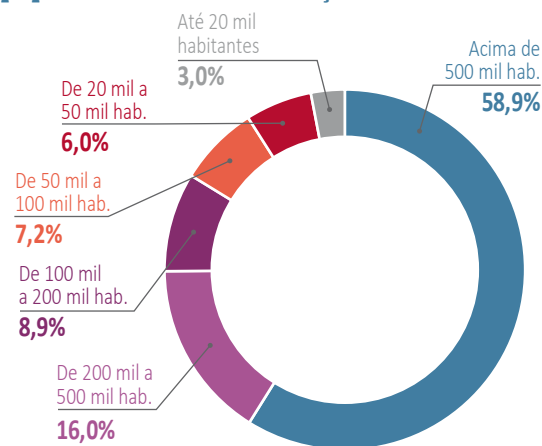
Alguns fatores concorrem para explicar tal configuração. Um deles é a própria base tributária, que se diferencia entre os municípios conforme o seu porte populacional, sua inserção regional e seu perfil socioeconômico. Os mais populosos e localizados nas regiões mais desenvolvidas possuem uma base tributária mais ampla e também costumam abrigar imóveis de valores venais superiores, condições que impulsionam a receita do IPTU.

Ao mesmo tempo, essas cidades têm ganhos de escala na gestão, na modernização da arrecadação tributária e no combate à sonegação e à inadimplência, o que é proporcionalmente mais dispendioso para os pequenos municípios. Estes, ao contrário, possuem uma base de recolhimento mais limitada, o que dificulta a obtenção de níveis de receita relativamente mais elevados e torna-os mais dependentes das transferências constitucionais de recursos.

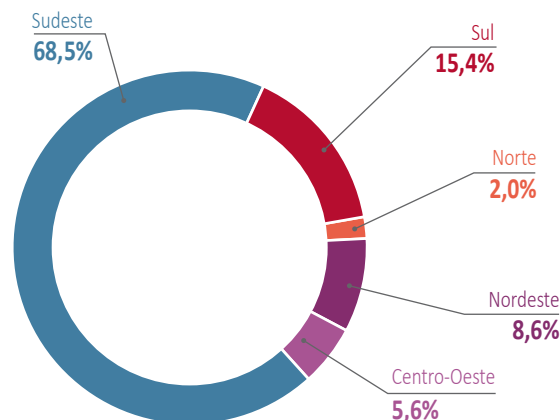
De igual modo, e pelos mesmos motivos, a participação do tributo na receita corrente é muito heterogênea entre os municípios, sendo maior quanto maior é o porte populacional. Nas localidades com até 20 mil habitantes, o imposto

contribuiu com apenas 1,3% da receita corrente em 2020. Já nas 48 cidades com mais de 500 mil moradores, o indicador foi de 12,7%, como mostra o gráfico da página seguinte. Como era de se esperar, no Sudeste a importância orçamentária do IPTU, de 10,1% da receita corrente, em média, destoa das demais regiões, como mostra o infográfico da página seguinte.

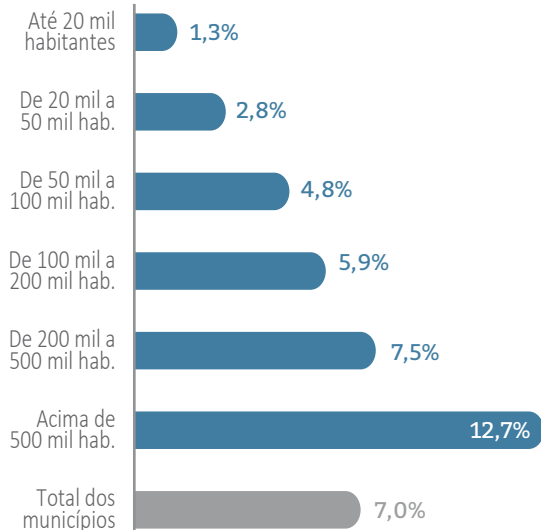
Participação dos municípios por faixas populacionais na arrecadação do IPTU - 2020



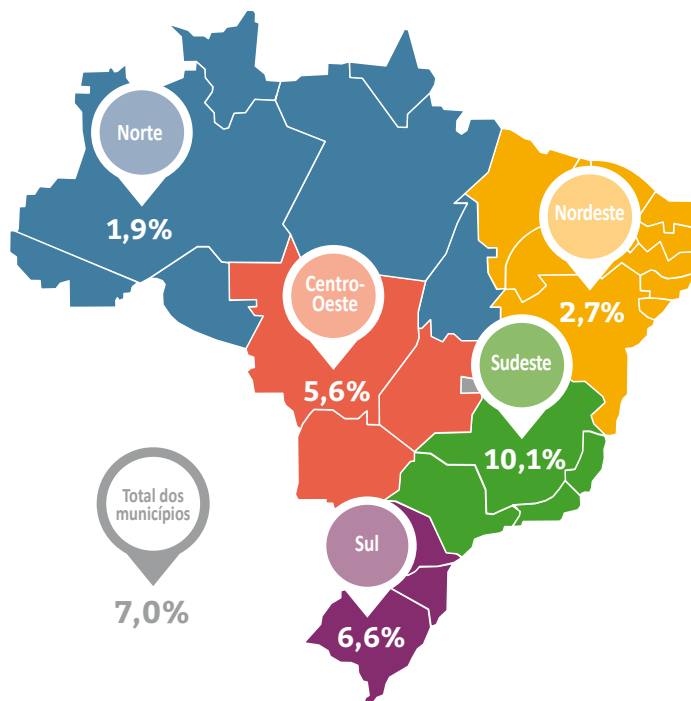
Participação das regiões na arrecadação do IPTU - 2020



Participação do IPTU na receita corrente por faixa populacional - 2020



Participação do IPTU na receita corrente por região - 2020



Potencial de arrecadação

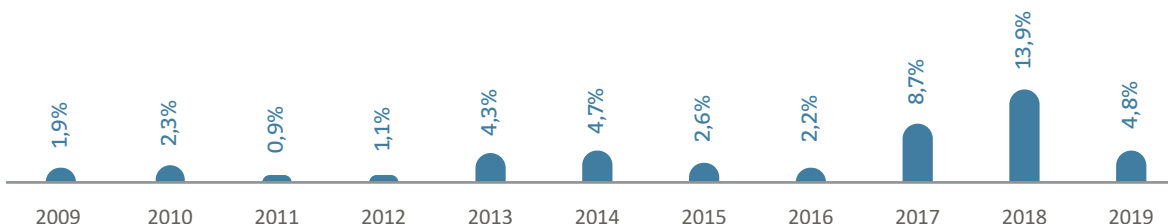
A manutenção do cadastro imobiliário e da Planta Genérica de Valores (PGV) são fatores que exercem forte influência sobre o nível de arrecadação do IPTU. Muitas de nossas cidades estão em contínuo processo de expansão, e unidades prediais passam por reformas e ampliação, situações que exigem o cuidado permanente dos municípios a fim de manter seus cadastros atualizados. Além disso, com muita frequência a valorização dos imóveis nos centros urbanos também não é captada na base de cálculo do imposto, em virtude da desatualização da PGV.

De acordo com a Pesquisa de Informações

Básicas Municipais (Munic), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹, em 2019, 24% dos municípios brasileiros não possuíam PGV e mais da metade (52,7%) deles havia realizado a última atualização antes de 2009, portanto mais de uma década antes do levantamento. O nível de desatualização era maior no Nordeste (62,8%) e mais brando no Centro-Oeste (29,8%). Apenas 32,1% dos municípios haviam efetuado a atualização da PGV de 2015 a 2019.

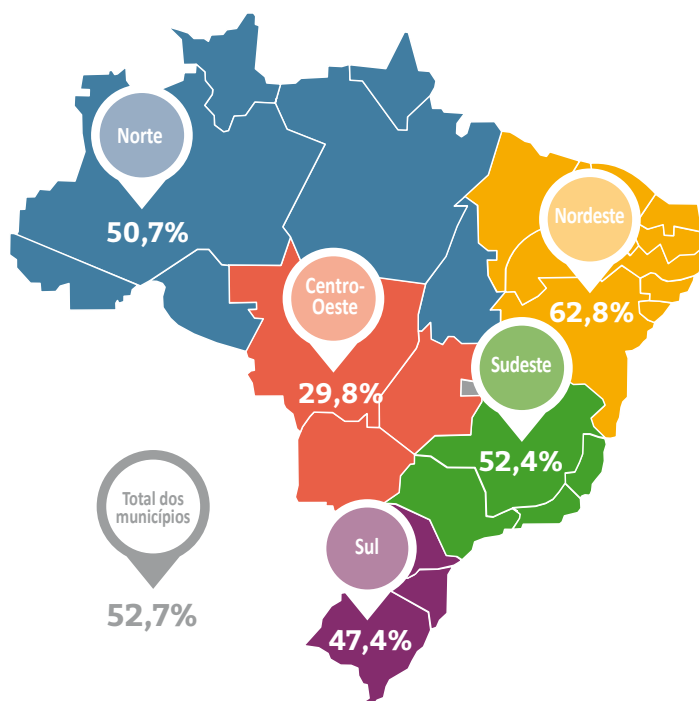
¹ "Munic - Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2019" em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?edicao=29466&t=downloads>

Percentual de municípios que atualizaram a PGV por ano



Fonte: IBGE; Munic - Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2019

Percentual de municípios que atualizaram a PGV antes de 2009, por região

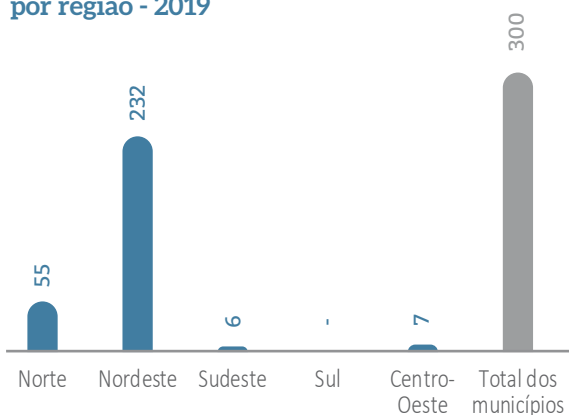


Fonte: IBGE; Munic - Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2019

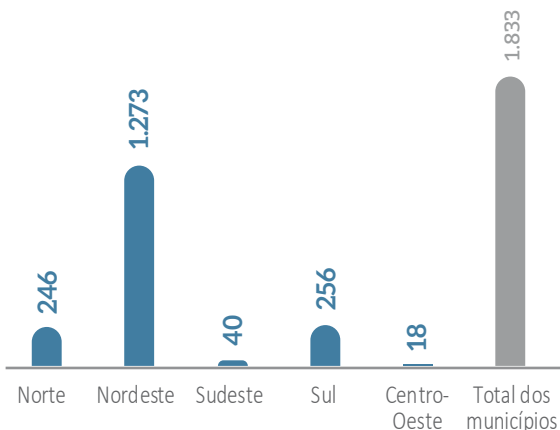
A pesquisa do IBGE revela ainda que, em 2019, um total de 300 municípios não cobrava o imposto, o que corresponde a 5,4% das cidades do país. Majoritariamente, elas estão localizadas nas regiões Norte e Nordeste. No Norte, os 55 casos encontrados integram 12,2% do somatório dos municípios da região, taxa muito semelhante à observada no Nordeste, de 12,9%, com 232 cidades. Apenas seis pertencem ao Sudeste, sendo cinco em Minas Gerais e uma em São Paulo. No Centro-Oeste, há sete municípios representantes, todos no Estado de Goiás.

Além de estarem concentrados em duas regiões, os municípios apresentam pequeno porte populacional. Pouco mais da metade, ou 158 cidades, possui menos de 10 mil habitantes. A grande maioria, 82,3%, ou 247, conta com menos de 20 mil moradores. Apenas oito cidades computam mais de 40 mil residentes, sendo sete localizadas no Maranhão e uma no Amazonas.

Distribuição dos municípios que não efetuaram a cobrança do IPTU, por região - 2019



Distribuição dos municípios que arrecadaram de R\$ 0 a R\$ 10 per capita, por região - 2020



Fonte: IBGE; Munic- Pesquisa de Informações Básicas Municipais- 2019

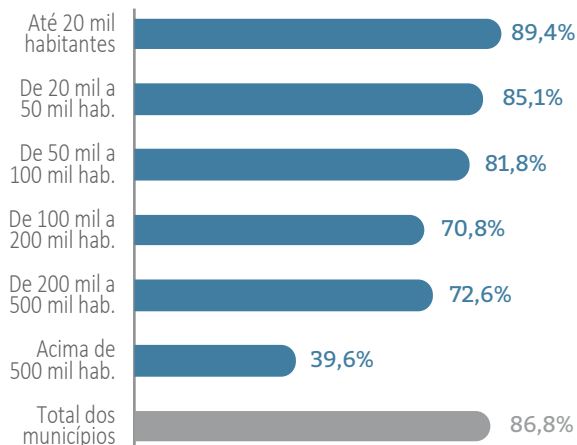
Há ainda uma fatia considerável de municípios que, apesar de cobrarem o IPTU, assinalam níveis de arrecadação bastantes fracos. Tomando como base o indicador per capita, é possível perceber que 1.833 municípios, ou 35,8% do total das 5.127 cidades brasileiras que entregaram suas prestações de contas referentes a 2020 à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), registraram cifras nulas ou de até R\$ 10 por habitante/ano.

A maior parte delas (75%) são cidades com menos de 20 mil habitantes. Na distribuição regional, 69,4% estão localizados no Nordeste, onde havia 1.273 prefeituras que recolheram até R\$ 10 por residente, o que corresponde a 79% do total de municípios da região que disponibilizaram seus dados à STN. A proporção de municípios com baixos níveis de arrecadação per capita também é elevada no Norte (67%), mudando substancialmente de patamar no Sudeste (16%), Centro-Oeste (10%) e Sul do Brasil (1,6%).

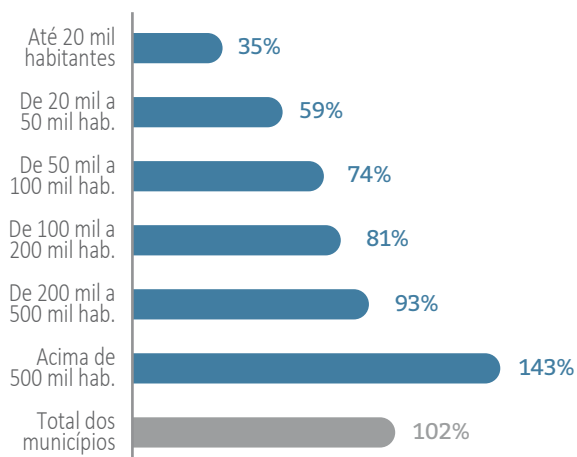
Um comparativo com a arrecadação estadual do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)² no território municipal, que também é um tributo incidente sobre propriedade, pode ser um sinalizador do potencial contributivo do IPTU. Em 2020, o recolhimento do IPVA pelos governos estaduais, portanto antes de ser repartido com os municípios, foi equivalente ao do IPTU, ou seja, uma receita de cerca de R\$ 50 bilhões. Entretanto, na grande maioria das cidades (86,8%), o valor do IPVA estadual relativo aos veículos emplacados em seus respectivos territórios supera o montante captado pelo IPTU. Nas pequenas cidades com até 20 mil habitantes, a proporção chega a 89,4%. A situação se inverte nos grandes centros urbanos com mais de 500 mil habitantes, onde cerca de 60% das cidades registraram, em 2020, uma arrecadação de IPTU superior à do IPVA.

² A comparação foi realizada considerando o valor do IPVA total arrecadado pelos estados e não somente com a parcela de 50% que é transferida aos municípios onde foi realizado o emplacamento do veículo.

Percentual de municípios onde o IPVA é maior que o IPTU por faixa populacional - 2020



Arrecadação do IPTU versus IPVA em 2020



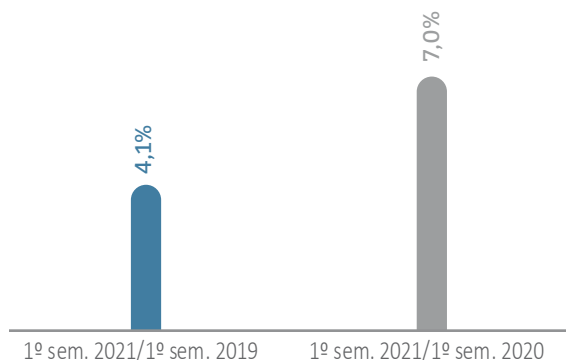
O gráfico anterior demonstra o quanto e onde a receita de IPTU é menor que a de IPVA. Somente os 48 municípios com mais de 500 mil habitantes anotaram uma arrecadação sobre a propriedade imobiliária acima daquela sobre a posse de veículos, em 2020. Na média, o IPTU desse grupo supera o do IPVA em 43%. Nas demais faixas populacionais, ocorre o oposto, sendo que, no menor dos estratos, o recolhimento do IPTU equivale a apenas 35% do valor obtido com o IPVA.

Vários fatores ajudam a entender as dificuldades que algumas administrações fazendárias enfrentam para alavancarem a arrecadação de IPTU. Um deles é o custo político advindo do aumento da carga tributária local, devido à proximidade entre esses gestores públicos e seus eleitores. Além disso, notadamente nos pequenos municípios, um esforço adicional de tributação é desestimulado tendo em vista a menor base tributária local. Vale citar também, com maior peso para os pequenos municípios, a falta de pessoal qualificado e o custo relativamente maior para a manutenção do cadastro imobiliário, para a atualização da PGV e para o aparelhamento de uma estrutura de cobrança e de fiscalização do imposto, que em muitos casos não se compensa diante da restrita base tributária.

Desempenho primeiro semestre de 2021

A receita de IPTU apresentou recuperação durante o primeiro semestre de 2021. A arrecadação foi 7% maior que a do mesmo semestre do ano anterior, com valores já corrigidos pelo IPCA. Em comparação a 2019, período pré-pandemia, o resultado também foi satisfatório, apesar de mais brando, com expansão de 4,1%.

Taxa de crescimento real do IPTU

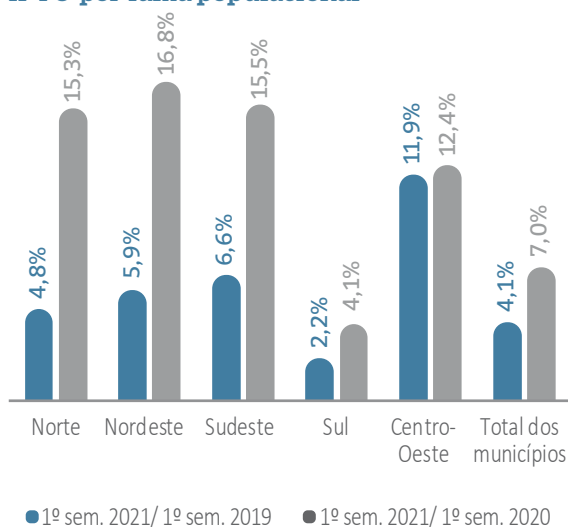


A principal razão desse crescimento foram os novos programas de antecipação do pagamento do tributo mediante descontos, incentivando o contribuinte a quitar suas dívidas e, por consequência, freando o aumento da inadimplência. Além disso, assim como no ano anterior, parte dos municípios realizou Programas de Recuperação Fiscal (Refis), beneficiando com redução dos juros e multas quem quitasse suas dívidas passadas.

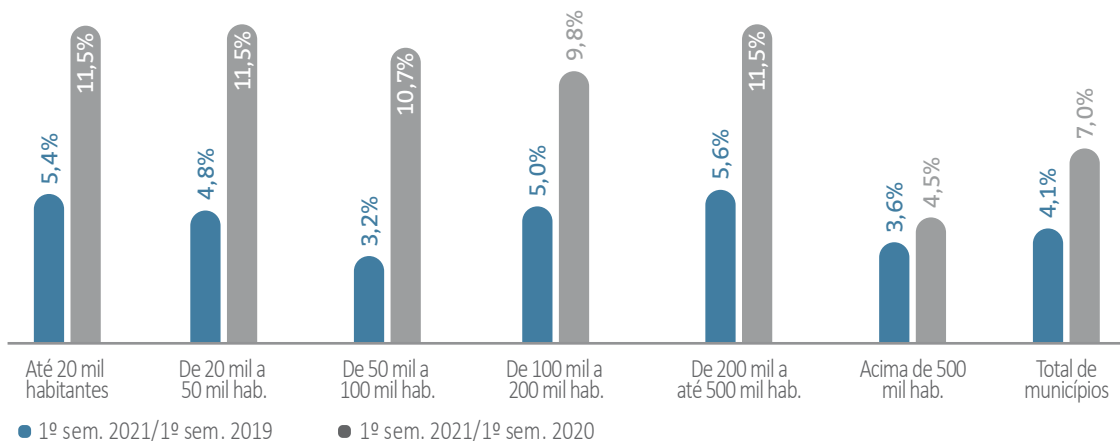
Os efeitos das medidas e programas executados podem ser notados em todas as regiões e faixas populacionais. Entre as regiões, destacam-se a maior taxa de crescimento dos municípios do Nordeste

(16,8%), seguido do Centro-Oeste (15,5%) e do Norte (15,3%), e a menor, no Sudeste (4,1%). Nas faixas populacionais, nas cidades menos populosas a recuperação do recolhimento do IPTU foi bem maior que a das metrópoles. Enquanto nos municípios com até 50 mil habitantes o quantitativo do IPTU subiu 11,5%, naqueles com mais de 500 mil residentes a acréscimo foi de apenas 4,5% em relação ao mesmo semestre do ano anterior.

Taxa de crescimento real do IPTU por faixa populacional



Taxa de crescimento real do IPTU por faixa populacional



Saiba mais sobre o IPTU

O IPTU é um tributo de competência municipal, estabelecido no artigo 156, inciso I, da Constituição Federal. Seu fato, gerador são a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel localizado na zona urbana, edificado ou não, e sua base de cálculo é o valor venal do imóvel, sobre o qual é cobrada uma alíquota definida em cada município. O valor venal, por sua vez, é determinado por critérios padronizados e uniformes, utilizando-se a Planta Genérica de Valores (PGV), instrumento que contém os preços básicos por metro quadrado de área dos terrenos e das edificações nas cidades, servindo de parâmetro para a cobrança não apenas do IPTU, mas também do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis *Inter Vivos* (ITBI) e da contribuição de melhoria.

Cada município tem autonomia para gerir as alíquotas incidentes sobre a propriedade imobiliária e para realizar atualizações nos preços dos imóveis contidos na PGV, base sobre a qual recai a cobrança. A definição das alíquotas pode e deve estar voltada não apenas para objetivos de arrecadação, mas também para a execução de políticas sociais e de desenvolvimento urbano das cidades, como preconizado no artigo 182 da Constituição Federal

de 1988 e na Lei Federal nº 10.257/2010 (Estatuto da Cidade).

Alguns dos instrumentos para tais políticas são a utilização de alíquotas progressivas em relação ao valor dos imóveis e a diferenciação de alíquotas de acordo com a localização e a utilização do imóvel, procedimentos autorizados pela Emenda Constitucional nº 29/2000, que alterou o artigo 156, §1º da Carta Magna, com o intuito de promover mais efetividade à função social da propriedade. As administrações municipais podem ainda utilizar-se de regras de isenção para pessoas de baixa renda como mais um mecanismo de justiça fiscal e social.

A função social da propriedade, por sua vez, está colocada na Constituição Federal como um dos direitos e garantias fundamentais no artigo 5º, inciso XXIII. Trata-se de um princípio que determina que a propriedade urbana ou rural deverá, além de servir aos interesses do proprietário, atender às necessidades e interesses da sociedade. O regramento constitucional ainda trata da função social da propriedade nos capítulos sobre a Ordem Econômica e Financeira (artigo 170, inciso III), no da Política Urbana (artigo 182, §2º) e no da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária (artigo 184, 185 e 186).

g100

MUNICÍPIOS POPULOSOS
COM BAIXA RECEITA PER CAPITA
E ALTA VULNERABILIDADE
SOCIOECONÔMICA

Cidades populosas, com baixa receita e população muito dependente dos serviços públicos são o retrato do g100. Esse grupo de municípios, com mais de 80 mil habitantes e altos índices de vulnerabilidade socioeconômica, precisa de prioridade em políticas públicas.

- 25% dos municípios brasileiros, com mais de 80 mil habitantes, apresentam alta vulnerabilidade socioeconômica

- Cidades do g100 contam com apenas metade dos recursos que dispõem os demais municípios

- Essas 112 cidades reúnem 11,3% da população

Acese e saiba mais
sobre o g100 e atuação
da FNP para esse grupo



FRENTE
NACIONAL
DE PREFEITOS

UF	População 2020	Região e município	2016	2017	2018	2019	2020	Varição 2020/2019	Part. rec. tributária 2020	Part. rec. corr. 2020	IPTU per capita 2020
			em R\$ mil corrigidos pelo IPCA médio de 2020						em %		em R\$
	18.672.591	Norte	757.172,1	921.724,4	865.798,4	1.016.438,3	990.042,5	-2,6	15,3	1,9	53,02
AC	413.418	Rio Branco	25.494,3	26.565,4	28.478,9	33.967,7	34.138,5	0,5	22,1	3,6	82,58
AC	89.072	Cruzeiro do Sul	1.464,7	...	3.131,9	2.169,1	2.122,6	-2,1	16,1	1,1	23,83
AP	512.902	Macapá	10.467,9	9.960,3	9.855,1	9.928,9	9.035,8	-9,0	6,8	0,9	17,62
AP	123.096	Santana	...	749,7	...	1.156,7	1.768,4	52,9	8,9	0,8	14,37
AM	2.219.580	Manaus	257.871,7	320.895,0	284.002,6	306.099,5	289.109,7	-5,6	21,0	5,3	130,25
AM	115.363	Parintins	...	626,7	826,4	1.036,5	650,4	-37,2	5,6	0,3	5,64
PA	1.499.641	Belém	147.008,4	181.365,6	183.804,5	220.397,6
PA	535.547	Ananindeua	16.292,2	17.678,6	19.162,9	19.860,6	19.171,6	-3,5	17,2	2,1	35,80
PA	306.480	Santarém	9.791,6	6.738,3	9.171,9	8.920,2	8.850,9	-0,8	10,3	1,2	28,88
PA	283.542	Marabá	5.284,0	8.571,1	10.965,2	10.400,3	9.694,8	-6,8	6,1	0,9	34,19
RO	539.354	Porto Velho	22.285,9	25.615,6	34.042,6	32.202,8	30.616,2	-4,9	10,4	2,0	56,76
RO	130.009	Ji-Paraná	6.593,8	6.127,4	6.716,9	7.283,8	6.709,3	-7,9	10,8	2,0	51,61
RR	419.652	Boa Vista	27.464,7	33.993,4	29.630,8	...	37.976,5	...	19,2	2,7	90,50
RR	30.782	Rorainópolis	...	504,3	735,9
TO	306.296	Palmas	64.548,6	75.500,4	55.364,7	98.243,3	68.955,9	-29,8	21,9	5,3	225,13
TO	183.381	Araguaína	19.172,1	20.164,1	20.414,3	15.887,3	16.881,6	6,3	16,1	3,1	92,06
	57.371.142	Nordeste	3.421.025,6	3.809.154,2	4.143.790,8	4.392.241,1	4.299.707,1	-2,1	20,5	2,7	74,95
AL	1.025.360	Maceió	127.970,7	139.032,0	154.679,9	152.948,1	140.170,8	-8,4	21,7	5,0	136,70
AL	233.047	Arapiraca	5.367,6	11.302,3	12.959,9	11.504,9	12.622,1	9,7	17,9	2,0	54,16
BA	2.886.698	Salvador	688.189,7	690.069,8	753.848,2	758.976,4	800.499,9	5,5	29,0	11,9	277,31
BA	619.609	Feira de Santana	78.588,1	82.766,6	90.402,2	88.337,0	74.834,7	-15,3	26,6	5,9	120,78
BA	341.128	Vitória da Conquista	27.517,1	30.286,1	34.152,2	34.263,7	31.200,5	-8,9	23,3	4,0	91,46
BA	304.302	Camaçari	91.180,1	111.332,4	126.333,5	134.218,5	133.592,4	-0,5	34,9	10,6	439,01
CE	2.686.612	Fortaleza	487.118,5	543.188,7	547.874,0	591.309,3	554.059,6	-6,3	28,5	7,6	206,23
CE	365.212	Caucaia	7.001,5	14.169,1	...	16.933,8	16.111,1	-4,9	16,6	1,9	44,11
CE	276.264	Juazeiro do Norte	11.942,1	13.001,2	14.679,2	16.113,4	13.817,8	-14,2	16,7	2,4	50,02
MA	1.108.975	São Luís	98.919,3	129.395,0	116.116,1	114.762,8	130.488,8	13,7	15,1	3,9	117,67
MA	259.337	Imperatriz	9.895,2	10.688,6	10.638,9	13.546,9	14.819,2	9,4	16,5	1,9	57,14
PB	817.511	João Pessoa	79.224,1	94.040,0	95.114,9	82.083,0	102.387,5	24,7	17,8	4,3	125,24
PB	411.807	Campina Grande	19.236,3	23.823,7	30.917,1	31.769,5	30.223,5	-4,9	18,8	2,9	73,39
PE	1.653.461	Recife	434.557,3	471.113,4	484.892,9	530.568,6	503.722,3	-5,1	25,5	10,1	304,65
PE	706.867	Jaboatão dos Guararapes	58.002,1	89.123,1	95.490,4	118.048,0	103.230,4	-12,6	34,2	7,5	146,04
PE	393.115	Olinda	21.862,3	22.709,0	23.396,4	32.913,4	28.971,2	-12,0	19,5	4,3	73,70
PE	365.278	Caruaru	44.997,9	45.581,0	49.162,7	53.511,1	47.401,9	-11,4	30,9	6,0	129,77
PE	354.317	Petrolina	14.819,5	16.247,5	21.755,5	24.229,7	20.077,4	-17,1	14,5	2,5	56,66
PE	334.376	Paulista	23.787,6	24.471,1	31.475,5	34.210,9	33.244,2	-2,8	31,8	5,4	99,42
PI	868.075	Teresina	83.456,9	90.808,1	94.187,7	99.573,7	86.636,5	-13,0	15,2	2,9	99,80
PI	153.482	Parnaíba	3.542,6	2.793,2	...	3.515,5	2.990,5	-14,9	7,3	0,7	19,48
RN	890.480	Natal	143.004,7	118.124,3	167.252,0	...	214.684,4	...	26,7	8,6	241,09
RN	300.618	Mossoró	11.136,4	15.158,6	23.779,6	26.677,1	27.379,2	2,6	19,5	3,8	91,08
SE	664.908	Aracaju	169.382,9	181.065,5	205.481,7	226.097,1	236.536,8	4,6	35,4	11,9	355,74
SE	185.706	Nossa Senhora do Socorro	3.577,4	5.774,6	...	7.134,9	4.302,4	-39,7	7,5	1,1	23,17
	13.449.154	Centro-Oeste¹	2.021.338,4	2.446.871,6	2.670.694,3	2.868.479,0	2.788.351,5	-2,8	28,5	5,6	207,33
GO	1.536.097	Goiânia	505.228,6	584.718,6	649.694,3	713.255,1	720.155,1	1,0	37,1	12,8	468,82
GO	590.146	Aparecida de Goiânia	110.164,6	132.425,0	145.938,3	148.132,7	122.609,9	-17,2	37,9	9,0	207,76
GO	391.772	Anápolis	79.162,4	93.675,4	97.432,7	99.666,9	86.560,7	-13,1	29,3	6,9	220,95
MT	618.124	Cuiabá	170.531,5	195.650,7	204.422,9	232.480,1	210.905,4	-9,3	27,9	8,2	341,20
MT	287.526	Várzea Grande	19.846,9	27.357,0	38.052,4	41.432,8	38.795,4	-6,4	27,0	5,0	134,93
MS	906.092	Campo Grande	383.998,1	455.806,7	490.581,1	510.407,8	505.543,6	-1,0	42,4	12,7	557,94
MS	225.495	Dourados	59.618,9	78.817,5	76.942,0	85.490,1	93.031,2	8,8	37,1	10,0	412,56
	89.012.240	Sudeste	28.991.513,6	31.309.389,4	33.128.408,9	35.614.602,6	34.427.260,9	-3,3	31,9	10,1	386,77
ES	365.855	Vitória	88.601,6	90.678,9	89.980,9	89.953,5	86.538,6	-3,8	11,7	4,5	236,54
ES	527.240	Serra	52.360,3	64.022,3	69.575,4	77.681,0	70.568,9	-9,2	19,5	5,0	133,85
ES	501.325	Vila Velha	88.105,2	106.722,6	97.882,7	91.252,3	93.016,6	1,9	23,0	7,9	185,54
ES	383.917	Cariacica	18.294,1	19.940,6	24.554,5	21.980,5	17.918,4	-18,5	13,4	2,3	46,67
MG	2.521.564	Belo Horizonte	1.246.868,9	1.391.529,9	1.448.650,5	1.506.208,1	1.466.124,1	-2,7	34,4	12,7	581,43
MG	699.097	Uberlândia	83.727,5	86.966,9	81.463,9	100.085,5	96.892,4	-3,2	16,9	3,5	138,60
MG	668.949	Contagem	132.562,5	189.958,9	239.164,5	261.010,0	312.175,7	19,6	44,7	15,1	466,67

UF	População 2020	Região e município	2016	2017	2018	2019	2020	Varição 2020/2019	Part. rec. tributária 2020	Part. rec. corr. 2020	IPTU per capita 2020
			em R\$ mil corrigidos pelo IPCA médio de 2020						em %		em R\$
MG	573.285	Juiz de Fora	175.342,5	186.404,4	182.215,3	205.398,2	178.679,4	-13,0	33,0	9,7	311,68
MG	444.784	Betim	47.513,3	75.560,5	74.199,3	73.915,2	77.848,1	5,3	29,0	3,7	175,02
MG	413.487	Montes Claros	36.690,1	48.327,6	42.658,3	41.857,9	37.595,8	-10,2	22,0	3,3	90,92
MG	338.197	Ribeirão das Neves	15.355,5	...	21.111,7	21.846,4	23.268,1	6,5	30,2	4,5	68,80
MG	337.092	Uberaba	43.294,8	48.226,6	41.401,3	56.742,7	60.320,9	6,3	24,1	4,2	178,94
MG	281.046	Governador Valadares	51.490,2	69.291,0	62.890,6	71.523,3	63.874,6	-10,7	32,1	6,4	227,27
RJ	6.747.815	Rio de Janeiro	3.324.408,2	3.261.737,9	3.500.294,0	3.950.983,6	3.637.515,1	-7,9	29,5	15,0	539,07
RJ	1.091.737	São Gonçalo	64.302,0	79.007,3	63.342,5	92.234,5	61.309,1	-33,5	18,5	4,1	56,16
RJ	924.624	Duque de Caxias	108.988,8	112.872,3	113.834,0	115.805,8	107.466,4	-7,2	19,9	3,8	116,23
RJ	823.302	Nova Iguaçu	67.964,2	76.481,4	84.429,7	96.269,4	92.357,7	-4,1	30,1	5,2	112,18
RJ	515.317	Niterói	386.750,6	430.938,7	407.135,1	460.677,0	430.672,2	-6,5	45,0	12,6	835,74
RJ	513.118	Belford Roxo	17.905,4	18.883,6	20.945,9	22.419,9	21.675,0	-3,3	22,6	2,7	42,24
RJ	511.168	Campos dos Goytacazes	56.430,9	63.946,9	69.440,9	78.204,2	70.946,8	-9,3	30,4	4,4	138,79
RJ	472.906	São João de Meriti	...	37.078,8	44.633,2	43.797,6	38.709,0	-11,6	35,3	5,4	81,85
RJ	306.678	Petrópolis	102.198,3	110.318,5	108.271,8	121.760,2	112.643,9	-7,5	39,2	9,4	367,30
RJ	273.988	Volta Redonda	92.536,3	101.550,9	87.417,7	...	40,4	8,5	319,06
SP	12.325.232	São Paulo	9.430.816,8	10.176.904,2	10.805.195,1	11.685.852,5	11.704.858,8	0,2	33,0	19,2	949,67
SP	1.392.121	Guarulhos	568.458,0	600.742,2	651.744,4	628.561,6	565.046,1	-10,1	42,1	13,6	405,89
SP	1.213.792	Campinas	712.528,3	689.187,2	784.539,0	967.599,4	901.969,0	-6,8	32,7	15,7	743,10
SP	844.483	São Bernardo do Campo	420.598,5	453.830,4	430.566,1	451.725,3	431.566,3	-4,5	31,3	11,1	511,04
SP	729.737	São José dos Campos	227.701,0	246.478,5	274.082,6	275.493,3	291.524,3	5,8	33,4	9,8	399,49
SP	721.368	Santo André	322.272,6	320.242,2	333.381,1	308.203,3	303.588,6	-1,5	28,5	12,0	420,85
SP	711.825	Ribeirão Preto	359.729,5	395.820,8	389.873,8	412.795,5	395.998,6	-4,1	40,5	14,2	556,31
SP	699.944	Osasco	306.898,4	326.740,5	334.863,0	343.353,2	332.457,9	-3,2	23,4	12,4	474,98
SP	687.357	Sorocaba	180.011,4	207.368,0	193.352,9	209.851,4	203.895,3	-2,8	21,9	7,1	296,64
SP	477.552	Mauá	150.463,3	106.301,6	110.254,5	108.235,2	105.753,4	-2,3	37,5	9,2	221,45
SP	464.983	São José do Rio Preto	203.327,8	209.020,6	226.682,7	221.274,8	210.674,8	-4,8	38,3	11,5	453,08
SP	450.785	Mogi das Cruzes	166.894,1	181.793,5	193.457,4	216.140,1	210.607,7	-2,6	44,1	13,5	467,20
SP	433.656	Santos	435.006,4	465.085,0	526.790,0	601.114,5	492.911,5	-18,0	31,7	17,7	1.136,64
SP	426.757	Diadema	...	190.916,3	194.350,3	192.977,5	175.022,9	-9,3	47,2	14,4	410,12
SP	423.006	Jundiaí	160.312,0	176.503,8	182.270,3	187.887,1	183.036,9	-2,6	24,1	8,3	432,71
SP	407.252	Piracicaba	123.325,9	129.105,7	138.042,1	144.025,3	144.966,6	0,7	30,1	8,2	355,96
SP	403.183	Carapicuíba	7.668,8	50.425,0	57.968,8
SP	379.297	Bauru	116.280,1	121.807,1	138.668,9	142.454,7	133.028,7	-6,6	35,5	11,3	350,72
30.192.315	Sul	6.009.918,0	6.679.225,8	7.060.911,7	7.629.003,3	7.727.901,7	1,3	29,1	6,6	255,96	
PR	1.948.626	Curitiba	725.836,4	801.120,0	818.422,1	905.795,9	903.309,3	-0,3	28,3	11,0	463,56
PR	575.377	Londrina	224.879,6	240.657,5	260.035,8	376.687,2	392.815,5	4,3	44,2	17,9	682,71
PR	430.157	Maringá	181.865,5	192.686,2	184.439,2	199.035,5	195.522,4	-1,8	32,9	11,7	454,54
PR	355.336	Ponta Grossa	64.743,1	88.309,8	67.768,1	72.624,6	79.991,3	10,1	25,3	8,6	225,11
PR	332.333	Cascavel	51.738,0	64.909,0	68.881,7	79.765,3	71.918,6	-9,8	21,9	6,6	216,41
PR	329.058	São José dos Pinhais	45.121,5	48.461,2	65.660,4	71.628,7	73.785,9	3,0	22,3	6,9	224,23
PR	258.248	Foz do Iguaçu	80.873,0	86.265,8	71.795,1	...	26,4	6,4	278,01
RS	1.488.252	Porto Alegre	560.183,7	633.751,0	669.183,4	652.890,1	721.597,4	10,5	28,1	10,3	484,86
RS	517.451	Caxias do Sul	132.337,8	109.329,6	133.129,8	137.188,6	137.520,5	0,2	25,8	7,2	265,77
RS	348.208	Canoas	63.582,5	76.894,2	95.811,5	96.891,6	90.782,5	-6,3	30,3	5,4	260,71
RS	343.132	Pelotas	114.606,4	90.921,7	98.789,1	99.831,7	97.322,0	-2,5	39,4	8,9	283,63
RS	283.677	Santa Maria	47.136,4	48.624,7	51.904,8	55.143,2	53.950,4	-2,2	25,1	7,6	190,18
RS	283.620	Gravataí	23.887,5	28.628,7	37.510,8	39.529,7	36.792,1	-6,9	20,1	4,4	129,72
RS	256.302	Viamão	12.576,4	17.618,6	17.393,7	24.462,0
SC	508.826	Florianópolis	321.117,6	351.502,9	356.102,3	377.790,7	390.734,8	3,4	36,3	19,7	767,91
SC	597.658	Joinville	158.973,7	172.254,8	180.056,2	185.988,0	191.789,2	3,1	29,6	8,0	320,90
SC	361.855	Blumenau	106.857,0	106.728,6	122.413,4	125.072,5	114.860,3	-8,2	24,6	7,1	317,42
83.116.849	Cidades selecionadas	28.004.445,1	30.176.157,4	31.800.890,9	34.408.386,5	33.641.474,1	-2,2	30,7	11,5	404,75	
31.794.649	Até 20 mil habitantes	1.145.091,2	1.313.050,9	1.410.211,1	1.525.303,8	1.521.377,6	-0,3	17,6	1,3	47,85	
47.479.406	Capitais	19.624.556,8	21.074.133,5	22.277.153,2	24.115.138,5	23.806.826,5	-1,3	30,6	13,3	501,41	
208.697.442	Total dos municípios	41.200.967,7	45.166.365,4	47.869.604,1	51.520.764,3	50.233.263,7	-2,5	29,3	7,0	240,70	

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹não inclui Brasília. ²a partir de 2015, os dados de IPTU contabilizam suas multas, juros e receitas com a dívida ativa.

Posição	UF	Município	IPTU	População 2020	Ranking pop. 2020
			em R\$		
1º	SP	São Paulo	11.704.858.844,53	12.325.232	1º
2º	RJ	Rio de Janeiro	3.637.515.059,87	6.747.815	2º
3º	MG	Belo Horizonte	1.466.124.103,21	2.521.564	5º
4º	PR	Curitiba	903.309.251,24	1.948.626	7º
5º	SP	Campinas	901.969.028,71	1.213.792	13º
6º	BA	Salvador	800.499.941,09	2.886.698	3º
7º	RS	Porto Alegre	721.597.397,89	1.488.252	11º
8º	GO	Goiânia	720.155.101,61	1.536.097	9º
9º	SP	Guarulhos	565.046.140,41	1.392.121	12º
10º	CE	Fortaleza	554.059.604,82	2.686.612	4º
11º	MS	Campo Grande	505.543.611,08	906.092	18º
12º	PE	Recife	503.722.267,07	1.653.461	8º
13º	SP	Santos	492.911.523,24	433.656	54º
14º	SP	Praia Grande	465.708.163,97	330.845	84º
15º	SP	São Bernardo do Campo	431.566.278,74	844.483	21º
16º	RJ	Niterói	430.672.163,37	515.317	43º
17º	SP	Guarujá	428.038.059,96	322.750	86º
18º	SP	Ribeirão Preto	395.998.552,37	711.825	26º
19º	PR	Londrina	392.815.545,25	575.377	37º
20º	SC	Florianópolis	390.734.752,63	508.826	47º
21º	SP	Osasco	332.457.899,35	699.944	28º
22º	MG	Contagem	312.175.730,01	668.949	31º
23º	SP	Santo André	303.588.586,94	721.368	25º
24º	SP	São José dos Campos	291.524.334,56	729.737	24º
25º	AM	Manaus	289.109.679,08	2.219.580	6º
26º	SE	Aracaju	236.536.805,43	664.908	32º
27º	RN	Natal	214.684.350,86	890.480	19º
28º	SP	São Vicente	212.430.019,63	368.355	69º
29º	MT	Cuiabá	210.905.395,76	618.124	34º
30º	SP	São José do Rio Preto	210.674.804,81	464.983	51º
31º	SP	Mogi das Cruzes	210.607.687,43	450.785	52º
32º	SP	Sorocaba	203.895.333,88	687.357	30º
33º	PR	Maringá	195.522.371,17	430.157	55º
34º	SC	Joinville	191.789.223,61	597.658	35º
35º	SP	Jundiaí	183.036.905,75	423.006	57º
36º	MG	Juiz de Fora	178.679.426,80	573.285	38º
37º	SP	Diadema	175.022.928,44	426.757	56º
38º	SP	São Caetano do Sul	171.838.716,60	161.957	183º
39º	SP	São Sebastião	162.804.910,09	90.328	362º
40º	SC	Balneário Camboriú	154.353.019,15	145.796	204º
41º	SP	Piracicaba	144.966.611,08	407.252	62º
42º	AL	Maceió	140.170.780,75	1.025.360	16º
43º	RS	Caxias do Sul	137.520.493,78	517.451	42º
44º	BA	Camaçari	133.592.380,45	304.302	92º
45º	SP	Bauru	133.028.709,79	379.297	67º
46º	MA	São Luís	130.488.764,30	1.108.975	14º
47º	SP	Indaial	128.431.194,02	256.223	112º
48º	SP	Santana de Parnaíba	125.640.983,20	142.301	207º
49º	SP	Cubatão	124.465.724,12	131.626	230º
50º	SP	Cotia	123.444.274,54	253.608	114º
51º	GO	Aparecida de Goiânia	122.609.905,37	590.146	36º
52º	SP	Bertioga	121.903.560,27	64.723	510º

Posição	UF	Município	IPTU	População 2020	Ranking pop. 2020
			em R\$		
53º	SP	São Carlos	121.745.999,03	254.484	113º
54º	SC	Blumenau	114.860.258,36	361.855	73º
55º	RJ	Petrópolis	112.643.947,27	306.678	89º
56º	SP	Suzano	111.926.684,33	300.559	94º
57º	SP	Atibaia	110.639.992,42	144.088	205º
58º	SP	Franca	110.435.075,25	355.901	74º
59º	SP	Limeira	109.818.187,73	308.482	88º
60º	SP	Bragança Paulista	108.190.801,78	170.533	174º
61º	RJ	São José de Caxias	107.466.363,37	924.624	17º
62º	SP	Mauá	105.753.368,22	477.552	49º
63º	SP	Taubaté	105.672.333,52	317.915	87º
64º	PE	Jaboatão dos Guararapes	103.230.427,16	706.867	27º
65º	PB	João Pessoa	102.387.491,84	817.511	23º
66º	RS	Pelotas	97.321.981,69	343.132	78º
67º	MG	Uberlândia	96.892.431,75	699.097	29º
68º	SC	São José	93.883.256,92	250.181	115º
69º	MS	Dourados	93.031.220,36	225.495	135º
70º	ES	Vila Velha	93.016.609,06	501.325	48º
71º	RJ	Nova Iguaçu	92.357.676,08	823.302	22º
72º	SP	Americana	91.121.230,11	242.018	120º
73º	SP	Itu	90.883.483,86	175.568	171º
74º	RS	Canoas	90.782.483,87	348.208	77º
75º	SP	Itanhaém	88.351.016,70	103.102	313º
76º	SP	Marília	87.485.698,65	240.590	124º
77º	RJ	Volta Redonda	87.417.656,54	273.988	105º
78º	SP	Taboão da Serra	87.064.302,62	293.652	95º
79º	PI	Teresina	86.636.501,34	868.075	20º
80º	GO	Anápolis	86.560.736,12	391.772	65º
81º	ES	Vitória	86.538.569,52	365.855	70º
82º	RS	Capão da Canoa	84.256.513,84	54.051	622º
83º	SP	Valinhos	83.846.264,72	131.210	233º
84º	SP	Ubatuba	81.617.965,48	91.824	351º
85º	SP	Caraguatatuba	80.572.886,02	123.389	253º
86º	PR	Ponta Grossa	79.991.256,00	355.336	75º
87º	SP	Rio Claro	78.295.007,36	208.008	150º
88º	MG	Betim	77.848.057,21	444.784	53º
89º	BA	Feira de Santana	74.834.723,05	619.609	33º
90º	SC	Itajaí	74.129.993,78	223.112	137º
91º	PR	São José dos Pinhais	73.785.917,09	329.058	85º
92º	PR	Cascavel	71.918.625,02	332.333	83º
93º	PR	Foz de Iguaçu	71.795.074,66	258.248	110º
94º	RJ	Campos dos Goytacazes	70.946.830,35	511.168	46º
95º	ES	Serra	70.568.914,82	527.240	41º
96º	SC	Itapema	70.074.804,79	67.338	495º
97º	PR	Guaratuba	68.999.009,40	37.527	911º
98º	TO	Palmas	68.955.914,51	306.296	91º
99º	MT	Rondonópolis	67.510.936,59	236.042	128º
100º	MG	Ipatinga	67.029.680,45	265.409	107º

	Total dos 100 maiores	36.711.841.062,69	75.478.610	..
	Total dos demais	13.521.422.601,50	133.218.832	..
	Total dos municípios	50.233.263.664,19	208.697.442	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
 Nota: ¹os dados de IPTU contabilizam suas multas, juros e receitas com a dívida ativa.

IPTU¹ per capita | RANKING 2020

Posição	UF	Município	IPTU per capita	IPTU	População 2020	Ranking pop. 2020
			em R\$			
1°	RS	Xangri-lá	3.480,22	58.380.651,94	16.775	2114°
2°	SC	Bombinhas	2.224,49	45.235.087,68	20.335	1760°
3°	RS	Arroio do Sal	2.004,49	20.604.157,93	10.279	3075°
4°	SP	Ilha Comprida	1.937,39	22.012.651,67	11.362	2846°
5°	SP	Bertioga	1.883,47	121.903.560,27	64.723	510°
6°	PR	Guaratuba	1.838,65	68.999.009,40	37.527	911°
7°	SP	São Sebastião	1.802,37	162.804.910,09	90.328	362°
8°	ES	Anchieta	1.686,71	50.228.528,89	29.779	1183°
9°	RS	Capão da Canoa	1.558,83	84.256.513,84	54.051	622°
10°	SP	Praia Grande	1.407,63	465.708.163,97	330.845	84°
11°	RS	Imbé	1.383,47	32.194.805,41	23.271	1529°
12°	SP	Águas de São Pedro	1.343,89	4.731.851,76	3.521	4890°
13°	SP	Guarujá	1.326,22	428.038.059,96	322.750	86°
14°	PR	Matinhos	1.265,73	44.577.574,82	35.219	972°
15°	SC	Balneário Piçarras	1.238,27	29.436.198,39	23.772	1499°
16°	SP	Santos	1.136,64	492.911.523,24	433.656	54°
17°	RS	Gramado	1.135,01	41.490.191,04	36.555	936°
18°	SP	Ilhabela	1.100,30	39.160.608,90	35.591	958°
19°	SP	São Caetano do Sul	1.061,01	171.838.716,60	161.957	183°
20°	SC	Balneário Camboriú	1.058,69	154.353.019,15	145.796	204°
21°	SP	Águas de Santa Bárbara	1.056,75	6.455.694,68	6.109	3967°
22°	SC	Itapema	1.040,64	70.074.804,79	67.338	495°
23°	PR	Pontal do Paraná	972,72	27.153.512,00	27.915	1261°
24°	SC	Governador Celso Ramos	972,10	14.198.545,91	14.606	2362°
25°	SP	Mongaguá	962,02	55.458.671,55	57.648	579°
26°	SP	São Paulo	949,67	11.704.858.844,53	12.325.232	1°
27°	SP	Cubatão	945,60	124.465.724,12	131.626	230°
28°	SP	Águas de Lindóia	940,18	17.682.837,26	18.808	1897°
29°	SP	Peruibe	931,62	64.283.051,86	69.001	480°
30°	AL	Barra de São Miguel	911,00	7.632.387,99	8.378	3381°
31°	SP	Ubatuba	888,85	81.617.965,48	91.824	351°
32°	SP	Campos do Jordão	884,47	46.350.889,78	52.405	647°
33°	SP	Santana de Parnaíba	882,92	125.640.983,20	142.301	207°
34°	RS	Torres	879,92	34.373.193,76	39.064	879°
35°	SP	Itanhaém	856,93	88.351.016,70	103.102	313°
36°	RJ	Niterói	835,74	430.672.163,37	515.317	43°
37°	MG	Capitão	815,98	7.068.858,54	8.663	3321°
38°	RJ	Armação dos Búzios	807,47	27.839.283,40	34.477	1004°
39°	SC	Florianópolis	767,91	390.734.752,63	508.826	47°
40°	SP	Atibaia	767,86	110.639.992,42	144.088	205°
41°	SC	Porto Belo	767,18	16.825.891,32	21.932	1614°
42°	SC	Garopaba	757,79	17.867.900,61	23.579	1512°
43°	SP	Campinas	743,10	901.969.028,71	1.213.792	13°
44°	SP	Serra Negra	701,95	20.673.959,42	29.452	1192°
45°	PR	Londrina	682,71	392.815.545,25	575.377	37°
46°	MG	Nova Lima	670,33	64.456.793,66	96.157	333°
47°	BA	Mata de São João	667,12	31.438.498,39	47.126	708°
48°	SP	Arandu	666,82	4.244.307,31	6.365	3896°
49°	AC	Marechal Thaumaturgo	662,69	12.789.229,42	19.299	1845°
50°	SP	Itupeva	661,71	41.564.232,35	62.813	529°
51°	SP	Jarinu	656,49	20.099.731,38	30.617	1156°
52°	SP	Caraguatatuba	653,00	80.572.886,02	123.389	253°

Posição	UF	Município	IPTU per capita	IPTU	População 2020	Ranking pop. 2020
			em R\$			
53°	SP	Porto Feliz	646,30	34.513.932,35	53.402	630°
54°	SP	Leme	640,75	66.860.217,16	104.346	309°
55°	SP	Valinhos	639,02	83.846.264,72	131.210	233°
56°	SP	Bragança Paulista	634,43	108.190.801,78	170.533	174°
57°	SP	Pardinho	618,95	4.028.157,78	6.508	3858°
58°	RS	Canela	617,03	28.067.384,13	45.488	743°
59°	SC	Itapóia	600,56	12.718.109,54	21.177	1685°
60°	RS	Cidreira	583,46	9.675.581,18	16.583	2130°
61°	MG	Belo Horizonte	581,43	1.466.124.103,21	2.521.564	5°
62°	SP	São Vicente	576,70	212.430.019,63	368.355	69°
63°	SP	Vinhedo	569,39	45.614.522,21	80.111	408°
64°	RS	Arambaré	563,43	2.006.953,99	3.562	4878°
65°	MS	Campo Grande	557,94	505.543.611,08	906.092	18°
66°	SP	Ribeirão Preto	556,31	395.998.552,37	711.825	26°
67°	SC	Barra Velha	553,83	16.537.294,73	29.860	1179°
68°	RJ	Rio de Janeiro	539,07	3.637.515.059,87	6.747.815	2°
69°	CE	Eusébio	524,88	28.520.651,51	54.337	619°
70°	SP	Barretos	523,73	64.331.017,80	122.833	259°
71°	SP	Itu	517,65	90.883.483,86	175.568	171°
72°	RS	Balneário Pinhal	512,84	7.365.909,98	14.363	2397°
73°	SP	São Bernardo do Campo	511,04	431.566.278,74	844.483	21°
74°	SP	Mirassol	510,19	30.765.702,04	60.303	552°
75°	SP	Rifaina	507,20	1.846.225,70	3.640	4844°
76°	SP	Indaiatuba	501,25	128.431.194,02	256.223	112°
77°	SP	Itatiba	499,92	61.280.817,16	122.581	260°
78°	SP	Piracaia	493,75	13.559.345,04	27.462	1285°
79°	SP	Rubinéia	493,60	1.564.703,32	3.170	5021°
80°	SP	Vargem Grande Paulista	493,22	26.371.369,74	53.468	629°
81°	RJ	São João da Barra	489,18	17.817.321,35	36.423	938°
82°	SP	Cotia	486,75	123.444.274,54	253.608	114°
83°	SP	Nova Odessa	486,07	29.629.183,50	60.956	544°
84°	RS	Porto Alegre	484,86	721.597.397,89	1.488.252	11°
85°	SP	São Carlos	478,40	121.745.999,03	254.484	113°
86°	SP	Osasco	474,98	332.457.899,35	699.944	28°
87°	SP	Cajamar	473,94	36.936.200,80	77.934	421°
88°	SP	Salto	470,80	56.372.088,66	119.736	267°
89°	GO	Goianía	468,82	720.155.101,61	1.536.097	9°
90°	SP	Mogi das Cruzes	467,20	210.607.687,43	450.785	52°
91°	MG	Contagem	466,67	312.175.730,01	668.949	31°
92°	SP	Águas da Prata	466,41	3.834.334,49	8.221	3417°
93°	SC	Rancho Queimado	465,56	1.344.066,58	2.887	5133°
94°	SP	Catanduva	465,53	57.025.520,78	122.497	262°
95°	PR	Curitiba	463,56	903.309.251,24	1.948.626	7°
96°	PR	Iguaraçu	459,33	2.039.425,05	4.440	4553°
97°	SC	Balneário Barra do Sul	458,78	5.062.669,93	11.035	2919°
98°	PR	Maringá	454,54	195.522.371,17	430.157	55°
99°	SP	Jaboticabal	453,81	35.239.631,31	77.652	422°
100°	SC	Balneário Gaivota	453,51	5.106.512,06	11.260	2874°

		Total dos 100 maiores	717,05	28.987.316.894,18	40.425.523	..
		Total dos demais	126,26	21.245.946.770,01	168.271.919	..
		Total dos municípios	240,70	50.233.263.664,19	208.697.442	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹os dados de IPTU contabilizam suas multas, juros e receitas com a dívida ativa.

ITBI supera resultado histórico e registra alta de 10,3% em 2020

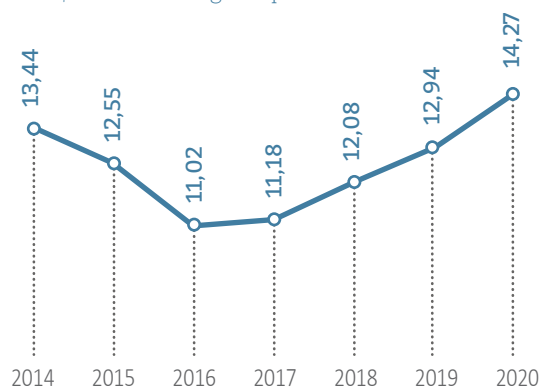
Baixa dos juros barateou acesso ao crédito imobiliário e disparou recolhimento do ITBI no Norte, Centro-Oeste e Sul do país. Crescimento na arrecadação segue trajetória iniciada em 2019 por São Paulo e outras capitais. Nordeste tem aumento mais tímido.

Desempenho 2020

Na contramão do movimento de retração econômica ocasionado pela pandemia da Covid-19, a trajetória de arrecadação do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) apresentou forte crescimento de 10,3% em 2020 em relação ao ano anterior. A receita advinda do tributo somou R\$ 14,27 bilhões, superando o recorde anterior, de R\$ 13,44 bilhões, obtido em 2014. O resultado atual representou um incremento na ordem de R\$ 1,33 bilhão, em valores corrigidos pelo IPCA médio de 2020.

Arrecadação do ITBI

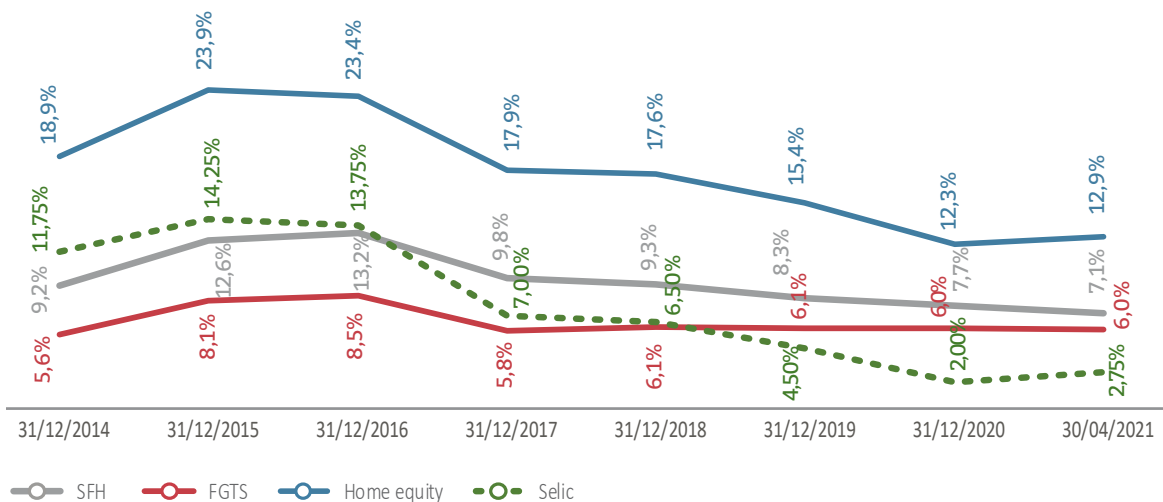
em R\$ bilhões corrigidos pelo IPCA médio de 2020



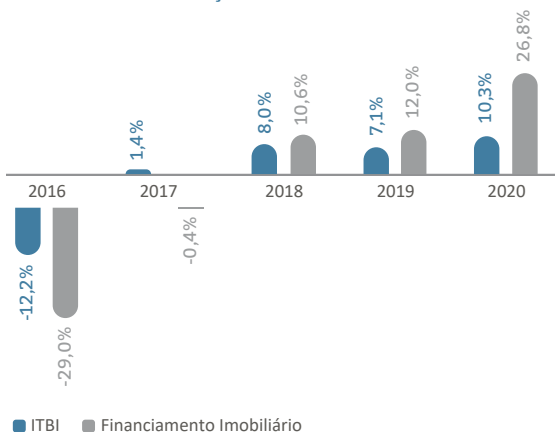
Embora incida sobre o patrimônio, o ITBI tem seu comportamento atrelado à conjuntura econômica do setor imobiliário. Exercem forte influência sobre o segmento variáveis como taxas de juros e estoque de recursos disponíveis para a concessão de financiamentos, determinantes para o aquecimento ou o arrefecimento no mercado. Por consequência, o barateamento do acesso ao crédito contribui diretamente para o impulso na arrecadação do tributo. Nessa conjuntura, a baixa da Selic para 2% em 2020 proporcionou financiamentos imobiliários consideravelmente mais atraentes.

O recuo dos juros, porém, não teve início em 2020. Desde o fim de 2016, a taxa básica vinha sofrendo cortes gradativos. Já em 2017, a captação do imposto subiu 1,4% em relação ao ano anterior, interrompendo um processo de severo encolhimento ocorrido em 2015 e 2016. Em 2018, com a Selic ainda mais baixa, o resultado do tributo expandiu-se 8%. Em 2019, puxada pelo desempenho de São Paulo, a cifra coletada experimentou ganho de 7,1% e, em 2020, os acréscimos na receita estenderam-se pelo país, sobretudo pelas regiões Norte, Centro-Oeste e Sul.

Evolução da Selic e das taxas de juros praticadas pelo mercado no financiamento imobiliário para pessoa física



Taxa de crescimento real do ITBI e do financiamento imobiliário em relação ao ano anterior



Os reflexos da retração dos juros podem ser verificados na análise do volume de crédito concedido para financiamentos imobiliários. Segundo o Banco Central do Brasil, em 2020, os recursos destinados à aquisição de imóveis chegaram a R\$ 162,14 bilhões, um salto de 26,8% diante do ano anterior, que já havia apresentado ampliação de 12% em comparação a 2018. A cifra injetada na

indústria da construção civil elevou o volume de negócios e o preço do metro quadrado das unidades. Nesse ambiente, nem mesmo as dificuldades impostas pela pandemia em 2020 foram suficientes para comprometer as receitas com o ITBI.

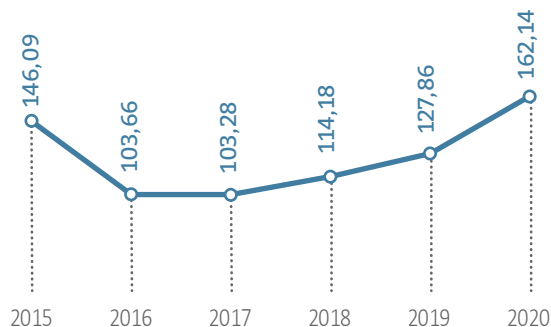
O desempenho nacional só não foi mais expressivo em razão dos resultados mais tímidos dos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro, onde a alta foi de 2,8%, e da Região Nordeste, que computou avanço de 2,9% no ITBI. Respectivamente, esses territórios concentram 18,2%, 6,1% e 9,8% de todo o ITBI recolhido no país, absorvendo mais de um terço da captação total. Ao desconsiderarmos esses casos, a média de alta do ITBI seria ainda mais robusta, de 14,6%.

Entre as capitais, a ascensão em 2020 ficou em 2,9%. No grupo de 106 municípios selecionados por **Multi Cidades**, composto por aqueles mais populosos de cada Estado, o valor foi 4,5% superior em relação ao exercício anterior. No entanto, as capitais já haviam registrado uma variação positiva mais intensa em 2019, quando as receitas subiram 9,4% em relação a 2018, o que explica

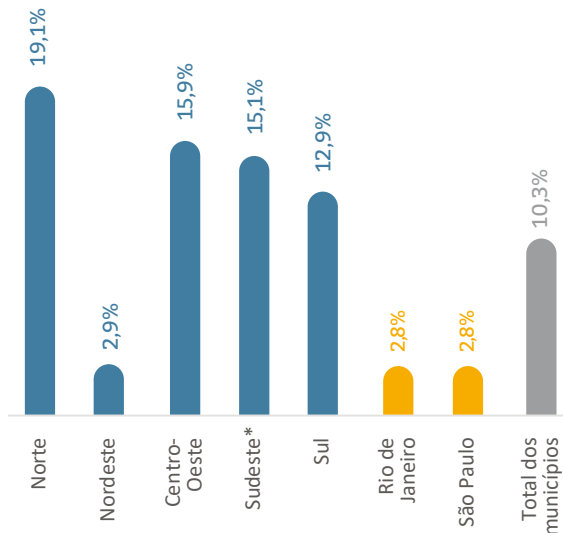
o ritmo mais lento em 2020. A capital paulista exemplifica esse comportamento. Após o incremento de 17,3% em 2019, era esperado que em 2020 houvesse a desaceleração já mencionada.

Evolução do financiamento imobiliário

em R\$ bilhões corrigidos pelo IPCA médio de 2020



Taxa de crescimento real do ITBI por região - 2020/2019



* Exceto os municípios de São Paulo e do Rio de Janeiro.

É possível observar ainda que a performance foi puxada sobretudo pelos municípios de médio e pequeno portes populacionais, exceto os do Nordeste, que, como mostrado anteriormente, obteve um resultado menos favorável

quando comparado às outras regiões. No Norte, houve salto de 19,1% na receita do tributo entre 2019 e 2020, enquanto no Centro-Oeste o adicional foi de 15,9%. Os municípios com população até 20 mil habitantes avançaram nesse indicador expressivos 20,9% entre um ano e outro.

Essas informações evidenciam que a tomada de crédito ocorreu com maior ímpeto pelo interior do país em 2020. O forte incremento no tributo em São Paulo em 2019 foi seguido, em 2020, pelas demais regiões do Brasil, incluindo nesse cenário os territórios de pequeno e médio portes populacionais. Para 2021, em que pese a retomada da subida das taxas de juros iniciadas no segundo bimestre, que pode tirar parte do dinamismo do setor, fica a expectativa sobre como a indústria imobiliária nordestina performará. A janela de oportunidades de crescimento do segmento ainda é atraente, embora menor que meses atrás, e o Nordeste foi a única região que não mostrou aumento substancial no biênio 2019-2020.

Peso na receita corrente e arrecadação per capita

O ITBI foi responsável pela formação de 2% da receita corrente dos municípios. Entretanto, essa importância apresenta-se de forma heterogênea entre as regiões do país e as faixas populacionais das cidades. Como os imóveis mais valorizados se concentram em municípios onde a renda é elevada e o volume de negociações se amplia em regiões de economia mais dinâmica, a presença do imposto tende a ser maior nas metrópoles do que nas cidades com menor número de habitantes, bem como no Centro-Oeste (2,3%), Sul (2,5%) e Sudeste (2,5%), onde o percentual é significativamente superior àqueles anotados no Norte (0,7%) e no Nordeste (0,9%).

Quando se avalia o comportamento da receita per capita do ITBI, que em 2020 foi de R\$ 68,37, a mesma disparidade é revelada. Enquanto no Norte e no Nordeste a receita equivaleu, respectivamente, a R\$ 18,22 e R\$

24,49 por morador, no Centro-Oeste (R\$ 87,48), Sudeste (R\$ 94,35) e Sul (R\$ 97,69) essa fração é muito mais robusta.

Outro grupo em que o ITBI ganha relevância na receita são os municípios com perfis turísticos ou situados na fronteira agrícola. Cidades voltadas para o turismo dispõem de um mercado imobiliário mais aquecido e contam com uma fatia expressiva de imóveis de maior valor, o que impulsiona a arrecadação e a participação do tributo no município. Deve ser considerado ainda o fato de que grande parte dos proprietários não reside nesses locais, o que incrementa a cifra por habitante.

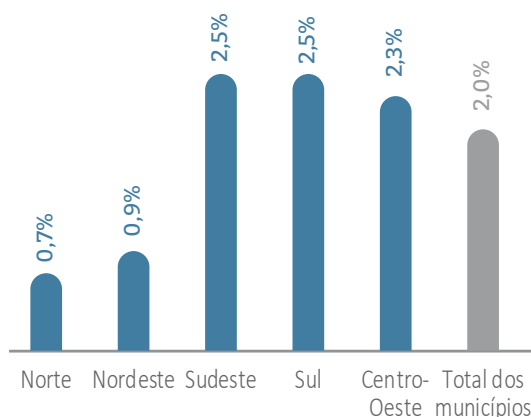
Já o agronegócio, com seu intenso desenvolvimento, estimula o comércio de terras rurais. Esse fenômeno é mais comum nos municípios do Centro-Oeste, em Tocantins, em Rondônia e no Triângulo Mineiro, especialmente em áreas de porte populacional mais reduzido. Das 30 cidades líderes em recolhimento per capita, 25 possuem o setor de turismo altamente desenvolvido ou se encontram na zona de maior influência do agronegócio.

Primeiro semestre de 2021

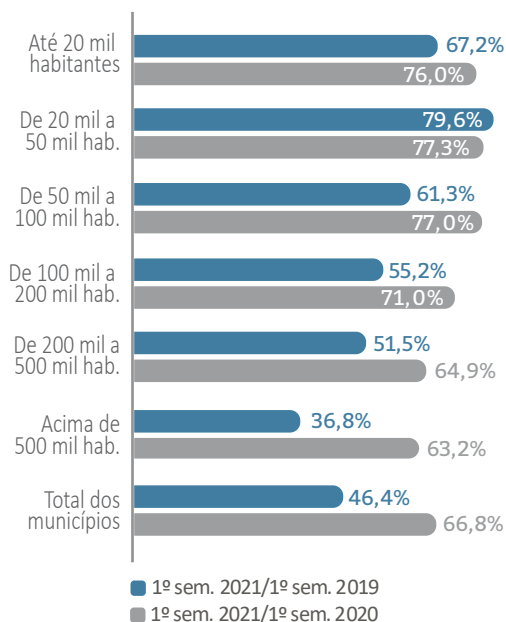
Nos primeiros seis meses de 2021, a arrecadação do ITBI manteve a vitalidade, ostentando crescimento de 66,8% contra igual intervalo de 2020. Quando contrastada ao mesmo período de 2019 – base comparativa necessária para eliminar os efeitos restritivos da pandemia –, ainda assim a variação apontada continua em um patamar bastante significativo, de 46,4%. Nessa trajetória progressiva, a arrecadação poderá superar R\$ 18 bilhões em 2021, quantitativo que representaria injeção de R\$ 5 bilhões aos cofres municipais em relação a 2019.

Ainda confrontando os resultados de 2021 com aqueles registrados em 2019, é possível observar que as maiores taxas de ascensão ocorreram nos municípios de pequeno porte populacional. Naqueles onde a população não ultrapassa 20 mil moradores, o aumento

Participação do ITBI na receita corrente por região - 2020



Taxa de crescimento real do ITBI por faixa populacional



foi de 67,2%; já entre os quais a população varia entre 20 mil e 50 mil habitantes, o acréscimo foi ainda mais intenso, chegando a 79,6%. Nos grandes centros urbanos, que possuem mais de meio milhão de residentes, a subida situou-se em 36,8%.

UF	População 2020	Região e município	2016	2017	2018	2019	2020	Varição 2020/2019	Part. rec. tributária 2020	Part. rec. corr. 2020	ITBI per capita 2020
			em R\$ mil corrigidos pelo IPCA médio de 2020						em %		em R\$
	18.672.591	Norte	252.218,3	246.446,7	271.953,6	285.644,1	340.224,0	19,1	5,2	0,7	18,22
AC	413.418	Rio Branco	5.557,0	5.746,7	6.518,0	5.424,8	11.817,2	117,8	7,6	1,2	28,58
AC	89.072	Cruzeiro do Sul	421,6	...	557,5	575,7	587,2	2,0	4,4	0,3	6,59
AP	512.902	Macapá	4.451,5	3.713,0	4.095,6	4.876,7	5.348,6	9,7	4,0	0,6	10,43
AP	123.096	Santana	...	277,8	...	303,6	280,5	-7,6	1,4	0,1	2,28
AM	2.219.580	Manaus	52.707,4	52.875,7	59.940,7	54.922,2	58.133,1	5,8	4,2	1,1	26,19
AM	115.363	Parintins	...	485,1	569,9	482,4	512,5	6,2	4,4	0,2	4,44
PA	1.499.641	Belém	33.539,6	34.260,4	31.619,8	36.622,2
PA	535.547	Ananindeua	7.706,2	7.217,0	7.139,4	5.902,9	8.248,0	39,7	7,4	0,9	15,40
PA	306.480	Santarém	2.900,5	2.769,1	3.000,0	3.295,8	2.370,8	-28,1	2,7	0,3	7,74
PA	283.542	Marabá	2.532,9	2.573,7	2.242,1	3.240,8	3.125,6	-3,6	2,0	0,3	11,02
RO	539.354	Porto Velho	11.529,0	9.883,7	10.578,6	12.578,4	13.293,7	5,7	4,5	0,8	24,65
RO	130.009	Ji-Paraná	3.388,8	2.882,8	3.627,6	4.573,3	5.576,7	21,9	9,0	1,7	42,89
RR	419.652	Boa Vista	11,3	5.097,8	5.128,2	...	7.387,0	..	3,7	0,5	17,60
RR	30.782	Rorainópolis	...	96,6
TO	306.296	Palmas	17.027,6	21.691,8	18.539,4	23.090,0	31.067,3	34,5	9,8	2,4	101,43
TO	183.381	Araguaína	4.424,3	3.676,2	4.029,7	3.215,1	4.339,3	35,0	4,1	0,8	23,66
	57.371.142	Nordeste	1.274.333,1	1.234.437,6	1.345.703,9	1.365.044,2	1.405.147,8	2,9	6,7	0,9	24,49
AL	1.025.360	Maceió	28.387,6	30.978,5	39.371,8	44.523,0	31.968,2	-28,2	4,9	1,1	31,18
AL	233.047	Arapiraca	4.261,5	4.275,2	5.810,6	4.655,1	7.026,7	50,9	10,0	1,1	30,15
BA	2.886.698	Salvador	208.195,3	166.579,4	176.886,1	186.947,2	212.190,3	13,5	7,7	3,2	73,51
BA	619.609	Feira de Santana	17.836,4	23.238,4	21.940,0	24.445,7	21.902,4	-10,4	7,8	1,7	35,35
BA	341.128	Vitória da Conquista	9.208,2	10.236,8	14.504,1	13.914,7	13.466,1	-3,2	10,1	1,7	39,48
BA	304.302	Camacari	17.521,5	19.970,4	26.173,6	29.025,9	37.085,8	27,8	9,7	2,9	121,87
CE	2.686.612	Fortaleza	125.086,7	133.046,7	137.776,5	128.597,0	131.951,8	2,6	6,8	1,8	49,11
CE	365.212	Caucaia	5.524,7	5.601,9	...	7.844,3	6.532,3	-16,7	6,7	0,8	17,89
CE	276.264	Juazeiro do Norte	5.938,8	6.306,4	6.969,6	6.243,3	6.048,1	-3,1	7,3	1,0	21,89
MA	1.108.975	São Luís	29.007,9	24.885,5	29.653,2	35.406,8	33.447,5	-5,5	3,9	1,0	30,16
MA	259.337	Imperatriz	4.386,4	5.632,2	5.914,2	5.156,3	5.741,0	11,3	6,4	0,7	22,14
PB	817.511	João Pessoa	93.846,3	102.011,3	103.081,5	121.059,1	96.565,2	-20,2	16,8	4,1	118,12
PB	411.807	Campina Grande	9.697,3	11.403,7	9.183,2	9.456,0	13.483,9	42,6	8,4	1,3	32,74
PE	1.653.461	Recife	116.616,5	98.304,3	105.350,2	110.002,3	109.378,6	-0,6	5,5	2,2	66,15
PE	706.867	Jaboatão dos Guararapes	16.097,2	18.425,4	19.538,0	15.757,9	15.892,4	0,9	5,3	1,2	22,48
PE	393.115	Olinda	6.062,0	4.551,2	5.305,9	6.124,5	5.017,7	-18,1	3,4	0,7	12,76
PE	365.278	Caruaru	6.465,2	4.968,5	6.531,0	6.020,9	5.291,8	-12,1	3,5	0,7	14,49
PE	354.317	Petrolina	8.681,1	8.287,2	8.832,2	12.548,5	10.838,0	-13,6	7,8	1,3	30,59
PE	334.376	Paulista	9.306,3	8.555,4	8.939,9	10.810,2	9.672,2	-10,5	9,2	1,6	28,93
PI	868.075	Teresina	33.088,6	30.029,1	29.765,7	31.157,7	26.135,3	-16,1	4,6	0,9	30,11
PI	153.482	Parnaíba	1.544,0	1.297,0	...	1.579,3	1.513,2	-4,2	3,7	0,4	9,86
RN	890.480	Natal	59.118,4	52.028,6	50.093,6	...	56.856,1	..	7,1	2,3	63,85
RN	300.618	Mossoró	5.885,7	5.212,0	4.773,9	5.266,4	4.490,7	-14,7	3,2	0,6	14,94
SE	664.908	Aracaju	51.411,2	45.855,6	46.092,9	45.221,0	39.825,1	-11,9	6,0	2,0	59,90
SE	185.706	Nossa Senhora do Socorro	4.333,2	6.870,9	...	6.407,8	4.282,5	-33,2	7,5	1,1	23,06
	13.449.154	Centro-Oeste¹	825.525,2	852.507,0	992.291,8	1.014.924,6	1.176.568,8	15,9	12,0	2,3	87,48
GO	1.536.097	Goiânia	123.066,5	119.731,9	141.682,4	143.602,9	160.370,4	11,7	8,3	2,8	104,40
GO	590.146	Aparecida de Goiânia	21.861,3	23.543,7	26.982,4	22.677,9	23.094,0	1,8	7,1	1,7	39,13
GO	391.772	Anápolis	20.336,9	20.277,5	21.019,6	24.315,9	26.137,9	7,5	8,8	2,1	66,72
MT	618.124	Cuiabá	38.612,1	42.459,0	47.461,1	45.720,2	53.912,7	17,9	7,1	2,1	87,22
MT	287.526	Várzea Grande	7.214,6	6.774,4	7.160,4	8.692,2	10.511,7	20,9	7,3	1,4	36,56
MS	906.092	Campo Grande	60.153,5	61.307,9	66.825,8	71.499,5	71.033,8	-0,7	6,0	1,8	78,40
MS	225.495	Dourados	12.832,9	14.346,7	18.012,7	14.756,6	19.403,5	31,5	7,7	2,1	86,05
	89.012.240	Sudeste	6.423.146,7	6.552.081,0	6.966.297,8	7.659.910,5	8.398.213,1	9,6	7,8	2,5	94,35
ES	365.855	Vitória	50.535,2	43.350,3	40.079,0	43.499,2	63.289,4	45,5	8,6	3,3	172,99
ES	527.240	Serra	22.468,4	24.068,6	26.603,6	30.873,6	31.917,9	3,4	8,8	2,2	60,54
ES	501.325	Vila Velha	39.808,3	37.464,9	36.847,7	37.168,5	46.703,2	25,7	11,6	4,0	93,16
ES	383.917	Cariacica	6.233,5	10.725,2	4.587,6	5.638,0	4.905,8	-13,0	3,7	0,6	12,78
MG	2.521.564	Belo Horizonte	411.549,8	371.790,1	377.433,3	410.916,7	404.469,6	-1,6	9,5	3,5	160,40
MG	699.097	Uberlândia	54.778,8	60.372,7	75.382,0	72.426,5	85.547,2	18,1	14,9	3,1	122,37
MG	668.949	Contagem	53.914,3	53.779,6	58.534,2	72.914,0	73.655,3	1,0	10,5	3,6	110,11

UF	População 2020	Região e município	2016	2017	2018	2019	2020	Varição 2020/2019	Part. rec. tributária 2020	Part. rec. corr. 2020	ITBI per capita 2020
			em R\$ mil corrigidos pelo IPCA médio de 2020						em %		em R\$
MG	573.285	Juiz de Fora	30.088,7	32.246,4	37.427,4	35.473,4	36.034,2	1,6	6,7	1,9	62,86
MG	444.784	Betim	13.509,4	10.464,3	10.966,1	9.710,1	11.481,1	18,2	4,3	0,5	25,81
MG	413.487	Montes Claros	20.504,5	18.306,4	17.445,8	20.309,6	19.103,5	-5,9	11,2	1,7	46,20
MG	338.197	Ribeirão das Neves	8.630,9	...	8.518,5	8.185,9	12.545,7	53,3	16,3	2,4	37,10
MG	337.092	Uberaba	16.528,0	22.275,8	17.985,0	19.420,7	21.032,1	8,3	8,4	1,4	62,39
MG	281.046	Governador Valadares	8.959,7	8.535,4	9.295,7	10.667,4	12.305,9	15,4	6,2	1,2	43,79
RJ	6.747.815	Rio de Janeiro	754.134,2	740.773,1	801.610,3	844.690,3	868.148,0	2,8	7,0	3,6	128,66
RJ	1.091.737	São Gonçalo	15.834,4	14.128,8	14.444,8	13.779,0	15.696,8	13,9	4,7	1,1	14,38
RJ	924.624	Duque de Caxias	18.408,1	8.653,5	8.540,3	13.671,4	13.748,4	0,6	2,5	0,5	14,87
RJ	823.302	Nova Iguaçu	11.260,1	15.337,6	19.103,6	13.726,9	16.892,7	23,1	5,5	1,0	20,52
RJ	515.317	Niterói	75.932,2	68.257,7	67.599,5	61.110,7	58.642,4	-4,0	6,1	1,7	113,80
RJ	513.118	Belford Roxo	1.079,2	1.793,7	2.506,2	3.305,8	2.608,4	-21,1	2,7	0,3	5,08
RJ	511.168	Campos dos Goytacazes	20.042,7	14.518,2	16.470,3	17.067,1	14.205,1	-16,8	6,1	0,9	27,79
RJ	472.906	São João de Meriti	...	3.111,2	2.482,5	...	2.486,4	...	2,3	0,3	5,26
RJ	306.678	Petrópolis	16.434,4	18.220,7	16.509,4	17.204,4	22.523,7	30,9	7,8	1,9	73,44
RJ	273.988	Volta Redonda	9.778,0	8.646,3	11.867,5	...	5,5	1,1	43,31
SP	12.325.232	São Paulo	2.066.538,7	2.085.299,6	2.159.530,1	2.533.210,5	2.603.489,4	2,8	7,3	4,3	211,23
SP	1.392.121	Guarulhos	61.875,2	59.583,3	81.982,7	72.682,2	63.565,3	-12,5	4,7	1,5	45,66
SP	1.213.792	Campinas	119.032,2	121.752,5	176.472,5	178.040,5	189.161,2	6,2	6,9	3,3	155,84
SP	844.483	São Bernardo do Campo	77.366,1	84.305,5	84.996,2	94.525,7	97.356,3	3,0	7,1	2,5	115,29
SP	729.737	São José dos Campos	55.257,9	48.235,3	51.284,2	54.826,0	61.767,1	12,7	7,1	2,1	84,64
SP	721.368	Santo André	64.780,1	59.336,3	62.453,2	58.398,8	65.593,9	12,3	6,2	2,6	90,93
SP	711.825	Ribeirão Preto	91.067,3	83.209,3	94.096,1	91.878,0	108.304,7	17,9	11,1	3,9	152,15
SP	699.944	Osasco	46.197,8	48.305,6	55.013,1	54.049,4	54.489,9	0,8	3,8	2,0	77,85
SP	687.357	Sorocaba	60.208,7	56.382,1	63.195,3	56.743,4	66.212,1	16,7	7,1	2,3	96,33
SP	477.552	Mauá	12.533,7	10.293,3	12.224,4	21.007,8	17.940,1	-14,6	6,4	1,6	37,57
SP	464.983	São José do Rio Preto	31.154,3	36.228,5	39.556,8	42.710,7	43.063,3	0,8	7,8	2,4	92,61
SP	450.785	Mogi das Cruzes	25.687,1	25.369,2	24.587,7	24.920,7	26.331,3	5,7	5,5	1,7	58,41
SP	433.656	Santos	67.362,8	68.359,1	70.697,2	64.316,9	69.160,6	7,5	4,5	2,5	159,48
SP	426.757	Diadema	...	21.967,0	21.755,9	20.904,7	15.526,3	-25,7	4,2	1,3	36,38
SP	423.006	Jundiaí	56.276,9	59.658,9	64.025,8	58.155,6	70.866,4	21,9	9,3	3,2	167,53
SP	407.252	Piracicaba	31.144,6	33.067,6	37.725,6	37.801,4	48.963,2	29,5	10,2	2,8	120,23
SP	403.183	Carapicuíba	...	8.058,3	7.841,3
SP	379.297	Bauru	34.890,2	34.366,9	38.797,9	41.997,1	49.844,9	18,7	13,3	4,2	131,41
30.192.315	Sul	2.248.609,9	2.293.644,0	2.501.168,2	2.611.282,4	2.949.365,7	12,9	11,1	2,5	97,69	
PR	1.948.626	Curitiba	298.297,1	306.591,0	354.216,7	345.356,1	366.031,8	6,0	11,5	4,5	187,84
PR	575.377	Londrina	53.831,9	62.832,2	59.291,4	65.036,0	72.653,8	11,7	8,2	3,3	126,27
PR	430.157	Maringá	48.142,9	49.697,1	61.893,2	63.257,9	70.739,1	11,8	11,9	4,2	164,45
PR	355.336	Ponta Grossa	22.549,0	24.715,6	23.119,9	27.002,6	29.029,5	7,5	9,2	3,1	81,70
PR	332.333	Cascavel	25.691,0	31.056,0	31.429,9	35.247,0	38.617,2	9,6	11,8	3,5	116,20
PR	329.058	São José dos Pinhais	17.930,5	18.563,8	17.670,7	18.005,5	26.652,3	48,0	8,1	2,5	81,00
PR	258.248	Foz do Iguaçu	18.273,0	20.975,2	21.508,7	...	27.495,8	...	10,1	2,5	106,47
RS	1.488.252	Porto Alegre	303.652,6	252.781,4	277.937,0	272.292,9	263.640,8	-3,2	10,2	3,8	177,15
RS	517.451	Caxias do Sul	46.662,5	56.275,1	52.193,1	50.679,4	45.618,3	-10,0	8,6	2,4	88,16
RS	348.208	Canoas	28.826,3	27.800,5	30.459,3	27.075,7	31.090,4	14,8	10,4	1,8	89,29
RS	343.132	Pelotas	16.642,7	17.136,0	17.351,1	17.903,4	18.872,5	5,4	7,6	1,7	55,00
RS	283.677	Santa Maria	17.801,4	20.697,3	22.982,9	21.307,3	21.109,3	-0,9	9,8	3,0	74,41
RS	283.620	Gravataí	13.867,5	24.269,8	17.940,0	18.232,9	22.044,0	20,9	12,0	2,7	77,72
RS	256.302	Viamão	4.096,4	4.050,0	4.599,9	4.332,2
SC	508.826	Florianópolis	103.087,2	83.442,6	88.038,9	96.075,4	104.795,5	9,1	9,7	5,3	205,96
SC	597.658	Joinville	44.167,7	46.311,0	48.056,4	51.164,0	58.712,8	14,8	9,1	2,5	98,24
SC	361.855	Blumenau	31.838,1	30.240,6	33.790,1	34.678,4	45.569,3	31,4	9,8	2,8	125,93
	83.116.849	Cidades selecionadas	6.982.759,2	6.886.934,2	7.352.784,4	7.865.770,3	8.219.116,4	4,5	7,5	2,8	98,89
	31.794.649	Até 20 mil habitantes	755.124,0	803.792,9	924.728,9	977.453,1	1.181.699,6	20,9	13,7	1,0	37,17
	47.479.406	Capitais	5.079.208,7	4.924.514,8	5.209.306,6	5.699.527,2	5.862.718,6	2,9	7,5	3,3	123,48
	208.697.442	Total dos municípios	11.023.833,2	11.179.116,3	12.077.415,3	12.936.805,8	14.269.519,4	10,3	8,3	2,0	68,37

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília. ²A partir de 2015, os dados de ITBI contabilizam suas multas, juros e receitas com a dívida ativa.

Posição	UF	Município	ITBI	População 2020	Ranking pop. 2020
			em R\$		
1º	SP	São Paulo	2.603.489.376,16	12.325.232	1º
2º	RJ	Rio de Janeiro	868.147.969,95	6.747.815	2º
3º	MG	Belo Horizonte	404.469.622,42	2.521.564	5º
4º	PR	Curitiba	366.031.760,98	1.948.626	7º
5º	RS	Porto Alegre	263.640.832,27	1.488.252	11º
6º	BA	Salvador	212.190.294,05	2.886.698	3º
7º	SP	Campinas	189.161.207,50	1.213.792	13º
8º	GO	Goiânia	160.370.361,34	1.536.097	9º
9º	SP	Barueri	134.608.499,65	276.982	102º
10º	CE	Fortaleza	131.951.775,35	2.686.612	4º
11º	PE	Recife	109.378.592,91	1.653.461	8º
12º	SP	Ribeirão Preto	108.304.685,09	711.825	26º
13º	SC	Balneário Camboriú	105.000.032,72	145.796	204º
14º	SC	Florianópolis	104.795.461,55	508.826	47º
15º	SP	São Bernardo do Campo	97.356.343,44	844.483	21º
16º	PB	João Pessoa	96.565.162,09	817.511	23º
17º	MG	Uberlândia	85.547.163,31	699.097	29º
18º	SP	Santana de Parnaíba	82.790.280,88	142.301	207º
19º	MG	Contagem	73.655.267,75	668.949	31º
20º	PR	Londrina	72.653.815,29	575.377	37º
21º	SP	Praia Grande	71.764.747,17	330.845	84º
22º	MG	Nova Lima	71.428.519,87	96.157	333º
23º	MS	Campo Grande	71.033.810,05	906.092	18º
24º	SP	Jundiá	70.866.436,49	423.006	57º
25º	PR	Maringá	70.739.090,31	430.157	55º
26º	SP	Santos	69.160.613,23	433.656	54º
27º	SP	Sorocaba	66.212.092,47	687.357	30º
28º	SP	Santo André	65.593.934,97	721.368	25º
29º	SP	Guarulhos	63.565.342,81	1.392.121	12º
30º	ES	Vitória	63.289.401,98	365.855	70º
31º	SP	Guarujá	62.824.222,19	322.750	86º
32º	SP	São José dos Campos	61.767.064,54	729.737	24º
33º	SC	Joinville	58.712.810,04	597.658	35º
34º	RJ	Niterói	58.642.422,54	515.317	43º
35º	AM	Manaus	58.133.101,90	2.219.580	6º
36º	RN	Natal	56.856.066,73	890.480	19º
37º	SP	Osasco	54.489.928,33	699.944	28º
38º	MT	Cuiabá	53.912.654,46	618.124	34º
39º	SP	Bertioga	53.733.247,08	64.723	510º
40º	SP	Porto Feliz	52.946.074,74	53.402	630º
41º	SP	Indaial	50.400.680,33	256.223	112º
42º	SP	Bauru	49.844.870,90	379.297	67º
43º	SP	Piracicaba	48.963.210,41	407.252	62º
44º	SC	Itajaí	46.823.261,39	223.112	137º
45º	ES	Vila Velha	46.703.182,35	501.325	48º
46º	RS	Caxias do Sul	45.618.254,77	517.451	42º
47º	SC	Blumenau	45.569.251,78	361.855	73º
48º	SP	São José do Rio Preto	43.063.277,68	464.983	51º
49º	SE	Aracaju	39.825.149,92	664.908	32º
50º	PR	Cascavel	38.617.195,95	332.333	83º
51º	SP	Cotia	37.607.469,15	253.608	114º
52º	BA	Camaçari	37.085.838,75	304.302	92º

Posição	UF	Município	ITBI	População 2020	Ranking pop. 2020
			em R\$		
53º	SP	São Sebastião	36.495.429,41	90.328	362º
54º	MG	Juiz de Fora	36.034.216,96	573.285	38º
55º	GO	Rio Verde	35.142.732,19	241.518	122º
56º	MA	São Luís	33.447.501,73	1.108.975	14º
57º	AL	Maceió	31.968.183,26	1.025.360	16º
58º	ES	Serra	31.917.931,24	527.240	41º
59º	RS	Canoas	31.090.374,30	348.208	77º
60º	TO	Palmas	31.067.326,57	306.296	91º
61º	PR	Ponta Grossa	29.029.475,83	355.336	75º
62º	SP	Itu	28.744.171,76	175.568	171º
63º	SC	Itapema	27.809.852,35	67.338	495º
64º	PR	Foz do Iguaçu	27.495.761,79	258.248	110º
65º	SP	São Caetano do Sul	27.492.176,67	161.957	183º
66º	PR	São José dos Pinhais	26.652.326,88	329.058	85º
67º	RS	Cachoeirinha	26.543.027,78	131.240	232º
68º	BA	Lauro de Freitas	26.478.586,38	201.635	154º
69º	SP	Mogi das Cruzes	26.331.260,98	450.785	52º
70º	GO	Anápolis	26.137.930,31	391.772	65º
71º	PI	Teresina	26.135.348,58	868.075	20º
72º	SP	Bragança Paulista	25.884.895,46	170.533	174º
73º	SP	Atibaia	24.879.615,56	144.088	205º
74º	SP	Presidente Prudente	24.816.380,98	230.371	133º
75º	SC	São José	24.481.469,53	250.181	115º
76º	GO	Aparecida de Goiânia	23.093.984,23	590.146	36º
77º	SC	Palhoça	22.718.853,68	175.272	172º
78º	RJ	Petrópolis	22.523.651,54	306.678	89º
79º	RS	Gravatá	22.044.029,25	283.620	99º
80º	RS	Passo Fundo	22.028.546,55	204.722	152º
81º	SC	Chapecó	21.903.204,41	224.013	136º
82º	BA	Feira de Santana	21.902.402,13	619.609	33º
83º	MT	Rondonópolis	21.803.890,04	236.042	128º
84º	RS	Capão da Canoa	21.499.650,51	54.051	622º
85º	RS	Santa Maria	21.109.338,42	283.677	98º
86º	MG	Uberaba	21.032.093,75	337.092	81º
87º	SP	Caraguatatuba	20.734.209,63	123.389	253º
88º	SP	Limeira	20.412.827,90	308.482	88º
89º	SC	Criciúma	20.313.840,52	217.311	141º
90º	RS	Xangri-lá	20.029.835,86	16.775	2114º
91º	SC	Balneário Piçarras	19.926.208,47	23.772	1499º
92º	SP	Taubaté	19.698.263,33	317.915	87º
93º	SP	Franca	19.654.698,02	355.901	74º
94º	MG	Lagoa Santa	19.506.651,31	65.657	504º
95º	MS	Dourados	19.403.456,84	225.495	135º
96º	SP	Ubatuba	19.120.062,11	91.824	351º
97º	MG	Montes Claros	19.103.500,34	413.487	59º
98º	RN	Parnamirim	19.072.041,12	267.036	106º
99º	SP	Marília	18.913.320,00	240.590	124º
100º	RS	Pelotas	18.872.535,50	343.132	78º

		Total dos 100 maiores	9.238.398.801,94	72.297.357	..
		Total dos demais	5.031.120.643,98	136.400.085	..
		Total dos municípios	14.269.519.445,92	208.697.442	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
 Nota: ¹os dados de ITBI contabilizam suas multas, juros e receitas com a dívida ativa.

ITBI¹ per capita | RANKING 2020

Posição	UF	Município	ITBI	ITBI	População 2020	Ranking pop. 2020	
			per capita	em R\$			
1°	MG	Estrela do Sul	1.313,14	10.528.769,78	8.018	3464°	
2°	TO	Santa Rita do Tocantins	1.286,46	3.069.501,57	2.386	5324°	
3°	RS	Xangri-lá	1.194,03	20.029.835,86	16.775	2114°	
4°	RS	André da Rocha	1.050,16	1.410.368,45	1.343	5553°	
5°	SP	Porto Feliz	991,46	52.946.074,74	53.402	630°	
6°	SC	Balneário Piçarras	838,22	19.926.208,47	23.772	1499°	
7°	SP	Bertioga	830,20	53.733.247,08	64.723	510°	
8°	MG	Nova Lima	742,83	71.428.519,87	96.157	333°	
9°	SC	Balneário Camboriú	720,18	105.000.032,72	145.796	204°	
10°	SC	Governador Celso Ramos	707,56	10.334.590,65	14.606	2362°	
11°	MG	Água Comprida	702,66	1.399.702,47	1.992	5439°	
12°	GO	Aporé	677,54	2.867.356,74	4.232	4622°	
13°	MS	Figueirão	656,46	2.008.116,27	3.059	5068°	
14°	SC	Bombinhas	642,35	13.062.107,58	20.335	1760°	
15°	GO	Paraúna	608,56	6.681.944,43	10.980	2933°	
16°	MG	Veríssimo	594,30	2.403.958,21	4.045	4687°	
17°	SP	Santana de Parnaíba	581,80	82.790.280,88	142.301	207°	
18°	MT	Canabrava do Norte	579,90	2.741.748,24	4.728	4428°	
19°	GO	Mimoso de Goiás	574,61	1.484.223,05	2.583	5255°	
20°	SP	Uru	519,72	599.234,97	1.153	5562°	
21°	MS	Inocência	517,54	3.927.128,98	7.588	3575°	
22°	RS	Gramado	507,88	18.565.723,43	36.555	936°	
23°	SP	Barueri	485,98	134.608.499,65	276.982	102°	
24°	RS	Imbé	459,67	10.697.060,51	23.271	1529°	
25°	RO	Pimenteiras do Oeste	452,98	973.001,11	2.148	5398°	
26°	TO	Caseara	445,15	2.422.530,41	5.442	4177°	
27°	GO	Serranópolis	443,24	3.830.520,36	8.642	3327°	
28°	MS	Paraíso das Águas	437,20	2.471.908,51	5.654	4099°	
29°	MT	Nova Ubiratã	424,67	5.222.594,40	12.298	2681°	
30°	MT	São José do Xingu	424,25	2.384.293,55	5.620	4113°	
31°	MT	Santa Carmem	418,21	1.908.283,45	4.563	4491°	
32°	SC	Itapema	412,99	27.809.852,35	67.338	495°	
33°	SP	Rifaina	411,74	1.498.722,94	3.640	4844°	
34°	SP	São Sebastião	404,03	36.495.429,41	90.328	362°	
35°	SP	Oriente	402,02	2.629.986,99	6.542	3847°	
36°	RS	Capão da Canoa	397,77	21.499.650,51	54.051	622°	
37°	BA	Mata de São João	390,30	18.393.384,79	47.126	708°	
38°	RS	Barra do Quaraí	377,91	1.597.408,47	4.227	4624°	
39°	GO	Ivolândia	374,98	875.208,67	2.334	5339°	
40°	GO	Palestina de Goiás	365,34	1.266.642,98	3.467	4914°	
41°	MT	Itaúba	358,49	1.327.831,01	3.704	4823°	
42°	GO	Itarumã	352,72	2.560.410,92	7.259	3659°	
43°	TO	Marianópolis do Tocantins	350,48	1.841.412,25	5.254	4248°	
44°	TO	Mateiros	348,02	949.759,71	2.729	5198°	
45°	MG	Capitólio	343,96	2.979.725,91	8.663	3321°	
46°	MS	Porto Murtinho	339,57	5.873.854,69	17.298	2051°	
47°	MS	Pedro Gomes	333,39	2.540.765,27	7.621	3559°	
48°	MG	São Francisco de Sales	330,54	2.073.789,66	6.274	3917°	
49°	TO	Divinópolis do Tocantins	330,33	2.293.464,72	6.943	3736°	
50°	SC	Capão Alto	329,70	822.925,13	2.496	5288°	
51°	RS	Arroio do Sal	325,17	3.342.472,29	10.279	3075°	
52°	PR	Jardim Olinda	323,79	427.402,57	1.320	5555°	
53°	MG	Funilândia	321,87	1.413.653,33	4.392	4569°	
54°	RS	Arroio Grande	319,49	5.826.929,32	18.238	1964°	
55°	SP	Nova Castilho	316,96	405.077,49	1.278	5557°	
56°	PR	Santo Antônio do Paraíso	316,08	653.654,77	2.068	5419°	
57°	PR	Matinhos	312,98	11.022.768,99	35.219	972°	
58°	MG	Extrema	311,98	11.527.848,99	36.951	928°	
59°	RJ	Armação dos Búzios	311,75	10.748.369,75	34.477	1004°	
60°	RS	Torres	308,98	12.069.856,58	39.064	879°	
61°	MG	Indianópolis	301,35	2.094.667,84	6.951	3733°	
62°	SP	Tejupá	300,91	1.351.404,98	4.491	4524°	
63°	SC	Itapoá	300,42	6.362.034,61	21.177	1685°	
64°	TO	Tupirama	299,29	575.240,49	1.922	5463°	
65°	MG	Lagoa Santa	297,10	19.506.651,31	65.657	504°	
66°	MT	Santo Afonso	293,66	926.488,05	3.155	5029°	
67°	RS	Capão Bonito do Sul	290,67	476.996,73	1.641	5514°	
68°	MA	Tasso Fragoso	283,52	2.433.180,67	8.582	3335°	
69°	SP	Motuca	280,72	1.346.064,56	4.795	4406°	
70°	SP	Itupeva	278,30	17.480.616,98	62.813	529°	
71°	RS	Pedras Altas	278,25	543.704,46	1.954	5450°	
72°	MS	Bandeirantes	278,24	2.021.692,82	7.266	3655°	
73°	GO	Nova Crixás	272,45	3.526.867,86	12.945	2591°	
74°	SP	Guataporá	271,76	2.095.025,61	7.709	3528°	
75°	TO	Talismã	267,78	753.009,36	2.812	5161°	
76°	RO	Cabixi	267,36	1.387.044,75	5.188	4267°	
77°	PR	Luiziana	263,94	1.910.947,77	7.240	3663°	
78°	SP	Ocaçu	261,10	1.120.377,65	4.291	4600°	
79°	SP	Arandu	260,91	1.660.716,06	6.365	3896°	
80°	SP	Jarinu	260,75	7.983.290,56	30.617	1156°	
81°	SP	Pedranópolis	258,93	642.394,53	2.481	5292°	
82°	SP	Santo Antônio do Aracanguá	258,87	2.195.493,16	8.481	3362°	
83°	CE	Eusébio	258,49	14.045.450,29	54.337	619°	
84°	GO	Cristianópolis	257,42	762.984,15	2.964	5103°	
85°	MT	Santa Rita do Trivelato	257,18	901.669,79	2.506	4898°	
86°	GO	Arenópolis	255,75	648.589,37	3.536	5274°	
87°	MT	Campo Novo do Parecis	254,82	9.210.134,40	36.143	941°	
88°	MS	Anaurilândia	254,78	2.312.402,39	9.076	3244°	
89°	SC	Rancho Queimado	254,29	734.135,95	2.887	5133°	
90°	MS	Rochedo	251,92	1.279.509,75	5.079	4295°	
91°	MT	Nova Maringá	250,35	2.215.581,76	8.850	3288°	
92°	PI	Baixa Grande do Ribeiro	250,25	2.920.686,99	11.671	2781°	
93°	TO	Pium	248,72	1.925.858,94	7.743	3520°	
94°	SP	Flora Rica	248,17	354.878,29	1.430	5547°	
95°	GO	Campo Alegre de Goiás	247,58	1.915.793,84	7.738	3521°	
96°	RS	Pantano Grande	247,06	2.244.002,22	9.083	3241°	
97°	MS	Santa Rita do Pardo	246,76	1.949.427,72	7.900	3483°	
98°	SC	Porto Belo	246,68	5.410.288,43	21.932	1614°	
99°	MS	Corguinho	244,47	1.480.031,91	6.054	3982°	
100°	MS	Selvíria	242,09	1.583.770,12	6.542	3847°	
			Total dos 100 maiores	481,07	974.514.733,97	2.025.733	..
			Total dos demais	64,33	13.295.004.711,95	206.671.709	..
			Total dos municípios	68,37	14.269.519.445,92	208.697.442	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
 Nota: ¹os dados de ITBI contabilizam suas multas, juros e receitas com a dívida ativa.

Municípios perdem R\$ 941 milhões em taxas em 2020

Pandemia levou à maior queda desde 2004.

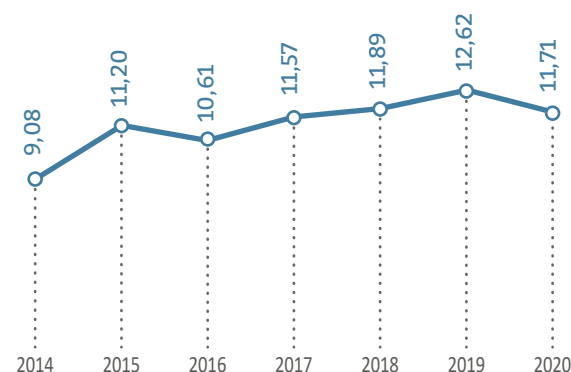
Desempenho 2020

Os municípios brasileiros auferiram R\$ 11,71 bilhões originários da arrecadação de taxas em 2020, cifra R\$ 913,22 milhões menor que a do ano anterior, considerando os valores atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA). Uma contração dessa magnitude (-7,2%) não era constatada desde 2004, quando a receita caiu 7,6%.

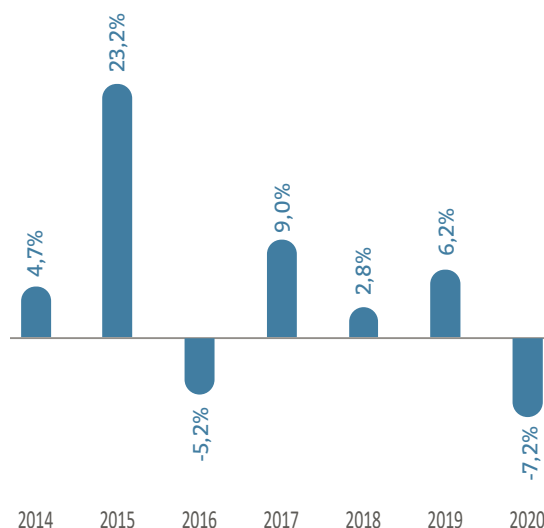
As taxas são subdivididas em dois tipos. A taxa de serviços é referente, por exemplo, à limpeza urbana, coleta de resíduos sólidos e cemitérios. Já a taxa pelo exercício do poder de polícia é composta por atividades de fiscalização, incluindo cobranças por emissões de alvarás, fiscalizações e vigilância sanitária, entre outras. Veja mais sobre taxas e sua composição na página 109. Em 2020, ambos os tipos sofreram reduções percentuais significativas. Nos municípios brasileiros, as de serviços assinalaram encolhimento de 5,3% e as de poder de polícia, de 10,0%. Tais quedas tiveram como causa os efeitos da crise sanitária da Covid-19.

Evolução da arrecadação de taxas

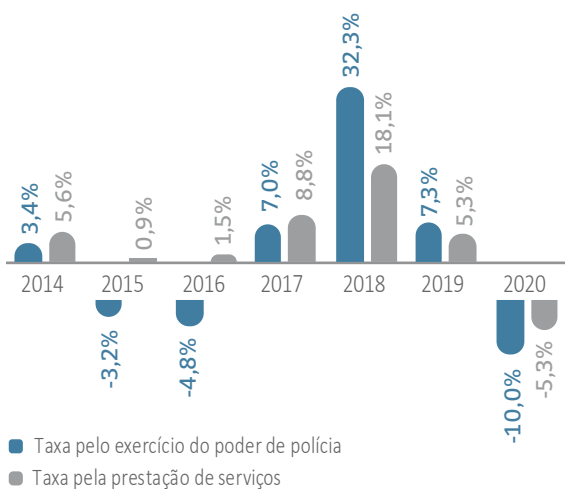
em R\$ bilhões corrigidos pelo IPCA médio de 2020



Taxa de crescimento real da receita de taxas em relação ao ano anterior



Taxa de crescimento real da arrecadação das taxas pelo exercício do poder de polícia e pela prestação de serviços em relação ao ano anterior

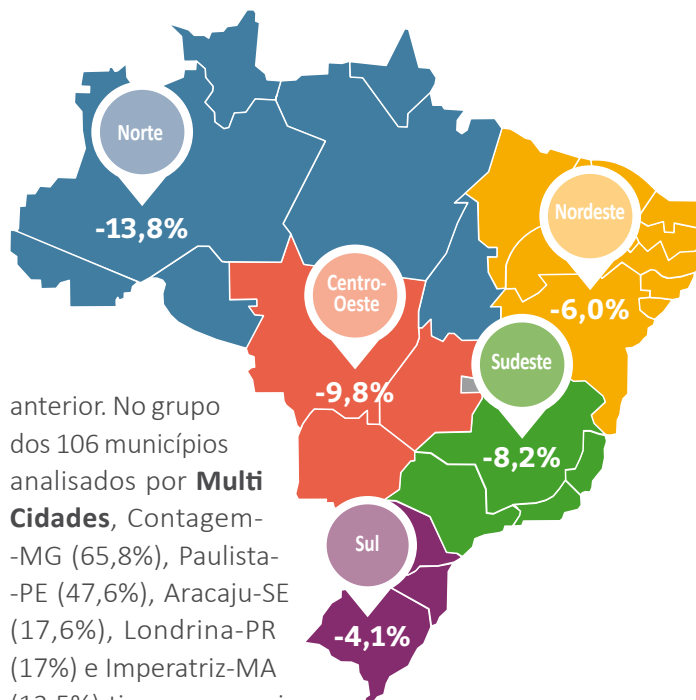


A queda das receitas provenientes das taxas pelo exercício do poder de polícia ocorreu devido à redução do horário de trabalho dos funcionários, à diminuição na abertura de novas empresas e ao concomitante fechamento de diversos negócios, como foi o caso dos bares e restaurantes, em 2020. Dessa forma, as atividades de fiscalização foram afetadas, assim como as emissões de alvarás de funcionamento. As taxas de serviços apresentaram perdas pelo mesmo motivo, já que as taxas de expediente e as taxas referentes a serviços burocráticos experimentaram retração em sua demanda em razão da pandemia.

A baixa em 2020 atingiu todas as regiões. As mais afetadas foram o Norte (-13,8%), o Centro-Oeste (-9,8%), o Sudeste (-8,2%) e o Nordeste (-6,0%), ficando estes acima da média nacional (-5,3%). Apenas o Sul (-4,1%) registrou uma contração menos intensa.

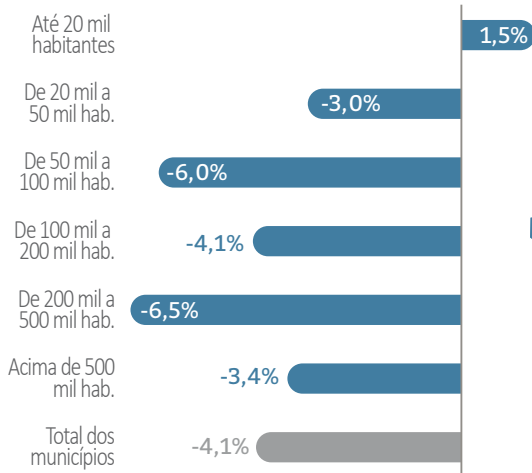
Apesar de a variação da média nacional e das regiões ter sido negativa, algumas cidades alcançaram valores mais elevados que os do ano

Taxa de crescimento real da receita de taxas dos municípios por região - 2020/2019



anterior. No grupo dos 106 municípios analisados por **Multi Cidades**, Contagem-MG (65,8%), Paulista-PE (47,6%), Aracaju-SE (17,6%), Londrina-PR (17%) e Imperatriz-MA (13,5%) tiveram as maiores altas. Já as quedas mais acentuadas foram verificadas em Rio Branco-AC (-75,1%), Nossa Senhora do Socorro-SE (-40,6%), Marabá-PA (-38%) e Fortaleza-CE (-34%). A retração do montante com taxas foi fortemente influenciada pelos municípios com população entre 50 mil e 500 mil habitantes, que concentram 41,9% da receita total do tributo. Esses locais tiveram retrocesso médio de 5,7% em suas arrecadações, enquanto naqueles com mais de 500 mil habitantes o recuo médio foi de 3,4%. Nos territórios analisados com até 20 mil moradores, nos quais as taxas são menos relevantes na receita, os quantitativos se elevaram 1,5% em relação a 2019. O forte declínio nos municípios de médio e grande portes foi derivado, principalmente, do decréscimo nas taxas pelo exercício do poder de polícia de -11,1% na média das faixas populacionais.

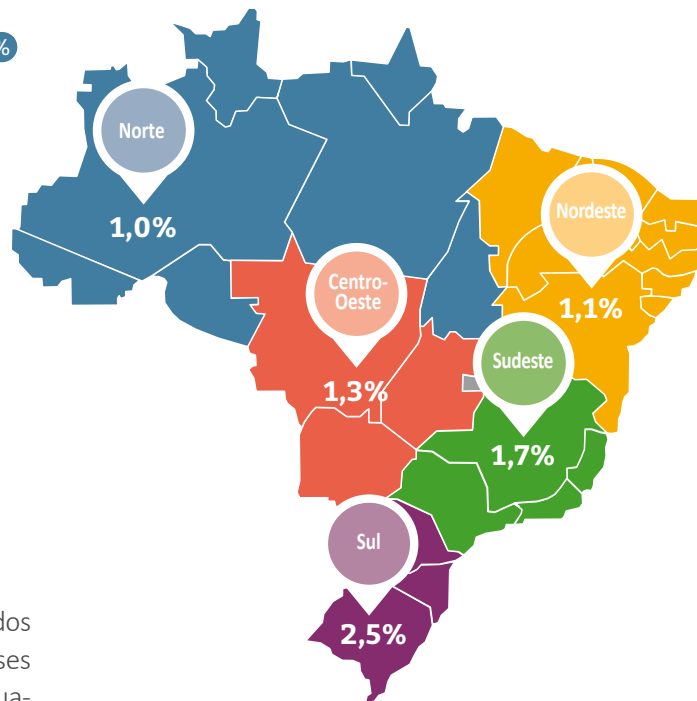
Taxa de crescimento real da arrecadação de taxas por faixa populacional - 2020/2019



Importância orçamentária e valores per capita

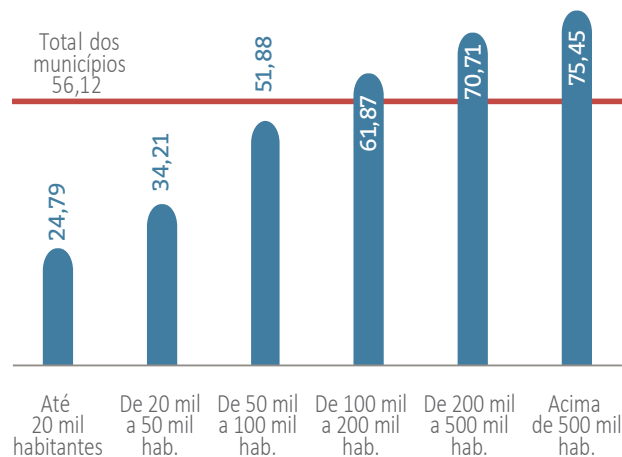
As taxas têm um baixo peso na receita corrente dos municípios. Em 2020, representaram 1,6% desses recursos, a menor participação nos últimos quatro anos. Ao avaliar cada região brasileira, a maior presença das taxas no orçamento ocorre no Sul (2,5%), seguido do Sudeste (1,7%), Centro-Oeste (1,3%), Nordeste (1,1%) e Norte (1,0%), como pode ser observado no infográfico a seguir. Destacam-se Ponta Grossa-PR (7,3%), Florianópolis-SC (6,7%) e Recife-PE (6,3%), com os percentuais mais altos. A média nacional do recolhimento per capita foi de R\$ 56,12. Acima desse valor encontram-se os municípios com população superior a 100 mil habitantes. Os de 100 mil a 200 mil habitantes computaram R\$ 61,87 por pessoa, aqueles entre 200 mil e 500 mil ficaram com R\$ 70,71 por morador, e os acima de 500 mil, com R\$ 75,45 por habitante, como pode ser observado no gráfico ao lado. Portanto, quanto maior a faixa populacional da cidade, mais elevada a receita per capita com taxas.

Participação das taxas na receita corrente dos municípios por região - 2020



Arrecadação de taxas per capita por faixa populacional - 2020

em R\$ corrigidos pelo IPCA médio de 2020



Saiba mais

Taxas são tributos com destinação vinculada ao custeio de determinadas atividades realizadas pelos governos. Uma de suas principais características é o fato de a cobrança estar atrelada ao custeamento de alguma atividade estatal específica. Tal atributo acaba por diferenciá-las dos impostos, cuja exigência do pagamento é independente da prestação de serviços específicos.

A partir da Emenda Constitucional nº 18, de 1965, as taxas foram divididas em dois grupos. O primeiro é composto por taxas pela prestação de serviços, e o segundo compreende as taxas pelo exercício do poder de polícia. Em 2020, a receita do primeiro conjunto representou 61,4% do total e a do segundo, 38,6%.

A base de cálculo das taxas deve estar associada ao custo da atividade prestada ou posta à disposição do contribuinte. Dessa forma, deve haver equivalência de valor global entre o custo do serviço e a receita prevista pela cobrança do tributo.

Desempenho 2021

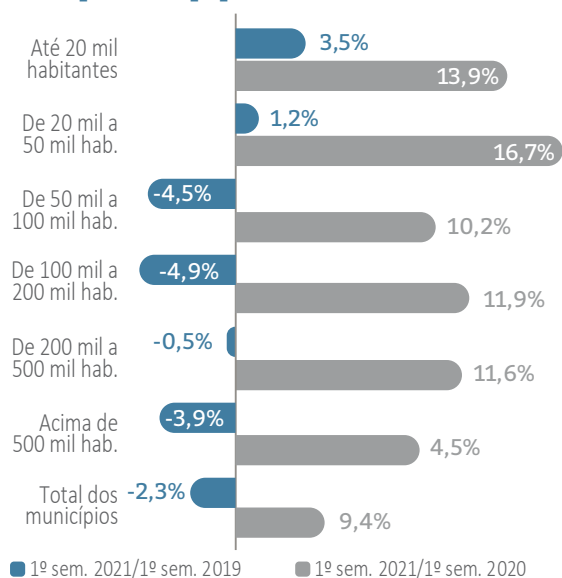
Após o tombo de 7,2% na arrecadação de taxas em 2020, os municípios voltaram a anotar uma variação positiva nesse indicador no primeiro semestre de 2021. Em comparação com o mesmo período do ano anterior, a receita evoluiu 9,4%. É o que mostram os dados divulgados por 4.900 prefeituras, uma amostra que equivale a 88% das cidades do país.

A recuperação na primeira metade de 2021 só não foi mais intensa devido ao desempenho reportado nos 48 municípios com mais de meio milhão de habitantes, uma vez que a variação mé-

dia percebida nesse grupo é de 4,5%, em nítida discrepância com as taxas observadas nas demais faixas populacionais, que apresentam expansões superiores a 10%.

Para verificar se o nível de recolhimento se recuperou dos efeitos impostos pela pandemia do novo coronavírus, é necessário confrontar o resultado do primeiro semestre de 2021 com o do mesmo período de 2019. Nesse caso, o conjunto de 4.900 localidades aponta para um recuo de 2,3% contra a fase pré-crise. Ao analisar essa amostra separando os municípios por faixa, percebe-se que naqueles de menor porte, não superando 50 mil habitantes, o nível de receitas advindas desse indicador já ultrapassou os patamares anteriores à pandemia. Porém, nas demais cidades, a recuperação ainda não se deu completamente, como naquelas com mais de 500 mil residentes, onde as variações do primeiro semestre de 2021 ficaram 3,9% aquém daquelas praticadas em 2019.

Taxa de crescimento real da receita com taxas por faixa populacional



UF	População 2020	Região e município	2016	2017	2018	2019	2020	Varição 2020/2019	Part. rec. tributária 2020	Part. rec. corr. 2020	Taxas per capita 2020
			em R\$ mil corrigidos pelo IPCA médio de 2020						em %		em R\$
	18.672.591	Norte	404.349,7	475.009,0	520.524,3	563.739,2	486.118,4	-13,8	7,5	1,0	26,03
AC	413.418	Rio Branco	4.506,0	4.389,5	4.360,8	4.881,7	1.217,3	-75,1	0,8	0,1	2,94
AC	89.072	Cruzeiro do Sul	3.307,1	...	1.611,5	1.900,7	1.749,7	-7,9	13,3	0,9	19,64
AP	512.902	Macapá	15.089,0	14.126,6	17.867,1	16.407,6	14.867,9	-9,4	11,2	1,6	28,99
AP	123.096	Santana	...	1.977,9	...	2.422,8	2.015,1	-16,8	10,2	0,9	16,37
AM	2.219.580	Manaus	55.489,5	67.902,9	72.197,2	60.450,5	50.126,0	-17,1	3,6	0,9	22,58
AM	115.363	Parintins	...	2.707,3	2.845,7	3.027,5	2.340,2	-22,7	20,0	0,9	20,29
PA	1.499.641	Belém	90.786,3	103.121,1	99.620,9	105.522,5
PA	535.547	Ananindeua	4.904,3	6.177,9	9.630,1	8.461,1	8.091,3	-4,4	7,3	0,9	15,11
PA	306.480	Santarém	5.104,0	6.704,5	6.488,7	6.986,4	6.935,3	-0,7	8,0	0,9	22,63
PA	283.542	Marabá	9.597,4	9.620,4	11.680,0	14.547,6	9.054,0	-37,8	5,7	0,9	31,93
RO	539.354	Porto Velho	33.187,8	37.138,3	42.644,6	42.669,8	42.951,8	0,7	14,5	2,7	79,64
RO	130.009	Ji-Paraná	8.629,3	8.745,9	9.592,5	10.032,2	9.329,5	-7,0	15,0	2,8	71,76
RR	419.652	Boa Vista	1.386,1	15.275,9	14.866,9	...	15.269,2	..	7,7	1,1	36,39
RR	30.782	Rorainópolis	...	315,2	390,5
TO	306.296	Palmas	20.167,1	23.286,3	13.660,4	29.809,5	28.310,6	-5,0	9,0	2,2	92,43
TO	183.381	Araguaína	6.535,8	7.365,7	20.204,7	21.272,6	18.562,8	-12,7	17,7	3,5	101,23
	57.371.142	Nordeste	1.472.385,0	1.642.280,1	1.695.298,6	1.826.353,4	1.717.267,7	-6,0	8,2	1,1	29,93
AL	1.025.360	Maceió	68.606,1	60.743,5	66.931,7	79.123,2	64.270,9	-18,8	9,9	2,3	62,68
AL	233.047	Arapiraca	5.784,8	5.025,2	5.777,8	6.671,7	6.129,7	-8,1	8,7	1,0	26,30
BA	2.886.698	Salvador	303.770,4	314.159,6	322.688,9	342.003,6	333.684,3	-2,4	12,1	5,0	115,59
BA	619.609	Feira de Santana	17.631,6	16.716,5	19.470,7	19.006,0	17.861,1	-6,0	6,4	1,4	28,83
BA	341.128	Vitória da Conquista	7.408,0	8.261,2	8.297,5	6.758,8	6.655,7	-1,5	5,0	0,8	19,51
BA	304.302	Camaçari	25.613,5	29.172,7	35.383,5	35.811,0	32.514,7	-9,2	8,5	2,6	106,85
CE	2.686.612	Fortaleza	17.230,8	16.874,8	34.905,0	35.261,6	23.260,4	-34,0	1,2	0,3	8,66
CE	365.212	Caucaia	3.378,8	2.552,6	...	2.880,3	2.612,3	-9,3	2,7	0,3	7,15
CE	276.264	Juazeiro do Norte	5.489,8	5.847,2	4.986,0	5.977,2	4.450,4	-25,5	5,4	0,8	16,11
MA	1.108.975	São Luís	22.467,6	18.832,1	22.364,7	22.590,6	21.066,3	-6,7	2,4	0,6	19,00
MA	259.337	Imperatriz	5.739,0	3.878,9	5.108,1	3.326,3	3.776,1	13,5	4,2	0,5	14,56
PB	817.511	João Pessoa	42.765,4	47.693,4	46.215,4	55.347,0	57.672,2	4,2	10,0	2,4	70,55
PB	411.807	Campina Grande	11.659,0	10.191,6	8.394,9	20.675,2	15.814,3	-23,5	9,8	1,5	38,40
PE	1.653.461	Recife	218.178,9	290.361,1	298.532,3	324.142,8	315.615,4	-2,6	16,0	6,3	190,88
PE	706.867	Jaboatão dos Guararapes	40.676,1	41.995,7	35.778,7	42.000,5	35.017,5	-16,6	11,6	2,6	49,54
PE	393.115	Olinda	32.224,3	35.240,5	27.265,6	29.641,5	25.592,0	-13,7	17,2	3,8	65,10
PE	365.278	Caruaru	25.102,0	23.843,6	21.291,4	17.209,0	12.427,1	-27,8	8,1	1,6	34,02
PE	354.317	Petrolina	13.591,3	12.971,0	14.126,6	13.639,8	12.623,7	-7,4	9,1	1,5	35,63
PE	334.376	Paulista	7.411,1	9.789,4	11.620,4	12.553,1	18.525,6	47,6	17,7	3,0	55,40
PI	868.075	Teresina	8.770,3	13.792,1	19.657,2	24.467,4	23.746,8	-2,9	4,2	0,8	27,36
PI	153.482	Parnaíba	1.375,4	2.306,5	...	2.052,6	1.584,0	-22,8	3,9	0,4	10,32
RN	890.480	Natal	99.392,2	101.188,8	111.908,6	...	108.133,8	..	13,4	4,3	121,43
RN	300.618	Mossoró	15.923,3	18.366,5	9.500,7	9.656,5	9.242,8	-4,3	6,6	1,3	30,75
SE	664.908	Aracaju	17.726,7	31.695,3	29.051,8	28.305,6	33.276,0	17,6	5,0	1,7	50,05
SE	185.706	Nossa Senhora do Socorro	2.054,3	3.394,0	...	3.484,8	2.071,5	-40,6	3,6	0,5	11,15
	13.449.154	Centro-Oeste¹	589.623,4	640.849,7	675.467,2	725.566,1	654.230,4	-9,8	6,7	1,3	48,64
GO	1.536.097	Goiânia	69.229,9	64.017,0	73.302,4	71.633,2	69.362,2	-3,2	3,6	1,2	45,15
GO	590.146	Aparecida de Goiânia	51.153,4	58.156,9	57.482,4	62.064,3	52.534,0	-15,4	16,2	3,9	89,02
GO	391.772	Anápolis	32.532,4	45.946,9	41.496,6	43.491,3	36.055,9	-17,1	12,2	2,9	92,03
MT	618.124	Cuiabá	44.638,1	38.797,6	43.967,3	52.257,4	41.200,1	-21,2	5,5	1,6	66,65
MT	287.526	Várzea Grande	13.737,0	19.080,8	18.971,5	19.219,2	17.879,1	-7,0	12,4	2,3	62,18
MS	906.092	Campo Grande	43.268,0	45.817,3	61.212,3	53.690,0	55.957,5	4,2	4,7	1,4	61,76
MS	225.495	Dourados	17.799,6	9.747,1	9.167,1	9.753,4	7.305,7	-25,1	2,9	0,8	32,40
	89.012.240	Sudeste	5.569.611,0	5.993.800,9	6.034.916,0	6.420.102,4	5.891.426,1	-8,2	5,5	1,7	66,19
ES	365.855	Vitória	50.976,0	55.002,7	58.315,4	59.600,0	52.499,1	-11,9	7,1	2,7	143,50
ES	527.240	Serra	31.403,2	31.110,1	27.759,5	32.209,8	30.157,9	-6,4	8,3	2,1	57,20
ES	501.325	Vila Velha	61.225,6	66.664,7	66.126,0	64.519,1	60.467,8	-6,3	15,0	5,1	120,62
ES	383.917	Cariacica	12.259,0	13.140,5	13.917,8	14.041,6	13.141,9	-6,4	9,8	1,7	34,23
MG	2.521.564	Belo Horizonte	375.078,9	409.950,9	404.589,0	415.875,9	389.653,9	-6,3	9,1	3,4	154,53
MG	699.097	Uberlândia	46.384,4	48.477,5	37.987,0	51.088,2	45.194,3	-11,5	7,9	1,6	64,65
MG	668.949	Contagem	36.052,5	42.289,8	41.501,2	49.075,7	81.379,2	65,8	11,6	3,9	121,65

UF	População 2020	Região e município	2016	2017	2018	2019	2020	Varição 2020/2019	Part. rec. tributária 2020	Part. rec. corr. 2020	Taxas per capita 2020
			em R\$ mil corrigidos pelo IPCA médio de 2020						em %		em R\$
MG	573.285	Juiz de Fora	62.506,0	67.066,5	66.919,5	71.158,2	67.005,5	-5,8	12,4	3,6	116,88
MG	444.784	Betim	10.314,6	10.837,2	11.905,7	12.442,8	11.753,6	-5,5	4,4	0,6	26,43
MG	413.487	Montes Claros	21.696,8	24.061,9	23.327,3	21.291,3	18.655,9	-12,4	10,9	1,6	45,12
MG	338.197	Ribeirão das Neves	10.057,6	...	12.995,6	12.290,6	8.757,6	-28,7	11,4	1,7	25,90
MG	337.092	Uberaba	39.419,6	42.315,6	33.888,3	39.379,2	36.817,0	-6,5	14,7	2,5	109,22
MG	281.046	Governador Valadares	21.081,5	28.492,2	24.289,4	27.313,4	23.605,6	-13,6	11,9	2,4	83,99
RJ	6.747.815	Rio de Janeiro	586.043,8	599.946,6	643.836,3	659.193,3	568.421,0	-13,8	4,6	2,3	84,24
RJ	1.091.737	São Gonçalo	46.101,9	52.468,7	65.989,0	79.713,4	67.584,8	-15,2	20,3	4,5	61,91
RJ	924.624	Duque de Caxias	38.711,9	32.728,0	30.762,5	32.314,5	25.621,3	-20,7	4,7	0,9	27,71
RJ	823.302	Nova Iguaçu	46.258,5	42.476,7	37.871,4	38.483,4	30.177,4	-21,6	9,8	1,7	36,65
RJ	515.317	Niterói	53.453,7	56.885,1	51.696,7	53.343,4	48.799,2	-8,5	5,1	1,4	94,70
RJ	513.118	Belford Roxo	15.491,7	13.591,1	13.046,2	13.425,2	14.958,2	11,4	15,6	1,9	29,15
RJ	511.168	Campos dos Goytacazes	30.521,9	24.574,9	37.275,1	40.329,3	29.709,6	-26,3	12,7	1,8	58,12
RJ	472.906	São João de Meriti	...	18.031,1	17.122,2	17.716,7	15.425,7	-12,9	14,1	2,1	32,62
RJ	306.678	Petrópolis	26.617,1	26.003,4	26.293,4	31.755,7	27.996,1	-11,8	9,7	2,3	91,29
RJ	273.988	Volta Redonda	11.108,7	14.875,9	2.212,8	..	1,0	0,2	8,08
SP	12.325.232	São Paulo	421.643,7	460.300,2	488.329,8	523.520,6	496.183,5	-5,2	1,4	0,8	40,26
SP	1.392.121	Guarulhos	40.045,2	42.233,8	45.812,1	53.617,4	39.765,8	-25,8	3,0	1,0	28,56
SP	1.213.792	Campinas	167.562,2	157.247,3	185.096,3	208.495,9	196.316,3	-5,8	7,1	3,4	161,74
SP	844.483	São Bernardo do Campo	153.873,6	162.557,9	159.675,9	168.008,1	156.838,1	-6,6	11,4	4,0	185,72
SP	729.737	São José dos Campos	28.540,7	31.006,5	26.634,6	30.486,1	28.854,9	-5,4	3,3	1,0	39,54
SP	721.368	Santo André	110.442,3	111.198,6	113.936,6	109.702,6	119.423,2	8,9	11,2	4,7	165,55
SP	711.825	Ribeirão Preto	13.545,1	15.860,9	17.020,2	18.688,4	15.981,2	-14,5	1,6	0,6	22,45
SP	699.944	Osasco	53.188,3	59.813,9	65.871,5	75.354,3	70.697,4	-6,2	5,0	2,6	101,00
SP	687.357	Sorocaba	102.439,4	112.266,7	111.437,3	119.997,5	116.428,9	-3,0	12,5	4,0	169,39
SP	477.552	Mauá	12.608,3	10.311,0	19.527,9	28.473,2	27.339,8	-4,0	9,7	2,4	57,25
SP	464.983	São José do Rio Preto	15.681,0	13.732,4	15.289,7	16.075,6	14.576,3	-9,3	2,6	0,8	31,35
SP	450.785	Mogi das Cruzes	8.464,0	9.651,5	10.577,5	10.049,5	9.320,9	-7,3	1,9	0,6	20,68
SP	433.656	Santos	103.526,3	109.827,2	110.433,7	122.628,7	118.433,7	-3,4	7,6	4,3	273,11
SP	426.757	Diadema	...	26.951,3	22.537,4	23.298,8	20.785,0	-10,8	5,6	1,7	48,70
SP	423.006	Jundiaí	73.832,0	73.264,9	85.588,0	74.060,6	77.876,6	5,2	10,3	3,5	184,10
SP	407.252	Piracicaba	37.173,4	38.065,1	41.712,3	43.150,2	41.904,8	-2,9	8,7	2,4	102,90
SP	403.183	Carapicuíba	3.762,1	2.988,0	5.496,1
SP	379.297	Bauru	18.086,5	18.440,0	15.964,4	12.909,8	9.569,8	-25,9	2,6	0,8	25,23
30.192.315	Sul	2.574.879,3	2.816.995,0	2.966.782,6	3.088.917,4	2.962.418,1	-4,1	11,1	2,5	98,12	
PR	1.948.626	Curitiba	166.255,2	175.179,2	232.520,0	224.428,0	208.637,3	-7,0	6,5	2,5	107,07
PR	575.377	Londrina	45.407,1	46.430,4	52.212,8	58.598,3	68.536,7	17,0	7,7	3,1	119,12
PR	430.157	Maringá	45.038,3	48.681,7	48.879,4	47.142,7	44.572,6	-5,5	7,5	2,7	103,62
PR	355.336	Ponta Grossa	72.132,5	78.777,3	66.077,7	65.707,4	67.816,1	3,2	21,5	7,3	190,85
PR	332.333	Cascavel	43.446,4	54.868,1	55.165,2	60.941,7	56.096,8	-7,9	17,1	5,1	168,80
PR	329.058	São José dos Pinhais	31.359,0	37.567,3	39.343,9	29.954,4	28.484,1	-4,9	8,6	2,7	86,56
PR	258.248	Foz do Iguaçu	35.684,2	42.523,6	33.220,9	...	21.535,1	..	7,9	1,9	83,39
RS	1.488.252	Porto Alegre	200.252,2	225.243,0	247.827,7	232.137,3	237.186,7	2,2	9,2	3,4	159,37
RS	517.451	Caxias do Sul	68.216,8	53.950,9	66.493,7	67.803,2	68.599,2	1,2	12,9	3,6	132,57
RS	348.208	Canoas	22.886,4	24.023,4	23.570,7	25.381,0	24.386,1	-3,9	8,1	1,4	70,03
RS	343.132	Pelotas	1.923,9	18.105,9	32.669,7	33.683,2	33.419,5	-0,8	13,5	3,1	97,40
RS	283.677	Santa Maria	22.802,1	24.264,9	23.552,6	23.274,1	20.831,4	-10,5	9,7	2,9	73,43
RS	283.620	Gravataí	24.303,4	27.351,3	37.168,5	40.620,9	38.964,3	-4,1	21,3	4,7	137,38
RS	256.302	Viamão	10.794,7	10.328,6	10.901,2	12.338,6
SC	508.826	Florianópolis	89.814,4	106.919,2	128.747,0	137.878,2	133.001,1	-3,5	12,4	6,7	261,39
SC	597.658	Joinville	15.779,9	14.609,8	14.002,0	14.027,5	11.577,9	-17,5	1,8	0,5	19,37
SC	361.855	Blumenau	52.560,2	57.003,6	57.311,0	59.152,3	59.526,7	0,6	12,8	3,7	164,50
	83.116.849	Cidades selecionadas	5.545.223,3	5.952.270,3	6.275.684,9	6.568.523,3	6.118.662,9	-6,8	5,6	2,1	73,62
	31.794.649	Até 20 mil habitantes	636.370,8	735.184,4	754.078,2	803.357,7	788.087,2	-1,9	9,1	0,7	24,79
	47.479.406	Capitais	3.066.720,3	3.341.755,2	3.600.120,7	3.726.693,3	3.451.831,9	-7,4	4,4	1,9	72,70
	208.697.442	Total dos municípios	10.610.848,4	11.568.934,7	11.892.988,8	12.624.678,4	11.711.460,7	-7,2	6,8	1,6	56,12

Fonte: elaborado por Aegeus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: 1º não inclui Brasília. 2ª a partir de 2015, os dados de taxas contabilizam suas multas, juros e receitas com a dívida ativa.

Posição	UF	Município	Taxas	População 2020	Ranking pop. 2020
			em R\$		
1º	RJ	Rio de Janeiro	568.421.013,71	6.747.815	2º
2º	SP	São Paulo	496.183.457,93	12.325.232	1º
3º	MG	Belo Horizonte	389.653.889,06	2.521.564	5º
4º	BA	Salvador	333.684.331,95	2.886.698	3º
5º	PE	Recife	315.615.416,07	1.653.461	8º
6º	RS	Porto Alegre	237.186.715,41	1.488.252	11º
7º	PR	Curitiba	208.637.252,92	1.948.626	7º
8º	SP	Campinas	196.316.294,27	1.213.792	13º
9º	SP	São Bernardo do Campo	156.838.055,18	844.483	21º
10º	SC	Florianópolis	133.001.112,37	508.826	47º
11º	SP	Santo André	119.423.249,96	721.368	25º
12º	SP	Santos	118.433.693,01	433.656	54º
13º	SP	Sorocaba	116.428.906,81	687.357	30º
14º	SP	Praia Grande	111.228.568,14	330.845	84º
15º	RN	Natal	108.133.754,37	890.480	19º
16º	MG	Contagem	81.379.204,31	668.949	31º
17º	SP	Jundiaí	77.876.649,13	423.006	57º
18º	SP	Osasco	70.697.427,78	699.944	28º
19º	SP	São Vicente	70.021.137,74	368.355	69º
20º	GO	Goiânia	69.362.184,72	1.536.097	9º
21º	RS	Caxias do Sul	68.599.227,72	517.451	42º
22º	PR	Londrina	68.536.742,86	575.377	37º
23º	PR	Ponta Grossa	67.816.140,14	355.336	75º
24º	RJ	São Gonçalo	67.584.808,20	1.091.737	15º
25º	MG	Juiz de Fora	67.005.545,68	573.285	38º
26º	AL	Maceió	64.270.862,19	1.025.360	16º
27º	SP	Guarujá	60.776.560,73	322.750	86º
28º	ES	Vila Velha	60.467.825,46	501.325	48º
29º	SC	Blumenau	59.526.740,96	361.855	73º
30º	PB	João Pessoa	57.672.160,49	817.511	23º
31º	SP	Presidente Prudente	57.007.403,50	230.371	133º
32º	PR	Cascavel	56.096.826,38	332.333	83º
33º	MS	Campo Grande	55.957.543,57	906.092	18º
34º	SP	São Caetano do Sul	55.056.033,96	161.957	183º
35º	GO	Aparecida de Goiânia	52.534.015,76	590.146	36º
36º	ES	Vitória	52.499.122,16	365.855	70º
37º	AM	Manaus	50.126.020,53	2.219.580	6º
38º	RJ	Niterói	48.799.224,91	515.317	43º
39º	PR	Paranaguá	45.954.595,62	156.174	190º
40º	MG	Uberlândia	45.194.349,70	699.097	29º
41º	PR	Maringá	44.572.600,53	430.157	55º
42º	RO	Porto Velho	42.951.781,40	539.354	39º
43º	SC	Palhoça	42.599.022,51	175.272	172º
44º	SP	Piracicaba	41.904.789,38	407.252	62º
45º	MT	Cuiabá	41.200.125,38	618.124	34º
46º	SP	Taboão da Serra	40.162.844,02	293.652	95º
47º	SP	Guarulhos	39.765.825,85	1.392.121	12º
48º	RS	Gravatá	38.964.321,94	283.620	99º
49º	SP	Itanhaém	38.694.579,66	103.102	313º
50º	MG	Uberaba	36.816.972,09	337.092	81º
51º	GO	Anápolis	36.055.897,89	391.772	65º
52º	SC	Criciúma	35.281.834,23	217.311	141º

Posição	UF	Município	Taxas	População 2020	Ranking pop. 2020
			em R\$		
53º	SC	Chapecó	35.140.977,25	224.013	136º
54º	PE	Jaboatão dos Guararapes	35.017.490,88	706.867	27º
55º	SP	Americana	34.206.567,40	242.018	120º
56º	SP	São Sebastião	33.778.098,75	90.328	362º
57º	SP	Indaiatuba	33.626.413,18	256.223	112º
58º	RS	Bento Gonçalves	33.591.474,87	121.803	263º
59º	RS	Pelotas	33.419.544,81	343.132	78º
60º	SE	Aracaju	33.275.971,17	664.908	32º
61º	BA	Camaçari	32.514.718,09	304.302	92º
62º	SP	Valinhos	32.276.558,79	131.210	233º
63º	SP	Araçatuba	30.334.565,46	198.129	155º
64º	RJ	Nova Iguaçu	30.177.362,01	823.302	22º
65º	ES	Serra	30.157.875,27	527.240	41º
66º	RJ	Campos dos Goytacazes	29.709.617,43	511.168	46º
67º	SC	São José	29.533.193,36	250.181	115º
68º	SP	São José dos Campos	28.854.884,16	729.737	24º
69º	PR	São José dos Pinhais	28.484.081,93	329.058	85º
70º	PR	Arapongas	28.316.607,78	124.810	247º
71º	TO	Palmas	28.310.649,05	306.296	91º
72º	RJ	Petrópolis	27.996.081,52	306.678	89º
73º	SP	Mauá	27.339.767,59	477.552	49º
74º	RJ	Duque de Caxias	25.621.334,30	924.624	17º
75º	SP	Ubatuba	25.601.012,09	91.824	351º
76º	PE	Olinda	25.592.028,80	393.115	64º
77º	PR	Guarapuava	24.604.806,59	182.644	163º
78º	MG	Divinópolis	24.476.502,35	240.408	125º
79º	RS	Canoas	24.386.148,21	348.208	77º
80º	MT	Sinop	24.159.366,27	146.005	203º
81º	SP	Peruibe	24.003.151,85	69.001	480º
82º	PI	Teresina	23.746.844,23	868.075	20º
83º	MG	Governador Valadares	23.605.594,15	281.046	101º
84º	CE	Fortaleza	23.260.368,45	2.686.612	4º
85º	SP	Limeira	22.828.127,22	308.482	88º
86º	RJ	Nova Friburgo	22.126.081,76	191.158	158º
87º	PR	Foz do Iguaçu	21.535.124,98	258.248	110º
88º	RS	Novo Hamburgo	21.476.968,43	247.032	116º
89º	SP	Santana de Parnaíba	21.150.366,13	142.301	207º
90º	MA	São Luis	21.066.280,30	1.108.975	14º
91º	RS	Santa Maria	20.831.410,76	283.677	98º
92º	SP	Diadema	20.785.046,85	426.757	56º
93º	SP	Franco da Rocha	20.724.636,04	156.492	189º
94º	RS	São Leopoldo	20.282.613,66	238.648	126º
95º	PR	Colombo	19.961.577,45	246.540	117º
96º	SC	Balneário Camboriú	19.960.187,10	145.796	204º
97º	RS	Bagé	19.826.796,03	121.335	264º
98º	SP	Mairiporã	19.798.767,05	101.937	322º
99º	SC	Bombinhas	19.792.017,51	20.335	1760º
100º	MG	Montes Claros	18.655.941,25	413.487	59º

	Total dos 100 maiores	6.874.896.260,80	74.718.261	..
	Total dos demais	4.836.564.472,09	133.979.181	..
	Total dos municípios	11.711.460.732,89	208.697.442	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: 1 os dados de taxas contabilizam suas multas, juros e receitas com a dívida ativa.

Taxas¹ per capita | RANKING 2020

Posição	UF	Município	Taxas per capita	Taxas	População 2020	Ranking pop. 2020	
			em R\$				
1°	SC	Bombinhas	973,30	19.792.017,51	20.335	1760°	
2°	SC	Governador Celso Ramos	952,69	13.914.985,46	14.606	2362°	
3°	PA	Senador José Porfírio	546,50	6.273.828,17	11.480	2821°	
4°	PR	Pontal do Paraná	431,48	12.044.792,07	27.915	1261°	
5°	SP	Itanhaém	375,30	38.694.579,66	103.102	313°	
6°	SP	São Sebastião	373,95	33.778.098,75	90.328	362°	
7°	PR	Guaratuba	369,99	13.884.670,51	37.527	911°	
8°	SC	Porto Belo	364,40	7.991.991,48	21.932	1614°	
9°	AC	Marechal Thaumaturgo	356,87	6.887.270,15	19.299	1845°	
10°	SP	Peruíbe	347,87	24.003.151,85	69.001	480°	
11°	SP	São Caetano do Sul	339,94	55.056.033,96	161.957	183°	
12°	SP	Praia Grande	336,20	111.228.568,14	330.845	84°	
13°	RJ	Armação dos Búzios	335,51	11.567.215,20	34.477	1004°	
14°	GO	Chapadão do Céu	335,50	3.518.076,31	10.486	3027°	
15°	RS	Arroio do Sal	330,98	3.402.191,27	10.279	3075°	
16°	RS	Gramado	309,14	11.300.458,25	36.555	936°	
17°	PR	Paranaguá	294,25	45.954.595,62	156.174	190°	
18°	SP	Ilhabela	289,35	10.298.188,53	35.591	958°	
19°	SP	Mongaguá	283,03	16.316.315,94	57.648	579°	
20°	RS	Santa Tereza	282,87	488.235,70	1.726	5501°	
21°	SP	Ubatuba	278,81	25.601.012,09	91.824	351°	
22°	RS	Bento Gonçalves	275,79	33.591.474,87	121.803	263°	
23°	SP	Santos	273,11	118.433.693,01	433.656	54°	
24°	SC	Garopaba	271,85	6.409.870,35	23.579	1512°	
25°	CE	Jijoca de Jericoacoara	269,36	5.410.694,99	20.087	1779°	
26°	SP	Boituva	269,04	16.726.391,03	62.170	532°	
27°	RS	Torres	261,52	10.215.975,51	39.064	879°	
28°	SC	Florianópolis	261,39	133.001.112,37	508.826	47°	
29°	RS	Xangri-lá	259,69	4.356.218,83	16.775	2114°	
30°	RS	Imbé	253,48	5.898.784,16	23.271	1529°	
31°	SP	Presidente Prudente	247,46	57.007.403,50	230.371	133°	
32°	SP	Valinhos	245,99	32.276.558,79	131.210	233°	
33°	SC	Balneário Gaivota	243,11	2.737.435,11	11.260	2874°	
34°	SC	Palhoça	243,05	42.599.022,51	175.272	172°	
35°	SP	Adolfo	240,03	853.079,48	3.554	4879°	
36°	SP	Aparecida	239,18	8.654.880,84	36.185	939°	
37°	PA	Jacareacanga	234,66	1.781.034,43	7.590	3572°	
38°	MG	Rio Doce	229,98	602.560,33	2.620	5240°	
39°	PR	Arapongas	226,88	28.316.607,78	124.810	247°	
40°	SC	Santo Amaro da Imperatriz	219,72	5.180.687,34	23.579	1512°	
41°	SP	Dumont	218,65	2.191.571,72	10.023	3117°	
42°	BA	Itanagra	214,95	1.383.420,74	6.436	3878°	
43°	RS	Balneário Pinhal	212,84	3.057.003,53	14.363	2397°	
44°	RS	Canela	211,43	9.617.434,40	45.488	743°	
45°	MG	Araporã	210,01	1.455.566,18	6.931	3739°	
46°	SC	Schroeder	202,76	4.458.911,39	21.991	1609°	
47°	RS	Mato Castelhano	202,66	515.160,34	2.542	5273°	
48°	RS	Nova Petrópolis	198,62	4.277.569,16	21.536	1651°	
49°	RS	Alegria	196,31	662.365,94	3.374	4946°	
50°	RS	Arambaré	196,22	698.922,72	3.562	4878°	
51°	SC	Piratuba	196,13	734.499,61	3.745	4810°	
52°	SP	Mairiporã	194,23	19.798.767,05	101.937	322°	
53°	PE	Recife	190,88	315.615.416,07	1.653.461	8°	
54°	PR	Ponta Grossa	190,85	67.816.140,14	355.336	75°	
55°	SP	São Vicente	190,09	70.021.137,74	368.355	69°	
56°	SP	Itupeva	189,51	11.903.407,47	62.813	529°	
57°	SP	Guarujá	188,31	60.776.560,73	322.750	86°	
58°	SP	Estiva Gerbi	186,02	2.121.978,56	11.407	2837°	
59°	SC	Bom Jesus do Oeste	186,01	397.872,47	2.139	5401°	
60°	SP	São Bernardo do Campo	185,72	156.838.055,18	844.483	21°	
61°	SC	Joaçaba	185,41	5.637.310,08	30.404	1166°	
62°	SC	Laguna	184,79	8.522.945,67	46.122	732°	
63°	SP	Jundiá	184,10	77.876.649,13	423.006	57°	
64°	MG	Capitólio	183,10	1.586.191,69	8.663	3321°	
65°	SC	Guabiruba	181,52	4.425.747,12	24.382	1464°	
66°	MA	Pindaré-Mirim	180,83	5.979.274,15	33.065	1060°	
67°	GO	Matrinchã	180,67	783.367,12	4.336	4587°	
68°	RS	Garibaldi	178,43	6.323.701,93	35.440	964°	
69°	SP	Vinhedo	174,23	13.957.722,89	80.111	408°	
70°	PR	Paranavaí	172,47	15.335.966,22	88.922	367°	
71°	SP	Fernandópolis	171,66	11.913.263,14	69.402	478°	
72°	SC	Tijucas	170,90	6.691.399,10	39.155	878°	
73°	SP	Guataporã	170,30	1.312.870,99	7.709	3528°	
74°	SP	Sorocaba	169,39	116.428.906,81	687.357	30°	
75°	PR	Cascavel	168,80	56.096.826,38	332.333	83°	
76°	GO	Rio Quente	168,59	777.525,29	4.612	4473°	
77°	SC	Camboriú	168,40	14.331.694,03	85.105	378°	
78°	SP	Bertioga	167,79	10.860.148,09	64.723	510°	
79°	RS	Lajeado	167,48	14.241.301,68	85.033	379°	
80°	RS	Cidreira	167,30	2.774.341,93	16.583	2130°	
81°	MG	Belo Vale	167,25	1.290.969,67	7.719	3527°	
82°	MG	Catas Altas	167,12	905.956,83	5.421	4185°	
83°	SP	Santo André	165,55	119.423.249,96	721.368	25°	
84°	MT	Sinop	165,47	24.159.366,27	146.005	203°	
85°	RS	Capão da Canoa	165,27	8.932.865,83	54.051	622°	
86°	SC	Massaranduba	164,95	2.824.823,85	17.125	2068°	
87°	SP	Jaguariúna	164,55	9.662.794,10	58.722	574°	
88°	SC	Blumenau	164,50	59.526.740,96	361.855	73°	
89°	RS	Bagé	163,41	19.826.796,03	121.335	264°	
90°	SC	Rio do Sul	163,23	11.753.251,76	72.006	459°	
91°	SC	Criciúma	162,36	35.281.834,23	217.311	141°	
92°	SP	Campinas	161,74	196.316.294,27	1.213.792	13°	
93°	SP	Mirassol	161,56	9.742.329,39	60.303	552°	
94°	SP	Rubineia	161,24	511.122,97	3.170	5021°	
95°	PR	Umuarama	160,19	18.020.918,37	112.500	285°	
96°	RS	Porto Alegre	159,37	237.186.715,41	1.488.252	11°	
97°	MS	Bonito	158,48	3.516.762,47	22.190	1593°	
98°	SP	Pardinho	158,26	1.029.977,22	6.508	3858°	
99°	MG	Monte Sião	158,21	3.801.705,42	24.029	1486°	
100°	SC	Braço do Norte	158,06	5.354.331,37	33.876	1026°	
			Total dos 100 maiores	202,99	2.865.317.482,81	14.115.442	..
			Total dos demais	45,46	8.846.143.250,08	194.582.000	..
			Total dos municípios	56,12	11.711.460.732,89	208.697.442	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: os dados de taxas contabilizam suas multas, juros e receitas com a dívida ativa.

Trajetória de crescimento da receita da Cosip é interrompida em 2020, mas tende a se recuperar em 2021

Após dois anos com resultados positivos, Cosip apresenta queda de 0,9% em 2020. Números do primeiro semestre sinalizam recuperação em 2021.

Desempenho em 2020

A Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (Cosip) é o recurso destinado a cobrir os gastos relacionados a fornecimento, manutenção, operação, instalação e melhoria dos equipamentos de iluminação pública.

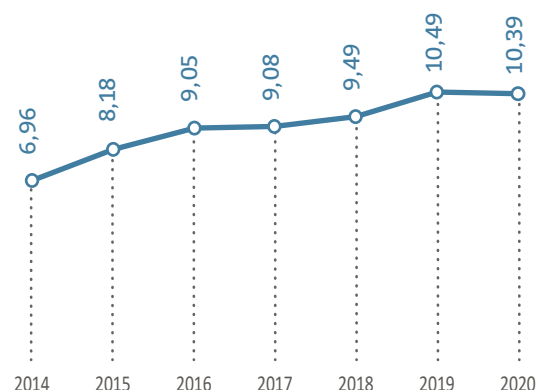
Em 2020, a arrecadação dos municípios brasileiros provenientes dessa fonte foi de R\$ 10,39 bilhões. O resultado representa retração de 0,9% em relação a 2019, interrompendo um período de dois anos consecutivos de alta. Os números foram extraídos do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e incluem estimativas calculadas por **Multi Cidades**. Todos os valores estão corrigidos da inflação pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio de 2020, do IBGE.

A crise econômica resultante da pandemia da Covid-19 está diretamente atrelada ao desempenho dessa receita. Em um ano em que os municípios focaram suas ações no combate à disseminação do novo coronavírus, não houve ambiente para alterações na base de cálculo de seus tributos e contribuições, mantendo a configuração de

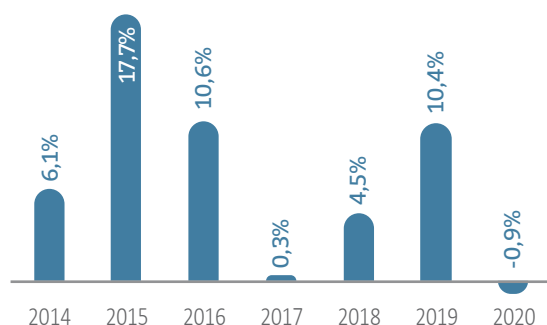
cobrança de anos anteriores. Além disso, muitas cidades suspenderam ou prorrogaram o prazo de pagamento de seus tributos, inclusive da Cosip, principalmente quando a cobrança é feita com o IPTU.

Desde o início da série analisada por **Multi Cidades**, em 2014, o município de São Paulo lidera o ranking do maior recolhimento individual de Cosip. Em 2020, foram captados R\$ 586,8 milhões, 2,7% a menos que no ano anterior.

Evolução da arrecadação da Cosip
em R\$ bilhões corrigidos pelo
IPCA médio de 2020



Taxa de crescimento real da Cosip em relação ao ano anterior



No Rio de Janeiro, que ocupa a segunda posição no ranking, os dados apontam a receita de R\$ 374 milhões. Apesar da redução de 20,4% no confronto com 2019, quando a Cosip somou R\$ 469,9 milhões, as cifras de 2020 foram superiores às de 2018 (R\$ 338 milhões).

Na terceira posição, encontra-se Fortaleza, com R\$ 204,5 milhões e queda de 1,8% em 2020. Na tabela abaixo, é possível visualizar o desempenho das 25 principais arrecadações de Cosip.

Esse grupo de cidades responde por um terço do recolhimento global estimado do tributo.

As 25 maiores arrecadações de Cosip em 2020

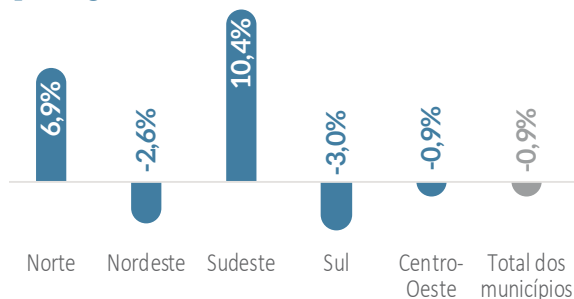
Posição	UF	População 2020	Município	2018	2019	2020	Variação 2020/2019	Cosip per capita 2020 em R\$
				em R\$ milhões corrigidos pelo IPCA médio de 2020				
1º	SP	12.325.232	São Paulo	538,2	602,8	586,8	-2,7%	47,61
2º	RJ	6.747.815	Rio de Janeiro	338,0	469,9	374,0	-20,4%	55,43
3º	CE	2.686.612	Fortaleza	236,1	208,3	204,5	-1,8%	76,12
4º	BA	2.886.698	Salvador	168,2	192,3	188,4	-2,1%	65,25
5º	MG	2.521.564	Belo Horizonte	155,7	160,3	167,9	4,7%	66,57
6º	AM	2.219.580	Manaus	164,7	166,6	166,6	0,0%	75,05
7º	PE	1.653.461	Recife	124,7	142,0	133,9	-5,7%	81,00
8º	PR	1.948.626	Curitiba	114,6	126,5	125,4	-0,9%	64,34
9º	MS	906.092	Campo Grande	104,4	114,1	119,9	5,0%	132,30
10º	AL	1.025.360	Maceió	95,2	95,5	98,3	2,9%	95,85
11º	GO	1.536.097	Goiânia	100,3	87,5	95,6	9,4%	62,26
12º	SP	721.368	Santo André	62,0	65,0	73,3	12,8%	101,58
13º	SP	1.392.121	Guarulhos	62,4	73,2	71,3	-2,5%	51,24
14º	MA	1.108.975	São Luís	76,3	76,5	70,4	-8,0%	63,48
15º	PI	868.075	Teresina	69,3	70,4	66,6	-5,4%	76,71
16º	RN	890.480	Natal	65,1	0,0	64,5	0,0%	72,38
17º	RS	1.488.252	Porto Alegre	64,0	70,4	61,2	-13,0%	41,13
18º	MT	618.124	Cuiabá	51,5	58,1	61,2	5,4%	99,01
19º	MG	699.097	Uberlândia	52,4	58,8	60,8	3,4%	87,02
20º	ES	527.240	Serra	57,4	64,6	58,4	-9,5%	110,81
21º	SP	1.213.792	Campinas	58,3	51,5	56,1	8,9%	46,23
22º	MG	668.949	Contagem	48,4	51,5	51,9	0,7%	77,51
23º	RJ	823.302	Nova Iguaçu	67,0	65,7	51,8	-21,1%	62,90
24º	SC	597.658	Joinville	56,1	67,2	50,6	-24,8%	84,60
25º	MG	337.092	Uberaba	46,1	51,7	49,8	-3,6%	147,88
		48.411.662	Subtotal	2.976,3	3.190,4	3.109,1	-2,5%	64,22
		208.697.442	Total dos municípios	9.493,28	10.485,29	10.391,27	-0,9%	49,79

Nota: ranking dos municípios que registraram dados na rubrica Contribuição para Custeio da Iluminação Pública (Cosip) nas Declarações de Contas Anuais disponíveis no Siconfi/STN em todos os três anos. Portanto, não inclui municípios para os quais esta publicação realizou estimativas.

Na classificação por regiões, constatou-se que a Cosip apresentou melhor performance nos municípios do Centro-Oeste, com avanço de 10,4% sobre o exercício anterior. Entre as capitais dessa área, destaca-se Goiânia, com alta de 9,4%, seguida por Cuiabá (5,4%) e Campo Grande (5%).

O conjunto de municípios do Norte do país também registrou ganho em 2020, de 6,9%. Nas demais regiões, houve perda, com maior intensidade no Sudeste (-3%) e no Nordeste (-2,6%). No Sul, o resultado acompanhou a média nacional, de -0,9%.

Taxa de crescimento real da Cosip por região - 2020/2019



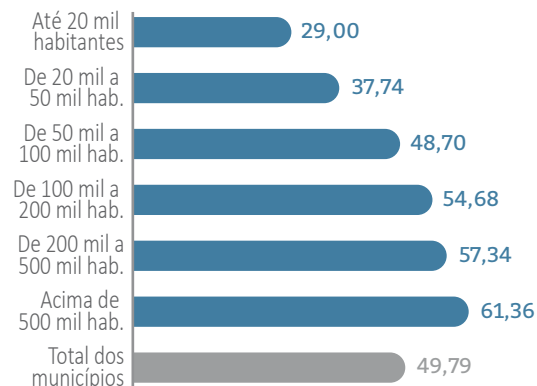
Arrecadação per capita

A receita de Cosip por habitante foi de R\$ 49,79 em 2020. Esse indicador cresce mais quanto maior for o porte populacional do município. Nas cidades com até 20 mil habitantes, a quantia foi de R\$ 29,00. A partir do grupo com população entre 100 mil e 200 mil pessoas, o valor per capita supera a média nacional, até atingindo R\$ 61,36 naqueles com mais de 500 mil moradores.

Quando analisado o desempenho entre as regiões, a Cosip possui o maior valor per capita no Sul, com R\$ 62,32. Em seguida surgem Centro-Oeste (R\$ 56,41) e Sudeste (R\$ 51,98). O indicador ficou abaixo da média nacional nos municípios do Norte e do Nordeste (R\$ 45,33 e R\$ 39,70, respectivamente).

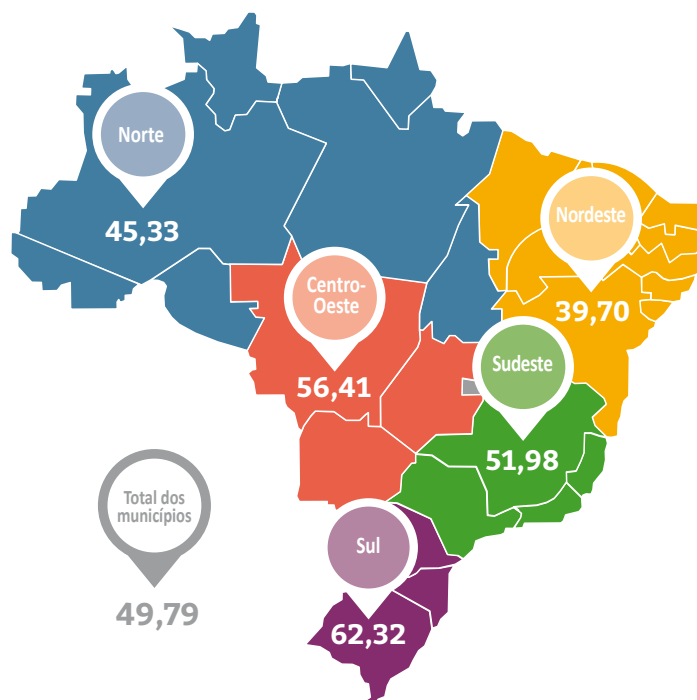
Cosip per capita por faixa populacional - 2020

em R\$ corrigidos pelo IPCA médio de 2020



Cosip per capita por região - 2020

em R\$ corrigidos pelo IPCA médio de 2020



Como funciona a Cosip

A cobrança para o custeio do serviço de iluminação prestado pelas concessionárias de energia elétrica começou nas últimas décadas do século passado. Inicialmente efetuado por intermédio de taxas, o procedimento foi proibido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por meio da Súmula 670 de 2003, convertida na Súmula Vinculante 41. Os inúmeros processos julgados pelo STF, que declarou inconstitucional a exigência de pagamento da taxa de iluminação pública antes da publicação da Súmula 670, obrigaram o Congresso Nacional a antecipar a discussão e a deliberação da Emenda Constitucional nº 39, de 19 de dezembro de 2002, que autorizou a instituição da Cosip pelos municípios e pelo Distrito Federal.

Desde a Emenda Constitucional, a Cosip passou a ser cada vez mais presente nas cidades brasileiras, e sua arrecadação foi impulsionada pela Resolução Normativa nº 414/2010, modificada pela RN nº 587/2013, ambas da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Através dessas normas, o órgão transferiu os ativos de iluminação (luminárias, lâmpadas, relés e reatores) para as prefeituras e delegou a essas administrações a responsabilidade pela prestação do serviço de iluminação pública.

O dinheiro a ser arrecadado pelo ente municipal via Cosip deve cobrir total ou parcialmente o custeio da iluminação pública, que passa pela reposição e manutenção dos equipamentos até a despesa com o consumo energético. Ainda não existe um consenso sobre a legalidade de se empregar ou não os recursos para a expansão do sistema de iluminação pública.

Pela Constituição Federal, no artigo 149, é facultada a cobrança da contribuição na conta de energia elétrica. O montante recolhido a título de Cosip deve ser repassado ao tesouro municipal pela empresa distribuidora. Essa quantia é vinculada à prestação do serviço de iluminação pública e não pode ser utilizada para outros fins. Em algumas cidades, a contribuição pode estar sendo requerida junto com o IPTU.

É facultada à legislação municipal a definição do valor da Cosip, sua base de cálculo e as alíquotas, o que resulta em diferentes modelos de apuração entre os municípios. Há casos de prefeituras que utilizam o consumo de energia como base de cálculo, instituindo alíquotas diferenciadas conforme o tipo de uso dos imóveis, a faixa de consumo ou a metragem do terreno, entre outros critérios.

Parcerias Público-Privadas (PPPs)

A autonomia municipal na gestão da iluminação pública, tendo como pilar os recursos da Cosip, tem se mostrado eficaz na prestação desse serviço e fomentado a utilização de Parcerias Público-Privadas (PPPs) como uma nova modelagem de prestação desses serviços, viabilizando não só a manutenção, mas também a expansão e a modernização do sistema de iluminação, com segurança jurídica.

A universalização da cobrança entre os grandes municípios brasileiros tem sido inescapável para a implantação das bases tecnológicas de cidades inteligentes. Oferecendo iluminação pública de qualidade e financeiramente sustentável, é possível promover o monitoramento das cidades, semáforos e estacionamentos, entre outros serviços. Aliada a isso, a modernização dos parques de iluminação pública, ao substituir lâmpadas de tecnologia inferior, contribui significativamente com a redução dos custos de manutenção do sistema, uma vez que equipamentos mais modernos apresentam vida útil mais duradoura enquanto consomem menos energia elétrica. Outro ponto importante decorrente dessa modernização é a redução dos impactos ambientais causados pela atividade.

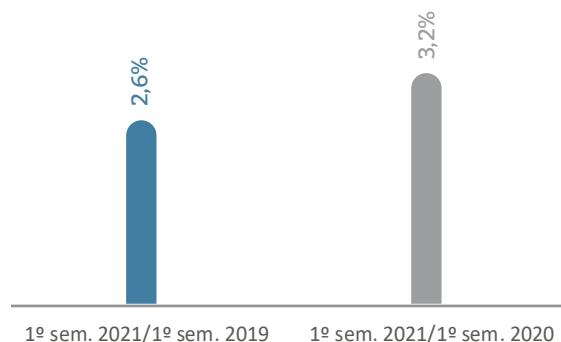
Segundo a consultoria Radar PPP, através da publicação Termômetro do Radar de Projetos (TRP)¹ de maio de 2021, são 424 iniciativas de PPPs em andamento na área da iluminação pública no país.

¹ <https://radarppp.com/informacao/radar-de-projetos/>

Primeiro semestre de 2021

No primeiro semestre de 2021, a receita da Cosip apresentou alta de 3,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, em valores corrigidos pelo IPCA. Dados apurados por **Multi Cidades**, com uma base de 2.660 municípios, sinalizam uma arrecadação de R\$ 4,79 bilhões nos primeiros seis meses do ano. Mantendo esse ritmo no segundo semestre, estima-se que os recursos atinjam R\$ 10,72 bilhões, com o acréscimo de cerca de R\$ 240 milhões nos cofres municipais sobre os quantitativos de 2020. Dessa forma, o montante recolhido deverá ultrapassar também o de 2019, superando o pico anterior à pandemia.

Taxa de crescimento real da Cosip





FusionSolar
Solução FV Inteligente

AI BOOST

Custo Otimizado da Eletricidade & Segurança Ativa

Com o Sistema de Armazenamento de Energia Inteligente LUNA2000, conectado a inversores solares e os otimizadores de potência SUN2000-450W-P, você tem agora a solução FV inteligente com o mais alto rendimento, que oferece muito mais energia, dia e noite, e proteção ativa contra arcos elétricos.

A solução permite armazenar de 5kWh a 30kWh, por bateria de lítio-ferro fosfato (LiFePO4), o tipo mais eficiente, durável e seguro já lançado.

Além da Inteligência Artificial integrada (AI BOOST), que diferencia todos os produtos Huawei e que permite comissionar, monitorar, gerenciar e até intervir na instalação, por um simples dispositivo de celular.

Segurança, simplicidade e eficiência tem nome.
Huawei



solar.huawei.com/br

@HuaweiSolarBrasil

Posição	UF	Município	Cosip	População 2020	Ranking pop. 2020
			em R\$		
1º	SP	São Paulo	586.769.731,58	12.325.232	1º
2º	RJ	Rio de Janeiro	374.004.055,68	6.747.815	2º
3º	CE	Fortaleza	204.506.625,54	2.686.612	4º
4º	BA	Salvador	188.364.541,71	2.886.698	3º
5º	MG	Belo Horizonte	167.852.681,28	2.521.564	5º
6º	AM	Manaus	166.582.363,15	2.219.580	6º
7º	PE	Recife	133.937.226,38	1.653.461	8º
8º	PR	Curitiba	125.365.662,37	1.948.626	7º
9º	MS	Campo Grande	119.878.717,53	906.092	18º
10º	AL	Maceió	98.280.475,68	1.025.360	16º
11º	GO	Goiânia	95.635.932,26	1.536.097	9º
12º	SP	Santo André	73.274.714,21	721.368	25º
13º	SP	Guarulhos	71.337.789,84	1.392.121	12º
14º	MA	São Luís	70.397.940,52	1.108.975	14º
15º	PI	Teresina	66.590.828,41	868.075	20º
16º	RN	Natal	64.456.659,74	890.480	19º
17º	RS	Porto Alegre	61.216.168,16	1.488.252	11º
18º	MT	Cuiabá	61.200.480,17	618.124	34º
19º	MG	Uberlândia	60.832.216,57	699.097	29º
20º	ES	Serra	58.421.812,40	527.240	41º
21º	SP	Campinas	56.109.084,00	1.213.792	13º
22º	MG	Contagem	51.850.428,22	668.949	31º
23º	RJ	Nova Iguaçu	51.784.607,21	823.302	22º
24º	SC	Joinville	50.560.274,14	597.658	35º
25º	MG	Uberaba	49.848.200,85	337.092	81º
26º	PE	Jaboatão dos Guararapes	47.895.410,56	706.867	27º
27º	MG	Juiz de Fora	47.468.349,95	573.285	38º
28º	PB	João Pessoa	45.325.139,21	817.511	23º
29º	PA	Ananindeua	45.170.413,42	535.547	40º
30º	RO	Porto Velho	43.159.443,77	539.354	39º
31º	RR	Boa Vista	42.500.801,23	419.652	58º
32º	SC	Florianópolis	42.192.866,04	508.826	47º
33º	PR	Maringá	41.078.606,86	430.157	55º
34º	RJ	Campos dos Goytacazes	40.880.009,34	511.168	46º
35º	PR	Londrina	40.762.726,02	575.377	37º
36º	ES	Vila Velha	38.696.613,21	501.325	48º
37º	RJ	São Gonçalo	37.995.554,66	1.091.737	15º
38º	BA	Feira de Santana	34.554.187,21	619.609	33º
39º	RJ	Niterói	34.410.730,20	515.317	43º
40º	TO	Palmas	33.665.084,72	306.296	91º
41º	MG	Montes Claros	32.454.996,43	413.487	59º
42º	SE	Aracaju	31.003.036,27	664.908	32º
43º	SC	São José	30.685.182,98	250.181	115º
44º	SC	Palhoça	30.434.625,61	175.272	172º
45º	SP	Ribeirão Preto	29.793.322,31	711.825	26º
46º	SP	São Bernardo do Campo	28.528.549,54	844.483	21º
47º	PA	Santarém	28.394.074,68	306.480	90º
48º	MG	Santa Luzia	28.076.845,21	220.444	138º
49º	SC	Blumenau	27.837.269,82	361.855	73º
50º	RJ	São João de Meriti	27.793.721,57	472.906	50º
51º	PE	Caruaru	27.553.039,20	365.278	71º
52º	MG	Governador Valadares	26.887.855,84	281.046	101º

Posição	UF	Município	Cosip	População 2020	Ranking pop. 2020
			em R\$		
53º	PR	Foz de Iguaçu	26.569.433,28	258.248	110º
54º	SP	Jundiá	26.189.023,72	423.006	57º
55º	PA	Parauapebas	26.042.349,78	213.576	143º
56º	MA	Imperatriz	26.036.484,54	259.337	109º
57º	CE	Caucaia	25.644.343,63	365.212	72º
58º	ES	Cariacica	25.630.312,10	383.917	66º
59º	SP	Osasco	25.566.253,88	699.944	28º
60º	RJ	Petrópolis	25.329.082,71	306.678	89º
61º	SP	Cotia	25.294.850,23	253.608	114º
62º	SP	Indaiatuba	25.185.295,03	256.223	112º
63º	MT	Várzea Grande	24.903.013,96	287.526	96º
64º	PR	Cascavel	24.519.003,80	332.333	83º
65º	SP	São José dos Campos	24.296.389,34	729.737	24º
66º	PA	Marabá	24.213.698,33	283.542	100º
67º	MG	Betim	24.207.765,10	444.784	53º
68º	PB	Campina Grande	24.166.643,09	411.807	61º
69º	SP	Praia Grande	23.894.386,30	330.845	84º
70º	PE	Petrolina	23.535.926,02	354.317	76º
71º	SP	São José do Rio Preto	23.331.895,41	464.983	51º
72º	RJ	Belford Roxo	23.331.487,65	513.118	44º
73º	MT	Rondonópolis	23.266.748,18	236.042	128º
74º	RJ	Maricá	22.953.772,42	164.504	180º
75º	PR	Ponta Grossa	22.414.531,16	355.336	75º
76º	BA	Camaçari	22.053.713,74	304.302	92º
77º	SC	Itajaí	21.865.747,63	223.112	137º
78º	RJ	Rio das Ostras	21.607.204,89	155.193	192º
79º	ES	Guarapari	21.533.099,60	126.701	244º
80º	SP	Santos	21.514.741,61	433.656	54º
81º	CE	Maracanaú	21.265.421,98	229.458	134º
82º	BA	Lauro de Freitas	21.106.745,09	201.635	154º
83º	PE	Paulista	20.812.865,16	334.376	82º
84º	PR	Toledo	20.689.781,30	142.645	206º
85º	ES	Vitória	20.508.367,77	365.855	70º
86º	RS	Novo Hamburgo	20.224.610,45	247.032	116º
87º	PR	São José dos Pinhais	20.163.818,78	329.058	85º
88º	MS	Dourados	20.161.682,06	225.495	135º
89º	MG	Ipatinga	19.966.379,09	265.409	107º
90º	RS	Canoas	19.896.365,74	348.208	77º
91º	SC	Criciúma	19.653.134,14	217.311	141º
92º	CE	Juazeiro do Norte	19.497.926,64	276.264	104º
93º	SP	Guarujá	18.711.292,30	322.750	86º
94º	MG	Sete Lagoas	18.413.705,07	241.835	121º
95º	SP	São Vicente	18.261.842,22	368.355	69º
96º	SP	Mauá	18.246.915,41	477.552	49º
97º	SP	Embu	17.910.150,54	276.535	103º
98º	MG	Ribeirão das Neves	17.648.739,11	338.197	80º
99º	RN	Mossoró	17.383.222,08	300.618	93º
100º	RS	Gravataí	17.362.425,82	283.620	99º

	Total dos 100 maiores	5.137.240.261,34	77.495.650	..
	Total dos demais	5.254.030.280,43	131.201.792	..
	Total dos municípios	10.391.270.541,77	208.697.442	..

Fonte: elaborado por Aequis Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Cosip | RANKING 2020

Posição	UF	Município	Receita total per capita em R\$	Cosip	População 2020	Ranking pop. 2020
				em R\$		
1°	SC	Itapoá	346,94	7.347.198,05	21.177	1685°
2°	PR	Matinhos	322,15	11.345.690,92	35.219	972°
3°	PR	Iguaraçu	298,94	1.327.299,47	4.440	4553°
4°	SC	Governador Celso Ramos	297,66	4.347.606,50	14.606	2362°
5°	PR	Guaratuba	297,28	11.156.166,05	37.527	911°
6°	SC	Bombinhas	260,42	5.295.666,28	20.335	1760°
7°	PR	Pontal do Paraná	252,80	7.056.873,74	27.915	1261°
8°	SC	Garopaba	235,06	5.542.549,11	23.579	1512°
9°	SC	Barra Velha	232,51	6.942.668,37	29.860	1179°
10°	AC	Marechal Thaumaturgo	226,58	4.372.738,42	19.299	1845°
11°	RS	Imbé	225,19	5.240.483,63	23.271	1529°
12°	RN	Tibau	214,58	888.346,12	4.140	4649°
13°	SC	Balneário Piçarras	206,53	4.909.596,72	23.772	1499°
14°	RS	Arroio do Sal	194,78	2.002.173,30	10.279	3075°
15°	SC	Balneário Rincão	185,72	2.404.340,41	12.946	2590°
16°	SC	Palhoça	173,64	30.434.625,61	175.272	172°
17°	PR	São Pedro do Paraná	173,09	396.209,65	2.289	5353°
18°	SP	Peruibe	172,43	11.897.548,85	69.001	480°
19°	SC	Penha	171,43	5.705.843,41	33.284	1053°
20°	ES	Guarapari	169,95	21.533.099,60	126.701	244°
21°	PR	Iporá	169,88	2.341.259,85	13.782	2478°
22°	TO	Porto Nacional	168,95	9.007.537,15	53.316	632°
23°	MG	Monte Sião	168,64	4.052.363,54	24.029	1486°
24°	PR	Icaraima	166,81	1.298.776,03	7.786	3511°
25°	MG	Jacutinga	165,56	4.348.189,22	26.264	1353°
26°	RN	Severiano Melo	164,45	343.378,82	2.088	5415°
27°	PR	Alvorada do Sul	162,42	1.868.260,81	11.503	2816°
28°	SP	Bertioga	156,49	10.128.702,73	64.723	510°
29°	PR	Cianorte	156,04	13.078.947,84	83.816	387°
30°	PR	Goioerê	153,09	4.410.270,73	28.808	1218°
31°	SC	Balneário Gaivota	151,63	1.707.347,79	11.260	2874°
32°	PR	Atalaia	151,42	587.646,03	3.881	4753°
33°	PR	Pato Bragado	151,37	860.378,61	5.684	4087°
34°	SP	Mongaguá	150,66	8.685.413,84	57.648	579°
35°	PR	Ivaiporã	149,77	4.782.976,25	31.935	1103°
36°	PR	Boa Esperança	149,24	603.967,35	4.047	4683°
37°	PR	Santa Isabel do Ivaí	148,82	1.268.390,53	8.523	3355°
38°	PR	Floresta	148,51	1.017.467,13	6.851	3756°
39°	MG	Uberaba	147,88	49.848.200,85	337.092	81°
40°	PR	Mercedes	147,81	824.338,39	5.577	4129°
41°	SC	Biguaçu	147,05	10.217.703,14	69.486	475°
42°	PR	Assis Chateaubriand	145,43	4.848.552,52	33.340	1046°
43°	PR	Toledo	145,04	20.689.781,30	142.645	206°
44°	SP	Guararema	144,02	4.340.214,05	30.136	1172°
45°	PR	Sertãozinho	143,50	2.355.240,28	16.413	2141°
46°	PR	Ubiratã	143,37	2.997.790,54	20.909	1710°
47°	SC	Jaguaruna	143,12	2.903.630,70	20.288	1764°
48°	PR	São Miguel do Iguaçu	142,91	3.940.891,38	27.576	1281°
49°	MG	Capitólio	142,83	1.237.354,01	8.663	3321°
50°	SC	Paulo Lopes	142,76	1.080.525,06	7.569	3580°
51°	PR	Floraí	142,64	699.779,44	4.906	4355°
52°	RJ	Armação dos Búzios	141,79	4.888.352,03	34.477	1004°

Posição	UF	Município	Receita total per capita em R\$	Cosip	População 2020	Ranking pop. 2020
				em R\$		
53°	PR	Ivatuba	141,76	464.822,84	3.279	4972°
54°	PA	Salinópolis	141,45	5.788.263,75	40.922	834°
55°	MG	Lagoa Santa	141,33	9.279.420,89	65.657	504°
56°	RS	Xangri-lá	141,32	2.370.571,92	16.775	2114°
57°	GO	Buriti Alegre	140,89	1.336.167,91	9.484	3183°
58°	PR	Nova Olímpia	140,78	820.199,00	5.826	4051°
59°	GO	Caldas Novas	140,72	13.114.820,19	93.196	346°
60°	PR	Guaporema	139,72	313.104,59	2.241	5376°
61°	RJ	Maricá	139,53	22.953.772,42	164.504	180°
62°	MG	Cruzeiro da Fortaleza	139,39	507.240,84	3.639	4845°
63°	PR	Maripá	139,24	777.260,93	5.582	4128°
64°	RJ	Rio das Ostras	139,23	21.607.204,89	155.193	192°
65°	PR	Jesuítas	139,22	1.159.695,20	8.330	3395°
66°	PR	Marechal Cândido Rondon	138,72	7.420.735,98	53.495	628°
67°	PR	Pérola	137,64	1.558.277,57	11.321	2856°
68°	MT	Nova Xavantina	137,63	2.882.602,25	20.944	1705°
69°	RN	Tibau do Sul	136,72	1.974.290,21	14.440	2386°
70°	CE	Eusébio	136,19	7.400.414,02	54.337	619°
71°	MA	Capinzal do Norte	135,48	1.481.448,97	10.935	2944°
72°	PB	Conde	132,76	3.320.231,94	25.010	1437°
73°	PR	Porecatu	132,67	1.691.267,31	12.748	2617°
74°	MS	Campo Grande	132,30	119.878.717,53	906.092	18°
75°	RN	Extremoz	131,94	3.817.955,54	28.936	1209°
76°	GO	Abadia de Goiás	131,84	1.180.982,41	8.958	3268°
77°	MG	Nova Lima	131,64	12.657.798,17	96.157	333°
78°	MG	Conceição do Pará	131,55	727.853,42	5.533	4143°
79°	MS	São Gabriel do Oeste	130,70	3.557.704,56	27.221	1298°
80°	RJ	Silva Jardim	130,45	2.840.357,87	21.774	1635°
81°	PR	Santa Cruz de Monte Castelo	130,20	1.009.202,32	7.751	3518°
82°	PR	Tupãssi	129,72	1.051.902,74	8.109	3444°
83°	PR	Santa Tereza do Oeste	129,32	1.305.606,05	10.096	3106°
84°	PR	Medianeira	128,92	6.004.306,66	46.574	719°
85°	ES	Baixo Guandu	128,28	3.993.670,41	31.132	1136°
86°	MG	Santa Luzia	127,36	28.076.845,21	220.444	138°
87°	MS	Ivinhema	127,24	2.956.132,54	23.232	1537°
88°	PR	Marmeleiro	126,25	1.816.311,32	14.387	2393°
89°	SC	Porto Belo	126,12	2.766.159,28	21.932	1614°
90°	MT	Primavera do Leste	125,71	7.931.548,16	63.092	525°
91°	ES	Iconha	125,14	1.748.557,80	13.973	2455°
92°	PR	Marialva	124,45	4.455.854,92	35.804	951°
93°	MT	Tapurah	124,41	1.747.516,10	14.046	2444°
94°	MG	Bonfim	123,61	847.992,39	6.860	3754°
95°	SC	São José	122,65	30.685.182,98	250.181	115°
96°	PR	Nova Londrina	122,08	1.611.401,43	13.200	2551°
97°	PR	Jandaia do Sul	122,02	2.590.463,60	21.230	1683°
98°	PA	Paraauapebas	121,93	26.042.349,78	213.576	143°
99°	SP	Itaju	121,71	473.073,22	3.887	4749°
100°	PR	Francisco Beltrão	120,67	11.127.958,08	92.216	349°

	Total dos 100 maiores	147,33	722.535.570,26	4.904.184	..
	Total dos demais	47,44	9.668.734.971,51	203.793.258	..
	Total dos municípios	49,79	10.391.270.541,77	208.697.442	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Congelamento da despesa com pessoal pela LC 173 segurou o gasto em 2020 e 2021

A LC 173, que concedeu auxílios financeiros aos entes subnacionais, vedou contratações, concessão de reajustes salariais e benefícios a partir de 27 de maio de 2020 até o final de 2021. Assim, a despesa com pessoal dos municípios brasileiros teve aumento moderado em 2020 e queda no primeiro semestre de 2021 na comparação com os mesmos períodos do ano anterior.

Os desafios de 2020

O ano de 2020 foi de muitas mudanças e desafios para os municípios. Além do enfrentamento da pandemia, das eleições e do encerramento e transição dos mandatos, as administrações se depararam com a implementação das mudanças pós-reforma previdenciária com a finalidade de adequarem as regras locais às da Emenda Constitucional (EC) nº 103/2019, o que reforçou a agitação entre o Executivo, o Legislativo e os servidores municipais.

Durante o processo legislativo de tramitação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 06/2019, a opção do Congresso Nacional foi a de retirar do texto original as mudanças de aplicação imediata aos servidores estaduais e municipais. Assim, o texto final aprovado na EC nº 103/2019 alterou as regras do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores da União e transferiu a responsabilidade sobre os

demaís servidores aos respectivos legislativos dos entes, que poderão ou não alterar o seu RPPS, no tempo e no modo que julgarem convenientes.

Entretanto, algumas das alterações instituídas no âmbito da reforma federal são obrigatórias a todos os entes, necessitando de aprovação na legislação local. Entre essas modificações estão a majoração da alíquota de contribuição previdenciária de 11% para 14% para os servidores vinculados aos RPPS com déficit atuarial; a proibição do pagamento, por parte do RPPS local, de benefícios temporários, como o auxílio-doença, o auxílio-reclusão, o salário-maternidade e o salário-família, que passaram a ter caráter de verba trabalhista, devendo ser bancados diretamente pelo tesouro municipal; e a instituição de regime de previdência complementar, que restringe o valor do benefício previdenciário do RPPS ao teto do RGPS, atualmente em R\$ 6.433,57, cujo prazo limite é até novembro de 2021.

Tais adequações são requisitos necessários para a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), instrumento condicionante para o recebimento das transferências voluntárias federais, inclusive de empréstimos feitos em instituições financeiras federais, podendo a pendência acarretar prejuízos na continuidade da prestação de serviços locais. O prazo limite para a adequação legal foi fixado inicialmente em 31 de julho de 2020 pela Portaria nº 1.348/2019, da Secretaria de Previdência (SPREV), ligada ao Ministério da Economia, sendo, posteriormente, adiado para 30 de setembro de 2020, pela Portaria nº 18.084/2020, do mesmo órgão. De acordo com as informações da SPREV, até abril de 2021, dos 5.570 municípios do país, 2.127 (38% do total) possuíam RPPS. Desses, 1.178 cidades já haviam alterado a alíquota de contribuição previdenciária, fixando o mínimo de 14% para os seus servidores. Ressalta-se que, ainda no mesmo mês de referência, 956 municípios com RPPS estavam com seus CRPs vencidos, dos quais 186 haviam conseguido o certificado somente via decisão judicial.

Outras regras que já alcançam os municípios com RPPS incluem: avaliação periódica de aposentado por incapacidade permanente (novo termo em substituição à aposentadoria por invalidez), a fim de verificar a manutenção da condição de beneficiário; rompimento do vínculo previdenciário para o servidor que se aposentar pelo RGPS; proibição de complementação de aposentadorias concedidas pelo RGPS; e proibição de criação de novos RPPS, a partir da data da promulgação da EC nº 103/2019.

Apesar de a despesa com pessoal ser um item de difícil contenção, especialmente porque os serviços prestados pelos municípios são intensivos em mão de obra (sobretudo nas áreas

de educação e saúde), as alterações aprovadas na reforma previdenciária tendem a apresentar melhor resultado fiscal no longo prazo. A proibição de criação de novos RPPS e a obrigatoriedade de adoção do regime de previdência complementar, de adesão compulsória aos novos servidores e com a fixação do teto do RGPS para o pagamento dos benefícios, terão o efeito de retirar a pressão inercial sobre o gasto com inativos e pensionistas, mesmo que alguns entes resistam em adotar todas as regras da EC nº 103/2019 ou estabeleçam períodos de transição mais benevolentes.

Além da reforma previdenciária, o ano de 2020 também foi totalmente atípico por conta da pandemia da Covid-19, que trouxe impactos diretos nos caixas dos entes federados, tanto pela desorganização da atividade econômica, que agravou ainda mais a crise social que já vinha se arrastando ao longo dos últimos sete anos, quanto pela pressão na demanda por serviços públicos, especialmente nas áreas da saúde e assistência social.

A fim de elevar a flexibilidade orçamentária dos entes públicos e mitigar os efeitos econômicos e sociais da pandemia, o Congresso Nacional aprovou o Decreto Legislativo nº 06/2020, reconhecendo a ocorrência de estado de calamidade pública em todo o território nacional, entre 20 de março e 31 de dezembro de 2020.

A caracterização do estado de calamidade pública, que se constitui por eventos desastrosos, imprevisíveis e em larga escala, é uma condição especial dentro do ordenamento jurídico brasileiro, que permite, no período de anormalidade, a suspensão de determinadas normas e a aplicação de outras específicas, com repercussões diretas sobre as finanças

públicas dos entes, como a instituição do empréstimo compulsório pela União (artigo 148, I da Constituição Federal), a possibilidade de contratação de bens e serviços por dispensa de licitações (artigo 24, IV da Lei Federal nº 8.666/1993) e a suspensão dos prazos de readequação aos limites fiscais de controle de gastos com pessoal e endividamento, bem como a dispensa da obrigação de limitações de empenho visando ao atingimento dos resultados fiscais (artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101/2000).

Adicionalmente, o Congresso Nacional aprovou, em fins de maio do mesmo ano, a Lei Complementar Federal (LC) nº 173/2020, estabelecendo o “Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19)”, com a destinação de verbas extraordinárias a título de auxílio financeiro aos estados e municípios para ações de combate à pandemia, suspensão do pagamento das dívidas e da execução de garantias dos entes com a União e reestruturação de contratos de operação de crédito.

Objetivando a contenção dos gastos com pessoal no período de combate à pandemia, a LC 173 proibiu, até 31 de dezembro de 2021, a concessão de qualquer vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração, exceto quando derivada de lei anterior à calamidade pública ou de sentença judicial transitada em julgado. A proibição também se estendeu a quaisquer alterações legislativas para modificação do plano de cargos e carreiras ou de criação de cargo, emprego ou função que elevem a despesa com pessoal. Durante esse período, foram proibidas a realização de concursos públicos e as concessões de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que provoquem

o crescimento da despesa com pessoal e que tenham como requisito exclusivamente o tempo de serviço, ficando suspensa, até 31 de dezembro de 2021, a contagem do período aquisitivo dessas vantagens.

A LC 173 também interrompeu o pagamento dos refinanciamentos dos municípios perante o RGPS, entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020, bem como permitiu a suspensão do recolhimento das contribuições previdenciárias patronais aos RPPS, desde que autorizado por lei municipal. Os valores das dívidas não pagas nesse período serão incorporados aos respectivos saldos devedores em 1º de janeiro de 2022, apropriadamente atualizados.

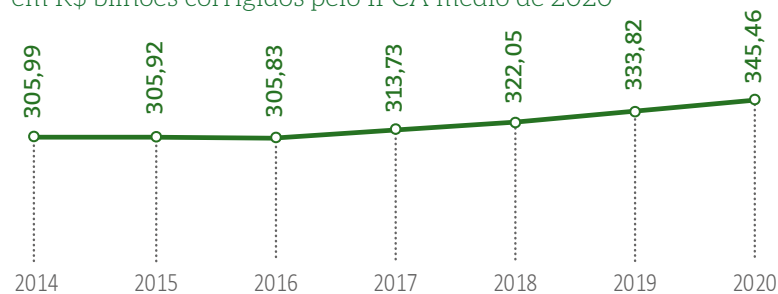
Por fim, a referida norma introduziu alterações na LC nº 101/2000 que restringiram ainda mais a expansão dos gastos com pessoal, especialmente no último ano de governo, vedando a concessão de parcelas de reajustes ou reestruturação de carreiras que resultem em aumento de dispêndio após o término do mandato, bem como a criação ou expansão de despesa de pessoal, inclusive com a nomeação de aprovados em concurso público, nos últimos 180 dias anteriores ao final do mandato. Tal medida visa a evitar o comprometimento dos gestores seguintes, que, muitas vezes, já herdavam as despesas engessadas por compromissos assumidos por seus antecessores, correndo o risco de extrapolar os limites de pessoal e de responder administrativamente por despesas que não foram criadas durante o seu governo.

Desempenho em 2020

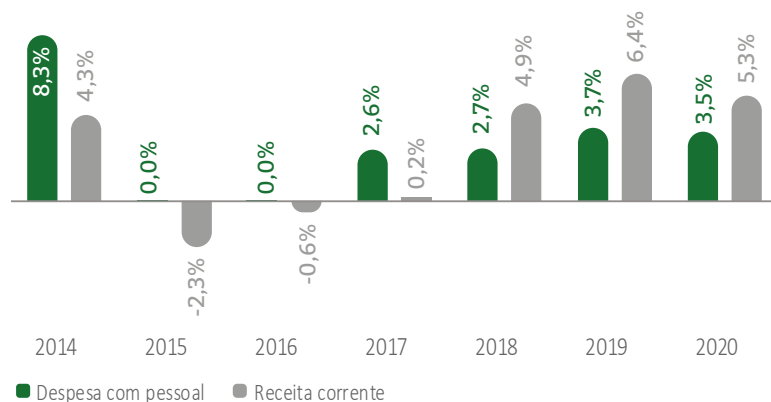
Apesar de todas essas mudanças contextualizadas, em 2020 a despesa com pessoal e encargos sociais dos municípios brasileiros repetiu o mesmo ritmo de expansão do ano anterior, de 3,5%,

considerando a inflação do período medida pelo IPCA, o que elevou o montante do gasto de R\$ 333,82 bilhões para R\$ 345,46 bilhões, um incremento real de R\$ 11,64 bilhões.

Evolução da despesa com pessoal em R\$ bilhões corrigidos pelo IPCA médio de 2020



Taxa de crescimento da despesa com pessoal e da receita corrente em relação ao ano anterior



Entre os fatores que explicam esse crescimento, está o aumento do pagamento de despesas com os servidores ativos, como os vencimentos de pessoal civil, e com as contratações por tempo determinado, que responderam, respectivamente, por 50,9% e 20,2% do incremento de 2019. Enquanto os vencimentos avançaram de R\$ 224,46 bilhões para R\$ 230,38 bilhões de 2019 para 2020, as contratações por tempo determinado subiram de R\$ 23,52 bilhões para R\$ 25,87 bilhões no mesmo período, adicionais de, respectivamente, 2,6% e 10%. Apesar das vedações expressas de ampliação de despesas de pessoal, a LC nº 173/2020 excepcionou aquelas direcionadas aos profissionais de saúde e

de assistência social, desde que relacionadas às medidas de combate à pandemia.

O segundo fator que influenciou no comportamento do gasto com pessoal foram as despesas com aposentadorias, que contribuíram com 27,4% do acréscimo, passando de R\$ 46,86 bilhões em 2019 para R\$ 50,05 bilhões em 2020. Além do crescimento vegetativo regular dessa rubrica, as mudanças nas regras de concessão de benefícios provocadas pela Reforma da Previdência incentivaram vários servidores, que já haviam preenchido os requisitos para a aposentadoria, a darem entrada nos pedidos de afastamento.

As pensões tiveram alta real de apenas 1,4%, o menor entre os principais itens do gasto com pessoal, saindo de R\$ 7,03 bilhões e chegando a R\$ 7,13 bilhões. As obrigações patronais, que incluem as despesas com o pagamento dos encargos sobre a folha de pagamento, assinalaram variação positiva de 2,1%, de R\$ 22,23 bilhões em 2019 para R\$ 22,70 bilhões em 2020.

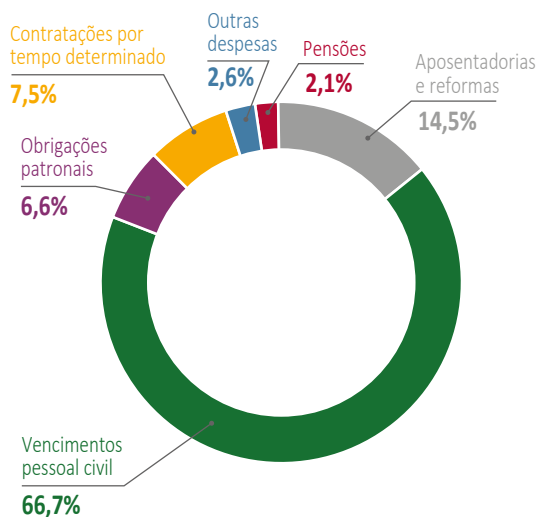
As maiores expansões na despesa com pessoal ocorreram nos municípios com menos de 100 mil habitantes, sendo de 5,3% nas cidades com menos de 20 mil habitantes, de 4,9% naquelas entre 20 mil e

Despesa | Pessoal

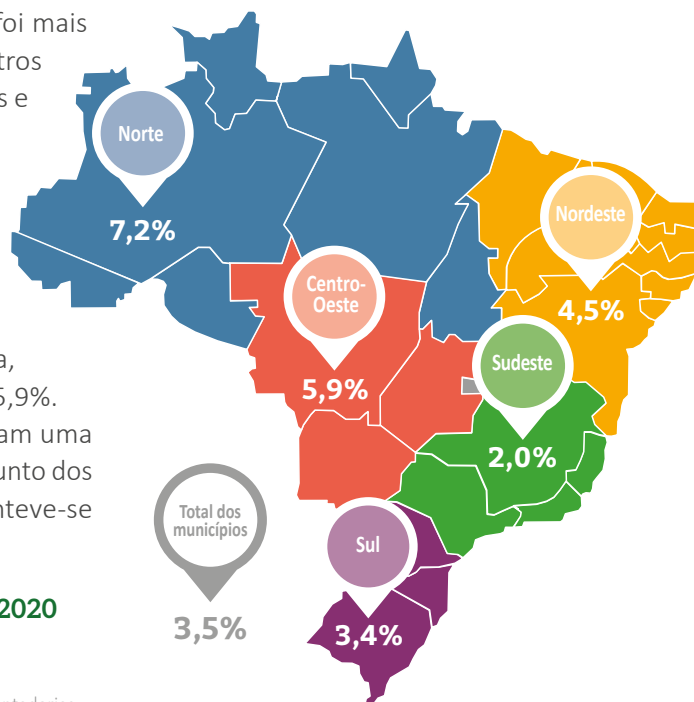
50 mil habitantes e de 5,6% nas que possuem população entre 50 mil e 100 mil habitantes. Nos municípios maiores, a progressão foi mais comedida, variando entre 1,5% nos centros urbanos com mais de 500 mil habitantes e 3,4% naqueles com população entre 200 mil e 500 mil pessoas.

Analisando-se o comportamento da despesa com pessoal por região, observa-se que os municípios do Norte foram os que apresentaram a maior taxa de crescimento real, de 7,2% em média, seguidos pelos do Centro-Oeste, com 5,9%. Já as cidades do Sudeste experimentaram uma variação de 2%, abaixo da média do conjunto dos municípios do país, enquanto o Sul manteve-se próxima à média nacional, com 3,4%.

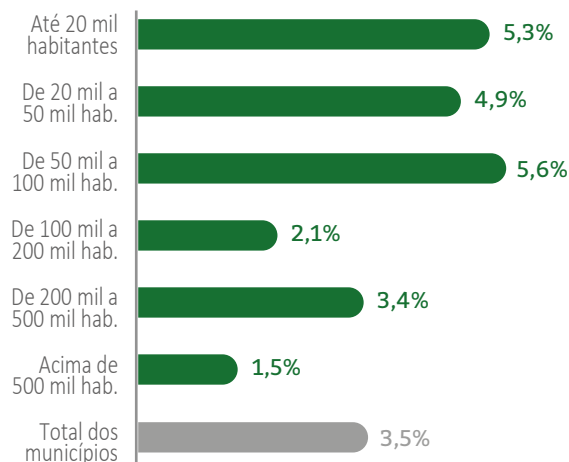
Composição da despesa com pessoal - 2020



Taxa de crescimento real da despesa com pessoal por região - 2020/2019



Taxa de crescimento real da despesa com pessoal por faixa populacional - 2020/2019



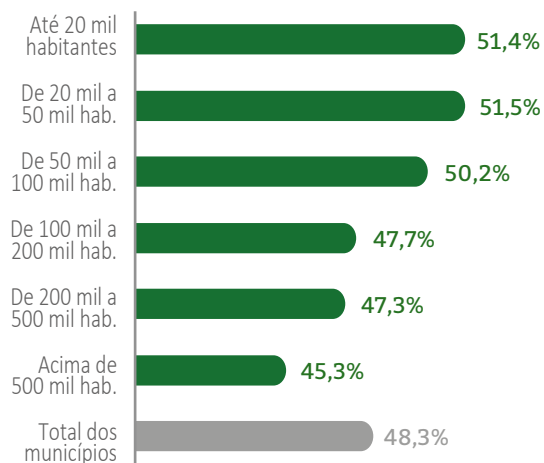
Participação na receita corrente

Implementadas pela União, as ações de socorro financeiro aos municípios para o enfrentamento à crise pandêmica superaram as perdas provocadas pela retração da atividade econômica e contribuíram para o incremento real de 5,3% na receita corrente. Tendo em vista que a taxa de crescimento da despesa com pessoal foi inferior à da receita corrente, o percentual de comprometimento da receita com o item marcou nova redução, passando de 49,1% para 48,3%, entre 2019 e 2020, sendo este o terceiro ano seguido de contração do indicador.

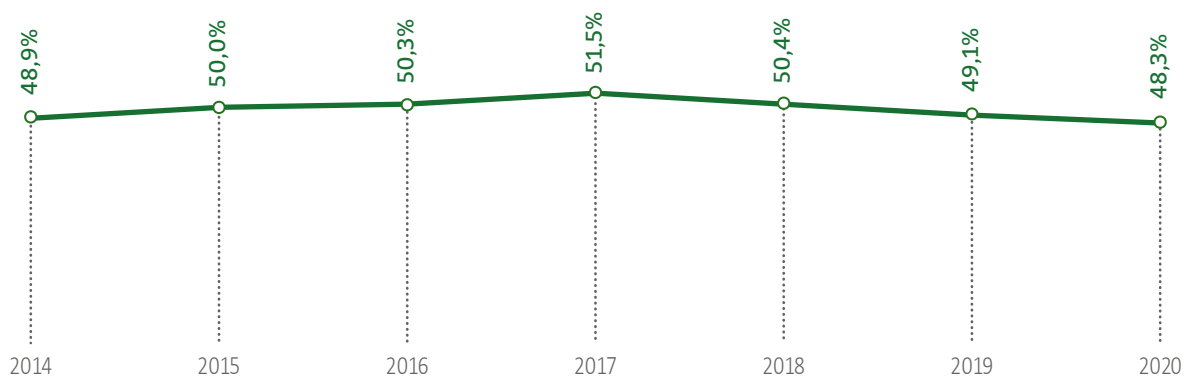
Analisando-se o parâmetro de acordo com as faixas populacionais, nota-se que há uma relação inversa entre o porte populacional e o comprometimento da receita corrente com as despesas com pessoal. Assim, enquanto os municípios com até 50 mil habitantes destinaram, em média, 51%

da receita corrente para o dispêndio, os grandes centros urbanos, aqueles com mais de 500 mil habitantes, comprometeram, em média, 45,3%.

Participação da despesa com pessoal na receita corrente por faixa populacional - 2020



Participação dos gastos com pessoal na receita corrente

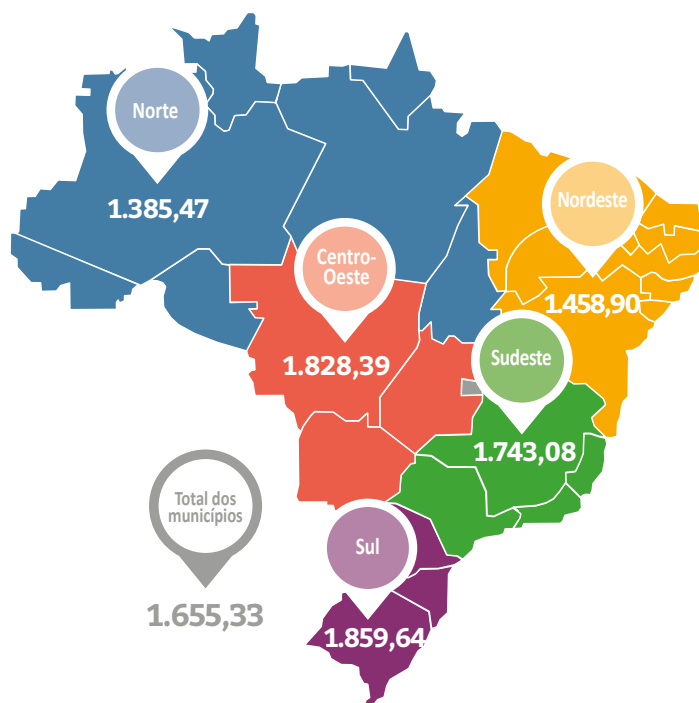


Despesa | Pessoal

Despesa com pessoal por habitante

A despesa com pessoal por habitante, que equivale ao valor médio anual que cada cidadão brasileiro depende para o pagamento dos servidores e aposentados municipais, foi de R\$ 1.655,33 em 2020, o que representou um aumento real de 2,7% em relação ao indicador do ano anterior.

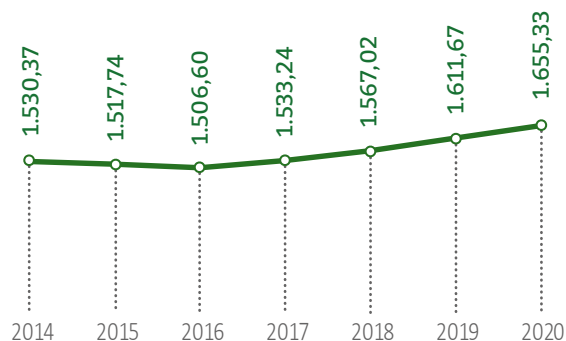
Despesa com pessoal per capita por região - 2020 em R\$ corrigidos pelo IPCA médio de 2020



Analisando-se o comportamento desse indicador desagregado por porte populacional e por região, observa-se que os maiores valores estão concentrados no centro-sul do país, com médias

acima da nacional. A justificativa para essa discrepância deve-se ao nível de receita dos municípios dessas regiões, favorecido pelo maior dinamismo econômico e pela presença de centros urbanos mais populosos, fatores que se refletem em remunerações relativamente mais elevadas no setor público.

Despesa com pessoal per capita em R\$ corrigidos pelo IPCA médio de 2020

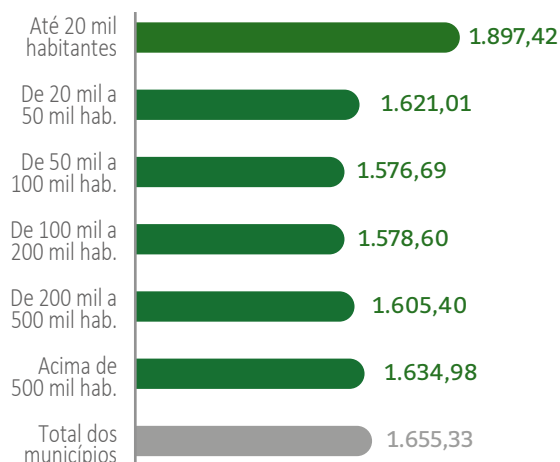


Já os municípios menores, aqueles com menos de 20 mil habitantes, possuem as maiores despesas com pessoal per capita. O valor de R\$ 1.897,38 per capita registrado nessa faixa é 15% maior que a média nacional, o que se explica pela falta de economias de escala¹ na prestação de alguns serviços públicos característica de cidades de menor porte e ainda pelo fato de o setor público ser o principal empregador na maior parte delas. Considere-se ainda o nível da receita total per capita do estrato em foco, que também permanece acima da média nacional.

¹ Economia de escala acontece quando o aumento da oferta por um bem ou serviço é relativamente maior que a alta dos custos para a sua produção, abaixando, assim, o preço médio do bem ou serviço. Exemplo: um ônibus levando um ou 40 passageiros terá um custo similar. Porém, o crescimento do número de viajantes proporciona uma drástica redução do preço médio da passagem.

Despesa com pessoal per capita por faixa populacional - 2020

em R\$ corrigidos pelo IPCA médio de 2020



Primeiro semestre de 2021

A despesa com pessoal no primeiro semestre de 2021 apresentou uma retração real de 2,6% quando comparada ao primeiro semestre de 2020, tendo como principal causa as vedações impostas pela Lei Complementar nº 173/2020, que barrou as contratações e reajustes salariais até 31 de dezembro de 2021, conforme explicado anteriormente. Comparado ao primeiro semestre de 2019, o gasto ficou praticamente estável, com ligeiro aumento de 0,7%. Portanto, pode-se dizer que a tendência para 2021 é a de que os municípios concluam o ano com um dispêndio total com o funcionalismo público em nível próximo ao de 2019.

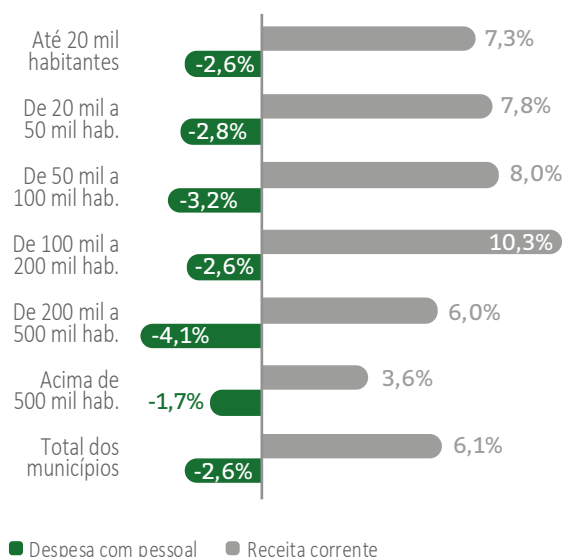
Nos demais estratos populacionais, o comportamento foi próximo à média nacional, com exceção dos municípios com população entre 200 mil e 500 mil habitantes, que tiveram queda de 4,1% no desembolso, e dos grandes centros (com mais de 500 mil habitantes), que recuaram 1,7%.

Em contrapartida, a receita corrente subiu, em média, 6,1% no mesmo período, com aumento em todas as faixas demográficas, o que favorece a redução do comprometimento da receita com os gastos com pessoal. Caso esse movimento da receita corrente tenha continuidade durante o restante de 2021, a grande maioria dos municípios não deverá enfrentar dificuldades para cumprir com o limite do gasto com pessoal dado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Taxa de crescimento real da despesa com pessoal



Taxa de crescimento real da despesa com pessoal e da receita corrente no primeiro semestre - 2021/2020



■ Despesa com pessoal ■ Receita corrente

Pessoal | 2016-2020

UF	População 2020	Região e município	2016	2017	2018	2019	2020	Variação 2020/2019	Part. desp. total 2020	Part. rec. corrente 2020	Pessoal per capita 2020
			em R\$ mil corrigidos pelo IPCA médio de 2020						em %		em R\$
	18.672.591	Norte	21.532.417,0	22.494.046,1	23.110.068,3	24.135.837,7	25.870.341,2	7,2	48,7	50,6	1.385,47
AC	413.418	Rio Branco	370.518,8	366.907,3	405.777,3	413.038,9	403.630,1	-2,3	46,1	42,3	976,32
AC	89.072	Cruzeiro do Sul	93.005,6	82.727,3	97.159,4	87.759,8	99.369,9	13,2	48,4	53,3	1.115,61
AP	512.902	Macapá	474.610,0	446.631,8	461.114,1	460.744,4	480.412,8	4,3	40,1	50,3	936,66
AP	123.096	Santana	...	112.087,8	101.535,4	109.499,2	125.647,1	14,7	56,5	58,2	1.020,72
AM	2.219.580	Manaus	2.192.297,1	2.218.644,1	2.326.178,9	2.396.629,9	2.403.445,1	0,3	38,2	44,1	1.082,84
AM	115.363	Parintins	...	112.441,9	113.154,1	113.947,5	120.598,8	5,8	44,4	47,7	1.045,39
PA	1.499.641	Belém	1.529.692,3	1.407.938,0	1.406.333,0	1.533.825,5
PA	535.547	Ananindeua	...	329.068,5	353.422,2	355.855,4	362.303,2	1,8	41,9	39,7	676,51
PA	306.480	Santarém	333.210,4	415.020,4	328.469,4	376.636,8	398.904,8	5,9	54,2	54,4	1.301,57
PA	283.542	Marabá	443.600,7	396.347,5	433.146,6	444.586,6	442.133,7	-0,6	51,7	41,8	1.559,32
RO	539.354	Porto Velho	723.987,2	763.359,6	774.827,7	781.108,1	845.057,1	8,2	55,9	53,9	1.566,79
RO	130.009	Ji-Paraná	123.844,2	129.805,2	134.578,6	139.677,9	143.772,2	2,9	55,1	43,4	1.105,86
RR	419.652	Boa Vista	476.430,6	503.896,3	524.201,6	554.442,6	598.761,2	8,0	42,7	42,0	1.426,80
RR	30.782	Rorainópolis	32.108,5	...	36.933,0	45.757,0	52.882,7	15,6	50,9	..	1.717,98
TO	306.296	Palmas	498.426,1	485.669,8	511.436,1	550.923,5	659.976,1	19,8	54,7	51,0	2.154,70
TO	183.381	Araguaína	178.921,7	209.376,0	233.681,6	240.348,5	266.906,4	11,0	47,7	49,7	1.455,47
	57.371.142	Nordeste	73.988.973,8	75.471.463,9	77.809.172,8	80.070.195,5	83.698.977,0	4,5	51,8	53,4	1.458,90
AL	1.025.360	Maceió	1.202.945,0	1.219.496,0	1.209.436,2	1.217.243,0	1.193.711,6	-1,9	48,3	42,4	1.164,19
AL	233.047	Arapiraca	339.649,5	317.890,9	330.430,1	336.612,9	342.353,4	1,7	49,4	54,5	1.469,03
BA	2.886.698	Salvador	2.690.031,4	2.673.592,0	2.683.402,5	2.691.887,5	2.680.273,8	-0,4	36,7	39,9	928,49
BA	619.609	Feira de Santana	431.824,4	394.604,4	436.943,8	484.571,5	461.760,7	-4,7	34,5	36,1	745,25
BA	341.128	Vitória da Conquista	359.909,4	367.258,0	380.362,4	393.527,5	397.131,5	0,9	50,0	50,6	1.164,17
BA	304.302	Camaçari	519.232,6	504.371,6	532.705,7	568.840,4	600.833,9	5,6	40,1	47,6	1.974,47
CE	2.686.612	Fortaleza	3.280.636,2	3.335.633,5	3.427.318,8	3.542.647,8	3.667.237,7	3,5	43,0	50,0	1.365,00
CE	365.212	Caucaia	374.174,0	336.734,3	347.806,3	347.030,3	376.378,0	8,5	39,0	43,5	1.030,57
CE	276.264	Juazeiro do Norte	274.057,5	280.673,1	309.431,0	325.767,4	361.858,4	11,1	56,0	62,5	1.309,83
MA	1.108.975	São Luís	1.606.107,3	1.564.381,0	1.545.323,6	1.568.083,6	1.578.353,8	0,7	45,6	47,2	1.423,25
MA	259.337	Imperatriz	337.515,4	359.012,8	396.309,7	427.083,0	480.430,3	12,5	52,8	60,1	1.852,53
PB	817.511	João Pessoa	1.168.813,8	1.207.951,0	1.191.388,7	1.272.391,3	1.324.620,8	4,1	61,2	56,2	1.620,31
PB	411.807	Campina Grande	562.341,4	565.499,1	583.463,1	586.418,7	638.791,0	8,9	57,5	60,4	1.551,19
PE	1.653.461	Recife	2.360.827,8	2.386.764,2	2.354.848,1	2.443.428,9	2.496.799,2	2,2	47,5	49,9	1.510,04
PE	706.867	Jaboatão dos Guararapes	658.627,0	653.400,7	678.333,5	664.558,1	662.183,5	-0,4	50,4	48,3	936,79
PE	393.115	Olinda	348.645,9	350.577,6	337.528,0	346.928,3	362.363,7	4,4	55,8	53,5	921,78
PE	365.278	Caruaru	377.181,5	394.011,0	412.746,4	433.546,9	451.309,9	4,1	55,5	57,3	1.235,52
PE	354.317	Petrolina	341.771,7	354.994,5	372.032,5	425.312,2	437.949,2	3,0	54,4	53,5	1.236,04
PE	334.376	Paulista	272.194,0	268.174,0	277.184,7	286.492,1	314.125,0	9,6	56,0	51,0	939,44
PI	868.075	Teresina	1.409.354,9	1.428.715,6	1.484.986,3	1.526.201,8	1.679.870,9	10,1	50,1	55,3	1.935,17
PI	153.482	Parnaíba	197.812,4	207.278,0	217.446,1	231.597,2	230.456,4	-0,5	56,5	57,2	1.501,52
RN	890.480	Natal	891.400,9	1.183.283,2	1.230.885,1	4,0	48,5	49,1	1.382,27
RN	300.618	Mossoró	369.484,2	354.366,8	371.740,3	369.436,9	391.151,0	5,9	49,1	54,8	1.301,16
SE	664.908	Aracaju	958.931,9	915.278,6	921.519,4	902.791,9	915.219,3	1,4	49,0	46,1	1.376,46
SE	185.706	Nossa Senhora do Socorro	158.995,4	181.535,0	...	206.006,7
	13.449.154	Centro-Oeste¹	20.744.392,3	21.793.509,5	22.367.750,8	23.210.524,5	24.590.311,9	5,9	50,2	49,0	1.828,39
GO	1.536.097	Goiânia	2.363.649,2	2.474.721,5	2.485.233,8	2.698.445,5	2.829.922,9	4,9	52,9	50,2	1.842,28
GO	590.146	Aparecida de Goiânia	510.984,6	549.526,1	577.115,5	600.165,4	622.813,5	3,8	48,8	45,8	1.055,35
GO	391.772	Anápolis	625.496,0	674.307,2	681.038,7	726.803,1	708.674,8	-2,5	53,7	56,6	1.808,90
MT	618.124	Cuiabá	1.079.795,8	1.166.802,3	1.166.781,0	1.212.605,1	1.258.617,3	3,8	47,8	49,1	2.036,19
MT	287.526	Várzea Grande	271.275,5	307.684,6	314.853,2	326.119,7	350.661,3	7,5	44,1	45,5	1.219,58
MS	906.092	Campo Grande	1.875.775,2	1.793.372,3	1.941.782,5	2.072.072,2	2.141.623,0	3,4	55,0	53,8	2.363,58
MS	225.495	Dourados	410.871,4	441.339,7	414.153,9	505.046,7	514.531,6	1,9	64,6	55,1	2.281,79
	89.012.240	Sudeste	140.990.937,5	143.212.635,2	146.501.578,2	152.085.751,9	155.155.832,7	2,0	45,4	45,4	1.743,08
ES	365.855	Vitória	896.237,3	898.215,1	895.699,1	939.351,1	908.337,7	-3,3	48,6	47,4	2.482,78
ES	527.240	Serra	626.499,4	598.045,7	596.428,1	616.438,1	613.367,9	-0,5	40,9	43,1	1.163,36
ES	501.325	Vila Velha	410.133,0	416.613,9	446.592,0	483.324,7	505.538,7	4,6	47,4	42,8	1.008,41
ES	383.917	Cariacica	313.109,7	300.402,1	303.854,8	306.225,2	306.515,4	0,1	39,8	39,1	798,39
MG	2.521.564	Belo Horizonte	4.074.347,8	4.277.004,8	4.330.656,4	4.486.462,5	4.667.033,7	4,0	40,6	40,4	1.850,85
MG	699.097	Uberlândia	902.235,1	896.262,6	916.495,3	918.660,7	956.628,0	4,1	36,1	34,3	1.368,38
MG	668.949	Contagem	828.420,7	861.430,5	900.656,0	911.122,2	903.951,6	-0,8	42,5	43,8	1.351,30

UF	População 2020	Região e município	2016	2017	2018	2019	2020	Varição 2020/2019	Part. desp. total 2020	Part. rec. corrente 2020	Pessoal per capita 2020
			em R\$ mil corrigidos pelo IPCA médio de 2020						em %		em R\$
MG	573.285	Juiz de Fora	807.709,7	832.869,2	875.293,0	853.240,8	851.793,7	-0,2	49,8	46,1	1.485,81
MG	444.784	Betim	900.735,6	886.224,8	936.100,2	914.230,7	938.163,6	2,6	51,4	44,6	2.109,26
MG	413.487	Montes Claros	460.161,6	388.866,7	416.872,0	406.025,0	467.324,1	15,1	44,6	40,9	1.130,20
MG	338.197	Ribeirão das Neves	228.185,0	230.501,1	254.059,6	213.944,6	218.027,5	1,9	43,2	42,0	644,68
MG	337.092	Uberaba	435.881,3	399.213,2	466.808,3	475.433,9	550.987,3	15,9	42,1	37,9	1.634,53
MG	281.046	Governador Valadares	445.392,0	478.045,1	502.794,4	507.502,6	556.458,0	9,6	56,8	56,2	1.979,95
RJ	6.747.815	Rio de Janeiro	13.788.127,4	14.017.361,0	13.938.758,3	14.900.626,3	15.183.986,1	1,9	60,2	62,6	2.250,21
RJ	1.091.737	São Gonçalo	...	578.174,7	669.049,6	743.800,7	812.156,9	9,2	55,6	54,5	743,91
RJ	924.624	Duque de Caxias	1.665.274,6	1.665.481,1	1.465.880,2	1.462.176,4	1.452.702,1	-0,6	50,8	..	1.571,13
RJ	823.302	Nova Iguaçu	639.065,3	724.293,4	725.389,1	758.794,2	739.421,4	-2,6	41,1	41,7	898,12
RJ	515.317	Niterói	1.168.271,0	1.217.659,1	1.357.683,3	1.440.382,6	1.555.041,5	8,0	43,0	45,5	3.017,64
RJ	513.118	Belfor Roxo	461.757,0	354.336,0	371.823,3	370.539,0	388.986,1	5,0	46,7	48,1	758,08
RJ	511.168	Campos dos Goytacazes	1.113.134,4	1.082.188,6	1.112.594,8	1.033.134,4	945.013,8	-8,5	55,2	58,4	1.848,73
RJ	472.906	São João de Meriti	327.633,0	377.478,6	...	415.428,9	423.409,8	1,9	53,1	59,0	895,34
RJ	306.678	Petrópolis	502.951,7	390.572,5	525.093,8	519.883,6	547.194,8	5,3	46,5	45,7	1.784,26
RJ	273.988	Volta Redonda	462.714,1	466.985,8	462.321,5	457.260,4	511.333,7	11,8	47,5	49,5	1.866,26
SP	12.325.232	São Paulo	20.024.368,7	20.453.403,4	21.198.735,4	21.948.902,6	21.943.284,8	0,0	35,5	36,0	1.780,35
SP	1.392.121	Guarulhos	1.962.507,3	2.123.353,0	2.231.710,7	2.109.060,3	1.916.463,3	-9,1	47,2	46,1	1.376,65
SP	1.213.792	Campinas	2.443.241,8	2.413.612,7	2.376.407,0	2.460.715,0	2.467.945,9	0,3	45,6	43,0	2.033,25
SP	844.483	São Bernardo do Campo	1.516.146,0	1.466.804,4	1.501.806,6	1.529.601,6	1.551.867,5	1,5	34,2	40,0	1.837,65
SP	729.737	São José dos Campos	1.238.900,3	1.232.852,1	1.290.707,7	1.323.565,8	1.312.226,7	-0,9	42,5	44,0	1.798,22
SP	721.368	Santo André	1.016.690,4	969.194,2	1.018.047,4	1.052.191,9	1.106.219,8	5,1	39,5	43,8	1.533,50
SP	711.825	Ribeirão Preto	1.349.341,3	1.403.916,9	1.496.498,5	1.469.426,3	1.427.611,7	-2,8	50,2	51,3	2.005,57
SP	699.944	Osasco	1.073.482,8	1.064.378,2	1.024.214,3	1.055.066,5	1.051.787,3	-0,3	37,7	39,1	1.502,67
SP	687.357	Sorocaba	1.175.051,7	1.148.224,9	1.160.007,9	1.204.744,7	1.215.731,2	0,9	44,0	42,3	1.768,70
SP	477.552	Mauá	342.223,0	340.965,6	363.317,5	374.244,8	446.682,8	19,4	37,9	38,7	935,36
SP	464.983	São José do Rio Preto	559.309,5	584.267,3	610.271,4	655.156,2	652.858,8	-0,4	34,3	35,7	1.404,05
SP	450.785	Mogi das Cruzes	533.533,7	553.165,2	572.513,5	611.390,7	594.847,2	-2,7	37,9	38,2	1.319,58
SP	433.656	Santos	1.240.754,3	1.230.377,0	1.279.255,5	1.327.995,2	1.295.255,9	-2,5	44,7	46,6	2.986,83
SP	426.757	Diadema	639.038,8	681.417,1	686.275,8	694.481,1	688.009,3	-0,9	53,8	56,7	1.612,18
SP	423.006	Jundiaí	961.294,2	967.741,4	1.013.870,6	1.057.120,9	1.054.762,6	-0,2	46,7	47,9	2.493,49
SP	407.252	Piracicaba	767.538,5	768.839,3	789.577,4	805.499,2	784.056,1	-2,7	46,7	44,6	1.925,24
SP	403.183	Carapicuíba	223.255,6	...	226.033,1	...	241.556,2	..	37,2	..	599,12
SP	379.297	Bauru	611.188,1	650.915,6	673.749,4	709.594,9	684.321,2	-3,6	56,5	58,0	1.804,18
30.192.315	Sul	48.577.021,1	50.758.361,2	52.261.649,4	54.321.785,8	56.146.814,4	3,4	49,5	48,3	1.859,64	
PR	1.948.626	Curitiba	3.784.619,7	3.754.158,0	3.717.415,5	3.749.311,6	3.859.872,2	2,9	46,3	47,0	1.980,82
PR	575.377	Londrina	978.890,8	947.087,5	1.001.693,6	1.055.544,6	1.100.634,7	4,3	49,8	50,3	1.912,89
PR	430.157	Maringá	641.344,3	678.536,3	709.630,1	731.882,0	764.838,7	4,5	46,0	45,7	1.778,05
PR	355.336	Ponta Grossa	415.998,5	441.286,5	473.600,8	464.751,2	502.999,3	8,2	51,3	54,3	1.415,56
PR	332.333	Cascavel	426.423,8	460.918,2	504.091,7	540.613,0	589.322,1	9,0	54,8	54,1	1.773,29
PR	329.058	São José dos Pinhais	431.051,5	460.442,1	461.389,2	492.704,8	443.099,9	-10,1	44,1	41,5	1.346,57
PR	258.248	Foz do Iguaçu	391.094,2	479.899,8	536.707,5	576.421,8	593.302,7	2,9	52,5	53,0	2.297,41
RS	1.488.252	Porto Alegre	3.149.248,6	3.225.451,3	3.171.430,2	3.042.747,2	3.041.147,8	-0,1	46,8	43,3	2.043,44
RS	517.451	Caxias do Sul	894.959,5	877.311,5	916.457,6	917.448,2	914.914,9	-0,3	46,9	48,0	1.768,12
RS	348.208	Canoas	572.806,5	577.052,7	592.283,3	621.147,5	633.138,8	1,9	37,3	37,6	1.818,28
RS	343.132	Pelotas	413.680,9	463.103,2	477.207,0	496.254,5	483.577,6	-2,6	46,7	44,4	1.409,30
RS	283.677	Santa Maria	359.835,5	384.684,6	391.617,8	407.501,4	415.993,5	2,1	60,9	58,7	1.466,43
RS	283.620	Gravatá	347.728,6	368.764,7	363.358,2	369.410,3	378.529,4	2,5	42,0	45,6	1.334,64
RS	256.302	Viamão	203.678,4	226.477,9	238.893,6	253.541,0	272.557,1	7,5	57,2	..	1.063,42
SC	508.826	Florianópolis	902.132,2	1.074.449,9	1.089.230,1	1.117.259,3	1.156.156,1	3,5	56,6	58,2	2.272,20
SC	597.658	Joinville	1.026.071,6	1.114.280,1	1.165.828,0	1.203.967,6	1.281.192,4	6,4	58,5	53,6	2.143,69
SC	361.855	Blumenau	678.467,4	696.428,5	734.459,6	782.358,3	829.656,1	6,0	51,6	51,4	2.292,79
	83.116.849	Cidades selecionadas	122.173.043,3	123.732.089,6	126.607.405,2	131.105.611,9	133.460.866,9	1,8	45,1	45,8	1.605,70
	31.794.649	Até 20 mil habitantes	52.324.337,9	54.128.997,0	55.500.255,5	57.266.018,6	60.327.952,2	5,3	50,8	51,4	1.897,42
	47.479.406	Capitais	73.773.313,0	74.897.534,7	76.052.036,3	79.206.455,3	80.791.873,3	2,0	44,4	45,3	1.701,62
	208.697.442	Total dos municípios	305.833.741,7	313.730.015,8	322.050.219,5	333.824.095,3	345.462.277,3	3,5	48,0	48,3	1.655,33

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: *não inclui Brasília.

Pessoal | RANKING 2020

Posição	UF	Município	Pessoal	População 2020	Ranking pop. 2020
			em R\$		
1º	SP	São Paulo	21.943.284.823,55	12.325.232	1º
2º	RJ	Rio de Janeiro	15.183.986.107,13	6.747.815	2º
3º	MG	Belo Horizonte	4.667.033.678,45	2.521.564	5º
4º	PR	Curitiba	3.859.872.213,75	1.948.626	7º
5º	CE	Fortaleza	3.667.237.653,84	2.686.612	4º
6º	RS	Porto Alegre	3.041.147.800,90	1.488.252	11º
7º	GO	Goiânia	2.829.922.907,95	1.536.097	9º
8º	BA	Salvador	2.680.273.771,50	2.886.698	3º
9º	PE	Recife	2.496.799.239,00	1.653.461	8º
10º	SP	Campinas	2.467.945.857,20	1.213.792	13º
11º	AM	Manaus	2.403.445.149,11	2.219.580	6º
12º	MS	Campo Grande	2.141.622.971,58	906.092	18º
13º	SP	Guarulhos	1.916.463.315,13	1.392.121	12º
14º	PI	Teresina	1.679.870.898,62	868.075	20º
15º	MA	São Luís	1.578.353.812,00	1.108.975	14º
16º	RJ	Niterói	1.555.041.501,55	515.317	43º
17º	SP	São Bernardo do Campo	1.551.867.506,71	844.483	21º
18º	RJ	Duque de Caxias	1.452.702.109,51	924.624	17º
19º	SP	Ribeirão Preto	1.427.611.731,95	711.825	26º
20º	PB	João Pessoa	1.324.620.786,98	817.511	23º
21º	SP	São José dos Campos	1.312.226.730,91	729.737	24º
22º	SP	Santos	1.295.255.906,68	433.656	54º
23º	SC	Joinville	1.281.192.426,70	597.658	35º
24º	MT	Cuiabá	1.258.617.273,24	618.124	34º
25º	RN	Natal	1.230.885.075,51	890.480	19º
26º	RJ	Macaé	1.220.201.179,18	261.501	108º
27º	SP	Sorocaba	1.215.731.216,16	687.357	30º
28º	AL	Maceió	1.193.711.597,49	1.025.360	16º
29º	SP	Barueri	1.165.473.045,01	276.982	102º
30º	SC	Florianópolis	1.156.156.083,70	508.826	47º
31º	SP	Santo André	1.106.219.758,07	721.368	25º
32º	PR	Londrina	1.100.634.700,16	575.377	37º
33º	SP	Jundiaí	1.054.762.552,83	423.006	57º
34º	SP	Osasco	1.051.787.331,50	699.944	28º
35º	MG	Uberlândia	956.627.990,37	699.097	29º
36º	RJ	Campos dos Goytacazes	945.013.786,65	511.168	46º
37º	MG	Betim	938.163.575,69	444.784	53º
38º	SE	Aracaju	915.219.344,06	664.908	32º
39º	RS	Caxias do Sul	914.914.855,33	517.451	42º
40º	ES	Vitória	908.337.676,12	365.855	70º
41º	MG	Contagem	903.951.557,88	668.949	31º
42º	MG	Juiz de Fora	851.793.703,48	573.285	38º
43º	RO	Porto Velho	845.057.078,76	539.354	39º
44º	SC	Blumenau	829.656.140,23	361.855	73º
45º	RJ	São Gonçalo	812.156.886,91	1.091.737	15º
46º	SP	Piracicaba	784.056.130,88	407.252	62º
47º	PR	Maringá	764.838.730,29	430.157	55º
48º	SP	Praia Grande	742.802.394,96	330.845	84º
49º	RJ	Nova Iguaçu	739.421.355,63	823.302	22º
50º	SP	Paulínia	731.798.330,11	112.003	287º
51º	SC	Itajaí	716.114.296,95	223.112	137º
52º	PA	Parauapebas	711.731.814,99	213.576	143º

Posição	UF	Município	Pessoal	População 2020	Ranking pop. 2020
			em R\$		
53º	GO	Anápolis	708.674.752,92	391.772	65º
54º	SP	Diadema	688.009.280,33	426.757	56º
55º	SP	Bauru	684.321.198,67	379.297	67º
56º	PE	Jaboatão dos Guararapes	662.183.526,12	706.867	27º
57º	TO	Palmas	659.976.107,64	306.296	91º
58º	SP	São José do Rio Preto	652.858.761,32	464.983	51º
59º	SP	Guarujá	651.003.422,19	322.750	86º
60º	PB	Campina Grande	638.790.997,64	411.807	61º
61º	RS	Canoas	633.138.846,83	348.208	77º
62º	SP	São Caetano do Sul	630.631.208,72	161.957	183º
63º	GO	Aparecida de Goiânia	622.813.497,48	590.146	36º
64º	SP	Taubaté	616.087.265,50	317.915	87º
65º	ES	Serra	613.367.917,95	527.240	41º
66º	BA	Camaçari	600.833.915,29	304.302	92º
67º	RR	Boa Vista	598.761.201,90	419.652	58º
68º	SP	Mogi das Cruzes	594.847.195,28	450.785	52º
69º	PR	Foz do Iguaçu	593.302.651,42	258.248	110º
70º	PR	Cascavel	589.322.058,95	332.333	83º
71º	MG	Governador Valadares	556.457.967,40	281.046	101º
72º	GO	Rio Verde	551.046.164,56	241.518	122º
73º	MG	Uberaba	550.987.282,09	337.092	81º
74º	RJ	Petrópolis	547.194.813,62	306.678	89º
75º	SP	São Vicente	538.329.474,03	368.355	69º
76º	RJ	Maricá	525.943.294,75	164.504	180º
77º	RJ	Angra dos Reis	525.101.443,11	207.044	151º
78º	SP	Cubatão	522.186.118,51	131.626	230º
79º	MS	Dourados	514.531.572,18	225.495	135º
80º	RJ	Volta Redonda	511.333.673,80	273.988	105º
81º	PR	Araucária	509.606.848,69	146.214	202º
82º	ES	Vila Velha	505.538.720,64	501.325	48º
83º	SC	Balneario Camboriú	503.058.880,73	145.796	204º
84º	PR	Ponta Grossa	502.999.337,79	355.336	75º
85º	RS	Pelotas	483.577.598,60	343.132	78º
86º	SP	Indaiatuba	481.553.960,54	256.223	112º
87º	MA	Imperatriz	480.430.325,54	259.337	109º
88º	AP	Macapá	480.412.826,16	512.902	45º
89º	PE	Ipojuca	470.775.130,17	97.669	329º
90º	MG	Montes Claros	467.324.097,07	413.487	59º
91º	BA	Feira de Santana	461.760.661,74	619.609	33º
92º	SP	Marília	457.829.603,46	240.590	124º
93º	SP	Araraquara	452.868.297,94	238.339	127º
94º	PE	Caruaru	451.309.855,66	365.278	71º
95º	SP	Santana de Parnaíba	447.043.072,15	142.301	207º
96º	SP	Mauá	446.682.768,68	477.552	49º
97º	PR	São José dos Pinhais	443.099.929,80	329.058	85º
98º	PA	Marabá	442.133.722,45	283.542	100º
99º	SP	Limeira	440.338.180,14	308.482	88º
100º	PE	Petrolina	437.949.196,56	354.317	76º

	Total dos 100 maiores	137.671.942.987,55	78.793.968	..
	Total dos demais	207.790.334.274,70	129.903.474	..
	Total dos municípios	345.462.277.262,25	208.697.442	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Pessoal per capita | RANKING 2020

Posição	UF	Município	Pessoal per capita	Pessoal	População 2020	Ranking pop. 2020
			em R\$			
1°	SP	Borá	8.059,36	6.753.745,95	838	5567°
2°	RS	Engenho Velho	8.001,70	7.857.667,61	982	5565°
3°	BA	São Francisco do Conde	7.879,26	317.100.851,43	40.245	854°
4°	MT	Araguaína	7.796,83	7.375.802,58	946	5566°
5°	MG	Grupiara	7.611,77	10.557.522,73	1.387	5550°
6°	MG	Serra da Saudade	7.510,09	5.827.826,84	776	5568°
7°	MG	Jeceaba	7.472,90	36.258.493,86	4.852	4377°
8°	AM	Japurá	7.144,16	16.081.512,01	2.251	5369°
9°	MG	Cachoeira Dourada	7.048,13	19.072.249,04	2.706	5209°
10°	PA	Jacareacanga	7.033,12	53.381.372,12	7.590	3572°
11°	SP	Uru	7.025,62	8.100.542,23	1.153	5562°
12°	ES	Presidente Kennedy	6.817,84	79.482.425,69	11.658	2787°
13°	SP	Nova Castilho	6.733,64	8.605.591,03	1.278	5557°
14°	RS	Pinhal da Serra	6.695,00	12.841.001,22	1.918	5464°
15°	RN	Guamaré	6.668,92	106.456.038,14	15.963	2196°
16°	SP	Paulínia	6.533,74	731.798.330,11	112.003	287°
17°	GO	Alto Horizonte	6.401,04	42.278.871,71	6.605	3827°
18°	PR	Altamira do Paraná	6.264,03	10.536.092,18	1.682	5508°
19°	SP	Turmalina	6.138,18	10.410.347,50	1.696	5507°
20°	RS	União da Serra	6.099,02	6.818.704,18	1.118	5563°
21°	TO	Lajeado	6.011,98	19.039.932,79	3.167	5025°
22°	GO	Davinópolis	6.010,81	12.586.633,53	2.094	5412°
23°	RN	Severiano Melo	5.958,55	12.441.442,39	2.088	5415°
24°	PR	Jardim Olinda	5.954,54	7.859.990,99	1.320	5555°
25°	MS	Selvíria	5.914,52	38.692.801,85	6.542	3847°
26°	SP	Pontes Gestal	5.911,20	15.233.167,23	2.577	5258°
27°	RN	Bodó	5.778,67	12.695.735,42	2.197	5388°
28°	MG	Água Comprida	5.738,85	11.431.782,81	1.992	5439°
29°	SC	Santiago do Sul	5.690,52	7.027.793,41	1.235	5559°
30°	SC	Capão Alto	5.687,81	14.196.775,06	2.496	5288°
31°	SC	Presidente Castello Branco	5.643,98	8.731.240,25	1.547	5533°
32°	RS	Porto Vera Cruz	5.596,77	7.320.578,97	1.308	5556°
33°	RO	Pimenteiras do Oeste	5.522,95	11.863.289,29	2.148	5398°
34°	RS	Capão Bonito do Sul	5.518,45	9.055.771,13	1.641	5514°
35°	PA	Vitória do Xingu	5.490,33	83.886.760,43	15.279	2283°
36°	SC	Piratuba	5.488,11	20.552.984,34	3.745	4810°
37°	PR	Alto Paraíso	5.475,69	14.702.220,46	2.685	5218°
38°	GO	Aparecida do Rio Doce	5.392,34	13.340.648,09	2.474	5297°
39°	SC	Lajeado Grande	5.388,67	7.641.127,30	1.418	5548°
40°	RJ	Carapebus	5.337,27	88.524.019,61	16.586	2129°
41°	MS	Jateí	5.307,62	21.341.954,81	4.021	4700°
42°	RS	Tupanci do Sul	5.260,66	7.675.297,47	1.459	5545°
43°	RS	Pedras Altas	5.236,19	10.231.513,46	1.954	5450°
44°	RS	Lagoa dos Três Cantos	5.218,19	8.385.631,82	1.607	5524°
45°	SP	Monções	5.216,86	11.826.628,93	2.267	5360°
46°	GO	Água Limpa	5.209,55	9.533.471,37	1.830	5479°
47°	PA	Canaã dos Carajás	5.180,40	197.388.756,22	38.103	900°
48°	SP	Santana do Ponte Pensa	5.171,31	7.586.304,57	1.467	5543°
49°	SP	Santa Clara d'Oeste	5.158,82	10.900.579,11	2.113	5406°
50°	SC	Paial	5.158,55	7.603.707,90	1.474	5542°
51°	SC	Flor do Sertão	5.143,75	8.121.980,31	1.579	5528°
52°	MG	Olaria	5.131,81	8.826.711,01	1.720	5503°

Posição	UF	Município	Pessoal per capita	Pessoal	População 2020	Ranking pop. 2020
			em R\$			
53°	RS	Alto Alegre	5.107,98	8.239.165,67	1.613	5522°
54°	MG	Cedro do Abaeté	5.066,26	5.861.668,23	1.157	5561°
55°	RS	Eugênio de Castro	5.062,70	11.907.472,22	2.352	5337°
56°	RS	Triunfo	5.032,12	150.238.920,51	29.856	1180°
57°	RS	Dois Irmãos das Missões	5.012,66	10.065.414,70	2.008	5436°
58°	ES	Itapemirim	5.005,34	173.465.087,03	34.656	993°
59°	PR	Santa Inês	4.996,05	7.963.704,84	1.594	5526°
60°	SP	Flora Rica	4.993,01	7.139.998,02	1.430	5547°
61°	SC	Marema	4.981,94	8.718.402,52	1.750	5495°
62°	MG	Antônio Prado de Minas	4.952,12	7.859.020,50	1.587	5527°
63°	MG	Doresópolis	4.948,88	7.586.627,80	1.533	5535°
64°	RS	André da Rocha	4.934,14	6.626.550,51	1.343	5553°
65°	SC	Jardinópolis	4.910,34	7.591.378,24	1.546	5534°
66°	SC	Tigrinhos	4.903,11	7.938.129,59	1.619	5520°
67°	SP	Mesópolis	4.901,14	9.336.674,77	1.905	5467°
68°	GO	São João da Paraúna	4.899,54	6.589.880,74	1.345	5552°
69°	RS	Santo Antônio do Planalto	4.867,85	9.828.192,41	2.019	5433°
70°	PI	Miguel Leão	4.833,46	6.003.159,39	1.242	5558°
71°	PE	Ipojuca	4.820,11	470.775.130,17	97.669	329°
72°	SP	Ilhabela	4.802,65	170.931.090,83	35.591	958°
73°	PB	São José do Brejo do Cruz	4.790,93	8.676.370,42	1.811	5482°
74°	SE	Amparo de São Francisco	4.782,19	11.381.601,29	2.380	5326°
75°	RS	Vila Lângaro	4.781,61	9.945.757,01	2.080	5417°
76°	GO	Lagoa Santa	4.778,96	7.746.701,21	1.621	5519°
77°	RS	São José do Herval	4.773,72	9.275.328,64	1.943	5456°
78°	SP	Turiúba	4.731,58	9.557.795,60	2.020	5432°
79°	RS	Boa Vista das Missões	4.708,19	9.849.530,34	2.092	5413°
80°	MG	Araporá	4.672,68	32.386.378,73	6.931	3739°
81°	SP	Arco-Íris	4.671,29	8.282.205,29	1.773	5490°
82°	RS	Quevedos	4.667,08	13.021.162,45	2.790	5166°
83°	RJ	Macaé	4.666,14	1.220.201.179,18	261.501	108°
84°	RS	Bom Progresso	4.659,72	8.848.815,12	1.899	5468°
85°	RS	Gentil	4.649,76	7.560.502,71	1.626	5518°
86°	PR	Nova Aliança do Ivaí	4.643,80	7.202.533,62	1.551	5531°
87°	MT	Serra Nova Dourada	4.622,66	7.756.816,30	1.678	5509°
88°	SP	União Paulista	4.620,54	8.617.315,55	1.865	5473°
89°	RS	Quatro Irmãos	4.615,35	8.566.094,47	1.856	5474°
90°	RS	Sete de Setembro	4.606,25	8.982.186,23	1.950	5454°
91°	RJ	São João da Barra	4.590,32	167.193.066,40	36.423	938°
92°	RS	Nicolau Vergueiro	4.587,32	7.679.178,11	1.674	5510°
93°	MG	São Sebastião do Rio Preto	4.581,63	6.835.794,10	1.492	5540°
94°	RS	Ponte Preta	4.581,05	6.981.526,18	1.524	5536°
95°	GO	Perolândia	4.567,28	14.354.951,10	3.143	5035°
96°	RS	Boa Vista do Cadeado	4.566,97	11.271.270,47	2.468	5301°
97°	PR	Esperança Nova	4.566,57	7.603.345,15	1.665	5511°
98°	RS	Coxilha	4.563,50	12.517.685,62	2.743	5189°
99°	RS	Vista Alegre do Prata	4.559,67	7.099.410,36	1.557	5529°
100°	SC	Alto Bela Vista	4.549,14	8.761.647,69	1.926	5461°

	Total dos 100 maiores	5.342,93	4.966.664.038,52	929.577	..
	Total dos demais	1.638,83	340.495.613.223,73	207.767.865	..
	Total dos municípios	1.655,33	345.462.277.262,25	208.697.442	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Pandemia pressiona custeio das médias e grandes cidades

Nas cidades menores, as despesas com custeio se mantiveram relativamente constantes.

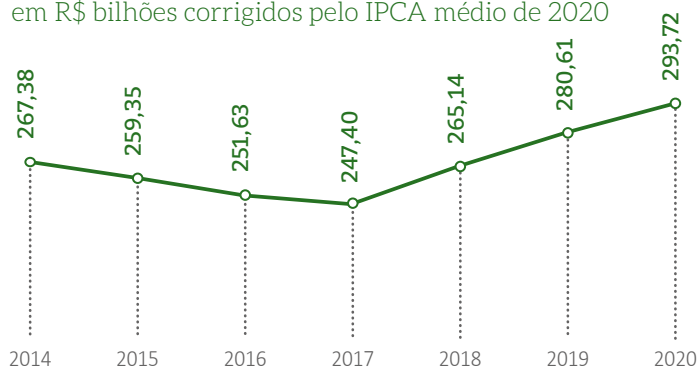
Desempenho em 2020

Em 2020, os municípios brasileiros desembolsaram R\$ 293,72 bilhões em despesas com custeio, montante 4,7% maior que o de 2019, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Apesar

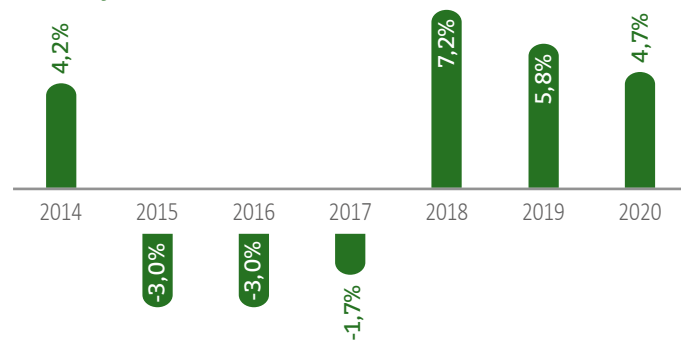
de ser o terceiro ano consecutivo de incremento, as taxas foram progressivamente menores, ou seja, houve uma desaceleração no ritmo de crescimento desses dispêndios nos municípios brasileiros.

Evolução da despesa com custeio

em R\$ bilhões corrigidos pelo IPCA médio de 2020



Taxa de crescimento real da despesa com custeio em relação ao ano anterior



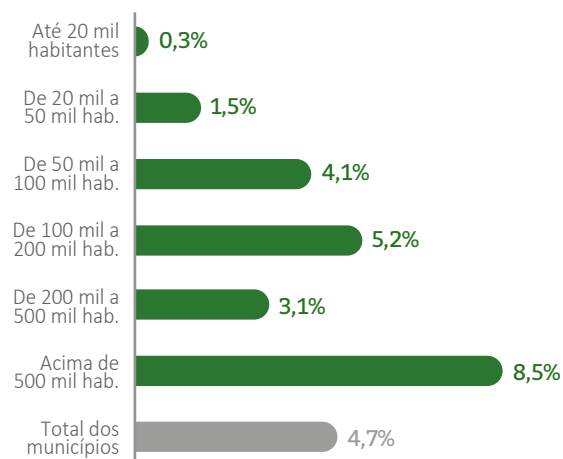
A expansão da despesa ocorreu de forma heterogênea no país. Nos maiores municípios, aqueles onde a população ultrapassa as 500 mil pessoas, os gastos subiram 8,5% em relação ao ano anterior. Entre as capitais, a alta média foi de 8,9% e, nos 106 municípios selecionados pela **Multi Cidades**, grupo que além das capitais inclui pelo menos mais uma cidade de cada Estado, a taxa ficou em 7,4%.

A elevação mais intensa nesse indicador nos maiores centros urbanos reflete, principalmente, o aumento da oferta de serviços públicos relacionados à saúde e assistência social nessas localidades. Foram recursos adicionais necessários para mitigar a crise sanitária e seus efeitos sociais em face da pandemia da Covid-19.

Já nos municípios menos populosos, principalmente naqueles com

até 20 mil habitantes, as cifras do custeio ficaram estáveis, com pequeno acréscimo de 0,3% contra o ano anterior. Nesses territórios, a suspensão de alguns serviços públicos presenciais, que foram realizados de forma remota ou paralisados temporariamente, levou à diminuição dos desembolsos principalmente na educação, em virtude da necessidade de adotar o ensino a distância. Ao mesmo tempo, a Covid-19, quando chegou às pequenas cidades, não exerceu a mesma pressão de demanda na saúde como a ocorrida nos grandes centros urbanos, até porque os pacientes dos municípios menores são, em geral, direcionados para as cidades-polo, onde são ofertados os atendimentos mais complexos.

Taxa de crescimento real da despesa com custeio por faixa populacional - 2020/2019

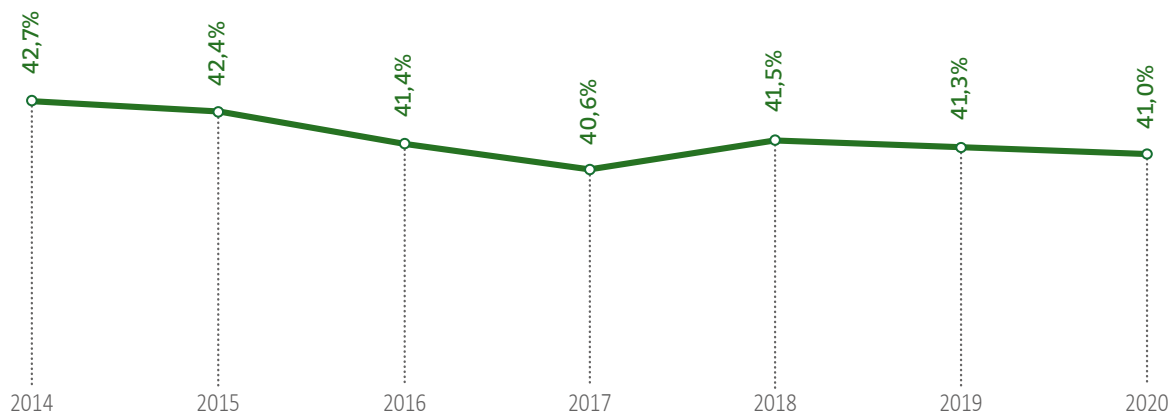


Importância dos custeios na receita

A participação do custeio na receita corrente municipal atingiu o seu maior nível em 2013 e 2014, chegando a 42,7%. No período 2015-2017, quando se registraram quedas nas receitas, as administrações locais promoveram um enxugamento por meio de cortes de despesas, revisão de contratos com fornecedores e interrupção total ou parcial de alguns serviços, o que gerou uma demanda reprimida por dispêndios em

manutenção e serviços nos anos seguintes. Em 2018, houve um ganho de quase um ponto percentual nesse indicador e um tímido início da recuperação econômica do país. A partir de então, o peso do custeio na receita corrente municipal tem se situado entre 41,5% e 41%, ou seja, tal presença vem se mantendo relativamente estável nos últimos exercícios, conforme demonstra o gráfico abaixo.

Participação da despesa de custeio na receita corrente



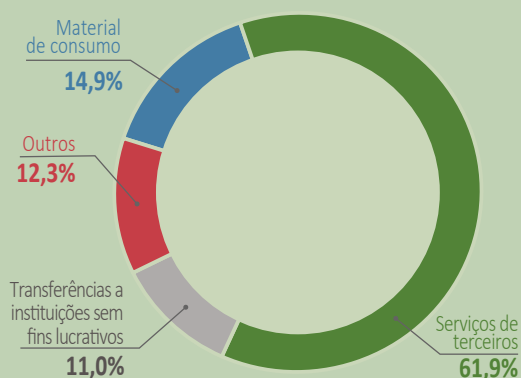
Composição da despesa com custeio

No conceito adotado por **Multi Cidades**, as despesas de custeio correspondem a todos os desembolsos correntes, exceto pessoal, pagamentos de juros e encargos da dívida. Nesse conjunto, constam itens como os serviços de iluminação pública, sinalização da cidade, limpeza urbana, manutenção de escolas, postos de saúde, centros esportivos, parques, praças, jardins e outras áreas públicas. Também faz parte desse grupo a aquisição de material de consumo utilizado nas escolas, nos órgãos da administração municipal e nos serviços de saúde. Podem ser citados ainda os custos com publicidade, treinamentos, consultorias, desenvolvimento e manutenção de sistemas, além dos recursos repassados para organizações não governamentais sem fins lucrativos.

No ano de 2020, os serviços de terceiros participaram de 61,9% de todo o custeio, mantendo seu protagonismo neste item do gasto. Em seguida estão os materiais de consumo, com 14,9%, seguidos das transferências para instituições sem fins lucrativos, com 11%, e demais custeios, com 12,3%.

Vale destacar o aumento das transferências às instituições sem fins lucrativos da ordem de 21,6% em 2020. Esse crescimento expressivo pode estar associado à utilização dessas instituições no enfrentamento da crise sanitária, notadamente no âmbito da assistência social e da saúde. Além dessas áreas, essas entidades complementam a atuação do setor público na educação, na cultura e no meio ambiente, entre outras.

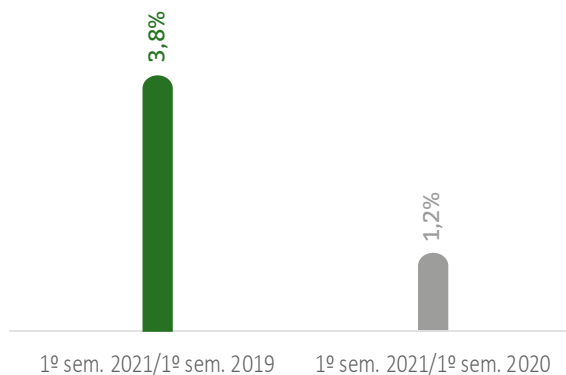
Composição da despesa com custeio - 2020



Desempenho 2021

No primeiro semestre de 2021, as despesas com custeio superaram em 1,2% as liquidadas nos primeiros seis meses de 2020. Embora tenha se expandido, a taxa é bem inferior àquela constatada na receita corrente líquida dos municípios no mesmo período, quando a elevação alcançou 6,1%. Outro ponto importante é que esse desempenho está fortemente ligado ao extraordinário avanço do custeio no município de São Paulo, que elevou os gastos em 20,7% em relação a 2020. Ao desconSIDERARMOS a capital paulista, os demais 3.577 municípios da amostra apresentaram um recuo de 2% para o custeio na comparação entre os semestres.

Taxa de crescimento real da despesa com custeio

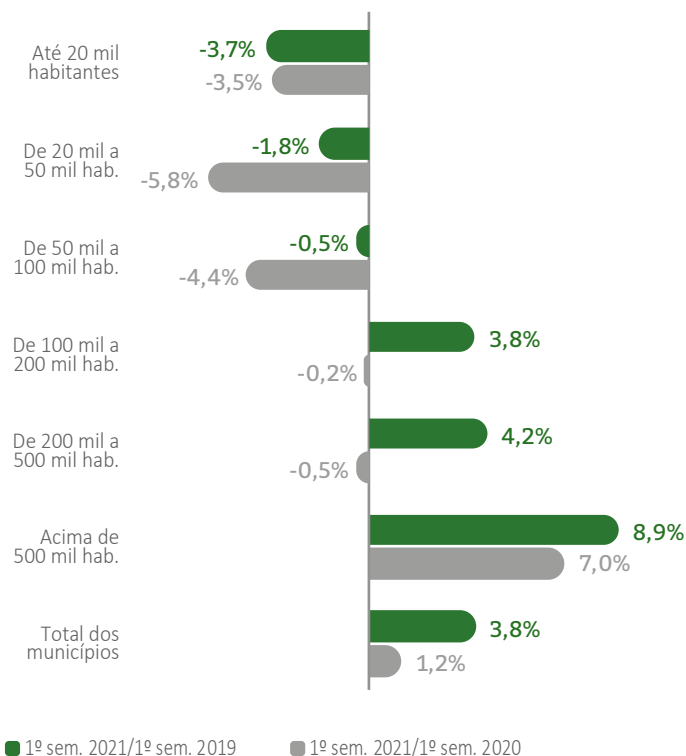


Ainda assim, 2021 será o quarto ano consecutivo de ampliação dos desembolsos municipais. Porém, ao longo desses exercícios, as taxas de crescimento se desaceleraram, iniciando com uma elevação de 7,2% em 2018 e tendo, na sequência, variações de 5,8%, em 2019, e de 4,7%, em 2020. Com a gradual reabertura econômica e social iniciada no segundo semestre de 2021, é provável que essas cifras sejam impulsionadas no período, mas, novamente, deverão subir em menor intensidade que no ano anterior.

Esse crescimento estará assentado na flexibilização das medidas de contenção da pandemia do novo coronavírus no segundo semestre de 2021, que devem destravar gastos com o custeio municipal, principalmente aqueles ligados à atividade educacional, a qual, seguindo diversos parâmetros, voltou a ser oferecida de forma presencial.

A gradual normalização dos trabalhos tende a modificar o panorama nos municípios que assinalaram no primeiro semestre de 2021 despesas abaixo daquelas registradas em 2020. Deve impactar mais fortemente os municípios com menos de 100 mil habitantes, pois nessas localidades o nível dos gastos é inferior ao praticado até mesmo em 2019.

Taxa de crescimento real da despesa com custeio por faixa populacional



Custeio | 2016-2020

UF	População 2020	Região e município	2016	2017	2018	2019	2020	Varição 2020/2019	Part. desp. total 2020	Part. rec. corrente 2020	Custeio per capita 2020
			em R\$ mil corrigidos pelo IPCA médio de 2020						em %	em %	em R\$
	18.672.591	Norte	14.918.396,6	14.622.808,6	16.286.379,7	17.517.404,3	19.343.379,7	10,4	36,4	37,8	1.035,92
AC	413.418	Rio Branco	349.805,4	335.551,6	381.135,3	324.587,0	365.247,4	12,5	41,7	38,3	883,48
AC	89.072	Cruzeiro do Sul	43.994,5	50.299,4	61.062,3	75.783,8	78.316,8	3,3	38,2	42,0	879,25
AP	512.902	Macapá	274.808,3	300.272,1	322.041,4	302.093,0	449.895,8	48,9	37,5	47,1	877,16
AP	123.096	Santana	...	63.126,3	55.268,9	88.768,9	82.620,4	-6,9	37,2	38,3	671,19
AM	2.219.580	Manaus	1.932.545,1	1.921.010,4	1.987.408,5	2.105.261,1	2.434.761,0	15,7	38,7	44,7	1.096,95
AM	115.363	Parintins	...	81.208,2	92.398,6	88.098,8	119.428,9	35,6	43,9	47,2	1.035,24
PA	1.499.641	Belém	1.061.592,5	1.113.796,6	1.177.509,3	1.254.054,4
PA	535.547	Ananindeua	...	272.462,6	271.173,1	304.659,5	408.275,9	34,0	47,3	44,7	762,35
PA	306.480	Santarém	256.028,7	175.516,0	237.995,7	209.333,4	237.146,3	13,3	32,2	32,3	773,77
PA	283.542	Marabá	229.126,2	298.237,5	337.150,0	324.592,9	307.930,6	-5,1	36,0	29,1	1.086,01
RO	539.354	Porto Velho	531.009,9	484.403,9	519.511,1	533.526,8	549.251,9	2,9	36,3	35,1	1.018,35
RO	130.009	Ji-Paraná	84.165,3	81.854,5	84.964,4	88.504,9	84.700,2	-4,3	32,4	25,6	651,49
RR	419.652	Boa Vista	341.078,6	380.641,8	440.804,6	485.848,5	496.070,1	2,1	35,4	34,8	1.182,10
RR	30.782	Rorainópolis	21.917,6	...	16.454,0	28.858,1	33.887,5	17,4	32,6	..	1.100,89
TO	306.296	Palmas	405.861,5	408.654,5	418.288,1	397.937,2	394.397,0	-0,9	32,7	30,5	1.287,63
TO	183.381	Araguaína	179.202,9	155.785,7	187.322,3	198.392,2	197.043,5	-0,7	35,2	36,7	1.074,50
	57.371.142	Nordeste	51.989.734,3	51.196.236,5	56.565.192,6	59.880.688,0	61.486.490,0	2,7	38,1	39,3	1.071,73
AL	1.025.360	Maceió	894.252,1	961.683,9	1.078.685,6	1.136.515,4	1.145.399,9	0,8	46,4	40,7	1.117,07
AL	233.047	Arapiraca	250.298,4	230.474,0	273.716,6	251.049,7	269.297,2	7,3	38,9	42,8	1.155,55
BA	2.886.698	Salvador	3.017.598,0	2.888.766,6	3.174.075,3	3.315.518,8	3.659.554,5	10,4	50,1	54,5	1.267,73
BA	619.609	Feira de Santana	599.951,1	639.513,2	674.797,2	663.883,7	722.270,9	8,8	53,9	56,5	1.165,69
BA	341.128	Vitória da Conquista	255.174,8	260.940,1	266.602,9	319.968,3	307.755,0	-3,8	38,7	39,2	902,17
BA	304.302	Camaçari	452.259,3	433.154,1	518.450,6	562.972,6	628.421,8	11,6	42,0	49,8	2.065,13
CE	2.686.612	Fortaleza	2.601.765,1	2.861.704,6	2.870.558,5	3.535.662,3	3.654.960,4	3,4	42,9	49,8	1.360,43
CE	365.212	Caucaia	220.648,4	210.936,8	336.347,3	329.272,3	367.438,9	11,6	38,0	42,5	1.006,10
CE	276.264	Juazeiro do Norte	167.168,2	218.357,9	213.540,8	219.460,0	224.856,0	2,5	34,8	38,8	813,92
MA	1.108.975	São Luís	1.051.104,2	994.950,4	1.165.202,0	1.208.014,3	1.307.744,1	8,3	37,8	39,1	1.179,24
MA	259.337	Imperatriz	297.731,6	255.611,1	351.032,8	362.795,7	355.932,5	-1,9	39,1	44,5	1.372,47
PB	817.511	João Pessoa	692.527,2	750.168,4	734.715,6	756.832,9	677.338,9	-10,5	31,3	28,7	828,54
PB	411.807	Campina Grande	298.250,7	290.939,9	284.066,1	281.139,4	333.075,9	18,5	30,0	31,5	808,82
PE	1.653.461	Recife	1.770.037,3	1.862.870,6	2.038.599,6	2.123.155,3	2.233.356,8	5,2	42,4	44,6	1.350,72
PE	706.867	Jaboatão dos Guararapes	474.209,3	465.352,2	559.313,1	575.317,9	560.383,3	-2,6	42,7	40,9	792,77
PE	393.115	Olinda	241.704,1	234.229,9	295.114,3	313.904,6	254.354,3	-19,0	39,2	37,5	647,02
PE	365.278	Caruaru	225.797,7	208.504,5	263.806,5	288.362,3	237.678,6	-17,6	29,2	30,2	650,68
PE	354.317	Petrolina	251.595,1	230.003,9	304.730,1	304.856,6	271.271,4	-11,0	33,7	33,1	765,62
PE	334.376	Paulista	157.366,6	165.245,6	177.740,8	183.142,2	218.047,8	19,1	38,9	35,4	652,10
PI	868.075	Teresina	1.081.726,2	1.017.076,5	1.111.061,9	1.199.314,7	1.407.217,3	17,3	42,0	46,3	1.621,08
PI	153.482	Parnaíba	111.177,3	125.447,0	128.918,8	126.099,7	157.685,0	25,0	38,6	39,1	1.027,38
RN	890.480	Natal	1.083.500,1	1.291.437,6	1.179.946,7	-8,6	46,5	47,1	1.325,07
RN	300.618	Mossoró	224.851,5	198.149,3	238.432,1	242.277,7	275.957,4	13,9	34,7	38,6	917,97
SE	664.908	Aracaju	710.400,6	609.889,1	710.935,7	700.711,6	747.222,7	6,6	40,0	37,6	1.123,80
SE	185.706	Nossa Senhora do Socorro	105.441,1	95.488,7	...	128.177,7
	13.449.154	Centro-Oeste¹	15.756.119,5	14.852.054,0	16.435.738,1	17.680.921,0	18.756.493,9	6,1	38,3	37,4	1.394,62
GO	1.536.097	Goiânia	2.018.226,8	1.810.096,7	1.793.665,2	1.882.131,4	2.037.309,3	8,2	38,1	36,1	1.326,29
GO	590.146	Aparecida de Goiânia	340.584,8	308.979,5	363.702,1	454.881,6	485.801,9	6,8	38,1	35,7	823,19
GO	391.772	Anápolis	436.285,7	370.693,7	381.944,1	419.478,3	480.085,6	14,4	36,4	38,3	1.225,42
MT	618.124	Cuiabá	821.411,4	807.488,2	944.258,2	943.536,7	1.192.490,6	26,4	45,3	46,5	1.929,21
MT	287.526	Várzea Grande	197.022,7	184.698,7	204.580,0	250.343,0	255.371,8	2,0	32,1	33,2	888,17
MS	906.092	Campo Grande	1.213.282,5	1.372.952,5	1.341.912,3	1.471.227,0	1.500.990,2	2,0	38,6	37,7	1.656,55
MS	225.495	Dourados	272.713,8	271.156,8	300.014,7	283.826,6	218.811,9	-22,9	27,5	23,5	970,36
	89.012.240	Sudeste	130.718.870,8	128.654.320,9	135.132.137,0	142.426.589,3	151.304.514,5	6,2	44,3	44,3	1.699,82
ES	365.855	Vitória	535.385,3	583.453,3	640.605,0	641.848,4	686.599,0	7,0	36,8	35,8	1.876,70
ES	527.240	Serra	425.707,5	483.508,6	517.676,8	565.188,7	555.191,6	-1,8	37,1	39,0	1.053,02
ES	501.325	Vila Velha	394.956,3	372.726,6	424.226,9	434.278,1	414.502,1	-4,6	38,9	35,1	826,81
ES	383.917	Caraciaca	229.484,8	230.627,5	251.477,7	279.603,9	316.721,8	13,3	41,1	40,4	824,97
MG	2.521.564	Belo Horizonte	4.524.844,6	4.951.092,0	4.746.041,4	5.251.095,7	5.639.430,0	7,4	49,0	48,8	2.236,48
MG	699.097	Uberlândia	991.356,6	1.056.592,9	1.097.839,6	1.205.535,7	1.444.788,6	19,8	54,5	51,8	2.066,65
MG	668.949	Contagem	543.540,2	634.604,5	686.849,5	828.695,1	903.494,2	9,0	42,5	43,8	1.350,62

UF	População 2020	Região e município	2016	2017	2018	2019	2020	Varição 2020/2019	Part. desp. total 2020	Part. rec. corrente 2020	Custeio per capita 2020
			em R\$ mil corrigidos pelo IPCA médio de 2020						em %		em R\$
MG	573.285	Juiz de Fora	734.042,6	751.530,3	743.220,9	701.358,9	754.740,2	7,6	44,1	40,8	1.316,52
MG	444.784	Betim	484.256,0	469.952,3	525.600,6	548.409,2	628.348,3	14,6	34,5	29,9	1.412,70
MG	413.487	Montes Claros	154.562,1	162.113,2	338.755,8	379.413,7	447.410,9	17,9	42,7	39,1	1.082,04
MG	338.197	Ribeirão das Neves	160.034,1	148.077,4	147.648,6	169.596,0	194.649,3	14,8	38,6	37,5	575,55
MG	337.092	Uberaba	494.728,6	523.640,3	551.129,9	549.424,2	573.833,3	4,4	43,9	39,5	1.702,30
MG	281.046	Governador Valadares	333.184,2	297.898,4	324.781,4	370.999,8	375.245,7	1,1	38,3	37,9	1.335,18
RJ	6.747.815	Rio de Janeiro	9.493.289,0	8.560.994,4	8.252.421,1	8.056.637,1	8.206.498,9	1,9	32,6	33,8	1.216,17
RJ	1.091.737	São Gonçalo	...	467.103,7	484.167,2	462.711,0	568.263,9	22,8	38,9	38,1	520,51
RJ	924.624	Duque de Caxias	988.583,5	803.339,9	1.005.327,0	1.089.881,6	1.215.544,1	11,5	42,5	...	1.314,64
RJ	823.302	Nova Iguaçu	833.318,5	663.179,8	643.411,4	755.686,0	790.233,6	4,6	43,9	44,6	959,83
RJ	515.317	Niterói	875.425,7	978.753,4	1.120.772,9	1.181.649,1	1.640.012,3	38,8	45,4	48,0	3.182,53
RJ	513.118	Belford Roxo	274.407,9	272.007,9	314.249,4	279.259,7	360.364,9	29,0	43,3	44,6	702,30
RJ	511.168	Campos dos Goytacazes	1.881.342,4	709.963,9	833.447,1	763.349,3	716.186,5	-6,2	41,8	44,2	1.401,08
RJ	472.906	São João de Meriti	309.519,0	251.907,7	...	355.800,8	339.798,0	-4,5	42,6	47,3	718,53
RJ	306.678	Petrópolis	449.336,8	567.060,9	518.825,2	575.717,7	589.088,9	2,3	50,1	49,2	1.920,87
RJ	273.988	São Redonda	361.826,8	407.916,3	502.508,4	488.379,6	505.268,3	3,5	47,0	49,0	1.844,13
SP	12.325.232	São Paulo	27.507.831,2	28.645.469,8	28.614.663,4	29.661.804,8	33.507.633,4	13,0	54,2	55,0	2.718,62
SP	1.392.121	Guarulhos	1.742.055,2	1.888.121,0	1.947.826,5	1.929.257,6	1.878.680,6	-2,6	46,3	45,2	1.349,51
SP	1.213.792	Campinas	2.306.635,2	2.348.776,2	2.350.537,9	2.522.165,0	2.556.745,1	1,4	47,3	44,5	2.106,41
SP	844.483	São Bernardo do Campo	1.935.416,2	1.759.143,7	1.841.537,5	1.926.041,8	2.242.956,7	16,5	49,4	57,8	2.656,01
SP	729.737	São José do Campos	1.306.489,2	1.226.724,1	1.356.678,7	1.440.878,3	1.447.919,9	0,5	46,9	48,6	1.984,17
SP	721.368	Santo André	1.357.835,0	1.242.762,7	1.341.517,6	1.347.395,2	1.414.179,2	5,0	50,5	56,0	1.960,41
SP	711.825	Ribeirão Preto	1.152.189,7	974.937,2	1.065.027,9	1.088.783,3	1.133.228,1	4,1	39,9	40,7	1.592,00
SP	699.944	Osasco	1.021.126,2	932.616,2	1.136.314,4	1.305.579,2	1.412.959,3	8,2	50,6	52,5	2.018,67
SP	687.357	Sorocaba	1.289.939,2	1.196.188,3	1.324.190,0	1.423.468,1	1.347.082,2	-5,4	48,7	46,8	1.959,80
SP	477.552	Mauá	634.371,3	585.561,1	578.980,8	569.798,4	609.256,3	6,9	51,7	52,8	1.275,79
SP	464.983	São José do Rio Preto	854.650,9	825.980,4	901.475,6	966.176,3	982.701,8	1,7	51,7	53,7	2.113,41
SP	450.785	Mogi das Cruzes	676.564,4	691.023,8	720.356,9	764.016,8	804.355,3	5,3	51,3	51,7	1.784,34
SP	433.656	Santos	1.023.761,1	1.050.226,1	1.107.705,5	1.185.757,8	1.298.873,0	9,5	44,8	46,7	2.995,17
SP	426.757	Diadema	457.758,6	473.272,6	487.360,3	521.571,6	511.513,1	-1,9	40,0	42,1	1.198,60
SP	423.006	Jundiaí	998.049,1	909.519,0	943.506,3	1.000.831,8	1.026.132,8	2,5	45,4	46,6	2.425,81
SP	407.252	Piracicaba	790.102,6	805.209,2	800.261,6	852.889,9	819.873,9	-3,9	48,9	46,6	2.013,19
SP	403.183	Carapicuíba	235.323,0	...	232.464,6	...	296.239,2	...	45,6	...	734,75
SP	379.297	Bauru	378.944,2	390.096,6	396.285,0	432.208,9	425.165,7	-1,6	35,1	36,0	1.120,93
30.192.315	Sul	38.241.953,4	38.070.131,8	40.719.243,6	43.104.428,4	42.833.827,8	-0,6	37,7	36,9	1.418,70	
PR	1.948.626	Curitiba	3.296.403,5	3.562.967,2	3.615.287,9	3.678.596,7	3.739.113,8	1,6	44,9	45,5	1.918,85
PR	575.377	Londrina	756.081,9	815.617,0	870.872,2	920.897,9	936.381,1	1,7	42,4	42,8	1.627,42
PR	430.157	Maringá	514.793,8	551.851,4	603.915,8	637.117,2	616.444,4	-3,2	37,1	36,8	1.433,07
PR	355.336	Ponta Grossa	254.895,0	264.203,5	284.009,3	274.280,2	250.676,6	-8,6	25,6	27,0	705,46
PR	332.333	Cascavel	283.013,1	268.370,0	288.929,6	304.852,6	293.931,2	-3,6	27,3	27,0	884,45
PR	329.058	São José dos Pinhais	455.620,1	425.522,7	407.771,1	420.960,1	466.253,7	10,8	46,4	43,7	1.416,93
PR	258.248	Foz do Iguaçu	291.088,8	337.915,4	379.905,2	431.882,2	430.904,5	-0,2	38,2	38,5	1.668,57
RS	1.488.252	Porto Alegre	2.487.752,5	2.381.232,0	2.324.347,1	2.484.109,8	2.938.886,3	18,3	45,3	41,9	1.974,72
RS	517.451	Caxias do Sul	766.824,2	749.340,6	803.590,2	818.085,8	847.359,2	3,6	43,4	44,4	1.637,56
RS	348.208	Canoas	829.282,4	789.167,9	816.621,0	845.579,9	884.837,3	4,6	52,1	52,6	2.541,12
RS	343.132	Pelotas	365.092,5	382.922,5	405.676,8	438.919,3	467.055,3	6,4	45,1	42,8	1.361,15
RS	283.677	Santa Maria	189.682,7	181.662,9	194.114,9	189.066,6	197.990,0	4,7	29,0	28,0	697,94
RS	283.620	Gravatá	304.655,7	305.404,8	374.398,6	401.733,9	386.882,9	-3,7	43,0	46,6	1.364,09
RS	256.302	Viamão	159.988,3	165.258,7	194.354,7	210.745,8	165.748,1	-21,4	34,8	...	646,69
SC	508.826	Florianópolis	838.220,1	590.287,2	631.413,0	696.613,0	614.537,2	-11,8	30,1	30,9	1.207,76
SC	597.658	Joinville	618.813,3	637.705,4	629.293,9	662.857,9	714.077,8	7,7	32,6	29,9	1.194,79
SC	361.855	Blumenau	619.867,2	644.484,3	645.741,8	583.232,5	591.084,7	1,3	36,8	36,6	1.633,49
	83.116.849	Cidades selecionadas	113.265.343,2	112.072.484,9	116.451.986,1	122.050.646,0	131.107.222,6	7,4	44,3	44,9	1.577,38
	31.794.649	Até 20 mil habitantes	38.539.689,6	37.953.274,5	41.397.601,2	43.489.412,7	43.627.781,5	0,3	36,7	37,2	1.372,17
	47.479.406	Capitais	70.536.259,1	71.159.501,2	72.142.162,0	75.438.071,7	82.140.913,6	8,9	45,1	46,0	1.730,03
	208.697.442	Total dos municípios	251.625.074,6	247.395.551,9	265.138.691,1	280.610.031,0	293.724.705,9	4,7	40,8	41,0	1.407,42

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: 1 não inclui Brasília.

Custeio | RANKING 2020

Posição	UF	Município	Custeio	População 2020	Ranking pop. 2020
			em R\$		
1º	SP	São Paulo	33.507.633.397,10	12.325.232	1º
2º	RJ	Rio de Janeiro	8.206.498.926,05	6.747.815	2º
3º	MG	Belo Horizonte	5.639.430.029,45	2.521.564	5º
4º	PR	Curitiba	3.739.113.836,05	1.948.626	7º
5º	BA	Salvador	3.659.554.486,59	2.886.698	3º
6º	CE	Fortaleza	3.654.960.420,78	2.686.612	4º
7º	RS	Porto Alegre	2.938.886.311,39	1.488.252	11º
8º	SP	Campinas	2.556.745.137,71	1.213.792	13º
9º	AM	Manaus	2.434.761.030,25	2.219.580	6º
10º	SP	São Bernardo do Campo	2.242.956.697,94	844.483	21º
11º	PE	Recife	2.233.356.820,79	1.653.461	8º
12º	GO	Goiânia	2.037.309.301,64	1.536.097	9º
13º	SP	Guarulhos	1.878.680.614,66	1.392.121	12º
14º	RJ	Maricá	1.830.871.782,88	164.504	180º
15º	RJ	Niterói	1.640.012.254,04	515.317	43º
16º	MS	Campo Grande	1.500.990.197,29	906.092	18º
17º	SP	São José dos Campos	1.447.919.937,51	729.737	24º
18º	MG	Uberlândia	1.444.788.605,94	699.097	29º
19º	SP	Santo André	1.414.179.202,65	721.368	25º
20º	SP	Osasco	1.412.959.283,17	699.944	28º
21º	PI	Teresina	1.407.217.279,77	868.075	20º
22º	SP	Barueri	1.403.003.110,18	276.982	102º
23º	SP	Sorocaba	1.347.082.212,85	687.357	30º
24º	MA	São Luis	1.307.744.066,29	1.108.975	14º
25º	SP	Santos	1.298.873.010,70	433.656	54º
26º	RJ	Duque de Caxias	1.215.544.103,88	924.624	17º
27º	MT	Cuiabá	1.192.490.559,61	618.124	34º
28º	RN	Natal	1.179.946.672,58	890.480	19º
29º	AL	Maceió	1.145.399.886,31	1.025.360	16º
30º	SP	Ribeirão Preto	1.133.228.077,78	711.825	26º
31º	SP	Jundiaí	1.026.132.795,00	423.006	57º
32º	SP	São José do Rio Preto	982.701.796,78	464.983	51º
33º	PR	Londrina	936.381.061,32	575.377	37º
34º	MG	Contagem	903.494.247,18	668.949	31º
35º	RS	Canoas	884.837.338,17	348.208	77º
36º	RS	Caxias do Sul	847.359.220,38	517.451	42º
37º	SP	Piracicaba	819.873.899,36	407.252	62º
38º	SP	Guarujá	819.086.577,52	322.750	86º
39º	SP	São Caetano do Sul	815.129.045,19	161.957	183º
40º	SP	Mogi das Cruzes	804.355.319,51	450.785	52º
41º	RJ	Nova Iguaçu	790.233.615,09	823.302	22º
42º	SC	Itajaí	761.717.183,32	223.112	137º
43º	MG	Juiz de Fora	754.740.184,65	573.285	38º
44º	SE	Aracaju	747.222.650,34	664.908	32º
45º	RJ	Macaé	728.546.102,48	261.501	108º
46º	BA	Feira de Santana	722.270.931,95	619.609	33º
47º	RJ	Campos dos Goytacazes	716.186.481,58	511.168	46º
48º	SC	Joinville	714.077.798,28	597.658	35º
49º	PA	Parauapebas	708.060.997,84	213.576	143º
50º	ES	Vitória	686.598.971,71	365.855	70º
51º	PB	João Pessoa	677.338.896,42	817.511	23º
52º	SP	Praia Grande	652.095.117,79	330.845	84º

Posição	UF	Município	Custeio	População 2020	Ranking pop. 2020
			em R\$		
53º	BA	Camaçari	628.421.831,08	304.302	92º
54º	MG	Betim	628.348.333,68	444.784	53º
55º	PR	Maringá	616.444.389,27	430.157	55º
56º	SC	Florianópolis	614.537.191,54	508.826	47º
57º	SP	Mauá	609.256.306,73	477.552	49º
58º	SC	Blumenau	591.084.721,22	361.855	73º
59º	RJ	Petrópolis	589.088.910,83	306.678	89º
60º	MG	Uberaba	573.833.328,59	337.092	81º
61º	RJ	São Gonçalo	568.263.946,04	1.091.737	15º
62º	PE	Jaboatão dos Guararapes	560.383.250,43	706.867	27º
63º	ES	Serra	555.191.640,81	527.240	41º
64º	RO	Porto Velho	549.251.875,66	539.354	39º
65º	RJ	Angra dos Reis	542.119.111,82	207.044	151º
66º	SP	Indaiatuba	537.374.871,40	256.223	112º
67º	MT	Rondonópolis	536.363.661,19	236.042	128º
68º	SP	Limeira	525.683.722,42	308.482	88º
69º	SP	Diadema	511.513.065,59	426.757	56º
70º	RJ	Volta Redonda	505.268.302,31	273.988	105º
71º	SP	Taubaté	498.796.631,44	317.915	87º
72º	RR	Boa Vista	496.070.100,23	419.652	58º
73º	GO	Aparecida de Goiânia	485.801.910,19	590.146	36º
74º	GO	Anápolis	480.085.568,54	391.772	65º
75º	SP	Paulínia	478.703.503,47	112.003	287º
76º	SP	Coíia	474.496.806,78	253.608	114º
77º	SP	Araraquara	474.258.026,96	238.339	127º
78º	RS	Pelotas	467.055.344,62	343.132	78º
79º	PR	São José dos Pinhais	466.253.717,62	329.058	85º
80º	SP	São Vicente	465.942.545,02	368.355	69º
81º	SP	Jacareí	463.168.813,03	235.416	129º
82º	RS	Novo Hamburgo	456.504.643,53	247.032	116º
83º	AP	Macapá	449.895.828,47	512.902	45º
84º	MG	Montes Claros	447.410.935,16	413.487	59º
85º	PR	Foz do Iguaçu	430.904.486,37	258.248	110º
86º	SP	Bauru	425.165.657,75	379.297	67º
87º	CE	Sobral	419.932.240,50	210.711	147º
88º	ES	Vila Velha	414.502.148,11	501.325	48º
89º	SP	Marília	410.721.459,46	240.590	124º
90º	PA	Ananindeua	408.275.905,94	535.547	40º
91º	SP	São Carlos	407.542.244,19	254.484	113º
92º	SP	Suzano	405.452.027,12	300.559	94º
93º	SP	Embu	404.147.826,89	276.535	103º
94º	MG	Ipatinga	396.682.579,10	265.409	107º
95º	TO	Palmas	394.396.994,71	306.296	91º
96º	SC	Criciúma	389.999.690,89	217.311	141º
97º	RS	Gravatá	386.882.905,93	283.620	99º
98º	SC	Chapecó	386.756.821,10	224.013	136º
99º	SP	Hortolândia	383.009.098,13	234.259	130º
100º	SP	Santana de Parnaíba	380.976.879,33	142.301	207º

	Total dos 100 maiores	138.842.799.286,88	78.937.200	..
	Total dos demais	154.881.906.620,34	129.760.242	..
	Total dos municípios	293.724.705.907,22	208.697.442	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Custeio per capita | RANKING 2020

Posição	UF	Município	Custeio per capita	Custeio	População 2020	Ranking pop. 2020
				em R\$		
1°	ES	Presidente Kennedy	13.322,94	155.318.811,57	11.658	2787°
2°	RJ	Maricá	11.129,65	1.830.871.782,88	164.504	180°
3°	SP	Ilhabela	9.958,12	354.419.286,93	35.591	958°
4°	PA	Canaã dos Carajás	8.102,89	308.744.241,92	38.103	900°
5°	GO	Alto Horizonte	7.331,10	48.421.891,36	6.605	3827°
6°	MG	Serra da Saudade	7.027,03	5.452.973,17	776	5568°
7°	MG	Araporá	6.820,75	47.274.643,72	6.931	3739°
8°	SP	Borá	6.803,48	5.701.317,65	838	5567°
9°	MT	Araguainha	6.792,79	6.425.974,93	946	5566°
10°	GO	Pilar de Goiás	6.128,84	13.446.684,39	2.194	5390°
11°	AM	Japurá	5.968,53	13.435.152,98	2.251	5369°
12°	PR	Itaipulândia	5.906,74	67.248.182,89	11.385	2842°
13°	RJ	São João da Barra	5.799,05	211.218.819,30	36.423	938°
14°	PA	Jacareacanga	5.783,04	43.893.304,71	7.590	3572°
15°	MT	Ponte Branca	5.638,22	8.739.240,73	1.550	5532°
16°	RN	Guamaré	5.540,74	88.446.789,01	15.963	2196°
17°	MG	Conceição do Mato Dentro	5.478,66	95.893.006,53	17.503	2033°
18°	RN	Tibau	5.440,80	22.524.897,47	4.140	4649°
19°	GO	Campos Verdes	5.383,32	9.851.472,48	1.830	5479°
20°	BA	São Francisco do Conde	5.301,28	213.350.048,30	40.245	854°
21°	SP	Uru	5.284,10	6.092.564,30	1.153	5562°
22°	GO	São João da Paraúna	5.228,37	7.032.156,39	1.345	5552°
23°	RS	Pinhal da Serra	5.211,77	9.996.174,56	1.918	5464°
24°	RN	Galinhos	5.205,19	14.808.754,86	2.845	5145°
25°	ES	Itapemirim	5.095,51	176.589.886,99	34.656	993°
26°	SP	Barueri	5.065,32	1.403.003.110,18	276.982	102°
27°	SP	São Caetano do Sul	5.033,00	815.129.045,19	161.957	183°
28°	MG	Grupiara	4.961,65	6.881.813,50	1.387	5550°
29°	PA	Vitória do Xingu	4.789,12	73.173.037,54	15.279	2283°
30°	PR	Brasilândia do Sul	4.771,74	12.334.938,36	2.585	5254°
31°	MS	Figueirão	4.741,50	14.504.257,62	3.059	5068°
32°	MS	Selvíria	4.695,38	30.717.205,20	6.542	3847°
33°	PR	Santa Helena	4.686,74	125.449.973,01	26.767	1325°
34°	RN	São Bento do Norte	4.641,31	12.610.435,39	2.717	5206°
35°	RO	Pimenteiras do Oeste	4.625,22	9.934.980,62	2.148	5398°
36°	GO	Ouvidor	4.535,23	30.757.963,70	6.782	3778°
37°	RS	Guabiju	4.462,61	6.649.287,58	1.490	5541°
38°	PR	Jardim Olinda	4.452,62	5.877.460,18	1.320	5555°
39°	GO	Lagoa Santa	4.448,86	7.211.599,32	1.621	5519°
40°	RS	Coqueiro Baixo	4.445,94	6.646.681,12	1.495	5539°
41°	MG	Água Comprida	4.429,66	8.823.892,17	1.992	5439°
42°	RS	União da Serra	4.324,18	4.834.428,02	1.118	5563°
43°	SP	Paulínia	4.274,02	478.703.503,47	112.003	287°
44°	RJ	Porto Real	4.239,64	84.682.589,31	19.974	1789°
45°	MG	Cedro do Abaeté	4.218,76	4.881.105,10	1.157	5561°
46°	SP	Flora Rica	4.214,53	6.026.779,59	1.430	5547°
47°	RS	Pouso Novo	4.212,55	6.790.624,26	1.612	5523°
48°	GO	Ivolândia	4.197,11	9.796.045,18	2.334	5339°
49°	SC	Marema	4.184,82	7.323.441,55	1.750	5495°
50°	RS	Montauri	4.171,98	6.011.816,70	1.441	5546°
51°	MG	Doresópolis	4.163,99	6.383.399,85	1.533	5535°
52°	AC	Marechal Thaumaturgo	4.149,00	80.071.575,78	19.299	1845°

Posição	UF	Município	Custeio per capita	Custeio	População 2020	Ranking pop. 2020
				em R\$		
53°	PR	Altamira do Paraná	4.144,74	6.971.449,47	1.682	5508°
54°	SC	Santiago do Sul	4.138,39	5.110.912,81	1.235	5559°
55°	MT	Torixoréu	4.128,69	14.644.462,70	3.547	4883°
56°	RS	Gentil	4.126,12	6.709.063,22	1.626	5518°
57°	RS	Capão Bonito do Sul	4.119,04	6.759.344,91	1.641	5514°
58°	RS	Ipiranga do Sul	4.105,88	7.719.059,60	1.880	5471°
59°	MG	Queluzito	4.093,14	7.952.974,43	1.943	5456°
60°	RS	Barra do Rio Azul	4.089,57	6.768.235,06	1.655	5512°
61°	SC	Ermo	4.071,55	8.391.469,39	2.061	5422°
62°	SP	Guararema	4.014,61	120.984.294,84	30.136	1172°
63°	RS	Carlos Gomes	4.012,49	5.420.875,78	1.351	5551°
64°	MT	Santa Rita do Trivelato	4.009,24	14.056.391,49	3.506	4898°
65°	RS	Vespasiano Correa	3.991,03	7.163.895,34	1.795	5488°
66°	RS	Engenho Velho	3.989,32	3.917.513,57	982	5565°
67°	SC	Paial	3.963,22	5.841.778,93	1.474	5542°
68°	MS	Taquarussu	3.926,60	14.088.636,82	3.588	4867°
69°	RS	Pedras Altas	3.920,23	7.660.136,25	1.954	5450°
70°	SC	Presidente Castello Branco	3.913,29	6.053.857,35	1.547	5533°
71°	TO	São Félix do Tocantins	3.907,61	6.244.363,96	1.598	5525°
72°	GO	Davinópolis	3.888,20	8.141.883,38	2.094	5412°
73°	ES	Marataizes	3.885,47	151.078.741,76	38.883	882°
74°	MG	Itambé do Mato Dentro	3.882,73	7.982.900,79	2.056	5426°
75°	RS	Colinas	3.851,97	9.510.519,99	2.469	5300°
76°	GO	Arenópolis	3.840,64	9.739.858,66	2.536	5274°
77°	RJ	Macuco	3.809,14	21.418.790,91	5.623	4111°
78°	RS	André da Rocha	3.807,73	5.113.787,27	1.343	5553°
79°	MG	Senador José Bento	3.777,68	5.519.195,79	1.461	5544°
80°	RN	Parazinho	3.774,54	19.899.353,36	5.272	4242°
81°	MG	Jeceaba	3.752,82	18.208.681,28	4.852	4377°
82°	GO	Moiporá	3.748,78	5.626.919,37	1.501	5538°
83°	RS	Vista Alegre do Prata	3.712,43	5.780.250,31	1.557	5529°
84°	RS	Sério	3.701,31	7.121.321,21	1.924	5462°
85°	RS	Santo Antônio do Palma	3.668,43	7.788.081,71	2.123	5403°
86°	GO	Aporé	3.663,48	15.503.842,16	4.232	4622°
87°	GO	Barro Alto	3.658,65	41.737.834,95	11.408	2836°
88°	GO	Água Limpa	3.653,36	6.685.655,50	1.830	5479°
89°	RN	Pedra Grande	3.612,73	11.557.134,04	3.199	5007°
90°	RS	Nicolau Vergueiro	3.601,56	6.029.005,17	1.674	5510°
91°	MG	Serranos	3.591,24	7.024.468,43	1.956	5449°
92°	GO	São Patrício	3.587,89	7.308.538,45	2.037	5430°
93°	RJ	Armação dos Búzios	3.583,08	123.533.912,01	34.477	1004°
94°	RS	Mato Queimado	3.581,72	5.834.619,72	1.629	5517°
95°	SP	Rifaina	3.581,32	13.035.994,37	3.640	4844°
96°	MT	Itaúba	3.574,22	13.238.917,53	3.704	4823°
97°	MG	Paiva	3.573,37	5.442.247,36	1.523	5537°
98°	RJ	Rio das Flores	3.565,82	33.319.039,38	9.344	3211°
99°	SC	Treviso	3.561,84	14.126.260,49	3.966	4722°
100°	GO	Corrego do Ouro	3.559,58	8.151.429,77	2.290	5352°

	Total dos 100 maiores	5.832,31	7.888.326.950,55	1.352.521	..
	Total dos demais	1.378,56	285.836.378.956,67	207.344.921	..
	Total dos municípios	1.407,42	293.724.705.907,22	208.697.442	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Operações de crédito impulsionam investimentos em 2020

Captação de recursos via operações de crédito bate recorde e responde por mais da metade dos investimentos das capitais brasileiras. Em 2021, o cenário é de retração.

Desempenho em 2020

Após sucessivas quedas de 2015 a 2017, os investimentos municipais apresentaram alta nos três exercícios seguintes para atingir R\$ 65,67 bilhões em 2020, valor que superou em 33,7% o do ano anterior. Apesar da crise sanitária e econômica causada pela pandemia, foram R\$ 16,57 bilhões de recursos adicionais direcionados para a infraestrutura das cidades brasileiras, já considerada a correção Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Assim, o total investido pelos municípios representou 9,1% do conjunto de suas despesas, o mais elevado percentual dos últimos seis anos, porém inferior aos patamares de 2006 a 2012, que ficaram em torno de 10% a 13% por ano.

O desempenho dos investimentos em 2020 pode ser creditado, principalmente, a três fatores:

a) 2020 foi o último ano de mandato, fase na qual normalmente há uma expansão das aplicações, pois os gestores estão programados para concluir a execução dos seus projetos.

b) Houve crescimento nas três principais fontes de recursos que são destinadas aos investimentos: os recursos próprios dos municípios (44%), as transferências de capital recebidas da União (31,3%) e dos estados (33,7%) e as receitas de operações de crédito (62,1%).

c) As prefeituras receberam apoios financeiros para o enfrentamento à pandemia em 2020, sendo que a maior parte dos valores repassados, ou seja, 71%, era de livre aplicação. Os auxílios contribuíram para que não houvesse perda na receita corrente do conjunto dos municípios do país (veja mais sobre os auxílios na página 25).

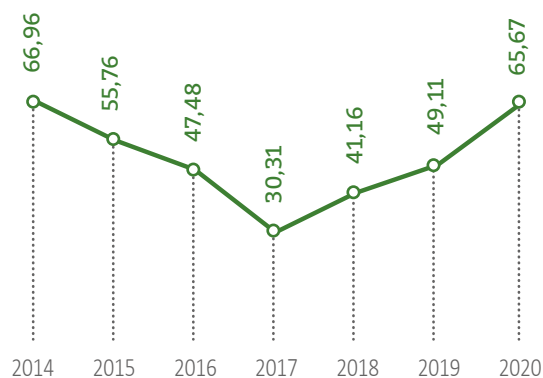
Fontes do financiamento dos investimentos municipais

Os investimentos públicos municipais são financiados por recursos próprios dos municípios, pelas transferências de capital federais e estaduais, pelas operações de crédito e por outras fontes de menor relevância. O conceito de investimentos com recursos próprios utilizado por

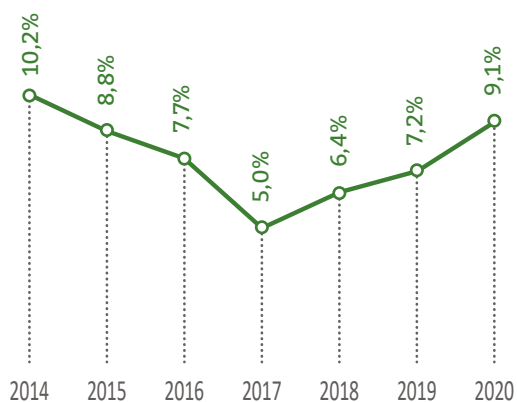
Multi Cidades equivale ao total da despesa com investimentos, adicionadas as inversões financeiras e subtraído o valor das receitas de capital. Dessa forma, é possível avaliar o quanto das receitas correntes municipais é utilizado para essa despesa, sem contar com as operações de crédito e as transferências de capital recebidas do Estado ou da União.

Evolução dos investimentos municipais

em R\$ bilhões corrigidos pelo IPCA médio de 2020

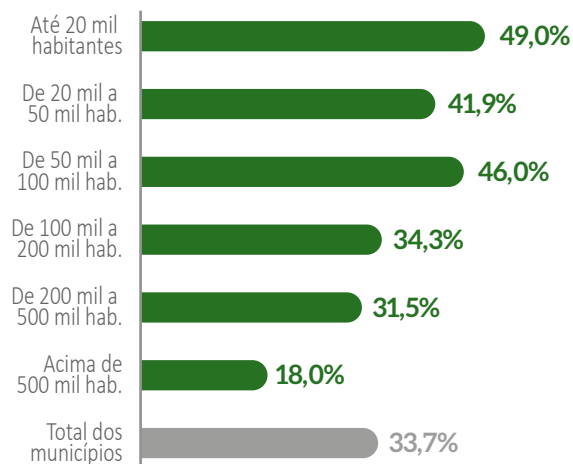


Participação dos investimentos na despesa total



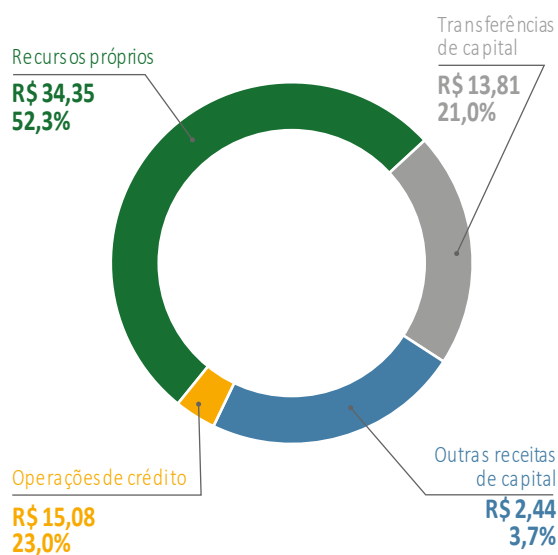
De forma geral, quanto menor a faixa populacional do município, mais intenso foi o aumento dos investimentos. No grupo com população de até 20 mil habitantes, a variação ficou em 49%, ao passo que naqueles com mais de 500 mil residentes, em 18%. Nas capitais e entre as 106 cidades selecionadas por **Multi Cidades**, que inclui as capitais e pelo menos mais um entre os maiores municípios de cada Estado, o crescimento médio foi de 18,7% e 22%, respectivamente.

Taxa de crescimento real dos investimentos por faixa populacional - 2020/2019



Origem dos recursos investidos pelos municípios - 2020

em R\$ bilhões e em %



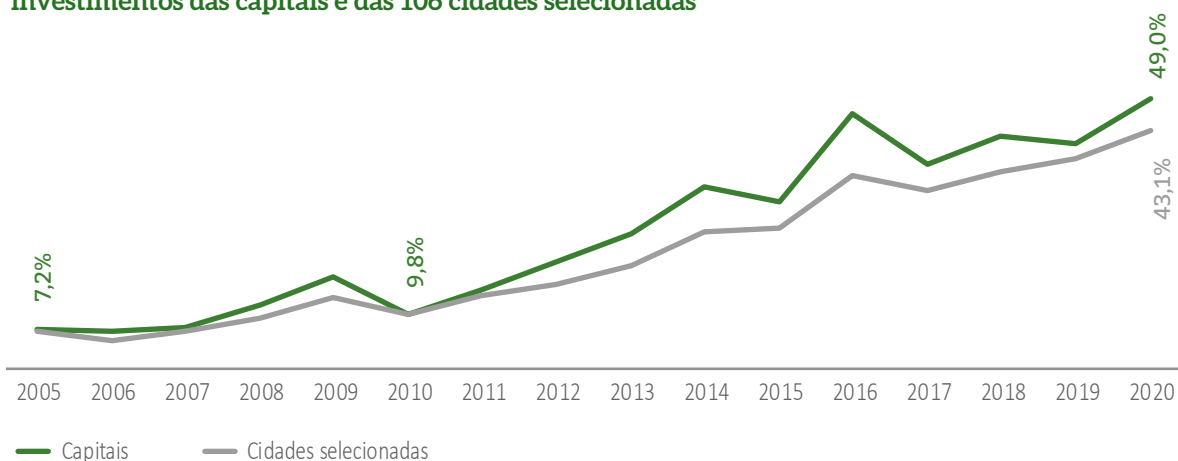
É importante salientar que a proporção das operações de crédito no financiamento dos investimentos das maiores cidades, que vem crescendo nos últimos anos, atingiu patamar elevado em 2020. Entre as capitais, excluídos os

Despesa | Investimentos

dados de São Paulo, os recursos obtidos com as instituições de crédito, que subiram 40,9% para atingir R\$ 4,59 bilhões, foram responsáveis por praticamente a metade (49%) de todo o investimento efetuado. Entre as 106 cidades selecionadas por **Multi Cidades**, ainda excluindo São Paulo, o indicador foi de 43%. **Para o conjunto**

dos municípios do Brasil, as operações de crédito somaram R\$ 15,08 bilhões e compuseram 23% do investimento total. O gráfico a seguir mostra que, em volume absoluto, as receitas de operações de crédito dos municípios vêm crescendo desde o final da década de 2000, porém, em 2019 e 2020 o aumento foi explosivo.

Participação das operações de crédito nos investimentos das capitais e das 106 cidades selecionadas*



* Excluídos São Paulo e as operações de refinanciamento das dívidas do Rio de Janeiro (2010/2011) e de Belo Horizonte (2013).

Evolução da receita de operações de crédito em R\$ bilhões corrigidos pelo IPCA médio de 2020



Nos municípios com até 20 mil habitantes, os investimentos foram ancorados, sobretudo, nas receitas próprias (52,4%), mas contaram também com grande participação das transferências de capital obtidas com as demais esferas de governo (36,3%). Para esse grupo, as operações de crédito representaram 9,3% da cifra investida em 2020. Mesmo com pequeno peso na composição desse indicador, as operações de crédito registraram forte incremento de 109,8%, ao passo que os recursos próprios tiveram elevação de 49,7% e as transferências de capital subiram 41%, para o conjunto de municípios nessa faixa populacional. Cerca de 80% dos empréstimos tomados por esse grupo foram realizados por cidades do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais, onde há instituições estaduais de fomento que disponibilizam linhas de crédito para seus respectivos municípios.

Para o total dos municípios, as transferências de capital saltaram 32,8% entre 2019 e 2020, passando de R\$ 10,40 bilhões para R\$ 13,81 bilhões. Já os recursos próprios direcionados para investimentos avançaram de R\$ 23,75 bilhões para R\$ 34,35 bilhões, com ascensão de 44,6%.

Investimentos por período de mandato

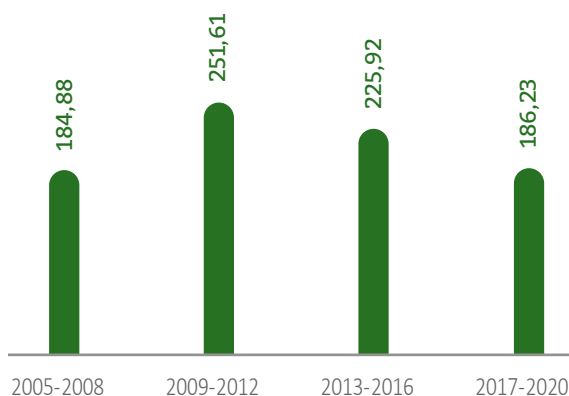
A observação dos últimos quatro mandatos dos governos locais revela ainda com mais clareza a mudança profunda que vem ocorrendo no padrão de comportamento e de financiamento dos investimentos municipais.

Como mostra o gráfico ao lado, os investimentos municipais atingiram o pico de R\$ 251,61 bilhões no quadriênio 2009-2012 e recuaram nos dois mandatos seguintes. Essas retrações foram causadas, sobretudo, pelo menor volume de recursos próprios que os municípios direcionaram para infraestrutura, reflexo do

estreitamento da capacidade de investimento municipal em decorrência da crise econômica de 2015-2016¹. No melhor momento, de 2009 a 2012, foram aplicados R\$ 149,25 bilhões próprios do tesouro municipal, valor que baixou para R\$ 125,46 bilhões entre os anos de 2013 e 2016 e para R\$ 92,07 bilhões no intervalo 2017-2020.

Volume de investimentos por período de mandato

em R\$ bilhões corrigidos pelo IPCA médio de 2020



A crise do biênio 2015-2016 alterou profundamente o padrão de comportamento e de financiamento dos investimentos municipais.

Ao mesmo tempo em que contraiu a capacidade de investimento municipal, a crise encurtou o espaço fiscal dos estados e da União para aportar verbas para as cidades, via transferências voluntárias, a serem aplicadas em infraestrutura. Os recursos encaminhados pela União e pelo conjunto dos estados auferiu o ápice no período de 2009 a 2012, quando perfizeram R\$ 65,49 bilhões, para depois sofrerem quedas nas duas gestões subsequentes até chegarem a R\$ 46,83 bilhões, no intervalo 2017-2020.

¹ De 2015 a 2018, as despesas correntes somadas às amortizações da dívida chegaram a comprometer 95% da receita corrente dos municípios.

Despesa | Investimentos

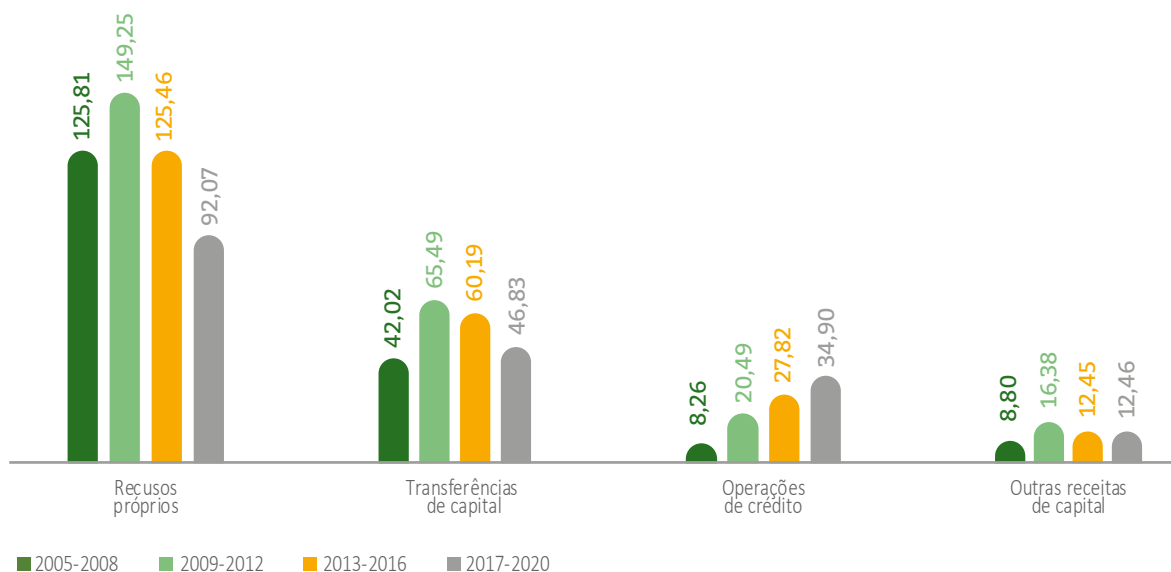
Nesse contexto de queda da capacidade de investimento com recursos próprios e de encolhimento das transferências federais e estaduais, as cidades de maior porte populacional foram buscar no mercado de crédito alternativas para viabilizar seus projetos de infraestrutura e de compras de equipamentos. Assim, o volume das receitas de operações de crédito saltou de R\$ 8,26 bilhões (2005-2008) para R\$ 34,90 bilhões (2017-2020).

Esse cenário moldou a composição do financiamento dos investimentos municipais no Brasil. Um olhar sobre período de 2005-2008 revela que 68% dos investimentos eram efetuados com cifras oriundas dos tesouros dos governos locais, 22,7% apresentavam como fonte as

transferências de capital, e 4,5% tinham como procedência as operações de crédito. O restante, 4,8%, originava-se de outras receitas de capital, como as alienações de bens.

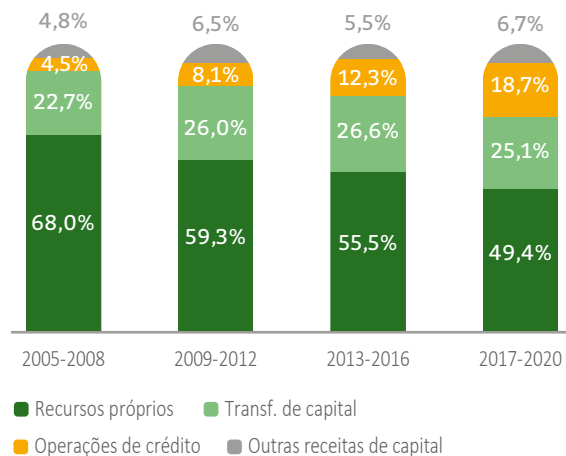
No mandato de 2013 a 2016, a situação mudou bastante, e seus traços aprofundaram-se no quadriênio seguinte. **Na gestão municipal finalizada em 2020, os recursos próprios passaram a responder por 49,4% dos investimentos nas cidades brasileiras.** Apesar de terem encolhido em volume absoluto, as transferências de capital dos demais níveis de governo responderam por um quarto dos investimentos, ao passo que o peso dos financiamentos obtidos pelos governos locais nas instituições de crédito saltou para 18,7%. Outras receitas de capital completam o quadro com 6,7%.

Origem dos recursos investidos por período de mandato em R\$ bilhões corrigidos pelo IPCA médio de 2020

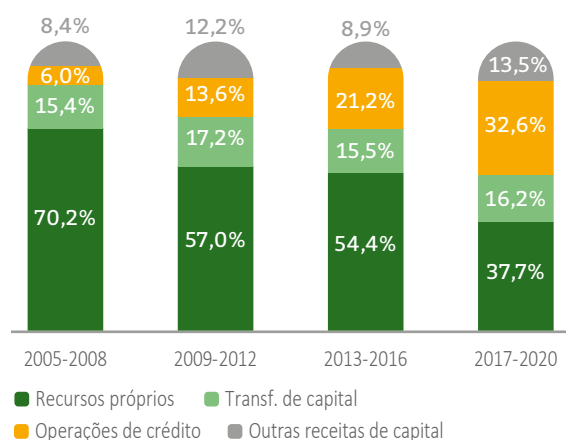


A situação é ainda mais pronunciada nos municípios mais populosos. Na amostra de 106 cidades selecionadas por **Multi Cidades**, que, como já dito, inclui as capitais e pelo mais um entre os maiores municípios de cada Estado, a proporção dos recursos próprios diminuiu de 70,2% para 37,7% entre os mandatos de 2005-2008; e, no intervalo 2017-2020, as operações de crédito passaram a responder por um terço (32,6%) de todo o investimento realizado por esse grupo de cidades.

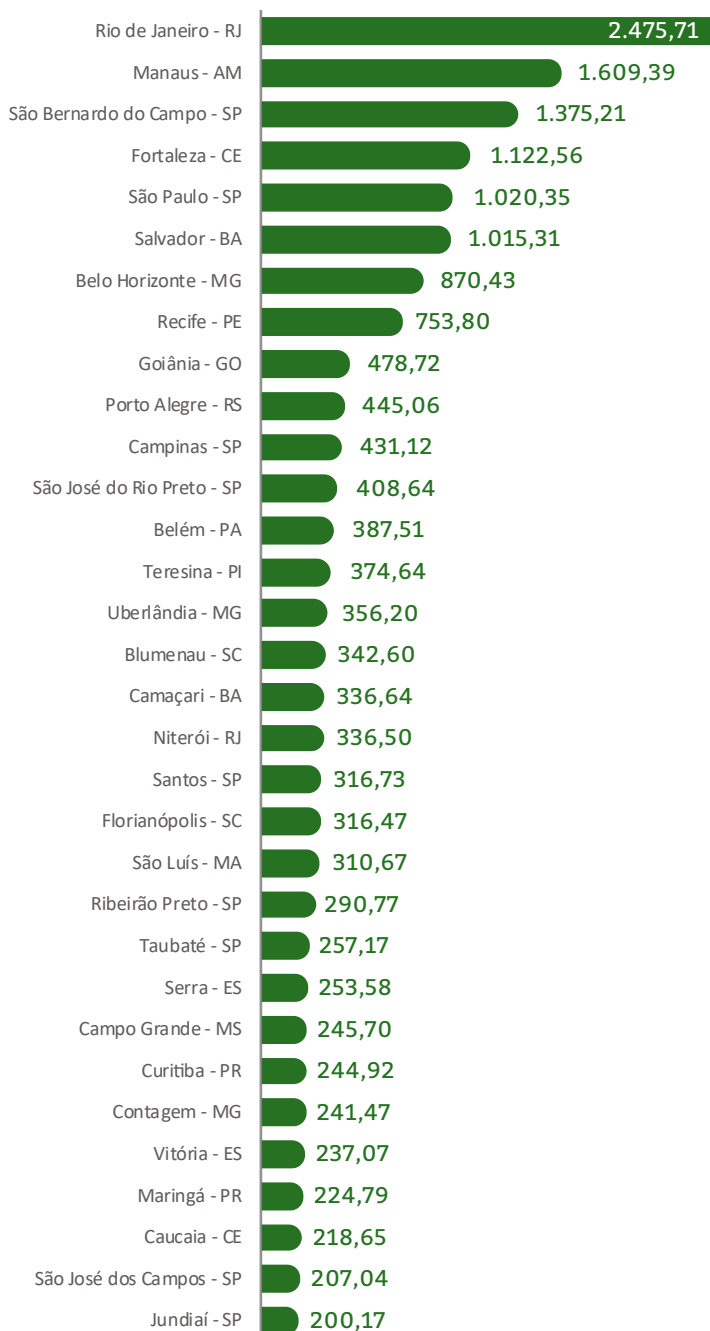
Origem dos recursos investidos por período de mandato



Origem dos recursos investidos no grupo das 106 cidades selecionadas por Multi Cidades por período de mandato



Municípios onde a soma das operações de crédito foi superior a R\$ 200 milhões no quadriênio 2017-2020 em R\$ milhões corrigidos pelo IPCA médio de 2020



Desempenho em 2021

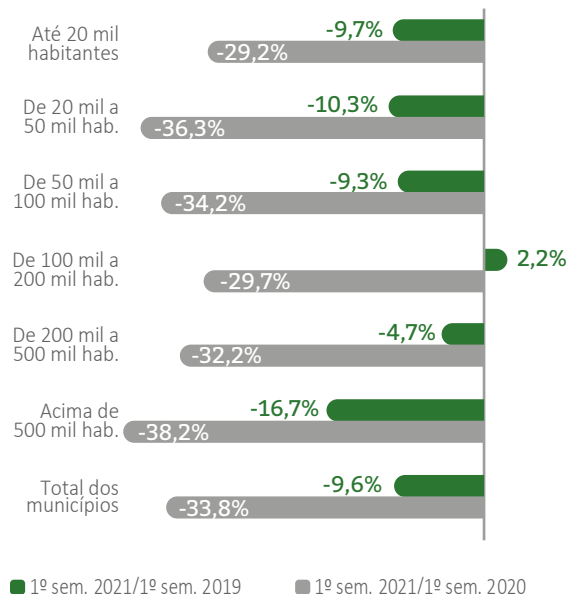
Diferentemente de 2020, a perspectiva para o exercício de 2021 é de forte retração nos investimentos com recursos municipais, uma vez que o calendário eleitoral habitualmente influencia o volume de recursos disponibilizados: nos anos pares, quando há eleições, os investimentos geralmente sobem em relação aos anos ímpares.

Esse cenário, aliado às incertezas causadas pela pandemia, contribui negativamente para as expectativas em 2021. Boa parte dos investimentos para o ano foi definida por lei ainda em 2020, quando as dúvidas sobre a Covid-19 eram maiores e nenhum país sequer havia iniciado a vacinação.

Uma amostra com 75% dos municípios indica que os investimentos caíram 33,8% no primeiro semestre de 2021 em relação ao mesmo período de 2020. A queda no confronto com o valor do primeiro semestre de 2019 foi de 9,6%. Ainda comparado a 2019, nota-se que, nos municípios com menos de 100 mil habitantes, os aportes baixaram mais significativamente, com retrações próximas a 10%, no primeiro semestre de 2021. Naqueles onde o número de residentes varia de 100 mil a 200 mil habitantes, houve um avanço de 2,2%.

Embora as 48 maiores cidades brasileiras tenham experimentado um tombo de 16,7% entre o primeiro semestre de 2021 e aquele referente a 2019, esse resultado é fortemente influenciado pelas capitais paulista e fluminense. Ao se excluir os dois municípios da análise, o desempenho desse grupo mostra um retrocesso de 6,2% no período, resultado em linha com a média nacional, que, nesse item, apresenta encolhimento de 6,9%. O município paulistano assinalou contração de 30% na comparação entre os primeiros semestres de 2021 e 2019. Já o Rio de Janeiro cortou seus investimentos em 72,5% no mesmo período.

Taxa de crescimento dos investimentos por faixa populacional



O financiamento dos investimentos por esfera de governo

Os dados dos investimentos municipais publicados em **Multi Cidades** referem-se a toda a despesa de capital empenhada, excluídas as amortizações da dívida e as despesas de capital entre órgãos, incluindo, portanto, as inversões financeiras. No entanto, para a análise que se segue sobre a participação de cada ente governamental no total dos investimentos públicos, foram utilizadas cifras da despesa liquidada de investimentos, sem considerar as inversões financeiras, retirando os dados das empresas estatais e não eliminando as despesas de investimento entre órgãos.

A seguir, as informações são expostas pela ótica do financiamento e, mais adiante, pela da execução dos investimentos. A ótica do

financiamento revela a origem dos recursos aplicados. Nesse caso, são descontados da despesa com investimento de cada ente os valores com origem em receitas de transferências de capital de outras esferas. Já a ótica da execução demonstra as quantias investidas por meio da administração direta de cada ente, independentemente da origem do recurso. Em outras palavras, uma ótica mostra quem pagou pelo investimento, enquanto a outra demonstra quem o realizou.

Financiamento dos investimentos públicos – O quadro e o gráfico a seguir apontam para um aumento da relevância dos municípios no financiamento dos investimentos públicos, especialmente nos últimos dois anos. É possível observar que em quase todos os anos do período analisado os governos estaduais tiveram a maior

participação, exceto em 2016, ano de eleições municipais, e em 2019 e 2020, quando os entes locais financiaram a maior parte dos investimentos. Nesse último ano, os investimentos municipais alcançaram um recorde de participação, representando a metade do financiamento total. Apesar de a série histórica ser de apenas 12 anos, verifica-se uma tendência de queda da participação dos estados e de aumento da dos municípios, o que deve estar relacionado à longa crise fiscal dos governos estaduais e ao ganho de protagonismo dos entes locais a partir da Constituição Federal de 1988, quando passaram a assumir cada vez mais e maiores responsabilidades na execução das políticas públicas. A União, por sua vez, quase sempre arcou com a menor parte dos investimentos públicos da administração direta ao longo do período considerado.

Financiamento do investimento da administração direta do setor público por esfera de governo

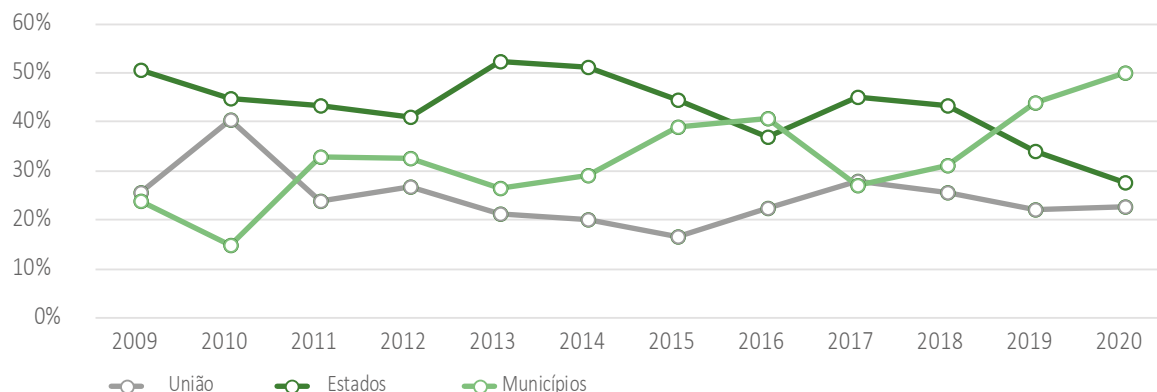
Ano	Participação no total			
	União	Estados	Municípios	Total
2009	25,7%	50,5%	23,8%	100,0%
2010	40,3%	44,8%	14,9%	100,0%
2011	23,9%	43,2%	32,8%	100,0%
2012	26,7%	40,8%	32,5%	100,0%
2013	21,2%	52,3%	26,5%	100,0%
2014	20,0%	51,1%	28,9%	100,0%
2015	16,6%	44,4%	39,1%	100,0%
2016	22,3%	37,0%	40,7%	100,0%
2017	27,9%	45,0%	27,1%	100,0%
2018	25,7%	43,4%	31,0%	100,0%
2019	22,1%	34,0%	43,9%	100,0%
2020	22,6%	27,5%	49,9%	100,0%

Elaboração: Kleber Pacheco de Castro. Fontes primárias: Finbra/Siconfi e Siga Brasil.

Nota: trata-se do investimento da administração direta do setor público não incluindo, portanto, o das empresas estatais. Os valores das transferências de capital (para investimentos) entre as esferas de governos foram descontados para que não houvesse dupla contagem. Os dados dos municípios estão ligeiramente subestimados por não incluírem aqueles que não entregaram suas declarações de contas anuais ao Siconfi.

Despesa | Investimentos

Participação das esferas de governo no financiamento dos investimentos da administração direta do setor público



Execução dos investimentos públicos – Na ótica da execução dos investimentos, os governos estaduais também possuem preponderância, só perdendo para a participação dos municípios em 2016, 2019 e 2020, assim como na ótica do financiamento. O peso União, no entanto, é ainda menor, sendo que nos últimos 12 anos raramente superou 20% da execução total, ficando na maioria das vezes bem abaixo desse patamar. Os municípios tiveram grande

destaque em 2019 e 2020, quando executaram 47,8% e 55,3% do investimento público. Novamente aqui, como na análise pela ótica do financiamento, e a despeito dos ciclos eleitorais que provocam súbitas variações nos volumes e na participação das esferas de governo, verificam-se a mesma tendência de crescimento da importância dos municípios em detrimento dos estados e uma relativa estabilidade da União num patamar bastante inferior.

Execução do investimento da administração direta do setor público por esfera de governo

Ano	Participação no total			
	União	Estados	Municípios	Total
2009	17,4%	50,9%	31,7%	100,0%
2010	21,4%	48,3%	30,2%	100,0%
2011	18,0%	43,0%	39,0%	100,0%
2012	15,3%	42,2%	42,4%	100,0%
2013	15,2%	52,2%	32,6%	100,0%
2014	15,8%	49,8%	34,4%	100,0%
2015	14,3%	42,8%	43,0%	100,0%
2016	16,1%	38,1%	45,8%	100,0%
2017	22,5%	46,2%	31,3%	100,0%
2018	20,4%	42,0%	37,6%	100,0%
2019	18,6%	33,6%	47,8%	100,0%
2020	16,4%	28,4%	55,3%	100,0%

Elaboração: Kleber Pacheco de Castro. Fontes primárias: Finbra/Siconfi e Siga Brasil.

Nota: trata-se do investimento da administração direta do setor público não incluindo, portanto, o das empresas estatais. Os valores das transferências de capital (para investimentos) entre as esferas de governos foram descontados para que não houvesse dupla contagem. Os dados dos municípios estão ligeiramente subestimados por não incluírem aqueles que não entregaram suas declarações de contas anuais ao Siconfi.

Se a pandemia evidenciou que grandes desafios só são superados com articulação e união, a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) construiu o ambiente para que essas conexões fossem possíveis.

Seja parte desse processo também.
Filie seu município à FNP.



FNP FRETE
NACIONAL
DE PREFEITOS



Venâncio Shopping - Setor Comercial Sul
(Acesso norte - de frente para o Setor Hoteleiro),
quadra 08, bloco B-50, sala 827
Asa Sul, Brasília/DF - CEP: 70.333-900
Fone: 61 3044-9800 - www.fnp.org.br
e-mail: secretaria@fnp.org.br

Investimentos | 2016-2020

UF	População 2020	Região e município	2016	2017	2018	2019	2020	Varição 2020/2019	Part. desp. total 2020	Part. rec. total 2020	Invest. per capita 2020
			em R\$ mil corrigidos pelo IPCA médio de 2020						em %		em R\$
	18.672.591	Norte	3.561.815,5	2.762.344,3	3.980.542,3	4.764.862,6	6.771.164,2	42,1	12,8	12,5	362,63
AC	413.418	Rio Branco	85.829,0	60.331,7	82.054,8	78.683,2	89.953,2	14,3	10,3	9,0	217,58
AC	89.072	Cruzeiro do Sul	15.027,5	9.752,4	15.418,4	28.376,1	24.996,8	-11,9	12,2	12,3	280,64
AP	512.902	Macapá	44.480,4	38.110,6	53.376,7	110.270,2	266.203,7	141,4	22,2	27,2	519,01
AP	123.096	Santana	...	2.473,2	2.825,6	21.747,2	10.288,7	-52,7	4,6	4,7	83,58
AM	2.219.580	Manaus	553.203,3	385.145,2	462.167,3	903.755,5	1.236.442,6	36,8	19,7	19,9	557,06
AM	115.363	Parintins	...	3.237,6	15.840,5	11.899,7	30.274,1	154,4	11,1	11,1	262,42
PA	1.499.641	Belém	299.817,7	228.773,5	228.411,8	203.863,5
PA	535.547	Ananindeua	...	43.482,5	70.872,9	50.530,4	86.623,1	71,4	10,0	9,0	161,75
PA	306.480	Santarém	44.635,3	36.139,0	95.136,1	65.747,5	96.272,8	46,4	13,1	12,9	314,12
PA	283.542	Marabá	35.544,1	49.510,8	90.370,7	102.943,7	95.785,9	-7,0	11,2	8,6	337,82
RO	539.354	Porto Velho	35.996,6	25.650,3	80.788,9	129.172,7	99.851,1	-22,7	6,6	6,2	185,13
RO	130.009	Ji-Paraná	34.383,4	25.137,3	14.447,0	18.041,4	27.523,7	52,6	10,5	8,0	211,71
RR	419.652	Boa Vista	229.875,9	233.376,4	266.509,8	243.682,3	288.156,8	18,3	20,5	17,7	686,66
RR	30.782	Rorainópolis	8.977,3	...	41.878,5	28.965,1	17.128,4	-40,9	16,5	..	556,44
TO	306.296	Palmas	73.390,9	98.064,8	86.100,7	76.149,0	126.861,9	66,6	10,5	9,2	414,18
TO	183.381	Araguaína	28.929,9	27.815,9	21.097,1	16.927,1	78.796,3	365,5	14,1	12,6	429,69
	57.371.142	Nordeste	8.887.388,5	6.441.743,9	9.040.898,8	10.057.985,7	14.008.748,6	39,3	8,7	8,6	244,18
AL	1.025.360	Maceió	52.538,2	21.338,2	40.751,7	49.228,6	117.037,1	137,7	4,7	4,0	114,14
AL	233.047	Arapiraca	86.129,1	20.804,6	22.954,4	40.458,6	77.848,0	92,4	11,2	11,9	334,04
BA	2.886.698	Salvador	343.547,4	272.318,3	468.334,9	681.267,5	792.428,1	16,3	10,8	10,8	274,51
BA	619.609	Feira de Santana	70.264,6	80.567,4	62.568,5	75.816,0	141.158,0	86,2	10,5	10,5	227,82
BA	341.128	Vitória da Conquista	63.051,8	26.482,3	22.615,4	43.753,1	78.274,0	78,9	9,9	9,3	229,46
BA	304.302	Camaçari	69.672,5	38.125,0	84.858,2	100.461,4	248.052,3	146,9	16,6	16,0	815,15
CE	2.686.612	Fortaleza	548.821,9	438.287,6	446.036,2	736.565,7	1.002.835,0	36,2	11,8	12,9	373,27
CE	365.212	Caucaia	4.791,3	34.304,2	24.940,7	64.797,0	210.832,7	225,4	21,8	19,9	577,29
CE	276.264	Juazeiro do Norte	58.731,0	47.984,2	34.381,6	34.795,4	52.396,7	50,6	8,1	8,9	189,66
MA	1.108.975	São Luís	177.798,0	96.805,1	99.375,8	275.702,8	458.299,2	66,2	13,3	12,8	413,26
MA	259.337	Imperatriz	15.869,1	11.076,0	9.556,0	28.018,1	69.079,9	146,6	7,6	8,6	266,37
PB	817.511	João Pessoa	77.079,1	74.456,5	79.274,1	118.392,0	106.744,9	-9,8	4,9	4,3	130,57
PB	411.807	Campina Grande	47.061,8	55.947,2	36.415,5	46.153,6	87.633,0	89,9	7,9	7,8	212,80
PE	1.653.461	Recife	272.957,9	202.539,4	302.265,2	447.515,4	448.103,1	0,1	8,5	8,4	271,01
PE	706.867	Jaboatão dos Guararapes	66.148,7	37.922,4	49.639,6	85.726,9	75.666,2	-11,7	5,8	5,4	107,04
PE	393.115	Olinda	38.442,0	13.559,0	23.610,2	18.325,2	29.058,6	58,6	4,5	4,1	73,92
PE	365.278	Caruaru	36.148,8	49.366,8	75.858,1	99.510,9	110.282,1	10,8	13,6	13,0	301,91
PE	354.317	Petrolina	56.959,8	23.060,7	27.971,5	64.366,0	87.031,5	35,2	10,8	10,0	245,63
PE	334.376	Paulista	42.354,2	22.331,4	21.051,1	21.427,2	28.189,7	31,6	5,0	4,5	84,31
PI	868.075	Teresina	346.598,8	334.926,0	251.665,7	351.027,5	226.098,7	-35,6	6,7	7,2	260,46
PI	153.482	Parnaíba	7.425,9	8.786,3	7.978,7	17.993,2	17.266,2	-4,0	4,2	4,2	112,50
RN	890.480	Natal	197.978,5	95.933,6	110.347,2	15,0	4,3	4,4	123,92
RN	300.618	Mossoró	13.849,1	15.387,5	42.893,5	22.194,0	115.966,4	422,5	14,6	14,9	385,76
SE	664.908	Aracaju	49.790,5	13.183,2	60.895,7	103.606,5	184.959,0	78,5	9,9	8,7	278,17
SE	185.706	Nossa Senhora do Socorro	20.094,5	8.727,7	...	13.308,8
	13.449.154	Centro-Oeste¹	2.913.360,7	2.069.784,2	2.793.757,1	3.355.698,5	4.726.618,5	40,9	9,6	9,0	351,44
GO	1.536.097	Goiânia	186.500,1	75.455,7	127.959,8	335.054,4	400.369,4	19,5	7,5	6,9	260,64
GO	590.146	Aparecida de Goiânia	175.064,5	91.807,8	76.728,7	163.427,7	124.955,9	-23,5	9,8	8,6	211,74
GO	391.772	Anápolis	70.899,7	22.757,7	54.604,4	60.487,3	75.756,0	25,2	5,7	5,6	193,37
MT	618.124	Cuiabá	184.749,2	124.803,0	166.206,7	162.350,2	142.764,8	-12,1	5,4	5,4	230,96
MT	287.526	Várzea Grande	45.448,4	64.312,9	71.343,9	99.572,5	158.863,7	59,5	20,0	18,7	552,52
MS	906.092	Campo Grande	87.022,3	142.542,0	211.603,6	230.055,3	188.744,2	-18,0	4,8	4,6	208,31
MS	225.495	Dourados	52.127,1	27.782,8	32.082,2	17.508,0	26.103,2	49,1	3,3	2,8	115,76
	89.012.240	Sudeste	23.933.781,3	13.291.157,3	17.225.892,1	21.356.169,7	28.175.203,3	31,9	8,2	8,0	316,53
ES	365.855	Vitória	66.421,1	59.480,6	106.550,1	110.460,7	206.051,5	86,5	11,0	10,0	563,21
ES	527.240	Serra	133.455,7	62.317,1	119.066,0	220.581,6	308.396,5	39,8	20,6	20,0	584,93
ES	501.325	Vila Velha	129.014,2	48.328,8	76.411,4	75.674,5	134.149,2	77,3	12,6	11,2	267,59
ES	383.917	Caraciaca	54.316,4	32.820,4	59.452,2	124.130,6	140.816,4	13,4	18,3	16,3	366,79
MG	2.521.564	Belo Horizonte	465.997,7	585.178,5	609.134,4	797.393,9	829.285,6	4,0	7,2	7,0	328,88
MG	699.097	Uberlândia	236.731,5	142.640,0	140.060,2	196.593,2	220.612,5	12,2	8,3	7,5	315,57
MG	668.949	Contagem	192.850,8	140.582,4	119.718,6	157.657,9	292.821,1	85,7	13,8	13,0	437,73

UF	População 2020	Região e município	2016	2017	2018	2019	2020	Varição 2020/2019	Part. desp. total 2020	Part. rec. total 2020	Invest. per capita 2020
			em R\$ mil corrigidos pelo IPCA médio de 2020						em %		
MG	573.285	Juiz de Fora	68.391,7	41.461,1	36.879,8	41.654,2	96.221,7	131,0	5,6	4,9	167,84
MG	444.784	Betim	138.768,9	43.892,8	55.983,4	98.761,5	198.448,8	100,9	10,9	9,4	446,17
MG	413.487	Montes Claros	80.990,7	35.759,5	54.115,8	104.112,6	122.451,6	17,6	11,7	10,6	296,14
MG	338.197	Ribeirão das Neves	18.984,5	28.880,8	62.015,6	53.448,3	86.698,5	62,2	17,2	15,7	256,35
MG	337.092	Uberaba	88.038,9	57.348,1	41.237,3	49.666,7	127.033,8	155,8	9,7	8,2	376,85
MG	281.046	Governador Valadares	26.122,0	10.717,9	14.266,8	26.908,6	27.422,7	1,9	2,8	2,7	97,57
RJ	6.747.815	Rio de Janeiro	4.803.902,6	1.098.567,3	972.393,1	845.933,6	728.084,9	-13,9	2,9	3,0	107,90
RJ	1.091.737	São Gonçalo	...	24.326,8	42.021,4	53.387,4	53.333,0	-0,1	3,6	3,5	48,85
RJ	924.624	Duque de Caxias	107.302,7	55.569,6	47.147,8	91.865,4	173.757,5	89,1	6,1	..	187,92
RJ	823.302	Nova Iguaçu	66.016,2	42.431,9	61.279,3	54.050,0	197.681,4	265,7	11,0	10,4	240,11
RJ	515.317	Niterói	444.827,0	319.336,3	236.093,6	305.770,6	367.553,4	20,2	10,2	10,5	713,26
RJ	513.118	Belford Roxo	4.230,6	22.863,2	45.997,3	50.951,8	78.965,5	55,0	9,5	9,6	153,89
RJ	511.168	Campos dos Goytacazes	300.247,4	8.405,9	28.198,7	31.769,8	17.945,5	-43,5	1,0	1,1	35,11
RJ	472.906	São João de Meriti	10.081,9	14.527,0	...	8.791,0	27.718,9	215,3	3,5	3,8	58,61
RJ	306.678	Petrópolis	25.570,6	6.736,1	20.414,9	16.413,8	28.977,8	76,5	2,5	2,4	94,49
RJ	273.988	Volta Redonda	49.049,0	16.812,3	19.456,3	15.168,0	20.914,5	37,9	1,9	2,0	76,33
SP	12.325.232	São Paulo	3.470.627,8	2.285.485,7	2.540.676,4	3.693.966,9	4.489.460,1	21,5	7,3	7,0	364,25
SP	1.392.121	Guarulhos	182.571,9	190.017,0	159.143,9	295.483,1	200.493,1	-32,1	4,9	4,7	144,02
SP	1.213.792	Campinas	151.561,4	183.465,6	204.761,8	363.447,5	320.250,9	-11,9	5,9	5,4	263,84
SP	844.483	São Bernardo do Campo	474.606,2	260.866,4	585.923,0	586.855,6	528.377,3	-10,0	11,6	12,1	625,68
SP	729.737	São José dos Campos	364.359,5	72.733,5	188.971,4	293.097,6	278.863,1	-4,9	9,0	9,3	382,14
SP	721.368	Santo André	194.196,4	167.776,8	143.521,6	127.864,8	198.126,4	54,9	7,1	7,5	274,65
SP	711.825	Ribeirão Preto	156.059,7	38.205,1	80.833,4	119.109,0	219.784,5	84,5	7,7	7,5	308,76
SP	699.944	Osasco	123.891,6	127.616,6	147.709,5	197.860,4	211.012,6	6,6	7,6	7,4	301,47
SP	687.357	Sorocaba	96.649,5	33.968,6	92.805,1	162.687,6	169.177,8	4,0	6,1	5,7	246,13
SP	477.552	Mauá	124.388,3	22.262,7	45.515,5	39.720,3	62.058,1	56,2	5,3	5,2	129,95
SP	464.983	São José do Rio Preto	159.850,9	116.446,6	151.624,0	227.836,2	229.021,1	0,5	12,0	11,5	492,54
SP	450.785	Mogi das Cruzes	226.565,6	148.681,1	135.566,4	124.237,8	138.948,8	11,8	8,9	8,7	308,24
SP	433.656	Santos	221.956,1	131.175,3	126.703,0	309.241,4	279.848,1	-9,5	9,7	9,5	645,32
SP	426.757	Diadema	188.991,9	91.293,0	44.909,3	42.479,7	60.220,8	41,8	4,7	4,9	141,11
SP	423.006	Jundiaí	52.088,7	20.201,9	41.983,6	141.468,4	165.338,7	16,9	7,3	7,2	390,87
SP	407.252	Piracicaba	63.377,2	66.347,1	47.999,4	67.080,3	52.575,1	-21,6	3,1	3,0	129,10
SP	403.183	Carapicuíba	129.422,9	...	69.774,1	...	102.550,0	..	15,8	..	254,35
SP	379.297	Bauru	98.126,1	64.514,9	82.920,8	94.247,8	95.339,3	1,2	7,9	8,0	251,36
30.192.315	Sul	8.184.339,4	5.745.132,9	8.122.828,0	9.570.372,9	11.993.063,4	25,3	10,6	9,8	397,22	
PR	1.948.626	Curitiba	188.562,3	267.687,7	295.979,0	416.417,1	498.805,2	19,8	6,0	5,9	255,98
PR	575.377	Londrina	92.153,0	49.939,2	91.546,5	157.515,1	134.894,2	-14,4	6,1	6,0	234,44
PR	430.157	Maringá	159.927,2	93.991,2	234.665,0	133.035,5	208.039,0	56,4	12,5	11,5	483,64
PR	355.336	Ponta Grossa	72.395,9	80.146,2	69.685,2	88.916,2	117.663,0	32,3	12,0	12,3	331,13
PR	332.333	Cascavel	130.529,6	89.493,3	113.882,1	144.402,8	160.193,6	10,9	14,9	13,4	482,03
PR	329.058	São José dos Pinhais	104.895,3	51.689,4	35.623,6	79.118,6	84.951,1	7,4	8,4	7,6	258,16
PR	258.248	Foz do Iguaçu	40.572,8	37.835,3	105.958,0	99.111,7	94.443,4	-4,7	8,4	8,0	365,71
RS	1.488.252	Porto Alegre	526.120,5	389.567,6	317.608,0	261.790,3	349.573,3	33,5	5,4	4,9	234,89
RS	517.451	Caxias do Sul	110.763,2	50.330,4	71.561,4	87.426,1	135.951,4	55,5	7,0	6,8	262,73
RS	348.208	Canoas	204.455,1	71.023,0	49.197,7	72.533,4	104.842,6	44,5	6,2	6,0	301,09
RS	343.132	Pelotas	107.767,8	86.876,4	43.745,1	75.114,0	51.723,7	-31,1	5,0	4,6	150,74
RS	283.677	Santa Maria	20.753,5	12.213,7	13.411,3	22.524,1	37.948,3	68,5	5,6	5,1	133,77
RS	283.620	Gravataí	20.799,9	18.872,1	22.458,1	34.398,2	114.394,8	232,6	12,7	12,7	403,34
RS	256.302	Viamão	17.452,0	14.307,1	15.302,0	12.489,3	12.618,2	1,0	2,6	..	49,23
SC	508.826	Florianópolis	111.277,3	79.668,2	132.033,4	223.923,3	193.100,4	-13,8	9,5	9,0	379,50
SC	597.658	Joinville	77.674,8	54.484,2	50.714,2	88.760,2	152.068,0	71,3	6,9	5,9	254,44
SC	361.855	Blumenau	112.772,8	96.917,0	143.105,7	148.291,2	142.378,0	-4,0	8,9	8,2	393,47
	83.116.849	Cidades selecionadas	21.318.132,4	12.541.997,1	14.670.054,8	19.459.167,7	23.730.209,7	21,9	8,0	7,8	285,50
	31.794.649	Até 20 mil habitantes	8.397.615,9	5.927.530,9	9.150.599,1	8.917.538,5	13.290.460,2	49,0	11,2	10,8	418,01
	47.479.406	Capitais	13.480.885,2	7.815.107,7	8.793.674,1	11.682.161,8	13.862.039,4	18,7	7,6	7,4	291,96
	208.697.442	Total dos municípios	47.480.685,5	30.310.162,5	41.163.918,4	49.105.089,4	65.674.797,9	33,7	9,1	8,8	314,69

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: 1 não inclui Brasília.

Investimentos | RANKING 2020

Posição	UF	Município	Investimento	População 2020	Ranking pop. 2020
			em R\$		
1º	SP	São Paulo	4.489.460.075,02	12.325.232	1º
2º	AM	Manaus	1.236.442.552,26	2.219.580	6º
3º	CE	Fortaleza	1.002.835.025,30	2.686.612	4º
4º	MG	Belo Horizonte	829.285.643,79	2.521.564	5º
5º	BA	Salvador	792.428.109,31	2.886.698	3º
6º	RJ	Rio de Janeiro	728.084.942,48	6.747.815	2º
7º	SP	São Bernardo do Campo	528.377.275,37	844.483	21º
8º	PR	Curitiba	498.805.175,99	1.948.626	7º
9º	PA	Parauapebas	487.410.999,16	213.576	143º
10º	MA	São Luís	458.299.236,71	1.108.975	14º
11º	PE	Recife	448.103.096,58	1.653.461	8º
12º	SP	Barueri	426.642.813,19	276.982	102º
13º	GO	Goiânia	400.369.425,23	1.536.097	9º
14º	RJ	Niterói	367.553.433,55	515.317	43º
15º	PA	Canaã dos Carajás	364.552.248,79	38.103	900º
16º	RJ	Maricá	361.849.172,79	164.504	180º
17º	RS	Porto Alegre	349.573.290,25	1.488.252	11º
18º	SP	Campinas	320.250.853,05	1.213.792	13º
19º	ES	Serra	308.396.474,61	527.240	41º
20º	MG	Contagem	292.821.132,83	668.949	31º
21º	RR	Boa Vista	288.156.827,89	419.652	58º
22º	SP	Santos	279.848.109,10	433.656	54º
23º	SP	São José dos Campos	278.863.134,23	729.737	24º
24º	AP	Macapá	266.203.650,82	512.902	45º
25º	SP	Santana de Parnaíba	264.714.297,62	142.301	207º
26º	SP	Praia Grande	261.111.562,72	330.845	84º
27º	BA	Camaçari	248.052.299,03	304.302	92º
28º	SP	São José do Rio Preto	229.021.137,86	464.983	51º
29º	PI	Teresina	226.098.703,08	868.075	20º
30º	MG	Uberlândia	220.612.503,06	699.097	29º
31º	SP	Ribeirão Preto	219.784.455,34	711.825	26º
32º	SP	Osasco	211.012.608,52	699.944	28º
33º	CE	Caucaia	210.832.732,73	365.212	72º
34º	PR	Maringá	208.039.006,81	430.157	55º
35º	ES	Vitória	206.051.503,82	365.855	70º
36º	SP	Guarulhos	200.493.071,74	1.392.121	12º
37º	MG	Betim	198.448.788,43	444.784	53º
38º	SP	Santo André	198.126.415,14	721.368	25º
39º	RJ	Nova Iguaçu	197.681.426,74	823.302	22º
40º	MT	Rondonópolis	197.647.501,53	236.042	128º
41º	SC	Florianópolis	193.100.386,17	508.826	47º
42º	MS	Campo Grande	188.744.171,41	906.092	18º
43º	SE	Araçaju	184.959.045,81	664.908	32º
44º	RJ	Duque de Caxias	173.757.454,71	924.624	17º
45º	SP	Sorocaba	169.177.779,88	687.357	30º
46º	RJ	Saquarema	166.103.894,69	90.583	359º
47º	SP	Jundiaí	165.338.683,03	423.006	57º
48º	PR	Cascavel	160.193.628,46	332.333	83º
49º	MT	Várzea Grande	158.863.721,54	287.526	96º
50º	SP	Guarujá	158.257.690,75	322.750	86º
51º	SC	Joinville	152.068.042,24	597.658	35º
52º	SC	Jaraguá do Sul	148.209.197,98	181.173	165º

Posição	UF	Município	Investimento	População 2020	Ranking pop. 2020
			em R\$		
53º	SP	Ilhabela	147.318.151,39	35.591	958º
54º	MT	Cuiabá	142.764.833,31	618.124	34º
55º	SC	Blumenau	142.377.955,24	361.855	73º
56º	BA	Feira de Santana	141.157.976,33	619.609	33º
57º	ES	Cariacica	140.816.380,55	383.917	66º
58º	SP	Itapevi	140.641.607,27	240.961	123º
59º	SP	Mogi das Cruzes	138.948.774,71	450.785	52º
60º	SC	Balneário Camboriú	136.534.935,07	145.796	204º
61º	SP	Taubaté	136.490.157,20	317.915	87º
62º	RS	Caxias do Sul	135.951.401,61	517.451	42º
63º	PR	Londrina	134.894.151,28	575.377	37º
64º	ES	Vila Velha	134.149.187,52	501.325	48º
65º	SP	São Caetano do Sul	131.206.003,74	161.957	183º
66º	MG	Uberaba	127.033.836,25	337.092	81º
67º	TO	Palmas	126.861.850,39	306.296	91º
68º	GO	Aparecida de Goiânia	124.955.884,32	590.146	36º
69º	BA	Barreiras	123.527.865,46	156.975	188º
70º	SP	Cotia	122.840.159,78	253.608	114º
71º	MG	Montes Claros	122.451.647,55	413.487	59º
72º	RJ	Macacé	119.857.634,80	261.501	108º
73º	PR	Ponta Grossa	117.663.000,63	355.336	75º
74º	SC	Criciúma	117.080.015,39	217.311	141º
75º	AL	Maceió	117.037.093,53	1.025.360	16º
76º	RN	Mossoró	115.966.374,52	300.618	93º
77º	ES	Linhares	114.459.911,82	176.688	169º
78º	RS	Gravataí	114.394.757,28	283.620	99º
79º	MG	Nova Lima	110.711.306,30	96.157	333º
80º	RN	Natal	110.347.209,78	890.480	19º
81º	PE	Caruaru	110.282.142,72	365.278	71º
82º	PB	João Pessoa	106.744.913,01	817.511	23º
83º	MG	Extrema	105.429.950,52	36.951	928º
84º	SP	Sertãozinho	104.949.190,68	127.142	241º
85º	PR	Araucária	104.942.710,46	146.214	202º
86º	RS	Canoas	104.842.586,27	348.208	77º
87º	MT	Lucas do Rio Verde	104.512.587,58	67.620	493º
88º	CE	Sobral	102.673.819,16	210.711	147º
89º	SP	Carapicuíba	102.550.025,97	403.183	63º
90º	SC	Itajaí	100.866.085,87	223.112	137º
91º	RO	Porto Velho	99.851.116,80	539.354	39º
92º	RO	Vilhena	99.576.469,06	102.211	319º
93º	SC	São José	99.226.477,32	250.181	115º
94º	MG	Itabira	98.472.381,22	120.904	265º
95º	PA	Santarém	96.272.827,01	306.480	90º
96º	MG	Juiz de Fora	96.221.659,96	573.285	38º
97º	PA	Marabá	95.785.864,61	283.542	100º
98º	GO	Senador Canedo	95.509.571,38	118.451	269º
99º	SP	Bauru	95.339.325,58	379.297	67º
100º	PR	Foz do Iguaçu	94.443.380,92	258.248	110º

		Total dos 100 maiores	26.928.047.558,26	74.882.075	..
		Total dos demais	38.746.750.375,73	133.815.367	..
		Total dos municípios	65.674.797.933,99	208.697.442	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Investimentos per capita | RANKING 2020

Posição	UF	Município	Invest.	Investimento	População 2020	Ranking pop. 2020
			per capita	em R\$		
1º	PA	Canaã dos Carajás	9.567,55	364.552.248,79	38.103	900º
2º	MG	Belo Vale	8.294,17	64.022.661,95	7.719	3527º
3º	MG	Catas Altas	8.010,75	43.426.283,76	5.421	4185º
4º	ES	Presidente Kennedy	5.973,76	69.642.129,35	11.658	2787º
5º	SP	Ilhabela	4.139,20	147.318.151,39	35.591	958º
6º	SC	Abdon Batista	4.039,92	10.293.720,67	2.548	5269º
7º	RS	Santa Margarida do Sul	3.694,70	9.524.944,89	2.578	5257º
8º	MG	Conceição do Mato Dentro	3.543,45	62.020.961,21	17.503	2033º
9º	SC	Jardinópolis	3.421,74	5.290.016,25	1.546	5534º
10º	RS	Nova Boa Vista	3.157,35	5.534.837,41	1.753	5494º
11º	RS	São José do Sul	3.101,40	7.558.121,11	2.437	5308º
12º	RS	Alto Feliz	3.082,88	9.359.628,17	3.036	5076º
13º	RS	Nova Ramada	3.024,87	6.709.158,88	2.218	5381º
14º	RS	Canudos do Vale	2.969,79	5.063.495,49	1.705	5506º
15º	SC	Piratuba	2.953,69	11.061.554,91	3.745	4810º
16º	PR	Santa Helena	2.919,60	78.148.930,20	26.767	1325º
17º	MG	Cedro do Abaeté	2.918,89	3.377.155,60	1.157	5561º
18º	PB	Parari	2.867,48	5.041.038,44	1.758	5493º
19º	MG	Extrema	2.853,24	105.429.950,52	36.951	928º
20º	MS	Paraíso das Águas	2.837,93	16.045.643,68	5.654	4099º
21º	SC	Peritiba	2.832,05	7.816.451,21	2.760	5184º
22º	PR	Itaipulândia	2.794,97	31.820.778,04	11.385	2842º
23º	PR	Altamira do Paraná	2.760,27	4.642.774,97	1.682	5508º
24º	RS	São Vendelino	2.679,51	6.071.775,95	2.266	5361º
25º	RS	Barra do Rio Azul	2.667,39	4.414.524,62	1.655	5512º
26º	RS	Almirante Tamandaré do Sul	2.656,66	5.177.826,89	1.949	5455º
27º	MG	Córrego Novo	2.626,87	7.166.113,90	2.728	5201º
28º	RS	Ponte Preta	2.598,27	3.959.769,54	1.524	5536º
29º	MG	Pedro Teixeira	2.597,59	4.691.239,85	1.806	5484º
30º	SC	Iomerê	2.569,33	7.610.356,03	2.962	5104º
31º	PA	Jacareacanga	2.532,23	19.219.644,43	7.590	3572º
32º	SC	Vargem Bonita	2.512,26	11.182.089,84	4.451	4543º
33º	MT	Santa Carmem	2.477,05	11.302.793,03	4.563	4491º
34º	MT	Vera	2.469,63	28.158.682,36	11.402	2838º
35º	RS	Santo Antônio do Planalto	2.433,44	4.913.116,60	2.019	5433º
36º	PA	Bannach	2.430,51	7.928.323,84	3.262	4977º
37º	SC	Ibiam	2.417,90	4.724.578,01	1.954	5450º
38º	PI	João Costa	2.344,09	7.043.990,80	3.005	5086º
39º	RS	Protásio Alves	2.335,39	4.525.992,87	1.938	5458º
40º	PR	Alto Paraíso	2.312,00	6.207.708,44	2.685	5218º
41º	MT	Nova Brasilândia	2.308,78	8.784.910,33	3.805	4782º
42º	PR	Origueira	2.302,07	50.553.404,12	21.960	1611º
43º	RS	Gentil	2.283,59	3.713.119,48	1.626	5518º
44º	PA	Paraupapebas	2.282,14	487.410.999,16	213.576	143º
45º	RS	Vespasiano Correa	2.277,28	4.087.722,21	1.795	5488º
46º	MS	Bataguassu	2.261,10	52.740.236,46	23.325	1525º
47º	MS	Costa Rica	2.239,38	47.345.011,82	21.142	1688º
48º	SC	Sul Brasil	2.200,01	5.330.620,58	2.423	5313º
49º	RJ	Maricá	2.199,64	361.849.172,79	164.504	180º
50º	ES	Marataizes	2.182,71	84.870.226,91	38.883	882º
51º	MG	Brumadinho	2.178,03	88.571.814,13	40.666	842º
52º	RS	Forquethinha	2.176,86	5.224.466,17	2.400	5322º

Posição	UF	Município	Invest.	Investimento	População 2020	Ranking pop. 2020
			per capita	em R\$		
53º	SC	Ermo	2.158,13	4.447.900,79	2.061	5422º
54º	PA	Abel Figueiredo	2.132,43	15.963.387,77	7.486	3601º
55º	RS	São José do Inhamorá	2.102,76	4.323.282,01	2.056	5426º
56º	SC	Princesa	2.093,30	6.148.018,49	2.937	5111º
57º	SC	Lajeado Grande	2.082,19	2.952.540,80	1.418	5548º
58º	SC	Marema	2.061,38	3.607.423,29	1.750	5495º
59º	PR	Saudade do Iguazu	2.061,03	11.416.067,97	5.539	4141º
60º	GO	Nova Aurora	2.042,63	4.538.716,03	2.222	5380º
61º	GO	Ouvidor	2.030,27	13.769.291,46	6.782	3778º
62º	PR	Entre Rios do Oeste	2.027,96	9.320.518,68	4.596	4479º
63º	PR	Brasilândia do Sul	1.989,22	5.142.127,56	2.585	5254º
64º	SC	Barra Bonita	1.976,27	3.262.816,71	1.651	5513º
65º	PR	Santo Antônio do Paraíso	1.973,45	4.081.101,68	2.068	5419º
66º	SC	Presidente Castello Branco	1.971,79	3.050.363,77	1.547	5533º
67º	MG	Sem-Peixe	1.967,71	5.127.864,60	2.606	5244º
68º	SC	Tigrinhos	1.961,77	3.176.106,14	1.619	5520º
69º	RS	Pinhal	1.956,67	5.048.209,31	2.580	5256º
70º	PR	Pato Bragado	1.956,32	11.119.707,54	5.684	4087º
71º	RS	Muliterno	1.941,14	3.682.344,77	1.897	5469º
72º	RS	André da Rocha	1.938,18	2.602.979,62	1.343	5553º
73º	SP	Gavião Peixoto	1.930,04	9.293.141,12	4.815	4396º
74º	MT	Matupá	1.924,64	32.320.443,57	16.793	2113º
75º	RR	São João da Baliza	1.922,33	16.047.587,30	8.348	3389º
76º	SC	Morro Grande	1.914,02	5.527.678,32	2.888	5131º
77º	RO	Mirante da Serra	1.911,55	20.679.141,57	10.818	2967º
78º	RS	Cotiporã	1.911,54	7.336.493,39	3.838	4771º
79º	SC	Ponte Alta do Norte	1.906,94	6.521.750,11	3.420	4932º
80º	RS	Coqueiro Baixo	1.888,37	2.823.119,30	1.495	5539º
81º	SC	Major Gercino	1.882,70	6.502.855,06	3.454	4919º
82º	GO	Campos Verdes	1.878,85	3.438.293,02	1.830	5479º
83º	MT	Planalto da Serra	1.871,92	4.958.716,52	2.649	5228º
84º	SC	Galvão	1.865,41	5.206.365,58	2.791	5165º
85º	SP	Santana de Parnaíba	1.860,24	264.714.297,62	142.301	207º
86º	MG	Jeceaba	1.857,04	9.010.348,62	4.852	4377º
87º	PR	Mercedes	1.848,17	10.307.218,92	5.577	4129º
88º	MG	Itaiaçu	1.846,04	20.771.619,72	11.252	2877º
89º	RS	Westfalia	1.842,73	5.585.321,41	3.031	5079º
90º	PB	Serra Grande	1.833,78	5.347.308,87	2.916	5123º
91º	RJ	Saquarema	1.833,72	166.103.894,69	90.583	359º
92º	RS	Maratá	1.832,52	4.951.466,54	2.702	5213º
93º	PR	Mariópolis	1.826,49	12.113.289,35	6.632	3814º
94º	SC	Mirim Doce	1.826,34	4.169.541,55	2.283	5358º
95º	SC	Cordilheira Alta	1.823,35	8.241.561,40	4.520	4514º
96º	MA	São Francisco do Brejão	1.822,60	21.763.628,38	11.941	2744º
97º	SC	Macieira	1.820,80	3.215.537,00	1.766	5491º
98º	GO	Palestina de Goiás	1.820,69	6.312.348,51	3.467	4914º
99º	PR	Bom Jesus do Sul	1.810,77	6.348.560,48	3.506	4898º
100º	RS	Novo Machado	1.794,60	5.843.215,65	3.256	4982º
		Total dos 100 maiores	2.586,43	3.216.716.380,61	1.243.690	..
		Total dos demais	301,07	62.458.081.553,38	207.453.752	..
		Total dos municípios	314,69	65.674.797.933,99	208.697.442	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Lei Complementar 173 derruba serviços da dívida em 2020

Redução da Selic ao longo do ano também contribuiu para a queda de despesas com juros e amortizações.

Desempenho em 2020

Os gastos municipais com juros e amortizações da dívida somaram R\$ 14,09 bilhões em 2020, com queda acentuada de 28,8% em relação ao ano anterior. Em termos absolutos, houve economia de R\$ 5,69 bilhões, considerando os valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A principal influência para esse resultado foi a edição da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020. Intitulada de Programa Federativo de Enfrentamento da Covid-19, a LC destinou R\$ 60 bilhões de verbas extraordinárias aos estados e municípios e suspendeu o pagamento das dívidas renegociadas com a União e de débitos previdenciários referentes ao período de 1º de março a 31 de dezembro de 2020. Abriu espaço, ainda, para a reestruturação de contratos de operações de crédito dos entes subnacionais com o sistema financeiro e instituições multilaterais de crédito.

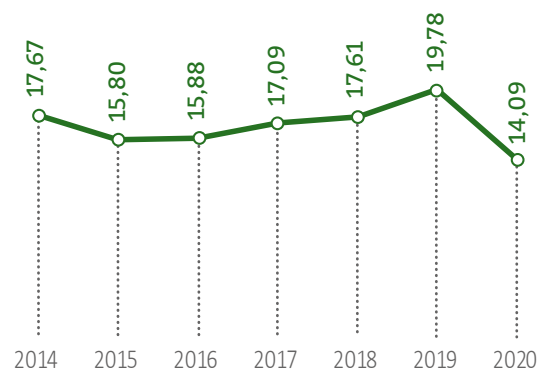
Conforme o § 1º do artigo 2 da LC 173, os valores não pagos dos débitos com a União serão incorporados aos respectivos saldos devedores em 1º de janeiro de 2022, adequadamente atualizados pelos encargos financeiros contratuais, para quitação pelo prazo remanescente de amortização dos contratos.

Antes mesmo da promulgação da Lei, alguns entes haviam obtido, por meio de decisões

judiciais, a suspensão dos pagamentos das dívidas com a União e de algumas operações de crédito. Com a sua edição, as demais localidades que possuíam dívidas com a esfera federal tiveram essas obrigações interrompidas de forma imediata.

Despesa com juros e amortizações da dívida dos municípios brasileiros

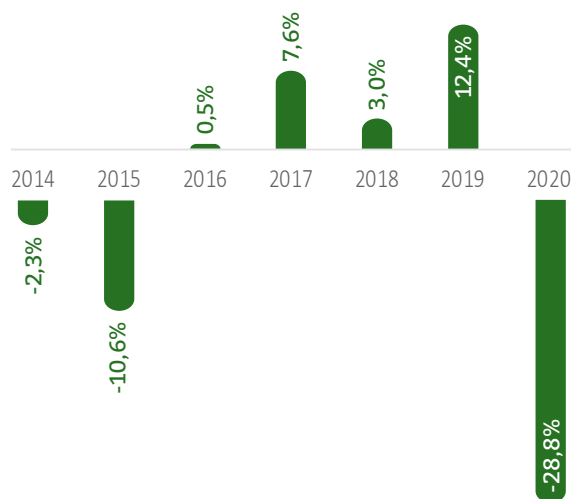
em R\$ bilhões corrigidos pelo IPCA médio de 2020



O maior volume de recursos direcionados aos serviços da dívida foi efetuado pelo município de São Paulo. Em 2020, a capital paulistana destinou R\$ 1,86 bilhão dos cofres da cidade para esse fim, quase metade da cifra do ano anterior, que foi R\$ 3,46 bilhões. O município do Rio de Janeiro ocupa a segunda posição do ranking. O montante despendido foi de R\$ 1,09 bilhão em 2020, pouco mais da metade da quantia de 2019, de R\$ 2,09 bilhões. O perfil de endividamento da capital

fluminense passou por uma série de alterações ao longo da última década. Entre 2010 e 2011, o município realizou uma negociação que trocou boa parte de sua dívida com a União por outra em condições mais vantajosas com o Banco Mundial.

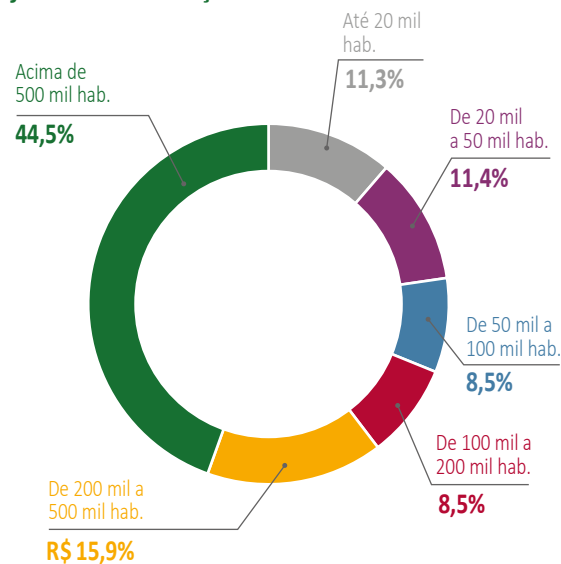
Taxa de crescimento real da despesa com juros e amortizações da dívida em relação ao ano anterior



Na sequência dos maiores gastos, aparecem Belo Horizonte-MG, Curitiba-PR e São Bernardo do Campo-SP. Essas três cidades também viram seus pagamentos reduzidos em 2020, impactados pelos adiamentos da LC 173. Os valores por elas arcados foram de R\$ 371,9 milhões, R\$ 233,5 milhões e R\$ 218,6 milhões, respectivamente (veja o ranking da página 162).

De fato, o desembolso com juros e amortizações da dívida está concentrado nos grandes municípios. Em 2020, 48 deles, com população superior a 500 mil habitantes, responderam por 44,5% do total. Somando-se esse conjunto com o grupo de cidades que têm de 200 mil a 500 mil pessoas, a parcela chega a 60,4%, que em números absolutos representam 154 cidades.

Participação dos municípios por faixa populacional no total da despesa com juros e amortizações - 2020

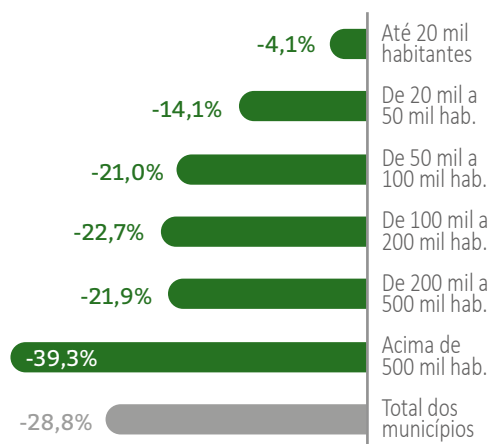


A redução do dispêndio com os serviços e as amortizações da dívida também se mostrou mais acentuada nos municípios com mais de 500 mil habitantes, com variação de -39,3% entre 2019 e 2020. No conjunto das cidades de 50 mil a 500 mil moradores, a média da retração foi de 22%, ao passo que nas faixas de menor porte a queda foi ainda menos intensa, de apenas 4,1% naquelas de população abaixo de 20 mil residentes.

Nos municípios de menor porte populacional, a maior parte dos gastos está relacionada às dívidas previdenciárias. Já as cidades com maior número de habitantes, além desses débitos, possuem dívidas com as instituições financeiras, referentes às contratações de financiamento para investimentos em infraestrutura.

Despesa | Juros e amortizações da dívida

Taxa de crescimento real da despesa com juros e amortizações da dívida por faixa populacional - 2020/2019



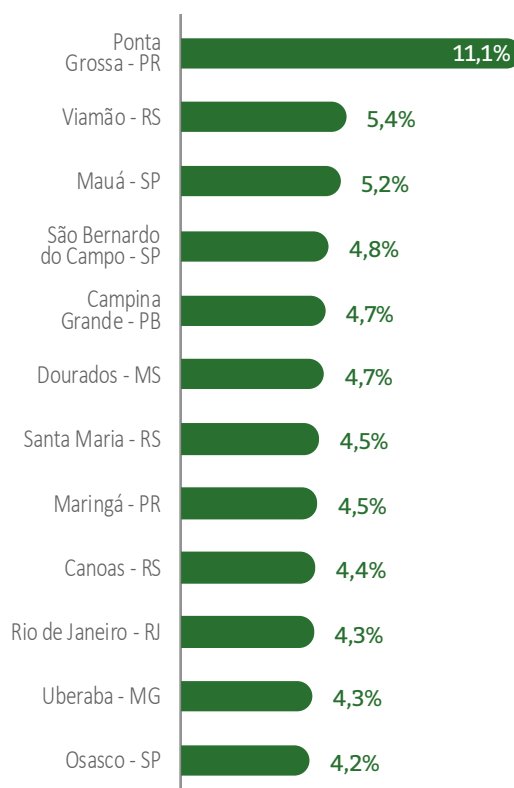
Peso orçamentário

O adiamento de parte dos pagamentos ao longo de 2020 trouxe alívio para o caixa das prefeituras. Em 2019, os gastos com juros e amortizações consumiram, em média, 2,9% da receita corrente, fatia que caiu para 2% em 2020. Para 2021, a expectativa é que a participação fique próximo à de 2019, já que desde janeiro de 2021 os contratos voltaram a ser pagos regularmente.

Na lista dos municípios selecionados por **Multi Cidades**, que inclui as capitais e pelo menos mais um entre os maiores municípios de cada Estado, destaca-se, pelo alto percentual de participação, Ponta Grossa-PR, que comprometeu 11,1% de sua receita corrente com os serviços da dívida em 2020. Na sequência, aparecem

Viamão-RS (5,4%), Mauá-SP (5,2%) São Bernardo do Campo-SP (4,8%), Campina Grande-PB e Dourados-MS (com 4,7% em cada um). Entre as capitais, os juros e amortizações tiveram maior peso no Rio de Janeiro, com 4,3%, seguido por Florianópolis-SC (3,8%), Vitória-ES (3,6%) e Manaus-AM (3,4%). Em São Paulo-SP, o percentual passou de 6% em 2019 para 3% em 2020.

Maiores participações da despesa com juros e amortizações da dívida na receita corrente dos municípios selecionados - 2020



Indicadores de endividamento

A dívida consolidada líquida não deve ultrapassar 120% da receita corrente líquida para os municípios (Resolução nº 40, artigo 3º, inciso II, de 20/12/2001, do Senado Federal).

O desembolso anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada não pode exceder a 11,5% da receita corrente líquida (Resolução nº 43, artigo 7º, inciso I, de 21/12/2001, do Senado Federal).

A dívida contratual bruta total é limitada à receita líquida real (RLR) anual. O conceito da RLR encontra-se no artigo 2º da Lei nº 9.496/97: é a receita realizada nos 12 meses anteriores ao mês imediatamente antecedente àquele em que se estiver apurando, excluídas as receitas provenientes de operações de crédito, de alienação de bens, de transferências voluntárias ou de doações recebidas com o fim específico. Os limites fixados por estas últimas aplicam-se tão somente àqueles que recorreram à União para refinaranciar suas dívidas.

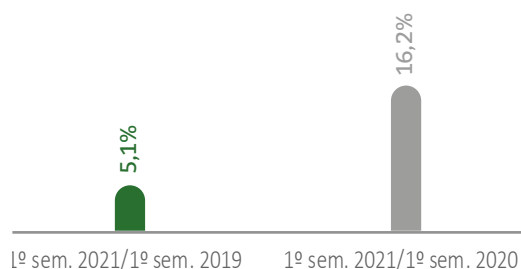
Primeiro semestre de 2021

Os municípios brasileiros destinaram cerca de R\$ 8,14 bilhões aos gastos com juros e amortizações da dívida no primeiro semestre de 2021. No mesmo período do ano passado, o valor pago havia sido de R\$ 7 bilhões. Entre março e dezembro de 2020, boa parte dos municípios suspendeu o pagamento da dívida com a União e de operações de crédito, sob amparo da Lei 173/2020. A partir de janeiro de 2021, os débitos voltaram a ser quitados regularmente, respeitando as condições listadas nos contratos.

Para o segundo semestre de 2021, é possível que haja o aumento nos gastos com os serviços da dívida em razão de dois fatores principais. O primeiro deles está atrelado aos contratos com a União, pois os juros mensais são calculados a partir da apuração do IPCA, limitado à cotação da Taxa Selic. Tanto o IPCA quanto a Selic têm apresentado tendência de alta para os próximos meses. A edição de setembro de 2021 do relatório Focus, do Banco Central, prevê que a Selic fique no patamar de 8% no final do ano. Em 2019, esse índice de correção encerrou o exercício em 4,5%, chegando a atingir a mínima de 2,5% em 2020. Já o IPCA acumulou a alta de 9,7% nos últimos 12 meses, até agosto de 2021.

A segunda questão que pode provocar o crescimento dessa despesa está vinculada à taxa de câmbio. Alguns municípios possuem contratos com organizações internacionais, e seus acordos estipulam pagamentos mensais atrelados ao dólar. Com a valorização da moeda diante do real, os débitos podem subir além do esperado pelas administrações municipais.

Taxa de crescimento real da despesa com juros e amortizações da dívida



Juros e amortizações da dívida | 2016-2020

UF	População 2020	Região e município	2016	2017	2018	2019	2020	Variação 2020/2019	Part. desp. total 2020	Part. rec. total 2020	Juros e amort. da dívida per capita 2020
			em R\$ mil corrigidos pelo IPCA médio de 2020						em %		em R\$
	18.672.591	Norte	742.702,5	887.113,3	845.099,2	995.795,1	966.837,6	-2,9	1,8	1,9	51,78
AC	413.418	Rio Branco	29.672,4	27.213,9	22.673,3	25.193,1	16.054,6	-36,3	1,8	1,7	38,83
AC	89.072	Cruzeiro do Sul	12.212,4	3.349,6	3.462,3	2.692,1	2.458,8	-8,7	1,2	1,3	27,61
AP	512.902	Macapá	2.253,2	1.671,9	764,0	845,1	2.774,6	228,3	0,2	0,3	5,41
AP	123.096	Santana	...	3.734,9	0,0	1.316,3	3.633,4	176,0	1,6	1,7	29,52
AM	2.219.580	Manaus	135.022,7	156.312,3	160.212,5	227.171,5	212.187,0	-6,6	3,4	3,9	95,60
AM	115.363	Parintins	...	3.331,5	5.663,7	2.368,5	1.481,1	-37,5	0,5	0,6	12,84
PA	1.499.641	Belém	98.498,2	132.352,8	161.020,4	178.544,6
PA	535.547	Ananindeua	...	17.465,8	15.984,3	16.457,9	6.624,8	-59,7	0,8	0,7	12,37
PA	306.480	Santarém	10.297,8	10.987,3	4.996,1	7.751,3	4.129,6	-46,7	0,6	0,6	13,47
PA	283.542	Marabá	10.513,5	17.006,4	16.408,5	20.078,6	9.599,4	-52,2	1,1	0,9	33,86
RO	539.354	Porto Velho	20.064,4	19.423,3	18.996,5	20.011,3	17.619,0	-12,0	1,2	1,1	32,67
RO	130.009	Ji-Paraná	1.804,2	6.321,3	5.122,1	5.307,9	5.105,8	-3,8	2,0	1,5	39,27
RR	419.652	Boa Vista	17.791,2	15.881,2	16.826,5	19.287,4	19.986,9	3,6	1,4	1,4	47,63
RR	30.782	Rorainópolis	246,0	...	1.157,9	18,6	0,0	-100,0	0,0	..	0,00
TO	306.296	Palmas	25.607,7	25.324,3	29.059,0	32.864,1	24.740,2	-24,7	2,1	1,9	80,77
TO	183.381	Araguaína	12.451,4	18.170,2	9.938,6	9.982,5	17.388,6	74,2	3,1	3,2	94,82
	57.371.142	Nordeste	2.294.967,2	2.678.650,2	2.652.707,8	2.956.656,6	2.360.654,5	-20,2	1,5	1,5	41,15
AL	1.025.360	Maceió	145.826,9	126.938,2	138.126,8	96.725,8	13.420,1	-86,1	0,5	0,5	13,09
AL	233.047	Arapiraca	12.052,9	9.960,5	6.700,9	6.749,4	3.521,1	-47,8	0,5	0,6	15,11
BA	2.886.698	Salvador	137.127,9	158.952,7	149.319,2	186.241,7	178.863,9	-4,0	2,4	2,7	61,96
BA	619.609	Feira de Santana	23.377,4	26.020,5	29.392,7	17.836,5	13.671,3	-23,4	1,0	1,1	22,06
BA	341.128	Vitória da Conquista	17.654,0	18.488,7	20.747,8	24.054,4	11.474,6	-52,3	1,4	1,5	33,64
BA	304.302	Camaçari	42.715,3	51.597,5	44.117,4	52.204,7	20.684,5	-60,4	1,4	1,6	67,97
CE	2.686.612	Fortaleza	126.666,4	143.620,3	161.558,3	189.448,2	193.669,0	2,2	2,3	2,6	72,09
CE	365.212	Caucaia	9.828,2	8.429,4	6.990,2	8.262,4	11.561,4	39,9	1,2	1,3	31,66
CE	276.264	Juazeiro do Norte	13.150,4	11.901,7	9.510,9	8.999,8	6.565,9	-27,0	1,0	1,1	23,77
MA	1.108.975	São Luís	75.287,6	74.122,1	92.935,1	101.373,7	113.270,9	11,7	3,3	3,4	102,14
MA	259.337	Imperatriz	3.538,5	2.431,9	3.176,0	5.242,9	3.919,8	-25,2	0,4	0,5	15,11
PB	817.511	João Pessoa	23.601,3	22.648,7	35.565,2	38.113,6	57.115,1	49,9	2,6	2,4	69,86
PB	411.807	Campina Grande	34.035,4	34.655,9	31.400,7	57.212,0	52.347,5	-8,5	4,7	4,9	127,12
PE	1.653.461	Recife	137.374,0	152.632,5	142.826,8	174.565,7	83.323,7	-52,3	1,6	1,7	50,39
PE	706.867	Jaboatão dos Guararapes	11.373,2	20.795,6	10.428,5	12.760,4	15.565,1	22,0	1,2	1,1	22,02
PE	393.115	Olinda	4.426,8	4.168,3	4.739,3	4.366,8	3.606,8	-17,4	0,6	0,5	9,17
PE	365.278	Caruaru	10.324,1	9.359,0	13.371,8	19.673,7	13.965,7	-29,0	1,7	1,8	38,23
PE	354.317	Petrolina	13.259,9	17.961,6	14.067,3	14.347,1	8.161,6	-43,1	1,0	1,0	23,03
PE	334.376	Paulista	3.117,0	854,8	850,4	1.012,4	734,0	-27,5	0,1	0,1	2,20
PI	868.075	Teresina	49.877,5	64.987,9	64.373,4	79.711,5	37.581,2	-52,9	1,1	1,2	43,29
PI	153.482	Parnaíba	10.699,3	4.791,7	3.160,9	4.374,1	2.701,9	-38,2	0,7	0,7	17,60
RN	890.480	Natal	57.593,7	49.827,9	18.076,1	-63,7	0,7	0,7	20,30
RN	300.618	Mossoró	24.244,1	10.293,9	18.350,3	21.451,5	12.774,4	-40,4	1,6	1,8	42,49
SE	664.908	Aracaju	22.832,9	38.372,7	20.819,8	23.542,6	21.617,2	-8,2	1,2	1,1	32,51
SE	185.706	Nossa Senhora do Socorro	3.157,2	657,0	...	3.707,5
	13.449.154	Centro-Oeste¹	690.771,8	670.163,4	703.142,6	985.590,0	957.958,4	-2,8	2,0	1,9	71,23
GO	1.536.097	Goiânia	73.672,5	74.216,0	97.517,3	160.693,9	84.077,2	-47,7	1,6	1,5	54,73
GO	590.146	Aparecida de Goiânia	21.791,2	30.217,4	36.754,8	41.648,8	41.618,8	-0,1	3,3	3,1	70,52
GO	391.772	Anápolis	16.024,3	10.319,9	10.931,4	26.130,6	55.303,7	111,6	4,2	4,4	141,16
MT	618.124	Cuiabá	33.339,3	35.359,5	42.026,1	54.471,2	39.941,9	-26,7	1,5	1,6	64,62
MT	287.526	Várzea Grande	19.600,0	19.471,6	18.201,7	22.337,4	29.786,0	33,3	3,7	3,9	103,59
MS	906.092	Campo Grande	51.779,1	64.184,6	57.285,6	81.977,6	60.949,2	-25,7	1,6	1,5	67,27
MS	225.495	Dourados	20.223,9	21.431,0	18.336,1	29.505,6	37.172,8	26,0	4,7	4,0	164,85
	89.012.240	Sudeste	9.609.134,1	10.208.697,3	10.495.860,1	11.544.875,2	7.274.183,6	-37,0	2,1	2,1	81,72
ES	365.855	Vitória	53.521,3	47.808,0	47.356,8	49.344,1	67.237,8	36,3	3,6	3,5	183,78
ES	527.240	Serra	31.864,9	33.189,2	31.569,6	22.076,8	21.186,1	-4,0	1,4	1,5	40,18
ES	501.325	Vila Velha	19.815,1	20.704,5	16.782,0	16.031,9	12.205,5	-23,9	1,1	1,0	24,35
ES	383.917	Cariacica	8.639,9	10.577,1	9.861,0	9.041,5	6.854,8	-24,2	0,9	0,9	17,85
MG	2.521.564	Belo Horizonte	612.824,8	534.762,6	548.933,8	583.531,7	371.902,8	-36,3	3,2	3,2	147,49
MG	699.097	Uberlândia	20.869,1	29.272,0	36.059,7	45.017,3	27.429,7	-39,1	1,0	1,0	39,24
MG	668.949	Contagem	42.029,6	43.048,3	29.462,1	32.788,5	24.740,4	-24,5	1,2	1,2	36,98

UF	População 2020	Região e município	2016	2017	2018	2019	2020	Variação 2020/2019	Part. desp. total 2020	Part. rec. total 2020	Juros e amort. da dívida per capita 2020
			em R\$ mil corrigidos pelo IPCA médio de 2020								
MG	573.285	Juiz de Fora	22.889,5	22.174,5	21.103,3	22.180,1	7.102,8	-68,0	0,4	0,4	12,39
MG	444.784	Betim	116.320,1	76.238,5	81.387,8	90.727,1	58.630,0	-35,4	3,2	2,8	131,82
MG	413.487	Montes Claros	14.282,0	11.553,8	12.069,6	11.695,6	11.444,9	-2,1	1,1	1,0	27,68
MG	338.197	Ribeirão das Neves	7.975,8	13.522,1	6.798,7	6.083,2	4.822,4	-20,7	1,0	0,9	14,26
MG	337.092	Uberaba	38.724,0	67.847,1	46.733,2	48.241,9	56.025,5	16,1	4,3	3,9	166,20
MG	281.046	Governador Valadares	29.640,5	30.716,3	28.203,7	29.634,5	20.129,8	-32,1	2,1	2,0	71,62
RJ	6.747.815	Rio de Janeiro	960.559,7	1.364.613,4	1.647.486,6	2.089.632,0	1.092.301,6	-47,7	4,3	4,5	161,87
RJ	1.091.737	São Gonçalo	...	21.601,4	27.039,8	45.826,3	27.727,8	-39,5	1,9	1,9	25,40
RJ	924.624	Duque de Caxias	27.859,8	113.052,9	24.173,1	28.355,4	15.172,3	-46,5	0,5	..	16,41
RJ	823.302	Nova Iguaçu	30.334,0	38.029,3	65.975,7	72.046,6	71.313,1	-1,0	4,0	4,0	86,62
RJ	515.317	Niterói	56.054,6	87.425,9	154.558,1	143.053,3	50.201,2	-64,9	1,4	1,5	97,42
RJ	513.118	Belford Roxo	8.289,6	17.801,2	14.513,5	16.740,6	4.140,7	-75,3	0,5	0,5	8,07
RJ	511.168	Campos dos Goytacazes	30.170,2	16.627,2	59.870,7	118.252,1	33.966,9	-71,3	2,0	2,1	66,45
RJ	472.906	São João de Meriti	993,2	26.098,7	...	21.198,8	6.409,3	-69,8	0,8	0,9	13,55
RJ	306.678	Petrópolis	15.710,2	19.377,7	45.486,1	16.444,7	10.885,0	-33,8	0,9	0,9	35,49
RJ	273.988	Volta Redonda	18.711,6	25.601,9	34.344,6	41.036,3	38.157,3	-7,0	3,5	3,7	139,27
SP	12.325.232	São Paulo	3.578.916,4	3.587.438,0	3.538.669,4	3.456.828,8	1.858.880,0	-46,2	3,0	3,0	150,82
SP	1.392.121	Guarulhos	132.116,5	193.665,9	97.526,6	95.779,7	61.986,1	-35,3	1,5	1,5	44,53
SP	1.213.792	Campinas	65.425,4	80.764,7	91.539,2	118.214,3	62.617,8	-47,0	1,2	1,1	51,59
SP	844.483	São Bernardo do Campo	233.580,5	250.131,6	282.241,9	298.515,4	218.602,8	-26,8	4,8	5,6	258,86
SP	729.737	São José dos Campos	31.513,8	33.812,6	47.209,5	66.575,8	49.688,2	-25,4	1,6	1,7	68,09
SP	721.368	Santo André	15.435,0	13.288,9	67.984,9	163.250,2	84.055,1	-48,5	3,0	3,3	116,52
SP	711.825	Ribeirão Preto	86.176,2	155.395,2	101.071,5	99.961,6	62.554,3	-37,4	2,2	2,2	87,88
SP	699.944	Osasco	28.559,3	38.097,4	41.128,0	34.142,2	117.216,5	243,3	4,2	4,4	167,47
SP	687.357	Sorocaba	78.785,3	69.859,2	74.041,5	46.298,2	33.530,5	-27,6	1,2	1,2	48,78
SP	477.552	Mauá	74.726,1	63.629,1	72.060,8	79.789,9	61.419,8	-23,0	5,2	5,3	128,61
SP	464.983	São José do Rio Preto	46.296,2	46.581,9	51.435,6	56.613,7	36.869,3	-34,9	1,9	2,0	79,29
SP	450.785	Mogi das Cruzes	34.037,5	39.947,3	47.760,0	62.554,8	29.563,3	-52,7	1,9	1,9	65,58
SP	433.656	Santos	24.625,1	27.208,8	24.425,6	34.469,5	24.987,7	-27,5	0,9	0,9	57,62
SP	426.757	Diadema	22.291,8	52.874,8	66.130,9	92.696,3	18.318,3	-80,2	1,4	1,5	42,92
SP	423.006	Jundiaí	30.693,9	30.859,8	50.260,2	49.614,4	12.797,0	-74,2	0,6	0,6	30,25
SP	407.252	Piracicaba	22.930,6	20.404,7	19.652,2	21.211,2	20.751,4	-2,2	1,2	1,2	50,95
SP	403.183	Carapicuíba	7.538,3	...	14.028,6	...	8.883,8	..	1,4	..	22,03
SP	379.297	Bauru	30.892,0	33.214,0	30.833,5	30.283,4	5.800,7	-80,8	0,5	0,5	15,29
30.192.315	Sul		2.546.540,4	2.647.709,7	2.909.393,3	3.301.758,6	2.534.901,0	-23,2	2,2	2,2	83,96
PR	1.948.626	Curitiba	254.978,1	277.883,7	327.897,2	402.664,3	233.508,3	-42,0	2,8	2,8	119,83
PR	575.377	Londrina	64.702,1	65.681,9	37.989,7	55.077,2	36.989,3	-32,8	1,7	1,7	64,29
PR	430.157	Maringá	43.018,8	13.657,9	68.490,8	54.683,1	74.019,8	35,4	4,5	4,4	172,08
PR	355.336	Ponta Grossa	36.817,1	49.460,9	54.867,8	80.330,1	108.970,6	35,7	11,1	11,8	306,67
PR	332.333	Cascavel	40.790,3	12.998,6	15.147,0	36.595,3	31.898,7	-12,8	3,0	2,9	95,98
PR	329.058	São José dos Pinhais	14.319,4	18.058,7	14.044,1	10.073,2	11.372,7	12,9	1,1	1,1	34,56
PR	258.248	Foz do Iguaçu	38.394,5	76.693,3	28.103,5	28.182,6	10.518,3	-62,7	0,9	0,9	40,73
RS	1.488.252	Porto Alegre	264.370,6	239.862,8	273.606,9	218.946,0	162.756,9	-25,7	2,5	2,3	109,36
RS	517.451	Caxias do Sul	66.506,1	65.206,4	58.300,8	56.829,6	52.504,1	-7,6	2,7	2,8	101,47
RS	348.208	Canoas	29.600,6	46.491,5	47.438,8	124.962,2	74.352,3	-40,5	4,4	4,4	213,53
RS	343.132	Pelotas	22.591,6	32.721,3	31.950,3	35.020,5	32.973,5	-5,8	3,2	3,0	96,10
RS	283.677	Santa Maria	28.620,0	30.501,5	23.438,1	25.977,0	30.793,4	18,5	4,5	4,3	108,55
RS	283.620	Gravataí	49.567,9	44.697,6	31.096,2	30.822,8	20.915,5	-32,1	2,3	2,5	73,74
RS	256.302	Viamão	10.298,5	10.198,5	10.090,0	14.671,6	25.747,8	75,5	5,4	..	100,46
SC	508.826	Florianópolis	114.361,8	130.147,7	143.403,1	156.687,7	77.942,2	-50,3	3,8	3,9	153,18
SC	597.658	Joinville	85.618,5	88.115,7	86.940,1	80.616,2	42.466,0	-47,3	1,9	1,8	71,05
SC	361.855	Blumenau	59.401,3	57.259,6	85.136,0	94.602,0	44.053,6	-53,4	2,7	2,7	121,74
83.116.849	Cidades selecionadas		9.611.735,2	10.435.818,0	10.913.559,1	12.075.322,2	7.618.700,8	-36,9	2,6	2,6	91,66
31.794.649	Até 20 mil habitantes		1.424.064,6	1.553.982,4	1.564.886,2	1.667.255,2	1.598.273,9	-4,1	1,3	1,4	50,27
47.479.406	Capitais		7.103.421,5	7.547.974,0	7.999.518,8	8.698.245,3	5.207.378,9	-40,1	2,9	2,9	109,68
208.697.442	Total dos municípios		15.884.116,0	17.092.333,8	17.606.203,0	19.784.675,5	14.094.535,2	-28,8	2,0	2,0	67,54

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: não inclui Brasília.

Juros e amortizações da dívida | RANKING 2020

Posição	UF	Município	Juros e amortizações da dívida	População 2020	Ranking pop. 2020
			em R\$		
1º	SP	São Paulo	1.858.880.047,46	12.325.232	1º
2º	RJ	Rio de Janeiro	1.092.301.599,46	6.747.815	2º
3º	MG	Belo Horizonte	371.902.824,65	2.521.564	5º
4º	PR	Curitiba	233.508.287,18	1.948.626	7º
5º	SP	São Bernardo do Campo	218.602.773,03	844.483	21º
6º	AM	Manaus	212.187.033,01	2.219.580	6º
7º	CE	Fortaleza	193.669.017,69	2.686.612	4º
8º	BA	Salvador	178.863.889,35	2.886.698	3º
9º	RS	Porto Alegre	162.756.945,76	1.488.252	11º
10º	SP	Osasco	117.216.465,01	699.944	28º
11º	MA	São Luís	113.270.913,55	1.108.975	14º
12º	PR	Ponta Grossa	108.970.628,95	355.336	75º
13º	SP	Cubatão	87.331.513,90	131.626	230º
14º	GO	Goiânia	84.077.224,73	1.536.097	9º
15º	SP	Santo André	84.055.056,29	721.368	25º
16º	PE	Recife	83.323.651,34	1.653.461	8º
17º	SC	Florianópolis	77.942.197,32	508.826	47º
18º	RS	Canoas	74.352.274,85	348.208	77º
19º	PR	Maringá	74.019.799,42	430.157	55º
20º	RJ	Nova Iguaçu	71.313.065,58	823.302	22º
21º	ES	Vitória	67.237.762,33	365.855	70º
22º	SP	Campinas	62.617.787,57	1.213.792	13º
23º	SP	Ribeirão Preto	62.554.342,06	711.825	26º
24º	SP	São Vicente	62.416.782,68	368.355	69º
25º	SP	Guarulhos	61.986.098,01	1.392.121	12º
26º	SP	Mauá	61.419.777,09	477.552	49º
27º	MS	Campo Grande	60.949.180,29	906.092	18º
28º	MG	Betim	58.629.995,35	444.784	53º
29º	PB	João Pessoa	57.115.120,44	817.511	23º
30º	MG	Uberaba	56.025.473,29	337.092	81º
31º	GO	Anápolis	55.303.654,19	391.772	65º
32º	RS	Caxias do Sul	52.504.064,79	517.451	42º
33º	PA	Canaã dos Carajás	52.494.477,65	38.103	900º
34º	PB	Campina Grande	52.347.507,64	411.807	61º
35º	RS	Novo Hamburgo	52.324.223,32	247.032	116º
36º	RJ	Niterói	50.201.243,02	515.317	43º
37º	SP	São José dos Campos	49.688.231,42	729.737	24º
38º	PA	Parauapebas	45.779.712,49	213.576	143º
39º	SP	Sumaré	45.164.722,40	286.211	97º
40º	SC	Blumenau	44.053.585,38	361.855	73º
41º	SC	Joinville	42.466.032,43	597.658	35º
42º	GO	Aparecida de Goiânia	41.618.751,13	590.146	36º
43º	MT	Cuiabá	39.941.932,26	618.124	34º
44º	RJ	Volta Redonda	38.157.298,51	273.988	105º
45º	PI	Teresina	37.581.188,44	868.075	20º
46º	MS	Dourados	37.172.845,03	225.495	135º
47º	PR	Londrina	36.989.275,43	575.377	37º
48º	SP	Jacareí	36.876.167,89	235.416	129º
49º	SP	São José do Rio Preto	36.869.267,95	464.983	51º
50º	MG	Sete Lagoas	36.073.297,20	241.835	121º
51º	SP	Itanhaém	35.210.886,78	103.102	313º
52º	SP	Marília	34.045.798,99	240.590	124º

Posição	UF	Município	Juros e amortizações da dívida	População 2020	Ranking pop. 2020
			em R\$		
53º	RJ	Campos dos Goytacazes	33.966.877,02	511.168	46º
54º	SP	Sorocaba	33.530.512,03	687.357	30º
55º	RS	Pelotas	32.973.520,08	343.132	78º
56º	PR	Cascavel	31.898.736,37	332.333	83º
57º	RS	Santa Maria	30.793.368,28	283.677	98º
58º	SP	Campos do Jordão	30.783.211,48	52.405	647º
59º	BA	Ilhéus	30.368.918,13	159.923	184º
60º	MT	Várzea Grande	29.785.965,84	287.526	96º
61º	RS	Gramado	29.772.249,07	36.555	936º
62º	SP	Mogi das Cruzes	29.563.284,69	450.785	52º
63º	SP	São Carlos	29.027.657,28	254.484	113º
64º	MT	Rondonópolis	28.990.807,33	236.042	128º
65º	MS	Três Lagoas	27.976.181,21	123.281	254º
66º	RJ	São Gonçalo	27.727.818,81	1.091.737	15º
67º	SP	Presidente Prudente	27.711.971,07	230.371	133º
68º	GO	Itaberaí	27.706.995,71	43.622	781º
69º	SC	Criciúma	27.645.804,41	217.311	141º
70º	MG	Uberlândia	27.429.725,25	699.097	29º
71º	SC	Lages	27.329.558,56	157.349	187º
72º	SP	Paulínia	27.248.552,06	112.003	287º
73º	RS	Viamão	25.747.831,43	256.302	111º
74º	RS	Rio Grande	25.248.397,53	211.965	144º
75º	SP	Santos	24.987.688,45	433.656	54º
76º	SC	Jaraguá do Sul	24.810.668,28	181.173	165º
77º	MG	Contagem	24.740.355,44	668.949	31º
78º	TO	Palmas	24.740.172,97	306.296	91º
79º	SP	Rio Claro	23.497.080,80	208.008	150º
80º	SP	Hortolândia	23.262.804,53	234.259	130º
81º	PR	Paranaguá	22.849.262,08	156.174	190º
82º	SE	Araçaju	21.617.171,26	664.908	32º
83º	MG	Nova Lima	21.462.402,13	96.157	333º
84º	ES	Serra	21.186.078,57	527.240	41º
85º	SC	Chapecó	21.168.696,72	224.013	136º
86º	RS	Gravatá	20.915.493,26	283.620	99º
87º	SP	Piracicaba	20.751.352,63	407.252	62º
88º	BA	Camaçari	20.684.505,90	304.302	92º
89º	SP	Monte Mor	20.392.450,35	60.754	548º
90º	MG	Governador Valadares	20.129.832,53	281.046	101º
91º	SP	Catanduva	20.090.054,72	122.497	262º
92º	RR	Boa Vista	19.986.916,14	419.652	58º
93º	RS	Bagé	19.692.443,26	121.335	264º
94º	SP	Taubaté	19.547.078,74	317.915	87º
95º	RJ	Itaguaí	19.086.666,62	134.819	221º
96º	SP	Moji Mirim	18.778.478,92	93.650	345º
97º	PR	Araucária	18.749.537,03	146.214	202º
98º	BA	Jequié	18.631.998,68	156.126	191º
99º	SP	Diadema	18.318.302,21	426.757	56º
100º	BA	Barreiras	18.294.497,71	156.975	188º
		Total dos 100 maiores	8.253.961.625,55	71.680.963	..
		Total dos demais	5.840.573.543,11	137.016.479	..
		Total dos municípios	14.094.535.168,66	208.697.442	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Juros e amortizações da dívida per capita | RANKING 2020

Posição	UF	Município	Juros e amort. da dívida per capita	Juros e amortizações da dívida	População 2020	Ranking pop. 2020
			em R\$			
1º	GO	Guarani de Goiás	2.161,64	8.313.661,30	3.846	4766º
2º	GO	Mimoso de Goiás	2.063,08	5.328.932,82	2.583	5255º
3º	GO	Teresina de Goiás	2.054,71	7.187.374,29	3.498	4900º
4º	GO	Água Fria de Goiás	1.589,25	9.206.519,15	5.793	4057º
5º	GO	Mara Rosa	1.478,56	13.843.781,63	9.363	3206º
6º	PA	Canaã dos Carajás	1.377,70	52.494.477,65	38.103	900º
7º	RS	Boa Vista do Incra	1.336,02	3.495.038,66	2.616	5242º
8º	GO	Fazenda Nova	1.307,04	7.258.016,04	5.553	4135º
9º	RS	Pinhal da Serra	1.166,76	2.237.842,84	1.918	5464º
10º	GO	Cavalcante	1.082,29	10.525.237,09	9.725	3153º
11º	RS	Boa Vista do Cadeado	1.036,69	2.558.547,25	2.468	5301º
12º	RS	Capão Bonito do Sul	1.021,20	1.675.790,56	1.641	5514º
13º	RS	Inhacorá	964,92	2.137.296,24	2.215	5382º
14º	GO	Corumbá de Goiás	847,95	9.470.720,27	11.169	2897º
15º	RS	Gramado	814,45	29.772.249,07	36.555	936º
16º	RS	Tenente Portela	738,26	9.917.800,01	13.434	2530º
17º	RS	Unistalda	733,21	1.701.782,49	2.321	5344º
18º	PR	Uniflor	709,66	1.855.048,20	2.614	5243º
19º	RS	São Jerônimo	702,77	17.156.126,25	24.412	1463º
20º	SP	Cubatão	663,48	87.331.513,90	131.626	230º
21º	GO	Palestina de Goiás	655,30	2.271.910,49	3.467	4914º
22º	SC	Iomerê	645,19	1.911.054,42	2.962	5104º
23º	GO	Itaberai	635,16	27.706.995,71	43.622	781º
24º	SP	Anilândia	627,95	3.174.904,05	5.056	4302º
25º	RS	Pedro Osório	608,81	4.691.484,55	7.706	3529º
26º	RS	Vista Alegre	592,31	1.622.325,25	2.739	5193º
27º	SP	Campos do Jordão	587,41	30.783.211,48	52.405	647º
28º	SP	Turiúba	583,92	1.179.519,59	2.020	5432º
29º	SP	Nova Castilho	567,40	725.142,02	1.278	5557º
30º	RS	Aceguá	521,52	2.577.363,44	4.942	4338º
31º	GO	Santa Rosa de Goiás	515,24	1.160.327,82	2.252	5368º
32º	SP	Pontes Gestal	513,71	1.323.819,83	2.577	5258º
33º	PR	Altamira do Paraná	509,63	857.200,84	1.682	5508º
34º	RS	São José dos Ausentes	496,69	1.759.757,23	3.543	4885º
35º	RS	Jaguari	482,94	5.198.859,41	10.765	2979º
36º	PB	Lastro	481,42	1.308.507,69	2.718	5205º
37º	MT	Araguainha	480,73	454.769,11	946	5566º
38º	RS	Candiota	470,26	4.536.578,81	9.647	3165º
39º	RS	Salvador das Missões	465,12	1.271.164,67	2.733	5195º
40º	RS	Chiapetta	457,41	1.701.105,23	3.719	4819º
41º	RS	Barra do Quaraí	457,13	1.932.307,75	4.227	4624º
42º	RN	São Bento do Norte	433,25	1.177.137,80	2.717	5206º
43º	RS	Dilermando de Aguiar	407,40	1.223.026,69	3.002	5090º
44º	GO	São João da Paraúna	402,09	540.813,21	1.345	5552º
45º	RS	Ametista do Sul	384,18	2.844.070,03	7.403	3622º
46º	PR	Brasilândia do Sul	382,85	989.662,14	2.585	5254º
47º	GO	São Miguel de Araguaia	344,03	7.541.185,14	21.920	1615º
48º	PB	Bom Jesus	343,99	885.780,63	2.575	5260º
49º	SP	Itanhaém	341,52	35.210.886,78	103.102	313º
50º	SP	Turmalina	339,49	575.780,87	1.696	5507º
51º	SP	Monte Mor	335,66	20.392.450,35	60.754	548º
52º	RS	Garibaldi	329,66	11.683.069,47	35.440	964º

Posição	UF	Município	Juros e amort. da dívida per capita	Juros e amortizações da dívida	População 2020	Ranking pop. 2020	
			em R\$				
53º	RN	Pedra Preta	324,95	792.221,86	2.438	5307º	
54º	RS	Triunfo	323,23	9.650.396,36	29.856	1180º	
55º	RS	São Martinho da Serra	323,01	1.043.653,66	3.231	4991º	
56º	GO	Ivolândia	322,92	753.691,37	2.334	5339º	
57º	PR	Diamante D'Oeste	322,45	1.698.028,30	5.266	4244º	
58º	PR	Kaloré	321,40	1.300.705,51	4.047	4683º	
59º	BA	São Francisco do Conde	314,47	12.655.869,60	40.245	854º	
60º	MG	Caparaó	310,72	1.693.761,39	5.451	4170º	
61º	MG	Cruzeiro da Fortaleza	308,86	1.123.930,10	3.639	4845º	
62º	PR	Santa Inês	308,48	491.710,08	1.594	5526º	
63º	PR	Ponta Grossa	306,67	108.970.628,95	355.336	75º	
64º	SC	São Bonifácio	301,02	847.073,45	2.814	5157º	
65º	TO	Goiatins	300,78	3.938.712,84	13.095	2565º	
66º	MG	Jeceaba	300,71	1.459.027,95	4.852	4377º	
67º	MG	Comendador Gomes	299,33	933.910,39	3.120	5043º	
68º	AM	Japurá	293,50	660.662,43	2.251	5369º	
69º	RS	Vista Alegre do Prata	291,82	454.358,78	1.557	5529º	
70º	SC	Otaclício Costa	291,26	5.526.596,06	18.975	1877º	
71º	SC	Erval Velho	290,86	1.285.006,19	4.418	4561º	
72º	SC	Piratuba	283,57	1.061.966,52	3.745	4810º	
73º	RS	Bom Jesus	281,03	3.178.210,95	11.309	2859º	
74º	RS	Cambará do Sul	278,54	1.784.306,03	6.406	3886º	
75º	PR	Florestópolis	278,38	2.909.947,74	10.453	3037º	
76º	RN	Guamaré	276,87	4.419.634,35	15.963	2196º	
77º	PR	Mato Rico	273,57	877.061,23	3.206	5003º	
78º	PB	Nazarezinho	272,58	1.986.035,41	7.286	3649º	
79º	MS	Coxim	269,12	9.004.543,28	33.459	1041º	
80º	SP	Bananal	265,76	2.921.527,18	10.993	2930º	
81º	PR	Porecatu	265,54	3.385.151,88	12.748	2617º	
82º	RS	Ponte Preta	262,97	400.767,76	1.524	5536º	
83º	RS	Barra do Rio Azul	262,91	435.122,17	1.655	5512º	
84º	SC	Rancho Queimado	261,01	753.542,49	2.887	5133º	
85º	PR	Porto Vitória	260,44	1.057.630,33	4.061	4677º	
86º	RS	Gentil	259,89	422.579,08	1.626	5518º	
87º	SP	São Bernardo do Campo	258,86	218.602.773,03	844.483	21º	
88º	MA	Santo Antônio dos Lopes	257,88	3.744.986,23	14.522	2376º	
89º	SC	Marema	254,65	445.636,01	1.750	5495º	
90º	SP	Louveira	253,69	12.682.966,63	49.993	677º	
91º	SP	General Salgado	252,49	2.742.591,23	10.862	2956º	
92º	MG	Tupaciguara	251,62	6.390.714,32	25.398	1412º	
93º	RS	Engenho Velho	249,94	245.444,27	982	5565º	
94º	RS	Lavras do Sul	245,91	1.830.529,75	7.444	3611º	
95º	MG	Santana de Cataguases	245,64	955.768,45	3.891	4746º	
96º	RJ	Miracema	243,63	6.615.423,01	27.154	1302º	
97º	SP	Paulínia	243,28	27.248.552,06	112.003	287º	
98º	SP	Cajobi	241,16	2.555.375,75	10.596	3006º	
99º	PR	Paranaipoema	238,88	774.201,37	3.241	4987º	
100º	SP	Arandu	238,00	1.514.867,93	6.365	3896º	
			Total dos 100 maiores	380,08	940.907.729,92	2.475.522	..
			Total dos demais	63,78	13.153.627.438,74	206.221.920	..
			Total dos municípios	67,54	14.094.535.168,66	208.697.442	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Aplicação no ensino é desafio para 2021

Suspensão das aulas presenciais a partir de março de 2020, como medida de enfrentamento à Covid-19, impactou despesas com o custeio da área da educação, o que fez com que os gastos com a pasta tivessem a pior variação desde 2002.

Desempenho em 2020

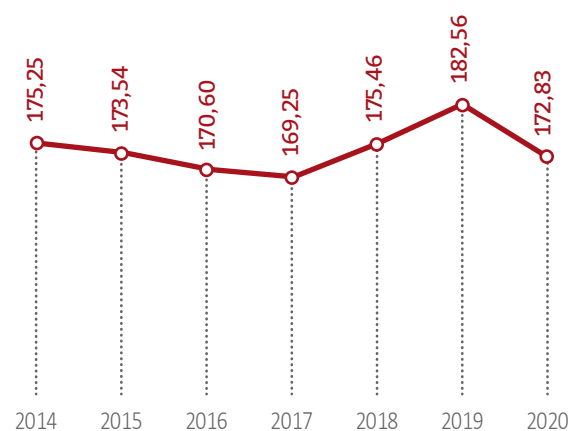
Desde março de 2020, quando foi decretada a pandemia, iniciou-se a implementação das medidas sanitárias para restringir a circulação do novo coronavírus, como o distanciamento social e o controle de circulação de pessoas.

Seguindo recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), as escolas foram fechadas, e o ensino não presencial passou a ser adotado como forma de minimizar os impactos do distanciamento professor-aluno sobre a aprendizagem. Alguns governos utilizaram a internet como ponte entre esses dois atores, com aulas transmitidas on-line, enquanto outros preferiram a conexão via TV ou rádio, ou mesmo a entrega domiciliar das atividades nas localidades mais isoladas e sem acesso à tecnologia.

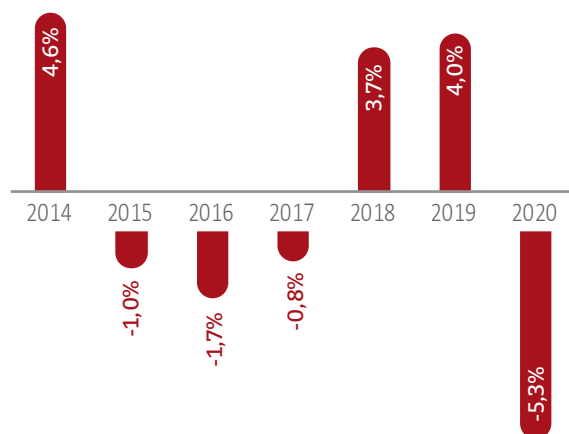
A mudança de rotina nas redes de ensinos ocasionou a revisão ou corte de algumas despesas ligadas ao custeio das escolas, especialmente os gastos com limpeza, transporte escolar, água, luz, telefone, alimentação dos alunos e segurança, entre outros, bem como os contratos temporários de professores, uma vez que, no sistema remoto, parte dos docentes pôde atender a diversas turmas simultaneamente. Como resultado dessas modificações, o desembolso com educação teve uma redução de 5,3%, a maior já registrada em toda a série histórica iniciada em 2002, passando de R\$ 182,56 bilhões em 2019 para R\$ 172,83 bilhões em 2020.

Despesa com educação

em R\$ bilhões corrigidos pelo IPCA médio de 2020



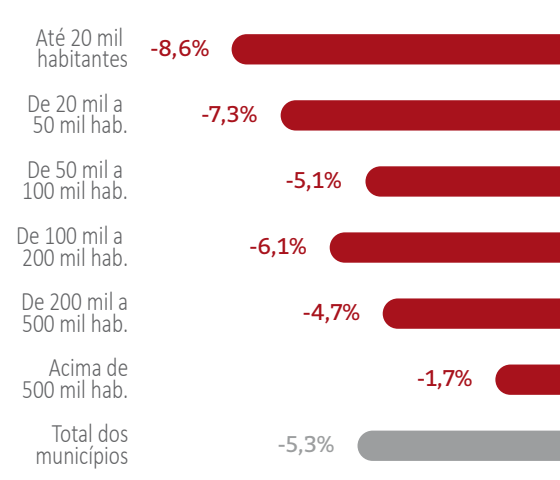
Taxa de crescimento real da despesa com educação em relação ao ano anterior



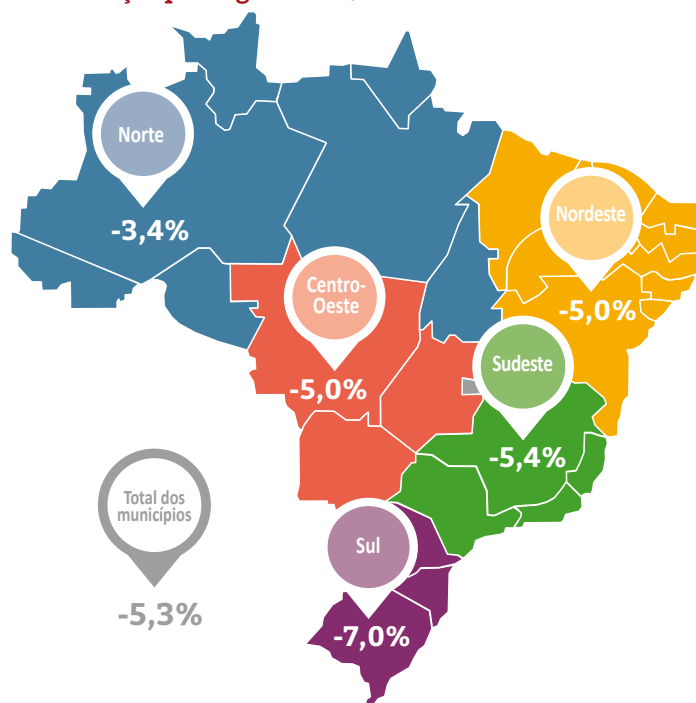
Os recuos foram generalizados, tanto no recorte populacional quanto no regional. Analisando-se os municípios agrupados por faixas populacionais, observa-se que as maiores retrações ocorreram entre os menores, cuja média foi de -8,6% entre os com menos de 20 mil habitantes e de -7,3% entre aqueles com mais de 20 mil e menos de 50 mil residentes. Já naqueles entre 200 mil e 500 mil habitantes, a contração média foi de 4,7% e, acima desse último corte populacional, de apenas 1,7%, a queda mais suave entre todos os grupos.

Sob a ótica regional, os municípios do Sul foram os que assinalaram as maiores baixas na despesa com a função, em média -7%. Nas cidades do Norte, a taxa ficou em -3,4%. Nas demais regiões, o desempenho situou-se próximo à média nacional.

Taxa de crescimento real da despesa com educação dos municípios agrupados por faixa populacional - 2020/2019



Taxa de crescimento real da despesa com educação por região 2020/2019



Gasto por aluno

De acordo com o Censo Escolar, divulgado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2020 a rede municipal de ensino teve um encolhimento de 0,6% no total de matrículas em relação a 2019, passando de 23.027.621 alunos para 22.898.611.

A diminuição reflete, em parte, as alterações no perfil demográfico da população. Nessa avaliação, destaca-se o decréscimo da taxa de fecundidade, que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem ficado abaixo de dois filhos por mulher

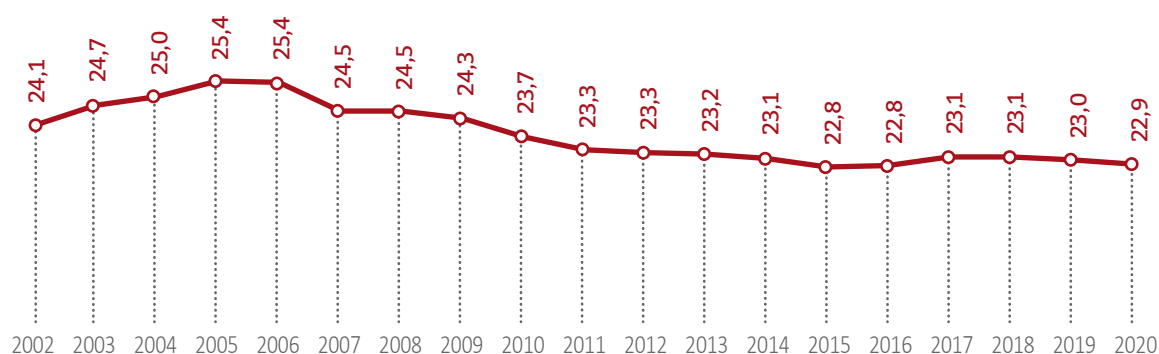
Despesa por função | Educação

desde a década de 2010. Tal cenário exerce forte influência no quantitativo de estudantes, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental. Outro ponto que acentuou o declínio do somatório de matrículas municipais em 2020 foi a retração do grupo de alunos da

Educação de Jovens e Adultos. Como a queda nas matrículas foi inferior ao retrocesso da despesa com educação, o gasto médio municipal por aluno anotou variação negativa de 4,8%, passando de R\$ 7.927,73 em 2019 para R\$ 7.547,77 em 2020.

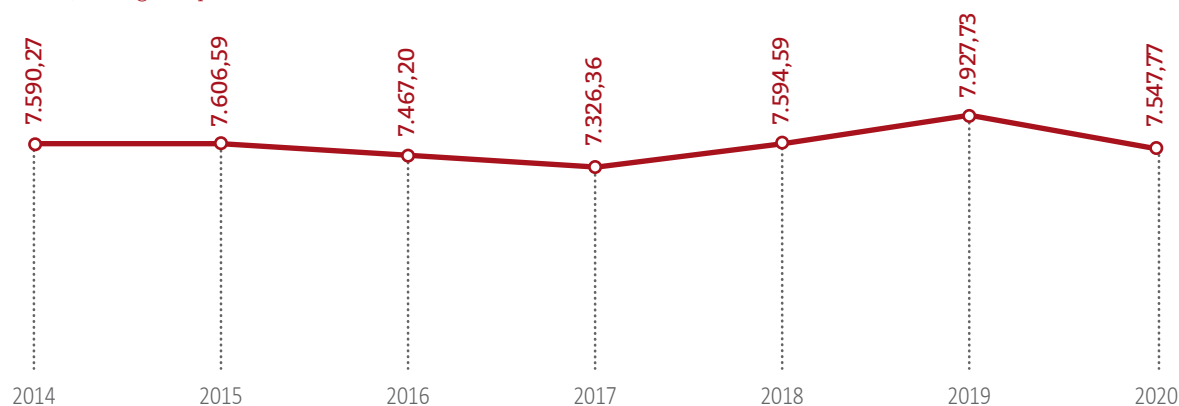
Número de matrículas na rede municipal de ensino

em milhões de alunos



Despesa com educação por aluno

em R\$ corrigidos pelo IPCA médio de 2020



O financiamento da educação pública municipal

O mínimo constitucional de 25% – O financiamento da educação pública está estabelecido na Constituição Federal e assenta-se na vinculação de parte da arrecadação de tributos, visando a garantir uma fonte permanente de recursos à área. Nessa dinâmica, são contabilizados os recursos da União, dos estados e dos municípios.

Conforme a Carta Magna estabelece no artigo 212, estados e municípios estão obrigados a aplicar, no mínimo, 25% de toda a receita bruta proveniente das arrecadações de seus respectivos impostos e de transferências com origem tributária em ações de manutenção e desenvolvimento da educação (MDE). Essas execuções estão detalhadas na Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB) e são referentes, por exemplo, à aquisição, à manutenção e ao funcionamento das instalações e dos equipamentos necessários ao ensino; ao uso e à manutenção de bens e serviços; à remuneração e ao aperfeiçoamento dos profissionais da educação; à aquisição de material didático; ao transporte escolar, entre outras.

Em 2020, com a redução das despesas em manutenção das atividades escolares por consequência da suspensão temporária das aulas presenciais, milhares de municípios tiveram dificuldades de cumprir a determinação constitucional de aporte de 25% das verbas na educação, expondo vários prefeitos ao risco de receberem pareceres ressalvados ou negativos dos Tribunais

de Contas em razão de eventuais irregularidades.

Entre as 106 cidades selecionadas por **Multi Cidades**, 97¹ possuíam dados sobre a aplicação mínima referentes a 2020. Dessas, 10 – ou seja, cerca de 10% do grupo – não chegaram ao limite constitucional ao fim do exercício. Em anos anteriores, pouquíssimos municípios não alcançaram o piso – 0,1% (2017), 0,5% (2018), 1,8% (2019)² –, pois normalmente a quase totalidade das prefeituras cumpre com o preceito constitucional desde que este foi instituído.

Em 2021, as dificuldades para os municípios aplicarem os 25% na educação intensificaram-se sobremaneira em virtude de uma série de fatores conjugados, tais como:

- a. A despesa com o custeio da educação, como a de transporte escolar, energia, água, limpeza e segurança, entre outras, permaneceu fortemente encolhida, pois, durante grande parte do ano letivo de 2021, as aulas presenciais continuaram suspensas, sendo realizadas de modo remoto ou por meio de sistemas híbridos entre ensino a distância e presencial.
- b. Não houve aumento nos salários dos profissionais da educação, pois estes continuaram congelados por força da Lei 173/2020, que também veda abonos e contratações.
- c. Investimentos, tais como aquisição de mobiliário escolar, terrenos e reformas e construções de unidades de ensino, não se viabilizaram, pois muitos municípios já o haviam realizado em 2020. Além disso, as novas administrações

¹ Esses números foram levantados por este anuário em 27/10/2021.

² Até 2019, os indicadores foram elaborados com base em dados coletados diretamente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no endereço www.fnde.gov.br/index.php/fnde_sistemas/siope/relatorios/arquivos-dados-analiticos. No referido link, constam as informações de mais de 5 mil municípios para 2017 e 2018, sendo que para 2019 esse número é de apenas 2.898.

que assumiram em 2021 precisam de tempo hábil para planejarem seus investimentos e organizarem o processo de compra pública.

- d. Desse modo, como será apresentado mais adiante, a despesa com educação dos municípios durante o primeiro semestre de 2021 foi 8,9% menor que a do mesmo período de 2020 e 12% abaixo da registrada em igual intervalo de 2019.
- e. Ao mesmo tempo, a receita corrente apresentou um excelente desempenho no primeiro semestre de 2021, com aumento real de 6,1% em relação ao mesmo período de 2020 (veja mais em Panorama na página 6). Mesmo comparado com o primeiro semestre de 2019, a alta foi significativa, de 8,6%.

Dessa forma, 2021 trouxe para as gestões locais uma situação paradoxal, na qual as administrações não têm condições para realizarem os gastos necessários a fim de empregarem os 25%, ao mesmo tempo em que as receitas se recuperaram de modo significativo. Por essa razão, a FNP apoia a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 13/2021, em tramitação no Congresso Nacional, que procura dar uma solução temporária para uma questão excepcional decorrente do enfrentamento à pandemia da Covid-19.

A entidade tem desempenhado um trabalho de articulação e mobilização para aprovação do texto, que prevê 2023 como prazo final para que estados, Distrito Federal e municípios possam cumprir o mínimo estabelecido pela Constituição que eventualmente não tenham alcançado em 2020 e 2021, exclusivamente. Nesse caso, a excepcionalidade da não responsabilização administrativa, civil ou criminal dos agentes públicos desses entes federados, somente em 2020 e 2021, recupera R\$ 15 bilhões para a educação, de acordo com estimativas da FNP, pois os recursos que deixarem de

ser aplicados deverão ser investidos até 2023. Até o fechamento desta edição, a PEC 13 encontrava-se em tramitação na Câmara dos Deputados após ter sido aprovada pelo Senado Federal.

Fundeb – Além do aporte obrigatório constitucional de 25% em ações de manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) é importante dispositivo de redistribuição de recursos para esse campo.

Tornado uma política pública permanente com a Emenda Constitucional (EC) nº 108/2020 e regulamentado pela Lei nº 14.113/2020, o Fundeb é formado por 20% das receitas municipais de FPM, quota-parte no ICMS, IPI-Exportação, quota-parte do ITR, quota-parte do IPVA e IOF-Ouro. Os estados também contribuem com outros 20% de suas receitas de FPE, ICMS, IPI-Exportação, IPVA e ITCMD. Esses percentuais foram mantidos na reformulação do Fundeb por meio da EC nº 108/2020. Há ainda a complementação por parte da União, que equivale a 10% do somatório dos envios dos estados e municípios ao Fundeb e é direcionada às unidades da federação onde o valor por aluno não atinge o mínimo estabelecido nacionalmente. Com o novo Fundeb, as receitas de complementação da União serão ampliadas gradualmente nos próximos anos, saindo dos atuais 10% para 12% já em 2021; 15%, em 2022; 17%, em 2023; 19%, em 2024; 21%, em 2025; e 23%, a partir de 2026.

Para se operacionalizar o Fundeb, há um fundo de natureza contábil no âmbito de cada Estado, onde os valores das contribuições desse ente e de seus respectivos municípios são reunidos e redistribuídos de acordo com o número de matrículas na educação básica de cada administração. Os municípios recebem os repasses proporcionalmente ao número de estudantes na educação infantil e no ensino fundamental, e os estados, em relação

às matrículas dos ensinos fundamental e médio.

Do total transferido pelo Fundeb, no mínimo, 60% devem ser destinados à remuneração dos profissionais do magistério na ativa. A partir de 2021, esse percentual subiu para 70%, o que também traz impactos sobre o aumento do gasto com pessoal. O restante deve ser alocado em outros custos de manutenção e desenvolvimento da educação básica pública, tais como a aquisição e o funcionamento das instalações e dos equipamentos necessários ao ensino, uso e conservação de bens e serviços, material didático, transporte escolar, entre outros. Pelo menos 15% dos recursos do fundo deverão ser aplicados em despesas de capital, como obras e aquisição de equipamentos.

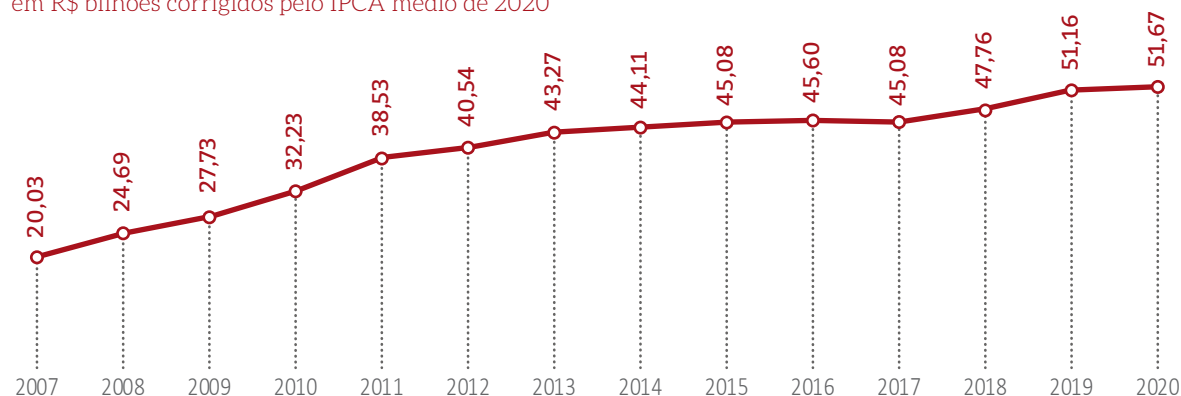
Outra mudança relevante no financiamento da educação com a EC nº 108/2020 se deu nos critérios de distribuição da parcela da arrecadação do ICMS dos estados aos municípios, definidos pela Constituição Federal em seu artigo 158, inciso IV, parágrafo único. Atualmente, os estados devem transferir 25% de sua arrecadação de ICMS aos seus municípios, sendo que, no mínimo, 75% dessa parcela são repartidos de acordo com o valor

adicionado fiscal do ente local, e os outros 25% obedecem a critérios livremente adotados em lei estadual. Com a nova regra, que precisa ser implementada em âmbito estadual até 2022, 65% da distribuição deverão ser feitos de acordo com o valor adicionado fiscal; 10%, no mínimo, terão de considerar os indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade na rede do município, levando-se como base o nível socioeconômico dos alunos; e o restante, 25%, continuará sendo definido livremente em lei estadual.

Em 2020, o montante recebido pelos municípios via Fundeb computou perda de 1,6%, passando de R\$ 102,62 bilhões, em 2019, para R\$ 100,98 bilhões. Esse resultado está atrelado ao desempenho da arrecadação das receitas vinculadas à formação do Fundo. Descontando-se as verbas encaminhadas pelos municípios para a composição do Fundeb, os recursos líquidos que entraram no caixa, o chamado saldo Fundeb, apresentou variação real de 1%, passando de R\$ 51,16 bilhões em 2019 para R\$ 51,67 bilhões em 2020, respondendo por 30% de toda a despesa municipal com educação.

Evolução do saldo Fundeb dos municípios

em R\$ bilhões corrigidos pelo IPCA médio de 2020



Observações sobre os novos critérios de distribuição do ICMS voltados para a educação

A EC nº 108/2020, ao introduzir critérios de qualidade em educação na distribuição do ICMS, gera sim um estímulo indutor: os municípios passarão a dar grande atenção aos índices de qualidade na área, pois isso resultará em maiores receitas de ICMS. Por outro lado, há dois efeitos indesejados: 1) municípios com baixos índices de qualidade do ensino tenderão a perder recursos, o que poderá influenciar negativamente ou dificultar o alcance do padrão pretendido pelo ente; 2) o novo critério deverá criar um elevado coeficiente de variação de transferência per capita entre os municípios. Ou seja, sua introdução pode se dar ao custo de acentuar as diferenças do indicador de ICMS por habitante entre os municípios.

Cabe ponderar ainda que se perdeu a oportunidade de incluir na Constituição o critério populacional na partilha do ICMS. A população é um parâmetro que deveria constar, pelo menos em parte, na distribuição de uma transferência tão importante quanto essa, pois a repartição de recursos pelo número de habitantes justifica-se pelo fato de os maiores serviços e investimentos públicos serem destinados diretamente às pessoas, como é o caso da educação, e também da saúde, esporte, cultura, vigilância, iluminação, coleta de lixo, entre outros.

Como última observação, critérios com objetivos de incentivar determinadas políticas públicas devem ser revisados com o tempo, uma vez que o efeito indutor poderá ser alcançado ou chegar ao seu limite, tornando-se, então, inócuo ou causador de desvios distributivos. Mais importante ainda é que o processo de definição de normas de repartição analise as distorções já existentes no sistema de distribuição das diversas transferências constitucionais e legais e que resultam em capacidades extremamente díspares entre os municípios de proverem os serviços públicos necessários à sua população.

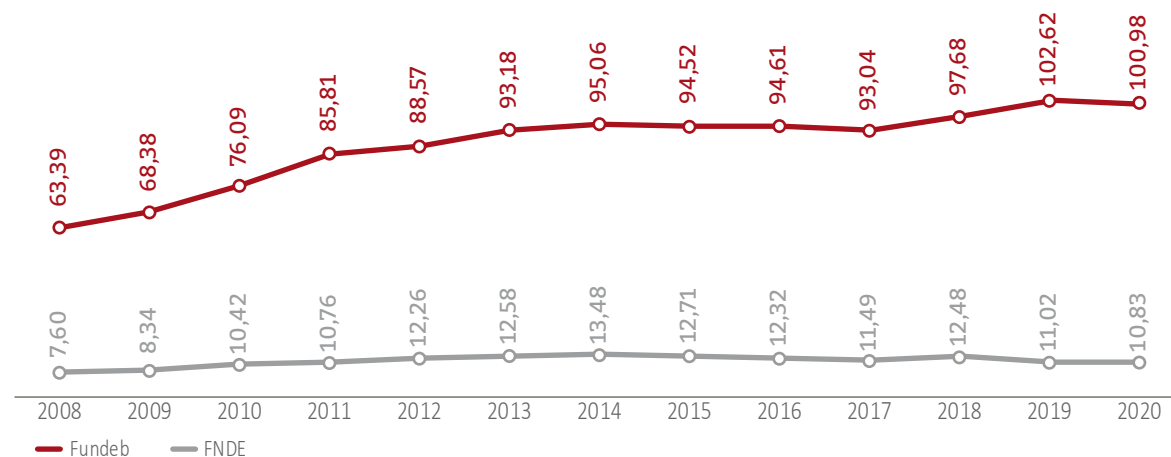
FNDE – Além da complementação feita pela União para o Fundeb com vistas a diminuir as disparidades regionais no valor aplicado por aluno, outras verbas federais são distribuídas aos municípios por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), cujo caixa é custeado, principalmente, por parcela da receita do salário-educação, contribuição recolhida sobre a folha de pagamento das empresas, e por outros aportes sociais arrecadados pelo Governo Federal. Ao todo, ao FNDE são direcionados 39,6% do volume do salário-educação. Seus recursos são destinados a iniciativas específicas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escola (PNATE) e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), entre outros. As transferências do FNDE também apresentaram baixa real de 1,7%, saindo de R\$ 11,02 bilhões para R\$ 10,83 bilhões. Apesar das ações de socorro financeiro aos entes subnacionais para o enfrentamento à pandemia da Covid-19, instituídas pela União, as quantias repassadas não tiveram vinculação com a educação nem impacto sobre as receitas associadas à área.

Salário educação – Uma terceira fonte de financiamento da educação básica municipal é a quota-parte dos municípios nas transferências do salário-educação. Do montante recolhido das empresas, 59,4% são distribuídos aos estados e municípios de acordo com a quantidade de matrículas de cada ente. Em 2020, a cota do salário-educação do conjunto dos municípios caiu 4%, passando de R\$ 7,14 bilhões para R\$ 6,84 bilhões.

Transferências voluntárias – Por fim, outra fonte de recursos para a educação são

Evolução das transferências do Fundeb e do FNDE

em R\$ bilhões corrigidos pelo IPCA médio de 2020



as transferências voluntárias, que incluem todas as transferências correntes de convênio e as de capital enviadas pela União à educação das redes municipais e estaduais. Tais verbas sofreram um forte tombo de 53,6% no ano pandêmico, de

R\$ 2,95 bilhões em 2019 para R\$ 1,37 bilhão em 2020. O resultado foi puxado não somente pela queda vertiginosa dos repasses dos estados (-60%), mas também pela retração de 35,9% das transferências voluntárias da União, como mostra a tabela a seguir.

Evolução e composição do financiamento da educação pública municipal - 2017-2020

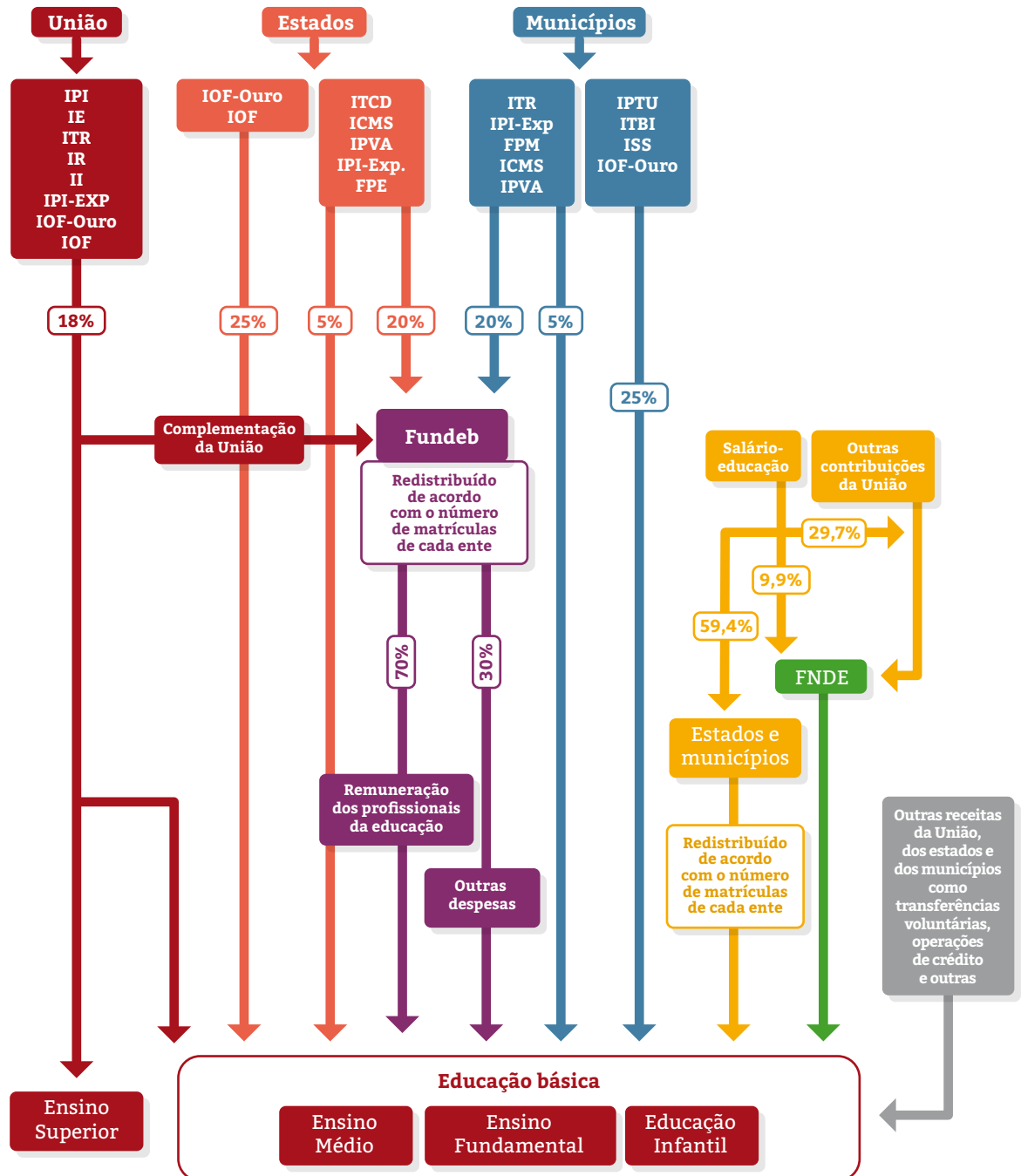
em R\$ bilhões corrigidos pelo IPCA médio de 2020

Itens	2017	2018	2019	2020	Varição 2020/2019	Composição 2020
Fundeb	93,04	97,68	102,62	100,98	-1,6%	58,4%
FNDE	11,49	12,48	11,02	10,83	-1,7%	6,3%
Transferências voluntárias total	2,61	2,93	2,95	1,37	-53,6%	0,8%
Transf. voluntárias da União	1,00	1,05	0,80	0,51	-35,9%	0,3%
Transf. voluntárias dos estados	1,60	1,86	2,14	0,86	-60,0%	0,5%
Outras transf. voluntárias	0,00	0,02	0,01	0,00	-87,0%	0,0%
Demais recursos	62,11	62,37	65,97	59,66	-9,6%	34,5%
Despesa com educação total	169,25	175,46	182,56	172,83	-5,3%	100,0%

Despesa por função | Educação

Veja no infográfico abaixo – modelo de financiamento da educação pública no Brasil.

Financiamento da Educação Pública no Brasil



Primeiro semestre de 2021

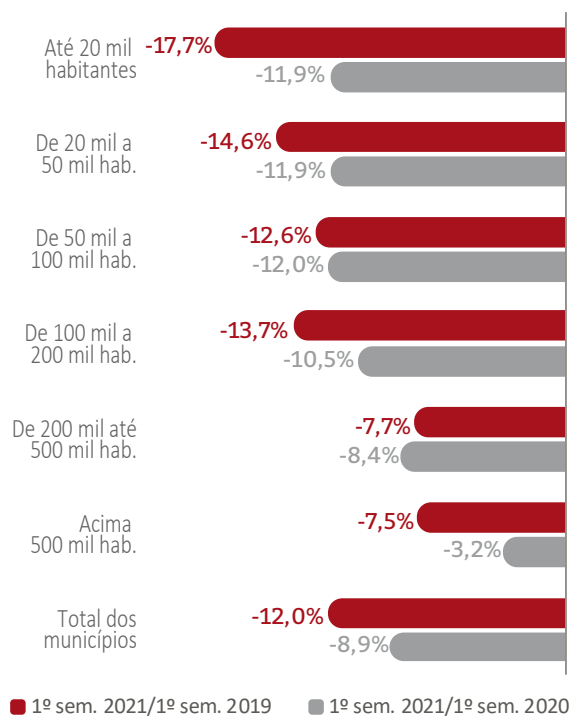
O desempenho da despesa com educação no primeiro semestre de 2021 foi marcado pela redução real de 8,9% no comparativo com os primeiros seis meses de 2020. A queda reflete, principalmente, os efeitos da suspensão das aulas presenciais nas escolas municipais e a proibição de conceder reajustes salariais. Como o ensino a distância teve início no fim de março de 2020, uma parte do primeiro semestre daquele ano ainda não tinha sofrido os impactos da redução do gasto. Levando-se em conta que a suspensão das aulas teve continuidade no primeiro semestre de 2021 e que desde o final de maio de 2020 não foi possível aplicar reajustes salariais, vedados pela LC nº 173/2020, é plausível a continuidade da contração nos dispêndios com educação nos primeiros seis meses de 2021.

Some-se a isso a taxa da inflação de 6,5% medida pelo IPCA em 2020, índice que está incorporado aos dados, já que os números em foco nesta análise são corrigidos. Em relação ao primeiro semestre de 2019, quando não havia pandemia, o decréscimo em 2021 é ainda maior, de 12%, em termos reais, ou seja, também incluindo a inflação do período.

Entre os municípios com menos de 200 mil habitantes, o impacto foi mais severo, com quedas acima de 10% na comparação do primeiro semestre de 2021 com os mesmos períodos de 2020 e 2019. Já nos municípios com mais de 200 mil e menos de 500 mil residentes, o declínio do

gasto foi um pouco mais brando. Ressalta-se a menor retração constatada entre as grandes cidades, aquelas com mais de 500 mil habitantes, de 3,2% entre o primeiro semestre de 2021 e o mesmo período de 2020, devido ao aumento significativo de 7,2% da cidade de São Paulo. Caso fossem desconsiderados os gastos da capital paulista, a despesa com educação do grupo teria sofrido uma diminuição real de 7,9%.

Taxa de crescimento real da despesa com educação por faixa populacional



Despesa com educação | 2016-2020

UF	Número de mat. na rede municipal 2020	Região e município	2016	2017	2018	2019	2020	Variação 2020/2019	Part. desp. total 2020	Parc. das rec. de imp. aplic. em educação² 2020	Despesa com educação por aluno 2020
			em R\$ mil corrigidos pelo IPCA médio de 2020						em %		
	2.678.811	Norte	14.481.822,6	14.765.805,6	15.304.065,4	16.120.466,5	15.569.354,2	-3,4	29,3	...	5.812,04
AC	24.514	Rio Branco	165.694,8	155.158,3	183.505,9	184.401,8	161.214,2	-12,6	18,4	25,8	6.576,42
AC	12.133	Cruzeiro do Sul	58.644,7	53.038,7	60.906,2	62.150,4	58.566,5	-5,8	28,5	21,8	4.827,04
AP	34.452	Macapá	222.065,3	231.449,2	223.362,3	196.585,8	208.304,1	6,0	17,4	25,3	6.046,21
AP	10.653	Santana	...	58.843,7	62.358,3	66.065,4	61.737,2	-6,6	27,8	...	5.795,29
AM	243.793	Manaus	1.280.686,1	1.356.056,9	1.409.047,5	1.462.037,7	1.516.361,1	3,7	24,1	26,3	6.219,87
AM	17.017	Parintins	...	88.054,6	88.506,1	87.292,7	85.317,6	-2,3	31,4	28,9	5.013,67
PA	69.281	Belém	513.198,6	538.388,7	477.329,9	567.957,7
PA	38.205	Ananindeua	...	166.100,8	174.402,1	187.085,8	180.246,5	-3,7	20,9	29,7	4.717,88
PA	61.173	Santarém	292.019,7	296.235,2	271.082,2	287.118,8	308.473,8	7,4	41,9	25,7	5.042,65
PA	53.278	Marabá	263.225,8	263.480,8	295.317,2	299.217,5	258.176,2	-13,7	30,2	29,3	4.845,83
RO	44.276	Porto Velho	326.348,1	311.961,6	316.735,3	356.881,1	314.619,9	-11,8	20,8	26,9	7.105,88
RO	7.673	Ji-Paraná	64.880,8	55.073,5	54.303,5	64.364,8	56.938,7	-11,5	21,8	26,8	7.420,66
RR	43.035	Boa Vista	259.578,7	306.724,1	304.936,1	325.332,6	311.376,9	-4,3	22,2	25,5	7.235,43
RR	4.477	Rorainópolis	14.295,2	...	28.990,7	38.865,1	37.504,0	-3,5	36,1	...	8.377,03
TO	41.674	Palmas	268.549,6	272.848,6	288.147,9	319.959,5	319.644,3	-0,1	26,5	26,4	7.670,11
TO	19.571	Araguaina	132.916,5	136.954,8	163.305,3	165.584,2	130.536,7	-21,2	23,3	25,9	6.669,90
	8.077.599	Nordeste	46.792.080,4	45.808.354,4	47.937.136,7	49.400.348,1	46.917.103,3	-5,0	29,0	...	5.808,30
AL	48.853	Maceió	348.118,2	359.022,6	395.642,2	353.455,5	357.868,3	1,2	14,5	...	7.325,41
AL	29.954	Arapiraca	166.201,9	138.304,0	160.634,5	152.363,4	136.692,3	-10,3	19,7	...	4.563,41
BA	142.608	Salvador	1.259.227,9	1.222.190,3	1.282.362,6	1.337.697,4	1.296.472,4	-3,1	17,7	26,4	9.091,16
BA	50.678	Feira de Santana	279.865,5	302.204,7	266.135,6	306.481,3	280.493,8	-8,5	21,0	...	5.534,82
BA	45.268	Vitória da Conquista	226.395,8	232.519,7	232.221,9	247.244,0	232.402,1	-6,0	23,2	25,0	5.133,92
BA	32.592	Camaçari	252.509,1	242.901,3	308.471,0	289.946,8	292.440,5	0,9	19,5	25,8	8.972,77
CE	229.618	Fortaleza	1.306.543,0	1.304.688,4	1.348.558,4	1.529.621,1	1.557.283,9	1,8	18,3	26,8	6.782,06
CE	53.387	Caucaia	261.826,5	242.830,3	262.615,7	274.618,2	281.192,1	2,4	29,1	26,3	5.267,05
CE	32.695	Juazeiro do Norte	147.593,3	220.214,6	174.634,8	167.364,6	199.554,4	19,2	30,9	29,5	6.103,51
MA	85.320	São Luís	641.131,4	667.639,7	655.554,8	692.447,9	687.355,5	-0,7	19,9	25,6	8.056,21
MA	43.531	Imperatriz	209.490,4	199.852,1	210.066,3	224.028,0	310.337,0	38,5	34,1	25,2	7.129,10
PB	64.875	João Pessoa	471.404,5	441.563,7	432.514,7	438.093,8	422.747,6	-3,5	19,5	...	6.516,34
PB	33.809	Campina Grande	196.654,0	180.381,2	178.729,0	177.276,7	177.817,6	0,3	16,0	26,9	5.259,47
PE	91.277	Recife	900.211,0	888.889,7	935.198,0	1.039.986,2	937.612,6	-9,8	17,8	25,4	10.272,17
PE	62.475	Jaboatão dos Guararapes	346.484,0	333.758,7	378.723,6	373.466,9	355.357,1	-4,8	27,0	26,7	5.687,99
PE	25.532	Olinda	127.005,8	142.947,2	163.707,5	173.129,0	134.904,9	-22,1	20,8	25,3	5.283,76
PE	43.578	Caruaru	188.604,4	195.892,7	239.140,5	246.209,4	225.243,6	-8,5	27,7	25,1	5.168,75
PE	47.871	Petrolina	289.583,1	263.970,2	295.887,3	313.137,8	290.320,5	-7,3	36,1	27,9	6.064,64
PE	19.145	Paulista	111.266,8	98.651,0	105.739,4	123.687,9	123.245,3	-0,4	22,0	25,7	6.437,47
PI	91.243	Teresina	573.201,1	606.438,3	547.029,0	585.939,0	522.747,2	-10,8	15,6	21,4	5.729,18
PI	19.444	Parnaíba	99.494,8	98.837,1	104.339,2	94.188,2	92.731,0	-1,5	22,7	27,5	4.769,13
RN	58.437	Natal	443.768,5	409.132,6	412.250,2	438.930,6	448.559,7	2,2	17,7	25,6	7.675,95
RN	20.149	Mossoró	150.052,4	128.482,5	140.034,2	141.248,6	140.181,1	-0,8	17,6	25,3	6.957,22
SE	29.492	Aracaju	199.113,1	184.964,9	196.893,8	217.418,5	206.021,4	-5,2	11,0	25,1	6.985,67
SE	17.320	Nossa Senhora do Socorro	85.526,0	83.878,4	124.491,9	101.849,6	27,7	...
	1.412.614	Centro-Oeste¹	10.765.330,5	10.857.576,9	11.478.517,7	11.913.384,1	11.313.140,4	-5,0	23,1	...	8.008,66
GO	100.142	Goiânia	940.015,2	931.507,6	1.037.659,8	1.134.623,3	1.106.815,6	-2,5	20,7	25,6	11.052,46
GO	42.728	Aparecida de Goiânia	224.097,2	236.415,9	227.758,3	293.507,0	287.731,1	-2,0	22,6	25,8	6.734,02
GO	34.351	Anápolis	269.933,7	294.113,8	295.345,1	290.925,0	281.441,0	-3,3	21,3	28,6	8.193,09
MT	52.015	Cuiabá	428.669,2	413.415,5	427.528,8	472.124,7	447.419,2	-5,2	17,0	25,5	8.601,73
MT	27.652	Varzea Grande	132.157,8	151.794,9	156.828,0	164.506,4	160.701,9	-2,3	20,2	26,6	5.811,58
MS	107.813	Campo Grande	948.907,1	834.512,8	945.306,4	959.721,5	947.808,2	-1,2	24,4	25,5	8.791,22
MS	28.153	Dourados	217.411,0	231.628,7	208.311,8	240.329,3	238.779,9	-0,6	30,0	27,0	8.481,51
	7.877.991	Sudeste	74.234.307,6	73.095.586,1	75.608.407,1	78.907.750,9	74.650.423,8	-5,4	21,8	...	9.475,82
ES	44.996	Vitória	395.845,9	405.869,9	425.043,6	452.797,3	409.084,1	-9,7	21,9	25,6	9.091,57
ES	64.998	Serra	373.440,2	356.630,5	369.247,7	402.572,1	370.671,3	-7,9	24,7	26,3	5.702,81
ES	51.778	Vila Velha	268.730,3	270.542,1	307.675,9	331.392,7	329.525,3	-0,6	30,9	24,3	6.364,20
ES	46.611	Cariacica	218.811,7	215.312,2	231.281,0	246.385,6	251.473,2	2,1	32,6	27,5	5.395,15
MG	168.122	Belo Horizonte	1.627.438,4	1.772.336,4	1.635.080,8	1.887.152,9	1.871.554,8	-0,8	16,3	24,1	11.132,12
MG	58.113	Uberlândia	495.117,9	481.274,9	501.937,1	481.414,0	470.757,4	-2,2	17,8	25,8	8.100,72
MG	58.449	Contagem	356.462,8	394.410,1	393.394,9	427.128,3	450.385,0	5,4	21,2	25,0	7.705,61

UF	Número de mat. na rede municipal 2020	Região e município	2016	2017	2018	2019	2020	Varição 2020/2019	Part. desp. total 2020	Parc. das rec. de imp. aplic. em educação ² 2020	Despesa com educação por aluno 2020
			em R\$ mil corrigidos pelo IPCA médio de 2020					em %			em R\$
MG	41.343	Juiz de Fora	331.401,8	341.175,4	341.095,9	329.050,8	288.048,1	-12,5	16,8	25,3	6.967,28
MG	47.792	Betim	388.234,6	400.622,6	412.264,9	417.166,1	411.557,0	-1,3	22,6	...	8.611,42
MG	28.160	Montes Claros	239.604,6	184.540,3	174.465,0	175.018,0	186.404,6	6,5	17,8	...	6.619,48
MG	23.293	Ribeirão das Neves	129.596,6	113.667,7	115.272,7	123.878,9	127.057,0	2,6	25,2	25,0	5.454,73
MG	26.737	Uberaba	231.623,2	240.675,5	277.715,4	255.207,9	267.509,9	4,8	20,5	30,0	10.005,23
MG	17.785	Governador Valadares	172.671,5	158.658,0	149.299,3	165.025,8	161.080,9	-2,4	16,4	...	9.057,12
RJ	637.345	Rio de Janeiro	5.202.975,2	4.774.637,8	4.741.334,8	5.046.109,3	4.841.029,8	-4,1	19,2	28,9	7.595,62
RJ	42.654	São Gonçalo	...	261.310,9	275.519,6	303.619,9	274.933,1	-9,4	18,8	25,1	6.445,66
RJ	74.150	Duque de Caxias	891.281,0	794.183,6	853.558,0	819.456,2	656.261,8	-19,9	23,0	25,1	8.850,46
RJ	62.962	Nova Iguaçu	403.263,1	368.960,7	353.702,6	384.651,5	337.680,1	-12,2	18,8	25,6	5.363,24
RJ	26.892	Niterói	418.374,2	360.021,4	481.532,0	532.324,4	493.757,7	-7,2	13,7	28,41	18.360,76
RJ	39.910	Belford Roxo	245.074,1	212.610,1	230.420,8	238.158,1	229.173,2	-3,8	27,5	27,5	5.742,25
RJ	52.373	Campos dos Goytacazes	432.821,1	338.889,8	349.704,2	367.758,1	291.102,2	-20,8	17,0	25,5	5.558,25
RJ	26.009	São João de Meriti	128.714,2	141.116,7	...	161.506,0	129.221,5	-20,0	16,2	26,07	4.968,34
RJ	36.876	Petrópolis	233.776,0	233.259,1	277.769,5	237.914,2	240.523,0	1,1	20,5	25,6	6.522,48
RJ	36.777	Volta Redonda	240.210,4	244.326,9	248.393,3	256.097,1	252.319,5	-1,5	23,5	16,3	6.860,79
SP	736.301	São Paulo	11.829.347,4	11.938.001,1	12.779.139,1	13.281.997,0	13.525.692,9	1,8	21,9	25,2	18.369,79
SP	105.837	Guarulhos	920.509,5	965.672,3	1.036.965,1	1.061.515,7	1.028.635,1	-3,1	25,4	26,5	9.719,05
SP	57.929	Campinas	1.021.705,5	1.021.577,5	997.843,5	1.192.360,0	1.074.171,9	-9,9	19,9	25,1	18.542,90
SP	77.533	São Bernardo do Campo	844.699,1	763.338,4	803.333,9	836.957,9	901.539,9	7,7	19,8	29,3	11.627,82
SP	63.278	São José dos Campos	695.417,4	640.939,9	663.314,4	712.653,8	666.328,3	-6,5	21,6	25,5	10.530,17
SP	37.887	Santo André	408.077,0	396.427,6	440.020,1	461.341,3	436.258,2	-5,4	15,6	25,3	11.514,72
SP	42.208	Ribeirão Preto	481.192,6	463.164,1	490.665,0	495.630,1	466.481,6	-5,9	16,4	25,0	11.051,97
SP	67.977	Osasco	617.027,5	612.516,2	678.130,6	759.788,6	713.077,5	-6,1	25,5	25,3	10.489,98
SP	58.207	Sorocaba	513.192,9	545.121,1	546.034,3	519.948,5	481.342,9	-7,4	17,4	25,3	8.269,50
SP	18.082	Mauá	183.101,5	187.691,1	198.200,2	202.430,7	223.574,9	10,4	19,0	26,7	12.364,50
SP	38.301	São José do Rio Preto	358.076,8	349.595,9	367.456,8	366.038,3	341.577,2	-6,7	18,0	26,2	8.918,23
SP	34.541	Mogi das Cruzes	349.063,5	337.466,3	362.633,7	399.281,9	382.377,7	-4,2	24,4	26,0	11.070,26
SP	28.751	Santos	626.965,1	614.473,2	523.925,8	552.540,4	496.465,8	-10,1	17,1	26,1	17.267,78
SP	27.555	Diadema	315.850,2	306.861,4	275.064,8	274.134,0	260.358,4	-5,0	20,4	24,5	9.448,68
SP	35.422	Jundiaí	500.567,3	482.784,4	493.734,4	501.982,4	476.329,7	-5,1	21,1	26,5	13.447,29
SP	37.451	Piracicaba	410.623,0	387.221,3	391.873,5	412.378,8	358.804,0	-13,0	21,4	25,0	9.580,62
SP	15.935	Carapicuíba	170.407,3	140.661,2	135.021,8	144.917,8	26,1	...
SP	19.362	Bauru	200.943,8	206.202,8	213.854,8	239.300,2	218.476,9	-8,7	18,0	25,4	11.283,80
...	2.851.596	Sul	24.323.419,9	24.724.374,8	25.130.607,1	26.214.706,7	24.383.362,9	-7,0	21,5	...	8.550,78
PR	124.817	Curitiba	1.495.525,1	1.439.203,6	1.381.623,0	1.349.461,1	1.305.770,2	-3,2	15,7	25,6	10.461,48
PR	38.735	Londrina	372.917,3	371.811,3	394.033,7	425.228,9	387.482,0	-8,9	17,5	26,2	10.003,41
PR	30.415	Maringá	266.817,0	298.190,8	287.685,7	332.570,5	318.800,4	-4,1	19,2	25,2	10.481,68
PR	30.721	Ponta Grossa	216.271,3	244.529,9	250.192,7	258.850,3	253.626,9	-2,0	25,9	26,2	8.255,81
PR	30.298	Cascavel	208.650,0	224.409,7	237.879,2	246.536,2	237.106,8	-3,8	22,0	25,6	7.825,82
PR	31.304	São José dos Pinhais	288.937,4	265.494,0	222.519,7	314.634,3	277.078,8	-11,9	27,6	28,7	8.851,23
PR	26.270	Foz do Iguaçu	204.404,1	209.274,5	221.232,5	228.258,5	192.225,6	-15,8	17,0	27,0	7.317,31
RS	47.853	Porto Alegre	1.078.625,8	1.116.999,8	681.951,5	649.560,7	1.038.904,2	59,9	16,0	15,3	21.710,33
RS	33.756	Caxias do Sul	347.862,5	349.951,6	352.901,8	347.102,5	295.884,2	-14,8	15,2	24,1	8.765,38
RS	33.769	Canoas	265.918,4	251.857,7	259.879,7	284.622,3	268.405,8	-5,7	15,8	25,0	7.948,29
RS	28.724	Pelotas	207.200,5	209.759,8	219.008,4	224.448,8	214.797,9	-4,3	20,7	25,0	7.477,99
RS	19.375	Santa Maria	137.777,3	153.178,7	146.613,0	154.016,1	148.701,1	-3,5	21,8	25,0	7.674,89
RS	26.536	Gravataí	190.476,8	203.383,7	205.119,7	207.331,6	222.999,3	7,6	24,8	25,2	8.403,65
RS	25.568	Viamão	146.502,2	151.543,5	161.657,7	169.607,6	151.920,6	-10,4	31,9	21,1	5.941,82
SC	33.856	Florianópolis	475.504,4	449.440,4	481.658,4	519.434,9	459.314,5	-11,6	22,5	25,4	13.566,71
SC	70.542	Joinville	488.719,1	454.295,4	469.027,9	509.979,6	468.323,9	-8,2	21,4	23,0	6.638,94
SC	34.795	Blumenau	311.162,0	329.662,4	333.310,7	320.854,6	283.521,6	-11,6	17,6	25,2	8.148,34
...	6.421.226	Cidades selecionadas	57.534.950,5	56.738.309,1	58.246.360,0	61.265.949,6	59.905.341,8	-2,2	20,2	...	9.329,27
...	4.490.199	Até 20 mil habitantes	32.141.906,4	31.690.711,9	33.009.992,1	33.840.040,5	30.927.340,5	-8,6	26,0	...	6.887,74
...	3.396.008	Capitais	33.601.693,6	33.333.042,3	33.945.394,8	35.799.728,7	35.780.870,2	-0,1	19,7	...	10.536,16
...	22.898.611	Total dos municípios	170.596.960,9	169.251.697,8	175.458.733,9	182.556.656,2	172.833.384,5	-5,3	24,0	...	7.547,77

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e do Sistema de Informações de Orçamentos Públicos da Educação (Siope).

Nota: ¹ não inclui Brasília. ² de acordo com o artigo 212 da Constituição Federal, os municípios devem aplicar, no mínimo, 25% das receitas de impostos e transferências constitucionais na manutenção e no desenvolvimento do ensino. Dados do Siope.

Despesa com educação | RANKING 2020

Posição	UF	Município	Despesa com educação	Matrículas rede municipal 2020	Ranking do número de matrículas 2020
			em R\$		
1º	SP	São Paulo	13.525.692.869,33	736.301	1º
2º	RJ	Rio de Janeiro	4.841.029.771,88	637.345	2º
3º	MG	Belo Horizonte	1.871.554.767,71	168.122	5º
4º	CE	Fortaleza	1.557.283.869,91	229.618	4º
5º	AM	Manaus	1.516.361.100,75	243.793	3º
6º	PR	Curitiba	1.305.770.231,75	124.817	7º
7º	BA	Salvador	1.296.472.401,49	142.608	6º
8º	GO	Goiânia	1.106.815.573,27	100.142	10º
9º	SP	Campinas	1.074.171.898,01	57.929	30º
10º	RS	Porto Alegre	1.038.904.196,26	47.853	40º
11º	SP	Guarulhos	1.028.635.090,96	105.837	9º
12º	MS	Campo Grande	947.808.193,71	107.813	8º
13º	SP	Barueri	939.678.443,96	79.504	14º
14º	PE	Recife	937.612.584,68	91.277	11º
15º	SP	São Bernardo do Campo	901.539.867,59	77.533	15º
16º	SP	Osasco	713.077.516,30	67.977	19º
17º	MA	São Luís	687.355.505,45	85.320	13º
18º	SP	São José dos Campos	666.328.298,75	63.278	22º
19º	RJ	Duque de Caxias	656.261.793,68	74.150	16º
20º	PI	Teresina	522.747.197,86	91.243	12º
21º	RJ	Macaé	518.762.551,14	41.314	56º
22º	SP	São Caetano do Sul	500.132.124,20	21.310	149º
23º	SP	Santos	496.465.840,87	28.751	100º
24º	RJ	Niterói	493.757.688,87	26.892	109º
25º	SP	Sorocaba	481.342.886,68	58.207	28º
26º	SP	Jundiaí	476.329.732,35	35.422	70º
27º	MG	Uberlândia	470.757.363,61	58.113	29º
28º	SC	Joinville	468.323.935,47	70.542	17º
29º	SP	Ribeirão Preto	466.481.645,53	42.208	53º
30º	SC	Florianópolis	459.314.535,91	33.856	75º
31º	SP	Praia Grande	458.598.794,37	52.187	34º
32º	MG	Contagem	450.384.955,10	58.449	26º
33º	RN	Natal	448.559.662,78	58.437	27º
34º	MT	Cuiabá	447.419.203,06	52.015	35º
35º	SP	Santo André	436.258.185,58	37.887	63º
36º	PA	Parauapebas	427.057.693,84	47.439	42º
37º	PB	João Pessoa	422.747.563,53	64.875	21º
38º	MG	Betim	411.556.988,11	47.792	41º
39º	ES	Vitória	409.084.137,07	44.996	45º
40º	SP	Guarujá	399.451.657,16	30.752	89º
41º	PR	Londrina	387.482.015,76	38.735	60º
42º	SP	Mogi das Cruzes	382.377.681,25	34.541	72º
43º	SP	Paulínia	374.011.583,65	15.212	253º
44º	ES	Serra	370.671.280,49	64.998	20º
45º	SP	Piracicaba	358.803.954,93	37.451	65º
46º	AL	Maceió	357.868.315,31	48.853	38º
47º	PE	Jaboatão dos Guararapes	355.357.140,13	62.475	24º
48º	SC	Itajaí	345.443.849,72	33.625	79º
49º	SP	São José do Rio Preto	341.577.219,29	38.301	61º
50º	RJ	Maricá	340.828.662,80	23.590	136º
51º	RJ	Nova Iguaçu	337.680.065,04	62.962	23º
52º	ES	Vila Velha	329.525.338,93	51.778	36º

Posição	UF	Município	Despesa com educação	Matrículas rede municipal 2020	Ranking do número de matrículas 2020
			em R\$		
53º	SP	Santana de Parnaíba	327.909.629,50	30.937	88º
54º	TO	Palmas	319.644.309,74	41.674	54º
55º	PR	Maringá	318.800.415,08	30.415	92º
56º	RO	Porto Velho	314.619.936,84	44.276	46º
57º	RR	Boa Vista	311.376.865,54	43.035	49º
58º	SP	Taubaté	311.205.204,25	42.716	51º
59º	MA	Imperatriz	310.336.966,38	43.531	48º
60º	PA	Santarém	308.473.818,75	61.173	25º
61º	GO	Rio Verde	303.098.422,76	24.783	125º
62º	RS	Caxias do Sul	295.884.223,70	33.756	78º
63º	BA	Camaçari	292.440.519,19	32.592	82º
64º	RJ	Campos dos Goytacazes	291.102.199,33	52.373	33º
65º	PE	Petrolina	290.320.465,05	47.871	39º
66º	MG	Juiz de Fora	288.048.124,67	41.343	55º
67º	GO	Aparecida de Goiânia	287.731.071,68	42.728	50º
68º	SC	Blumenau	283.521.611,96	34.795	71º
69º	GO	Anápolis	281.440.962,72	34.351	74º
70º	CE	Caucaia	281.192.075,53	53.387	31º
71º	BA	Feira de Santana	280.493.772,72	50.678	37º
72º	PR	São José dos Pinhais	277.078.764,81	31.304	86º
73º	SP	São Vicente	276.464.991,86	40.336	57º
74º	RJ	São Gonçalo	274.933.060,98	42.654	52º
75º	RS	Canoas	268.405.818,35	33.769	77º
76º	MG	Uberaba	267.509.869,12	26.737	110º
77º	SP	Coíia	266.272.411,51	29.500	98º
78º	SP	Franca	264.325.796,39	19.715	170º
79º	SP	Diadema	260.358.381,76	27.555	107º
80º	PA	Marabá	258.176.200,44	53.278	32º
81º	PR	Ponta Grossa	253.626.882,12	30.721	90º
82º	RJ	Volta Redonda	252.319.455,99	36.777	68º
83º	ES	Cariacica	251.473.213,55	46.611	43º
84º	RJ	Petrópolis	240.522.978,47	36.876	67º
85º	SP	Indaiatuba	240.276.726,07	25.642	119º
86º	MS	Dourados	238.779.892,96	28.153	104º
87º	PR	Cascavel	237.106.810,17	30.298	95º
88º	PR	Araucária	232.541.768,96	17.599	204º
89º	BA	Vitória da Conquista	232.402.085,16	45.268	44º
90º	RJ	Belford Roxo	229.173.200,28	39.910	58º
91º	SP	Hortolândia	226.426.595,11	25.849	118º
92º	PE	Caruaru	225.243.610,40	43.578	47º
93º	SP	Mauá	223.574.938,09	18.082	194º
94º	SP	Itaquaquecetuba	223.297.934,07	37.460	64º
95º	RS	Gravataí	222.999.294,46	26.536	111º
96º	SP	Itapevi	218.967.894,26	28.744	101º
97º	SP	Bauru	218.476.889,16	19.362	175º
98º	SC	Criciúma	215.142.252,05	20.030	168º
99º	RS	Pelotas	214.797.914,05	28.724	102º
100º	BA	Lauro de Freitas	214.673.919,40	27.602	106º

	Total dos 100 maiores	63.282.505.571,22	6.461.509	..
	Total dos demais	109.550.878.959,37	16.437.102	..
	Total dos municípios	172.833.384.530,59	22.898.611	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Despesa com educação por aluno | RANKING 2020

Posição	UF	Município	Desp. com educação por aluno	Despesa com educação	Matrículas rede municipal 2020	Ranking de matr. 2020
				em R\$		
1º	MG	Douradoquara	61.154,17	1.528.854,27	25	5568º
2º	RS	União da Serra	45.025,20	1.395.781,07	31	5567º
3º	MG	Catas Altas	42.107,00	27.159.017,92	645	4200º
4º	MG	Grupiara	39.413,40	1.813.016,52	46	5566º
5º	SP	Adamantina	38.848,40	92.459.181,20	2.380	2058º
6º	RS	Muliterno	32.255,54	1.516.010,36	47	5565º
7º	SP	Santana da Ponte Pensa	29.104,07	2.182.805,34	75	5561º
8º	GO	Aloândia	28.768,88	1.783.670,39	62	5564º
9º	RS	Santa Tereza	28.387,50	2.072.287,77	73	5563º
10º	MT	Tesouro	26.153,66	3.243.054,27	124	5528º
11º	ES	Presidente Kennedy	26.129,43	79.851.550,80	3.056	1649º
12º	SP	Paulínia	24.586,61	374.011.583,65	15.212	253º
13º	SP	Ilhabela	24.225,63	161.173.108,69	6.653	723º
14º	SP	São Caetano do Sul	23.469,36	500.132.124,20	21.310	149º
15º	SC	Jardinópolis	23.052,13	4.656.530,78	202	5430º
16º	RS	Unistalda	22.545,36	4.058.164,70	180	5468º
17º	PR	Itaipulândia	21.814,46	34.859.511,71	1.598	2729º
18º	RS	Porto Alegre	21.710,33	1.038.904.196,26	47.853	40º
19º	SP	Uru	21.353,92	3.523.396,92	165	5485º
20º	MG	Itambé do Mato Dentro	21.318,69	1.577.583,24	74	5562º
21º	RS	Sertão	21.194,48	10.978.742,70	518	4538º
22º	SP	Borá	20.966,50	2.306.314,78	110	5544º
23º	MG	Morro do Pilar	20.846,62	2.147.201,39	103	5549º
24º	SP	Turmalina	20.623,28	2.846.012,56	138	5513º
25º	MG	Serra da Saudade	20.535,66	2.279.458,24	111	5541º
26º	MG	Alvorada de Minas	20.362,26	5.395.997,78	265	5281º
27º	MG	Água Comprida	20.295,09	4.343.149,58	214	5400º
28º	RS	Bozano	19.863,94	2.800.814,95	141	5509º
29º	RS	Barra do Rio Azul	19.576,73	1.840.212,86	94	5555º
30º	SP	Lucianópolis	19.346,92	3.753.303,30	194	5448º
31º	GO	Lagoa Santa	19.310,08	3.707.535,12	192	5456º
32º	SP	União Paulista	18.935,60	1.931.430,92	102	5551º
33º	RS	Camargo	18.895,11	4.515.931,33	239	5353º
34º	SP	Dirce Reis	18.851,44	1.696.629,75	90	5557º
35º	SP	Cruzália	18.561,80	2.487.281,49	134	5520º
36º	SP	Campinas	18.542,90	1.074.171.898,01	57.929	30º
37º	RS	Floriano Peixoto	18.399,82	2.189.578,34	119	5532º
38º	SP	São Paulo	18.369,79	13.525.692.869,33	736.301	1º
39º	RJ	Niterói	18.360,76	493.757.688,87	26.892	109º
40º	RS	Nova Pádua	18.318,56	1.648.670,15	90	5557º
41º	PR	Alto Paraíso	18.314,23	7.600.406,55	415	4850º
42º	GO	Goiatuba	18.274,70	60.525.820,28	3.312	1528º
43º	MT	Araguainha	18.157,21	1.833.878,47	101	5554º
44º	SC	Cunhataí	18.136,79	2.430.330,37	134	5520º
45º	SP	São João da Boa Vista	18.070,59	123.386.006,57	6.828	693º
46º	RS	Centenário	18.053,75	2.527.524,82	140	5510º
47º	PR	São Manoel do Paraná	18.043,71	3.680.916,50	204	5421º
48º	RS	Pinhal da Serra	17.971,27	5.229.639,50	291	5204º
49º	RS	Gentil	17.950,41	3.643.932,80	203	5424º
50º	SP	Nova Castilho	17.873,05	2.591.592,61	145	5506º
51º	MG	Leandro Ferreira	17.776,71	2.239.865,30	126	5524º
52º	RS	Mariano Moro	17.710,41	1.540.805,68	87	5559º

Posição	UF	Município	Desp. com educação por aluno	Despesa com educação	Matrículas rede municipal 2020	Ranking de matr. 2020
				em R\$		
53º	RS	Quatro Irmãos	17.696,99	2.813.820,84	159	5496º
54º	GO	Cumari	17.476,50	2.446.709,70	140	5510º
55º	GO	Trombas	17.415,01	4.719.466,84	271	5264º
56º	SP	Flóridia	17.391,12	3.547.789,10	204	5421º
57º	RS	Montauri	17.364,54	2.049.015,79	118	5535º
58º	GO	Mimoso de Goiás	17.360,53	4.288.049,97	247	5332º
59º	MT	Porto dos Gaúchos	17.350,05	10.826.432,95	624	4259º
60º	GO	Água Limpa	17.333,22	3.518.643,06	203	5424º
61º	SP	Santos	17.267,78	496.465.840,87	28.751	100º
62º	PR	Santa Inês	17.184,01	3.436.801,88	200	5431º
63º	RS	Relvado	17.008,90	1.887.988,22	111	5541º
64º	RS	Sete de Setembro	17.003,69	2.227.483,84	131	5523º
65º	GO	Israelândia	16.969,59	2.816.951,54	166	5483º
66º	RS	André da Rocha	16.921,27	2.013.630,83	119	5532º
67º	RS	David Canabarro	16.890,73	3.580.834,23	212	5409º
68º	RS	Pinto Bandeira	16.863,22	2.478.893,31	147	5504º
69º	SC	Alto Bela Vista	16.778,25	3.003.306,98	179	5470º
70º	SP	Oriente	16.762,52	4.576.167,28	273	5260º
71º	MG	Queluzito	16.740,51	1.891.677,93	113	5540º
72º	RS	Protásio Alves	16.721,98	3.143.731,63	188	5461º
73º	RS	Rolador	16.697,46	2.704.987,92	162	5492º
74º	GO	Ouro Verde de Goiás	16.680,50	7.973.278,44	478	4657º
75º	BA	São Francisco do Conde	16.639,10	128.437.238,83	7.719	602º
76º	SP	Suzanópolis	16.602,03	6.790.230,06	409	4871º
77º	SP	Bento de Abreu	16.525,49	5.370.782,85	325	5111º
78º	SP	Presidente Alves	16.476,55	2.685.677,47	163	5489º
79º	RS	Dois Irmãos das Missões	16.351,98	4.120.700,04	252	5316º
80º	RS	Coqueiro Baixo	16.332,92	2.188.611,22	134	5520º
81º	SP	Santa Salete	16.328,02	1.959.361,95	120	5530º
82º	MG	Centro do Abaeté	16.301,98	1.679.103,64	103	5549º
83º	TO	São Félix do Tocantins	16.220,41	1.751.804,77	108	5547º
84º	SC	Tubarão	16.203,94	95.506.018,66	5.894	832º
85º	SC	Barra Bonita	16.195,67	2.218.807,00	137	5515º
86º	RS	São Domingos do Sul	16.160,14	1.890.736,10	117	5537º
87º	SC	Presidente Castello Branco	16.146,41	3.439.186,29	213	5405º
88º	RS	Linha Nova	16.127,24	2.015.905,23	125	5526º
89º	MS	Selvíria	16.126,40	18.432.472,56	1.143	3265º
90º	PR	Farol	16.107,34	4.977.167,05	309	5157º
91º	RS	Novo Machado	16.080,47	1.881.414,81	117	5537º
92º	MG	Arapuá	15.993,44	3.662.496,87	229	5377º
93º	SP	Marabá Paulista	15.967,61	6.163.499,03	386	4937º
94º	SP	Santa Clara d'Oeste	15.960,91	4.580.782,11	287	5216º
95º	TO	Gurupi	15.907,06	118.141.737,96	7.427	624º
96º	SP	São Francisco	15.905,79	1.765.542,14	111	5541º
97º	RS	Carlos Gomes	15.884,39	1.477.247,90	93	5556º
98º	RS	Ponte Preta	15.876,12	2.222.657,27	140	5510º
99º	GO	Ivolândia	15.829,04	1.614.562,42	102	5551º
100º	GO	Pilar de Goiás	15.788,42	3.931.316,66	249	5325º

	Total dos 100 maiores	18.793,75	18.706.939.435,00	995.381	..
	Total dos demais	7.036,70	154.126.445.095,59	21.903.230	..
	Total dos municípios	7.547,77	172.833.384.530,59	22.898.611	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Despesas com saúde continuam crescendo em 2021

Em 2020, pela primeira vez após duas décadas, União (49,6%) e municípios (49,1%) contribuem de forma equivalente para o financiamento da saúde pública. Com a descontinuidade dos auxílios federais criados no ano, a relevância dos recursos próprios municipais deve voltar para os níveis anteriores, na faixa dos 56%, com tendência de aumento nos próximos exercícios.

Desempenho em 2020

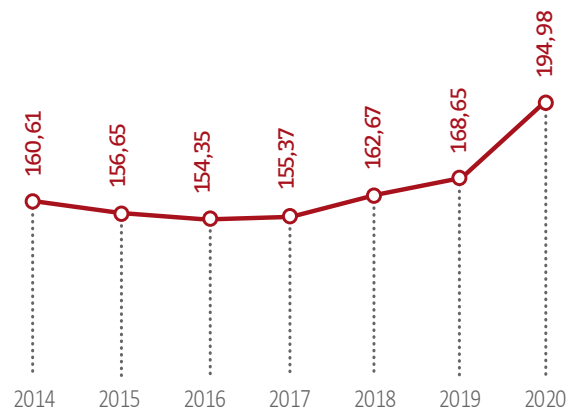
A pandemia impactou fortemente o Sistema Único de Saúde (SUS) e levou à ampliação dos gastos em saúde nos municípios brasileiros. O montante chegou a R\$ 194,98 bilhões em 2020, com acréscimo de R\$ 26,33 bilhões em relação ao exercício anterior. A cifra representou crescimento real de 15,6%, em valores corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio de 2020.

Os esforços empreendidos pelos municípios no combate à pandemia ficam ainda mais evidentes quando se observa que a expansão das receitas municipais se posicionou em patamar inferior à elevação das despesas com saúde, em termos percentuais. O incremento de 5,3% da receita corrente municipal no período adicionou R\$ 35,92 bilhões aos cofres locais (mais detalhes sobre a receita municipal, ver página 6). Em outros termos, é possível afirmar que o acréscimo dos gastos na função saúde em 2020 consumiu 73% do adicional total nas receitas correntes municipais no mesmo período.

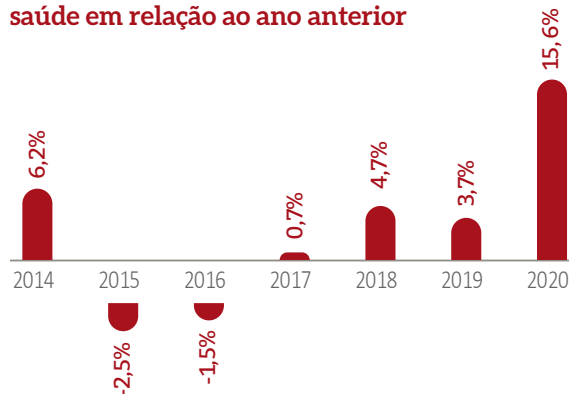
A alta dos custos com a área se refletiu no salto de sua participação no somatório do desembolso municipal, que passou de 24,7% em 2019 para 27,1% em 2020.

Evolução da despesa com saúde

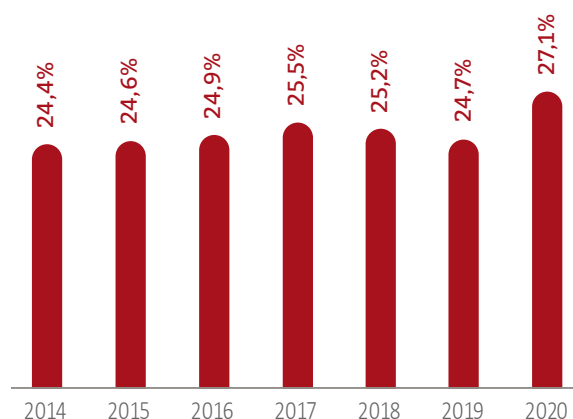
em R\$ bilhões corrigidos pelo IPCA médio de 2020



Taxa de crescimento real da despesa com saúde em relação ao ano anterior



Participação da despesa com saúde na despesa total dos municípios

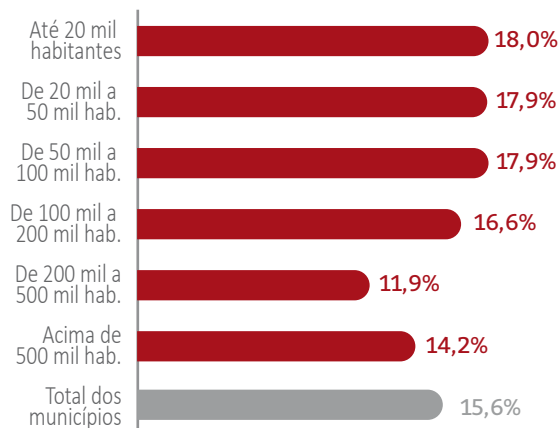


A desagregação dos municípios por porte populacional revela que o aporte maior em saúde em 2020 foi mais intenso naqueles com até 200 mil habitantes, com taxa ainda mais robusta nos que têm até 100 mil habitantes, da ordem de 18%. O resultado desses estratos populacionais foi fortemente influenciado pelos critérios adotados pelo Governo Federal para o repasse financeiro visando ao enfrentamento da pandemia da Covid-19, conforme será exposto mais adiante.

Nos municípios de maior tamanho populacional, aqueles com mais de 500 mil habitantes, a injeção de recursos adicionais em saúde também foi bastante intensa: 14,2%. Ascensão semelhante, de 13,9%, foi observada entre as capitais, que destinaram R\$ 5,70 bilhões a mais para esse campo em 2020 no comparativo com o ano anterior.

Quando considerado o agregado por região, nota-se que os municípios do Norte (25,2%), do Nordeste (18,5%) e do Centro-Oeste (16,6%) apresentaram as mais elevadas taxas de crescimento no indicador em 2020. Na outra ponta, encontram-se o Sul (11,5%) e o Sudeste (14,3%), com incremento abaixo da média.

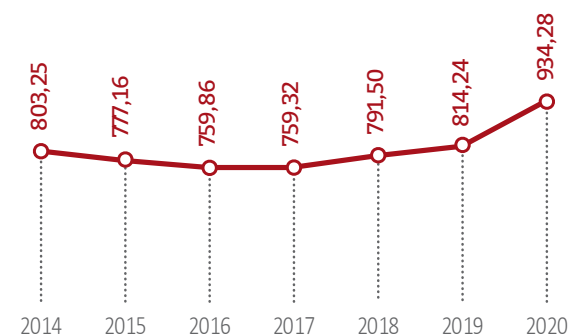
Taxa de crescimento da despesa com saúde por porte populacional - 2020/2019



Despesa com saúde per capita

Em 2020, a despesa com saúde foi, em média, de R\$ 934,28 por habitante no conjunto dos municípios brasileiros. O impulso do indicador em 2020, apesar de seguir a tendência de aumento desde 2018, foi bastante acentuada em comparação aos dois últimos anos.

Evolução da despesa com saúde per capita em R\$ corrigidos pelo IPCA médio de 2020

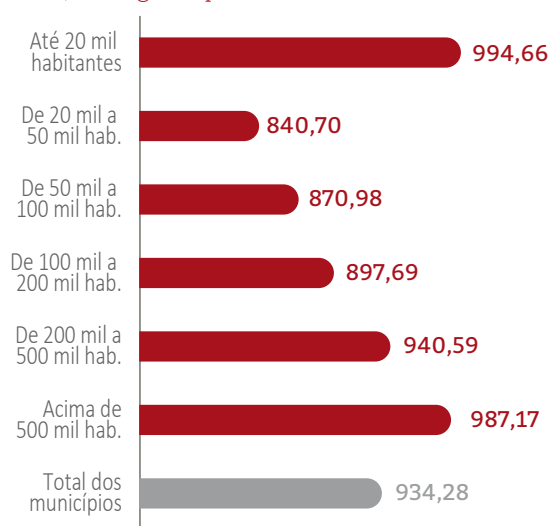


Na análise por faixa populacional, a maior cifra per capita é computada por municípios com até 20 mil habitantes (R\$ 994,66). Em seguida, vêm o estrato daqueles que têm acima de 500 mil moradores (R\$ 987,17) e o de 200 mil a 500 mil (R\$ 940,59).

O mais alto gasto per capita identificado nos dois extremos das faixas populacionais decorre das características díspares relacionadas à infraestrutura disponível, conforme já apontado em outras edições de **Multi Cidades**. A ausência de economias de escala¹ nos sistemas de saúde dos municípios menos populosos e as redes especializadas e de alta tecnologia daqueles com grande contingente demográfico colaboram com o maior custo per capita em saúde nesses dois grupos.

A avaliação dos municípios agregados por região confirma que permanece a tendência de maior despesa per capita no Centro-Oeste (R\$ 1.065,32) e Sudeste (R\$ 1.033,33), seguidos pela Região Sul (R\$ 995,21). O Nordeste e o Norte apresentam gastos per capita consideravelmente menores, de R\$ 797,36 e R\$ 689,91, respectivamente.

Despesa com saúde per capita por faixa populacional - 2020 em R\$ corrigidos pelo IPCA médio de 2020



¹ Economia de escala acontece quando o aumento da demanda por um bem ou serviço é relativamente maior que a alta dos custos para a sua oferta ou produção, derrubando, assim, o preço médio do bem ou serviço. Exemplo: um ônibus levando um ou 40 passageiros terá um custo similar. Porém, o crescimento do número de viajantes proporciona uma drástica redução do preço médio da passagem. No caso do sistema de saúde, quanto mais atendimentos são realizados por uma mesma infraestrutura, maior será o ganho de escala.

Créditos extraordinários para a gestão municipal do SUS

O reconhecimento do estado de calamidade pública gerado pela disseminação da Covid-19, em 20 de março de 2020, levou o Governo Federal a dispor de créditos extraordinários que possibilitaram a realização de despesas não contabilizadas nos limites impostos pela Emenda Constitucional nº 95 (EC 95), de 2016, que estabeleceu o Teto dos Gastos.

Parte dos créditos extraordinários para o combate à pandemia foi transferida pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) para ser executada pelos gestores subnacionais. Informações do FNS permitem observar que, em 2020, o Ministério da Saúde (MS) repassou para os Fundos Estaduais de Saúde (FES) e para os Fundos Municipais de Saúde (FMS) o valor de R\$ 32,09 bilhões para o enfrentamento da pandemia. A quantia representa 28,9% do total de transferências do FNS para os entes subnacionais (R\$ 111,23 bilhões).

Os municípios receberam verbas de R\$ 23,11 bilhões para a luta contra o coronavírus, quantitativo que corresponde a 28% do total de transferências do FNS para os municípios (R\$ 82,67 bilhões) em 2020.

A tabela na próxima página permite verificar que os créditos extraordinários transferidos para os fundos municipais pelo FNS contemplaram especialmente as menores cidades. Ainda que o conjunto de municípios com mais de 500 mil habitantes tenha recebido sozinho mais de R\$ 6 bilhões (26% do somatório), em termos per capita os menos populosos foram mais beneficiados. Aqueles com até 20 mil habitantes receberam em média R\$ 141,56 per capita. O valor diminuiu gradativamente conforme aumenta o porte populacional para atingir, em média, o piso de R\$ 89,25 por habitante nos municípios com mais de 500 moradores.

Repasse fundo a fundo aos municípios para combate à Covid-19, por faixa populacional - 2020

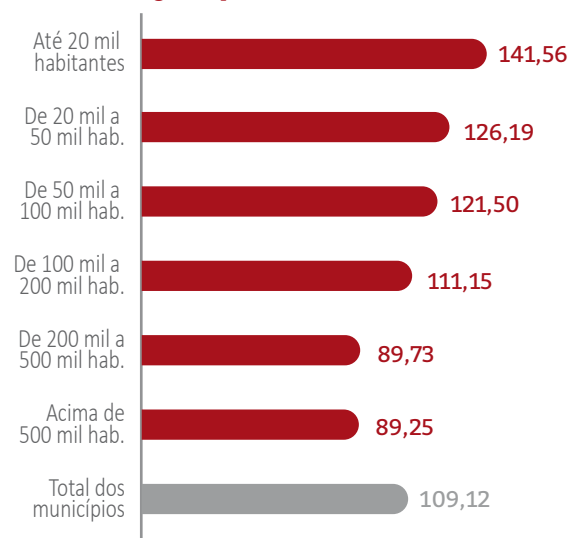
População	Intervalo populacional	Repasse em R\$
31.797.750	Até 20 mil habitantes	4.501.143.818,39
33.828.245	De 20 mil a 50 mil hab.	4.268.839.851,98
24.150.422	De 50 mil a 100 mil hab.	2.934.247.293,04
22.856.009	De 100 mil a 200 mil hab.	2.540.479.791,01
31.601.488	De 200 mil a 500 mil hab.	2.835.758.062,79
67.521.778	Acima de 500 mil hab.	6.026.217.325,76
211.755.692	Total dos municípios	23.106.686.142,97

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde.

Nota: os dados incluem o Distrito Federal e Fernando de Noronha.

Repasse fundo a fundo per capita aos municípios para combate da Covid-19, por faixa populacional - 2020

em R\$ corrigidos pelo IPCA médio de 2020



Fonte: elaboração própria com base nos dados do Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde.

Mesmo considerando que a distribuição dos créditos extraordinários para o SUS tenha sido orientada por diferentes portarias, é possível afirmar que parcela importante dos R\$ 23,11 bilhões transferidos para os FMS ocorreu via Portaria do Ministério da Saúde nº 1.666, de 1º de julho de 2020, que disponibilizou R\$ 11,33 bilhões aos municípios.

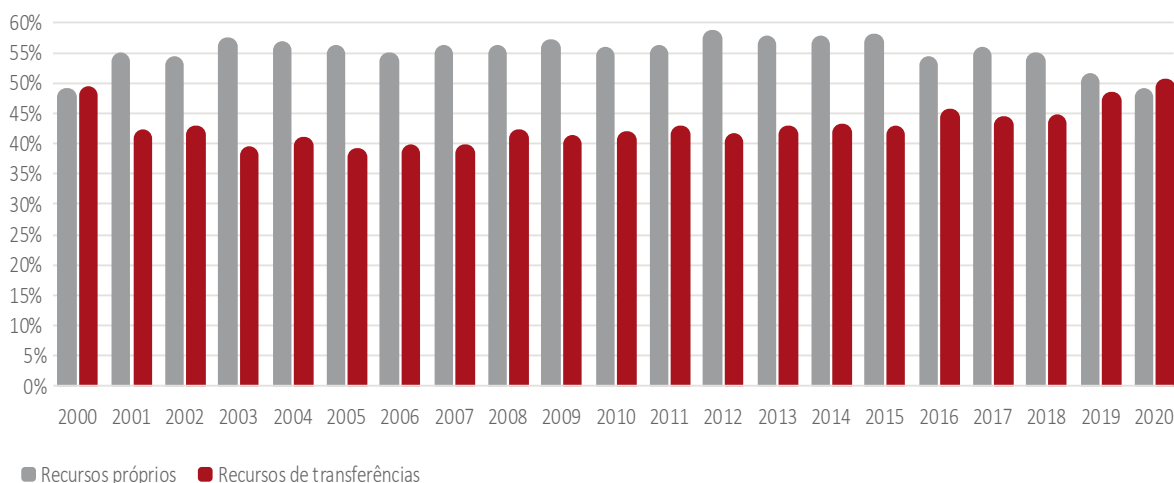
Os recursos da Portaria, de uso exclusivo nas ações de saúde para o enfrentamento da pandemia, foram repassados em agosto com base em pesos aplicados a critérios de população, valores dos procedimentos em saúde de média e alta complexidade e cifras transferidas aos municípios relativas ao Piso de Atenção Básica (PAB), com dados referentes ao exercício de 2019. Dessa forma, enquanto um município com até 20 mil habitantes recebeu R\$ 87,74 per capita, uma cidade com mais de 500 mil moradores auferiu R\$ 35,03. Ou seja, as menores cidades obtiveram 2,5 vezes mais, per capita, se comparadas às que-las mais populosas.

Recursos próprios x recursos de transferências no financiamento da saúde

Conforme visto anteriormente, o conjunto de créditos extraordinários destinados ao combate à pandemia levou à expansão da receita corrente municipal e sustentou os gastos locais na saúde. De fato, com base em dados do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (Siops), é possível notar que as despesas na função financiadas com transferências cresceram 34,7%, ao passo que as efetuadas com recursos próprios tiveram alta de 2,6%.

Com isso, ocorreu uma alteração da composição dos recursos que financiam a saúde nos entes locais. Ainda com base no Siops, verifica-se que desde 2001 a parcela dos recursos próprios dos municípios sempre foi preponderante no financiamento da saúde em âmbito local. Em 2020, porém, em razão dos recursos suplementares, a fatia das transferências nas despesas municipais em saúde, de 49,6%, superou ligeiramente as fontes próprias, de 49,1% (veja o gráfico abaixo).

Evolução da participação dos recursos próprios e das receitas de transferências na despesa municipal com a saúde

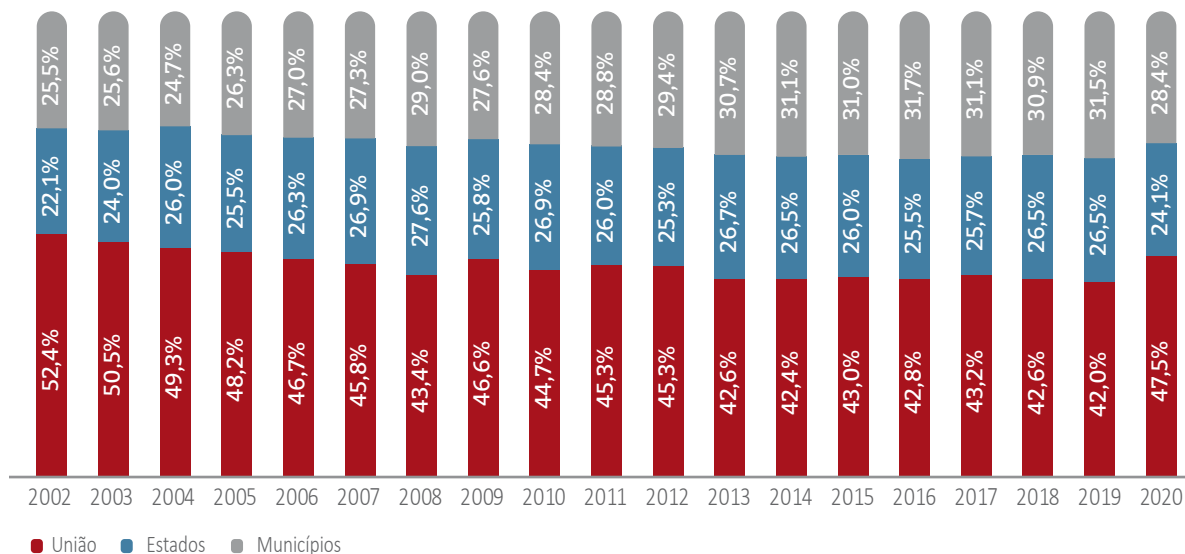


Fonte: Ministério da Saúde/Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (Siops).

Os créditos extraordinários destinados ao SUS impactaram também a tendência constatada na série histórica da participação das três esferas de governo nas despesas com ações e serviços públicos de saúde (ASPS). Se a austeridade fiscal vinha levando à diminuição da presença federal no financiamento do SUS ao longo do tempo, os dados do Siops apontam a sua

ampliação no ano pandêmico. O gráfico na página seguinte demonstra que a parcela da União nas despesas em ASPS (47,5%) em 2020 voltou aos patamares de meados da década de 2000. Os municípios se mantiveram em segundo lugar nos dispêndios totais com ASPS, arcando com 28,4% do total, enquanto os estados ficaram responsáveis por 24,1%.

Participação de cada ente federado na despesa com ações e serviços públicos em saúde



Fonte: Ministério da Saúde/CSIOPS/CGES/Desid/SE.

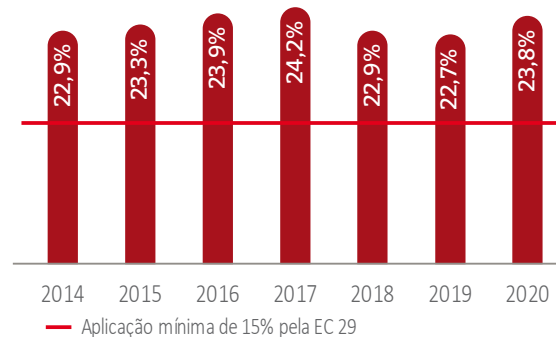
A recuperação da participação da União nos gastos em saúde em 2020 não significou o desdimensionamento do orçamento municipal em relação aos desembolsos com o setor. Ao contrário, é possível concluir que os municípios realizaram esforços ainda maiores dos que vinham sendo verificados nos últimos anos, dilatando o percentual de aplicação dos recursos vinculados à saúde, como será explicado a seguir. Além disso, o aumento da parcela federal foi temporário, relacionado estritamente ao enfrentamento da pandemia.

A aplicação do mínimo constitucional

A promulgação da Emenda Constitucional nº 29 (EC 29) em 2000 tornou obrigatória a destinação de 15%, no mínimo, da receita própria dos municípios ao SUS. Apesar disso, o que se observou ao longo do tempo foi o comprometimento das receitas municipais em patamares sempre maiores

por parte dos entes locais. Desde 2004, os municípios reservaram parcelas crescentes da sua receita própria para ASPS. Essa proporção apresentou ligeira queda em 2018 e 2019, quando ficou em 22,9% e 22,7%, respectivamente, mas se reergueu em 2020, ao chegar a 23,8%.

Evolução da aplicação dos recursos vinculados à saúde nos municípios



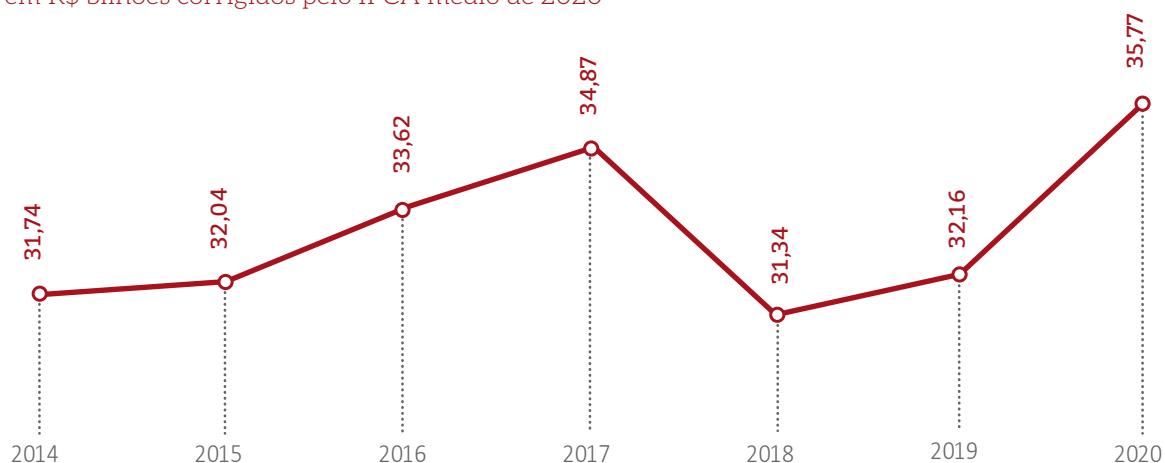
Fonte: Ministério da Saúde/Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (Siops).

Despesa por função | Saúde

Em outros termos, é possível afirmar que, apesar da ampliação das transferências federais vinculadas ao setor saúde dos municípios, isso não significou alívio aos orçamentos municipais, que passaram a comprometer parcela ainda maior da sua receita própria no período. O esforço realizado pelos municípios brasileiros

acrescentou ao SUS o montante de R\$ 35,77 bilhões em 2020 (veja o gráfico abaixo). Esse valor adicional, que vai além da exigência constitucional, equivale ao total arrecadado com a quota-parte municipal no IPVA pelo conjunto das prefeituras do país, mais a receita total com taxas.

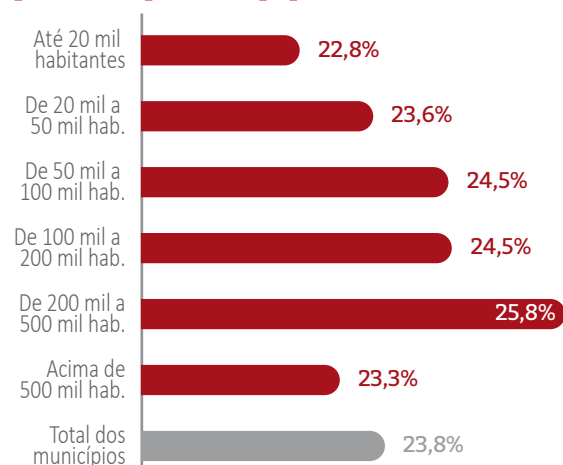
Valores aplicados em saúde acima do mínimo exigido pela EC nº 29/2000 em R\$ bilhões corrigidos pelo IPCA médio de 2020



Fonte: elaboração própria com base nos dados do Ministério da Saúde/Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (Siops).

Vale destacar que o impacto nos orçamentos municipais dos gastos com o setor saúde é ainda mais forte nos municípios de porte médio. Observa-se que aqueles com população entre 50 mil e 400 mil habitantes comprometeram parcelas ainda maiores das suas receitas próprias quando comparados com a média total. Ganham destaque as cidades com população entre 200 mil e 400 mil residentes, onde as ASPS consumiram mais de um quarto das suas receitas próprias (25,8%), em média.

Aplicação dos recursos vinculados à saúde pela EC 29 por faixa populacional - 2020

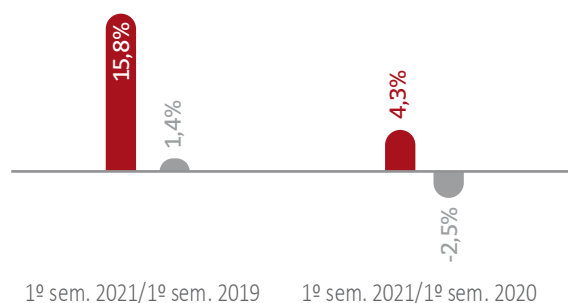


Desempenho no primeiro semestre 2021

A permanência da situação pandêmica em 2021, a necessidade de assistência para o tratamento das sequelas de parte dos pacientes acometidos pelo coronavírus e o represamento da demanda por outros agravos no sistema público de saúde ao longo de 2020 fizeram com que a despesa municipal na área continuasse sua trajetória de crescimento em 2021.

De fato, no primeiro semestre de 2021, as despesas liquidadas em saúde subiram 4,3% em relação a igual período do ano anterior. Essa taxa, aparentemente baixa, deve-se ao fato de tais desembolsos terem disparado, em termos reais, 11% nos seis primeiros meses de 2020 diante do mesmo período de 2019. Note-se também que o avanço do custo na saúde ocorreu num cenário de queda de 2,5% no total dos dispêndios municipais no primeiro semestre de 2021.

Taxa de crescimento real da receita com saúde e da despesa total



Cenário futuro do financiamento da saúde nos orçamentos municipais

A manutenção da austeridade fiscal e a regra do Teto dos Gastos contida na EC 95, de 2016, que restringe o gasto total da União ao valor de 2017, podendo este somente ser atualizado pelo IPCA, dificultam a ampliação do piso federal no SUS. Tendo em vista que a população vem aumentando e envelhecendo, o que demandaria mais recursos para o atendimento público nos padrões atuais, pode-se concluir que, ao longo do tempo, a EC 95 reduzirá a distribuição per capita dos recursos federais para a saúde, a não ser que haja uma redefinição de prioridades no orçamento federal. Vale ressaltar que a aprovação pelo Congresso Nacional do valor de R\$ 125 bilhões para a saúde no Orçamento de 2021 está bem abaixo dos R\$ 150,46 bilhões executados pelo MS em 2020².

Dessa forma, o cenário futuro aponta para a continuidade da retração da participação da União no financiamento da saúde pública, mesmo que este tenha aumentado em 2020 em razão do necessário esforço para o combate à pandemia. Em contrapartida, no âmbito dos municípios, a função será cada vez mais preponderante em seus orçamentos. A gestão municipal do SUS, por responder pelo nível mais estratégico da saúde pública, que é a Atenção Básica, e não só por esta, dependerá cada vez mais dos recursos municipais.

² Portal da Transparência do Governo Federal. Detalhes ver: <http://www.portaltransparencia.gov.br/funcoes/10-saude?ano=2020>

Despesa com saúde | 2016-2020

UF	População 2020	Região e município	em R\$ mil corrigidos pelo IPCA médio de 2020					2020 (A)	Receita SUS 2020 (B)	Gasto com saúde com rec. próprios 2020 (C=A-B)	B/A	C/A	Variação 2020/2019	Part. na despesa total 2020	Parc. do rec. de impostos aplic. em saúde* 2020	Despesa com saúde per capita 2020
			2016	2017	2018	2019	2020 (A)									
18.672.591	1.884.571,6	Norte	8.884.571,6	8.790.272,2	9.719.700,4	10.292.808,4	12.882.337,2	6.776.282,1	6.106.055,1	52,6	47,4	25,2	24,3	22,4	22,4	689,91
AC	413.418	Rio Branco	1.305.571,1	1.274.260,0	1.444.500,2	1.346.628,3	1.432.243,7	57.077,2	86.166,5	39,8	60,2	6,4	16,3	16,1	16,1	346,49
AC	89.072	Cruzeiro do Sul	32.065,0	32.216,7	37.693,3	33.237,9	42.551,2	36.150,8	6.400,3	85,0	15,0	28,0	20,7	19,7	19,7	477,72
AP	512.902	Macapá	1.63.729,8	1.50.673,3	1.61.632,7	1.66.424,5	239.184,0	111.316,6	127.867,5	46,5	53,5	43,0	19,9	17,5	17,5	466,33
AP	123.096	Santana	36.141,6	37.758,0	42.927,0	42.927,0	52.807,0	58.128,8	-5.321,0	110,1	-10,1	23,0	23,0	16,4	16,4	429,00
AM	2.219.580	Manaus	848.428,3	848.428,3	869.892,1	930.229,4	1.158.660,9	252.128,1	906.532,9	21,8	78,2	24,6	18,4	23,6	23,6	522,02
AM	115.363	Parintins	46.181,8	46.181,8	52.799,9	54.899,3	91.145,6	70.864,1	20.281,6	77,7	22,3	66,0	33,5	24,2	24,2	790,08
PA	1.499.641	Belém	955.084,1	892.416,6	893.051,0	1.057.210,7	27,2	27,2	...
PA	535.547	Ananindeua	228.901,8	236.694,4	253.149,1	317.851,1	215.518,3	102.332,8	67,8	32,2	25,6	36,8	18,7	18,7	593,51	
PA	306.480	Santarém	148.359,3	152.981,5	149.782,3	158.540,0	199.740,4	128.203,0	71.537,5	64,2	35,8	26,0	27,1	29,9	29,9	651,72
PA	283.542	Marabá	176.155,0	198.849,8	232.071,8	200.340,0	213.118,6	69.216,0	143.902,5	32,5	67,5	6,4	24,9	34,5	34,5	751,63
RO	539.354	Porto Velho	332.821,2	325.847,8	312.173,0	336.270,1	394.324,6	123.569,4	270.755,1	31,3	68,7	17,3	26,1	23,1	23,1	731,11
RO	130.009	Ji-Paraná	68.570,9	76.751,9	72.198,9	73.147,0	84.633,7	70.590,2	14.043,5	83,4	16,6	15,7	32,4	17,3	17,3	650,98
RR	419.652	Boa Vista	217.010,1	202.869,4	224.375,4	245.889,2	256.171,2	102.946,1	153.225,1	40,2	59,8	4,2	18,3	19,3	19,3	610,44
RR	30.782	Rorainópolis	8.293,9	...	14.216,8	18.898,1	26.955,3	42,6	25,9	22,4	22,4	875,68
TO	306.296	Palmas	198.025,9	206.033,8	213.791,2	233.837,9	266.429,5	127.070,8	139.358,7	47,7	52,3	13,9	22,1	21,1	21,1	869,84
TO	183.381	Araguaína	100.401,4	104.587,8	113.799,1	112.097,1	157.593,5	101.327,8	56.265,6	64,3	35,7	40,6	28,1	26,2	26,2	859,38
57.373.527,6	34.867.573,3	Nordeste	34.867.573,3	37.772.666,2	38.614.521,0	45.745.454,1	26.800.147,6	18.945.306,5	58,6	41,4	18,5	28,3	23,1	23,1	23,1	797,36
AL	1.025.360	Maceió	700.482,4	729.767,7	860.860,6	778.058,9	792.065,8	516.962,4	275.103,4	65,3	34,7	1,8	32,1	21,3	21,3	772,48
AL	233.047	Arapiraca	213.251,6	219.339,0	253.709,3	251.900,1	280.346,7	232.291,9	48.054,7	82,9	17,1	11,3	40,5	25,8	25,8	1.202,96
BA	2.886.698	Salvador	1.505.799,6	1.480.198,3	1.577.427,7	1.594.019,0	1.838.151,7	999.976,9	838.174,7	54,4	45,6	15,3	25,1	22,2	22,2	636,77
BA	619.609	Feira de Santana	380.346,2	405.354,8	415.356,9	396.270,9	487.766,4	256.519,5	231.246,9	52,4	47,4	23,1	36,4	35,0	35,0	787,22
BA	341.128	Vitória da Conquista	246.224,6	233.120,2	249.859,8	263.068,1	258.095,2	174.227,6	83.867,6	67,5	32,5	-1,9	32,5	26,6	26,6	756,59
BA	304.302	Camaçari	212.042,0	215.648,6	255.491,0	247.525,7	318.170,8	81.763,4	236.407,3	25,7	74,3	28,5	21,2	23,7	23,7	1.045,58
CE	2.686.612	Fortaleza	1.974.826,5	2.132.269,2	2.103.632,2	2.364.033,4	2.715.320,8	1.402.244,4	1.313.076,3	51,6	48,4	14,9	31,9	28,7	28,7	1.010,69
CE	365.212	Caucaia	122.904,8	156.066,2	190.901,1	183.519,3	216.784,6	110.112,7	106.671,9	50,8	49,2	18,1	22,4	27,4	27,4	593,59
CE	276.264	Juazeiro do Norte	141.654,7	147.418,1	149.988,2	170.575,4	104.841,1	65.734,2	61,5	38,5	13,7	26,4	25,3	25,3	617,44	
MA	1.108.975	São Luís	932.287,0	879.651,0	930.681,2	968.291,1	974.613,1	473.396,6	501.216,5	48,6	51,4	0,7	28,2	21,6	21,6	878,84
MA	259.367	Imperatriz	252.582,6	226.795,6	294.391,9	318.164,2	308.887,2	168.903,7	139.983,5	54,7	45,3	-2,9	34,0	35,0	35,0	1.191,06
PB	817.511	João Pessoa	730.426,4	759.863,5	741.325,8	725.532,0	765.849,2	581.334,1	184.515,0	75,9	24,1	5,6	35,4	21,1	21,1	936,81
PB	411.807	Campina Grande	330.150,5	322.738,8	323.767,1	329.626,4	405.886,9	290.163,0	115.723,9	71,5	28,5	23,1	36,5	22,3	22,3	985,62
PE	1.653.461	Recife	1.081.596,6	1.116.112,5	1.163.672,5	1.185.160,2	1.548.576,9	601.093,1	947.483,7	38,8	61,2	30,7	29,4	23,2	23,2	936,57
PE	706.667	Jaboatão dos Guararapes	289.669,2	294.087,6	300.678,9	303.306,1	329.071,9	208.039,6	121.032,3	63,2	36,8	8,5	25,0	17,1	17,1	465,54
PE	393.115	Olinda	148.832,0	136.909,8	145.310,0	150.910,2	157.967,5	102.502,9	55.464,6	64,9	35,1	4,7	24,3	17,9	17,9	401,84
PE	365.278	Caruaru	183.817,9	178.689,9	184.935,9	199.465,4	204.764,8	130.865,4	73.899,5	63,9	36,1	2,7	25,2	20,9	20,9	560,57
PE	354.317	Petrolina	124.913,2	104.891,6	134.618,1	142.029,7	159.081,4	139.351,6	19.729,9	87,6	12,4	12,0	19,8	16,8	16,8	448,98
PE	334.772	Paulista	84.364,2	88.665,8	90.391,4	98.445,9	107.976,3	65.397,2	42.579,1	60,6	39,4	9,7	19,2	17,7	17,7	322,92
PI	868.075	Teresina	1.152.748,6	1.098.207,9	1.141.039,3	1.160.285,8	1.509.702,1	605.154,9	904.547,3	40,1	59,9	30,1	45,1	42,2	42,2	1.739,14
PI	153.482	Parnaíba	93.970,4	100.044,9	100.135,2	102.392,4	137.099,0	102.303,3	34.795,7	74,6	25,4	33,9	33,6	16,7	16,7	893,26
RN	890.480	Natal	742.767,8	753.900,0	736.358,6	765.323,6	900.740,1	459.797,4	440.942,1	51,0	49,0	17,7	35,5	30,7	30,7	1.011,52
RN	300.618	Mossoró	202.416,5	217.784,6	230.098,7	226.786,6	281.983,5	160.021,4	120.962,1	56,7	43,3	24,3	35,4	31,3	31,3	938,01
SE	664.908	Aracaju	581.500,3	544.106,3	468.999,0	424.650,2	525.842,8	317.941,6	207.901,2	60,5	39,5	23,8	28,1	22,3	22,3	790,85
SE	185.706	Nossa Senhora do Socorro	64.159,1	71.970,6	71.523,9	83.820,7	...	52.455,2	27,9	27,9	...
13.449.154	11.219.310,6	Centro-Oeste	11.219.310,6	11.378.338,8	11.744.928,5	12.283.814,3	14.327.679,6	7.537.260,8	6.790.418,8	52,6	47,4	16,6	29,2	23,9	23,9	1.065,32
GO	1.536.097	Goiânia	1.449.854,1	1.380.555,4	1.241.067,6	1.374.903,8	1.593.658,5	1.011.839,7	581.818,8	63,5	36,5	15,9	29,8	19,9	19,9	1.037,47
GO	590.146	Aparecida de Goiânia	370.237,0	336.718,9	371.386,7	431.147,5	507.992,8	359.338,7	148.654,1	70,7	29,3	17,8	39,8	22,1	22,1	860,79
GO	391.772	Anápolis	317.431,2	321.889,1	303.994,0	359.313,7	419.030,5	232.448,7	186.581,8	55,5	44,5	16,6	31,7	24,2	24,2	1.069,58
MT	618.124	Cuiabá	737.322,2	852.309,2	833.408,4	773.626,4	987.198,4	571.530,1	415.668,3	57,9	42,1	27,6	37,5	34,7	34,7	1.597,09
MT	287.526	Várzea Grande	146.079,9	151.625,9	162.285,7	183.729,0	182.442,6	101.445,3	80.997,2	55,6	44,4	-0,7	23,0	26,5	26,5	634,53
MS	906.079	Campo Grande	1.208.297,6	1.411.013,2	1.352.842,8	1.424.229,4	1.488.563,1	904.376,5	584.186,6	60,8	39,2	4,5	38,2	25,4	25,4	1.642,84
MS	225.495	Dourados	233.172,5	247.080,9	249.795,4	275.196,8	214.403,4	190.766,3	23.637,1	89,0	11,0	-22,1	26,9	28,0	28,0	950,81
89.012.420	74.971.679,5	Sudeste	74.971.679,5	75.375.776,8	77.286.493,6	80.506.102,9	91.979.178,5	38.140.074,1	53.839.493,4	41,5	58,5	14,3	26,9	24,6	24,6	1.033,33
ES	365.855	Vitória	278.979,5	275.723,0	284.592,0	290.708,1	298.040,0	80.949,4	217.090,6	27,2	72,8	2,5	16,0	18,3	18,3	814,64
ES	527.240	Serra	232.234,9	230.624,9	232.897,0	295.497,6	316.156,1	161.084,0	130.026,7	31,0	69,0	7,0	21,1	23,6	23,6	599,64
ES	501.325	Vila Velha	149.207,3	140.473,1	157.438,8	165.068,9	191.110,7	61.884,0	118.026,7	32,0	68,0	15,8	17,9	21,9	21,9	38

UF	População 2020	Região e município	em R\$ mil corrigidos pelo IPCA médio de 2020										Gasto com saúde com rec. próprios 2020 (C=A-B)	Parti. na despesa total 2020	Variação 2020/2019	C/A	B/A	Parti. da rec. de impostos aplic. em saúde* 2020	Despesa com saúde per capita em R\$
			2016	2017	2018	2019	2020 (A)	Receita SUS 2020 (B)	2020 (A-B)	em %									
MG	699.997	Uberlândia	558.151,9	617.516,1	607.756,2	674.505,5	838.102,5	333.437,9	504.664,6	39,8	60,2	24,3	31,6	30,1	1.198,84				
MG	668.949	Contagem	457.560,9	494.210,0	537.678,6	524.874,7	531.025,7	292.983,9	338.441,8	46,4	53,6	20,2	29,7	29,7	943,31				
MG	573.285	Juiz de Fora	645.488,9	641.830,5	659.675,8	618.164,2	709.976,6	620.388,2	189.588,4	73,3	26,7	14,9	41,5	25,6	1.238,44				
MG	444.784	Betim	488.239,9	507.007,8	538.215,6	545.481,9	641.245,2	254.094,9	387.150,2	39,6	60,4	17,6	35,2	32,9	1.441,70				
MG	413.487	Montes Claros	171.677,4	150.678,9	309.832,4	387.798,9	482.637,9	447.047,7	35.590,2	92,6	7,4	24,5	46,0	19,7	1.167,24				
MG	338.197	Ribeirão das Neves	161.647,5	158.264,0	164.337,6	145.074,3	173.642,8	94.738,2	78.904,6	54,6	45,4	19,7	34,4	28,6	513,44				
MG	337.092	Uberaba	269.198,4	246.162,2	273.001,9	290.557,9	327.667,1	206.453,7	139.817,4	59,6	40,4	18,3	26,5	22,0	1.027,23				
MG	281.046	Governador Valadares	252.676,6	271.144,2	274.053,9	292.785,9	327.665,7	267.421,9	60.243,8	81,6	18,4	12,8	33,5	22,0	1.165,88				
RJ	6.747.815	Rio de Janeiro	5.464.361,4	5.150.097,3	4.957.985,8	4.814.370,0	4.908.212,8	2.393.914,7	2.514.298,1	48,8	51,2	1,9	19,5	16,8	727,38				
RJ	1.091.737	São Gonçalo	353.152,0	369.720,8	367.720,8	414.502,4	537.580,4	345.388,4	192.192,0	64,2	35,8	29,4	31,9	35,8	492,41				
RJ	924.624	Duque de Caxias	597.991,3	661.971,8	661.971,8	710.773,3	912.359,0	31,9	11,3	986,74				
RJ	823.302	Nova Iguaçu	499.472,1	440.231,1	397.989,7	463.917,5	545.962,2	544.038,1	1.924,1	99,6	0,4	17,7	30,4	24,1	663,14				
RJ	515.317	Niterói	487.165,2	496.499,3	550.249,6	539.812,6	708.680,3	233.145,7	475.534,5	32,9	67,1	31,3	19,6	17,9	1.375,23				
RJ	1.113.118	Belford Roxo	181.014,0	155.644,7	179.856,8	180.788,4	267.320,4	282.922,9	38.397,5	85,6	14,4	47,9	32,1	24,4	520,97				
RJ	511.168	Campos dos Goytacazes	863.444,2	785.418,5	829.775,1	887.154,9	800.768,7	281.605,4	519.163,3	35,2	64,8	-9,7	46,7	68,8	1.566,55				
RJ	472.906	São João de Meriti	149.258,5	173.653,5	...	263.771,7	276.475,6	221.535,9	54.939,7	80,1	19,9	4,8	34,7	31,5	584,63				
RJ	306.678	Petropolis	353.664,0	362.595,8	378.365,2	391.169,1	430.763,9	268.627,0	162.133,9	62,4	37,6	10,1	36,6	30,4	1.404,61				
RJ	273.988	Volta Redonda	256.706,7	288.933,6	274.366,7	274.958,1	336.738,7	193.228,2	143.510,5	57,4	42,6	22,5	31,3	35,0	1.229,03				
SP	12.325.232	São Paulo	11.076.101,3	11.384.126,2	10.878.074,9	11.450.471,6	13.541.988,6	3.305.174,9	10.236.813,8	24,4	75,6	18,3	21,9	21,8	1.098,72				
SP	1.392.121	Guarulhos	1.013.031,5	1.195.056,6	1.182.939,2	1.116.583,1	1.117.523,4	345.916,4	771.607,0	0,1	99,0	0,1	27,5	26,2	802,75				
SP	1.213.792	Campinas	1.401.164,5	1.376.709,1	1.323.251,4	1.371.651,4	1.465.046,6	803.858,8	961.187,8	34,4	65,6	6,8	27,1	26,3	1.207,00				
SP	844.483	São Bernardo do Campo	1.68.213,0	1.148.284,2	1.183.984,3	1.121.634,1	1.412.540,7	581.779,2	830.761,5	41,2	58,8	25,9	31,1	24,8	1.672,67				
SP	729.737	São José dos Campos	691.320,2	682.426,5	699.782,2	722.462,2	785.962,5	215.667,7	570.294,9	27,4	72,6	8,8	25,4	28,8	1.077,05				
SP	721.368	Santo André	608.912,2	545.045,2	541.076,1	562.703,8	731.922,0	211.045,8	520.876,2	28,8	71,2	30,1	26,1	32,1	1.014,63				
SP	711.825	Ribeirão Preto	651.854,1	645.199,0	693.111,5	678.760,8	716.120,3	256.468,0	459.652,3	35,8	64,2	5,5	25,2	22,0	1.006,03				
SP	699.944	Osasco	603.351,6	586.715,4	613.404,9	685.338,1	750.732,8	90.906,4	659.826,4	12,1	87,9	9,5	26,9	31,1	1.072,56				
SP	687.357	Sorocaba	573.852,0	610.442,8	604.266,4	587.417,7	652.841,7	206.039,0	446.802,8	31,6	68,4	11,1	23,6	27,8	949,79				
SP	477.552	Mauá	334.954,5	319.032,2	310.127,1	312.749,1	342.980,8	141.961,3	201.019,5	41,4	58,6	9,7	29,1	27,7	718,21				
SP	464.983	São José do Rio Preto	349.692,3	359.260,9	389.242,8	427.963,1	440.633,5	222.628,4	218.005,1	50,5	49,5	3,0	23,2	28,1	947,63				
SP	430.785	Mogi das Cruzes	305.817,1	322.525,9	322.355,0	328.699,1	392.399,4	169.064,0	223.335,5	43,1	56,9	19,4	25,0	21,6	870,48				
SP	433.656	Santos	616.366,5	595.523,4	558.156,1	646.663,1	745.712,5	321.810,9	423.901,6	43,2	56,8	15,3	25,7	22,8	1.719,59				
SP	426.757	Diadema	427.453,4	420.765,1	395.061,9	402.304,6	430.758,9	121.988,0	308.771,0	28,3	71,7	7,1	33,7	27,4	1.009,38				
SP	423.006	Jundiaí	535.175,8	517.911,8	518.932,5	556.078,7	600.225,9	194.418,0	405.808,0	32,4	67,6	7,9	26,6	26,2	1.418,95				
SP	407.252	Piracicaba	418.815,2	428.960,0	424.439,9	432.276,3	451.831,9	201.696,2	250.135,6	44,6	55,4	4,5	26,9	25,3	1.109,47				
SP	403.187	Campicuilba	131.053,7	122.906,6	146.629,7	143.125,9				
SP	379.297	Bauru	217.374,6	229.958,7	221.389,0	243.224,9	244.919,1	83.641,3	161.277,8	34,2	65,8	0,7	20,2	33,5	645,72				
30.192.315	Sul	24.543.168,9	24.958.590,1	26.143.715,2	26.954.979,2	30.047.660,5	14.338.620,1	15.709.040,4	47,7	52,3	11,5	26,5	22,3	22,3	995,21				
PR	1.948.626	Curitiba	1.757.316,6	1.839.235,6	1.789.275,4	1.926.478,1	2.106.271,9	1.310.056,8	796.215,1	62,2	37,8	9,3	25,3	20,1	1.080,90				
PR	575.377	Londrina	651.158,8	666.742,6	698.904,9	734.493,1	799.692,2	453.822,5	345.869,7	56,7	43,3	8,9	36,2	26,3	1.389,86				
PR	430.157	Maringá	427.031,2	467.929,2	546.473,7	514.001,6	526.638,6	376.728,4	149.910,2	71,5	28,5	2,5	31,7	19,8	1.224,29				
PR	355.336	Ponta Grossa	207.685,4	218.510,1	198.862,8	216.726,2	216.726,2	57.257,3	159.468,9	26,4	73,6	9,0	22,1	19,5	609,92				
PR	332.333	Cascavel	204.864,2	219.108,2	265.878,7	278.786,4	301.112,4	99.584,9	201.527,5	33,1	66,9	8,0	28,0	32,8	906,06				
PR	379.058	São José dos Pinhais	309.774,4	197.111,4	230.526,0	282.754,5	300.738,1	84.670,6	216.067,5	28,2	71,8	6,4	29,9	25,4	913,94				
PR	258.248	Foz do Iguaçu	264.378,9	277.250,6	292.217,4	325.386,2	370.275,7	152.688,8	217.586,8	41,2	58,8	13,8	32,8	24,6	1.433,80				
RS	1.488.252	Porto Alegre	1.741.320,9	1.775.630,7	1.478.405,3	1.544.254,1	1.902.409,8	1.321.524,0	580.885,8	69,5	30,5	23,2	29,3	18,1	1.278,28				
RS	517.451	Caxias do Sul	505.938,6	502.116,3	532.244,8	528.893,8	592.372,6	263.987,0	328.385,6	44,6	55,4	12,0	30,4	25,8	1.144,79				
RS	348.208	Canoas	497.263,1	485.292,6	516.895,5	521.559,5	558.019,7	378.508,3	179.511,4	67,8	32,2	7,0	32,9	16,4	1.602,55				
RS	343.132	Pelotas	265.096,0	280.653,9	272.491,1	266.430,9	306.686,2	238.346,9	68.339,4	77,7	22,3	15,1	29,6	16,4	893,79				
RS	283.677	Santa Maria	122.281,6	120.939,7	128.478,5	125.375,6	133.731,5	48.749,3	84.982,2	36,5	63,5	6,7	19,6	18,4	471,42				
RS	283.620	Gravataí	195.420,5	202.391,4	206.425,1	218.922,2	229.190,9	102.832,7	126.358,2	44,9	55,1	4,7	25,4	26,6	808,09				
RS	256.302	Viamão	64.793,6	71.680,1	80.719,8	95.297,4	78.056,2	0,0	100,0	-1,1	16,4	21,6	304,55				
SC	508.826	Florianópolis	338.759,9	330.584,7	337.590,7	362.698,7	380.609,2	156.075,3	224.534,0	41,0	59,0	4,9	18,6	17,6	748,01				
SC	597.658	Joinville	717.409,1	644.861,0	635.778,1	678.205,9	807.363,3	322.697,9	484.665,4	40,0	60,0	19,0	36,9	38,8	1.350,88				
SC	361.855	Blumenau	391.144,5	378.702,1	473.477,6	417.087,9	488.044,1	298.277,6	189.766,5	61,1	38,9	17,0	30,4	26,7	1.348,73				
83.116.849	Cidades selecionadas	66.936.870,4	67.353.333,2	67.586.841,1	70.307.257,7	79.849.534,9	37.563.369,6	42.286.165,3	47,0	53,0	13,6	27,0	23,3	23,3	960,69				
31.794.649	Até 20 mil habitantes	23.885.209,5	24.071.742,1	26.559.015,0	26.812.383,0	31.625.541,9	15.143.995,4	16.481.546,5	47,9	52,1	18,0	26,6	22,8	22,8	994,68				
47.479.406	Capitais	39.633.209,6																	

Despesa com saúde | RANKING 2020

Posição	UF	Município	Despesa com saúde	População 2020	Ranking pop. 2020
			em R\$		
1°	SP	São Paulo	13.541.988.649,31	12.325.232	1°
2°	RJ	Rio de Janeiro	4.908.212.818,29	6.747.815	2°
3°	MG	Belo Horizonte	4.151.023.333,12	2.521.564	5°
4°	CE	Fortaleza	2.715.320.773,40	2.686.612	4°
5°	PR	Curitiba	2.106.271.850,59	1.948.626	7°
6°	RS	Porto Alegre	1.902.409.803,09	1.488.252	11°
7°	BA	Salvador	1.838.151.666,97	2.886.698	3°
8°	GO	Goiânia	1.593.658.478,42	1.536.097	9°
9°	PE	Recife	1.548.576.876,86	1.653.461	8°
10°	PI	Teresina	1.509.702.139,54	868.075	20°
11°	MS	Campo Grande	1.488.563.092,03	906.092	18°
12°	SP	Campinas	1.465.046.602,74	1.213.792	13°
13°	SP	São Bernardo do Campo	1.412.540.741,00	844.483	21°
14°	AM	Manaus	1.158.660.943,21	2.219.580	6°
15°	SP	Guarulhos	1.117.523.443,09	1.392.121	12°
16°	MT	Cuiabá	987.198.390,28	618.124	34°
17°	MA	São Luís	974.613.138,03	1.108.975	14°
18°	RJ	Duque de Caxias	912.358.999,22	924.624	17°
19°	RN	Natal	900.740.101,74	890.480	19°
20°	SP	Barueri	840.697.110,43	276.982	102°
21°	MG	Uberlândia	838.102.518,41	699.097	29°
22°	SC	Joinville	807.363.260,21	597.658	35°
23°	RJ	Campos dos Goytacazes	800.768.692,30	511.168	46°
24°	PR	Londrina	799.692.232,10	575.377	37°
25°	AL	Maceió	792.065.782,48	1.025.360	16°
26°	SP	São José dos Campos	785.962.531,70	729.737	24°
27°	PB	João Pessoa	765.849.157,28	817.511	23°
28°	SP	Osasco	750.732.778,75	699.944	28°
29°	SP	Santos	745.712.507,37	433.656	54°
30°	SP	Santo André	731.922.033,35	721.368	25°
31°	SP	Ribeirão Preto	716.120.259,77	711.825	26°
32°	MG	Juiz de Fora	709.976.570,10	573.285	38°
33°	RJ	Niterói	708.680.261,82	515.317	43°
34°	SP	Sorocaba	652.841.747,88	687.357	30°
35°	MG	Betim	641.245.192,25	444.784	53°
36°	MG	Contagem	631.025.707,57	668.949	31°
37°	RJ	Macaé	622.357.447,44	261.501	108°
38°	SP	Jundiaí	600.225.934,19	423.006	57°
39°	RS	Caxias do Sul	592.372.573,30	517.451	42°
40°	RJ	Maricá	586.080.994,96	164.504	180°
41°	RS	Canoas	558.019.671,37	348.208	77°
42°	RJ	Nova Iguaçu	545.962.181,20	823.302	22°
43°	RJ	São Gonçalo	537.580.438,93	1.091.737	15°
44°	PR	Maringá	526.638.565,67	430.157	55°
45°	SE	Aracaju	525.842.803,89	664.908	32°
46°	GO	Aparecida de Goiânia	507.992.849,26	590.146	36°
47°	SC	Blumenau	488.044.099,40	361.855	73°
48°	BA	Feira de Santana	487.766.404,96	619.609	33°
49°	MG	Montes Claros	482.637.911,49	413.487	59°
50°	SP	Piracicaba	451.831.871,94	407.252	62°
51°	SC	Itajaí	440.910.595,48	223.112	137°
52°	SP	São José do Rio Preto	440.633.501,47	464.983	51°

Posição	UF	Município	Despesa com saúde	População 2020	Ranking pop. 2020
			em R\$		
53°	RJ	Petrópolis	430.763.909,31	306.678	89°
54°	SP	Diadema	430.758.939,36	426.757	56°
55°	SP	Guarujá	424.512.399,50	322.750	86°
56°	SP	São Caetano do Sul	423.950.383,32	161.957	183°
57°	RJ	Angra dos Reis	422.622.606,96	207.044	151°
58°	GO	Anápolis	419.030.529,73	391.772	65°
59°	PB	Campina Grande	405.886.877,54	411.807	61°
60°	RO	Porto Velho	394.324.569,28	539.354	39°
61°	SP	Mogi das Cruzes	392.399.421,69	450.785	52°
62°	MG	Ipatinga	392.276.184,91	265.409	107°
63°	SC	Florianópolis	380.609.214,28	508.826	47°
64°	SP	Praia Grande	370.295.085,03	330.845	84°
65°	PR	Foz do Iguaçu	370.275.670,07	258.248	110°
66°	PA	Parauapebas	367.252.862,39	213.576	143°
67°	SP	Araraquara	359.244.339,70	238.339	127°
68°	SP	Paulínia	354.973.976,99	112.003	287°
69°	MT	Rondonópolis	353.843.778,73	236.042	128°
70°	MG	Uberaba	346.271.092,74	337.092	81°
71°	SP	Mauá	342.980.837,07	477.552	49°
72°	RJ	Volta Redonda	336.738.737,42	273.988	105°
73°	PE	Jaboatão dos Guararapes	329.071.870,51	706.867	27°
74°	MG	Governador Valadares	327.665.713,20	281.046	101°
75°	SP	Taubaté	324.013.213,62	317.915	87°
76°	BA	Canaçari	318.170.788,05	304.302	92°
77°	PA	Ananindeua	317.851.079,21	535.547	40°
78°	ES	Serra	316.156.086,56	527.240	41°
79°	SC	Chapecó	315.910.614,04	224.013	136°
80°	MA	Imperatriz	308.887.187,56	259.337	109°
81°	SP	Indaial	307.838.412,29	256.223	112°
82°	RS	Pelotas	306.686.249,11	343.132	78°
83°	BA	Itabuna	303.904.116,25	213.685	142°
84°	PR	Cascavel	301.112.404,13	332.333	83°
85°	PR	São José dos Pinhais	300.738.072,64	329.058	85°
86°	CE	Sobral	300.168.406,81	210.711	147°
87°	ES	Vitória	298.040.038,19	365.855	70°
88°	MG	Sete Lagoas	287.933.685,03	241.835	121°
89°	RS	Novo Hamburgo	286.617.037,16	247.032	116°
90°	RN	Mossoró	281.983.540,56	300.618	93°
91°	AL	Arapiraca	280.346.669,09	233.047	131°
92°	SC	Criciúma	278.938.656,24	217.311	141°
93°	RJ	São João de Meriti	276.475.552,80	472.906	50°
94°	SP	Limeira	273.599.462,89	308.482	88°
95°	RJ	Belford Roxo	267.320.378,41	513.118	44°
96°	SC	Balneário Camboriú	266.501.582,79	145.796	204°
97°	TO	Palmas	266.429.496,25	306.296	91°
98°	SP	São Vicente	262.040.375,94	368.355	69°
99°	SP	Marília	259.356.775,59	240.590	124°
100°	BA	Vitória da Conquista	258.095.222,02	341.128	79°

	Total dos 100 maiores	83.287.082.132,61	78.889.898	..
	Total dos demais	111.695.227.805,88	129.807.544	..
	Total dos municípios	194.982.309.938,49	208.697.442	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Despesa com saúde per capita | RANKING 2020

Posição	UF	Município	Desp. com saúde per capita	Despesa com saúde		População 2020	Ranking pop. 2020
				em R\$			
1º	SP	Borá	4.836,70	4.053.154,87		838	5567º
2º	ES	Presidente Kennedy	4.719,68	55.022.073,13		11.658	2787º
3º	SP	Ilhabela	4.504,85	160.332.213,54		35.591	958º
4º	MG	Serra da Saudade	4.241,49	3.291.398,76		776	5568º
5º	SP	Uru	4.121,54	4.752.135,61		1.153	5562º
6º	PA	Canaã dos Carajás	4.090,27	155.851.518,67		38.103	900º
7º	RJ	São João da Barra	3.890,37	141.699.030,01		36.423	938º
8º	RN	Guamaré	3.609,18	57.613.402,08		15.963	2196º
9º	RJ	Maricá	3.562,72	586.080.994,96		164.504	180º
10º	MG	Cedro do Abaeté	3.450,26	3.991.951,38		1.157	5561º
11º	RO	Pimenteiras do Oeste	3.444,49	7.398.768,75		2.148	5398º
12º	GO	Alto Horizonte	3.410,35	22.525.376,02		6.605	3827º
13º	PA	Jacareacanga	3.405,04	25.844.235,63		7.590	3572º
14º	GO	São João da Paraúna	3.395,55	4.567.010,15		1.345	5552º
15º	RJ	Vassouras	3.377,84	125.260.331,58		37.083	926º
16º	AM	Japurá	3.329,61	7.494.956,58		2.251	5369º
17º	RS	Engenho Velho	3.252,30	3.193.755,97		982	5565º
18º	GO	Campos Verdes	3.245,56	5.939.374,26		1.830	5479º
19º	MG	Brumadinho	3.220,39	130.960.475,93		40.666	842º
20º	RS	Pinhal da Serra	3.186,26	6.111.254,86		1.918	5464º
21º	SP	Paulínia	3.169,33	354.973.976,99		112.003	287º
22º	MG	Grupiara	3.165,24	4.390.184,36		1.387	5550º
23º	MG	Água Comprida	3.150,13	6.275.063,75		1.992	5439º
24º	PR	Altamira do Paraná	3.141,43	5.283.878,17		1.682	5508º
25º	MG	Doresópolis	3.108,19	4.764.861,57		1.533	5535º
26º	MG	Jeceaba	3.088,03	14.983.113,54		4.852	4377º
27º	MT	Araguainha	3.075,61	2.909.526,19		946	5566º
28º	GO	Diorama	3.043,78	7.545.536,45		2.479	5294º
29º	SP	Barueri	3.035,20	840.697.110,43		276.982	102º
30º	SC	Presidente Castello Branco	2.963,54	4.584.603,50		1.547	5533º
31º	RN	Severiano Melo	2.934,01	6.126.217,39		2.088	5415º
32º	MS	Figueirão	2.917,83	8.925.641,71		3.059	5068º
33º	RJ	Macuco	2.907,08	16.346.533,55		5.623	4111º
34º	SC	Santiago do Sul	2.901,95	3.583.907,24		1.235	5559º
35º	RS	União da Serra	2.885,70	3.226.207,14		1.118	5563º
36º	SC	Paial	2.882,66	4.249.043,96		1.474	5542º
37º	PB	Parari	2.870,90	5.047.049,36		1.758	5493º
38º	PI	Miguel Leão	2.841,53	3.529.182,77		1.242	5558º
39º	RN	São Bento do Norte	2.805,84	7.623.465,57		2.717	5206º
40º	MT	Ponte Branca	2.788,31	4.321.888,20		1.550	5532º
41º	SC	Marema	2.785,67	4.874.928,18		1.750	5495º
42º	SP	Gavião Peixoto	2.751,58	13.248.840,93		4.815	4396º
43º	RJ	Armação dos Búzios	2.717,66	93.696.828,24		34.477	1004º
44º	RJ	Porto Real	2.705,21	54.033.840,42		19.974	1789º
45º	RJ	Miguel Pereira	2.702,49	69.132.469,12		25.581	1397º
46º	MS	Selvíria	2.679,33	17.528.202,50		6.542	3847º
47º	MG	Conceição do Mato Dentro	2.667,02	46.680.803,63		17.503	2033º
48º	RS	Esteio	2.655,67	221.161.583,23		83.279	392º
49º	CE	Barbalha	2.655,31	162.579.597,17		61.228	541º
50º	SC	Flor do Sertão	2.649,36	4.183.337,05		1.579	5528º
51º	PR	Itaipulândia	2.635,78	30.008.350,13		11.385	2842º
52º	GO	Arenópolis	2.628,58	6.666.088,50		2.536	5274º
53º	SP	São Caetano do Sul	2.617,67	423.950.383,32		161.957	183º
54º	MG	Douradoquara	2.607,46	4.985.463,79		1.912	5465º
55º	PR	Jardim Olinda	2.597,63	3.428.870,12		1.320	5555º
56º	SP	Paulistânia	2.582,14	4.735.640,79		1.834	5478º
57º	PB	Quixabá	2.578,53	5.113.225,50		1.983	5442º
58º	RS	Capão Bonito do Sul	2.573,74	4.223.507,40		1.641	5514º
59º	BA	São Francisco do Conde	2.569,29	103.400.936,64		40.245	854º
60º	RS	Guabiju	2.550,28	3.799.923,00		1.490	5541º
61º	RS	Boa Vista do Cadeado	2.546,92	6.285.787,28		2.468	5301º
62º	MT	Torixoréu	2.541,55	9.014.863,37		3.547	4883º
63º	MG	Nova Belém	2.540,69	7.947.271,89		3.128	5040º
64º	MG	Cachoeira Dourada	2.534,95	6.859.577,99		2.706	5209º
65º	RS	Vila Lângaro	2.530,50	5.263.441,46		2.080	5417º
66º	MT	Serra Nova Dourada	2.528,87	4.243.443,71		1.678	5509º
67º	RJ	São José de Ubá	2.528,57	18.220.883,19		7.206	3666º
68º	PR	São Pedro do Paraná	2.527,95	5.786.473,20		2.289	5353º
69º	MG	São Sebastião do Rio Preto	2.501,05	3.731.568,43		1.492	5540º
70º	RN	Rafael Godeiro	2.485,84	7.974.578,50		3.208	5002º
71º	MG	Itambê do Mato Dentro	2.473,41	5.085.337,32		2.056	5426º
72º	MG	Passa-Vinte	2.453,03	4.982.105,27		2.031	5431º
73º	MG	Alagoa	2.448,94	6.526.437,59		2.665	5222º
74º	PR	Santo Antônio do Paraíso	2.443,15	5.052.429,76		2.068	5419º
75º	RJ	Carapebus	2.442,98	40.519.244,99		16.586	2129º
76º	SC	Lajeado Grande	2.416,47	3.426.555,93		1.418	5548º
77º	RN	Galinhos	2.415,99	6.873.486,15		2.845	5145º
78º	RN	Tibau	2.410,49	9.979.447,97		4.140	4649º
79º	SP	Santana da Ponte Preta	2.394,92	3.513.341,05		1.467	5543º
80º	GO	Corrego do Ouro	2.393,13	5.480.264,20		2.290	5352º
81º	SP	Nova Castilho	2.392,48	3.057.591,95		1.278	5557º
82º	MG	Extrema	2.390,30	88.323.945,35		36.951	928º
83º	MG	Passabém	2.381,12	3.888.363,82		1.633	5516º
84º	RJ	Macacé	2.379,94	622.357.447,44		261.501	108º
85º	PR	Brasilândia do Sul	2.371,94	6.131.462,98		2.585	5254º
86º	SP	Monções	2.370,87	5.374.751,46		2.267	5360º
87º	MS	Taquarussu	2.369,23	8.500.791,68		3.588	4867º
88º	RS	Muliterno	2.368,66	4.493.348,66		1.897	5469º
89º	SP	Colômbia	2.367,62	14.717.127,14		6.216	3932º
90º	MG	Senador José Bento	2.364,09	3.453.938,61		1.461	5544º
91º	SP	Pontes Gestal	2.362,43	6.087.981,16		2.577	5258º
92º	SC	Tigrinhos	2.357,74	3.817.173,29		1.619	5520º
93º	MT	Itaúba	2.353,03	8.715.628,89		3.704	4823º
94º	SP	Fernão	2.347,34	4.053.850,13		1.727	5500º
95º	GO	Guarinos	2.345,88	4.074.791,80		1.737	5497º
96º	BA	Maetinga	2.343,96	6.478.712,65		2.764	5181º
97º	MG	Olaria	2.337,91	4.021.209,84		1.720	5503º
98º	MS	Jateí	2.331,64	9.375.518,84		4.021	4700º
99º	RS	Ipiranga do Sul	2.329,32	4.379.114,07		1.880	5471º
100º	PR	Nova Aliança do Ivaí	2.326,31	3.608.111,78		1.551	5531º
			Total dos 100 maiores	2.938,52	5.080.480.625,03	1.728.927	..
			Total dos demais	917,54	189.901.829.313,46	206.968.515	..
			Total dos municípios	934,28	194.982.309.938,49	208.697.442	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em 2021, 50 milhões de brasileiros vivem com menos de R\$ 178 mensais

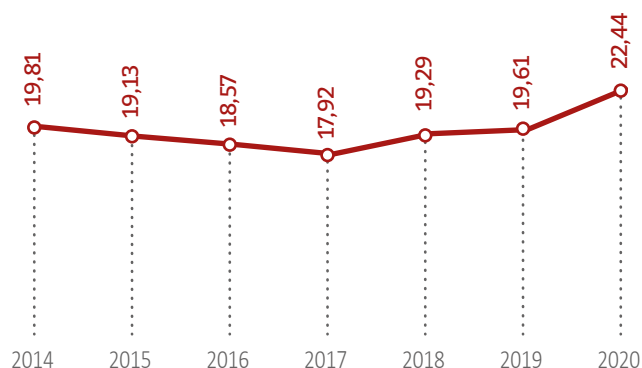
Municípios registram expressiva alta de 14,4% na despesa com assistência social. No recorte que inclui as 48 cidades com mais de 500 mil habitantes, aumento foi ainda maior, de 29,3%. Nos primeiros seis meses de 2021, mais de 1,5 milhão de pessoas passaram a viver em situação de extrema pobreza.

Desempenho em 2020

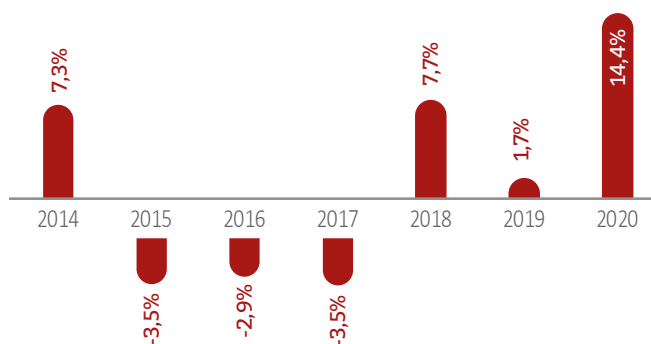
Para mitigar os severos efeitos sociais da pandemia da Covid-19, os municípios alocaram, em 2020, R\$ 22,44 bilhões na área da assistência social, 14,4% (R\$ 2,83 bilhões) a mais que o despendido em 2019, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio anual de 2020.

O acréscimo é fruto do esforço orçamentário das prefeituras e das transferências do Governo Federal por meio da Lei Complementar nº 173/2020, que resultou no aporte de R\$ 60 bilhões distribuídos a estados e municípios, em quatro parcelas, de junho a setembro. Aos entes locais foram transferidos R\$ 23 bilhões, sendo R\$ 20 bilhões de aplicação livre e R\$ 3 bilhões para emprego exclusivo em saúde e assistência social. Essa última parcela seguiu a proporção do tamanho populacional de cada município (sobre os auxílios financeiros, veja mais na página 25).

Evolução das despesas com assistência social em R\$ bilhões corrigidos pelo IPCA médio 2020

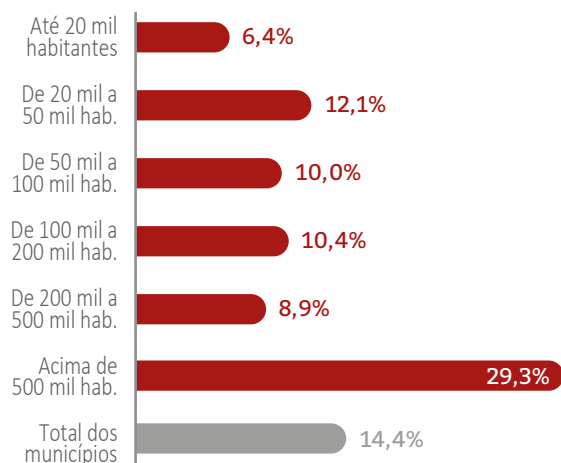


Taxa de crescimento real das despesas com assistência social em relação ao ano anterior



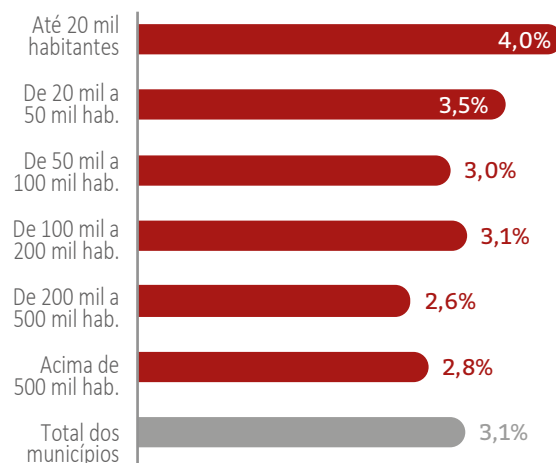
Os números apontam que a injeção de recursos adicionais em assistência social foi mais intensa nos grandes centros urbanos. Nos 48 municípios com mais de 500 mil habitantes, o aumento médio foi de 29,3%, o que representou incremento de R\$ 1,34 bilhão. Menor ampliação ocorreu em municípios com menos de 20 mil residentes, 6,4%. Nas demais faixas populacionais, a variação foi de 9% a 12%.

Taxa de crescimento real da despesa com assistência social por faixa populacional - 2020/2019



Historicamente, a despesa com assistência social tem uma presença relativamente tímida nos orçamentos municipais. Há pelo menos 19 anos, período da base de dados compilados por **Multi Cidades**, a participação dos desembolsos com a área se mantém próxima de 3% do custo total. Em 2020, apesar da expansão considerável, a participação foi de 3,1%. Seu peso é ligeiramente maior nos municípios de menor porte populacional, em média de 4% naqueles com até 20 mil habitantes.

Participação da despesa com assistência social na despesa total por faixa populacional - 2020



Despesa per capita

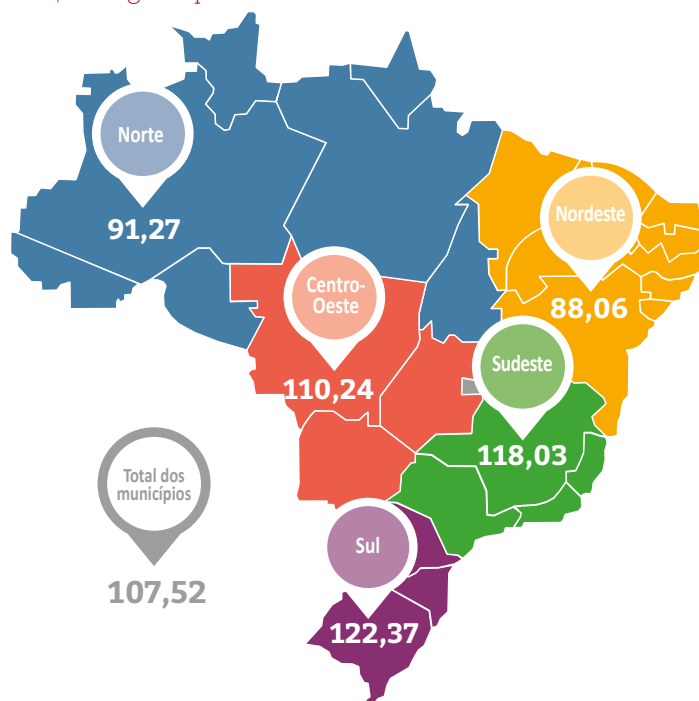
Os municípios destinaram para a assistência social, em média, R\$ 107,52 para cada habitante em 2020, o maior valor alcançado pela série histórica levantada por **Multi Cidades**.

Do ponto de vista territorial, paradoxalmente, os lugares com maior proporção de pessoas que mais necessitam da atenção do Estado são justamente aqueles que apresentam menor aplicação per capita de recursos na assistência social.

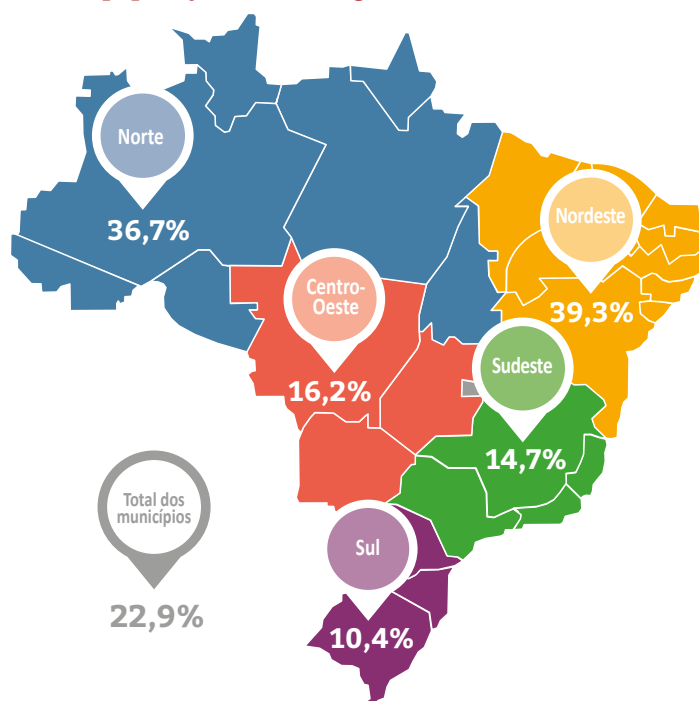
No Sul, onde a concentração de pobres e extremamente pobres no total dos residentes é de 10,4%, a menor entre todas as regiões brasileiras, o gasto com assistência social per capita foi de R\$ 122,37. No Sudeste, o percentual ficou em 14,7% e, no Centro-Oeste, em 16,2%, sendo a despesa por habitante nesses locais, respectivamente, de R\$ 118,03 e R\$ 110,24. Já entre os municípios do Nordeste (39,3%) e do Norte (36,7%), regiões que registram maior volume de pessoas mais vulneráveis, os dispêndios per capita atingem os menores níveis, de R\$ 88,06 e R\$ 91,27, respectivamente.

Despesa | Assistência social

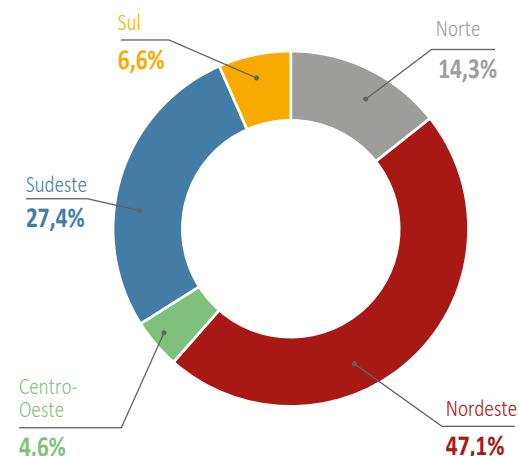
Despesa com assistência social per capita, por região - 2020
em R\$ corrigidos pelo IPCA médio de 2020



Participação da população pobre ou extremamente pobre na população total da região - 2020



Distribuição da população pobre e extremamente pobre nas regiões brasileiras - 2020



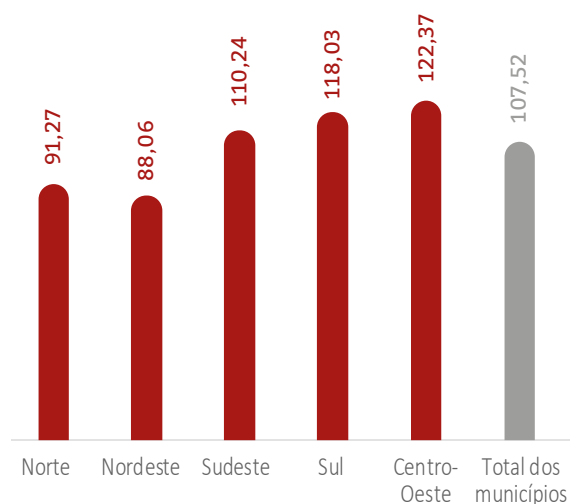
Caso toda a atenção dos municípios fosse concentrada nos segmentos mais vulneráveis da população e fosse utilizado um indicador da despesa com assistência social por pessoa em situação de pobreza e extrema pobreza, a disparidade entre as regiões seria muito mais alta. O valor médio de R\$ 224,25 desembolsado para cada pessoa em situação de vulnerabilidade no Nordeste não atingiu a metade (47,8%) da média nacional, que foi de R\$ 469,55. Na relação entre o Nordeste e o Sul, a razão foi de pouco mais de um quinto (21,2%). Ou seja, as cidades do Sul direcionaram para uma pessoa em situação de pobreza ou de extrema pobreza 4,7 vezes mais recursos que os municípios nordestinos.

Essa contradição é resultado da combinação de duas características dessas regiões. A primeira é a concentração de um grande contingente de pessoas vulneráveis, uma vez que Nordeste e Norte, juntos, possuíam 61,5% das pessoas consideradas pobres e extremamente pobres do país, ou seja, 29,4 milhões de indivíduos, em 2020. A segunda é o baixo nível da receita municipal per

capita dessas regiões. Enquanto a receita corrente per capita média do conjunto dos municípios do país foi de R\$ 3.429,46, a do Nordeste posicionou-se em R\$ 2.729,93 e a do Norte, em R\$ 2.737,36. As demais regiões fixaram-se acima da média nacional, em cerca de R\$ 3.800,00.

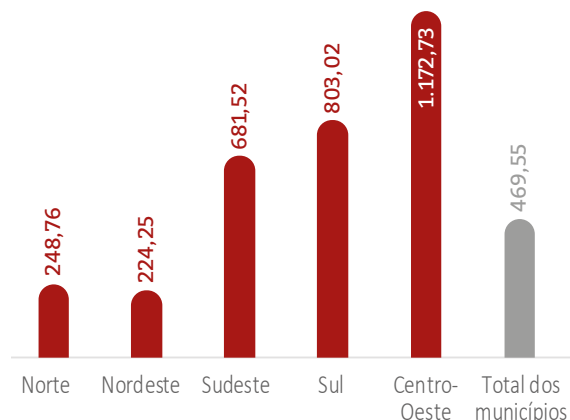
Despesa com assistência social per capita, por região - 2020

Em R\$ corrigidos pelo IPCA médio de 2020



Despesa com assistência social por pessoa em situação de pobreza ou extrema pobreza - 2020

Em R\$ corrigidos pelo IPCA médio de 2020



A assistência social no Brasil

Com a Constituição de 1988, a assistência social foi reconhecida como um direito do cidadão, um dever do Estado e uma política pública não contributiva e integrante da seguridade social. Foram criadas a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) e as Normas Operacionais Básicas (NOB), que tornaram a gestão da assistência social participativa e descentralizada e ampliaram as competências dos estados e dos municípios.

A partir de 2004, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) instituiu o Sistema Único de Assistência Social (Suas), e atualmente o país dispõe de uma rede de assistência em todos os municípios. O Suas é financiado por recursos das três esferas de governo e pela participação da Rede Socioassistencial Privada. Além dos serviços de proteção social básica que se constituem em programas, projetos, serviços e benefícios destinados à população em situação de vulnerabilidade social, o Suas conta com a proteção social especial de média e alta complexidade, voltada para pessoas que já se encontram em situação de risco ou tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, exploração sexual e trabalho infantil, entre outros casos.

A assistência social passou a gerir os programas de transferências de renda, como o Bolsa Família, e a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e dos Benefícios Eventuais, que visam a cobrir necessidades temporárias. A área realiza também a inclusão das pessoas no Cadastro Único, que é a base de dados para a distribuição de diversos benefícios e o instrumento que permite conhecer o cenário socioeconômico das famílias de baixa renda no Brasil.

Pobreza e programas de transferências de renda

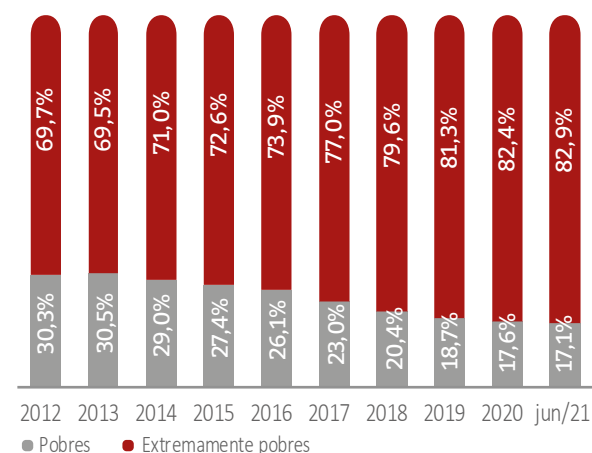
A principal fonte de dados sobre a população pobre utilizada para a definição de políticas governamentais no país foi consolidada por meio do Cadastro Único (CadÚnico), iniciativa instituída em 2001 para servir de base para os programas de transferência de renda que surgiam naquela época.

Pobres e extremamente pobres – De acordo com a metodologia adotada pelo governo, a situação dos brasileiros carentes se divide em dois estratos: pobre e extremamente pobre. O grupo da extrema pobreza é composto por pessoas residentes em domicílios que registram até R\$ 89 mensais de renda per capita, enquanto na faixa da pobreza essa cifra fica entre R\$ 89,01 e R\$ 178 mensais.

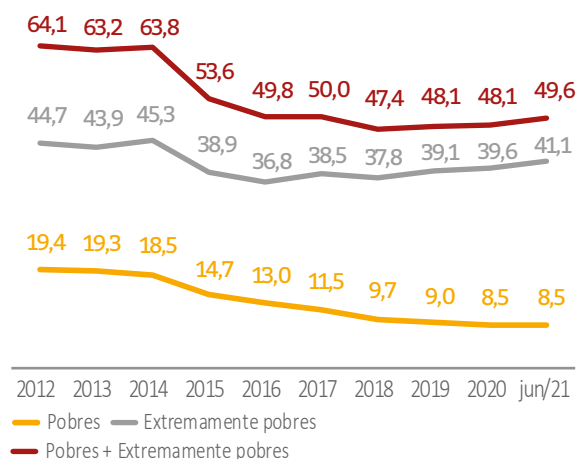
Em junho de 2021, o Brasil contava com 23,3% de sua população total (49,6 milhões de pessoas) em condições de pobreza e de extrema pobreza, um número 3,2% acima do registrado em dezembro de 2020, de 48,1 milhões. Desses 1.553.362 indivíduos que ingressaram na situação de vulnerabilidade, 98%, ou seja, 1.528.387, passaram para a extrema pobreza, enquanto o acréscimo na faixa dos pobres foi de 24.975 brasileiros.

A fatia dos extremamente pobres na população carente saltou de 69,7%, em dezembro de 2012, para 82,9%, em junho de 2021. Esses dados revelam as dificuldades do país em lidar com a extrema pobreza, ao mesmo tempo em que impõem desafios ainda maiores para as políticas sociais.

Distribuição dos pobres e extremamente pobres



Evolução da população pobre e extremamente pobre no Brasil em milhões de pessoas

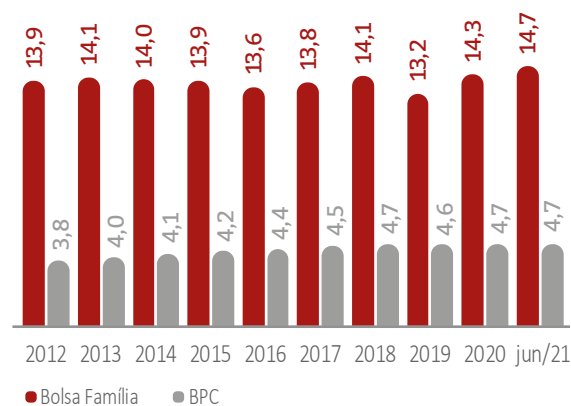


Beneficiários dos programas – O Brasil tem dois grandes programas de transferência de renda federais permanentes para a população mais vulnerável: o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Conforme o gráfico na página seguinte, o Bolsa Família contemplou de 13 milhões a 14 milhões de famílias ao longo dos últimos anos, atingindo

seu maior patamar em 2020 e 2021. O programa visa a garantir uma renda mínima para os mais pobres. O benefício financeiro é repassado diretamente às famílias com renda mensal de até R\$ 89,00 por pessoa, com ou sem crianças, e àquelas que têm entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 de rendimento por pessoa desde que possuam gestantes e crianças ou adolescentes.

Número de pessoas beneficiadas pelo Bolsa Família e pelo BPC em milhões



A quantia depende da composição da família. O valor básico mensal é de R\$ 89,00, porém, se a família possui gestante, nutriz, crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos de idade, pode receber também o Benefício Variável de R\$ 41,00 por indivíduo. É possível acumular, nesse caso, até cinco benefícios por mês, totalizando um suporte de R\$ 205,00. Se a família tem adolescentes de 16 e 17 anos, a cifra passa para R\$ 48,00, com direito a ter acesso a até dois benefícios, totalizando R\$ 96,00. A soma dos benefícios por família não pode ultrapassar R\$ 372,00 por mês.

Já o Benefício de Prestação Continuada (BPC) atendeu cerca de 4,7 milhões de pessoas nos últimos quatro anos. O auxílio, definido em um

salário mínimo mensal, é concedido pela Previdência Social às pessoas com deficiência e aos idosos com 65 anos ou mais, cuja renda por pessoa do grupo familiar seja inferior a um quarto do salário mínimo. Durante o período em que vigorou o estado de calamidade pública em razão da pandemia, a renda per capita do grupo familiar do beneficiário pôde ser ampliada para até meio salário mínimo (Lei nº 13.982/2020).

Auxílio Emergencial 2020 – O “Auxílio Emergencial”, medida excepcional de proteção social implementada pela Lei nº 13.982/2020 e pela Lei nº 13.998/2020, estabeleceu o pagamento de três parcelas de R\$ 600,00 ou de R\$ 1.200,00 (para os casos de famílias monoparentais) durante três meses a indivíduos que estivessem em situação mais vulnerável diante dos efeitos da crise socioeconômica e sanitária. Posteriormente, o governo brasileiro optou por prorrogar esse apoio por mais dois meses. O artigo 6º da Lei 13.982 já permitia o prolongamento do suporte, caso fosse constatada a continuidade ou aprofundamento da pandemia, por meio de ato do Poder Executivo.

Em setembro de 2020, terminada a extensão do auxílio, foi expedida a Medida Provisória nº 1.000/2020, instituindo o Auxílio Emergencial Residual. A partir dessa MP, a fatia da população elegível para o benefício receberia até quatro parcelas de R\$ 300,00, entregues até o dia 31 de dezembro de 2020.

A tabela na página seguinte, elaborada a partir dos dados divulgados pelo Ministério da Cidadania, apresenta os valores relativos a cada parcela do benefício e o número de pessoas elegíveis. Foram repassados R\$ 295,14 bilhões à população brasileira em 2020, sendo R\$ 231,51 bilhões de abril a agosto e mais R\$ 63,63 bilhões das quatro

Despesa | Assistência social

prestações derivadas do Auxílio Emergencial Residual de setembro a dezembro. O número de beneficiários chegou a 68 milhões de pessoas na primeira distribuição em abril. Com o refinamento da fiscalização, as parcelas posteriores foram sendo distribuídas a cada vez menos pessoas. A última cota do Auxílio Emergencial Residual foi enviada a 55 milhões de brasileiros.

A implementação do Auxílio Emergencial foi a principal medida governamental de sustentação da demanda agregada da economia brasileira em 2020, com a injeção do equivalente a 4% do PIB nacional. Mesmo assim, não livrou o consumo das famílias brasileiras de sofrer um tombo de 5,5% no ano, segundo os cálculos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Auxílio Emergencial ¹			
Parcela/Competência	Mês do repasse	Pessoas elegíveis em milhões de pessoas	Valor total dos repasses em R\$ bilhões
1ª Parcela	Abril	68,02	47,32
2ª Parcela	Maio	67,67	47,12
3ª Parcela	Junho	66,44	46,31
4ª Parcela	Julho	65,69	45,81
5ª Parcela	Agosto	64,34	44,95
			231,51

Auxílio Emergencial Residual ²			
Parcela/Competência	Mês do repasse	Pessoas elegíveis em milhões de pessoas	Valor total dos repasses em R\$ bilhões
Extensão	Setembro	43,63	13,54
	Outubro	50,50	15,70
	Novembro	54,92	17,14
	Dezembro	55,20	17,25

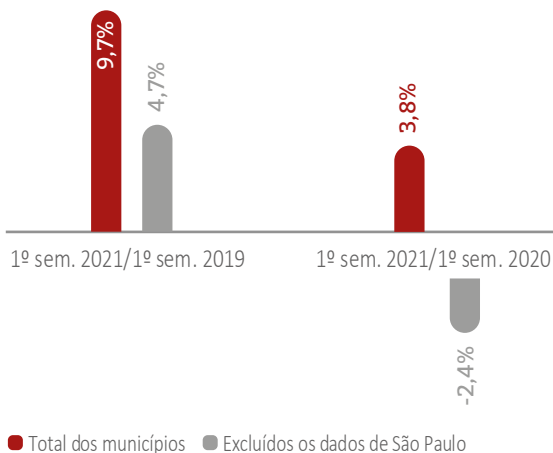
Fonte: Ministério da Cidadania, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (Sagi). ¹referente à Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, e Lei nº 13.998, de 14 de maio de 2020. ²referente à MP nº 1.000, de 2 de setembro de 2020.

Primeiro semestre de 2021

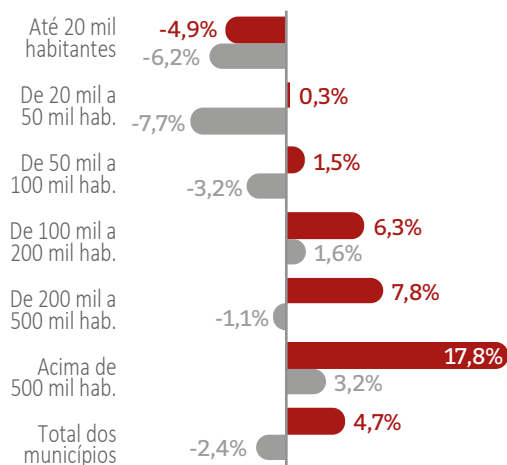
A alocação de recursos em assistência social cresceu no primeiro semestre de 2021 quando comparada ao mesmo período do ano anterior, com variação real de 3,8%. Em relação ao primeiro semestre de 2019, a expansão foi mais significativa, de 9,7%. Ressalte-se que esse movimento foi altamente influenciado pelas despesas da capital São Paulo, que aplicou em assistência social, no primeiro semestre de 2021, 62% a mais em relação ao despendido no mesmo período de 2020. Sem São Paulo, há um recuo de 2,4% no gasto com a área.

É interessante notar que a baixa foi puxada pelos municípios com até 100 mil habitantes. Já naqueles com porte populacional acima dessa faixa, a tendência geral foi de ascensão na despesa do primeiro semestre de 2021, na comparação com o mesmo semestre de 2020. Mesmo no grupo com população entre 200 mil e 500 mil residentes, em que houve uma queda de 1,1%, essa diminuição foi mais suave que a dos grupos de menor porte. No estrato dos 48 municípios onde o número de habitantes ultrapassa 500 mil, excluídos os dados de São Paulo, foi constatado o maior impulso entre todas as faixas, de 3,2%. Também no confronto entre o primeiro semestre de 2021 e o mesmo período de 2019, esse grupo se destacou com avanço de 17,8%.

Taxa de crescimento real da despesa com assistência social



Taxa de crescimento real da despesa com assistência social por faixa populacional*



* Excluídos os dados de São Paulo.

● 1º sem. 2021/1º sem. 2019 ● 1º sem. 2021/1º sem. 2020

Assistência social | 2016-2020

UF	População 2020	Região e município	2016	2017	2018	2019	2020	Variação 2020/2019	Part. desp. total 2020	Part. rec. corrente 2020	Assist. social per capita 2020
			em R\$ mil corrigidos pelo IPCA médio de 2020						em %	em R\$	
	18.672.591	Norte	1.252.763,0	1.384.521,9	1.478.269,1	1.496.107,5	1.704.283,1	13,9	3,2	3,3	91,27
AC	413.418	Rio Branco	20.910,9	21.144,9	22.581,7	24.396,8	22.908,0	-6,1	2,6	2,4	55,41
AC	89.072	Cruzeiro do Sul	4.606,8	3.791,0	5.859,1	5.916,4	6.829,2	15,4	3,3	3,7	76,67
AP	512.902	Macapá	12.104,2	17.520,9	14.756,7	14.284,8	26.257,9	83,8	2,2	2,7	51,19
AP	123.096	Santana	...	2.504,9	3.636,7	3.963,0	8.212,6	107,2	3,7	3,8	66,72
AM	2.219.580	Manaus	106.371,3	107.903,8	123.900,8	119.724,2	112.676,4	-5,9	1,8	2,1	50,76
AM	115.363	Parintins	...	6.057,4	7.527,2	6.684,0	9.982,4	49,3	3,7	3,9	86,53
PA	1.499.641	Belém	72.874,9	171.295,1	158.806,9	172.550,7
PA	535.547	Ananindeua	...	22.765,8	22.548,6	21.021,5	27.126,3	29,0	3,1	3,0	50,65
PA	306.480	Santarém	17.949,0	17.500,5	18.404,4	17.834,2	20.488,6	14,9	2,8	2,8	66,85
PA	283.542	Marabá	10.848,1	15.076,8	19.313,1	16.134,1	19.357,6	20,0	2,3	1,8	68,27
RO	539.354	Porto Velho	24.238,3	26.054,4	7.465,6	7.750,4	9.845,7	27,0	0,7	0,6	18,25
RO	130.009	Ji-Paraná	4.695,0	5.055,3	5.611,6	5.355,9	6.268,8	17,0	2,4	1,9	48,22
RR	419.652	Boa Vista	41.885,2	70.993,7	54.239,5	48.122,6	52.061,2	8,2	3,7	3,7	124,06
RR	30.782	Rorainópolis	2.673,8	...	3.322,0	3.317,9	3.953,4	19,2	3,8	..	128,43
TO	306.296	Palmas	26.974,3	20.100,1	19.560,0	24.836,7	25.841,0	4,0	2,1	2,0	84,37
TO	183.381	Araguaína	11.350,3	11.826,3	15.836,3	13.668,4	19.627,7	43,6	3,5	3,7	107,03
	57.371.142	Nordeste	4.080.944,2	3.871.094,4	4.374.133,3	4.446.686,0	5.052.138,1	13,6	3,1	3,2	88,06
AL	1.025.360	Maceió	29.011,3	27.713,5	24.622,7	28.414,1	57.088,2	100,9	2,3	2,0	55,68
AL	233.047	Arapiraca	7.942,0	6.879,8	12.079,3	11.849,2	11.969,2	1,0	1,7	1,9	51,36
BA	2.886.698	Salvador	156.996,7	139.301,5	149.855,7	172.131,6	242.794,4	41,1	3,3	3,6	84,11
BA	619.609	Feira de Santana	28.736,2	31.452,4	28.967,8	30.302,8	49.491,9	63,3	3,7	3,9	79,88
BA	341.128	Vitória da Conquista	22.547,6	19.697,8	18.819,2	19.207,1	18.588,5	-3,2	2,3	2,4	54,49
BA	304.302	Camaçari	14.371,2	9.879,6	18.190,8	30.837,0	51.751,3	67,8	3,5	4,1	170,07
CE	2.686.612	Fortaleza	98.840,3	88.340,3	89.390,1	126.023,6	152.547,2	21,0	1,8	2,1	56,78
CE	365.212	Caucaia	12.128,8	14.207,2	16.223,3	14.251,0	17.252,0	21,1	1,8	2,0	47,24
CE	276.264	Juazeiro do Norte	22.091,9	15.434,3	18.370,2	19.806,4	18.945,1	-4,3	2,9	3,3	68,58
MA	1.108.975	São Luís	47.738,6	48.188,4	48.674,7	51.787,7	57.462,1	11,0	1,7	1,7	51,82
MA	259.337	Imperatriz	15.656,0	17.624,2	23.690,4	22.169,9	23.291,2	5,1	2,6	2,9	89,81
PB	817.511	João Pessoa	34.931,1	26.495,4	22.582,7	24.356,6	30.485,0	25,2	1,4	1,3	37,29
PB	411.807	Campina Grande	15.471,6	13.680,9	14.522,0	15.341,4	14.380,5	-6,3	1,3	1,4	34,92
PE	1.653.461	Recife	68.090,8	67.504,2	70.864,8	85.060,2	111.382,5	30,9	2,1	2,2	67,36
PE	706.867	Jaboatão dos Guararapes	22.751,8	20.515,5	20.292,6	22.592,8	23.746,7	5,1	1,8	1,7	33,59
PE	393.115	Olinda	10.868,0	7.714,9	8.049,6	8.928,0	8.986,0	0,6	1,4	1,3	22,86
PE	365.278	Caruaru	20.329,8	19.471,5	22.587,0	28.361,4	26.286,3	-7,3	3,2	3,3	71,96
PE	354.317	Petrolina	9.031,2	9.914,0	11.308,0	15.316,2	13.574,1	-11,4	1,7	1,7	38,31
PE	334.376	Paulista	12.713,8	10.303,2	11.834,9	12.327,0	14.333,6	16,3	2,6	2,3	42,87
PI	868.075	Teresina	53.033,0	48.675,8	55.714,7	60.443,6	75.862,2	25,5	2,3	2,5	87,39
PI	153.482	Parnaíba	9.930,0	12.188,5	8.041,9	7.796,2	7.156,1	-8,2	1,8	1,8	46,63
RN	890.480	Natal	106.441,5	53.494,6	52.520,9	53.905,5	64.416,7	19,5	2,5	2,6	72,34
RN	300.618	Mossoró	16.032,6	14.789,1	14.987,5	16.155,3	19.257,8	19,2	2,4	2,7	64,06
SE	664.908	Aracaju	46.907,6	48.275,9	51.962,5	50.386,0	56.536,4	12,2	3,0	2,8	85,03
SE	185.706	Nossa Senhora do Socorro	12.727,9	15.233,1	17.265,5	17.704,3
	13.449.154	Centro-Oeste¹	1.314.871,9	1.224.001,5	1.303.699,6	1.329.174,5	1.482.604,0	11,5	3,0	3,0	110,24
GO	1.536.097	Goiânia	51.844,0	43.373,5	46.628,4	48.433,3	57.585,7	18,9	1,1	1,0	37,49
GO	590.146	Aparecida de Goiânia	22.501,1	18.743,8	7.211,9	20.334,3	19.937,8	-1,9	1,6	1,5	33,78
GO	391.772	Anápolis	24.791,8	21.667,1	21.199,1	23.207,4	16.629,8	-28,3	1,3	1,3	42,45
MT	618.124	Cuiabá	49.054,7	46.192,8	47.157,1	55.023,2	63.364,9	15,2	2,4	2,5	102,51
MT	287.526	Várzea Grande	13.312,2	13.962,4	6.484,4	4.876,8	8.869,4	81,9	1,1	1,2	30,85
MS	906.092	Campo Grande	62.181,7	66.028,8	60.426,0	70.705,2	89.444,1	26,5	2,3	2,2	98,71
MS	225.495	Dourados	17.490,2	18.874,8	17.976,8	19.839,0	21.966,8	10,7	2,8	2,4	97,42
	89.012.240	Sudeste	8.713.833,4	8.297.006,2	8.653.381,6	8.824.185,6	10.506.169,7	19,1	3,1	3,1	118,03
ES	365.855	Vitória	54.268,8	57.928,2	62.005,6	60.645,2	70.114,0	15,6	3,8	3,7	191,64
ES	527.240	Serra	44.691,0	44.661,0	41.024,8	42.326,9	46.280,2	9,3	3,1	3,3	87,78
ES	501.325	Vila Velha	14.858,1	19.990,3	23.195,9	25.408,8	22.931,2	-9,8	2,2	1,9	45,74
ES	383.917	Cariacica	13.528,8	14.604,6	20.731,4	21.970,5	25.889,7	17,8	3,4	3,3	67,44
MG	2.521.564	Belo Horizonte	250.453,9	248.652,6	283.112,1	292.178,6	494.183,6	69,1	4,3	4,3	195,98
MG	699.097	Uberlândia	49.374,3	50.589,4	50.438,8	53.678,0	51.737,1	-3,6	2,0	1,9	74,01
MG	668.949	Contagem	58.209,1	53.138,6	57.739,3	57.485,7	61.700,6	7,3	2,9	3,0	92,24

UF	População 2020	Região e município	2016	2017	2018	2019	2020	Variação 2020/2019	Part. desp. total 2020	Part. rec. corrente 2020	Assist. social per capita 2020
			em R\$ mil corrigidos pelo IPCA médio de 2020						em %	em R\$	
MG	573.285	Juiz de Fora	57.052,0	57.139,7	48.627,2	43.162,6	47.718,5	10,6	2,8	2,6	83,24
MG	444.784	Betim	36.350,7	39.890,3	45.220,7	39.998,9	47.694,6	19,2	2,6	2,3	107,23
MG	413.487	Montes Claros	20.017,7	16.164,7	19.701,3	19.659,8	23.027,6	17,1	2,2	2,0	55,69
MG	338.197	Ribeirão das Neves	12.653,2	10.757,1	11.552,2	12.496,5	16.323,3	30,6	3,2	3,1	48,27
MG	337.092	Uberaba	26.309,7	22.948,8	27.697,9	25.094,9	36.811,2	46,7	2,8	2,5	109,20
MG	281.046	Governador Valadares	10.217,6	8.443,5	9.589,2	10.804,1	12.702,9	17,6	1,3	1,3	45,20
RJ	6.747.815	Rio de Janeiro	769.353,7	664.531,7	653.213,4	718.384,2	810.764,8	12,9	3,2	3,3	120,15
RJ	1.091.737	São Gonçalo	...	28.261,2	25.718,1	20.085,7	19.745,4	-1,7	1,4	1,3	18,09
RJ	924.624	Duque de Caxias	30.069,8	29.876,4	39.303,8	37.702,8	58.190,9	54,3	2,0	..	62,93
RJ	823.302	Nova Iguaçu	20.908,5	11.477,7	12.619,5	14.248,6	21.229,6	49,0	1,2	1,2	25,79
RJ	515.317	Niterói	24.599,2	32.041,0	27.483,5	31.571,2	204.028,1	546,2	5,6	6,0	395,93
RJ	513.118	Belford Roxo	5.854,6	3.646,0	9.658,9	10.549,4	15.899,1	50,7	1,9	2,0	30,99
RJ	511.168	Campos dos Goytacazes	94.637,9	55.212,5	41.129,6	41.225,0	36.764,1	-10,8	2,1	2,3	71,92
RJ	472.906	São João de Meriti	5.324,5	3.358,9	...	4.292,0	12.081,6	181,5	1,5	1,7	25,55
RJ	306.678	Petrópolis	15.603,6	14.294,8	16.830,4	16.789,0	17.580,6	4,7	1,5	1,5	57,33
RJ	273.988	Volta Redonda	30.721,9	23.474,5	27.742,7	24.260,1	20.652,4	-14,9	1,9	2,0	75,38
SP	12.325.232	São Paulo	1.387.428,0	1.419.317,3	1.347.342,8	1.336.401,7	1.851.364,6	38,5	3,0	3,0	150,21
SP	1.392.121	Guarulhos	92.422,4	85.283,2	78.709,9	39.299,9	81.769,2	108,1	2,0	2,0	58,74
SP	1.213.792	Campinas	156.106,2	168.391,1	168.505,8	173.312,1	185.899,5	7,3	3,4	3,2	153,16
SP	844.483	São Bernardo do Campo	72.776,2	68.391,8	72.891,7	69.370,7	64.475,4	-7,1	1,4	1,7	76,35
SP	729.737	São José do Campos	97.655,5	77.974,9	77.790,0	79.845,8	90.261,3	13,0	2,9	3,0	123,69
SP	721.368	Santo André	45.411,1	36.771,1	37.698,8	38.646,0	45.135,1	16,8	1,6	1,8	62,57
SP	711.825	Ribeirão Preto	55.546,8	54.311,0	56.955,2	56.929,4	64.383,5	13,1	2,3	2,3	90,45
SP	699.944	Osasco	36.520,7	28.263,2	30.628,4	30.664,7	36.460,5	18,9	1,3	1,4	52,09
SP	687.357	Sorocaba	49.723,0	44.396,6	39.400,5	35.180,7	42.761,6	21,5	1,5	1,5	62,21
SP	477.552	Mauá	23.748,6	23.078,3	23.791,3	6.161,3	7.415,9	20,4	0,6	0,6	15,53
SP	464.983	São José do Rio Preto	34.639,9	33.613,5	25.899,6	29.619,6	27.551,6	-7,0	1,4	1,5	59,25
SP	450.785	Mogi das Cruzes	29.954,9	30.651,5	34.272,4	36.807,3	38.432,4	4,4	2,5	2,5	85,26
SP	433.656	Santos	61.567,5	64.442,0	65.027,9	66.827,4	67.909,4	1,6	2,3	2,4	156,60
SP	426.757	Diadema	25.999,1	25.271,1	32.565,4	32.416,7	29.603,1	-8,7	2,3	2,4	69,37
SP	423.006	Jundiaí	48.855,0	47.061,1	45.154,8	45.750,4	49.717,2	8,7	2,2	2,3	117,53
SP	407.252	Piracicaba	42.962,6	41.073,3	41.644,9	44.522,0	42.138,2	-5,4	2,5	2,4	103,47
SP	403.183	Carapicuíba	13.435,2	14.598,3	15.756,2	21.224,7
SP	379.297	Bauru	57.259,5	60.718,6	62.353,0	63.760,4	69.195,6	8,5	5,7	5,9	182,43
30.192.315	Sul	3.211.491,2	3.138.455,9	3.480.781,5	3.517.143,9	3.694.553,6	5,0	3,3	3,2	122,37	
PR	1.948.626	Curitiba	183.366,0	181.074,8	174.169,5	158.316,3	208.250,1	31,5	2,5	2,5	106,87
PR	575.377	Londrina	47.225,7	47.852,6	49.206,8	55.140,0	77.574,7	40,7	3,5	3,5	134,82
PR	430.157	Maringá	40.175,9	38.560,1	42.411,9	46.512,5	49.139,0	5,6	3,0	2,9	114,24
PR	355.336	Ponta Grossa	41.081,6	40.232,2	43.674,7	42.226,0	44.060,2	4,3	4,5	4,8	124,00
PR	332.333	Cascavel	36.025,5	41.922,7	43.116,0	43.294,5	49.004,8	13,2	4,6	4,5	147,46
PR	329.058	São José dos Pinhais	28.564,9	26.896,2	31.385,9	29.802,3	33.609,9	12,8	3,3	3,1	102,14
PR	258.248	Foz do Iguaçu	22.396,8	19.100,5	33.808,7	35.463,1	44.553,7	25,6	3,9	4,0	172,52
RS	1.488.252	Porto Alegre	243.903,0	236.135,4	232.432,8	228.004,5	231.928,1	1,7	3,6	3,3	155,84
RS	517.451	Caxias do Sul	60.733,3	57.389,3	59.428,8	63.282,2	64.555,1	2,0	3,3	3,4	124,76
RS	348.208	Canoas	25.651,6	23.347,9	26.014,1	25.436,4	30.473,0	19,8	1,8	1,8	87,51
RS	343.132	Pelotas	23.705,9	24.140,8	24.767,4	24.852,0	25.887,0	4,2	2,5	2,4	75,44
RS	283.677	Santa Maria	12.339,7	9.518,9	10.179,0	11.037,0	12.831,0	16,3	1,9	1,8	45,23
RS	283.620	Gravatá	22.677,0	23.348,3	25.664,2	6.810,5	19.733,8	189,8	2,2	2,4	69,58
RS	256.302	Viamão	14.260,5	15.147,7	15.901,5	16.529,7	18.146,5	9,8	3,8	..	70,80
SC	508.826	Florianópolis	93.520,5	92.041,3	97.135,3	51.071,3	53.913,5	5,6	2,6	2,7	105,96
SC	597.658	Joinville	40.887,7	38.863,8	42.357,6	43.531,0	45.707,3	5,0	2,1	1,9	76,48
SC	361.855	Blumenau	31.598,0	31.538,1	32.522,6	34.534,0	47.268,9	36,9	2,9	2,9	130,63
	83.116.849	Cidades selecionadas	6.476.146,0	6.321.579,9	6.340.068,6	6.440.037,8	8.095.277,8	25,7	2,7	2,8	97,40
	31.794.649	Até 20 mil habitantes	4.085.611,5	4.009.498,9	4.477.466,6	4.510.533,5	4.798.438,9	6,4	4,0	4,1	150,92
	47.479.406	Capitais	4.092.724,7	4.038.278,9	3.971.122,9	4.083.338,3	5.235.420,0	28,2	2,9	2,9	110,27
	208.697.442	Total dos municípios	18.573.903,8	17.915.079,9	19.290.265,1	19.613.297,5	22.439.748,5	14,4	3,1	3,1	107,52

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: 1 não inclui Brasília.

Assistência social | RANKING 2020

Posição	UF	Município	Assistência social	População 2020	Ranking pop. 2020
			em R\$		
1º	SP	São Paulo	1.851.364.644,00	12.325.232	1º
2º	RJ	Rio de Janeiro	810.764.819,54	6.747.815	2º
3º	MG	Belo Horizonte	494.183.625,17	2.521.564	5º
4º	BA	Salvador	242.794.433,33	2.886.698	3º
5º	RS	Porto Alegre	231.928.079,63	1.488.252	11º
6º	PR	Curitiba	208.250.106,71	1.948.626	7º
7º	RJ	Niterói	204.028.067,68	515.317	43º
8º	SP	Campinas	185.899.478,98	1.213.792	13º
9º	SP	Barueri	154.462.653,17	276.982	102º
10º	CE	Fortaleza	152.547.228,07	2.686.612	4º
11º	AM	Manaus	112.676.385,78	2.219.580	6º
12º	PE	Recife	111.382.463,60	1.653.461	8º
13º	RJ	Maricá	108.914.115,18	164.504	180º
14º	SP	São José dos Campos	90.261.282,40	729.737	24º
15º	MS	Campo Grande	89.444.110,74	906.092	18º
16º	SP	Barretos	85.741.609,22	122.833	259º
17º	SP	Guarulhos	81.769.190,40	1.392.121	12º
18º	PR	Londrina	77.574.660,76	575.377	37º
19º	PI	Teresina	75.862.155,74	868.075	20º
20º	ES	Vitória	70.113.954,08	365.855	70º
21º	SP	Bauru	69.195.610,89	379.297	67º
22º	SP	Santos	67.909.396,36	433.656	54º
23º	RS	Caxias do Sul	64.555.138,02	517.451	42º
24º	SP	São Bernardo do Campo	64.475.351,85	844.483	21º
25º	RN	Natal	64.416.749,88	890.480	19º
26º	SP	Ribeirão Preto	64.383.520,73	711.825	26º
27º	MT	Cuiabá	63.364.883,05	618.124	34º
28º	MG	Contagem	61.700.642,76	668.949	31º
29º	PA	Parauapebas	60.155.685,60	213.576	143º
30º	RJ	Duque de Caxias	58.190.914,59	924.624	17º
31º	GO	Goiânia	57.585.672,47	1.536.097	9º
32º	MA	São Luís	57.462.128,50	1.108.975	14º
33º	AL	Maceió	57.088.186,75	1.025.360	16º
34º	SE	Aracaju	56.536.370,46	664.908	32º
35º	SC	Jaraguá do Sul	55.151.178,48	181.173	165º
36º	SC	Florianópolis	53.913.464,07	508.826	47º
37º	RR	Boa Vista	52.061.224,96	419.652	58º
38º	BA	Camaçari	51.751.301,38	304.302	92º
39º	MG	Uberlândia	51.737.119,20	699.097	29º
40º	SP	São Caetano do Sul	50.310.633,17	161.957	183º
41º	SP	Jundiaí	49.717.172,77	423.006	57º
42º	BA	Feira de Santana	49.491.888,33	619.609	33º
43º	PR	Maringá	49.139.002,06	430.157	55º
44º	PR	Cascavel	49.004.809,04	332.333	83º
45º	MG	Juiz de Fora	47.718.483,67	573.285	38º
46º	MG	Betim	47.694.553,49	444.784	53º
47º	SC	Blumenau	47.268.949,76	361.855	73º
48º	ES	Serra	46.280.217,60	527.240	41º
49º	SC	Joinville	45.707.294,18	597.658	35º
50º	SP	Santo André	45.135.090,76	721.368	25º
51º	PR	Foz do Iguaçu	44.553.736,55	258.248	110º
52º	SP	Limeira	44.143.713,34	308.482	88º

Posição	UF	Município	Assistência social	População 2020	Ranking pop. 2020
			em R\$		
53º	PR	Ponta Grossa	44.060.231,42	355.336	75º
54º	SP	Sorocaba	42.761.585,30	687.357	30º
55º	SP	Ilhabela	42.752.304,20	35.591	958º
56º	BA	São Francisco do Conde	42.734.140,74	40.245	854º
57º	SP	Guarujá	42.172.235,80	322.750	86º
58º	SP	Piracicaba	42.138.192,18	407.252	62º
59º	SP	Franca	41.984.048,21	355.901	74º
60º	MG	Poços de Caldas	41.009.326,68	168.641	177º
61º	SP	Cubatão	40.841.411,32	131.626	230º
62º	PE	Ipojuca	40.360.071,24	97.669	329º
63º	SP	Mogi das Cruzes	38.432.442,52	450.785	52º
64º	SP	Paulínia	38.001.053,02	112.003	287º
65º	MG	Uberaba	36.811.189,50	337.092	81º
66º	RJ	Campos dos Goytacazes	36.764.132,28	511.168	46º
67º	SP	Osasco	36.460.513,35	699.944	28º
68º	RJ	Macaé	33.648.805,23	261.501	108º
69º	PR	São José dos Pinhais	33.609.870,85	329.058	85º
70º	SP	São Sebastião	33.011.450,66	90.328	362º
71º	SP	Praia Grande	32.392.606,68	330.845	84º
72º	SC	Balneário Camboriú	30.853.599,29	145.796	204º
73º	PB	João Pessoa	30.484.971,06	817.511	23º
74º	RS	Canoas	30.472.978,00	348.208	77º
75º	SP	Caragatatuba	29.694.856,99	123.389	253º
76º	SP	Diadema	29.603.090,23	426.757	56º
77º	MG	Mariana	28.388.466,76	61.288	539º
78º	PE	Cabo de Santo Agostinho	28.238.353,48	208.944	149º
79º	SP	Presidente Prudente	28.069.607,57	230.371	133º
80º	SP	Sumaré	27.957.077,16	286.211	97º
81º	SC	Chapecó	27.861.970,15	224.013	136º
82º	SP	Embu	27.592.073,76	276.535	103º
83º	SP	Rio Claro	27.591.970,10	208.008	150º
84º	SP	São José do Rio Preto	27.551.558,57	464.983	51º
85º	PA	Ananindeua	27.126.295,87	535.547	40º
86º	CE	Maracanaú	26.876.908,93	229.458	134º
87º	RJ	São João da Barra	26.721.922,76	36.423	938º
88º	SP	Taubaté	26.442.742,63	317.915	87º
89º	PE	Caruaru	26.286.280,44	365.278	71º
90º	AP	Macapá	26.257.948,89	512.902	45º
91º	ES	Cariacica	25.889.656,41	383.917	66º
92º	RS	Pelotas	25.887.032,42	343.132	78º
93º	TO	Palmas	25.840.962,30	306.296	91º
94º	PR	Araucária	25.225.339,92	146.214	202º
95º	GO	Luziânia	25.213.162,95	211.508	145º
96º	SP	Santana de Parnaíba	25.084.873,86	142.301	207º
97º	BA	Lauro de Freitas	24.945.752,20	201.635	154º
98º	SP	Hortolândia	24.899.232,75	234.259	130º
99º	RS	Passo Fundo	24.404.855,79	204.722	152º
100º	SP	Araraquara	24.214.002,94	238.339	127º

	Total dos 100 maiores	8.713.386.304,26	73.976.314	..
	Total dos demais	13.726.362.182,70	134.721.128	..
	Total dos municípios	22.439.748.486,96	208.697.442	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Assistência social per capita | RANKING 2020

Posição	UF	Município	Assist. social per capita	Assistência social	População 2020	Ranking pop. 2020
				em R\$		
1°	GO	Alto Horizonte	1.350,65	8.921.058,75	6.605	3827°
2°	SP	Uru	1.203,07	1.387.141,62	1.153	5562°
3°	SP	Ilhabela	1.201,21	42.752.304,20	35.591	958°
4°	BA	São Francisco do Conde	1.061,85	42.734.140,74	40.245	854°
5°	SP	Borá	1.000,74	838.620,35	838	5567°
6°	SP	Vitória Brasil	973,17	1.796.471,74	1.846	5477°
7°	RN	Guamaré	933,10	14.895.043,51	15.963	2196°
8°	SP	Arco-Íris	928,21	1.645.724,64	1.773	5490°
9°	MG	Grupiara	910,22	1.262.481,69	1.387	5550°
10°	RN	Viçosa	907,09	1.564.724,31	1.725	5502°
11°	PR	Santa Helena	835,70	22.369.254,39	26.767	1325°
12°	MS	Taquarussu	833,11	2.989.185,16	3.588	4867°
13°	MG	Crucilândia	831,80	4.203.905,20	5.054	4303°
14°	PR	Itaipulândia	816,75	9.298.691,17	11.385	2842°
15°	SP	Bady Bassitt	808,60	14.361.525,56	17.761	2009°
16°	GO	Campos Verdes	802,54	1.468.643,91	1.830	5479°
17°	SC	Formosa do Sul	799,12	1.993.804,14	2.495	5289°
18°	RO	Pimenteiras do Oeste	774,72	1.664.099,99	2.148	5398°
19°	GO	Mairipotaba	772,64	1.825.755,55	2.363	5332°
20°	GO	Pilar de Goiás	771,98	1.693.727,45	2.194	5390°
21°	GO	Ouvidor	767,70	5.206.543,44	6.782	3778°
22°	SC	Paial	751,93	1.108.337,59	1.474	5542°
23°	MT	Araguainha	751,43	710.852,23	946	5566°
24°	SC	Sul Brasil	745,30	1.805.868,69	2.423	5313°
25°	PR	Santa Inês	742,64	1.183.771,58	1.594	5526°
26°	MS	Selvíria	738,64	4.832.192,32	6.542	3847°
27°	RJ	São João da Barra	733,66	26.721.922,76	36.423	938°
28°	RN	Alexandria	730,18	9.896.161,34	13.553	2510°
29°	SP	Barretos	698,03	85.741.609,22	122.833	259°
30°	GO	Davinópolis	696,65	1.458.790,54	2.094	5412°
31°	GO	Castelândia	694,35	2.365.663,99	3.407	4934°
32°	SC	Ouro Verde	692,42	1.528.176,47	2.207	5384°
33°	SP	Florínia	684,79	1.816.738,31	2.653	5225°
34°	SC	Jardinópolis	678,40	1.048.802,33	1.546	5534°
35°	RJ	Maricá	662,08	108.914.115,18	164.504	180°
36°	SP	Nova Castilho	656,99	839.639,52	1.278	5557°
37°	PR	Alto Paraíso	654,25	1.756.659,43	2.685	5218°
38°	SC	Lajeado Grande	653,16	926.180,68	1.418	5548°
39°	GO	Ivolândia	649,13	1.515.071,65	2.334	5339°
40°	AL	Santana do Mundaú	645,97	6.903.501,16	10.687	2990°
41°	GO	Água Limpa	644,97	1.180.291,86	1.830	5479°
42°	RN	Jardim de Angicos	639,06	1.665.397,31	2.606	5244°
43°	MG	Araporã	634,35	4.396.673,61	6.931	3739°
44°	SP	Flora Rica	629,98	900.876,59	1.430	5547°
45°	RS	Coqueiro Baixo	626,83	937.104,59	1.495	5539°
46°	PB	Curral Velho	624,87	1.569.685,69	2.512	5282°
47°	SC	Marema	623,68	1.091.434,60	1.750	5495°
48°	SP	Santa Salete	621,80	965.040,03	1.552	5530°
49°	RN	Parazinho	614,55	3.239.912,12	5.272	4242°
50°	RS	Tupanci do Sul	612,50	893.642,51	1.459	5545°
51°	RN	Monte das Gameleiras	605,53	1.261.914,57	2.084	5416°
52°	SP	Lucianópolis	603,49	1.450.189,72	2.403	5321°

Posição	UF	Município	Assist. social per capita	Assistência social	População 2020	Ranking pop. 2020
				em R\$		
53°	GO	Perolândia	598,49	1.881.043,29	3.143	5035°
54°	RS	Nova Boa Vista	597,42	1.047.279,91	1.753	5494°
55°	RS	Bom Progresso	594,23	1.128.442,04	1.899	5468°
56°	SE	General Maynard	592,13	2.003.759,85	3.384	4942°
57°	RS	Inhacorá	591,25	1.309.623,70	2.215	5382°
58°	SC	Flor do Sertão	589,89	931.440,18	1.579	5528°
59°	PR	Santa Cecília do Pavão	585,40	1.927.720,72	3.293	4967°
60°	MS	Figueirão	578,13	1.768.492,83	3.059	5068°
61°	SE	Itabi	577,90	2.823.599,87	4.886	4363°
62°	SP	Santa Clara d'Oeste	575,66	1.216.369,21	2.113	5406°
63°	PR	Altamira do Paraná	572,86	963.547,60	1.682	5508°
64°	MS	Alcinópolis	571,32	3.094.854,57	5.417	4187°
65°	PB	Pararí	571,15	1.004.083,63	1.758	5493°
66°	SP	Nova Canaã Paulista	569,11	1.053.998,68	1.852	5476°
67°	RS	Santa Cecília do Sul	565,96	924.772,49	1.634	5515°
68°	GO	São João da Paraúna	565,35	760.396,90	1.345	5552°
69°	RN	Bodó	563,73	1.238.518,57	2.197	5388°
70°	TO	Chapada de Areia	561,68	791.962,18	1.410	5549°
71°	MG	Água Comprida	561,45	1.118.408,14	1.992	5439°
72°	GO	Morro Agudo de Goiás	560,72	1.251.516,21	2.232	5378°
73°	MG	Piedade de Ponte Nova	559,50	2.316.331,32	4.140	4649°
74°	MT	Porto Estrela	559,21	1.608.852,68	2.877	5137°
75°	SP	Barueri	557,66	154.462.653,17	276.982	102°
76°	GO	Lagoa Santa	544,98	883.408,04	1.621	5519°
77°	PR	Nova Aliança do Ivaí	543,42	842.840,60	1.551	5531°
78°	MG	Chiadour	539,73	1.441.609,39	2.671	5220°
79°	SP	União Paulista	539,67	1.006.478,56	1.865	5473°
80°	MG	Jeceaba	536,71	2.604.137,61	4.852	4377°
81°	SC	Vargem Bonita	532,43	2.369.839,18	4.451	4543°
82°	TO	Juarina	529,08	1.155.521,23	2.184	5391°
83°	PB	Riachão	528,27	1.911.825,16	3.619	4851°
84°	PR	Brasilândia do Sul	525,50	1.358.417,41	2.585	5254°
85°	PR	Anahy	524,20	1.461.466,23	2.788	5167°
86°	GO	Marzagão	524,06	1.179.146,19	2.250	5372°
87°	RS	Engenho Velho	520,63	511.260,29	982	5565°
88°	TO	Tupirama	520,19	999.805,36	1.922	5463°
89°	RS	Gramado dos Loureiros	516,00	1.061.925,84	2.058	5424°
90°	SC	Bom Jesus	515,54	1.575.997,70	3.057	5070°
91°	RN	Pedra Grande	514,66	1.646.394,09	3.199	5007°
92°	SC	Brunópolis	514,63	1.218.638,39	2.368	5331°
93°	PR	São Pedro do Paraná	514,51	1.177.707,91	2.289	5353°
94°	GO	Nova América	514,24	1.212.057,59	2.357	5333°
95°	SP	Luis Antônio	513,48	7.852.185,40	15.292	2282°
96°	SC	Rio das Antas	512,65	3.179.470,42	6.202	3937°
97°	MS	Jateí	512,20	2.059.563,14	4.021	4700°
98°	PR	Jardim Olinda	509,21	672.155,86	1.320	5555°
99°	SP	Borebi	508,62	1.364.634,45	2.683	5219°
100°	PR	Campina Grande do Sul	508,28	22.204.396,75	43.685	779°

	Total dos 100 maiores	677,07	715.077.616,23	1.056.132	..
	Total dos demais	104,63	21.724.670.870,73	207.641.310	..
	Total dos municípios	107,52	22.439.748.486,96	208.697.442	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Despesas dos legislativos são pouco afetadas pela Covid-19

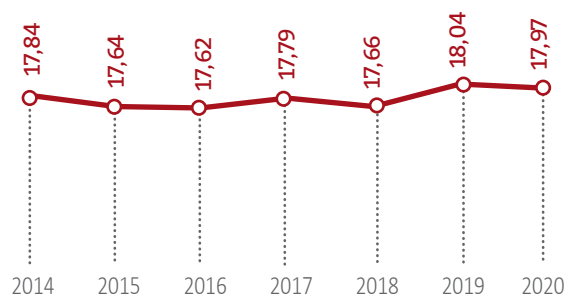
Houve aumento real de 1% nos municípios com menos de 100 mil habitantes e queda de 1,8% naqueles com população acima dessa faixa.

Desempenho em 2020

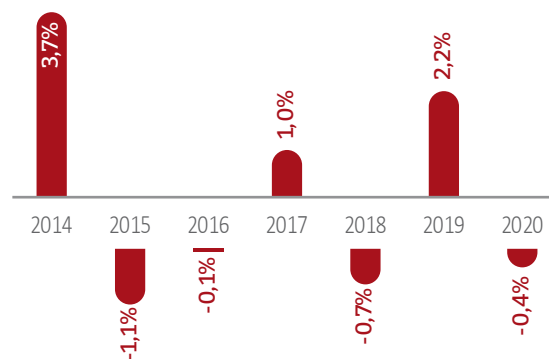
As despesas municipais com o Poder Legislativo em 2020, durante a pandemia da Covid-19, totalizaram R\$ 17,97 bilhões, cifra 0,4% menor que a do ano anterior, com valores corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio do período. A tímida contração demonstra que, em geral, as necessárias medidas de isolamento social para combater o avanço da contaminação, como o home office e a redução da jornada de trabalho nas câmaras municipais, não resultaram em significativa diminuição de despesas.

Evolução da despesa com legislativo municipal

em R\$ bilhões corrigidos pelo IPCA médio de 2020



Taxa de crescimento real da despesa com o legislativo municipal em relação ao ano anterior

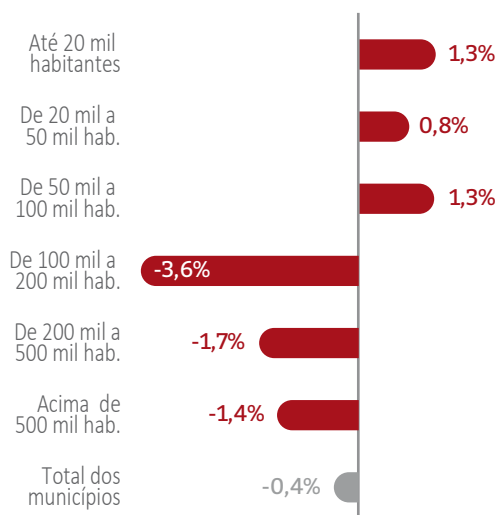


Entretanto, o comportamento do gasto dos legislativos em 2020 variou conforme o número de moradores dos municípios. Nas cidades de maior porte, aquelas com mais de 100 mil habitantes, foi observada uma diminuição média de 1,9%, ao passo que naquelas situadas abaixo desse limite populacional verificou-se um aumento 1,1% nessa despesa em relação ao ano anterior.

Esse contraste se refletiu no gasto dos legislativos quando observadas as grandes regiões do país. Com menos municípios de grande porte populacional, Norte e Nordeste assinalam altas, respectivamente, de 1,7% e 1,6% nesse indicador. No Sul e Sudeste, onde se concentram cidades com maior número de habitantes, foram registradas retrações de 2,8% e 1,4%, nessa ordem. A Região Centro-Oeste (-0,5%) foi a única na qual a taxa ficou praticamente estável.

A queda média foi de 1,2% nas capitais e de 1,7% nos 106 municípios selecionados por **Multi Cidades**, grupo que, além das capitais, inclui algumas das cidades mais populosas de cada Estado.

Taxa de crescimento real da despesa com legislativo municipal por porte populacional - 2020/2019

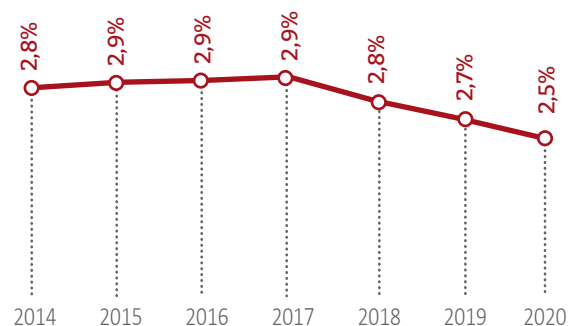


Peso do legislativo no orçamento

Apesar de o gasto dos legislativos municipais apresentar-se estável desde 2014, num patamar pouco abaixo de R\$ 18 bilhões ao ano, seu peso na receita corrente sofreu três recuos consecutivos nos

últimos três anos para atingir 2,5% em 2020. De 2010, quando passou a vigorar a EC nº 58/2009, a 2017, a fatia da receita corrente dos municípios encaminhada ao dispêndio com os parlamentos locais manteve-se relativamente constante, em 2,9%.

Participação da despesa com legislativo na receita corrente

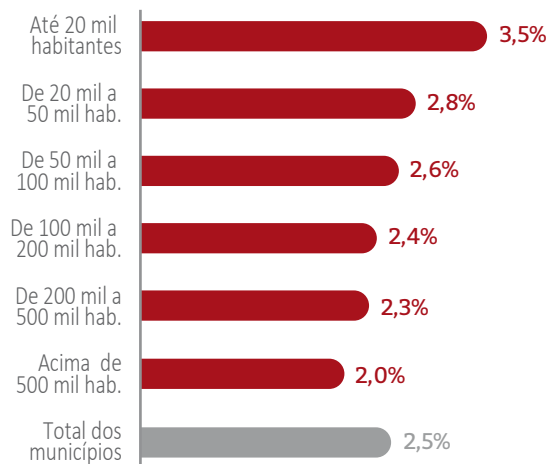


A proporção da receita corrente remetida ao legislativo por faixa populacional tende a ser mais elevada nos municípios com menos moradores. Naqueles com até 20 mil habitantes, a fração foi de 3,5%, em 2020. O indicador diminui à medida que os níveis demográficos das cidades crescem. Chega a 2%, em média, naquelas com mais de 500 mil habitantes, mesmo percentual anotado entre as capitais brasileiras, que foi de 2,1%.

Em 2020, das 23 capitais com dados disponíveis até o fechamento desta edição de **Multi Cidades**, o legislativo da capital carioca foi o que mais absorveu a receita corrente municipal, com 3,6%, seguido por Palmas-TO (3,4%) e Natal-RN (3,1%). Em Recife-PE, Rio Branco-AC e Manaus-AM, a fatia da receita corrente destinada às câmaras foi de 3%. O menor percentual ocorreu em São Paulo-SP (1,2%), seguido por Curitiba-PR (1,3%), Vitória-ES e Porto Alegre-RS, ambas com 1,5%.

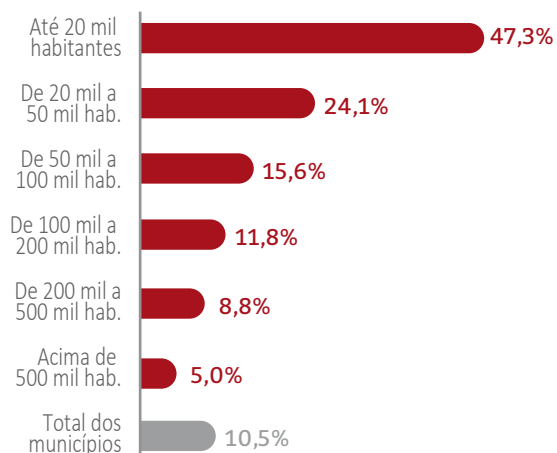
Despesa por função | Legislativos municipais

Participação da despesa com legislativo na receita corrente por faixa populacional - 2020



Quando se observa a relação da despesa com o legislativo com as receitas tributárias, ou seja, aquelas arrecadadas diretamente pelas prefeituras, percebe-se que, nos municípios com até 20 mil habitantes, quase a metade (47,3%) dessa fonte de recursos próprios foi destinada para o funcionamento das câmaras municipais. Já nos municípios com mais de 500 mil habitantes, essa parcela foi de 5%.

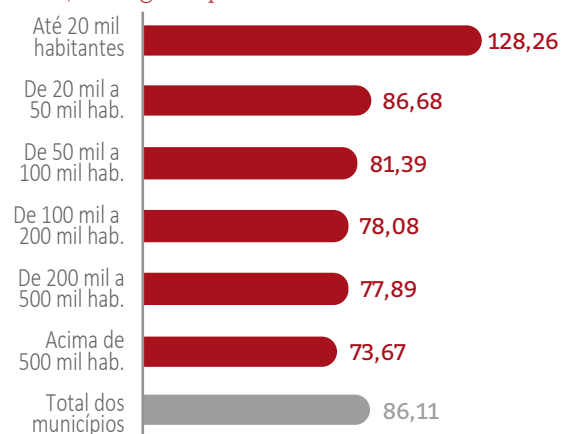
Participação da despesa com legislativo na receita tributária por faixa populacional - 2020



Despesa per capita com o legislativo

A despesa com o Poder Legislativo nos municípios menos populosos, além de pesar mais nos seus orçamentos, registra os mais elevados valores por habitante. No conjunto das cidades com até 20 mil habitantes, o dispêndio per capita foi de R\$ 128,26, em 2020. Na outra ponta, onde residem mais de 500 mil pessoas, a cifra decresce para R\$ 73,67. Na média geral, o indicador foi de R\$ 86,11 por habitante.

Despesa com legislativo municipal per capita por faixa populacional - 2020 em R\$ corrigidos pelo IPCA médio de 2020



O peso maior nos orçamentos e o custo mais alto por habitante dos legislativos nas pequenas cidades brasileiras refletem, em grande medida, as regras estabelecidas na Emenda Constitucional (EC) nº 58/2009, que acrescentou o artigo 29-A na Constituição Federal. A EC 58 alterou os percentuais definidos pela EC nº 25/2000 e adicionou novas faixas populacionais, conforme se

pode observar no quadro a seguir. Pela legislação vigente, as cidades com número de habitantes menor que 100 mil podem destinar às suas câmaras o mais elevado percentual, o de 7% sobre suas receitas próprias e transferências, entre todos os intervalos populacionais.

Limites da despesa com os legislativos municipais por faixas populacionais

Faixas populacionais	Limites máximos ¹
Até 100 mil habitantes	7%
De 100 mil e um a 300 mil habitantes	6%
De 300 mil e um a 500 mil habitantes	5%
De 500 mil e um a 3 milhões de habitantes	4,5%
De 3 milhões e um a 8 milhões de habitantes	4%
Acima de 8 milhões de habitantes	3,5%

Fonte: Emenda Constitucional nº 58, 23/09/2009.

¹ Limite em relação à receita de impostos e transferências com origem em impostos auferida no exercício anterior, conforme a EC 58/2009.

Alterando a Resolução nº 21.702/2004 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a EC 58 também aumentou o número de vereadores e reduziu a quantidade de faixas populacionais de 36 para 24, além de determinar para cada uma delas um número ímpar de vereadores, com o objetivo de facilitar o processo de deliberação local, como aponta o quadro ao lado. Essas mudanças passaram a vigorar nas eleições municipais de 2012.

Observando as grandes regiões, percebe-se que no ano de 2020 os valores médios per capita do gasto com legislativo foram mais significativos no Centro-Oeste, com média de R\$ 108,58, seguido pelo Sudeste (R\$ 86,47), Sul (R\$ 85,46), Nordeste (R\$ 84,54) e Norte (R\$ 74,05).

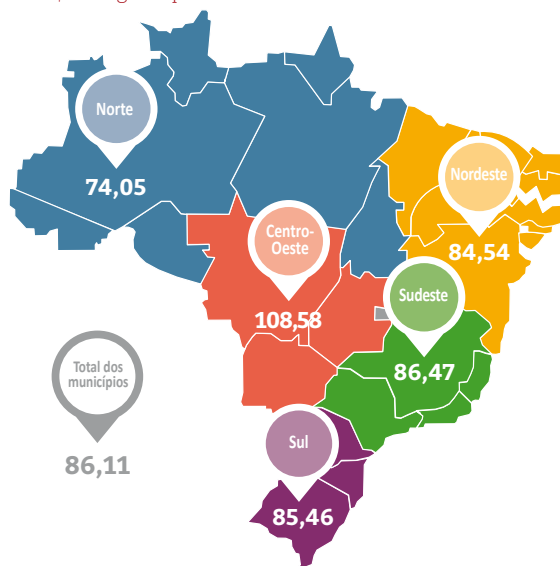
Número de vereadores por faixa populacional do município - EC nº 58/2009

Nº de habitantes do município	Número máximo de vereadores
até 15.000	9
de 15.000 até 30.000	11
de 30.000 até 50.000	13
de 50.000 até 80.000	15
de 80.000 até 120.000	17
de 120.000 até 160.000	19
de 160.000 até 300.000	21
de 300.000 até 450.000	23
de 450.000 até 600.000	25
de 600.000 até 750.000	27
de 750.000 até 900.000	29
de 900.000 até 1.050.000	31
de 1.050.000 até 1.200.000	33
de 1.200.000 até 1.350.000	35
de 1.350.000 até 1.500.000	37
de 1.500.000 até 1.800.000	39
de 1.800.000 até 2.400.000	41
de 2.400.000 até 3.000.000	43
de 3.000.000 até 4.000.000	45
de 4.000.000 até 5.000.000	47
de 5.000.000 até 6.000.000	49
de 6.000.000 até 7.000.000	51
de 7.000.000 até 8.000.000	53
Acima de 8.000.000	55

Fonte: Emenda Constitucional (EC) nº 58, de 23/09/2009.

Despesa com legislativo municipal per capita por região - 2020

em R\$ corrigidos pelo IPCA médio de 2020



Despesa por função | Legislativos municipais

Entre as capitais, Rio de Janeiro e Palmas se destacaram por registrarem as mais altas despesas per capita em 2020, de R\$ 130,73 e R\$ 141,76, respectivamente. No outro extremo, posicionaram-se Macapá-AP (R\$ 54,17) e Curitiba-PR (R\$ 56,60).

Desempenho 2021

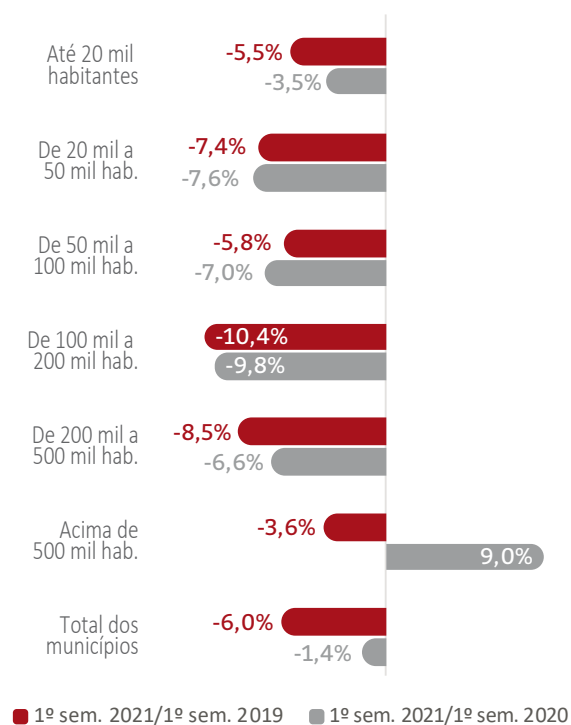
Os municípios brasileiros reduziram consideravelmente seus gastos com legislativo no primeiro semestre de 2021. Na média, excluindo Rio de Janeiro, o encolhimento foi de 6,5% no período¹. Os primeiros seis meses de 2021 mostram o aprofundamento da contração da função derivada da diminuição das atividades parlamentares em virtude da pandemia do novo coronavírus e da extensão das medidas de isolamento físico iniciadas em 2020.

A exclusão da capital fluminense advém da grande expansão da atividade de ação legislativa realizada no primeiro semestre de 2021, cujo crescimento de 95,2% contaminaria a média dos municípios. Em relação a 2019, período pré-pandemia, a retração é levemente maior, -7,3%.

¹ A análise de 2021 é elaborada com base nos dados do primeiro semestre da despesa liquidada de 2.038 municípios que entregaram seus Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária à Secretaria do Tesouro Nacional com o Anexo 2 – Demonstrativo de Execução da Despesa por Função/Subfunção completamente preenchidos, até dia 25 de agosto de 2021.

Ao contrário de 2020, o decréscimo atingiu municípios de todas as faixas populacionais, como pode ser observado no gráfico abaixo. Destacam-se as quedas nos municípios com até 100 mil habitantes, que haviam registrado expansão no ano anterior.

Taxa de crescimento da despesa com legislativo por faixa populacional



Qualificar a **mobilidade urbana** da sua cidade é um desafio?

Participe da rede entre cidades brasileiras, espanholas e italianas para discussão e cooperação técnica.



 **ACESSO CIDADES**
Cidades mais acessíveis e conectadas

CONTATO

acesso.cidades@fnp.org.br

Organização:



Cofinanciamento:



Despesa com o legislativo municipal | 2016-2020

UF	População 2020	Região e município	2016	2017	2018	2019	2020	Variação 2020/2019	Part. desp. total 2020	Part. rec. corrente 2020	Despesa com legislativo per capita 2020
			em R\$ mil corrigidos pelo IPCA médio de 2020						em %		em R\$
	18.672.591	Norte	1.273.368,8	1.287.590,8	1.296.979,2	1.350.305,7	1.382.738,6	2,4	2,6	2,7	74,05
AC	413.418	Rio Branco	25.317,3	27.641,4	27.828,2	27.696,2	29.014,1	4,8	3,3	3,0	70,18
AC	89.072	Cruzeiro do Sul	4.775,5	...	5.446,2	5.884,0	6.154,1	4,6	3,0	3,3	69,09
AP	512.902	Macapá	26.718,1	27.538,2	25.604,3	29.170,6	27.782,1	-4,8	2,3	2,9	54,17
AP	123.096	Santana
AM	2.219.580	Manaus	142.779,4	133.336,8	141.356,3	138.695,0	162.148,2	16,9	2,6	3,0	73,05
AM	115.363	Parintins	...	4.832,3	4.810,3	5.159,8	5.077,0	-1,6	1,9	2,0	44,01
PA	1.499.641	Belém	83.943,2	88.386,6
PA	535.547	Ananindeua	...	15.389,1	18.300,3	17.299,3	17.281,9	-0,1	2,0	1,9	32,27
PA	306.480	Santarém	13.278,6	13.837,6	13.398,4	14.006,3	13.333,4	-4,8	1,8	1,8	43,51
PA	283.542	Marabá	...	23.188,8	25.011,6	25.233,1	11.086,6	-56,1	1,3	1,0	39,10
RO	539.354	Porto Velho	30.774,9	33.590,8	30.931,6	36.992,8	35.085,7	-5,2	2,3	2,2	65,05
RO	130.009	Ji-Paraná	8.330,0	9.128,6	8.625,2	8.885,3	8.281,1	-6,8	3,2	2,5	63,70
RR	419.652	Boa Vista	36.928,9	38.072,8	37.702,8	37.066,0	35.254,8	-4,9	2,5	2,5	84,01
RR	30.782	Rorainópolis	1.286,3	1.521,9	1.808,9	18,9	1,7	..	58,76
TO	306.296	Palmas	36.480,4	38.882,9	40.770,9	...	43.420,2	..	3,6	3,4	141,76
TO	183.381	Araguaína	11.606,5	...	13.461,7	14.589,2	14.537,3	-0,4	2,6	2,7	79,27
	57.371.142	Nordeste	4.368.854,0	4.612.346,2	4.569.892,6	4.762.863,9	4.850.051,5	1,8	3,0	3,1	84,54
AL	1.025.360	Maceió	58.356,3	63.008,8	67.826,8	63.882,6	63.453,8	-0,7	2,6	2,3	61,88
AL	233.047	Arapiraca	12.393,2	13.679,9	13.696,3	13.642,7	14.203,0	4,1	2,0	2,3	60,94
BA	2.886.698	Salvador	173.913,5	175.471,3	181.629,1	190.569,5	193.574,5	1,6	2,6	2,9	67,06
BA	619.609	Feira de Santana	28.244,8	29.047,0	28.260,9	29.902,2	32.315,4	8,1	2,4	2,5	52,15
BA	341.128	Vitória da Conquista	15.948,9	16.299,9	16.696,3	18.457,8	18.780,6	1,7	2,4	2,4	55,05
BA	304.302	Camaçari	49.788,6	51.908,8	52.674,5	53.119,8	54.698,5	3,0	3,7	4,3	179,75
CE	2.686.612	Fortaleza	175.676,5	170.509,9	169.304,1	171.061,2	172.774,4	1,0	2,0	2,4	64,31
CE	365.212	Caucaia	14.539,0	...	15.523,4	14.860,4	16.201,2	9,0	1,7	1,9	44,36
CE	276.264	Juazeiro do Norte	14.844,4	14.390,9	15.295,7	13.587,1	13.523,7	-0,5	2,1	2,3	48,95
MA	1.108.975	São Luís
MA	259.337	Imperatriz	17.327,2	19.833,2	21.272,2	24.200,2	23.577,1	-2,6	2,6	2,9	90,91
PB	817.511	João Pessoa	...	59.095,1	...	63.070,3
PB	411.807	Campina Grande	21.819,3	23.974,2	21.903,5	22.958,6	24.108,6	5,0	2,2	2,3	58,54
PE	1.653.461	Recife	156.443,9	153.760,5	155.754,2	155.902,3	152.296,8	-2,3	2,9	3,0	92,11
PE	706.867	Jaboatão dos Guararapes	30.544,7	33.012,1	32.968,6	32.259,5	34.554,4	7,1	2,6	2,5	48,88
PE	393.115	Olinda	20.117,5	20.608,9	20.951,3	21.277,9	22.003,8	3,4	3,4	3,2	55,97
PE	365.278	Caruaru	18.128,9	19.110,6	18.869,4	19.671,4	20.047,4	1,9	2,5	2,5	54,88
PE	354.317	Petrolina	17.726,5	19.424,9	9,6	2,4	2,4	54,82
PE	334.376	Paulista	12.576,9	13.381,7	14.020,7	14.874,6	15.822,8	6,4	2,8	2,6	47,32
PI	868.075	Teresina	65.227,3	70.622,4	72.059,3	75.983,9	79.348,5	4,4	2,4	2,6	91,41
PI	153.482	Parnaíba	9.828,8	11.135,4	10.985,1	11.563,5	12.800,9	10,7	3,1	3,2	83,40
RN	890.480	Natal	77.155,1	77.642,3	75.306,7	77.768,5	78.728,5	1,2	3,1	3,1	88,41
RN	300.618	Mossoró	20.715,4	21.666,2	21.699,4	22.734,1	23.772,9	4,6	3,0	3,3	79,08
SE	664.908	Aracaju	49.936,5	49.809,2	50.712,4	53.004,9	55.657,0	5,0	3,0	2,8	83,71
SE	185.706	Nossa Senhora do Socorro	9.951,4	10.997,4	11.066,5	12.144,9
	13.449.154	Centro-Oeste¹	1.339.398,0	1.363.769,5	1.405.915,9	1.467.644,6	1.460.359,6	-0,5	3,0	2,9	108,58
GO	1.536.097	Goiânia	112.023,9	100.883,7	115.239,5	120.471,2	119.836,1	-0,5	2,2	2,1	78,01
GO	590.146	Aparecida de Goiânia	23.237,1	25.914,7	4.299,4	28.442,3	26.984,0	-5,1	2,1	2,0	45,72
GO	391.772	Anápolis	27.772,0	30.027,9	31.545,9	32.639,8	33.807,5	3,6	2,6	2,7	86,29
MT	618.124	Cuiabá	46.130,2	42.857,6	53.081,6	57.377,3	55.557,0	-3,2	2,1	2,2	89,88
MT	287.526	Várzea Grande	15.606,3	1.402,0	17.495,7	18.429,2	20.018,8	8,6	2,5	2,6	69,62
MS	906.092	Campo Grande	76.358,9	75.889,9	78.412,1	81.644,8	80.363,7	-1,6	2,1	2,0	88,69
MS	225.495	Dourados	19.322,3	18.287,4	18.476,8	19.558,1	18.050,3	-7,7	2,3	1,9	80,05
	89.012.240	Sudeste	7.912.454,1	7.852.344,6	7.756.105,8	7.809.032,1	7.697.087,5	-1,4	2,3	2,3	86,47
ES	365.855	Vitória	28.134,8	27.695,8	28.726,0	28.172,6	28.111,0	-0,2	1,5	1,5	76,84
ES	527.240	Serra	36.982,5	36.497,4	34.037,6	34.131,0	33.216,9	-2,7	2,2	2,3	63,00
ES	501.325	Vila Velha	29.901,4	30.597,8	27.770,5	30.762,9	30.330,6	-1,4	2,8	2,6	60,50
ES	383.917	Cariacica	19.894,4	18.579,1	18.731,0	18.454,5	20.131,2	9,1	2,6	2,6	52,44
MG	2.521.564	Belo Horizonte	206.061,9	190.753,7	186.676,0	192.311,0	195.278,4	1,5	1,7	1,7	77,44
MG	699.097	Uberlândia	48.624,4	47.359,0	47.759,7	44.859,1	39.873,0	-11,1	1,5	1,4	57,04

UF	População 2020	Região e município	2016	2017	2018	2019	2020	Variação 2020/2019	Part. desp. total 2020	Part. rec. corrente 2020	Despesa com legislativo per capita 2020
			em R\$ mil corrigidos pelo IPCA médio de 2020						em %		em R\$
MG	668.949	Contagem	46.130,7	46.725,4	49.945,1	48.878,6	49.607,2	1,5	2,3	2,4	74,16
MG	573.285	Juiz de Fora	32.273,5	31.571,0	32.010,9	30.690,1	29.166,2	-5,0	1,7	1,6	50,88
MG	444.784	Betim	56.775,2	52.578,0	52.902,0	49.864,5	49.493,1	-0,7	2,7	2,4	111,27
MG	413.487	Montes Claros	18.170,8	20.411,0	20.871,3	21.220,3	21.157,9	-0,3	2,0	1,9	51,17
MG	338.197	Ribeirão das Neves	12.166,1	11.671,4	12.645,1	9.684,6
MG	337.092	Uberaba	28.623,1	25.035,4	29.222,6	29.608,1	31.630,5	6,8	2,4	2,2	93,83
MG	281.046	Governador Valadares	18.209,7	16.738,1	18.057,7	18.005,8	17.561,8	-2,5	1,8	1,8	62,49
RJ	6.747.815	Rio de Janeiro	933.050,1	979.037,5	892.561,8	888.938,8	882.140,5	-0,8	3,5	3,6	130,73
RJ	1.091.737	São Gonçalo	...	23.935,2	24.114,3	24.528,8	27.793,9	13,3	1,9	1,9	25,46
RJ	924.624	Duque de Caxias	68.195,3	62.604,5	64.098,2	69.289,2	68.244,1	-1,5	2,4	..	73,81
RJ	823.302	Nova Iguaçu	26.341,1	21.839,8	...	23.160,7	26.988,1	16,5	1,5	1,5	32,78
RJ	515.317	Niterói	69.470,0	66.022,4	70.554,4	75.127,6	72.787,1	-3,1	2,0	2,1	141,25
RJ	513.118	Belford Roxo	17.472,9	15.211,9	16.091,5	15.682,0	13.868,2	-11,6	1,7	1,7	27,03
RJ	511.168	Campos dos Goytacazes	...	30.975,9	28.863,8	...	29.061,2	..	1,7	1,8	56,85
RJ	472.906	São João de Meriti	...	15.411,8	...	17.550,3	17.140,0	-2,3	2,1	2,4	36,24
RJ	306.678	Petrópolis	29.825,1	24.021,4	23.061,5	-4,0	2,0	1,9	75,20
RJ	273.988	Volta Redonda	36.676,7	34.543,2	35.612,0	33.286,5	32.991,3	-0,9	3,1	3,2	120,41
SP	12.325.232	São Paulo	775.293,2	778.493,8	768.143,9	783.108,5	727.548,6	-7,1	1,2	1,2	59,03
SP	1.392.121	Guarulhos	116.180,5	113.675,0	102.389,2	112.439,0	103.442,1	-8,0	2,5	2,5	74,31
SP	1.213.792	Campinas	112.002,0	97.294,2	97.671,3	86.891,2	89.677,9	3,2	1,7	1,6	73,88
SP	844.483	São Bernardo do Campo	72.206,7	62.044,1	62.866,2	66.117,7	65.897,9	-0,3	1,5	1,7	78,03
SP	729.737	São José dos Campos	56.885,7	54.703,9	53.633,0	53.767,9	55.373,4	3,0	1,8	1,9	75,88
SP	721.368	Santo André	56.579,3	49.569,4	49.081,2	56.630,1	51.250,2	-9,5	1,8	2,0	71,05
SP	711.825	Ribeirão Preto	61.263,9	55.632,6	50.363,0	50.328,2	44.491,6	-11,6	1,6	1,6	62,50
SP	699.944	Osasco	53.174,7	46.265,5	51.948,6	55.122,8	61.925,1	12,3	2,2	2,3	88,47
SP	687.357	Sorocaba	51.866,1	52.525,8	50.322,1	48.169,4	45.986,4	-4,5	1,7	1,6	66,90
SP	477.552	Mauá	32.242,8	30.880,1	30.216,5	30.040,6	31.779,3	5,8	2,7	2,8	66,55
SP	464.983	São José do Rio Preto	20.864,1	19.279,9	20.440,2	22.609,1	21.687,5	-4,1	1,1	1,2	46,64
SP	450.785	Mogi das Cruzes	34.795,5	34.589,5	34.653,5	34.226,5	34.614,3	1,1	2,2	2,2	76,79
SP	433.656	Santos	69.813,2	69.465,2	61.621,5	56.277,7	41.612,2	-26,1	1,4	1,5	95,96
SP	426.757	Diadema	37.307,7	36.460,1	34.474,0	32.590,6	32.351,3	-0,7	2,5	2,7	75,81
SP	423.006	Jundiaí	31.188,2	29.786,8	29.871,2	30.231,9	26.008,5	-14,0	1,2	1,2	61,48
SP	407.252	Piracicaba	40.049,6	33.037,7	33.379,6	34.716,5	33.483,5	-3,6	2,0	1,9	82,22
SP	403.183	Carapicuíba	...	16.233,7	16.515,4	15.921,1
SP	379.297	Bauru	17.529,2	17.828,1	17.382,4	16.069,0	16.380,2	1,9	1,4	1,4	43,19
30.192.315	Sul	2.729.108,2	2.677.499,1	2.632.379,1	2.653.365,2	2.580.286,3	-2,8	2,3	2,2	85,46	
PR	1.948.626	Curitiba	128.363,9	109.602,6	105.425,1	107.069,0	110.283,7	3,0	1,3	1,3	56,60
PR	575.377	Londrina	33.643,2	30.284,6	31.565,2	30.073,6	29.376,4	-2,3	1,3	1,3	51,06
PR	430.157	Maringá	19.623,0	20.683,2	22.097,4	22.323,6	22.133,3	-0,9	1,3	1,3	51,45
PR	355.336	Ponta Grossa	16.854,8	17.416,1	18.084,9	16.682,6	16.849,7	1,0	1,7	1,8	47,42
PR	332.333	Cascavel	17.438,7	19.741,0	13,2	1,8	1,8	59,40
PR	329.058	São José dos Pinhais	...	28.555,4	32.242,7	33.326,4
PR	258.248	Foz do Iguaçu	23.650,4	24.615,4	26.564,7	7,9	2,4	2,4	102,87
RS	1.488.252	Porto Alegre	180.702,0	182.735,7	113.735,9	109.927,5	107.181,4	-2,5	1,7	1,5	72,02
RS	517.451	Caxias do Sul	23.267,0	24.122,0	24.978,2	24.123,0	22.282,0	-7,6	1,1	1,2	43,06
RS	348.208	Canoas	34.184,0	36.487,6	37.567,4	38.922,9	36.067,0	-7,3	2,1	2,1	103,58
RS	343.132	Pelotas	...	16.469,3	...	21.415,0	19.731,3	-7,9	1,9	1,8	57,50
RS	283.677	Santa Maria	17.275,0	17.601,2	19.190,7	19.811,9	18.626,6	-6,0	2,7	2,6	65,66
RS	283.620	Gravataí	18.734,0	17.632,0	16.157,1	16.008,8	14.970,1	-6,5	1,7	1,8	52,78
RS	256.302	Viamão	13.449,4	14.185,5	13.359,2	14.811,1	13.708,6	-7,4	2,9	..	53,49
SC	508.826	Florianópolis	59.173,9	57.368,2	55.704,8	57.965,2	48.515,5	-16,3	2,4	2,4	95,35
SC	597.658	Joinville	43.610,7	38.115,4	37.338,6	38.793,9	34.844,3	-10,2	1,6	1,5	58,30
SC	361.855	Blumenau	26.659,9	27.228,3	26.795,5	25.877,3	24.686,4	-4,6	1,5	1,5	68,22
	83.116.849	Cidades selecionadas	6.181.442,2	6.125.591,9	5.989.108,8	6.130.842,1	6.028.293,7	-1,7	2,0	2,1	72,53
	31.794.649	Até 20 mil habitantes	3.817.000,4	3.997.508,5	3.973.601,9	4.026.080,7	4.077.984,0	1,3	3,4	3,5	128,26
	47.479.406	Capitais	3.779.543,2	3.842.332,1	3.711.847,7	3.795.516,3	3.748.114,9	-1,2	2,1	2,1	78,94
	208.697.442	Total dos municípios	17.623.183,0	17.793.550,3	17.661.272,6	18.043.211,5	17.970.523,5	-0,4	2,5	2,5	86,11

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹não inclui Brasília.

Despesa com o legislativo municipal | RANKING 2020

Posição	UF	Município	Legislativo	População 2020	Ranking pop. 2020
			em R\$		
1º	RJ	Rio de Janeiro	882.140.476,95	6.747.815	2º
2º	SP	São Paulo	727.548.554,11	12.325.232	1º
3º	MG	Belo Horizonte	195.278.433,36	2.521.564	5º
4º	BA	Salvador	193.574.530,65	2.886.698	3º
5º	CE	Fortaleza	172.774.407,22	2.686.612	4º
6º	AM	Manaus	162.148.201,47	2.219.580	6º
7º	PE	Recife	152.296.816,07	1.653.461	8º
8º	GO	Goiânia	119.836.104,72	1.536.097	9º
9º	PR	Curitiba	110.283.735,51	1.948.626	7º
10º	RS	Porto Alegre	107.181.363,50	1.488.252	11º
11º	SP	Guarulhos	103.442.137,26	1.392.121	12º
12º	SP	Campinas	89.677.888,67	1.213.792	13º
13º	MS	Campo Grande	80.363.674,49	906.092	18º
14º	PI	Teresina	79.348.453,98	868.075	20º
15º	RN	Natal	78.728.460,93	890.480	19º
16º	RJ	Macaé	73.582.108,85	261.501	108º
17º	RJ	Niterói	72.787.088,14	515.317	43º
18º	RJ	Duque de Caxias	68.244.094,62	924.624	17º
19º	SP	São Bernardo do Campo	65.897.900,79	844.483	21º
20º	AL	Maceió	63.453.817,04	1.025.360	16º
21º	SP	Osasco	61.925.106,28	699.944	28º
22º	SP	Barueri	59.359.967,57	276.982	102º
23º	SE	Aracaju	55.657.017,67	664.908	32º
24º	MT	Cuiabá	55.556.996,56	618.124	34º
25º	SP	São José dos Campos	55.373.439,89	729.737	24º
26º	SP	São Caetano do Sul	55.326.277,91	161.957	183º
27º	BA	Camaçari	54.698.510,30	304.302	92º
28º	SP	Santo André	51.250.156,52	721.368	25º
29º	MG	Contagem	49.607.187,38	668.949	31º
30º	MG	Betim	49.493.145,31	444.784	53º
31º	SC	Florianópolis	48.515.450,08	508.826	47º
32º	PE	Ipojuca	47.526.921,08	97.669	329º
33º	SP	Sorocaba	45.986.425,91	687.357	30º
34º	SP	Ribeirão Preto	44.491.648,65	711.825	26º
35º	PA	Parauapebas	44.473.360,77	213.576	143º
36º	MG	Nova Lima	43.961.877,01	96.157	333º
37º	TO	Palmas	43.420.183,55	306.296	91º
38º	SP	Santos	41.612.176,03	433.656	54º
39º	SP	Guarujá	41.376.770,49	322.750	86º
40º	MG	Uberlândia	39.873.035,22	699.097	29º
41º	RJ	Angra dos Reis	37.276.600,22	207.044	151º
42º	SP	Cubatão	36.500.924,36	131.626	230º
43º	RS	Canoas	36.066.951,09	348.208	77º
44º	RR	Boa Vista	35.254.837,43	419.652	58º
45º	RO	Porto Velho	35.085.703,39	539.354	39º
46º	SC	Joinville	34.844.320,75	597.658	35º
47º	SP	Mogi das Cruzes	34.614.303,95	450.785	52º
48º	PE	Jaboatão dos Guararapes	34.554.365,71	706.867	27º
49º	GO	Anápolis	33.807.477,54	391.772	65º
50º	SP	Piracicaba	33.483.512,04	407.252	62º
51º	SC	Itajaí	33.428.554,06	223.112	137º
52º	PE	Cabo de Santo Agostinho	33.304.868,52	208.944	149º

Posição	UF	Município	Legislativo	População 2020	Ranking pop. 2020
			em R\$		
53º	ES	Serra	33.216.903,82	527.240	41º
54º	RJ	Volta Redonda	32.991.284,79	273.988	105º
55º	SP	Cotia	32.704.455,59	253.608	114º
56º	SP	Taboão da Serra	32.474.546,53	293.652	95º
57º	SP	Diadema	32.351.310,66	426.757	56º
58º	BA	Feira de Santana	32.315.355,61	619.609	33º
59º	BA	São Francisco do Conde	32.108.743,55	40.245	854º
60º	SP	Mauá	31.779.331,44	477.552	49º
61º	MG	Uberaba	31.630.473,06	337.092	81º
62º	SP	Paulínia	31.485.267,99	112.003	287º
63º	ES	Vila Velha	30.330.648,74	501.325	48º
64º	PR	Londrina	29.376.414,23	575.377	37º
65º	MG	Juiz de Fora	29.166.228,66	573.285	38º
66º	RJ	Campos dos Goytacazes	29.061.233,50	511.168	46º
67º	AC	Rio Branco	29.014.059,54	413.418	60º
68º	SP	Praia Grande	28.801.880,16	330.845	84º
69º	SP	Rio Claro	28.583.031,67	208.008	150º
70º	ES	Vitória	28.110.982,38	365.855	70º
71º	SP	Taubaté	28.056.905,47	317.915	87º
72º	RJ	São Gonçalo	27.793.927,83	1.091.737	15º
73º	AP	Macapá	27.782.126,11	512.902	45º
74º	GO	Rio Verde	27.278.370,36	241.518	122º
75º	SP	Suzano	27.228.405,82	300.559	94º
76º	RJ	Nova Iguaçu	26.988.132,76	823.302	22º
77º	GO	Aparecida de Goiânia	26.983.984,36	590.146	36º
78º	PR	Foz do Iguaçu	26.564.713,39	258.248	110º
79º	SP	Itapevi	26.116.821,21	240.961	123º
80º	SP	Jundiaí	26.008.508,17	423.006	57º
81º	MG	Ipatatinga	25.293.408,24	265.409	107º
82º	SP	Hortolândia	25.204.058,41	234.259	130º
83º	BA	Lauro de Freitas	24.973.502,62	201.635	154º
84º	MT	Rondonópolis	24.823.426,58	236.042	128º
85º	SC	Blumenau	24.686.395,95	361.855	73º
86º	SP	Caragatatuba	24.308.836,48	123.389	253º
87º	PB	Campina Grande	24.108.611,21	411.807	61º
88º	RN	Mossoró	23.772.868,95	300.618	93º
89º	MA	Imperatriz	23.577.118,23	259.337	109º
90º	SP	Americana	23.482.354,57	242.018	120º
91º	RJ	Petrópolis	23.061.546,35	306.678	89º
92º	CE	Maracanaú	23.005.466,02	229.458	134º
93º	MG	Sete Lagoas	22.779.214,34	241.835	121º
94º	MS	Três Lagoas	22.588.641,11	123.281	254º
95º	SP	Santana de Parnaíba	22.282.541,91	142.301	207º
96º	RS	Caxias do Sul	22.282.043,71	517.451	42º
97º	PR	Maringá	22.133.269,87	430.157	55º
98º	PE	Olinda	22.003.795,39	393.115	64º
99º	SP	Limeira	21.868.143,16	308.482	88º
100º	SP	São José do Rio Preto	21.687.526,24	464.983	51º

	Total dos 100 maiores	6.300.523.138,31	76.291.751	..
	Total dos demais	11.670.000.361,12	132.405.691	..
	Total dos municípios	17.970.523.499,43	208.697.442	..

Fonte: elaborada por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Despesa com o legislativo municipal per capita | RANKING 2020

Posição	UF	Município	Legislativo per capita	Legislativo	População pop. 2020	Ranking pop. 2020	Posição	UF	Município	Legislativo per capita	Legislativo	População pop. 2020	Ranking pop. 2020
			em R\$							em R\$			
1º	RS	Dois Irmãos das Missões	1.086,77	2.182.225,08	2.008	5436º	53º	PR	Altamira do Paraná	463,29	779.255,29	1.682	5508º
2º	RN	Guamaré	923,90	14.748.240,99	15.963	2196º	54º	MT	Ponte Branca	462,93	717.534,25	1.550	5532º
3º	SP	Borá	861,12	721.619,76	838	5567º	55º	SP	Santa Clara d'Oeste	461,91	976.005,47	2.113	5406º
4º	MG	Guidoval	810,38	5.713.981,50	7.051	3702º	56º	MG	Paiva	458,96	698.989,17	1.523	5537º
5º	BA	São Francisco do Conde	797,83	32.108.743,55	40.245	854º	57º	PR	Uniflor	457,59	1.196.141,10	2.614	5243º
6º	MG	São José do Mantimento	789,12	2.214.275,22	2.806	5163º	58º	MG	Nova Lima	457,19	43.961.877,01	96.157	333º
7º	MG	Serra da Saudade	777,00	602.949,39	776	5568º	59º	MG	Douradoquara	452,77	865.692,50	1.912	5465º
8º	PR	Iporá	717,84	9.893.210,47	13.782	2478º	60º	PI	Miguel Leão	451,82	561.164,34	1.242	5558º
9º	MG	Grupiara	717,46	995.116,12	1.387	5550º	61º	RS	Boa Vista das Missões	450,94	943.369,88	2.092	5413º
10º	MT	Araguainha	699,48	661.708,79	946	5566º	62º	GO	Ivolândia	450,29	1.050.980,49	2.334	5339º
11º	GO	Davinópolis	686,51	1.437.544,09	2.094	5412º	63º	GO	Córrego do Ouro	449,08	1.028.382,74	2.290	5352º
12º	GO	São João da Paraúna	653,20	878.550,34	1.345	5552º	64º	PR	Airanha do Ivaí	446,87	923.233,08	2.066	5420º
13º	TO	Lajeado	652,38	2.066.078,52	3.167	5025º	65º	MG	Tapirai	446,19	835.274,69	1.872	5472º
14º	GO	Alto Horizonte	651,71	4.304.527,47	6.605	3827º	66º	BA	Madre de Deus	445,30	9.543.774,15	21.432	1663º
15º	GO	Anhanguera	650,02	754.025,92	1.160	5560º	67º	RS	Santa Antônio do Planalto	444,39	897.231,44	2.019	5433º
16º	SP	Riversul	635,08	3.456.739,31	5.443	4176º	68º	MT	Santa Cruz do Xingu	444,34	1.169.935,78	2.633	5235º
17º	SP	Flora Rica	628,93	899.375,00	1.430	5547º	69º	PR	Ventania	444,06	5.367.759,32	12.088	2728º
18º	AM	Japurá	620,41	1.396.541,33	2.251	5369º	70º	PR	Esperança Nova	443,50	738.427,78	1.665	5511º
19º	SC	Jardinópolis	616,72	953.453,60	1.546	5534º	71º	SC	Capão Alto	441,08	1.100.930,12	2.496	5288º
20º	GO	Pilar de Goiás	606,86	1.331.444,85	2.194	5390º	72º	MG	Antônio Prado de Minas	437,28	693.963,31	1.587	5527º
21º	RS	Engenho Velho	605,42	594.520,93	982	5565º	73º	MG	Jeceaba	437,04	2.120.534,95	4.852	4377º
22º	PR	Sapopema	599,71	4.031.268,77	6.722	3792º	74º	PB	Parari	434,68	764.172,51	1.758	5493º
23º	RN	São Bento do Norte	595,01	1.616.630,97	2.717	5206º	75º	TO	Chapada de Areia	434,12	612.104,93	1.410	5549º
24º	MG	Água Comprida	591,77	1.178.811,94	1.992	5439º	76º	SP	Cruzália	433,00	885.910,44	2.046	5429º
25º	SC	Lajeado Grande	575,88	816.599,24	1.418	5548º	77º	MS	Taquarussu	432,66	1.552.369,96	3.588	4867º
26º	MG	Cachoeira Dourada	560,95	1.517.938,28	2.706	5209º	78º	MG	Passabém	431,37	704.422,21	1.633	5516º
27º	MG	Piedade dos Gerais	559,90	2.804.546,40	5.009	4317º	79º	RJ	Porto Real	429,86	8.585.944,77	19.974	1789º
28º	RN	Bodó	555,60	1.220.653,51	2.197	5388º	80º	MS	Alcinópolis	427,65	2.316.605,13	5.417	4187º
29º	RS	Capão Bonito do Sul	555,08	910.888,67	1.641	5514º	81º	MT	Santa Rita do Trivelato	426,54	1.495.439,10	3.506	4898º
30º	PR	Alto Paraíso	548,47	1.472.646,98	2.685	5218º	82º	GO	Guaraíta	425,84	830.808,37	1.951	5453º
31º	SP	Nova Castilho	548,05	700.402,82	1.278	5557º	83º	SC	Tigrinhos	425,64	689.116,95	1.619	5520º
32º	MG	Araporá	541,52	3.753.270,00	6.931	3739º	84º	PB	São José do Brejo do Cruz	423,70	767.319,59	1.811	5482º
33º	GO	Moiporá	534,95	802.953,22	1.501	5538º	85º	SC	Ouro Verde	420,99	929.119,55	2.207	5384º
34º	GO	Lagoa Santa	534,48	866.385,16	1.621	5519º	86º	MT	Novo Santo Antônio	420,75	1.138.125,02	2.705	5211º
35º	TO	São Félix do Tocantins	527,22	842.490,92	1.598	5525º	87º	SP	Turmalina	420,47	713.115,03	1.696	5507º
36º	GO	Perolândia	522,33	1.641.689,65	3.143	5035º	88º	MG	Itambé do Mato Dentro	417,73	858.859,49	2.056	5426º
37º	RO	Pimenteiras do Oeste	519,92	1.116.784,44	2.148	5398º	89º	SP	Fernão	417,42	720.880,44	1.727	5500º
38º	PR	Nova Aliança do Ivaí	516,28	800.756,99	1.551	5531º	90º	SC	Macieira	416,82	736.108,11	1.766	5491º
39º	GO	Guaráinos	512,58	890.351,16	1.737	5497º	91º	RN	Galinhos	416,34	1.184.478,24	2.845	5145º
40º	GO	Água Limpa	511,81	936.606,40	1.830	5479º	92º	SP	Santa Salete	415,33	644.591,68	1.552	5530º
41º	SP	União Paulista	510,14	951.419,69	1.865	5473º	93º	PR	São Manoel do Paraná	414,03	895.554,55	2.163	5396º
42º	GO	Campos Verdes	507,01	927.822,60	1.830	5479º	94º	SP	Pontes Gestal	412,87	1.063.953,18	2.577	5258º
43º	PR	Jardim Olinda	506,93	669.145,66	1.320	5555º	95º	SC	Santiago do Sul	412,10	508.940,75	1.235	5559º
44º	MS	Selvíria	492,71	3.223.312,98	6.542	3847º	96º	MG	Santa Vitória	411,88	8.184.953,41	19.872	1800º
45º	PE	Ipojuca	486,61	47.526.921,08	97.669	329º	97º	MS	Figueirão	409,92	1.253.931,92	3.059	5068º
46º	RS	União da Serra	476,73	532.981,45	1.118	5563º	98º	GO	Aparecida do Rio Doce	409,03	1.011.944,69	2.474	5297º
47º	SC	Marema	474,61	830.561,79	1.750	5495º	99º	RS	Pedras Altas	408,08	797.380,26	1.954	5450º
48º	RS	Pinhal da Serra	471,76	904.833,14	1.918	5464º	100º	MG	Senador José Bento	407,83	595.846,42	1.461	5544º
49º	PA	Jacareacanga	470,06	3.567.762,93	7.590	3572º							
50º	PR	Santa Inês	468,23	746.361,74	1.594	5526º							
51º	MG	Doresópolis	467,67	716.931,87	1.533	5535º							
52º	RS	Tupancí do Sul	464,48	677.683,44	1.459	5545º							
									Total dos 100 maiores	529,32	293.724.739,68	554.913	..
									Total dos demais	84,93	17.676.798.759,75	208.142.529	..
									Total dos municípios	86,11	17.970.523.499,43	208.697.442	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Sistema *Financial*

O **Financial** é um sistema de inteligência fiscal, uma poderosa ferramenta de gerenciamento financeiro e tributário.

Através de relatórios gerenciais no formato de planilhas e gráficos o gestor passa a ter um maior controle sobre o orçamento, as receitas e as despesas municipais. O sistema **Financial** permite o acompanhamento do ingresso dos tributos, o recebimento de transferências, as despesas por secretaria, função, programa, ação, o pagamento de fornecedores, entre inúmeras outras informações da execução orçamentária.

De forma simples, rápida e flexível a informação está disponível para o gestor municipal na hora que ele mais precisa. É um sistema 100% Web que conta com toda a segurança e versatilidade para ser acessado através de diversos dispositivos.



O **Financial** fornece informações atuais no exato momento em que o gestor público precisa delas para a formulação de políticas e a tomada de decisões.

**AGENDE CONOSCO
UMA APRESENTAÇÃO!**

www.aequus.com.br
☎ 3235-7841



SISTEMAFINANCIAL



CONSÓRCIO

CONNECTAR

Municípios Unidos por um Brasil com mais Saúde



O Consórcio Conectar materializa o anseio de prefeitos de todo país por uma entidade que conecte municípios e busque soluções inovadoras para a gestão de saúde.

Confira os editais de licitação disponíveis e faça parte também do Conectar!

**MAIOR CONSÓRCIO PÚBLICO
DE SAÚDE DO PAÍS**

Congrega mais de

2.100
cidades

Representa

150
MILHÕES
de Brasileiros

Potencial de economia de **R\$ 500 milhões/ano***

Valores **40% mais baixos** do que a média nacional**

VANTAGENS DAS COMPRAS COLETIVAS

INSUMOS E MEDICAMENTOS

- ✓ Combate à escassez de itens essenciais
- ✓ Acesso ágil a fornecedores de qualidade
- ✓ Simplicidade no processo de contratação
- ✓ Integridade no processo licitatório
- ✓ Incorporação de novas tecnologias
- ✓ Canal para doações da iniciativa privada

*A referência leva em consideração os dados do SIGSIS - Sistema de Informações de Saúde que indica como ponto base municípios de todo o Brasil no suporte preventivo e terapêutico em 2020 a valor de R\$ 4,5 bilhões.
** Banco de Preços em Saúde do Município de São Paulo (BPSM)



(61) 9 9943 98 30

www.consorcioconectar.org

Uma iniciativa

FNP FRENTE NACIONAL
DE PREFEITOS

Realização:



Elaboração:



Apoio:

